UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

YURI MANUEL FRANCISCO AGOSTINHO

TRÂNSITOS ENTRE A HISTÓRIA DA CIDADE COLONIAL DE LUANDA E A MEMÓRIA DOS SEUS BAIRROS INDÍGENAS, 1942 – 1962.

Recife
2023

YURI MANUEL FRANCISCO AGOSTINHO

TRÂNSITOS ENTRE A HISTÓRIA DA CIDADE COLONIAL DE LUANDA E A MEMÓRIA DOS SEUS BAIRROS INDÍGENAS, 1942 – 1962.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. **Área de concentração:** Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador (a): Profª. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

Co Orientação: Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Recife

2023

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

A275t Agostinho, Yuri Manuel Francisco.
Trânsitos entre a história da Cidade Colonial de Luanda e a memória dos seus bairros indígenas, 1942 – 1962 / Yuri Manuel Francisco Agostinho. – 2023.
409 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Isabel Cristina Martins Guillen.
Coorientador : Ivaldo Marciano de França Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Luanda (Angola). 3. Bairros indígenas. 4. Indígenas. 5. Urbanismo. I. Guillen, Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Lima, Ivaldo Marciano de França (Coorientador). III. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-093)

YURI MANUEL FRANCISCO AGOSTINHO

TRÂNSITOS ENTRE A HISTÓRIA DA CIDADE COLONIAL DE LUANDA E A MEMÓRIA DOS SEUS BAIRROS INDÍGENAS, 1942 – 1962.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. **Área de concentração:** Sociedades, Culturas e Poderes.

Banca realizada em: 20/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

PARTICIPAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Profª. Drª. Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

PARTICIPAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Profª. Drª. Marissa Jean Moorman (Membro Titular Externo)
Indiana University Bloomington

PARTICIPAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Prof. Dr. Manuel Duarte de Oliveira Pinto (Membro Titular Externo)
Universidade de Lisboa

PARTICIPAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Profª. Drª. Cibele Barbosa da Silva Andrade (Membro Titular Externo)
Fundação Joaquim Nabuco – FJN

PARTICIPAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Prof. Dr. Washington Santos Nascimento (Membro Titular Externo)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Dedico esta tese ao professor Fernandes Augusto Albuquerque Mourão (em memória) e a todos que amam a cidade de Luanda.

AGRADECIMENTOS

Os onze últimos anos da minha existência foram os mais intensos. Eles representam as trajetórias e as escolhas que tive de fazer. A minha entrada para o ensino em Angola, em 2013, como professor, mudou o cenário da minha perspectiva que se consolidava na Direcção Nacional de Saúde Pública – DNSP. Durante nove anos de DNSP, tive uma experiência enriquecedora, superei dificuldades, e contribuí para o país como gestor de dados das doenças transmissíveis ao nível nacional. Quando comecei a dominar o sistema de vigilância epidemiológica, a perspectiva era de fazer uma formação em Saúde Pública, mas infelizmente os anos foram passando, o setor não garantia uma estabilidade. Então decidi colaborar dando aula numa universidade privada em Angola, conciliava os dois empregos. Em 2016, decidi deixar a DNSP, a decisão foi difícil, estava na incerteza, qual seria o futuro?

Em 2016, decidi abraçar o projeto do Instituto superior de Artes. Em 2014 comecei a fazer o mestrado no ISCED de Luanda. Terminado o mestrado, o Mbuta Zawa disse: “oh Yuri termina logo essa cena do mestrado porque tem bolsa da CAPES para concorreres”. Dessa forma, gostaria de expressar minha gratidão a CAPES, por me conceber a bolsa, e em segundo lugar ao Mbuta Zawa, que me auxiliou na aplicação da bolsa.

Nos últimos onze anos, tive a oportunidade de conhecer diversas pessoas. Muitas delas ficaram próximas pelo vínculo laboral, enquanto outras ficaram distantes devido às nossas escolhas de abraçar outros projetos. Dessa forma, gostaria de expressar a minha gratidão a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, estiveram comigo nesta longa jornada. Ao professor Ivaldo Lima, meu coorientador, fiel... fiel ao Santa Cruz, que conseguiu abrir o meu coração para torcer pelo clube.

À professora Isabel Cristina Martins Guillen, minha orientadora, agradeço à sua aceitação como orientadora e pelo apoio que me forneceu sempre que necessitei. Não consigo expressar minha gratidão com tantas palavras. Considero-a como uma segunda mãe.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação da UFPE que estiveram comigo nesta longa caminhada desde 2019: aos professores Antônio Torres Montenegro, Regina Beatriz Guimarães Neto, Pablo Francisco de Andrade Porfírio,

José Bento Rosa da Silva, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, à professora Suely Creusa Cordeiro de Almeida, ao professor Carlos Alberto Cunha Miranda, ao professor Bruno Uchoa Borgongino, ao professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e à professora Luiza Nascimento dos Reis.

A todos os amigos que fiz ao longo do caminho entre a cidade universitária e a Várzea, agradeço imensamente à Nina – Denilza Cruz, à Sandra pela sua disponibilidade em atender às minhas solicitações no programa de pós-graduação. Aos colegas que conheci entre as aulas presenciais e as remotas durante o período de pandemia: Thiago da Rocha, Valdimir Dantas, Pablo, Everton, Felipe Genú, Keline, Nita keoma Lustosa, Amanda, Raphaela Ferreira, Sabrina Rafael, Silvia Santos e Teresa Diniz.

Os agradecimentos também são dirigidos aos professores que, de forma direta ou indireta, me auxiliaram a realizar este percurso: washington nascimento, Dinis Kebangelako, Edgar Gandra, Aurora da Fonseca Ferreira, Simão Makiadi, Cthivela Pedro, José Katito, Simão Soneca, Francisca Velasco, Adriano Cangombe, Lunono Tchilola, João Ngoma, Scoth Manuel Piango Kambolo Tiaka-tiaka, Mário Sakossengue, Engrácia Mateus, Rómulo Rosa, Rodrigo Castro Rezende, José Francisco, Oliveira Anestesia, Ndelesse Epifanio, Helder Bahu, Dorivaldo Guedes, Gabriel Ngola, Dorivaldo Guedes, António Tomás, Mariana Zarbone, Jovita Yoane Hallett, Alberto Oliveira Pinto, Marcelo Bittencourt, Alexandre Gebara, Gilson Lazaro e o Jorge Gumbe.

Gostaria de expressar a minha gratidão aos irmãos da Guiné-Bissau: ao Papa – Fernando Quadré, ao Zé Luís - Muma, ao Lytsa Cassama, ao Bidansanta Na Isna – Bidan. Aos irmãos de Moçambique: Henrique Norte (em memória) e Lázaro Souza – Bolsonaro. De Angola, gostaria de expressar minha gratidão pelo progresso da irmandade nos últimos anos, bem como a gratidão pelo seu apoio Nsambu Vicente.

Aos colegas da Faculdade de Artes da Universidade de Luanda, especialmente ao Magnífico Reitor da Universidade de Luanda, Dr. Alfredo Gabriel Buza, à Ciumara Pedro, à Laurinda Canga, à Celeste Barbosa, à Yolanda Mamissa, ao Miguel Kalson, ao Adilson Kusseba e ao Cláudio Kiamukuau.

Agradeço a todos os colaboradores da Biblioteca Nacional de Angola, do Arquivo Nacional de Angola - ANA, em particular à Edna. O pessoal que cuida do

arquivo do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda - IPEGUL, sob a coordenação da arquiteta Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia, e o pessoal da Biblioteca do governo da província de Luanda.

Aos meus familiares, as ausências foram para responder às demandas do doutoramento. Aos meus compadres, Frank Matias e Adilson Fragoso, e às minhas comadres: Katia Maijala Fragoso e Lena Matias. Muito obrigado às mães: Odeth Franco, Laura Franco e a Marcelina Domingos.

Desejo expressar a minha gratidão ao Emídio Renato Nelumba, ao Litílio (Macthé), ao Paracleto Mumbela, à Suzana Mateus, à Vanilda Sabão e ao seu esposo Issac dos Santos. Agradeço imensamente ao meu pai, José Manuel Quintas Agostinho, que sempre apoiou nas minhas escolhas, e aos meus irmãos: Camia Agostinho, Dayse Agostinho, Vasco Agostinho (Stromberguer), Nkruma Agostinho (Muma), Dalton Agostinho e Jussara Domingos, agradeço imensamente pelo apoio.

Para finalizar, gostaria de agradecer de todo o coração à Janete Agostinho, minha esposa. São poucas as palavras para descrever, a paciência, a compreensão e o apoio que ela demonstrou quando informei sobre a intenção de continuar os estudos. A minha vinda para o Brasil também dependeu da sua anuência. Agradeço por fazeres o papel de pai e mãe para cuidar da Yanessa e da Yuklia.

.

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

RESUMO

O presente estudo busca o entendimento de uma história de conexões, ligada ao espaço urbano colonial de Luanda. O desdobramento desta história leva-nos para uma escala reduzida sinalizada para a questão dos bairros indígenas de Luanda. Esta tese visa compreender o que esteve na base para a construção de bairros indígenas em Luanda. A hipótese que defendemos é a de que, embora o processo de construção de bairros indígenas em Luanda afigura-se com um cunho "aparentemente social", suas bases estavam assentes numa perspectiva discriminatória. Para entendermos esta história, utilizaram-se como fontes: jornais, manuscritos, decretos, códices, editais, regulamentos, livros de memórias, depoimentos, fotografias e boletins: o oficial de Angola e o geral das colônias. A metodologia utilizada constituiu-se a partir dos seguintes eixos: o estabelecimento de uma periodização, a veracidade das fontes baseadas no exercício da crítica interna e externa, a história oral, técnicas não documentais: (participação - observação), a etnografia na cidade e o enfoque multidisciplinar. A construção de bairros indígenas pode ser vista pelo lado social e como um sinal que nos leva para uma visão contrária onde o racismo relaciona-se na forma como estes bairros foram concebidos e nos dispositivos criados após a edificação e a ocupação dos fogos habitacionais para os ditos indígenas. Os bairros indígenas estabelecidos na cidade colonial de Luanda, foram bairros provisórios. A materialização e concepção dos projetos ligados a questão do indígena e a habitação, pode ser vista numa perspectiva social e de melhoramento das condições de vida dos tais ditos indígenas, mas estes projetos foram de uma índole discriminatória. Os bairros indígenas foram lugares que demarcaram o espaço urbano colonial de Luanda em termos de linhas rácicas, outrossim reforçou a violência como prática na concepção do espaço urbano colonial. Por isso, os bairros indígenas, conjuntamente com a legislação urbanística que se traduz no campo arquitetural, nos permite entender as práticas e os dispositivos de vigilância. Do ponto de vista espacial, os bairros indígenas em Luanda em relação à cidade representavam espaços distintos com representações que espelhavam o ordenamento social e racial.

Palavras-chave: cidade de Luanda; bairros indígenas; indígena; urbanismo.

ABSTRACT

This study seeks to understand a history of connections, linked to the colonial urban space of Luanda. The unfolding of this history takes us to a smaller scale signalled by the question of Luanda's indigenous neighbourhoods. This thesis aims to understand what led to the construction of indigenous neighbourhoods in Luanda. The hypothesis we defend is that, although the process of building indigenous neighbourhoods in Luanda appears to be "apparently social" in nature, its foundations were based on a discriminatory perspective. In order to understand this history, we used the following sources: newspapers, manuscripts, decrees, codices, edicts, regulations, memoirs, testimonies, photographs and bulletins: the official one from Angola and the general one from the colonies. The methodology used was based on the following axes: the establishment of a periodisation, the veracity of the sources based on the exercise of internal and external criticism, oral history, non-documentary techniques (participation - observation), ethnography in the city and a multidisciplinary approach. The construction of indigenous neighbourhoods can be seen from the social point of view and as a sign that leads us to a contrary view where racism is related to the way in which these neighbourhoods were conceived and the devices created after the building and occupation of the dwellings for the so-called indigenous people. The indigenous neighbourhoods established in the colonial city of Luanda were provisional neighbourhoods. The materialisation and conception of the projects linked to the issue of indigenous people and housing can be seen from a social perspective and as improving the living conditions of these so-called indigenous people, but these projects were discriminatory in nature. The indigenous neighbourhoods were places that demarcated Luanda's colonial urban space in terms of racial lines, while also reinforcing violence as a practice in the conception of colonial urban space. For this reason, the indigenous neighbourhoods, together with the urban planning legislation that translates into the architectural field, allow us to understand the practices and devices of surveillance. From a spatial point of view, the indigenous neighbourhoods in Luanda in relation to the city represented distinct spaces with representations that mirrored the social and racial order.

Keywords: city of Luanda; indigenous neighbourhoods; indigenous; urbanism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução histórica da cidade de Luanda. 68
Figura 2 - Luanda, vista do bairro Indígena no ano de 1906. 69
Figura 3 - Luanda década de 1900, vista da cidade Baixa, e o bairro Indígena em segundo plano 70
Figura 4 - Luanda década de 1900, rua de um bairro Indígena. 72
Figura 5 - Luanda 1912, vista da Igreja do Carmo, e o bairro indígena. 74
Figura 6 - Luanda, vista mostrando a CML, a cidade Alta no horizonte e um comboio, 1927. 76
Figura 7 - Luanda, o encontro entre o musseque e a cidade. 79
Figura 8 - A cidade de Luanda e elementos da ocupação africana numa perspectiva evolutiva 89
Figura 9 - Ingombota - agregado com componentes urbanos, rurais e musseques 93
Figura 10 - Maria da Fonte - Largo dos Lusíadas. 95
Figura 11 - Trabalhadores Braçais. 98
Figura 12 - Uma das Artérias da cidade colonial. 111
Figura 13 - Marginal de Luanda. 115
Figura 14 - Casa nobre da Rua de Sousa Coutinho. 122
Figura 15 - Cidade de Luanda. Centro da baixa e Bairro indígena. Década de 1910. 123
Figura 16 - Luanda de ontem para hoje (i). 128
Figura 17 - Luanda de ontem para hoje (ii). 128
Figura 18 - Aspectos da cidade e obras em curso. 134
Figura 19 - Substrato da planta da cidade de Luanda de 1938. 141
Figura 20 - Luanda residência de uma família considera assimilada. 158
Figura 21 - Plano de Urbanização para a cidade de Luanda. 170
Figura 22 - Bairro Indígena construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna. 180
Figura 23 - Evolução das cotações do café, e da construção urbana em Luanda. 235

Figura 24 - O bairro Indígena de Luanda publicitado no Jornal a província de Angola. 238
Figura 25 - Bairro indígena construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna. 239
Figura 26 - Plano do projeto do arquiteto Fernando Batalha feito nos anos quarenta (40). 241
Figura 27 - Hospital de S. Paulo. 242
Figura 28 - O bairro indígena, construção de uma sala de aula. 243
Figura 29 - Bairro indígena dos pescadores 253
Figura 30 - Luanda, estrada de Catete. 258
Figura 31 - Os bairros indígenas de Luanda e a visita do governador geral de Angola. 267
Figura 32 - Bairro Operário da Praia do Bispo. 273
Figura 33 - Um trecho do Bairro Popular, construído pela CML. 274
Figura 34 - Luanda (bairro prenda) Unidade de Vizinhança número 1, Blocos residenciais. 277
Figura 35 - Bairro Social fechado do Cazenga. 288
Figura 36 - Construção do estádio da Cidadela Desportiva. 291
Figura 37 - Casas do bairro indígena da Cacimba, próximas à casa das madres. 306
Figura 38 - Casas do bairro indígena da Cacimba próximas à casa das madres, inundadas com a água da chuva. 306
Figura 39 - Dona Natália. 308
Figura 40 - A construção dos blocos dos congolenses. 311
Figura 41 - Lagoas do bairro indígena da Cacimba (ii). 312
Figura 42 - Conjunto de casas bairro indígena da Cacimba (i). 312
Figura 43 - Conjunto de casas bairro indígena da Cacimba (ii) 313
Figura 44 - Bairro indígena dos congolenses (blocos) – (i). 313
Figura 45 - Bairro indígena dos congolenses (blocos) – (ii). 314
Figura 46 - Bairro indígena dos congolenses (blocos) – (iii) 314

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação da população de Luanda no período compreendido de 1930 a 1969. 106
Tabela 2 - Construção de prédios para habitação na província de Luanda, 1936 – 1942 (até o mês de junho). 174
Tabela 3 - Construção de prédios na província de Luanda, 1948 - 1957. 193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Arquivo Nacional de Angola.
BO	Bairro Operário.
CABI	Comissão Administrativa dos Bairros indígenas.
CAFBPA	Comissão Administrativa dos Fundos dos Bairros Populares de Angola.
CAOP	Empresa no Sector da Pecuária no Distrito de Luanda.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CMA	Comissão Municipal Administrativa.
CML	Câmara Municipal de Luanda.
DNIC	Direcção Nacional de Investigação Criminal.
DNSP	Direcção Nacional de Saúde Pública.
DSNI	Direcção dos Serviços e Negócios Indígena.
GUC	Gabinete de Urbanismo Colonial.
GUL	Gabinete de Urbanização de Luanda.
GUU	Gabinete de Urbanização do Ultramar.
IPEGUL	Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda.
L.A.L	Serviços de Ligação de Água e Luz.
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola.
OCA	Offce des Cités Africaines.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONU	(ECOSCOC) – Organização das Nações Unidas – Conselho Económico e social.
OSA	Organização Socialista de Angola.
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado.
PSP	Polícia de Segurança Pública.
PU	Plano de Urbanização.
PZOI	Planos para Zonas de Ocupação Imediata.
R.A.U	Reforma Administrativa do Ultramar.
SCA	Sociedade Cultural de Angola.
UCA	União Comercial de Automóveis.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UPA	União dos Povos de Angola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 19

1.2 A PESQUISA: OBJETIVO E PROBLEMÁTICA 25

1.3 O REFERENCIAL HISTORIOGRÁFICO 33

1.4 TIPOLOGIAS COLONIAIS: USO E SIGNIFICAÇÃO 40

1.5 FONTES E METODOLOGIA 52

2 BREVES LEITURAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE LUANDA 61

2.1 LUANDA: FUNDAÇÃO, ESPAÇO FÍSICO E CLIMÁTICO 61

2.2 MUTAÇÕES NO TECIDO URBANO DE LUANDA: DE 1900 ATÉ FINAIS DA DÉCADA DE 1920 69

3 DA CIDADE DE LUANDA ATÉ A SITUAÇÃO COLONIAL: CAMINHO PARA CHEGARMOS AO ÍNTIMO DE UMA CIDADE COLONIAL. 79

3.1 POSSIBLIDADES DE SE CHEGAR AO MUSSEQUE: OS RELATOS ORAIS, UMA VIA, DOS BAIRROS DOS AFRICANOS 81

3.2 LUANDA CIDADE COLONIAL VISTA SOB UM OUTRO ÂNGULO: A IMAGEM DA CIDADE NAS LAUDAS FOLHEADAS A PARTIR DOS JORNAIS 108

3.3 DO CRESCIMENTO DA CIDADE AOS GRITOS DE AFLIÇÃO: OS DOIS LADOS DE UMA MOEDA 137

3.3.1 Do Indigenato ao crescimento da cidade: lugares de "captura","separação" e "instrumentalização" *..... 147*

3.3.2 Vozes com eco, clamando falta de casas *..... 173*

4 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENCARAR O PROBLEMA DA FALTA DE HABITAÇÃO PARA OS TAIS DITOS INDÍGENAS. 196

4.1 DA AUTONOMIA LOCAL AO PODER CENTRALISTA DA METRÓPOLE: "DESCOMPASSOS BUROCRÁTICOS" ENTRE OS ATORES DO URBANISMO 199

4.1.1 É preciso conhecer os atores do urbanismo: a CML antes da criação do GUC *208*

4.2 O DEBATE EM TORNO DAS POLÍTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE BAIRROS INDÍGENAS 211

4.3 DOS DECRETOS AOS PROJETOS DOS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA: TECENDO OLHARES AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS 219

5 BAIRROS INDÍGENAS, OPERÁRIOS E POPULARES NOS DISCURSOS DE ÉPOCA: "CONTROLO", "FOMENTO URBANO" OU "MUDANÇA DE PARADIGMA"? 233

5.1 DA FRAGILIDADE AO CAMPO DAS REALIZAÇÕES 238

5.2 É URGENTE (RE) ARRUMAR O URBANO E PROMOVER O SOCIAL: OUTRA FORMA DE PENSAR A CIDADE E AGIR NA CIDADE 257

6 DO PRESENTE AO PASSADO: NARRATIVAS, IMAGENS E MEMÓRIAS DOS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA 285

6.1 OS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO 286

6.2 BAIRROS INDÍGENAS: ENTRE AS LEMBRANÇAS E AS NARRATIVAS NO TEMPO PRESENTE 295

6.3 OBSERVAR A FOTOGRAFIA, ANALISAR E NARRAR: UMA FORMA DE TRAZER MEMÓRIAS SOBRE OS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA 308

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 317

REFERÊNCIAS 325

BIBLIOGRAFIA 330

ANEXO A – LIVRO DE CONTA CORRENTE POR CONHECIMENTO DA COBRANÇA DA TAXA ANUAL DE RESIDÊNCIA DE INDÍGENAS COM A DIRECÇÃO PROVINCIAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL. CÓDICE Nº. 7824 – ANA. 349

ANEXO B – CARTA DIRIGIDA PARA EXMO. SENHOR MINISTRO ULTRAMAR. 351

ANEXO C – AMPLIAÇÃO DO BAIRRO INDÍGENA PROVISÓRIO. PASTA DE PROCESSO: U. 10 - 8ª REPARTIÇÃO DA CML. – ARQUIVO DO IPEGUL. .. 356

ANEXO D - DESENHO DE NEVES DE SOUSA – REPRESENTAÇÃO DE INDÍGENAS TRABALHADORES (CAMUENHO E N'GANA NAZA). JORNAL A *PROVÍNCIA DE ANGOLA*- DIÁRIO DA MANHÃ. QUARTA-FEIRA, 1 DE JULHO DE 1942. 361

ANEXO E- CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL PARA OS INDÍGENAS E A EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS. ANA – COTA Nº: 19.3.9..... 362

ANEXO F- O CINE COLONIAL. JORNAL *A PROVÍNCIA DE ANGOLA* - DIÁRIO DA MANHÃ: 23 DE FEVEREIRO DE 1940. BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA. 369

ANEXO G- SITUAÇÃO HABITACIONAL DO INDÍGENA.JORNAL *NATION ANGOLAISE*: 2 DE FEVEREIRO DE 1961, ARQUIVO SALAZAR. 370

ANEXO H- O GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL E A SUA ACTIVIDADE. 371

ANEXO I- COMPRA DE TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DE BAIRROS INDÍGENAS PROXIMO DO CEMITÉRIO DOS INGLESES. ANA – CX. Nº: 1963. 372

ANEXO J - REVOGAÇÃO DA POSTURA SOBRE O AFORAMENTO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE CUBATAS NO BAIRRO INDÍGENA, E AUTORIZAÇÃO PARA VENDA EM HASTA PÚBLICA OS MESMOS TERRENOS, PEDIDO FEITO PELA CML. – ANO DE 1921.– ANA – CX. Nº: 1494. 380

ANEXO K - CIRCULAR COM A FINALIDADE DE CHAMAR AS INDIVIDUALIDADES QUE REMETERAM PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BAIRRO DESTINADO PARA OS TAIS DITOS INDÍGENAS INVÁLIDOS ESTABELECIDOS NO "AZILO DA REPÚBLICA". ANA – CX. Nº: 1141. 383

ANEXO L – POSTURA Nº 23, DA CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA SOBRE O BAIRRO INDÍGENA. ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA – ANA – CX. Nº: 926. 394

ANEXO M – ACTAS DAS SESSÕES DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DOS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA.CÓDICE Nº: 5311 - ANA. 401

ANEXO N – CAPÍTULO II – DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DOS BAIRROS INDÍGENAS. BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA I SÉRIE NÚMERO 1 /1957 - DIPLOMA LEGISLATIVO Nº 2: 199: APROVA O REGULAMENTO DOS BAIRROS INDÍGENAS. 405

ANEXO O – BAIRROS INDÍGENAS PUBLICITADOS COMO BAIRROS PULARES NO JORNAL NOTÍCIAS. JORNAL *NOTÍCIA – SEMANÁRIO ILUSTRADO*, LUANDA, 13 – MAIO DE 1961, BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA. 406

ANEXO P – COMISSÃO ADMINISTRATIVA DOS BAIRROS POPULARES. PROCESSO: Nº: 169 - CML. – ARQUIVO DO IPEGUL. 407

ANEXO Q – *BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA*: II SÉRIE – NÚMERO 21 – 23 DE MAIO DE 1962 – BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA. 409

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A minha trajetória académica e de pesquisa conectam contextos de vida e experiências. Para chegarmos a este tema, tivemos que dar passos; passos de uma caminhada que começou quando eu saía de casa com o meu pai e íamos aos finais e semana para o Cazenga visitar o meu avô. No ano de 1993 acabava de completar 9 anos de idade, a residir na rua Tipografia Mamã Tita – Ingombotas (baixa de Luanda); eu já notava a diferença entre as ruas na cidade de Luanda, os bairros e o material que era utilizado para a feitura das casas. Ficou no espírito as memórias destes trajetos entre a Ingombota e o Cazenga – “Tala Hadi”, de tal forma que um dia tive a ousadia de perguntar ao meu avô o porquê da diferença da casa que eu residia em relação a sua residência. O meu avô foi perentório em dizer:

> Meu neto, estás a ver este bairro, a sua forma, o tipo de material que foi construído, estas casas fazem parte de um bairro social, que não deixa de ser um bairro indígena, aqui éramos facilmente controlados e identificados. Sei o porquê destas perguntas, a casa onde vives meu neto, foi uma casa que foi oferecida a sua avó, no tempo colonial a sua avó era empregada do senhor Horácio, no final da colonização, houve a necessidade, da tua avó ficar com aquela casa porque o senhor não tinha família em Luanda e ele possuía muitas propriedades, com medo de perder tudo, teve oferecer algumas propriedades. Naquela altura era impensável a tua avó morar na baixa de Luanda, naquela altura a tua avó vivia no musseque Prenda, só depois é que passou a residir nas Ingombotas. Nós como nativos estávamos todos nos musseques ou em bairros indígenas. Mas com o tempo e quando fores mais crescido vais saber de muitas coisas, em relação à cidade Luanda.

É de realçar que esta conversa que eu tive com o meu avô ficou muitos anos no meu interior, os anos foram passando e tornei-me adulto. A partir deste ponto, achei que estava pronto para ir, mas ao fundo da questão e desta forma buscar outras respostas, por achar que a explicação que o meu avô me deu estava muito “basilar”. Já na universidade comecei a fazer pesquisas, consequentemente encontrei o livro de Gerald J. Bender, *Angola sob o domínio português - mito e realidade*, despertou-me mais, e foi um incentivo de tal modo, que comecei a projetar um possível trabalho de final do curso com interesse de falar sobre um bairro de Luanda, mas ao longo da formação esta pretensão começou a esbarrar-se com o tempo. É natural, porque ao longo da formação fomos submetidos a várias matérias, de fato tornou-se muito confuso e adiei este interesse de falar sobre um bairro de Luanda.

Já nas vésperas da candidatura do mestrado em educação no Instituto Superior de Educação de Luanda – ISCED, fui confrontado novamente com uma situação, um tema para a dissertação, estava difícil encontrar um e depois fazer um projeto com um tema exequível, foi quando me lembrei novamente das palavras sábias do meu avô e com ajuda do professor Hélder Adegar Fonseca[1], não hesitei e formulei o tema: "História dos Bairros Indígenas de Luanda (1922-1962)".

De fato, estava diante de um desafio novamente, neste contexto partimos para o desejo de escrever sobre um bairro de Luanda. Terminado o mestrado, posteriormente fiz a candidatura em 2018 no programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, o resultado foi positivo e felizmente tive direito a uma Bolsa de estudos da CAPES[2]. Em 2019 rumei para a cidade de Recife no mês de julho, em agosto comecei com as atividades do doutoramento.

Como o princípio de qualquer trabalho académico, nasce a partir de um pré-projecto. Para a candidatura do doutoramento, pensamos em retomar a pesquisa que tivera feito no âmbito da dissertação, não hesitei e pensei em fazer um estudo mais alargado e aprofundado na perspectiva de se ir em busca dos bairros indígenas de Luanda, fazendo uma intermediação entre a história e memória destes bairros. Esta pretensão ficou espelhada nas recomendações da banca que analisou a dissertação supracitada e daí nasceu o tema: "*Trânsitos entre a história da cidade colonial de Luanda e a memória dos seus bairros indígenas 1942 – 1962*".

Por outras palavras o título da tese, por um lado vai se consubstanciar como um resultado da minha experiência de vida feita na cidade de Luanda. Por outro lado, é resultado de um processo gradual e coletivo no campo académico. Este percurso pode aproximar-se a uma Ego-história[3], isto porque a minha trajetória de vida, permite entrar num processo de rememoração[4], onde as imagens trazem cenários que

[1] É professor catedrático do Departamento de História da Universidade de Évora e Diretor do NICPRI.UÉ. Doutorou-se em História Contemporânea e fez a agregação em História Social Europeia. Tem publicado em História da Agricultura, História das Elites e História da Mobilidade Social na Europa e, mais recentemente, sobre História social transnacional da Europa e da África Austral.

[2] A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

[3] Aproxima-se a uma Ego-história, porque na história da Ego-história, "a história individual não é separada da história política ou intelectual. Por outras palavras, a história da família e a história das nações não são separadas, elas estão intrinsecamente ligadas" (COLE, 2019, p. 528, tradução nossa).

[4] As temporalidades das minhas memórias repousam na minha experiência na cidade de Luanda, elas partem dos anos 80 (memórias de infância) até ao tempo presente. Em relação às histórias particulares dos entrevistados, elas atingiram temporalidades diferentes, uns narram suas vidas a partir dos anos

marcam a minha infância, a relação com o meu avô Manuel Agostinho e a minha avó Ilda Quintas Gomes[5], sujeitos que estão inscritos nesta tese e, suas experiências de vida, testemunhos e palavras se conectam com a minha trajetória de vida e de pesquisa[6].

Ao trazer os meus avós de parte paterna para esta tese, entramos para o campo da ficção, digo isto, porque os historiadores também utilizam seus personagens, esses personagens seriam os conceitos cujas palavras expressam, no entanto, uma verdadeira posição política ou social. A ficção não é apenas mímica, descrição, um episódio da vida é também uma visão do mundo. Ela fornece ferramentas para compreender uma era, uma configuração familiar, ou funcionamento de uma sociedade. Por isso, os historiadores também precisam de algum tipo de ficção como necessidade, porque eles, na medida que recordam, ativam o imaginário (JABLONKA, 2016, p. 203 - 205, tradução nossa).

Olhar os bairros indígenas em Luanda, é também olhar sobre um regime do tempo, acompanhado por dinâmicas do crescimento da cidade de Luanda. Por outras palavras, são trânsitos porquanto este tema começa a ser inspirado a partir do ano de 1993, sua articulação passa por várias experiências até chegarmos à temporalidade expressa neste trabalho. Ao chegarmos neste tempo (1942-1962), implica dizer que é uma experiência de escrita que fomos articulando a partir da feitura do nosso mestrado para o doutoramento, não foi um mero exercício, mas sim um lugar de prática, cheio de anseios, temporalidades, espacialidades, cruzamentos, entrecruzamentos, inclusão, descarte, conflitos, luzes, aprendizagem, lições e acima de tudo lugar de intercessores.

Trânsitos constituem diversos olhares empreendidos sobre a cidade de Luanda, partindo do pressuposto que a cidade incessantemente é e será sempre um lugar de representações e suscetível de várias leituras para quem se interessar em estudá-la. Por outro lado, podemos admitir que trânsitos indicam o nosso fazer, partindo de vários olhares para o entendimento de como se dá a construção dos bairros indígenas na cidade colonial de Luanda.

30, outros a partir dos anos 40, período que se estende até finais dos anos 60. No cômputo geral, as temporalidades provenientes das narrativas se constituem a partir de trajetórias de vidas.

[5] Caro leitor, seja paciente, Ilda Quintas Gomes será apresentada no primeiro capítulo.

[6] Desde 2016 que venho fazendo entrevistas à Ilda Quintas Gomes. As entrevistas feitas no âmbito do mestrado foram reutilizadas. Em 2021 ela concedeu quatro entrevistas.

Este trânsito entre a cidade de Luanda aos bairros indígenas é sempre feito no sentido: presente - passado e passado - presente, estes movimentos nas dimensões do tempo podem se constituir num regimento em busca do fato ao acontecido que se faz presente na maquinaria da documentação.

A história e a memória alicerçam este trabalho, porquanto a primeira se estabelece a partir do campo da prática, ou seja, a tarefa em procurar o que foi registrado, o que se tem de documento para se falar do tema em questão, ação que permite fazer a inscrição no fazer histórico. Já a segunda, neste caso a memória, é porque existem meios para se falar de bairros indígenas, ou melhor, porque existe a necessidade de leitura e de registro que o passado nos mostra no presente.

A baliza cronológica da nossa pesquisa não se isenta de uma profícua análise que partiu do problema que a documentação apresentou. Para contornar a dificuldade decidimos estabelecer uma metodologia, que visou examinar primeiramente a documentação, e em segundo lugar procuramos extrair dela o máximo de informações sobre os eventos ligados que constituem em grande medida o objeto de estudo proposto para este trabalho. Com a leitura do Livro de Kosselleck (2006), *Futuros passados. Contribuição à semântica dos tempos históricos* facilitou a identificação de um tempo que esteve atrelado à documentação e que não estava visível no nosso olhar.

O grande problema é que naturalizávamos um tempo longo e fragmentado por vários eventos, mas esquecíamos as estruturas, numa primeira instância à nossa pretensão era de começar a narrar a história dos bairros indígenas a partir do ano de 1922, com a justificação do diploma de Norton de Matos Alto-Comissário (1921-1923), em 1922, a portaria n.º 183, de 27 de outubro – manda iniciar a construção de bairros indígenas nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes. Mas ao revisitarmos os documentos, encontramos várias camadas, vários tempos em diferentes camadas. Neste contexto, estes novos elementos promoveram novos deslocamentos e a partir daí começamos a ligar alguns “fios” que estavam soltos. E por outro lado, e acima de tudo, houve um estranhamento por nossa parte.

Ao olharmos isoladamente o decreto supracitado sem examinar as estruturas contidas nele, caminhávamos de uma forma de que toda a história tem um ponto de partida e o seu fim, de tal modo que o início e o fim desta história podem ter elementos que influenciam a baliza temporal estabelecida por nós, que podem estar dentro como fora do tempo estabelecido no estudo. Se contemplarmos as estruturas, elas se

referem a outras temporalidades, muito mais longas. As estruturas podem ser “uma constituição, uma lei, que venha até o momento se relacionar com o evento que estamos a estudar, que perpassa toda temporalidade longuíssima” (KOSELLECK, 2006, p. 136).

Neste contexto, podemos afirmar que o diploma de Norton de Matos que manda iniciar a construção de bairros indígenas em Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes tem implicações no período em que ele é criado. Mas as suas bases são provenientes do seu primeiro mandato, em consequência os eventos ligados a esta postura avançaram em uma direção diacrônica até o ano de 1961 com a criação do diploma Legislativo nº 3117 – que constitui a “Comissão Administrativa dos bairros populares” igualmente, este diploma revoga os diplomas legislativos números 2097 de 1948, 2261, de 1950, 2524, de 1954 e 2822 e 2799, ambos de 1957.

Diante desta constatação, estabelecemos um tempo cronológico longo que tem o seu início no ano de 1912 e se prolongou até o ano de 1969. Se de 1961 em diante já não se fala de bairros indígenas só de “bairros populares”, procuramos alargar a nossa análise para compreender os eventos e as estruturas até o ano de 1969. De igual modo, procedemos com o ano de 1922, neste sentido, a nossa preocupação foi de afastar-se dele, até ao ano de 1912.

No interior deste tempo (1912-1969) cronológico longo, procuramos estabelecer um tempo curto, ou seja, um tempo de aprofundamento, como resultado, teremos um período que começa a partir de 1942 e se estende para o ano de 1962, sendo uma baliza temporal estabelecida para podermos narrar à história da construção dos bairros indígenas de Luanda. Neste sentido o antes e o depois, são elementos que perfazem o entendimento que para o nosso trabalho é necessário olhar as circunstâncias como se dá um determinado evento, e como esses eventos podem proporcionar um antes e o seu depois, constituindo desta forma uma narrativa que pode estar inserida numa sucessão temporal. Este tempo de aprofundamento é um período que eu nomeio por época das concretizações materiais onde se vai construir bairros indígenas em Luanda, regulamentos, leis e uma série de dispositivos que foram implementados com base em resolver os problemas que a cidade de Luanda enfrentava do âmbito urbanístico.

Embora termos criado um tempo intermédio (1942-1962), na qual incidirá a nossa análise, de realçar que às vezes iremos precisar de sair deste período, para recorrer aos outros, esta disposição em certa medida dá-se por causa da

documentação do fórum jurídico que perpassa longos períodos por um lado. Por outro lado, a necessidade de falar sobre a cidade e os seus bairros e a questão do crescimento dela, só é possível se olharmos na longa duração, daí a razão do nosso olhar as estruturas, que muitas das vezes só podem ser entendidas na questão da continuidade e descontinuidade presentes no espaço urbano.

Se o historiador precisa retornar aos documentos é um imperativo de tal importância, que nos ajudou a sair de uma naturalização que a documentação impunha em termos dos limites como olhávamos o tempo. Sendo o tempo uma variável importante para o entendimento de uma narrativa, quando ele é pensado e problematizado, permite a compreensão dos diversos níveis de temporalidade inscrita numa unidade formada de eventos que pode ser narrada.

O tempo nesta pesquisa não esteve à margem do nosso olhar, foi uma preocupação persistente, que partiu desde a construção do objeto do tema, na forma como observamos os eventos na documentação estabelecida em arquivos e como as estruturas foram identificadas através da leitura dos documentos, a este todo exercício se consolida na apreciação no campo da experiência de sujeitos inscritos nos eventos[7].

Como vimos nos parágrafos acima o tempo não foi um elemento solto sem alvo de uma discussão, foi a minha relação com a documentação que permitiu a emergência de uma temporalidade estabelecida para esta tese, é o que Michel de Certeau (1982) considera indispensável para a escrita da história a relação entre espaço e tempo. A escolha do espaço não é inócua, mas uma deliberação que afasta relatos e documentos a partir da demarcação das fronteiras espaciais do seu objeto, ou seja, o historiador é quem estabelece o espaço e o tempo de sua narrativa (CERTEAU, *apud*, GRAÇA FILHO, 2009. p. 9 -10).

O historiador pode solicitar um processo de separação do presente, a favor da prática do olhar distanciado, ou seja, com um regime de historicidade[8] o historiador

[7] Nesta tese, se inscreve o tempo da legislação, mas há também os tempos da memória e eles se entrelaçam em uns momentos, mas se afastam em outros.

[8] Este regime de historicidade conforme o olhar de Hartog (2013, p. 12-13) não é uma certeza dada. Este regime, não é diretamente observável num registo em calendário actual, ele é estabelecido pelo historiador. O regime de historicidade pode ser entendido por duas formas: (i) em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata do seu passado no campo da História; (ii) em uma acepção ampla, como o regime serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana no campo da Antropologia. A noção de historicidade pode fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes, Hartog (2006) adicionaria presentemente, para iluminar modos de relação ao tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem e maneiras de ser no tempo (HARTOG, 2006, p. 263).

pode apoiar-se na questão de recorrer ao tempo e trabalhar na temporalidade. O tempo não é uma norma real, é uma sucessão objetiva que poderia passivamente ser constatada, mas, no inverso, ele nasce numa relação com as coisas. “É apenas da minha relação de ser-no-mundo que pode surgir a temporalidade” (MERLEAU – PONTY, *apud*, PAISANA, 1993, p. 105).

1.2 A PESQUISA: OBJETIVO E PROBLEMÁTICA

Esta tese tem como objetivo compreender o que esteve na base para a construção de bairros indígenas em Luanda. Esta pesquisa busca o entendimento de uma história de conexões, ligada ao espaço urbano colonial de Luanda. O desdobramento desta história leva-nos para uma escala reduzida que é sinalizada para a questão dos bairros indígenas de Luanda.

Os atores do espaço urbano colonial em muitos casos em África, criaram o culto diferencial e processos complexos de reorganização de cidades inteiras, dentro do seu espaço urbano, podemos ver a separação e a desigualdade dentro de uma perspectiva onde a zona residencial deve ser demarcada para “raças” diferentes (NIGHTINGALE, 2012, p. 2, tradução nossa). Nas cidades africanas, suas marcas do passado inscritas no edificado permitem que no presente possamos fazer reflexões em torno do dualismo da localização (no) e (do) espaço. As reflexões podem ser feitas, por exemplo se formos capazes de perceber até que ponto os bairros foram construídos, organizados e ocupados na malha urbana da cidade colonial.

As cidades coloniais, nomeadamente as africanas foram construídas segundo este princípio de segregação: claramente marcavam uma oposição entre “cidade europeia” e a “cidade africana” separadas, por zonas vazias que compunham autênticas rampas de proteção, uma tendência, em sectores com visíveis ou invisíveis fronteiras (PELLETIER; DELFANTE, 1997, p. 181-190).

Houve uma necessidade de se criar um sistema urbano desigual, conexo de funções precisas, determinadas pelos objetos superiores da conquista colonial, formou, porém, uma sociedade “distinta”[9]. A segregação habitacional foi o retrato espacial de um método colonial institucionalmente discriminatório, a gerência da mobilidade, a disposição da mão-de-obra, foram elementos de composição das

[9] Vale a pena ressaltar o seguinte: entre o que o colonialismo criou e o que efetivamente existiu há uma diferença muito grande. Há espaços de misturas/mestiçagens e há uma cidade que anda também.

sociedades coloniais urbanas. Estes elementos reconstituem com algumas das características que descrevem o urbano enquanto espaço de reprimir, mas também enquanto espaço de incentivos de autonomias, possibilidades, intercâmbio e de trânsitos de conhecimentos (HENRIQUES; VIEIRA, 2013, p. 3 - 4).

Os franceses praticaram a segregação cultural, enquanto os britânicos, são conhecidos por instituírem políticas destinadas a segregar racialmente as estruturas espaciais na África colonial. Apesar das estratégias diametralmente opostas de desenvolvimento das duas potências coloniais, as cidades coloniais em toda a África foram igualmente segregadas segundo linhas raciais. Mais importante a segregação racial espacial foi mais eficaz do que qualquer outra forma de segregação para assegurar a realização de objetivos cruciais do projecto colonial que foram apreciados tanto pelas autoridades coloniais francesas como britânicas (NJOH, 2008, p. 598, tradução nossa).

Para Zeleza e Eyoh (2003) a urbanização durante o período colonial envolveu tanto o estabelecimento de novas cidades coloniais como a transformação/expansão de cidades que existiam antes da chegada dos colonizadores. As novas cidades foram localizadas em portos marítimos e ao longo das ferrovias, e em pontos estratégicos do interior, como centros de comércio e administração. As potências europeias viram as colónias africanas como fonte de matéria-prima e escoamento para exportação de bens manufaturados. Consequentemente, a estrutura espacial da maioria das economias africanas tornou-se fortemente centrada num pequeno número de cidades portuárias, onde os recentes transportes foram estabelecidos no interior, e onde se concentravam os migrantes que começaram a afluir do interior rural. Cada potência colonial trouxe o seu distinto estilo urbano e arquitetónico para as colónias.

Geralmente, em todas as colónias, o centro da cidade continha edifícios administrativos e comerciais, e as zonas residenciais situam-se fora do centro da cidade. Em todas cidades coloniais os funcionários coloniais e residentes viviam na maior parte da cidade, que seria fornecida com os serviços sociais - água e saneamento, escolas, clínicas, e lojas – enquanto os africanos viviam nos bairros mais pobres. É claro que a segregação residencial foi pior nas cidades mais recentes, especialmente as que tinham grandes populações de colonos, como os da África do Sul, Zimbabwe, Angola, Moçambique, Quénia, e a Argélia. Alguns empregadores, tais como os caminhos-de-ferro, polícia, exército, e outros organismos públicos, geralmente providenciaram alojamento, enquanto trabalhadores do sector privado e

aqueles que se dedicavam ao sector informal viviam em bairros de lata congestionados. As cidades coloniais cresceram em grande parte como resultado da migração rural para o espaço urbano. Os bairros africanos, por sua vez, foram frequentemente diferenciados de acordo com a classe e ocupação (ZELEZA; EYOH, 2003, p. 578, tradução nossa).

A desigualdade social racializada inscrita na organização do espaço e a separação que a torna operativa no quotidiano, institucionalizada, mas também efetiva nas relações, eram aspectos que descreviam bem esse legado. Estes processos decorreram a partir da organização de um sistema social que lidou em prejuízo com a urbanização dos africanos. Estes foram até muito tarde reconhecidos, na sua opressiva maioria em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau, como “indígenas”; culturalmente atrasados, mergulhados nos seus hábitos, não elegíveis para uma cidadania portuguesa, já de si fixada desde 1926 e de modo mais efetivo desde 1933 com a criação e a introdução do Estado Novo, numa harmoniosa aparição em Portugal de um regime do tipo fascista (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p. 18).

Apesar da crescente urbanização que a cidade de Luanda experimentou, até finais dos anos cinquenta, a maioria dos africanos continuavam a viver no meio rural, a capital da província ultramarina Angola - Luanda, continuava a dominar a realidade urbana em comparação com as outras cidades - (Benguela, Lobito, Huambo – Nova Lisboa e Lubango – Sá da Bandeira), com cerca de quarenta por cento da população citadina. Neste período, assinala-se um aumento da migração dos africanos (considerados de indígenas) para as cidades angolanas, paralelamente a este fenómeno migratório, aconteceu uma outra vaga migratória, mas esta, foi de angolanos que se dirigiram para os países africanos vizinhos[10] (WHEELER; PELISSIER, 2009).

Por outro lado, assinala-se neste período a introdução de uma política de ocupação, geralmente denominada por política de povoamento[11], uma política que

[10] A justificação vai em torno da questão da mão-de-obra, ou seja, muitos angolanos preferiam abandonar Angola, o destino era na sua maioria, para outros países africanos, principalmente para aqueles que fazem fronteira com Angola. Muitos se deslocaram para poder trabalhar, isto porque os salários eram melhores nestes países, e existia uma diferença clara na forma como os africanos eram tratados. Embora que os sistemas (administração direta e administração indireta) foram implementados nas colónias, por parte das potências coloniais, não foram bons exemplos para África.

[11] Desde 1933, o ministro das colônias, Armando Monteiro, sublinhou a importância social das colónias, sugerindo a transferência massiva dos proletários brancos, desempregados na Europa, rumo à África, poupando assim as metrópoles da contestação operária e, pela mesma ocasião, assegurando o “branqueamento” da África portuguesa. Tratava -se da filosofia fascista sob nova roupagem (DIOP, 2010, p. 75-76).

deu sustento a um fluxo de colonos portugueses, contribuindo desta forma para a emigração colonial. Costa (2002) afirmou que estas vagas migratórias contribuíram para o aumento da densidade urbana nas cidades angolanas, em consequência, se estabelece na cidade de Luanda, aparentemente dois espaços antagónicos: cidade branca (do asfalto) - alimentada em termos de fluxos populacionais vindos da metrópole e a cidade da poeira (o musseque[12]) – espaço alimentado na sua maioria por um contingente populacional vindo mundo rural.[13]

Para assegurar o caráter débil e não harmonioso que a cidade apresentava, foram criados dispositivos para poder regular. Neste contexto, os métodos administrativos aplicados por instituições e por sujeitos implicados com a gestão da cidade colonial de Luanda, funcionaram como um elo de fiscalização urbana por um lado. Por outro lado, representaram também a fundação de um instrumento regulador importante na redefinição do espaço urbano colonial, disposições que contribuíram para o surgimento de espaços territorialmente distintos. Os bairros e os fogos habitacionais[14] para os tais ditos indígenas no espaço urbano colonial de Luanda são partes de um espaço com uma natureza ligada à situação colonial e naturalmente são frutos dos métodos que serviram de organização do espaço urbano colonial.

A racialização da estrutura social dependia de contrastes e, nesse sentido, relacionava-se com os espaços onde se verificava uma presença maior de colonos de origem europeia. Neste contexto, surgiram cidades divididas “cidades duplas” bairros divididos e, lugares demarcados por fronteiras, onde o centro é sempre “o cimento” o lugar onde o europeu vive, lugar que era separado em confrontação com um outro lugar, que é precário a grande periferia onde se encontram o grande número de indígenas, um lugar construído segundo outros métodos e materiais, (DOMINGOS; PERALTA, 2013).

Mesmo quando a geografia arquitetónica[15] foi alterada com a introdução de novos elementos, com base em novos modelos de erigir infraestruturas e do aproveitar o espaço na cidade, momentos que se inscrevem na grande narrativa sobre o modernismo, a cidade de Luanda, segundo Domingos (2020, p. 45), recebeu uma

[12] Caro leitor, ver o conceito de Musseque no subcapítulo reservado para a discussão historiográfica.
[13] Com estes espaços produzidos na cidade, não quer dizer que nesta cidade não existiu o racismo e a violência.
[14] Fogos habitacionais: tipologias habitacionais.
[15] Entendemos aqui geografia arquitetónica, um conjunto estabelecido de edifícios na cidade com várias funções e modelos. Um olhar a este conjunto de edifícios, em termos conceituais, podemos significar por geografia arquitetónica.

geografia individual, isolada dos contactos sociais, económicos e políticos. À medida que o “tropical” revezava o “colonial”, a funcionalidade inerente aos trabalhos dos modernistas transforma-se exatamente numa maneira abstrata, negligenciando desta forma as suas funções e usos reais.

O que fica visível na cidade colonial de Luanda, com a introdução do modernismo era um sinal da “boa vida” numa sociedade que tinha urgência em ser moderna. Perante esta necessidade, o que mais sobressalta é a ausência da “cidade africana” e, de um modo geral a ausência dos africanos, numa clara vontade dos atores do urbanismo em implementar o modernismo na geografia arquitetônica em Luanda. De fato, quando se efetivou esta “utopia do modernismo”, o modernismo passaria a ser a base do edificado na cidade de Luanda. Consequentemente ao rumo a dar aos africanos, não foi mais do que a destruição dos subúrbios caóticos (informais), local onde se encontravam, para dar espaço e avanço a cidade branca. Por isso, as representações de África parecem limitar-se à arquitetura e o urbanismo branco (DOMINGOS, 2020, p. 46).

Neste sentido, olhando para a realidade daquilo que se passou em Angola, estudos no campo do urbanismo mostram e oferecem pistas como foram construídos e planejados os bairros para os tais ditos indígenas e para a população de origem europeia. Em grande parte, olha-se para esta questão da construção de bairros para os indígenas, na perspectiva que estes fogos habitacionais foram construídos para resolver problemas ligados à habitação que a cidade de Luanda enfrentava. Os locais onde foram construídos instituem para nós no presente, uma leitura crítica do espaço urbano colonial de Luanda, isto porque a forma diferencial como estes bairros foram construídos e as justificações sobre o assunto, acirram debates que vão desde a ordem higienista, de urbanização e de política[16].

Estes estudos também examinam o crescimento da cidade colonial de Luanda, um crescimento que foi marcado por uma modernidade inicial, que já operava como ferramenta do poder político e da segregação social. Por outro lado, estes trabalhos perscrutam de forma pormenorizada a lógica do íntimo do sistema colonial. Definido por uma separação legal, em termos políticos e legais, foi este dispositivo que criou

[16] Em nosso olhar, este debate também pode ser elevado para uma perspectiva ligada ao racismo. Por exemplo podemos olhar para as práticas que estes processos de construção de bairros para os indígenas em Luanda acarretaram ao longo dos tempos. Entender estas dinâmicas no espaço urbano colonial é também entender como estes espaços na cidade foram produzidos, ocupados e demarcados

as categorias de “civilizado”, e de “indígena” e de “assimilado”. Esta mesma lógica foi depois lançada sobre o espaço urbano, gerando uma “cidade dual” caracterizada pela segregação racial (DOMINGOS, 2020).

Olhar para este dispositivo criado pelo poder colonial e formatado para os africanos, é uma tarefa que permite examinar a base jurídica que reconhece o “indígena” como um indivíduo que foi capturado pelas estruturas do Indigenato. Todavia é também uma forma de entendermos a “discriminação negativa”[17]; uma distinção entre cidadãos perante os autóctones - indivíduos que não eram reconhecidos como cidadãos pela maquinaria opressora do sistema colonial português.

Ser discriminado negativamente, na perspectiva de Castel (2008) significa, ser dependente a um propósito embasado, numa característica que não se escolhe. É também, ser instrumentalizado a partir da alteridade, constituída em fator de exclusão. A discriminação negativa, também permite falar do excluído, com isso, Castel (2008, p. 75) entende que o excluído se encontra nas periferias; um espaço separado e repleto de excluídos, com isso, ele diz que a exclusão é que os golpeia, é um produto de mecanismos de aculturação de negação e de discriminação, provenientes do uso perverso de um modelo republicano.[18]

Um entendimento do debate, a partir daquilo que pode ser retirado do léxico do urbanismo colonial, permitirá chegar à questão do “indígena” como a figura principal a ocupar estes fogos habitacionais num nível micro. Num nível macro, vai ao encontro de uma inscrição, daquilo que é o pensamento colonial de, como é que os bairros para os indígenas na cidade de Luanda, deveriam ser edificados na perspectiva dos atores do urbanismo, visto que um “projeto de desenvolvimento urbano e, a *fortiori*, de uma composição urbana, está sempre a vontade de um poder” (DELFANTE, 1997, p. 405).

Neste contexto, ao escolhermos os bairros indígenas de Luanda como unidade de análise, permitiu uma maior aproximação e articulação no sentido de entendermos a cidade de Luanda, como espaço colonial e o papel que estes bairros tiveram na materialização da organização da cidade. É também a partir deste local (unidade de

[17] Castel (2008) também aborda a questão da discriminação positiva. Para ele, existem formas de discriminação positivas que consistem em fazer mais por aqueles que têm menos o princípio destas práticas não é contestável na medida em que se trata de desdobrar esforços suplementar em favor de populações carentes de recursos a fim de integrá-los ao regime comum e ajudá-las a reencontrar este regime (CASTEL, 2008, p. 12).

[18] Um modelo que se aplica em dois elementos: o cidadão e o indígena.

análise) que foram surgindo questões de várias ordens, que foram a posterior afinadas com os saberes provenientes do léxico urbano colonial de Luanda, um procedimento que autoriza trazer para este turno, as seguintes perguntas:

A construção de bairros indígenas foi um problema de enquadramento social e económico da população urbana? Efetivou-se a construção de bairros indígenas por ser uma inquietação face ao aglomerado de “nativos” que rodeavam as cidades de Luanda, constituindo um problema complexo de ordem política e de urbanismo? Efetivou-se a construção de bairros indígenas por ser uma forma de minimizar os problemas sérios de falta de habitação?

Os questionamentos feitos nos parágrafos acima derivam de uma apreciação de dois problemas. O primeiro vai em torno da questão da construção dos bairros indígenas, que deve ser vista a partir da relação da cidade e o campo e em segundo lugar tem a ver com o reconhecimento do indígena na cidade (por políticos e pelos atores do urbanismo) ou melhor, daqueles que pensam a cidade a partir de uma planificação e uma série de interesses que agem sobre os seus habitantes.

Isto porque, julgamos nós, que a cidade colonial de Luanda, não foi planejada para os tais ditos indígenas, a massa de “indígenas” até por volta dos finais dos anos 50 e princípios dos anos 60 que se estabeleciam na cidade, eram vistos pelas autoridades coloniais como um problema complexo e uma fonte de futura inquietação e cuidados.

É daí que surge um sentimento de insegurança por parte das autoridades coloniais que “alcançou um tipo de expressão com muitas formas, incluindo leis e políticas que foram geradas para separar especialmente os europeus dos africanos” (NJOH, 2008, p. 594, tradução nossa). Algumas destas leis e políticas será que só foram sustentadas pelos problemas ligados ao urbanismo? A questão da coabitação na cidade ou do racismo não influenciaram para decisões que se aplicavam no momento?

Soares (1961) afirma categoricamente que para as autoridades coloniais, a questão da grande massa de indígenas que se estabeleceu na cidade colonial de Luanda, foi encarada como um problema que não podia estar separado dos problemas de natureza sanitária, policial, de política indígena e de urbanização.

A hipótese que defendemos é a de que, embora o processo de construção de bairros indígenas em Luanda afigura-se com um cunho “aparentemente social”, suas

bases estavam assentes numa perspectiva discriminatória (ou seja, ordenar a cidade a partir de linhas rácicas e controlar a cidade).[19]

Um estudo sobre a construção de edifícios ou bairros numa cidade colonial é ao mesmo tempo funcional e social. Por isso, o estudo direciona-se sobre o espaço urbano colonial de Luanda a partir de elaborações coletivas, acerca de acontecimentos históricos ocorridos no espaço e no tempo. Ligados a um conjunto de variáveis, por isso os eventos que se encontram na documentação, facilitaram o entendimento das questões que problematizam em grande parte, as narrativas provenientes de uma cidade colonial, caracterizada por normas de um sistema colonial altamente discriminatório, alicerçado por legislações e práticas seguras que deram corpo ao sistema colonial português em Angola.

A organização espacial e urbanística da cidade de Luanda em meados do século XX comprova que a construção de fogos habitacionais para os bairros indígenas levou a novas transformações sociais, evidenciando desta forma, ajustamentos de ordem política, económica e social. Uma leitura do espaço urbano colonial de Luanda pode ser iniciada na questão do afastamento habitacional, suas bases estão inscritas no racismo, e residem num urbanismo ao serviço do poder colonial.

Embora que os discursos dos agentes da organização do espaço urbano colonial caminham para uma outra perspectiva, ou podemos até considerar como um contraponto da perspectiva racial. Mas os problemas de âmbito urbanístico que a cidade colonial de Luanda enfrentava, para além de demonstrarem diversos tipos de eventos, porém, também evidenciam práticas que passavam em dar tratamento aos tais ditos indígenas estabelecidos no espaço urbano de Luanda. Olhar para a construção de bairros indígenas a partir da questão do déficit de habitação, não nos impede de “rachar” esta possibilidade de entendimento, e partir para uma outra.

Para este turno, a questão da construção dos bairros indígenas em Luanda demonstra sinais de uma mudança na forma como os atores do urbanismo estavam a encarar os problemas ligados ao crescimento da cidade. O lado social pode ser visto

[19] Com os trabalhos de (António Tomás, 2022; Sylvia Croese, 2015; Claudia Gastrow, 2020; Chloe Buire, 2019; Ricardo Valente Cardoso, 2015; Aharon de Grassi, 2019; Isabel Martins, 2000) permitiram que olhássemos no tempo presente, como a cidade se foi costurando com as práticas e agendas dos seus agentes. Os trabalhos dos autores acima mencionados são extremamente relevantes porque permitem observar como o poder político e as relações de poder interferem na definição do espaço urbano de Luanda, tanto no período colonial como no tempo presente.

como um sinal que nos leva para uma visão contrária onde o racismo relaciona-se, por exemplo, na forma como estes bairros foram concebidos e nos dispositivos criados após a edificação e a ocupação dos fogos habitacionais que perfazem e definem no âmago das questões o que são bairros para os tais ditos indígenas no espaço urbano colonial.

1.3 O REFERENCIAL HISTORIOGRÁFICO

No quadro da revisão da literatura feita como base fundamental para constatar o que já foi escrito sobre o tema, encontramos algumas obras que examinam a construção de infraestruturas da cidade de Luanda. Assim como a legibilidade do espaço urbano, sua anatomia em confrontação com o panorama urbanístico nas várias épocas da história da cidade. É o caso da obra de Mourão (2006), em *continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*, o autor consegue identificar num período longo três cidades de Luanda: a cidade feitoria, a cidade mestiça e a cidade colonial caracterizada como cidade do núcleo do poder cristão. Seu interesse sobre a cidade de Luanda incidiu sobre o sítio urbano na perspectiva do urbano como espaço físico e social, onde se configuram situações de natureza social, económica e cultural.[20]

Na sua análise sobre o espaço urbano, Mourão (2006, 2009) não coloca o espaço como sujeito, mas a partir dele, consegue trazer leituras sobre a demografia da população de Luanda do séc. XVI ao séc. XX, cobrindo os contingentes populacionais, segundo a ocupação destes grupos no espaço físico da cidade. Por outro lado, assinala-se na sua análise uma correlação entre a cartografia, planos diretores da cidade com as plantas da cidade. No período colonial, Mourão (2006) analisa leis e portarias relacionadas com a criação de instituições ligadas ao fomento de habitação, regulamentos de obras públicas, planos de urbanização, criação de bairros, gabinetes de urbanização, bairros administrativos e fundos das casas econômicas.

[20] Para além de *continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano,* o autor, em 2009, discorreu sobre o espaço urbano no artigo: O espaço urbano no contexto colonial: o Caso de Luanda. **África: revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, S. Paulo, 24 – 26, 175 – 192, 2009.

Luanda ao ser vista por Mourão (2006) a partir de fatores conjugados, preceito que lhe permitiu observar a literatura ligada a cidade de Luanda que se destaca na representação de uma cidade com as suas várias imagens: a cultura popular luandense e as formas de organização da população no espaço físico. Por outro lado, estes fatores conjugados permitiram-lhe encontrar vários tempos e espaços, que ele vai denominar por espaço: europeu; africano, espaço misto e o espaço englobado no espaço urbano de Luanda.

Dos vários pontos de vista tanto do urbanismo, tanto espacial e do habitat, na perspectiva de Mourão (2006) é possível encontrar na cidade sinais de relacionamento nas aproximações e de rupturas entre o espaço europeu e o espaço africano no espaço urbano colonial de Luanda. Por isso, Mourão (2006) ao tratar do espaço na sua análise sobre a cidade de Luanda, parte do pressuposto que numa situação colonial: o espaço espelha a ordenação do racial e a ordenação do social, surgindo desta forma dicotomias na cidade, por exemplo: a cidade alta e baixa no ponto de vista do urbanismo, a cidade branca e a cidade da poeira, a cidade do asfalto e o musseque[21], tudo isso, reflete um esquema de poder social.

Mourão (2006) ao ir constantemente ao desenho urbano de Luanda, consegue compreender a evolução do habitat em vários períodos por um lado. Por outro, deu-lhe a possibilidade de se aproximar de uma determinada realidade social do tempo. Ou seja, ao longo do trabalho Mourão (2006), foi cruzando os dados pertencentes aos grupos somáticos distribuídos ao longo da cidade, alcançado desta forma um entendimento sobre a distribuição espacial e social destes grupos, bem como, estes grupos eram pensados na altura quando houvesse a necessidade de se fazer os planos de urbanização para a cidade Luanda. Este exercício deu-lhe o ensejo de olhar as elites, tanto do lado dos africanos como do lado dos europeus na cidade de Luanda, bem como os processos das mudanças de natureza trans-étnica, transculturais e natureza social – ou melhor, a proletarização.

[21] Na historiografia podemos encontrar o termo grafado da seguinte forma: Musseques ou Muceques. A palavra musseque, em quimbundo significa terra vermelha, área caracterizada pela ausência, debilidade e a insalubridade do povoamento das populações miseráveis, em outras palavras eram lugares onde residiam a maioria dos indígenas que serviam de mão-de-obra barata, para a cidade do asfalto. Por outro lado, a palavra musseque significa, terreno arenoso, mas agricultável, situado fora da orla marítima, em planície de altitude […]. Nos antigos musseques de Luanda, hoje urbanizado em elegantes bairros a vegetação que predominava, era o cajueiro e mandioqueira […]. T. quimb. de « mu» (onde) + «seke» (areia) (RIBAS, 2009, p. 147).

A longa duração no olhar de Mourão (2006) sobre a cidade de Luanda deu-lhe condições de examinar um quadro espacial, na qual pode-se observar nos seus escritos uma sociedade desigual, daí que encontramos no seu trabalho uma série de diferenças em vários planos no campo social.

Assinala-se que em *continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*, o autor consegue encontrar os bairros indígenas, a partir da sua análise nos documentos jurídicos, mas não vai ao fundo de algumas questões sobre os bairros indígenas construídos em Luanda na época colonial. Como vimos nos parágrafos acima a preocupação de Mourão (2006) foi de fazer uma leitura do desenho urbano da cidade de Luanda, o resultado permitiu-lhe demonstrar a situação colonial patente na cidade, surgindo desta forma, várias cidades nos seus escritos, vários segmentos sociais e mudanças, foi desta forma que o autor se orientou em direção ao estudo do espaço urbano como unidade de referência do corpo da sua pesquisa.

Em Política de bem-estar rural em Angola, ensaio de Soares (1961), precisamente no capítulo três, sob o título: *uma introdução ao estudo do urbanismo em Angola,* o autor analisa a questão dos bairros indígenas nos centros urbanos como um problema político e de urbanismo. O problema político centra-se na questão do enquadramento social e económico dos “nativos” que o autor chama de “desenraizados”. Segundo o autor, era preciso arranjar formas progressivas para poder integrá-los no grémio cultural e político da sociedade civilizada. O problema urbanístico seria nesse caso um emaranhado de problemas técnicos na qual urbanistas tinham como função pensar como enquadrar a grande massa populacional que estava em volta da cidade de Luanda (SOARES, 1961, p. 178).

Este problema de urbanização que Soares (1961) levanta no seu ensaio, se enquadra numa perspectiva cânon dos limiares do surgimento do urbanismo como uma ciência para poder resolver questões da cidade ou uma forma de dar respostas ao processo “civilizatório e evolutivo” que o colonialismo português impunha nas suas colónias. O autor ao pensar na promoção e na integração dos “nativos” no seio da sociedade colonial, olha para a questão do melhoramento das condições de vida no espaço rural e no espaço urbano. Para ele era necessário que fossem desenvolvidas outras obrigações para aqueles que desejassem integrar-se na sociedade dominante,

que naquela altura pensava-se pelo facto de viver na cidade, era uma forma de viver numa sociedade moderna (SOARES, 1961).

No entendimento de Soares (1961), era necessário conscientizar os tais ditos indígenas, a mudarem de hábitos de higiene, uma vez que muitos depois de terem chegado a cidade de Luanda proveniente do interior de Angola, mantinham alguns hábitos da "sanzala". Soares (1961) acreditava que, quem estivesse na cidade teria de ser obediente, tinha de cumprir com as suas obrigações fiscais, serviço de identificação e acima de tudo se preocupar em ter uma profissão.

Os elementos enumerados no parágrafo anterior na visão de Soares (1961) seriam obstáculos, face a uma possível política bem direcionada para o enquadramento dos tais ditos indígenas, sem esquecer do problema da concentração das massas ao redor da cidade colonial de Luanda.

Correia (2018) ao olhar *o modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno de Luanda*[22], no período que vai de 1950 a 1975, nos mostra, que foi nesta época que em Angola, edificou-se novos edifícios e surgiram novos hábitos, neste sentido a habitação, o trabalho e o lazer estavam juntos. É neste período que se nota claramente, uma diferença nos edifícios públicos e o tipo de habitação que atendia "negros" e "brancos". Por outro lado, este período é marcado por uma imposição de regras aos atores do urbanismo, ordens provenientes do regime salazarista, contrariando desta forma os ideais da Carta de Atenas[23]. As diferenças existentes dos bairros construídos nesta época, marcam determinadas linguagens de épocas, neste contexto, o tempo e o espaço urbano começaram a ser ocupados também por edifícios, nomeadamente por bairros militares, bairros da Polícia, bairros dos Caminhos-de-ferro e o por último pelo bairro do Prenda, entre outros.

Em *urbanismo e arquitetura em Angola – de Norton de Matos à revolução*, Fonte (2007) elege como tema central no seu trabalho, análise das formas de ocupação do território em Angola, das suas estruturas e organização, bem como da arquitetura produzida no período compreendido entre os anos de 1920 até ao ano de 1970. A autora ao olhar na longa duração às estruturas, sua organização e a

[22] CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes. O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno – Luanda 1950 – 1975. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, 2018.

[23] Considera-se que a Carta de Atenas assentava em quatro funções básicas na cidade: habitação, trabalho, diversão e circulação. A Carta de Atenas propunha, em termos sociais, que cada indivíduo tivesse acesso às alegrias fundamentais, ao bem-estar do lar e à beleza da cidade.

arquitetura, traz à figura de Norton de Matos como ponto de partida no seu estudo, por ele imprimir uma linha orientadora de valorização das potencialidades do território angolano. Em decorrência desta ousadia, suas políticas foram determinadas no processo de urbanização, tal façanha podemos encarcerá-la no seu segundo mandato (1921-1923), embora que já existiam sinais de uma veia urbanística no seu primeiro mandato (1912 - 1915).

Neste trabalho ressaltou-se também a preocupação da autora em olhar os planos de urbanização, das antigas províncias ultramarinas. Dentre os vários planos de urbanização; em nossa reflexão, destacamos dois planos, pois achamos conveniente trazer para este turno. Neste contexto, em 1942 a CML encomendou, sob o amparo da organização dos planos gerais, o primeiro plano de urbanização para a cidade de Luanda que Etiene de Groer e David Moreira da Silva, que propuseram um plano de cidades – satélites. Já em 1948, Vasco Vieira da Costa apresentou o plano da cidade nº 3, diante destes planos como proposta para se resolver os sérios problemas que a cidade enfrentava em termos de crescimento e congestionamento. Como foi pensado estes planos em relação aos grupos somáticos que estavam estabelecidos na cidade?

Se estamos a ver nos dois planos supramencionados uma clara intenção de resolver os problemas da cidade, o primeiro apresentava-se com característica de criar cinco cidades satélites, à margem do núcleo urbano consolidado, criando um tampão rural entre elas. Já o plano de Vasco Vieira é assinalado nele, uma preocupação que foi em torno das relações entre a população europeia e os tais ditos indígenas, uma questão que a autora diz ser determinante na organização das cidades coloniais, em termos por exemplo da composição e dos planos das cidades coloniais, bem como na orientação das habitações e na localização dos bairros indígenas.[24]

Em 2017 no âmbito da nossa dissertação sob o título *história dos bairros indígenas de Luanda (1922-1962)*[25], conseguimos examinar a construção de bairros

[24] Vasco Vieira da Costa, previu ficticiamente uma zona de habitação indígena localizada atrás do aeroporto internacional. No entanto nunca chegou a detalhá-la, pois na verdade nunca teve por objetivo criar essa zona racial, que surge mais para atender meramente às regras do urbanismo colonial (MOURÃO, 2006, p. 313). O bairro foi construído, e os seus ocupantes foram as populações que saíram do antigo bairro indígena da Cacimba, que foi demolido e o local foi construído a Cidadela Desportiva.
[25] Este trabalho não se enquadra no âmbito de um mestrado em história, mas em Ciências da Educação na vertente de ensino de história.

indígenas em Luanda como espaço de segregação. Porém, este primeiro exercício culminou em uma dissertação que deixou alguns aspectos significativos fora do contexto da temática, um dos exemplos que podemos mostrar aqui é o papel dos Negócios Indígenas como instituição e a relação deste organismo com a Comissão Administrativa dos Bairros indígenas - CABI e por sua vez a relação destas instituições com a Câmara Municipal de Luanda.

Passados alguns anos e com uma nova preocupação nossa em lançar novas bases para um debate académico sobre o tema, decidimos trazer novos elementos. Embora a maioria dos trabalhos supramencionados não sejam da disciplina de história e o foco destes, não foi abordar especificamente uma narrativa dos bairros indígenas, mas às abordagens superficiais que encontramos sobre o tema, permitiu entender como o assunto foi discutido ao longo do tempo.

Desta forma, estes trabalhos demonstram que a cidade de Luanda, tem tido atenção de geógrafos, sociólogos, arquitetos e antropólogos. Quanto a contribuição dos historiadores tem sido exígua, Neto (2012) em *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*, vai dizer que possivelmente os motivos que estiveram na base do não interesse por parte de historiadores em estudar as cidades coloniais em Angola, estejam na base que as cidades coloniais são edificações coloniais exclusivamente modernas, com pouca ou nenhuma contribuição dos africanos e na ideia firme de que a verdadeira África, pelo menos a África tropical deve ser encontrada nas aldeias rurais (NETO, 2012, p. 15, tradução nossa).[26]

Concernentes aos bairros indígenas, pouco ou nada os historiadores se interessaram sobre o tema, como vimos nas páginas anteriores, só foi Soares (1961) como sociólogo no período colonial que se dedicou a falar sobre o assunto com um nível de profundidade, mas às suas convicções ficaram muito presas em questões contemporâneas. Por isso é que no seu ensaio, ele reforça a questão do equilíbrio entre o urbano e o rural, ou seja, para ele a cidade era lugar para as populações de

[26] Conceição Neto (2015) em *História Urbana de Angola no século vinte: quase tudo por fazer*, vai nos dizer que a cidade do Huambo e as circunstâncias da sua fundação em 1912, serve de pretexto para alimentar a discussão sobre o interesse, as potencialidades e a urgência de investigar a história das cidades e vilas de Angola, sobretudo a sua história social. As fontes sobretudo do século XX permitem fazer este desiderato, devido a sua abundância. Ao contrário dos séculos XVIII e XIX, os quais apresentam uma escassez de fontes. Ao estudar o Huambo, a autora centrou-se nos processos de mudança social. Ou seja, numa situação colonial, duma urbanização para a população africana sujeita a poderes e modelos que lhe eram alheios.

origem europeia e o “indígena” que tivesse que ficar na cidade, tinha que se adaptar a um novo modo de coabitação, e os bairros para albergar estes “indígenas” tinham que ser diferentes em comparação com a população de origem europeia.

Soares (1961) parte da perspectiva que para a resolução do problema dos bairros indígenas nas cidades, tinha que se aplicar réplicas acopladas ao desenvolvimento de um plano estruturado de bem-estar rural. E se o plano fosse executado isoladamente, sem acompanhar os preceitos de uma política ligada na relação do urbano com o rural, a resolução seria encarada apenas como um problema de urbanização. Para Soares (1961) quanto mais a cidade se desenvolvesse ela tornava-se um ponto de atração para os tais ditos indígenas. Por isso, para dar resposta a este fenómeno era necessário contrabalançar o mundo rural com os centros urbanos.

Para este trabalho não parto da mesma questão que Soares (1961) alude no seu ensaio, ou seja, no assunto que ele reforça que era necessário construir casas para os tais ditos indígenas nos grandes centros urbanos em Angola. Na nossa perspectiva era necessário construir, casas para os vários estratos sociais, porque até a população de origem europeia estabelecida em Luanda, com poucos recursos, beneficiou-se de bairros ou casas económicas. Por outro lado, esta questão da construção de bairros indígenas na cidade colonial de Luanda evidencia sinais de um desenvolvimento urbano, que, até certo ponto, houve uma preocupação para as questões dos “indígenas”.

Mas para este turno, esta questão da construção dos bairros indígenas na cidade colonial de Luanda, permitiu que partíssemos da perspectiva de que a construção destes fogos habitacionais teve um cunho social, mas ao irmos no âmago das questões, há uma relação estreita com o racismo. É a partir deste conceito de racismo que contemplo os bairros indígenas como dispositivos que foram utilizados para minimizar alguns problemas pontuais referentes à questão da falta de casas e foi uma forma de poder demarcar os fogos habitacionais entre “indígenas” em relação à população de origem europeia.

1.4 TIPOLOGIAS COLONIAIS: USO E SIGNIFICAÇÃO

Se quisermos entender as tessituras da organização e transformações dos espaços na cidade, segundo a regra do colonizador, devemos ir na direção da genealogia das palavras; colonialismo e colonização; elas são resultantes do Latim, indicam cultivar ou conceber. Por outro lado, indicam organizar e arranjar, é o que Amselle (2014) explica sobre o principal fenómeno da colonização, que para ele é um estabelecimento de novas divisões territoriais (“círculos”, “distritos”, “territórios”). Neste contexto, tanto os colonos; aqueles que organizam uma região, como os colonizadores, aqueles que estudam um território pelo domínio de uma maioria local, buscaram ambos a organizar e transformar espaço não europeu em edificações fundamentalmente do tipo europeu (MUDIMBE, 2013, p.15).

Criar categorias foi um instrumento de poder no espaço colonial, nomear, classificar, erigir relações entre categorias são todas formas de criação de uma nova realidade social que se pode apresentar hegemônica, mesmo que se precise passar no meio de uma coabitação. Este foi o espírito dos projetos imperialistas em África. Por isso, classificar pessoas, coisas, hierarquizar e acima de tudo construir bases as quais se sustentavam as práticas de dominação, representam um empreendimento que buscava estratégias de imposição de um conjunto de categorias e valores (FILHO; DIAS, 2018).

Nomear é “ao mesmo tempo dar sentido, o poder gera sentido. “Assim deve ser!”. O poder articula o mundo na medida em que nomeia as coisas, determinando seu para onde e para quê” (NIETZSCHE, *apud*, HAN, 2019, p. 28). A classificação de pessoas e coisas é o resultado da execução dos dispositivos que foram criados para cumprir o desiderato de dominar os africanos. Olhar para os resultados das classificações de pessoas e coisas permite olhar um léxico proveniente do colonial onde podemos encontrar imagens, corpos, sujeitos e discursos.

A partir dos discursos do colonial é possível encontrar categorias sociais estabelecidas dentro de um parâmetro dicotómico agenciado entre o colonizador e colonizado (FILHO; DIAS, 2018). Compreender como se costura a construção do sujeito colonial no discurso, e como se articula o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma pronunciação das formas da diferença (racial e sexual). Essa pronunciação torna-se decisiva se considerarmos que o corpo está sempre

conjuntamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto no aforro do discurso, da dominação e do poder (BHABHA, 1998).

É de realçar que o sucesso da instituição colonial dependia da invenção e manutenção de uma percepção de um mundo alicerçado nas relações de identidade e alteridade, devidamente legalizadas. Ou seja, era fundamental definir o status de cada sujeito na nova estrutura inventada pelo sistema colonial. O encontro entre europeus e africanos deu origem a uma dinâmica social complexa, geradora de hibridismos, misturas, análises e avizinhamentos. Em virtude disso, categorias como “civilizado”, “assimilado”, “moderno” e “tradicional” foram criadas para simplificar, distinguir e hierarquizar (FILHO; DIAS, 2018).

A partir desta necessidade de distinguir e hierarquizar, foi criado uma série de dispositivos, o dispositivo pode ser entendido aqui, como um meio ou coisa que tenha de alguma maneira arte e a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEM, 2005, p. 13).

O colonialismo colonizador destrói para substituir, por isso que ele é uma estrutura, não um evento (WOLFE, 2006). A dicotomia central do colonial é agenciada pelo colonizador versus colonizado, ela desdobra-se transitando para múltiplas dimensões da vida social e por categorias jurídicas que condicionavam o acesso a direitos políticos e civis dos sujeitos coloniais que foram articuladas a outras tantas classificações: religiosa, estética, territorial e comportamental (FILHO; DIAS, 2018).

Se o “objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 1998, p. 111), como articular o discurso proveniente do colonial quando estivermos a operar com as categorias (“indígenas”, “assimilados”, “colono”, “bairros indígenas” “desenraizados” “destribalizados”) entre outras, que sobressaem no discurso proveniente de diferentes narrativas que compõem o universo colonial inscrito nesta tese?

Os “indígenas” inscritos nesta pesquisa, não são sujeitos desapossados de nomes ou de uma identidade. Eles sinalizam experiências de vida na cidade, alguns aparecem com nomes. Um dos exemplos é Ilda Quintas Gomes (minha avó de parte

paterna), que nos confirmou que só teve o Bilhete de identidade em 1960[27], é também o caso dos senhores Francisco Pereira do Amaral – Motorista, Luiz José Pedro da Silva – Carpinteiro, e João António – Alfaiate, trabalhadores que escreveram uma carta para o Ministro do Ultramar - Vasco Lopes Alves. Na carta os trabalhadores disseram que não são "indígenas", reforçam as suas identidades dizendo que possuíam uma relativa instrução, com hábitos e costumes europeus e que não podiam ser considerados "indígenas"[28]. outros aparecem anónimos (como "indígenas" "nativo(a)" "indígena civilizado" ou "assimilados"), mas são sinalizados a partir do diálogo entre as fontes e a historiografia.[29]

Tem outros que aparecem como narradores, por aquilo que eles narraram, podemos colocá-los na categoria de "assimilados"[30] ou aqueles que estavam na fase de transição para se tornarem "cidadãos"[31], por exemplo: o Sr. Barros Gabriel (fez parte da Casa da Mocidade), Sr. Dofonso Fernando Manzambi e a Sra. Vanda Madalena (casal que viveu no bairro indígena da Cacimba e dos Congolenses). João Mateus Joaquim - (Man Garras) foi acólito, José Narciso Arsénio (cota Friquiqui) seu

[27] Até 1957, aqueles tais ditos indígenas que possuíam residência permanente na metrópole ou em Ilhas adjacentes que pretendiam adquirir o direito à cidadania e a concessão do bilhete de identidade lhes foram intimados a dirigir os seus requerimentos ao Ministro do Ultramar, acompanhados da documentação exigida por lei, fazendo delas entrega na Inspecção Superior dos Negócios Indígenas. A esta Inspecção competia apreciar os tais pedidos e resolvê-los junto à Delegação do Ministro do Ultramar. E para os tais ditos indígenas residentes nas províncias ultramarinas onde não vigorava o regime do indigenato que pretendiam adquirir o direito à cidadania e a concessão do bilhete de identidade, eram obrigados a dirigir os seus requerimentos, acompanhados da documentação exigida por lei, ao respectivo governador da província, por intermédio dos serviços de administração civil. E por fim, também era exigida prova de bom comportamento, bastava mostrar o registo criminal atestando que o indivíduo não sofreu condenação em pena maior, nem mais de duas condenações em prisão correcional. In: *Jornal Diário Popular*: 27 de novembro de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

[28] Caro leitor, ver o assunto que os trabalhadores escreveram para o Ministro do Ultramar - Vasco Lopes Alves, no subcapítulo: *Do crescimento da cidade aos gritos de aflição: os dois lados de uma moeda.*

[29] Por exemplo, podemos elencar também o caso da Sra. Joaquina Aniceto de Carvalho Dias, por vezes tratada por nativa e também por indígena civilizada. Caro leitor, ver o assunto relacionado com à sra. Joaquina Dias no subcapítulo: *Vozes com eco, clamando falta de casas*.

[30] A dicotomia entre "civilizados" e "não civilizados" é fundamental. Os civilizados, também denominados de "assimilados" passam a ter estatuto intermediário que os aproxima dos cidadãos. Embora os assimilados tenham atingido uma minoria, face às dificuldades legais e administrativas para se obter essa qualificação, o seu estatuto constitui-se numa ampla expectativa de mudança (MOURÃO, 2006, p. 241).

[31] Eles não podem ser acoplados nestas categorias como se fosse um critério estabelecido rígido, isto porque no período colonial muitas pessoas conseguiram burlar demandas provenientes das relações de poder usando a trampolinagem, ou mesmo manipulando identidades. Caro leitor, ver o conceito de trampolinagem em Certau (1998) *As artes de fazer. A invenção do cotidiano*.

pai e o seu avô já possuíam o bilhete de identidade, e Zulmira Octávio, seu pai foi enfermeiro e ela trabalhou nos serviços da Fazenda.

Por outro lado, temos aqueles que se encaixam na categoria “colono” ou “agentes coloniais”: administradores, governadores, deputados, homens de negócios e militares, entre outros. Estes sujeitos estão demarcados nesta pesquisa com base naquilo que é o confronto de narrativas que saíram do agenciamento do discurso do senhor colonizador para o “Outro” - o colonizado. Para ser melhor entendido, por exemplo, se por um lado temos narrativas provenientes dos “assimilados” ou dos “indígenas”, por outro lado, temos discursos, dos senhores administradores, governadores ou agentes do urbanismo.[32]

Não podemos negar a voz do passado, nesta pesquisa não irei posicionar-me a favor do colonizado nem do colonizador, a minha posição é de tirar um retrato que se aproxima a um passado da cidade que se foi com o tempo. O colonial tem uma biblioteca e não posso fugir desta realidade, por isso, vou ouvir o que os decisores do espaço urbano têm a dizer, e o que os tais ditos indígenas disseram e como aparecem registrados na documentação[33]. A história é feita de dados memoriais, ela deve ser tensionada, não pretendo diminuir a imagem do “indígena”, pelo contrário, coloco-me na posição de um sujeito que aceita que o termo “indígena” e bairro para indígenas como termos pejorativos[34].

Ao operarmos com estes termos, não queremos abusar da autoridade do seu uso, por isso ao colocarmos entre aspas por exemplo os “indígenas” ou quando nos referimos os tais ditos indígenas, implica mostrar que não seguimos o discurso do colonizador. Por outro lado, não podemos negar a importância destes conceitos (indígenas, bairros indígenas, assimilados[35]) isto porque, fazem parte da biblioteca colonial. Olhá-los a partir do contexto colonial, não quer dizer que comungamos com

[32] Por exemplo, podemos falar de Álvaro de Freitas Morna, Norton de Matos, Rebelo Horácio Viana, Amadeu Castilho Soares e Marcelo Caetano.
[33] Schaub (2014) vai dizer que os historiadores estão assim convidados a descrever o que se passou no momento colonial a partir das fontes que foram produzidas pelas próprias sociedades em vista.
[34] A minha posição pode aproximar a de Spivak (2010) em estudos subalternos, quando ela afirma que é importante criar um espaço para o subalterno poder se exprimir, e quando ela ou ele faça, possa ser ouvido (a).
[35] Caro leitor, o conceito assimilado será discutido quando abordarmos a questão do estabelecimento do indigenato.

a natureza deles e com aquilo que é a operacionalização para a compreensão de uma determinada realidade.

Mas aceitamos que muitas categorias provenientes do colonial com “valores” têm sido multiplicadas às vezes ligeiramente reformadas. Ou seja, existe uma continuação de alguns aspectos do modo colonial de criar a vida social, justiçando-se pelo dinamismo hegemônico da lista mental dos agentes coloniais, que pela força de como as categorias foram criadas e usadas, olhando para contemporaneidade, muitas destas categorias ou classificações ainda são utilizadas[36]. A reprodução destas categorias sociais atadas com os regimes provenientes do colonial pode ser encontrada em diferentes contextos: nas várias formas de racismo, classificação e hierarquização de hábitos, relações, espaços, conhecimento, línguas, crenças religiosas e sistemas políticos (FILHO; DIAS, 2018).

Para nós, afinal de contas quem é o “indígena”?[37]

Em *Os avatares do Estado na África: o estado civil do estado na África*, num dos capítulos pertencente a obra organizada por Jonel Gonçalves em 2014, sob o título *África no mundo contemporâneo – estruturas e relações*, encontramos uma discussão do conceito “indígena” que parte por um lado, a partir do léxico colonial, e por outro lado, a partir do lugar que foi o colonial.

A discussão parte de três intervenientes: em primeiro lugar Fotê (2014) olha o indígena pelo dicionário colonial; para ele o indígena é o nativo, claro, é o autóctone derrotado: disciplinadamente dominado, habilidosamente desfigurado e culturalmente separado. Ele é, portanto, encarado “sem cultura” e “sem civilização” (FOTÊ, *apud*, GONÇALVES, 2014, p. 482).

Em segundo lugar Mbembe (2014) vai nos dizer que o termo “indígena” é a translação legal e política das teorias antropo biológicas que, no período do “colonialismo glorioso”, tinham como papel sustentar o racismo e legitimar a

[36] Balibar e Wallerstein (2021, p. 89-90) vão dizer que o próprio racismo é uma história singular, obviamente, não linear (com suas mudanças de direção, suas fases subterrâneas e suas explosões). De fato, o racismo é uma relação social, não é um simples delírio de indivíduos racistas. Acontece que a atualidade está atada às características singulares do passado.

[37] Os indígenas de fato não existiram, foi uma invenção, uma criação que não foi ressignificada. Foi uma categoria criada para poder diferenciar as pessoas no período colonial. As pessoas entrevistadas por mim, não se identificavam e não se viam encaixadas, suas identidades no conceito indígena atrelado ao código do Indigenato.

dominação dos africanos. Há, portanto, uma medida quase biológica do termo, da qual não se pode descurar nem o poder, nem o simbolismo (MBEMBE, *apud*, GONÇALVES, 2014, p. 484).

Em terceiro lugar, Diouf (2014) vai dizer que é verdade que num ingresso unicamente legal é certo e exequível definir um “indígena”. Nessas circunstâncias, o “indígena” é aquele que foi acorrentado no código do Indigenato. Ele não tem nenhum direito à ação. Como se dizia no período, ele é pau cacete para todo ato. Ele pode ser detido sem sentença. Não tem direito de comprovar. É alguém destituído de todos os atributos que fazem de alguém um cidadão (DIOUF, *apud*, GONÇALVES, 2014, p. 488).

E o que seria para nós bairros indígenas?

Os bairros indígenas aparecem nesta pesquisa a partir da forma como eles são visados na documentação jurídica e urbanística da cidade de Luanda e como lugares que foram construídos no espaço urbano colonial de Luanda. Estes bairros têm nome, muitos deles já não existem, os que existem foram revitalizados. Para aqueles bairros indígenas que já não é possível encontrar vestígios, só nos resta encontrá-los a partir da documentação do fórum urbanístico ou jurídico afeto à cidade, ou mesmo a partir de imagens provenientes de relatos orais.

Por isso, iremos encontrar algumas vezes na tese, bairros indígenas sem especificar um nome específico para o bairro indígena. Por outro lado, é importante evidenciar que os projetos destinados para a população africana, como fogos habitacionais, nos documentos administrativos da cidade de Luanda, reiteradamente encontramos bairros para indígenas, mas quando estes bairros foram erguidos e ocupados, muitos recebiam nomes. Por exemplo: “o direito à ocupação do antigo bairro indígena, mais conhecido por “Bairro Operário” [38], data o ano de 1932” (ARAÚJO, 2012, p. 179).

Outros exemplos que podemos mostrar é o caso do bairro indígena da Cacimba, edificado na década de 40 (onde foi construída a cidadela desportiva), também podemos falar dos bairros indígenas: dos Congolenses que foi edificado na década

[38] Junto deste bairro estava edificado um outro bairro indígena, caro leitor ver a figura número 13. Nesta figura é possível ver a disposição destes bairros a partir de um substrato da planta da cidade de Luanda de 1938.

dos anos 50, o dos Saiotes, e um outro que foi construído junto ao cemitério Novo[39], um bairro que foi construído decorrente das demolições ocorridas no quilómetro sete, propriamente no musseque Caputo. E por fim, o bairro onde o meu avô viveu, um bairro que foi construído no final da década de 1960, “às vezes denominado por bairro indígena, por vezes denominado bairro operário e ainda bairro popular: o do Cazenga. Um bairro que ficou muito tempo sem ser ocupado” (MOURÃO, 2006, p. 252).

Os termos bairros indígenas, bairros operários, bairros populares, são provenientes de um resultado de épocas com uma obliquidade ideológica, própria de cada época ou de momentos em que houve a necessidade de redefinição do habitat na cidade de Luanda. O termo bairros, seria nesse caso, “espaços urbanos, criados como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra e mentalmente reconhece como tendo algo em comum e de identificável” (LYNCH, 1969, p. 58).

De acordo com Mourão (2006, p. 252) “a designação de bairro indígena atende, por um lado, a uma tendência de origem ideológica favorável ao isolamento da população africana, por outro lado, a pequenas soluções de cunho social”. Bairro indígena como categoria inscrita nesta pesquisa é vista a partir do processo decorrente de tomadas de decisões com vista a responder às demandas do urbanismo colonial.

Neste contexto, existe uma diferença entre bairros indígenas e musseque, os primeiros são projetados e construídos, passados por um processo autorizado pelo colonizador (apropriando-se do modelo europeu) e, os musseques derivam única e exclusivamente da população que os domicilia, trasladando as referências rurais de que são oriundos. No entanto, a nomenclatura “indígena”, pode cooperar à caraterização saída do Estatuto do Indígena. Os bairros indígenas se dirigiam unicamente aos que eram considerados “indígenas”, ou seja, não eram cidadãos. No entanto estes bairros eram reservados, basicamente à população negra e mulata (os mais evoluídos), fossem considerados “indígenas” segundo o Estatuto, ou apenas “indígenas” por serem naturais de Angola, o que é certo, é que apenas os bairros indígenas eram projetados (há vários exemplos) e os musseques não, resultado do aparecimento espontâneo (FONTE, 2007, p. 148).

[39] Conhecido como cemitério da Santa Ana.

Dar significação às categorias inferidas e mostrar seu uso nesta pesquisa, permite estar no “entre meio”[40] com o propósito de driblar a força do lugar do colonial, que muitas das vezes aprisiona a posição do autor em um texto com relação ao material o qual ele escreve. Por outro lado, com este procedimento, permite trazer para a ribalta os sujeitos ausentes, oprimidos e aos aprisionados numa história de mão única construída com estereótipos, dualismos e divisões (SAID, 1990; HALL, 2016; SANTOS, 2019).

Proceder desta forma é tirar os sujeitos presos numa torre de marfim, por outras palavras, é tirar os sujeitos estudados no colonial na condição de passivos, é permitir que alguém fale por eles, é permitir que se faça uma apresentação de maneira positiva do sujeito (PACE, 2006). Os conceitos analisados por nós, se fossem vistos a partir de um olhar genérico, arriscar-se-ia a excluir a materialidade de estruturas sociais perceptíveis. Um exame pormenorizado sobre o relacionamento entre colonizadores e colonizados autoriza compreender como a configuração da alteridade ocorre internamente em um sistema de interpretação que os modifica de maneira a atribuir-lhes novas acepções (MENEZES, 2007).

Os conceitos aclarados por nós neste turno, remete-nos a lugares, que por sua vez indicam, conteúdos. Selecioná-los e formular uma explicação na perspectiva de Koselleck (1992, p. 135) significa, encontrar nos conceitos um certo nível de teorização cujo entendimento é reflexivo. Um conceito pode ter um grau de abstração e teorização, é um ponto assente que Koselleck (1992) enfatiza, dizendo que é uma problemática que empiricamente deve ser tratada, por meio do trabalho com as fontes.

As palavras bairros indígenas, “indígena” e “africanos” transformados em conceitos, são indicadores que permitem pensar nos limites de uma realidade histórica, ou seja, “um conceito relaciona-se sempre com àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 138).

Poderíamos dizer que os musseques também acolheram bairros indígenas, mas este assunto remete-nos para outras questões, ou seja, tínhamos de olhar os

[40] Sobre o conceito entre – meio (in-between) literalmente, é estar no entremeio entre duas condições de fronteira (BHABHA, 1998).

bairros construídos na malha do musseque por iniciativa particular, e muitas vezes sem seguir um padrão arquitetônico, diferente dos bairros indígenas construídos por iniciativa do Estado. Por isso, trazer estes conceitos e tornando-os compreensíveis, significa “dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos e contextos” (KOSELLECK, 1992, p. 139).

Se olharmos para o conceito de bairro indígena, ele pode conter, como não pode conter uma história, mas se encontrarmos nele numerosas associações e resíduos extralinguísticos que testemunham eventos e situações passadas. Iremos encontrar no seu âmago uma concepção conceitual que registra e frágua concomitantemente, “no plano da linguagem, um determinado contexto de experiências, um determinado estado das coisas localizados num tempo e num espaço específico[41]” (KOSELLECK, 2020, p. 9).

Se do ponto de vista lógico, os conceitos não apresentam história, o léxico na qual eles se condensam e se concentram os significados que um dado conceito em si, pode ser objeto de reapropriação, releituras, reocupações e reinvenções. Numa palavra pode ser condutora de novos conceitos, tornando-se suporte de novos significados, estes últimos, por sua vez, referidos a novos estados de coisas (KOSELLECK, 2020). Um dos exemplos que podemos mostrar é a questão do conceito de indígena definido no Código do Indigenato - Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique implementado em 1926 e, na sua revisão em 1954, surge o conceito: “indígenas destribalizados”, a partir dele se agencia uma concepção jurídica e histórica.

Ou seja, como afirmou koselleck (2020, p.40) um conceito pode continuar a viver a sua formação conceitual a que esteve originalmente conexo. Pode ser objeto de um processo diacrônico de mediação semântica e, pode ser relido, aplicado num movimento que envolve simultaneamente a preservação, a transformação, a continuidade, a invenção, a permanência e a reformulação.

Os conceitos: indígena, bairros indígenas e africanos são conceitos de movimento e ação, possuem uma estrutura temporal interna, pois permitem ver

[41] Ou seja, iremos encontrar leis que regulam o funcionamento dos bairros indígenas, bairros indígenas como resultados de políticas públicas, bairros indígenas no centro da cidade como um problema de urbanização, policial e de política indígena.

estados de coisas, “assim, esses conceitos criam um potencial de movimento e mudança temporal, independentemente do seu conteúdo de realidade” (KOSELLECK, 2012, p. 37, tradução nossa). Por exemplo, o conceito de africano como categoria vista no contexto da colonização portuguesa, posteriormente ele passa para uma “redução de capital”, ou seja, num determinado contexto, o africano é atribuído a categoria de “indígena”, essa mudança, remete-nos a lugares e num apurado estado das coisas situados num tempo e num lugar específico.

Para ser compreendido, essa mudança, leva-nos a olhar para o século XIX, com a emergência de leis (por exemplo a que olha a questão da cidadania)[42] e na entrada em Luanda de grandes contingentes populacionais: “mestiços” e “negros”, anteriormente situados no perímetro de influência do núcleo urbano conexos a práticas comerciais conexas direta ou indiretamente com o tráfico. Com o “fim” do tráfico aumentou a “população mestiça” e a “população negra” na cidade de Luanda, os reflexos são sentidos na construção civil. A população africana, sobretudo os integrantes das ditas famílias tradicionais, passam a ter acesso ao ensino, surgindo uma classe média ligada à burocracia da administração civil e mesmo militar, a par de uma elite cultural. Por outro lado, as mudanças de atitudes, como resultado da ameaça dirigida pela Inglaterra em 1890, fez surgir um sentimento patriótico que influenciou a mentalidade e a política portuguesa a partir desta data, a par do início do estabelecimento de fluxos migratórios da população “branca” para as colônias. Na medida que tudo isso acontece, “interrompe-se” esse período da colonização, os africanos sofrem uma “capitis diminutio”, passando à categoria de indígenas (MOURÃO, 2006).

Num dado momento nesta tese, irei utilizar os conceitos: os africanos por um lado, por outro lado, população africana, os contextos e os eventos, correlacionados com a historiografia e as fontes permitirão fazer esse convertimento. Optamos por esta designação: população africana, por quanto ela, trazer um espaço diferencial quando estivermos a comparar com a população dita “branca”, ou seja, quando referenciamos população africana: encontramos no substrato da palavra

[42] As leis dos regimes liberais em Portugal após 1820 decretaram que todas as pessoas de Angola eram cidadãos portugueses. O termo indígena aparece pela primeira vez no sistema colonial português em 1894. E em 1899 é criada a lei laboral, denominada “Código e trabalho dos indígenas. Caro leitor, para um melhor entendimento sobre esse assunto, iremos tratar com mais abrangência no subcapítulo: Do Indigenato ao crescimento da cidade: lugares de “captura”, “separação” e “instrumentalização”.

particularidades culturais, espaciais, temporais e populacional apropriadas com uma leitura nacionalista, em comparação, por exemplo, com uma leitura europeia, que traz outros sinais e particularidades (MOURÃO, 2006).

Caro leitor, neste conceito população africana pode estar implícito outras questões, pela sua natureza, permite que olhemos, por exemplo, para os tais ditos “brancos” que nasceram em Angola, podemos considerá-los africanos ou europeus? O contexto do processo colonial permite rachar este conceito, visto que ele pode agregar sujeitos subjacentes a condições históricas, ou seja, depois da independência de Angola, muitos dos tais ditos “brancos” tornaram-se angolanos.

Antes de 1975 os ditos brancos nascidos em Angola, eram portugueses, mas quando fossem a metrópole eram tidos como “brancos” de segunda ou terceira, quer dizer, que o racismo não esteve preocupado em atingir somente, os tais ditos indígenas ou os assimilados, as castas coloniais forjaram a ideia, em comum, de uma superioridade “branca” uma prorrogativa da civilização a ser defendida contra os selvagens. As castas não interromperam “o grande jogo”, ou seja, imprimiram movimentos de rebelião uns aos outros (indígenas uns contra os outros) para o caso dos tais ditos brancos (o outro “branco” é também o “branco” maligno, pelo fato de nascer em África) (BALIBAR, 2021).

Ao trazermos esta reflexão do racismo que partiu do conceito população africana, permite entendermos a imagem do racismo como prática colonial. O tratamento conceitual de algumas categorias, neste turno, “reforçam a necessidade de estudos de singularidades das situações a partir da especificidade e de situações históricas provenientes do espaço colonial” (BALIBAR, 2021, p. 2). O contexto colonial em África apresenta desafios para os historiadores, tendo em conta, o desejo em descodificar os processos criados em ambientes marcados por ideologias hierarquizadas. Por exemplo, em África os lugares, os povos foram classificados segundo a visão do colonizador, logo o investigador a se interessar sobre um determinado assunto, deve ter atenção, aos conceitos que estão nos próprios documentos e as ambiguidades.

Este tema oferece-nos um outro prisma ao contrário da visão ideológica colonial e traz novas perspectivas para a compreensão do processo da construção dos espaços urbanos em Angola, onde as populações de origem europeia e africana foram

obrigadas a conviver em comum, mas nunca juntas. Os resultados do estudo podem constituir um paradigma para outros trabalhos sobre outras cidades de Angola.[43]

Sendo assim, caro leitor, convido-o para conheceres como este trabalho se apresenta em termos de estrutura. A primeira parte está reservada para apresentação da cidade colonial, sua fundação e a sua evolução histórica. É um capítulo que se apoia principalmente a partir de alguns eixos que a historiografia pontou sobre o crescimento da cidade até definir os espaços no urbano de aproximação e rupturas entre o espaço europeu e o espaço africano.

A segunda parte vai consubstanciar-se numa apresentação da cidade de Luanda e a situação colonial, por isso, escolhemos mostrar dois mundos da cidade. Um dos mundos é descrito a partir de narrativas provenientes de sujeitos e o outro a partir da forma como os periódicos representam a cidade ao longo dos tempos, propriamente nos meados do século XX. Por outro lado, este tópico se ocupou em mostrar dois eventos na cidade: o crescimento da cidade e a falta de habitação na cidade. Mas em vez de partirmos, diretamente, para estes eventos, sinalizamos o Indigenato como ponto de partida para mostrarmos que o desenvolvimento esteve acompanhado com o Indigenato como dispositivo, que capturou e separou o indígena ideologicamente, matriz transferida para a materialização e organização do espaço urbano de Luanda.

A terceira parte abordará questões viradas para as políticas face ao problema da falta de habitação para os tais ditos indígenas. Por isso, no seu primeiro subcapítulo, iremos olhar o papel da CML – Câmara Municipal de Luanda e o GUC – Gabinete de Urbanismo Colonial, como atores do urbanismo que determinavam o espaço urbano colonial de Luanda. Por outro lado, tentaremos tirar o máximo de representações nos discursos dos parlamentares em torno dos problemas ligados ao urbanismo e a questão do fomento urbano. E por último, arriscaremos saber qual é o debate sobre as políticas para a construção de bairros indígenas. Neste subcapítulo, iremos trabalhar com fontes primárias que encontramos nos arquivos do IPEGUL -

[43] Em praticamente todo processo de intervenção urbana, […] os usos do espaço incidem sobre as formas de representação cotidiana e dos modos de vida urbana. Essas representações, entretanto, hão-de ser consideradas reflexivas: dependem das possibilidades de acesso e do uso físico ou simbólico do espaço e, inversamente tendem a moldar as configurações sociais desses espaços, atribuindo-lhes forma e sentido (LEITE, 2006, p. 23).

Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda. Confrontaremos estas fontes com os relatórios que encontramos na CML e com as fontes secundárias.

Os restantes subcapítulos se ocuparam em tratar questões ligadas aos processos administrativos, ou seja, tentaremos compreender o que foi criado como instituições e leis para se construir bairros para os tais ditos indígenas na cidade colonial de Luanda. Ainda neste capítulo, examinamos que tipos de projetos e propostas que os atores do urbanismo fizeram ou receberam para edificar a construção de casas para os ditos indígenas.

A quarta parte vai indicar um elemento que está bem delimitado na documentação, que é um discurso voltado não somente para a construção de bairros indígenas, mas também para a construção de bairros operários e populares. Este tópico serviu para analisar as rupturas e as mudanças de paradigmas, ou seja, é um capítulo que se analisou através dos discursos, as ações e as realizações daquilo que foi a questão do problema da falta de habitação. Em outras palavras, procuraremos compreender o motivo de um discurso ser direcionado para uma tríade: bairros indígenas, populares e operários.

A quinta parte da tese é constituída por três subcapítulos, ela é reservada para o exame das narrativas, imagens e as memórias dos bairros indígenas, este exercício, proporcionou um deslocamento entre o presente e o passado. Através dos narradores e a metodologia aplicada, analisou-se o que representam as palavras proveniente do ato de narrar. Neste sentido, a memória proporcionou a visibilidade de experiências, lugares, marcas, eventos, palavras, imagens e lembranças que agenciam a necessidade de ambicionar a análise sobre as memórias e os lugares de memórias dos bairros indígenas de Luanda.

1.5 FONTES E METODOLOGIA

As principais fontes para este trabalho, são documentos de arquivos conservados nos arquivos em Angola. Podemos evidenciar o Arquivo Nacional de Angola – ANA; neste arquivo encontramos códices, papéis soltos e pastas. A documentação recolhida neste arquivo representa em grande parte documentos administrativos do funcionalismo da CML, decretos, portarias, editais e regulamentos. Olhar estes documentos da CML, permitiu entender a relação desta instituição com

outras instituições estabelecidas em Luanda, bem como a sua força e fraqueza como organismo que tinha o papel de fiscalizar, arrecadar receitas e administrar a cidade colonial de Luanda.

Por outro lado, as discussões na edilidade; permitiram que compreendêssemos os grandes problemas que a cidade enfrentava em termos de transgressões, vendas de terrenos, expropriações de terrenos a favor do “bem público”, o crescimento da cidade, o urbanismo e a necessidade de construção de casas e bairros para os tais ditos indígenas.

Relativamente aos códices permitiu entender o papel dos Negócios Indígenas em relação a gestão do indígena como mão-de-obra barata e a CABI, instituição que respondia diretamente aos Negócios indígenas, portanto, neste quesito olhamos para as atas e alguns livros de registo de correspondências entre ambas as instituições.

Ainda na senda de arquivos; tivemos o privilégio de consultar o arquivo do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda - IPEGUL, os documentos encontrados nesta instituição representam em grande parte a documentação da 8ª repartição da CML, ou seja, o IPEGUL herdou uma parte dos documentos administrativos da CML, atualmente Governo Provincial de Luanda.

A documentação no IPEGUL espelha claramente projetos do âmbito de arranjos urbanísticos, planos de urbanização, ampliação de bairros, construção de bairros indígenas, construção de bairros populares ou bairros económicos e relatórios sobre posições tomadas pelos arquitetos e urbanistas sobre dossiês ligados a solicitações de estudos e terrenos para a construção de edifícios. Os documentos vistos no arquivo do IPEGUL, abriu outra frente no trabalho em termos de leitura sobre a cidade, ou seja, as leituras de mapas, plantas e fotografias, são dispositivos que permitiram a leitura e a interpretação do desenho urbano, pautado por dinâmicas da urbanização colonial, servindo desta forma como índice de conhecimento para o estudo sobre o Outro.[44]

Por outro lado, consultamos o arquivo da Igreja Tocoista,[45] neste arquivo encontramos fotografias e áudios - entrevistas sobre o surgimento da igreja, a relação da igreja com as autoridades coloniais e a igreja e os fiéis instalados no bairro indígena

[44] Sobre o estudo sobre o Outro, pode ser entendido quando estivermos a estudar objetos por meio de uma relegação temporal. Sobre este assunto, podemos partir da ideia de Fabian (2013), quando ele olha a questão do Outro, numa perspectiva da antropologia como disciplina inerente à política.
[45] Igreja Tocoísta – os doze (12) Mais Velhos.

da Cacimba e dos Congolenses. Para estas fontes, principalmente dos áudios fizemos o reuso, procedimento que demandou preocupações, por exemplo na forma como foram produzidos os áudios, a conservação dos depoimentos, bem como o significado das várias dimensões contidas nos depoimentos. Adotar entrevistas já existentes como fonte de pesquisa, significa inquiri-las a partir de outras motivações. Por isso, seu reuso não estaria limitado à repetição daquilo que já foi enunciado e que já ganhou um carater histórico; a partir de novas necessidades no campo da pesquisa, o documento que repousa em um arquivo, pode ser alvo de múltiplas leituras (HEYMANN; ALBERTI, 2018, p.19).

Utilizamos também como fontes, livros de memórias, boletins oficiais – (Boletim oficial geral das colónias), documento que se encontra disponível no site Memória do Oriente, (Boletim oficial de Angola) - documentos que podem ser encontrados na Impressa Nacional de Angola e no ANA. Estes documentos são de capital importância, porquanto levam para o presente um universo de representação daquilo que foi o lugar colonial: um espaço de invenção, de execução de leis e acima de tudo, de propaganda provenientes dos feitos do poder colonial.

Também consultamos o que existe na historiografia em termos de monografias, dissertações, teses e artigos. Neste trabalho é assinalado de forma significativa a presença de Jornais[46] como fonte de pesquisa histórica, por isso, acreditamos ser indispensável trazer para este turno, considerações sobre a utilização dos periódicos como fonte para o processo de reconstrução histórica. Neste sentido, qual foi a nossa posição face ao desafio de tratar o jornal como fonte?

Visto que os jornais e as matérias publicadas não estão isentos de interferências; por isso, é que elas cumprem um sentido político, primeiramente, ficamos atentos para as questões básicas: fazer crítica aos documentos, neste contexto, o historiador deve estar atento ao tempo e o lugar em que foi elaborado o jornal, quem o financiava e o seu público-alvo. Por outro lado, é necessário decifrar, identificar, analisar e desconstruir o texto jornalístico, visto que o “jornalista assim como o historiador, também consegue captar e se apresenta como testemunha direta dos eventos históricos, entrevistando atores sociais e construindo representações” (MÜLLER, 2015, p. 272).

[46] Estes periódicos podem ser encontrados nas seguintes instituições: 1) Biblioteca do Governo provincial de Luanda - GPL; 2) Biblioteca Nacional de Angola; 3) Arquivo Nacional de Angola -ANA.

Para além de se fazer uma análise crítica com frieza e rigor científico quando pretendemos trabalhar com o jornal como fonte para o processo de reconstrução histórica, é preciso ter em consideração as técnicas de recolha de informação nos jornais. De acordo com Pimenta (2010, p. 41) a primeira técnica vai ao encontro de se "fazer um estudo sistemático, dia após dia, durante um período prolongado, que é uma tarefa esgotante. A segunda vai se ocupar em um estudo por sondagem, o que vai significar, ir a busca de resultados aleatórios".

Para o nosso caso, a estratégia adotada na análise dos jornais, primeiramente consistiu em olhar as notícias relacionadas com a cidade de Luanda, posteriormente fizemos uma recolha sistematizada de diversas matérias, como crónicas e notícias relacionadas com problemas sociais: falta de água e luz na cidade, problemas relacionados com o crescimento da cidade e organização dela (plano de urbanização de Luanda), problemas da colonização, a questão do "indígena", problemas com a economia colonial, o problema da habitação e das rendas.

Por outro lado, foi possível encontrar informes com séries históricas, sobre o fomento urbano: a construção de prédios e habitações em Luanda, números que demonstram o crescimento urbanístico de Luanda e que reforçam imagens e narrativas de uma Luanda moderna, com casas com um ou mais pisos. Também catalogamos: publicações acerca da construção das grandes obras como é o caso do Bairro indígena de Luanda, cuja cerimónia de inauguração foi ano de 1942, a cerimónia das obras do porto de Luanda, e por último assinala-se nas páginas dos jornais uma grandiosa obra, que é um espaço construído em paralelo a cidade do asfalto, espaço denominado por musseque.

Esta leitura sistematizada feita principalmente no jornal *A província de Angola*, é sinalizada a partir do ano de 1942, mas ao sairmos deste recorte temporal, encontramos nos outros periódicos[47] questões que não fogem daquilo que foi anunciado nos parágrafos acima, concernente aos assuntos ligados a cidade, embora que o jornal *O comércio* foi um jornal de propaganda e defesa da atividade económica. Nele encontramos questões ligadas ao problema da habitação em Luanda, o povoamento branco, a realidade do resultado de algumas cooperativas que fomentaram várias obras ao nível da cidade de Luanda, a emigração para Angola, as obras de defesa da cidade de Luanda, a política de colonização, os encantos de

[47] Consultamos outros periódicos, mas foi uma consulta com menos abrangência em relação ao jornal *A província de Angola* e *o O comércio*.

Luanda em termos de lugares turísticos e por fim, questões que vão em torno do trabalho indígena.

O conjunto de matérias recolhidas nos periódicos, permitiu ir ao encontro da situação colonial inscrita na cidade de Luanda, por outro lado, a recolha não ficou restrita pelos periódicos, também foi possível olhar as vozes dos parlamentares a partir das atas da Assembleia da República Portuguesa, principalmente dos anos de 1940 até 1960. Neste contexto, os debates parlamentares facilitaram que entendêssemos o nível dos discursos e o teor que não abrangia só os problemas sociais, mas é possível observar os anseios dos deputados em resolver os problemas da metrópole e das províncias ultramarinas; os debates sobre a falta de habitação e como construir casas para acudir o déficit de habitação que Luanda enfrentava, tiveram destaques também nas plenárias.

E por fim, aproveitamos as narrativas de alguns convidados residentes no programa a *voz dos cotas*, um programa da rádio Cinco.[48] Neste programa os convidados conseguem trazer para o espaço radiofónico, narrativas que saem do presente para o passado, através do estímulo que são perguntas que visam entender o lugar do desporto no espaço colonial em Angola, por outro lado, nestas narrativas é possível ouvir histórias de vida que se desenrolam no espaço urbano da cidade de Luanda, bem como a situação colonial. No cômputo geral às fontes, utilizadas neste trabalho se estabelecem por fontes impressas, manuscritas, escritas e orais.

Quanto à metodologia, discorremos de uma estratégia que primeiramente passou por o estabelecimento de um campo de observação, a partir dele, conseguimos encontrar uma periodização (1942 – 1962), assunto que já tivemos a ocasião de explicar como foi possível encontrá-la.

Se por um lado, procuramos articular as técnicas documentais, procedimento que permitiu fazer um trajeto, que abarcou a seleção e a validação de possíveis fontes, por conseguinte, utilizamos o método hermenêutico no exame e esclarecimento dos documentos, a fim de certificar a sua veracidade e origem, utilizando a crítica externa e a crítica interna.

[48] Estação emissora pertencente a Rádio Nacional de Angola.

A crítica histórica é a fase do saber e o fazer histórico que tem por intuito determinar a importância dos documentos[49] e dos seus testemunhos,[50] ela compreende duas operações: análise e síntese. Ainda neste quadro, procuramos trazer para o trabalho, história de vidas narradas por narradores, processo que teve o seu início com a introdução da história oral que, segundo Guimarães Neto (2012, p. 15) não pode ser vista como disciplina no campo da história como ciência, mas é uma metodologia ou prática de pesquisa, ela pode ser dividida em três gêneros distintos: tradição oral; história de vida e história temática.

Como nos referimos acima, escolhemos trabalhar com a história de vida, neste contexto olhamos com atenção a questão da memória, partindo do pressuposto que na base de toda lembrança vive uma intuição sensível: que podemos entender por uma situação de consciência puramente individual (HALBWACHS, 1990). Neste sentido podemos falar de lembranças da infância e lembranças de adulto, categorias da memória que darão possibilidades de olharmos o tempo da memória que não é cronológico, logo a nossa atenção ficou atrelada no tempo da experiência: (Infância, trabalho, escola etc.).

É fundamental olhar como funciona a memória do berço, por isso ficamos atentos na altura em que fazíamos as entrevistas, se por acaso, assim não o fizéssemos, deixaríamos dois aspectos de lado: em primeiro lugar, o entrevistado pode reconstruir um discurso. Em segundo lugar, o entrevistado pode reconstruir uma memória. Diante dos dois aspectos referenciados, aproveitamos a forma como a memória foi reconstruída pelos nossos entrevistados, partindo do pressuposto que a reconstrução destas memórias pode levar-nos a uma história, e a partir deste ponto, estaremos em contacto com as experiências.

Ao adentrarmos no campo das entrevistas sobre histórias de vida e na relação que elas podem ter com o tema, obrigou-nos a olhar sobre um quadro lógico: onde a memória; dará lugar a experiência; a experiência: dará lugar as marcas; as marcas

[49] A noção de documento é entendida neste turno a todo qualquer documento, não só às fontes escritas, mas também fotografias, narrativas, ruínas, mapas, plantas, planos de urbanização, casas na cidade, vídeos, áudios. Por outras palavras, o documento é tratado como qualquer vestígio do passado, desde que seja validado por uma operação historiográfica, serve para reconstrução histórica.

[50] Testemunho na perspectiva de Ricoeur (2007), é um processo epistemológico, que vai corresponder a um arquivo e a um documento. Por outro lado, os testemunhos podem ser narrativas ou artifícios retóricos. O testemunho pode ser um depoimento, perante a um tribunal – prova documental do outro para a emissão da sentença. Por fim, o testemunho corresponde a um arquivamento, que pode passar para um lado histórico.

darão lugar por um lado ao tempo e aos eventos, por outro lado, as marcas: darão lugar às palavras e as lembranças. Este quadro lógico; corresponde a uma premissa fundamental que pode ser útil, partindo do pressuposto que nem sempre o tema é a marca para entrar naquilo que o investigador quer, é preferível começar a partir da história de vida, mas realçando as lembranças que são sempre significativas.

Por outro lado, com as histórias de vida, vai possibilitar olhar por um tempo reconstruído correlativo às memórias transmitidas pelos pais dos entrevistados, na qual estes entrevistados estarão numa faixa etária a rondar os 70 a 80 anos. Ainda na senda das entrevistas, é de realçar que depois delas serem feitas, demos importância ao tratamento das falas dos entrevistados, para o nosso trabalho, a fala serviu de dispositivo para se poder deslocar[51] entre: a palavra, o testemunho e a memória; foi também desta forma, que conseguimos tirar impressões sobre a cidade de Luanda e sobre os seus bairros indígenas.

Dividimos o grupo de entrevistados em dois, um dos grupos, com base o planejamento metodológico narrou aspectos sobre a cidade de Luanda e o outro sobre os bairros indígenas, por isso, a história oral, fundou-se neste trabalho, como um elemento indispensável que ajudou na recuperação da memória do cotidiano dos nossos entrevistados em torno de vivências e experiências na cidade, embora estas vivências retidas no vivido em lembranças podem sofrer alterações ao longo tempo.[52]

Por outro lado, com uso das técnicas não documentais conseguimos abrir um campo de observação na cidade, (participação – observação), que consistiu numa etnografia no espaço urbano de Luanda no tempo presente.[53] Com esta etnografia na cidade possibilitou encontrar e registrar por meio de fotografias o que sobrou do passado, em termos de materialidade sobre os bairros indígenas no espaço urbano de Luanda. Por isso, o resultado desta etnografia, conjuntamente com a memória sobre a cidade de Luanda e dos bairros indígenas que encontramos nos arquivos (em

[51] Este deslocamento vai ao encontro da perspectiva de Farge (2011) quando ela diz que as falas permitem que façamos deslocamentos, esse deslocamento não é tornar incompreensível nem desconstruir o relato […] a fala é o acontecimento; as falas tiveram lugar, elas produzem acontecimento e fazem surgir novas situações observáveis (FARGE, 2011, p. 77).

[52] Metodologicamente, às narrativas dos entrevistados que viveram na cidade colonial de Luanda, serviram de um contradiscurso ao sistema colonial por um lado. Por outro lado, serviu de um discurso alternativo sobre a cidade.

[53] O ato etnográfico na cidade no tempo presente, ajudou-nos a contemplar o que sobrou em termos de vestígios do passado, ou seja, o telhado de uma casa, a janela, a chaminé, os pilares, serviram de leituras no presente em comparação com aquilo que o passado nos deu a ver no tempo presente.

fotografias e nos periódicos) posteriormente, conseguimos mostrar aos narradores no ato das entrevistas; este método consistiu em estimular a memória dos nossos entrevistados.

E por fim, tivemos que adotar um foco multidisciplinar para poder interpretar o espaço urbano colonial de Luanda. Antes de irmos aos bairros indígenas foi preciso saber o que estava acontecendo na cidade. Só foi possível fazer este trajeto, através das marcas da geografia do colonial, inscritas nas estruturas: (plantas, casas, ruas, edificado, leis que direta ou diretamente regularam o espaço urbano colonial de Luanda). Com este procedimento, permitiu olhar às forças que estavam atuando sobre a cidade por um lado. Por outro lado, permitiu entender que a questão da construção dos bairros indígenas em Luanda, não é um problema que esteja simplesmente ligado aos problemas urbanísticos, ele vai mais além, ou seja, é um problema que vai acoplar-se aos problemas políticos e sobre a colonização dos territórios ultramarinos.

Por isso tivemos que elaborar duas unidades observadas, em primeiro (i) a cidade colonial de Luanda, a segunda (ii) os bairros indígenas. Com a primeira unidade, facilitou-nos no avanço de várias leituras, de tal forma, que de tanto aprofundar, conseguimos encontrar dimensões para o entendimento sobre o espaço urbano colonial: a cidade, o musseque, a cidade branca, o edificado, os atores do urbanismo ao serviço do colonialismo, o Indigenato como instituição, a questão da demografia e decisões no âmbito da política.

Quanto a segunda unidade observada, ela tem a ver com a questão da delimitação do objeto de estudo inscrito neste turno, ou seja, aquilo que D'Alesseio (1998) diz “que a escolha de um território de qualquer natureza, desde que ele apresente características físicas e administrativas suficientemente fortes para configurar uma unidade possível de ser observada” (D'ALESSEIO, *apud*, GRAÇA FILHO, 2009, p. 69). Por isso, para Febvre, como para Braudel, o verdadeiro objeto da pesquisa histórica não seria a região, mas o problema formulado pelo historiador (GRAÇA FILHO, 2009).

Neste contexto as unidades observadas serviram de dispositivos para o entendimento do espaço urbano colonial de Luanda. O assegurar destas unidades parte do pressuposto que a cidade pode ser encarada como texto, por exemplo, se olharmos às continuidades e as descontinuidades no espaço urbano colonial de

Luanda, este deslocamento e a “assimilação da paisagem urbana, através de um olhar específico, estaria sintonizado com um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou uma escrita” (BARROS, 2007, p. 40).

Neste trabalho, tentaremos encontrar diversos sentidos na forma como iremos contemplar a cidade, ora uma narrativa, mais virada para falar da cidade no geral (ruas, lugares, musseques, espaço urbano, edificação) e uma mais no sentido reduzido (habitação e bairros), por isso optámos por uma narrativa sincrônica, isto porque, esta narrativa vai ao encontro daqueles que habitam a cidade.

2 BREVES LEITURAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE LUANDA

A cidade alta, a cidade baixa, o bairro dos africanos (bairros indígenas), começam a ganhar corpo como espaços que agregaram diferentes classes, com o desdobramento da cidade de Luanda até a configuração de uma cidade colonial. Fazer uma leitura inicial de Luanda, nos permite entender o processo histórico alicerçado em dinâmicas sociais decorrentes de vários tempos históricos. A legibilidade do espaço urbano de Luanda inicial, sua anatomia em confrontação com o panorama urbanístico nas várias épocas da história da cidade, devem ser lidos a partir de uma continuidade e descontinuidade de um processo colonial.

Caro leitor, neste capítulo inicial, faremos uma breve apresentação sobre a fundação da cidade de Luanda, sua evolução histórica. E por conseguinte, iremos olhar as mutações do tecido urbano de Luanda: de 1900 até finais da década de 1920. Se justifica este período porquanto nos mostra uma visão sobre uma aproximação e rupturas entre o espaço europeu e o espaço africano no que concerne a coabitação na cidade. Outrossim, este período oferece um entendimento sobre a ordenação de classes e a racial, ou seja, a cidade alta, a cidade baixa e o espaço dos africanos; matriz estabelecida no espaço urbano de Luanda, resultante de um biopoder.

2.1 LUANDA: FUNDAÇÃO, ESPAÇO FÍSICO E CLIMÁTICO

Luanda é a cidade de fundação europeia mais antiga da costa ocidental africana a sul do equador. O seu crescimento urbano, a sua situação geográfica e a sua história estão intimamente ligadas, pelo que não é possível falar de um aspecto sem citar outros aspectos (VENÂNCIO, 2013, p.32). A região onde se situa Luanda oferece um ambiente caracterizado por débil pluviosidade (com uma média de 400 mm anuais irregularmente distribuídos), de ventosidade em constantes (de velocidade média entre térmicas anuais (cuja temperatura média anual rondará os 24 a 25º C, podendo subir aos 30º C durante os meses de janeiro a abril), e uma humidade relativa que compreende os seus valores mais altos (84 a 88%) no período mais frio (meses de junho a setembro). Onde as temperaturas mínimas podem ir aos 13 a 14º C durante a noite – é chamado o período do cacimbo (TRINDADE, 2000, p. 355).

Podemos dizer que o ambiente de Luanda é relativamente aceitável, portanto, a figura do mar é um fator a ter em conta para o mantimento do equilíbrio climático. O solo de Luanda é caracterizado por areias amarelas mais para o interior, e por areias brancas muito puras que se estabelecem em conjunto com cimento calcário silicificado, alternando com calcário duro. A falta de chuva e a pobreza dos solos, a vegetação apresenta-se relativamente pobre, predominando com exclusividade as espécies apropriadas aos ambientes áridos (TRINDADE, 2000).

A ocupação humana do seu espaço geofísico leva-nos a falar da Pré-história, que inclui um período que vai desde a Idade da Pedra ao Neolítico (de há ± 40 mil anos até cerca de 1000 d.C.). Durante a Idade da Pedra, o litoral da atual de Angola foi muito favorável à ocupação humana, como resultado do aumento da pluviosidade e da moderação da temperatura. No que respeita ao Paleolítico encontramos com evidência as culturas Olduvaense e Acheulense, em Luanda. As terras baixas da região costeira de Luanda são particularmente secas e o solo pobre, consequentemente qualquer população estabelecida na zona de Luanda, quer na parte continental ou nas ilhas, compostas por extensos assentos de areia, será obrigada a procurar mantimentos noutros locais: mais para o norte ou no vale fértil do rio Bengo, onde se pode encontrar: alimentos, água doce e sal. Para o sul, propriamente para o vale do rio Kwanza, o solo já é cultivável (MARTINS, 2008, p. 15).

A área de Luanda tem o benefício de compreender o rio Kwanza, o maior de Angola a seguir ao Congo - Zaire. O rio Kwanza era a passagem de migração ocidental dos povos africanos vindos do Leste e do Norte. A população recém-chegada proveniente de Portugal utilizava o Kwanza como um corredor para o avanço do comércio e da colonização para o Leste. Consequentemente conduziu-se a uma condensação de diligências ao longo das suas margens durante séculos, favorecendo o norte de Angola em detrimento do sul. A norte deste rio de curso lento, os povos africanos e os povos estrangeiros provenientes da Europa, estabeleceram contatos estreitos e alargaram aquilo que viria a ser zonas agrícolas mais ricas de toda região (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p. 27-28).

Paulo Dias de Novais chegou à Ilha de Luanda (território do rei do Kongo que dali extraía o “Nzimbu”, usados como dinheiro no reino), em inícios de 1575, com mais de 400 europeus, e no horizonte temporal de um ano, conseguiu estabelecer um

pequeno povoamento nas encostas mais altas com vista para a baía de Luanda. "*Tratava-se do núcleo daquilo que viria a ser a cidade de Luanda, capital de Angola"* (Id., 2011, p. 60).

A fixação e a topologia do espaço físico ditaram a implementação da fortaleza de São Miguel e a fundação da povoação de São Paulo de Loanda em 1576 por Paulo Dias de Novais. Em 1605, um ano depois se ter a certeza da ausência das minas de prata de Cambambe, mas quando o negócio de tráfico de escravos apresenta-se como manancial abundantíssimo de rendimentos, Luanda recebe foros de cidade (VENÂNCIO, 2013, p. 37).

De acordo com Isabel Martins (2000, p. 89) a cidade de Luanda criada em respeito a um plano geral de ocupação e colonização de terras novas. Após fundada foi contemplada com órgãos de administração e uma fortaleza, com uma população pequena e oscilante, ocupando-se principalmente do comércio e na exploração do interior (AMARAL, 1983, p. 293). A história da evolução da cidade de Luanda é acompanhada por muitas adversidades provenientes da instabilidade econômica (CARDOSO, 1954).

Neste contexto, o seu desenvolvimento urbanístico, pode ser dividido em três períodos: o primeiro, desde o nascimento da cidade europeia, em (1576), até ao Governo de D. Francisco de Sousa Coutinho (1764), o segundo, de (1764) até a abolição do tráfico dos escravos (1836) e o terceiro, desde 1836 até a independência (1975)[54]. O primeiro período é caracterizado pelo arranque de Luanda. Portanto, os primeiros 45 anos são descritos por algumas indecisões e dificuldades de adaptação a um clima difícil, e a falta de população. A vida dos primeiros colonos[55] foi reservada pelas grandes receitas oriundas da venda de escravos provenientes do interior desde o norte de Luanda até a zona que se estendia a norte de Cabinda, exprimindo-se em constantes banquetes e jogos.

Este período é marcante devido ao surgimento de alguma estabilidade econômica. Contudo, a população pouco se beneficiou desta estabilidade econômica,

[54] Concernente ao último período, Manuel da costa Lobo Cardoso propõe até o ano de 1954, todavia Trindade (2000) da continuidade estendendo o período até a pós-independência na sua obra, **O Fenómeno Urbano na África Subsaariana: o caso de Luanda**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

[55] A população constituída pela comitiva de Paulo Dias de Novais estava acompanhada por sapateiros, alfaiates, pedreiros, cabouqueiros, taipeiros, um físico e um barbeiro (CARDOSO, 1954, p.11).

salvo algumas obras que foram feitas. A misericórdia (1576), Sé Episcopal (1583) onde posteriormente funcionou o observatório João Capelo, a Sé dos Jesuítas (1583), o convento de S. José (1604) onde se edificou o Hospital de Luanda, o palácio para os Governadores (1607), Edifício da Câmara (1623) onde mais tarde foi o local onde funcionou observatório João Capelo e por último o edifício da Câmara (1623) onde posteriormente funcionou o Tribunal da Relação (TRINDADE, 2000, p. 360).

Mas, a marca deste período, que dá outra vida à cidade de Luanda, dá-se na ocupação da cidade pelos holandeses no período que vai de 1641 a 1648. Todavia, foi um período marcado pela guerra e destruição. Em 1648, Salvador Correia de Sá e Benevides, vindo do Brasil, liberta Luanda. Depois da expulsão dos holandeses, Luanda deparou-se com uma faceta arruinada. Porém, já em 1661 foi possível construir a Sé Arquiepiscopal e a Igreja da Nazaré. Em 1664, começou-se a definir-se os perímetros da vindoura baixa da cidade (MOURÃO, 2006, p. 86).

Este período da história de Luanda é marcado pelo surgimento da primeira reforma urbanística, por volta de 1648 e cria-se a Cidade Alta, zona que compreendia centros: o militar, o político e o religioso. Posteriormente nesta zona da cidade foi transferida a residência do bispo, a sede dos capuchinhos e das igrejas dos jesuítas e dos franciscanos e os hospitais da cidade (TRINDADE, 2000, p.361).

Face o número e a volumetria das construções religiosas e militares provavelmente podia caracterizar-se como cidade “religiosa” ou como “militar”. De acordo com Fernando Mourão (2006, p. 95-94) as construções militares e civis justificavam-se mais claras, enquanto as construções de essência religiosa de certo jeito pelo número de obras e sua volumetria parece que se destinavam a uma cidade que não chegou a se desenvolver. Para termos uma ideia como Luanda estava estruturada até por volta de 1698, solicito o auxílio de Mourão (2006) que nos brinda com um rico documento: *a planta de Sta. Teresa.*

Nela é possível ver, muitos conventos, igrejas, tabernas, com algumas funções militares de defesa em relação a retro terra. Todavia, Mourão (2006) chama atenção, dizendo que uma boa parte da edificação da cidade decorre no período chamado por período Filipino que começa por volta de 1580 - 1640, não descartando várias

hipóteses, como, por exemplo, a de que Luanda resulta igualmente de um plano de igreja, interpondo o período Filipino[56] (MOURÃO, 2006, p. 88).

Isabel Martins (2000) faz o mesmo exercício e vai, mas ao fundo, desta forma consegue identificar na mesma planta os seguintes bairros: bairro Nazaré (atualmente baixa de Luanda), bairro do Carmo (atualmente baixa de Luanda), bairro do Bungo (atualmente baixa de Luanda) e o bairro dos Coqueiros (atualmente baixa de Luanda) (MARTINS, 2000, p.145).

Já Ilídio do Amaral, citado pelo Augusto José Pereira Trindade (2000), faz uma análise interessante da planta de Luanda de 1755 que vale a pena passar em revista, uma vez que esta análise nos oferece dados sobre a urbanização. No tocante a urbanização, esta planta de 1755 acusa a falta de um plano diretor, reinando o querer e a determinação particular na ocupação e construção nos espaços livres, desta, instalando-se a anarquia, onde concorriam nos espaços casas construídas com materiais como: pedra; cal e adobe, e por último as cubatas tradicionais, ruas dispersas de areia por onde vagueavam animais domésticos como: porcos, cabras e cães, tornando-se sustentáculos de epidemias (TRINDADE, 2000, p. 363).

O segundo período, que envolve os anos de 1764 e 1836, é marcado pela segunda reforma urbanística que o governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, imprimiu para a cidade. A marca da sua passagem por Luanda envolve a construção: das primeiras ruas, terreiro público onde mais tarde foi construído o Largo Dom Henrique, a edificação da alfândega em 1770, e do trem em 1771, a partir de 1779, conseguem ligar a cidade Alta com a cidade Baixa por intermédio de duas artérias empedradas (CARDOSO, 1954, p. 15).

A base da segunda reforma urbanística esteve assente na cidade Baixa, como consequência a cidade tornou-se mais operativa em termos de administração da

[56] Esta informação foi reiterada e prestada, por Fernando Albuquerque Mourão no dia 2/11/2016, num encontro descontraído realizado em Luanda na universidade Independente. De acordo com Mourão (2016) A origem de Luanda tem a ver com o projeto da igreja, durante a minha pesquisa sobre Luanda que levou muito tempo, não consegui encontrar muitas fontes para confirmar categoricamente, que Luanda foi um projeto ligado à igreja, contudo é um trabalho que alguém deve se interessar e pesquisar, mas não é fácil porque, a pessoa que se interessar por este tema terá de ir ao Vaticano. E no Vaticano não é qualquer investigador, com acesso à informação dos arquivos da igreja, mas o teu trabalho é muito interessante. Eu fiz este exercício e deu o resultado de *Continuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano*. Agora tens o interesse sobre os bairros indígenas, amanhã, vai aparecer outra pessoa que vai falar de Luanda numa outra perspectiva, isto é que é ciência.

cidade e funcional em termos de comércio. Apesar de um grande empenho, do governador Sousa Coutinho, Luanda continuava com uma marca, caracterizada por uma sociedade viciada no lucro fácil da venda de escravizados, contudo, a cidade continuava com a anarquia de construção de casas sem cumprir a qualquer plano urbanístico (TRINDADE, 2000, p. 364).

Durante a gestão de Sousa Coutinho, as inúmeras edificações construídas na cidade baixa e algumas na cidade alta detonam provavelmente a falta de espaço na cidade Alta. No ponto de vista de Mourão (2006), concernente a gestão de Sousa Coutinho, representa para a colonização o princípio de um ensaio constante de uma política de anuência demográfica e de uma autenticação científica do território, por um lado. Por outro, as construções que ele ordenou foi uma forma de intervir face a uma sociedade escravocrata que habitava a cidade de Luanda, que podemos chamá-la de cidade de "Luanda- feitoria". Todavia, mandou construir, sobretudo na cidade baixa, uma série de edifícios deliberados na realidade para aumentar o controlo e a intervenção das autoridades públicas nos negócios da população (MOURÃO, 2006, p. 97).

O terceiro período que vai desde 1836 até à independência, primeiramente marcado com o final do tráfico de escravos em 10 de dezembro de 1836, já no século XIX era uma pequena cidade, refém ainda da abolição do tráfico de escravos, todavia tentou-se exportar de forma grossa escravos ilegalmente para o Brasil, a obra de Roquinaldo Ferreira[57] dá-nos mais pormenores sobre este assunto, o autor preocupa-se em abordar o tráfico ilegal de escravos e o comércio licito em Angola no período de 1830 – 1860.

O aumento das construções em Luanda, entre 1846 e 1850, é caracterizado pela quantidade de casas térreas, sobrado e cubatas, acompanhado pelo incremento das atividades artesanais.[58] O período de cinco anos (1845 -1850) é marcado pela construção de 34 sobrados, 113 casas térreas e 1.628 casas cobertas com teto de palha. Igualmente este período é marcado pela quantidade de número de artesãos, esta classe estava estabelecida por africanos, que viviam nos velhos bairros africanos

[57] FERREIRA, Roquinaldo. **Dos sertões ao Atlântico. Tráfico ilegal de escravos e comércio Lícito em Angola 1830 – 1860**. Luanda: Editoral Kilombelombe, Limitada, 2012.
[58] Relação do número de profissões registadas no período de 1846 a 1850: Alfaiates: 16, Barbeiros: 22, Marceneiros: 16, Pedreiros: 4, Pintores: 47, Tanoeiros: 2, Sapateiros: 76, Carpinteiros: 14, Ourives: 35 e Torneiros: 11 (MOURÃO, 2006, p. 197).

que tinham os nomes em quimbundo, localizados na baixa de Luanda (MOURÃO, 2015, p. 197).

Aos poucos começam a aparecer os bairros africanos, ora particularmente africanos, como o do Sangandombe, ora misturados, como o dos Coqueiros (apesar de predominância africana), surge mais tarde o bairro da Ingombota, onde residia a classe média africana. A população africana, artesões ou criados, a par da classe média africana, todos são forçados a uma migração ao longo dos tempos dentro da própria cidade de Luanda. O agrupamento de africanos que habitava no antigo bairro dos Coqueiros foi um dos primeiros a serem desalojados. O consecutivo contágio de varíola em 1856 e 1864 legitimaram na totalidade uma sequência de medidas de carácter higiénica que resultaram no despejo da população africana desse bairro tradicional (Id., 2015, p. 198).

À medida que a população africana vai deixando o seu referente posicionamento social no âmbito urbano de Luanda, assistimos a sua deslocação espacial para fora do centro urbano. A cidade, embora com as separações sociais e raciais, abrigou até data uma população composta por tais ditos: “brancos”, “mestiços” e “negros”. Ao longo do tempo a cidade de Luanda foi sofrendo transformações no tecido urbano, a mutação deveu-se a abertura do porto internacional em 1841, conjuntamente com o porto de Benguela, por outro lado, houve o incremento no número de edifícios e infraestruturas, podemos descrever as mais importantes: mercado da Kaponta (1874), hospital D. Maria Pia (1883), o serviço Público de água (1889), caminho-de-ferro da Ambaca e a conexão das comunicações telegráficas com a Europa por cabo submarino (1886) (MOURÃO, 2006, p. 201).

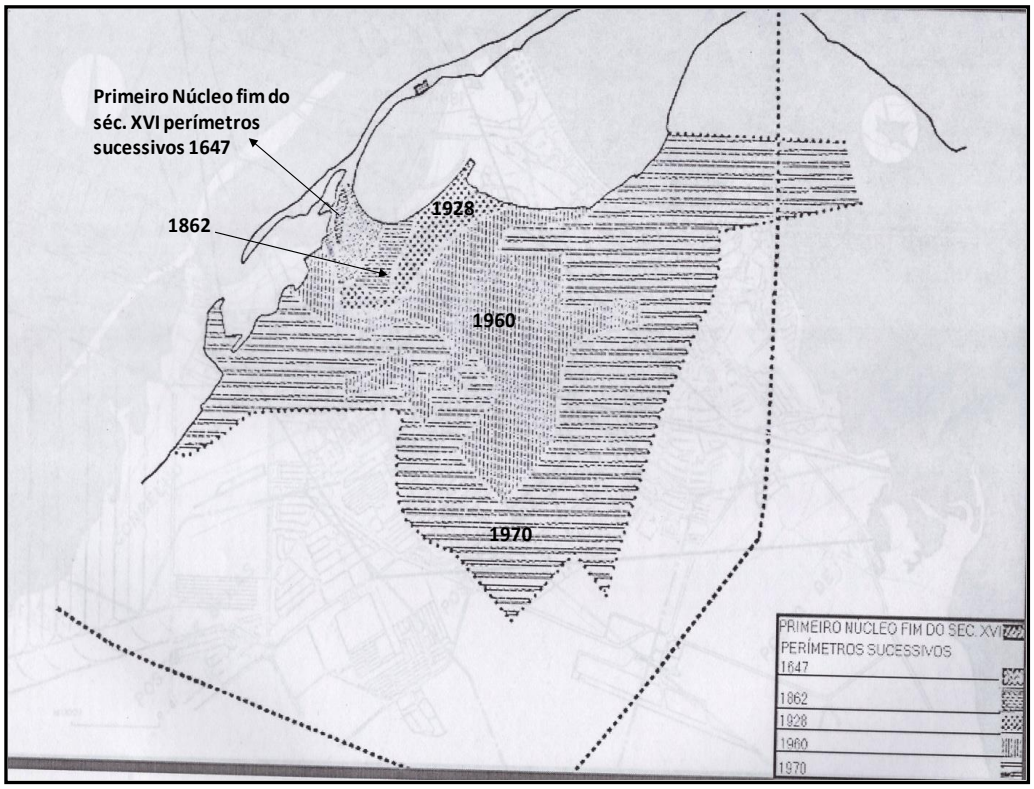
O século XIX é marcado, com a expansão das atividades comerciais para este, Luanda desempenhou um papel essencial como base de penetração para o interior de Angola. O interior de Luanda, num raio de 240 quilômetros, era a zona agrícola mais desenvolvida. Foi nesta zona de Luanda onde nasceram as fazendas de café e açúcar nas décadas de 1830 e 1840, que não tardariam a ser complementadas pela indústria da farinha de Mandioca, negociada pelos Fubeiros ao longo da costa de Angola (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p. 93).

A faixa do litoral da cidade expande-se e surgem dois limites forais, o de 1884 e 1909, do ponto de vista urbanístico surge dois tipos de construções na cidade de

Luanda, uma de pedra e cal, e outra caracterizada por simples construções de fibras de vegetais, ao longo da estrada de ferro que, nesta altura já cruzava a cidade de Luanda (MOURÃO, 2015, p. 209). Contudo, digamos que a urbanização da cidade de Luanda é resultante de muitos fatores conjugados, todavia a cidade de Luanda acabaria de chegar ao séc. XX, sem grande agitação, quer de recessão, quer de crescimento (TRINDADE, 2000, p. 371).

Luanda dos séculos XVI ao XIX que se adaptou nas terras elevadas à falésia e subiu pela primeira linha de alturas, perto a fortaleza de São Miguel, desenvolveu-se nos últimos pelo planalto irradiado sempre para o leste e para algumas faixas do sul[59], mas a partir desde o século XIX regista-se uma série de limites forais, no total de cinco: o de 1884, 1910, 1930, 1947 e 1956. A figura a seguir mostra o desenvolvimento histórico da cidade de Luanda:

Figura 1 - Evolução histórica da cidade de Luanda.



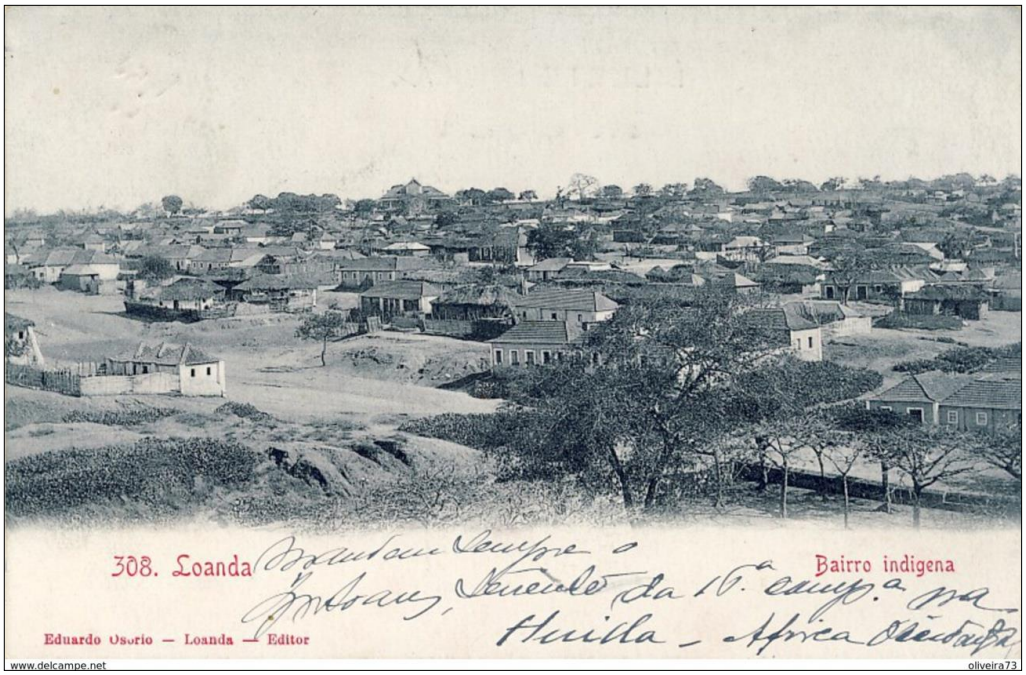
Fonte: (MOURÃO, 2006, p. 177), (Adaptado).

[59] "Editorial" In *Diário Popular* – O jornal de Maior expansão no Mundo Português: 27 de janeiro de 1958, Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

2.2 MUTAÇÕES NO TECIDO URBANO DE LUANDA: DE 1900 ATÉ FINAIS DA DÉCADA DE 1920

Os primeiros trinta e três anos do século XX foram importantes na definição do crescimento da cidade, isto é, no aspecto da organização do território e do alargamento da malha urbana a par dos fatores políticos e sociais (SILVA, 2015, p. 65). O início do século XX é marcante porque, Luanda transformou-se na exclusiva cidade com condições mínimas de conforto. Devido ao seu tamanho, bem-estar e o território que albergava naquela altura a sede do governo colonial, Luanda tornou-se um centro cultural, político e econômico da colônia. Luanda anterior há 1920 era uma cidade africana com insuficientes elementos de vida europeia. Os Africanos coabitavam em todas as zonas da cidade e edificaram conjuntos de palhotas de colmo próximo do Porto, nas ilhas e na zona alta da cidade (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p.113 -114).

Figura 2 - Luanda, vista do bairro Indígena no ano de 1906.

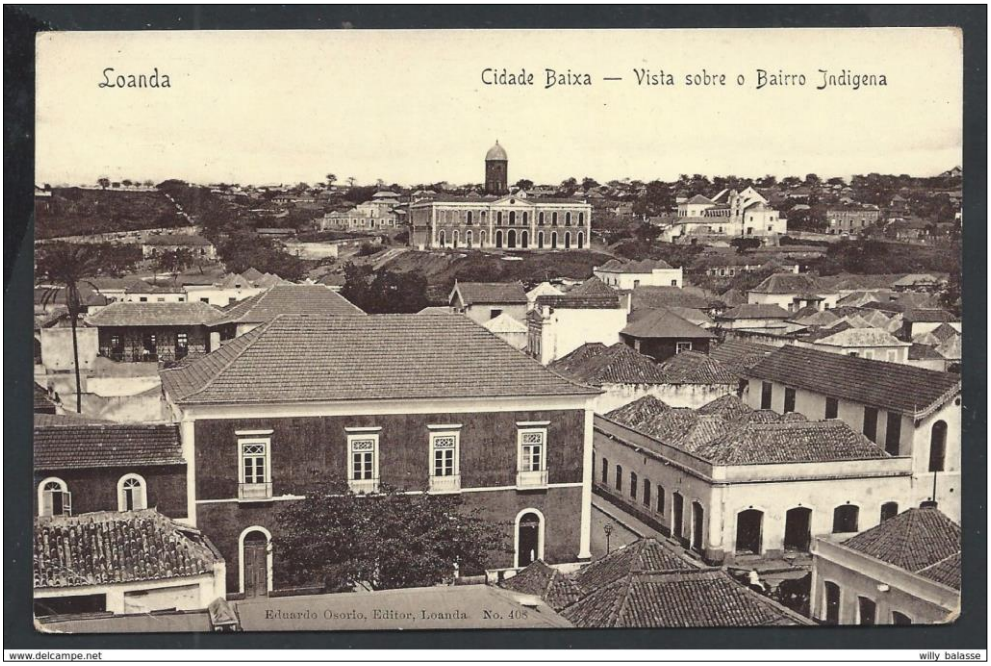


Fonte: Delcampe. Net: Angola, Luanda, Loanda, bairro Indígena (1906), - Angola Item n° #396171707. https://www.delcampe.net/en_GB/collectables/postcards/angola/angola-luanda-loanda-bairro-indigena-1906-2-scans-396171707.html

Apesar de haver algumas ruas com o “timbre” europeu na chamada “cidade baixa”, com algumas residências e igrejas, grande parte dessa área era ocupada por

quarteirões africanos. A cidade era quase completamente composta por africanos com nomes em quimbundo, como: "*Bungo Quipacas"* e "*Maianga"*. No Século XX, Luanda africana reformou-se completamente com a demolição cerrada de habitações africanas na cidade baixa e a aglomeração dos tais ditos "negros" nos musseques (Id., 2011, p. 115).

Figura 3 - Luanda década de 1900, vista da cidade Baixa, e o bairro Indígena em segundo plano.



Fonte: Delcampe. Net: CPA - Afrique - Angola - Loanda - cidade Baixa - Vista sobre o Bairro Indígena // Item n° #484556926. https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/angola/cpa-afrique-angola-loanda-cidade-baixa-vista-sobre-o-bairro-indigena-484556926.html

É nesta época, de acordo com Mourão (2006, p.241) em que a identificação se tornava num método de controlo geral e, em particular, da mão-de-obra. Portanto, em 17 abril de 1913, o Governador Norton de Matos, através da portaria nº 372 (*Boletim Oficial*, nº 16, de 19 de abril de 1913, sendo, 266-267) foi criado o Serviço dos Negócios Indígenas. Por outro lado, pelo artigo 2º da portaria nº 57 (*Boletim oficial* nº 21, de 12 de junho de 1926) nasce a chamada Caderneta; assuntos que teremos a oportunidade de explorá-los com maior profundidade nos próximos capítulos.

Os serviços de identificação dedicavam-se há um controle quase completo dos africanos, de suas tarefas laborais e o controle ao longo do tempo tornava-se cada vez mais sofisticado. A partir do início da segunda década do século passado, aumentou a rede de fiscalização dos africanos, a fim de fornecer a pressão de mão-de-obra, cada vez mais fundamental, das empresas do setor público e privado e o

chamamento para a segurança do Estado, ou preferivelmente, da Colônia. A fiscalização da população africana em Luanda era feita através dos postos administrativos, unidade administrativa submetida à administração civil da colônia e que, para os especialistas do sector de urbanização da CML, se constituiu num "*entrave ao desenvolvimento da cidade*" (JOÃO MORAIS*, apud,* MOURÃO 2006, p. 241-242).

A fiscalização do serviço da taxa individual anual, o antigo imposto indígena, que era cobrado através dos postos "embutidos" na cidade e na periferia, proporcionava esclarecimentos sobre as pessoas em estado de prestar serviço militar e de serem alistadas para tarefas agrícolas e outros diversos trabalhos. O excesso da inquietação e consequentemente o controle e identificação da população africana, o alargamento da rede urbana, a especulação imobiliária, a ascensão racial e a conduta do pequeno-burguês, dos novos-ricos e dos pequenos novos-ricos, são causas conexas, que instruíram as melhores condições para o nascimento de planos destinados ao estabelecimento da população africana urbana. Esta dificuldade estava até agora reduzida a uma variável técnica*: "a necessidade de se atender às populações carentes e resolver problemas sociais e sanitários da urbe"* (Id., 2006, p. p. 241-242).

Desta forma, surgem então investigações e medidas deliberadas à criação dos chamados bairros operários, bairros indígenas, zonas de construção popular. Portanto, o pensamento de isolar a população africana aparece num diploma anunciado no *Boletim do conselho Ultramarino* (Vol. I *Legislação novíssima, portaria* de 28 de março de 1843, p.303-305). No seu artigo 9º, este documento estabelece o seguinte: "que as senzalas dos negros moradores sejam dispostas na povoação em bairro separado das habitações dos brancos ou dos homens civilizados, e para o lado do sota-vento", […] (Id., 2006, p. 243).

Figura 4 - Luanda década de 1900, rua de um bairro Indígena.

Fonte: Delcampe. Net: Angola, Luanda, Loanda, Rua do Bairro indígena, Item n° #395484452. https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/angola/angola-luanda-loanda-rua-do-bairro-indigena-2-scans-395484452.html

No caso de Luanda, o fato de os africanos serem possuidores de enormes zonas nas proximidades da cidade – a maioria adquirida mediante outorgamento reais, em liquidação de ações a benefício do governo da colônia – facilita a fundação de espaços para habitação e a entrega de foro aos donos. Todavia, com a chegada da República, notabiliza-se uma lei de 11 de novembro de 1911, concernente ao regime transitório para a cedência de terrenos do Estado na província de Angola, lei esta que, no seu artigo 14, trata das permissões aos indígenas; no seu parágrafo único retrata o seguinte: “dentro destas áreas é permitido aos mesmos indígenas ocupar quaisquer parcelas, mas tal ocupação jamais lhes conferirá o direito de propriedade” (Id., 2006, p. 243).

Vários ensaios para a criação de bairros indígenas já se haviam assinalado, com a indicação de áreas exclusivas, mas nunca concretizadas, infelizmente: “foi assim definitivamente posto de parte o local designado pela Comissão Municipal Administrativa - CMA de 1913, no Maculusso, situado no ponto mais belo e salubre do palteau suburbano de Loanda, que tem reservado outro destino”. No âmbito das obras públicas destaca-se em 1900 a linha de caminho-de-ferro que já chegava ao Lucala, mas só em 1908 é que a obra foi finalizada com a ligação a Malanje. Para além da linha de caminho - de - ferro supracitada, foram construídas mais duas no

casco urbano de Luanda, uma que ligava a cidade à ilha que se estendia até beira-mar e, outra que se dirigia fora dos limites da cidade, que chegaria ao Calumbo e Catete. Até ao ano de 1909 o limite foral da cidade de Luanda abrangia a avenida Brito Godins (atualmente a rua do Liceu Salvador Correa- (Escola Mutu-ya-Kevela), a sudoeste, a rua Guilherme Capelo a sul limitavam a cidade, num raio de um quilômetro e meio (Id., 2006, p. 244).

Mourão (2006) ao fazer a leitura das plantas da cidade de Luanda de 1900 e de 1926, discorreu para as mutações no tecido urbano, os resultados destas leituras são indispensáveis, para quem se interessar em saber sobre espaço urbano de Luanda neste período. Caro leitor, a leitura da planta de Luanda do ano de 1900 permite encontrar uma temporalidade que Mourão (2006) atribui o nome de "período de transição"; período que corresponde os finais do século XIX. Período em que Mourão (2006) identifica a cidade Mestiça. Em relação à leitura da planta de 1926, Mourão (2006) consegue identificar a cidade Colonial.

Caro leitor, o conceito de cidade mestiça é proveniente da leitura da cidade com a correlação do contingente populacional, ou seja, com o "fim" ou a decadência do tráfico de escravos, incidiu uma alteração na população de Luanda dita "branca" reduziu-se e, por conseguinte, registrou-se um aumento da população "mestiça" e "negra". Olhando para os números, a população dita "branca" passa de 1.601 pessoas em 1645 para 1240 em 1850, enquanto o número de "mestiços livres" passa de 475, isto no ano de1835 para 1845. Igualmente ocorreu com os tais ditos "negros livres", que passaram de 780 para 3.870 e da mesma forma os escravos, passando de 2. 733 para 5.900 pessoas. É nesta cidade[60], que a sua temporalidade se alicerça com o "fim" do tráfico de escravos que se estende até o final do século XIX. É neste período que se começa com um assentamento da população dita branca e, por outro lado, se registra um surto de construções para albergar os "mestiços" que retomam a cidade de Luanda e a população dita "negra" (MOURÃO, 2006).

Mourão (2006) ao cunhar este conceito: *período de transição*, sua leitura lhe permite ligar dois períodos, que perfazem a temporalidade da *(*cidade Mestiça *e a*

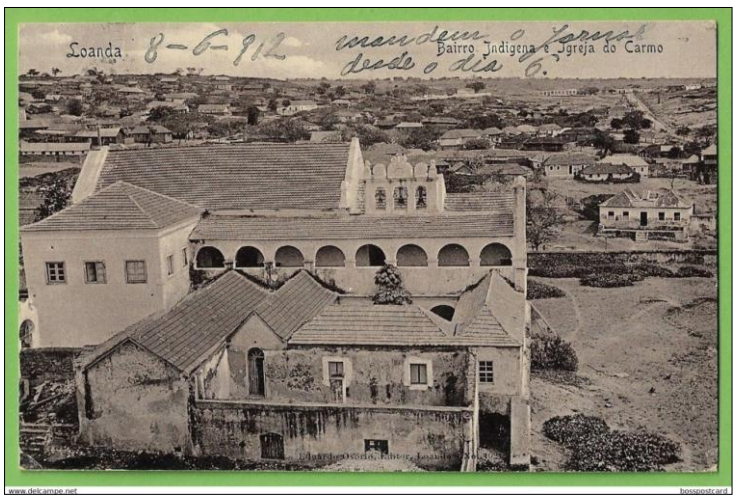
[60] No período de 1845 a 1850, registra-se na cidade de Luanda um surto de no domínio da construção civil, foram edificados 34 sobrados, 133 casas férreas a fim de abrigar toda a população "mestiça" que, com o fim do tráfico, volta a Luanda, e 1.618 casas cobertas com o teto de palha, para atender à população dita "negra" livre e os escravos (MOURÃO, 2006, p. 303).

cidade Colonial), “*a planta da cidade de São Paulo de Loanda”* de 1900, projetada por José Augusto Alves Roçadas, é um documento de extrema importância para o estudo do urbanismo de Luanda (MOURÃO, 2006).

Nesta planta, Mourão (2006) consegue divisar a cidade baixa, o seu franco crescimento e a rua Salvador Correia, que anteriormente ocupava o espaço da praça Burguesa, passa a ser mais bem estabelecida, pela volumetria das novas edificações que naquela altura aumentaram o tecido urbano na cidade baixa. Na faixa oeste da planta registra os seguintes edifícios e artérias: edifício do Tribunal que próximo estava um teatro, na área do Bungo (o edifício do Mercado Municipal), a rua direita do Bungo, (aglutinando as alas da cidade baixa, igualmente passa a ter seus limites mais claros em consequência da consolidação), nos coqueiros aparece um grande largo, entre área urbanizada e a barroca.

A leitura da planta de Alves Roçadas permitiu Mourão (2006) notar os seguintes aspectos: nesta altura não se aceitava a potencialidade da expansão da Cidade Alta. Por outro lado, a construção da Estação Alta, nesta altura a linha férrea já atravessava a cidade. A Zona de expansão do Carmo, registra a Igreja do Carmo, a sede do Município de Luanda, desta forma formando dois triângulos. Um maior, com os limites que vão da rua Maianga até à estação Alta, seguindo pela avenida de Brito Godins e pela Lagoa do Kinaxixi no Alto das Cruzes. O menor que comporta o bairro das Ingombotas, neste bairro passa a aglomerar-se uma boa parte da população africana da cidade, proveniente dos Coqueiros, Sangadombe e de outros lugares.

Figura 5 - Luanda 1912, vista da Igreja do Carmo, e o bairro indígena.



Fonte: Delcampe. Net: Luanda - bairro Indígena e Igreja do Carmo – Angola Item n° #1319870950. https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/angola/luanda-bairro-indigena-e-igreja-do-carmo-angola-1319870950.html

No triângulo menor, delimitado pela calçada das cruzes, rua do Carmo, linha férrea e pela Brito Godins, encontrou-se casas de madeira, o qual seus moradores eram “brancos”, já no eixo da calçada das cruzes, o restante da área surge por um lado construções tradicionais africanas, por outra, casas de alvenaria; residências de uma classe média africana ligada ao mundo dos serviços. A leitura da planta de Luanda 1926 de edição particular que representa a *cidade colonial*, segundo Mourão (2006, p.306), a cidade de Luanda começa a adquirir a forma aparentemente “*educada*”, a Cidade Alta e Cidade Baixa resiste a cidade africana, separando-as nesta altura por um arco, neste caso a cidade começa a ter uma visão dual: a cidade dita “branca” e a cidade dita “africana dos musseques”.

Ao longo do tempo a cidade foi crescendo e os antigos caminhos tornam-se decisivamente em avenidas e largos. Com o aparecimento de mais artérias e ruas, descaracterizaram muitos caminhos, sobretudo a grande praça da cidade burguesa, em várias partes, desta forma constituindo vários percursos de trabalho e domésticos. A zona do Quartel de Cavalaria deu lugar ao comissariado da polícia, aos telégrafos e à Capitania (atualmente marginal de Luanda), surgindo em direção colateral ao mar e ao largo do Governador Pedro Alexandrino, através do largo contíguo, o largo de D. Fernando abrange a avenida de Salvador Correia, que naquela altura era a principal artéria da cidade baixa. Todavia, a avenida Marginal, cercando a baía pelo lado metropolitano, já tinha sido projetada (MOURÃO, 2006).

Nesta planta é possível identificar os edifícios dos Correios e telefones, da fábrica metalúrgica, com volume de construção, a Sé Catedral com o frontispício muito diferente em relação no que foi projetado antes, desta forma surge ao longo da avenida Salvador Correia, afrente da praça de Dom Fernando, perdendo a posição de destaque. A consolidação de novas obras passou a dar um novo aspecto à Cidade Baixa, logo a antiga baixa, representada pela grande praça da cidade burguesa, reparte-se num sem-número de espaços e passa a ser designada pela baixa, a cidade dos negócios.

Em relação à Cidade Alta, Mourão (2006) faz menção que ela consentiu algumas obras de embelezamento, onde foi incluído um parque zoológico limitado

pela rua ou calceta do Casuno e pela rua Guilherme Capelo, o largo de D. Pedro V, em frente ao palácio do Governador, apesar de ser menor que o largo da Imprensa Nacional, conservou uma posição privilegiada. Contudo, surgem novos projetos ligados a expansão urbana. Próximo do hospital de Dona Maria Pia, projetou-se o futuro bairro dos Ferreiras, com a sua localização entre a avenida Neves Ferreira e a avenida Governador Álvaro Ferreira, que ligava a cidade com o hospital. Duas avenidas paralelas utilizando o fundo do vale. O projeto de urbanização das Ingombotas, que resultou na retirada da população africana.

O Estabelecimento do triangulo formado pela calceta de Gregório Ferreira (antiga calçada das cruzes), pela via de ferro até a estação da Cidade Alta, pela Alameda Brito Godins até ao largo de Leonardo Carneiro – recém-traçado, onde se localizava o prédio da agricultura e pecuária. Finalmente é programado o projeto de expansão do Maculusso. Na área do alto das cruzes, depois do cemitério, nasce o primeiro Bairro operário, que Mourão (2006) caracteriza como um bairro “urbanisticamente disciplinado e controlado”, para onde foi parte da população que saiu das Ingombotas.

Os anos 20 foram decisórios para o aumento do desenvolvimento de Angola genérica e especificamente de Luanda. Os velhos sobrados, que admitiam as várias funcionalidades administrativas de Luanda, deram lugar a novos edifícios, bem como as grandes obras de referência na estrutura da cidade (FONTE, 2007, p. 178).

Figura 6 - Luanda, vista mostrando a CML, a cidade Alta no horizonte e um comboio, 1927.

Fonte: Blake (2020). [61]

Outro dado que foi possível reter na leitura da planta da cidade de Luanda de 1926, é a situação em virtude de uma peste bubónica, no tempo do governo de Norton de Matos[62]. Em consequência foram destruídos os bairros dos Cabindas, Quitanda, Maculusso, Maianga e das Ingombotas, deu-se o início em 1922, à transferência da população africana para os musseques, abrangendo também os moradores da classe média africana, em decadência já nesta altura.

Uma boa parte desta população foi transferida para o Bairro Operário - (bairro atualmente encontra-se Junto ao cemitério dos Altos das Cruzes), o que correspondeu à sua migração espacial (MOURÃO, 2006, p. 305), desta forma a cidade começou a ter o sentido de uma cidade "dualista", a cidade do asfalto, constituída pela cidade Alta e cidade Baixa versus cidade da poeira - os "musseques".

A cidade colonial de Luanda vai se consolidando com estes sintomas, caro leitor, se no princípio do século XX, como vimos, os bairros em Luanda estavam próximos, sem ter fronteiras rígidas que demarcavam os bairros dos tais ditos colonos (população branca) em relação aos bairros dos africanos, a partir dos anos 20, a cidade começa a ter outro figurino e, aqui é necessário olharmos para os dois mandatos de Norton de Matos, ou seja, defendemos essa premissa, por quanto, as portarias que Norton de Matos deliberou sobre o urbanismo e como ele abordou a questão da população dita indígena, foi determinante para uma abordagem diferencial na forma, como os africanos foram tratados na questão do urbanismo.

Outrossim, fica claro que a migração forçada dos moradores, da baixa de Luanda para a zona do Alto das Cruzes (musseque na altura), significa que a cidade de Luanda começa mostrar-se como uma cidade colonial com outro figurino "uma cidade disciplinada", diferente das cidades de Luanda: da Feitoria e da cidade de

[61] Vista de Luanda a partir da missão, mostrando a CML (edifício abobadado, construído entre 1890 e 1911), a cidade Alta no horizonte e um comboio alimentado a lenha – 1927. Fotógrafo: R. Shields. In: BLAKE, Paul A. **Angola Colonial Fotografada por Metodistas**. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2020.

[62] Segundo o editorial do jornal *O comércio de Benguela*, nº5, 10-03-1912, citado por Maria Alexandre Dáskalos, articulou o seguinte: Norton de Matos foi um dos primeiros governantes da colônia a demonstrar pela urbanização um interesse que ia além dos, já usuais, plantio de árvores e drenagem de águas paradas. Houve quem o considerasse o pioneiro de novas práticas e técnicas de construção e de ordenamento urbano em Angola. Efetivamente, entendia ser conveniente reagir, com todos os meios disponíveis, contra a situação reinante, a fim de evitar que os europeus habitassem em moradias que tivessem o aspecto de cubatas (palhotas) e não respeitassem certas regras de saneamento público nos edifícios que construíssem (DÁSKALOS, 2008, p. 84).

Luanda Mestiça. Era necessário “separar”, “arrumar” a cidade, não só pelo fato do melhoramento urbano ou na construção de infraestruturas, mas ordená-la com base os dispositivos normativos que estabeleciam o ordenamento social que influenciaram na forma como espaço urbano colonial de Luanda foi definido.

É a partir deste espaço urbano colonial da cidade de Luanda que trago como proposta para apresentar o íntimo de uma cidade colonial, como ver na leitura da cidade colonial de Luanda, outras perspectivas de cidade? O musseque pode ser visto como uma forma de subversão a ordem da cidade colonial de Luanda? Tentaremos mostrar outras perspectivas na cidade colonial, o musseque e outras possibilidades de mostrar a cidade colonial de Luanda, pode ser uma forma de representação do lugar que foi o espaço urbano colonial de Luanda.

Por fim, gostaria de lembrar caro leitor, que os bairros indígenas como vimos neste capítulo, são do século XIX, eram denominados de bairros dos africanos[63], muitos destes bairros se encontravam na baixa de Luanda, a nossa análise não se centra neste período, ela centra-se no período de 1942 a 1962, período que são construídos bairros por iniciativa do Estado para os tais ditos indígenas viverem, passam a ser chamados de bairros indígenas.

[63] Estes bairros são considerados os primeiros bairros indígenas de Luanda. Se olharmos para a perspectiva do conceito de indígena, sua carga semântica indica autóctones ou nativos. Por isso, num dado momento, utilizamos bairro indígena ou bairro dos africanos para seguir a ordem dos discursos de épocas.

3 DA CIDADE DE LUANDA ATÉ A SITUAÇÃO COLONIAL: CAMINHO PARA CHEGARMOS AO ÍNTIMO DE UMA CIDADE COLONIAL.

Figura 7 - Luanda, o encontro entre o musseque e a cidade.

Fonte: Bosslet (2014, p. 14).

Dois mundos no ventre de uma cidade colonial.

> Nada diz a você, amigo leitor. Passa-se na outra cidade que você não conhece, a que não se identifica apesar de situar bem perto de si, para lá donde termina o asfalto, em pleno subúrbio, em redor da Luanda que é a rotina do seu dia a dia. [64]

O capítulo em questão poderia ter o seu início sem a epígrafe, mas a imagem que antecede o capítulo, nos convida mais para frente falar sobre ela. Neste sentido ao olharmos para a fotografia, é possível contemplar vários planos inscritos numa paisagem. Quem conhece Luanda na sua profundidade seguramente, consegue dizer de que parte a imagem faz referência. E aqueles leitores que não conhecem Luanda, como podem descodificar o conjunto de elementos que a imagem não mostra? Não gostaria de iniciar este estudo, sem dela fazer referência, porque é muito familiar, não mudou muito. Embora o tempo promova mudanças, a fotografia em questão, mostra no tempo presente uma força porquanto permitiu-nos fazer um casamento entre o visual e a descrição que traz a epígrafe.

A força da imagem, no presente, nos dá um ponto de partida para tentarmos compreender o que se passava nesta cidade. É neste contexto que nascem algumas questões. O que se estava a passar nesta cidade? Qual é a razão do texto publicado no Jornal *ABC Diário de Angola*? Para além do jornal *ABC Diário de Angola*, o que os outros jornais publicaram sobre a cidade de Luanda? Para responder às questões acima, será necessário ir primeiramente à cidade para responder a primeira pergunta, e em segundo lugar ir para os outros jornais saber qual era a linha editorial deles. Este percurso significaria para nós uma metodologia para este capítulo? Sim, foi necessário encontrar um mecanismo para ir à cidade de Luanda. Partir dos relatos orais foi uma forma, porquanto estes relatos trazem consigo um grau de historicidade que possibilitou fazer um exame da cidade e a situação colonial.

Por outra forma, como dissemos acima, foi necessário ir aos jornais sobretudo, naqueles que possuíam espaço para crónicas e rubricas- (i) aconteceu na cidade, (ii)

---

[64] R.S.M. “O homem parasita do homem” In *ABC Diário de Angola*. Ano XIII. Número 4614. Luanda, 07 de maio de 1971, p.14. Citado por BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2014.

ecos e comentários, (iii) problemas citadinos, (iv) ronda na cidade e a (v) a cidade, lugares nos jornais de grande valia; que simbolicamente podemos considerá-los como se fossem atalhos, para se chegar em outros lugares na cidade colonial de Luanda.

Entre um e outro, a cidade se descortina, na memória e nos dispositivos discursivos. Quais serão os pontos de convergência? Como os discursos jornalísticos darão ou não suportes para os relatos orais? Acho que é uma discussão possível a se fazer sobre duas fontes tão diferentes e que exigem metodologias também distintas.

3.1 POSSIBLIDADES DE SE CHEGAR AO MUSSEQUE: OS RELATOS ORAIS, UMA VIA, DOS BAIRROS DOS AFRICANOS

Os jornais, as revistas e os cientistas sociais que se debruçaram sobre a cidade de Luanda no período de 1950 até princípio de 1970, descrevem-na como uma cidade muito portuguesa. Uns demonstram com números, comparando o crescimento populacional e outros olham para a questão migratória (BOSSLET, 2017; WHEELER, PÉLISSIER, 2011). *O jornal A província de Angola – Diário de manhã,* numa das suas edições de julho de 1958, mostra a grandiosidade da cidade de Luanda em termos de número da população em comparação com as outras cidades em África:

> Entre Casablanca e Cape – Town Luanda é hoje, indiscutivelmente, a maior cidade da costa ocidental africana. Ocidental francesa se eleva, em 31 de dezembro do ano findo, a 19.930.000 habitantes, dos quais 88.2000 franceses metropolitanos e brancos de várias nacionalidades, e 18.840.000 autóctones. Naquele mesmo território da A.O.F, os centros mais populosos são: - Dakar (e respectivos arredores), com 234.500 habitantes, dos quais 34.000 brancos e 200.000 nativos; Abidjan, respectivamente 125.700, 7.900 e 117.800; Douala com 119.000, 5.800 e 113.200. Um pouco mais perto de Angola, temos Brazzavile, com um total de 99.000 habitantes, dos quais 34.250 brancos, 11.550 mestiços e 143.790 nativos. Dado que a taxa de progressão usada pela estatística oficial é obtida pela média do crescimento do último decénio, Luanda teria hoje 208.000 habitantes. Porém, todos verificamos que nos últimos anos o crescimento da população e em especial de raça europeia tem excedido largamente tal coeficiente. Cremos não ser exagerado, por isso computar a população actual da cidade em cerca de 220 000 habitantes e o número de europeus em pelo menos de 40.000. Estes números mesmo sofrendo naturais correções. Mostram indubitavelmente que Luanda é já hoje uma grande cidade do continente africano e sobretudo, uma grande cidade no que respeita à população branca. Excluindo Casablanca ao norte do continente e Cape Town no extremo sul, deve ser mesmo já hoje a maior cidade de toda a costa ocidental africana. (Jornal *a província de Angola*, 1958).

Se alguns falam sobre crescimento populacional e outros olham para a questão migratória, qual seria a descrição da cidade por exemplo, se colocássemos esta

questão em dois emigrantes, tanto aquele que vem da metrópole para Luanda e daquele que saí do interior - (rural) para Luanda, que na altura chamavam de “mato” ou gente proveniente do mato?

Maria do Carmo Medina (1998) tem resposta como uma imigrante vinda da metrópole (Lisboa para Luanda), e suas impressões na chegada deixaram marcas no seu interior. Ela fala sobre a sua chegada numa entrevista concedida aos jornalistas Helder dos Santos (1998) e Drumond Mafuta (1998) na qual suas narrativas carregam consigo marcas profundas do espaço colonial, ela vai nos dizer que chegou à Luanda e se “esbarrou” com situações extremamente incómodas, por toda uma sociedade, “uma injustiça atroz”. Na mesma senda, Maria do Carmo Medina (1998) vai dizer que Luanda, nos primeiros anos, principalmente na década de 1950, era uma cidade adormecida e muito provinciana, era uma tranquilidade aparente da vida dos cidadãos, estava tudo bem compartimentado, os colonos, os colonizados e o trabalhador braçal, (MEDINA, *apud*, DOS SANTOS; MAFUTA, 1998, p.72 -73).

Como observamos Maria do Carmo Medina (1998) descreve a cidade, identifica cenários sobre a situação do colonizado e do colonizador, mas com um olhar minucioso percebeu logo que existia injustiças. O que lhe marcou, como um episódio real, que não se apega na sua memória, foi a bofetada que um empregado apanhou, numa festa que ela tivera sido convidada, ou melhor, ela estava numa festa, a partir da recepção, viu o dono da casa a esbofetear um empregado por uma insignificância. Segundo ela, o dono da casa era até uma pessoa que tinha uma alta função na elite da cidade de Luanda, Medina ficou profundamente ferida, como tivesse sido ela a ser agredida, com uma bofetada no rosto. O mais agravante e com um tom irónico, o dono da casa disse:

> Ah, doutora, deixe lá! A senhora doutora não gosta agora de uísque, vai gostar de uísque, também daqui a pouco não vai achar nada de importante que se esbofeteie um negro; e eu a partir daí disse: mais depressa deixarei de ser quem sou, se algum dia aceitar uma vilania dessas, e tenho a impressão de que nunca vou chegar a gostar de uísque, se é preciso chegar a gostar dessas duas coisas ao mesmo tempo. Realmente aconteceu, porque eu até agora não gosto de Uísque. (MEDINA, *apud*, DOS SANTOS; MAFUTA, 1998, p.72 -73).

Este triste episódio sinaliza o capital de uma sociedade colonial extremamente desigual, onde o colono desfrutava ao seu belo prazer às alegrias da sua condição e não media esforços para demonstrar o poder numa mulher que tivera chegado

recentemente da metrópole. Seguramente o empregado que apanhou a bofetada, está incluído no grupo daqueles indivíduos que se deslocavam à cidade de Luanda a procura de melhores condições de vida, ou quiçá outros fatores, como de ordem social, como por exemplo, o apoio nos laços de parentesco, o tio que manda buscar o sobrinho, a irmã que manda buscar a sua irmã, o jovem estabelecido na cidade procura buscar uma noiva na sua terra, e outros procuravam uma melhor instrução (AMARAL, 2015).

Depois de uma viagem de sonhos e esgotante do interior de Angola para a desejada cidade de Luanda, como estes indivíduos eram recebidos? Qual era a proveniência? Quais eram as condições de vida destes indivíduos na cidade? Onde viviam? Como eram vistos na cidade? Estes indivíduos eram recebidos em casa de pessoas próximas que estavam estabelecidos em Luanda, como é o caso da Ilda Quintas Gomes (2021), que nos relatou da sua vivência em Cariango e a vinda para Luanda. Segundo ela, nasce na Comuna do Cariango, e depois vem para Luanda, mas as ligações do Cariango para Luanda eram feitas a pé, ou seja, ela nos relatou que saia da Quibala ao Calumbo a pé, e naquela altura tinha muitos leões em Calulo[65], o leão era muito agressivo e caçava também os homens, muitos homens foram comidos pelos leões.

No ato da entrevista eu perguntei à Senhora Ilda (2021), mas veio mesmo a pé do Cariango à Luanda? Qual é o motivo da vinda para Luanda? Ilda (2021) prontamente respondeu dizendo que se dirigiu à Luanda a pedido da sua irmã, foi uma visita de três meses, a visita ocorreu depois do seu pai morrer, ela já estava com catorze anos de idade. Ela disse que não ficou por muito tempo em Luanda, porque tinha que fazer tudo na sua irmã, até trabalhos pesados ela fez. Mas um dado interessante é que ela voltou a tocar no assunto do trajeto e as condições de mobilidade que se fazia do Cariango à Luanda, “a minha irmã em 1942 veio a pé da Quibala até Luanda, a pé até Catete, até Muxima, da Muxima veio de Jangada até Luanda. Ela veio atrás do primeiro marido que já estava em Luanda”.[66]

[65] Atualmente a Vila de Calulo é a sede do município do Libolo, pertencente à província do Cuanza Sul. A administração portuguesa instituiu oficialmente a vila de Calulo no dia 31 de Janeiro de 1900. In: Jornal de Angola, https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=358441. Consultado em: 22/11/2021.

[66] Entrevista feita à Ilda Gomes, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 07/01/2021 em Luanda – Sapú.

Olhando para as narrativas de Ilda (2021), podemos correlacionar com o que Amaral (2015) revelou, quando ele explicou a vinda de muita gente para Luanda. Ao chegarem à cidade a maioria destes indivíduos instalavam-se nos musseques urbanos. Qual seria a situação de muitos que se instalavam nos musseques? A situação socioeconómica era favorável a uma permanência salutar na cidade? Ilda (2021) vai nos dizer que a vida em Luanda era difícil, viver no musseque era um sacrifício enorme, diferente da sua vida no campo, ela vivia com os seus pais que eram criadores de animais e camponeses, em sua casa tinha muita comida, o mel em abundância, cabritos e ovelhas.[67]

Ilda deslocou-se para Luanda a pedido da sua irmã Julia, mas os três meses que ela ficou na casa da sua irmã, o seu cunhado não admitia que ela comesse a comida que ele tinha em casa, neste contexto, a sua permanência de noventa dias em Luanda, foi sustentada pelo seu irmão Daniel que também já se encontrava em Luanda. O seu cunhado controlava a comida, ou seja, media e inspecionava, para contornar essa situação, sua irmã recebia o dinheiro do seu irmão Daniel, para ela poder comer, devido a esta situação ela regressou para o Cariango.[68]

Poderíamos trazer outras narrativas, talvez semelhantes de Ilda (2021) ou de Medina (1998), ou quiçá diferentes, mas estas duas experiências que elas tiveram na cidade, permitem iniciar uma caminhada para entendermos o que se estava a passar

---

[67] Nesta altura o sistema colonial dava atenção especial a estas famílias possuidoras de determinados bens, podemos ver por exemplo, um despacho publicado no *Boletim Oficial de Angola*, que define quais os indígenas que devem ser considerados cafeicultores a quem especialmente compete promover, assistir e auxiliar ou por qualquer forma acompanhar a cultura do café feita diretamente por indígenas. I Série – Número 26, Quarta-Feira, 27 de junho de 1956 - *Boletim Oficial de Angola.* A ilação que podemos tirar deste despacho vai se consubstanciar na questão do reconhecimento do indígena, ou seja, se por um lado o corpo do indígena tinha de ser útil na sociedade colonial, por outro lado, ele era obrigado a contribuir com trabalho braçal. Neste sentido, os indígenas considerados cafeicultores tinham um tratamento especial, porquanto era importante fomentar a cultura do café e as exportações. Diante deste tratamento, o indígena permanecia no seu Habitat em relação aos indígenas que não eram considerados cafeicultores, eram separados de suas famílias e posteriormente levados para outros locais de Angola ou em outros países a favor do "famoso contrato". Podemos entender o contrato como um dispositivo que teve a sua base em questões laborais. Este dispositivo foi implementado nas colónias de Portugal em África. Uma lei que foi desenvolvida depois que as autoridades coloniais portuguesas "aboliram" o trabalho forçado. Para mais informações sobre o "contrato" ver: NETO, Maria da Conceição. De Escravos a "Serviçais", de "Serviçais" a "Contratados": Omissões, perceções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos [Online]**, 33, 2017, p.107-129. Consultado o 29 julho 2022. Disponível: URL: http://journals.openedition.org/cea/2206; DOI: https://doi.org/10.4000/cea.2206 .

[68] Cariango é uma comuna que pertence ao município da Quibala, e por sua vez a Quibala é um município da província do Cuanza Sul, à luz do Decreto Legislativo nº 3.865, de 15 de Setembro de 1917. In: Jornal de Angola: https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=389401. Consultado em: 23/11/2021.

nesta cidade colonial. Se olharmos para as narrativas das mulheres supracitadas, podemos até, não encontrar um motivo transmitido por parte de Medina (1998) a sinalizar a razão que lhe trouxe à Luanda, mas em Ilda (2021) encontramos.

Seguramente Medina (1998) veio à Luanda, assim como muitos jovens portugueses fizeram-no, com o propósito de melhorar suas condições de vida. Medina (1998) diz que sim, veio jovem para Angola, resposta dada referente a uma pergunta que lhe foi colocada, numa entrevista que ela concedeu ao Jornalista José Rodrigues:

> Tinha acabado a minha licenciatura em Direito e a minha formação profissional, assim como a minha formação política e cultural. Assim cheguei, inesperadamente, devo dizer, e deparei-me com uma sociedade de uma tremenda injustiça, extremamente humilhante para um povo com clivagens discriminatórias brutais e haveria duas soluções: ou eu ia-me embora ou integrava-me num campo. Não me fui embora como vêm (risos). Então, tinha que me por ao lado daqueles que eu considerava que estavam a ser oprimidos, explorados e escravizados. (MEDINA, *apud*, RODRIGUES, 2018, p.54).

Mas é importante assinalar as vindas "sem motivo definido" [69] para Luanda, as consequências deste proceder, acarretou muitos problemas do fórum social, estas migrações avolumaram a população dos musseques, com um volume de desempregados, de gente sem qualquer classificação profissional, aos quais se agregam alguns artesãos e módicos comerciantes, que vêm transformar ainda mais graves as conjunturas já defeituosas de emprego e de sustento (AMARAL, 2015, p. 90).

Por sorte Ilda (2021) consegue voltar para o Cariango, mas muitos, mesmo desiludidos com a cidade acabaram por ficar atirados à sua sorte, sofrendo num ambiente urbano que não estava constituído para os encantos daqueles que estavam fora da *civita* colonial branca. Se Ilda (2021) decidiu voltar para o mato, por qual razão muitos decidiram ficar na cidade de Luanda? O que se estava a passar no mato? Os jovens que decidiam abandonar a sua terra natal, em muitos casos, fugiam por causa do trabalho dos campos, das plantações, da autoridade administrativa e do patrão (AMARAL, 2015).

[69] Esta questão de ir sem motivo para Luanda, não devemos olhar como se fosse uma realidade para podermos entender o fenômeno migratório, este discurso de ir sem motivos para Luanda, deve ser visto na perspectiva das elites. Por exemplo: Ilda (2021) não decide ir para Luanda só por ir, vai para Luanda porque recebeu um convite da sua irmã.

Ilda (2021) nos revelou, explicando que os homens eram levados para o contrato[70] e faziam doze meses de trabalho pesado na roça do café entre outras culturas. No final do contrato, muitos recebiam o salário de noventa Angolares e não se podia sair da comuna sem terminar o contrato. Por outro lado, estes homens também eram obrigados a pagar o imposto geral mínimo, neste quesito, Ilda (2021) diz que se lembra bem, porque o dinheiro naquela altura continha uma Palanca[71] estampada. “Era o Angolar, não era escudos ainda, isso nos anos quarenta e tal, porque nos anos de 1935 para 1940, não me lembro de nada porque tinha 5 anos de idade”.[72]

Ir para a cidade era uma forma de fugir do trabalho compulsório, vejamos o que disse Adão Francisco Mendes:

> Estatuto do assimilado era uma forma de não se sujeitar aos trabalhos forçados. Lembra que sua mãe ainda na juventude, ao estar em uma turma (grupo) conversando, foram todos presos por supostamente estarem fazendo “barulho demais” (vadiagem) e, como castigo, colocaram-nos para varrer a estrada da Maianga. Se ela fosse uma assimilada, não teria passado por tal situação. (MENDES, *apud*, NASCIMENTO, 2020, p. 141).

Os jovens que permaneciam na cidade de Luanda, muitos criavam estratégias de sobrevivência, mas a necessidade de fugir do campo para a cidade, não lhes dava garantia de uma total liberdade, uma vez que, na cidade em muitos casos o controlo era maior. O campo podia ser até um lugar de liberdade, onde se geram as situações para a independência das formas opressoras da tradição, dos preceitos familiares e culturais, das normas políticas e religiosas e dos regulamentos quase inalteráveis que marcam o espaço rural. A cidade colonial é construída num horizonte de dominação foi seguramente um lugar da desigualdade, uma das estruturas mais repressivas,

[70]Birmingham (2017) vai dizer que em 1954, um chefe de uma aldeia que não cedesse ao comissário a quantidade exigida de «contratados» não era constrangido a uma vergonhosa flagelação pública, mas era corrompido para satisfazer a prestação da jurisdição deliberada pelo gabinete do governador – geral. O trabalhador era contratado não só rigorosamente para projetos governamentais, como a construção de estradas, mas também informalmente para plantações privadas às quais eram cedidos cerca de doze contratados por meio hectare plantado com cana-de-açúcar ou sisal (BIRMINGHAM, 2017, p. 111 – 112).

[71] A Palanca Negra Gigante é um antílope que só existe em Angola.

[72] Entrevista feita à Ilda Gomes, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 07/01/2021 em Luanda – Sapú. Esta questão de Ilda (2021) de não se lembrar de quase nada, leva-nos ao entendimento em Halbwachs (1990) no que concerne às *lembranças da infância e lembranças de Adulto*, neste quesito, o autor explica o seguinte: se por caso não nos lembramos da nossa primeira infância é porque nossas impressões não se podem inventariar com alicerce nenhum, enquanto não somos ainda um indivíduo sociável. (HALBWACHS, 1900).

discriminatórias e úteis do colonialismo europeu em África (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p. 7).

Se muitos fugiam do trabalho dos campos, das plantações, da autoridade administrativa ou do patrão, conforme nos confirma Amaral (2015), na cidade o controle não era o mesmo como no campo[73], o *livro de conta corrente por conhecimento da cobrança da Taxa anual de residência de indígenas com a Direcção Provincial de Administração Civil* - (vide anexo A), nos mostra claramente diversas informações por um lado. E por outro lado, permite dar respostas em algumas questões que foram colocadas nos parágrafos anteriores[74], embora que umas foram respondidas com as narrativas de Ilda (2021). Com a leitura do livro, conseguimos estabelecer diferentes interpretações, uma das quais é o lugar das relações entre o patrão e empregado na cidade, entre outros aspectos que devem ser explorados neste capítulo[75], se por acaso tivermos em consideração o sentido que as variáveis[76] que constituem o livro, aludem serem meios estruturantes de um instrumento de vigilância.

Certamente que a maioria destes indivíduos provenientes de várias origens do interior de Angola, ao se instalarem na cidade de Luanda, uns acabavam por ficar como criados a viverem nos anexos em casa dos seus patrões na cidade do asfalto. Outros acabavam por encontrar outras formas de sustento, trabalhando em outros setores informais, mas a sua maioria ficava sem emprego e acabavam por se instalar nos musseques.

Estes indivíduos eram considerados como gente de “mato”, ou de “indígenas”, ou de “matumbos” ou “destribalizados”, estas distinções pejorativas, nos conduzem ao âmago de questões ligadas ao fórum jurídico e daquelas que saem do fórum

---

[73] Muitos se deslocavam para as missões em Luanda, um dos exemplos que podemos mostrar é o caso do Adriano Sebastião que foi para Luanda para dar continuidade nos seus estudos. Para mais informações sobre Adriano Sebastião, caro leitor, ver: NASCIMENTO, Washington Santos. Colonialismo português e resistências angolanas nas memórias de Adriano João Sebastião (1923-1960). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 283 - 306. set./dez. 2016.

[74]Como estes indivíduos eram recebidos? Qual era a proveniência? Quais eram as condições de vida destes indivíduos na cidade? Onde viviam? Como eram vistos na cidade? Qual seria a situação de muitos que se instalavam nos musseques? A situação socioeconómica era favorável a uma permanência salutar na cidade?

[75] Um dos aspectos é a questão do indigenato e a sua relação com os lugares de captura, instrumentalização e “separação” na cidade colonial de Luanda.

[76] Nº da caderneta, nome do criado ou criada, Sanzala, regedoria, data em que data foi tratado o bilhete de identidade, nome do patrão, fotografia e impressão do polegar e do indicador da mão direita.

legal[77], podendo mesmo avançar para um espaço que permite olhar as relações de contato entre povos tanto do interior de Angola como nas cidades. É nesse limiar de aproximação entre o colonizado e colonizador que podemos observar cirurgias do colonialismo e do racismo existente na sociedade colonial em Angola nos meados do século XX.

Se por um lado em 1576 dá-se a fundação da cidade de Luanda[78], por outro lado nasce o Musseque, sua fase embrionária começa sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas peças para exportação, depois sob a forma de aglomerados de cubatas localizadas nos Coqueiros, no Bungo, nas Ingombotas ou nas Maiangas, locais habitados por africanos, escravos e libertos (AMARAL, 1968, p. 115a). O desdobramento das várias formas de musseques apontadas por Amaral (1968a) simboliza as transformações dentro das estruturas na cidade, que se prolongaram até a cidade colonial de Luanda. Mourão (2006), ao descortinar a transformação da cidade a partir da longa duração, o resultado deste olhar, permitiu-lhe encontrar ao longo do tempo, várias cidades de Luanda: a cidade feitoria, a cidade mestiça, a cidade colonial e a consolidação da cidade colonial.

Nestas várias cidades provenientes da leitura do traçado urbano de Luanda, Mourão (2006) afirma que, a divisão da cidade em termos raciais nunca tinha sido tão acentuada nos momentos da cidade monumental setecentista até a cidade feitoria, mas chegou um momento que a mobilidade social da população africana se interrompe e o desenho da cidade passa a refletir essa mudança. O desnível social levou a uma maior separação social, neste contexto, a maior parte da população africana em Luanda habitava tradicionalmente em áreas designadas por bairros, com nomes em quimbundo[79], isto marca a liberdade dessas áreas, por contraposição à rua, cuja toponímia reflete a cultura do colonizador e onde se reuniam as casas dos negociantes e das autoridades coloniais (MOURÃO, 2006. p. 222).

---

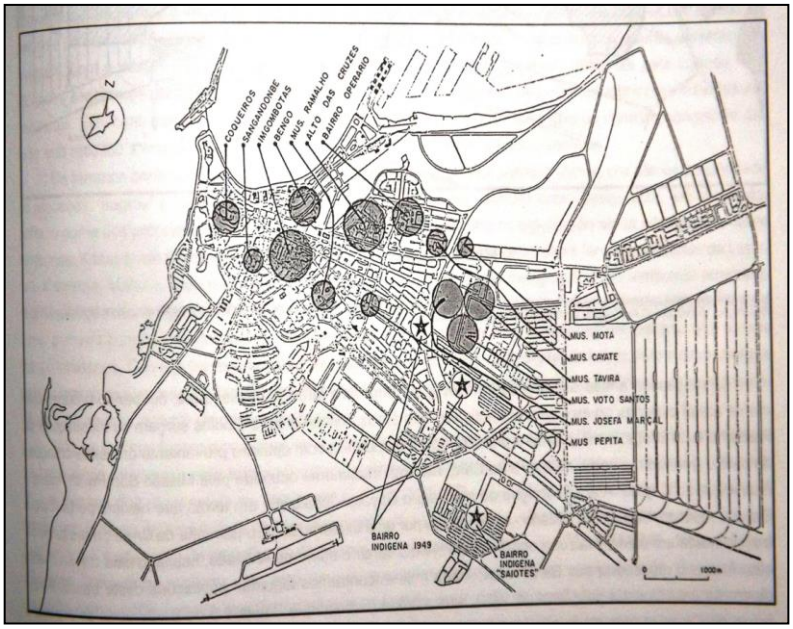
[77] Questões que vão ao encontro do estatuto do indígena, proclamado em 1926 revogado em 1961, em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

[78]A fixação e a topologia do espaço físico ditaram a implementação da fortaleza de S. Miguel e a fundação da povoação de São Paulo de Loanda em 1576 por Paulo Dias de Novais.

[79] Quimbundo é uma língua de Angola, falada de Luanda a Malanje. Ao contrário do que muita gente supõe, constitui o quimbundo, não um dialeto, mas sim, uma língua. Portanto, um todo devidamente estruturado, e não uma variante de qualquer todo. Mais: que o quimbundo, como todas as línguas cultas, possui as suas leis, formando um corpo rígido. Mais ainda: que não é pobre, nem de formas, nem de elevação mental, mas rico de predicados essenciais à compreensão, sem esforço nem equívocos (RIBAS, 2009, p.151).

Este prenúncio de separação que já estava ser definida a partir da cidade setecentista estendeu-se até o século XX, a transformação gradual dá-se a partir de assentamentos de bairros dos africanos[80] estabelecidos na cidade para os musseques na cidade colonial, mas sempre sob a consideração do crescimento da cidade branca, ou seja, ultrapassada a fase dos bairros dos africanos, surgem os musseques. Na figura 8 podemos acompanhar como foi este processo:

Figura 8 - A cidade de Luanda e elementos da ocupação africana numa perspectiva evolutiva.



Fonte: Mourão (2006, p. 223)

A figura número 8 aproxima-se da forma como foi o desdobramento dos bairros africanos para os musseques, este desenvolvimento como vimos, dá-se a partir do século XIX, as marcações feitas por Mourão[81] (2006) no plano de urbanização da cidade de Luanda partem de um desdobramento dos planos de urbanização da cidade de Luanda de 1952, 1957 e 1961.

Olhando para a legenda na figura 8 o desdobramento deu-se a partir da zona da baixa da cidade, assinala-se os bairros dos africanos: dos Coqueiros, Sangandonbe, Ingombotas, Bungo, musseque Ramalho, Alto das cruzes e Bairro Operário. A denominação de bairros africanos tem início no século XIX. No século XX

[80] Bairro dos africanos se trata de uma forma colonial de se referir aos bairros dos colonizados.
[81] Mourão (2006) faz marcações em forma de circunferências na figura 2. Os bairros indígenas que aparecem na figura não podem ser incluídos na análise feita a partir do desdobramento dos bairros dos africanos aos musseques, porque estes bairros indígenas foram construídos na década de 1940.

estes bairros foram destruídos com a justificação de discursos higienistas. Os africanos estabelecidos nestas zonas foram obrigados a se deslocarem para outras zonas na cidade, muitos se estabeleceram no Alto das Cruzes e posteriormente no Bairro Operário.

No século XX a denominação de bairros dos africanos é substituída por musseques, é neste período que vão surgindo os musseques na zona de cima da cidade: o musseque Pepita, musseque Cayate, musseque Mota, musseque Josefa Marçal, musseque Voto Santos e o musseque Santos. É difícil traçar e estabelecer marcos ou limites precisos de como propriamente nascem estes espaços na cidade, devido a imprecisão ou estatísticas referente a cidade.

O musseque na historiografia é tratado como um assunto ligado ao crescimento da cidade de Luanda como vimos, porém é possível notar uma aproximação de vários autores[82] com aquilo que Mourão (2006) demarcou na figura 8, o resultado desta adaptação resume-se em estudos que ao longo do tempo vão se incorporando actualmente numa memória histórica.

Mas um dado a realçar é que na altura em que dávamos tratamento às entrevistas realizadas, deparámo-nos com uma parte da narrativa de José Narciso Arsénio (2021) que pode aproximar-se a um certo ponto, daquilo que Mourão (2006) estabelece na figura 8, mas a nossa pergunta não foi direcionada para que Arsénio (2021) fala-se sobre os desdobramentos dos musseques, a questão, baseou-se, se por acaso podemos considerar o bairro Operário como um bairro indígena?

Antes de trazermos aqui às narrativas de Arsénio (2021), importa assinalar o assunto que ele narra, ou seja, o que ele descreve foge até um certo ponto, daquilo que a historiografia alude sobre o desdobramento dos bairros dos africanos, por um lado. Por outro lado, aproxima-se daquilo que a maioria dos autores apontam sobre o crescimento da cidade e dos musseques, esse distanciamento e o aproximar destes espaços (cidade e musseque) se inscrevem na questão do crescimento da cidade que vai dar sempre na direção da baixa da cidade para a parte de cima da cidade (com base o relevo acentuado na cidade de Luanda).

---

[82] Confirmamos esta aproximação em *continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*, São Paulo: Terceira Margem, 2006. Nesta obra Fernando Augusto Albuquerque Mourão, sinaliza como articulou os dados dos musseques com Troufa Real (1980); Monteiro (1973) e Amaral (2015).

Como assinala Monteiro (1973) a palavra musseque adquiriu um conteúdo sociológico, quando passou a agrupar os núcleos de cubatas nesses terrenos construídos por indivíduos que devido à expansão da cidade, se viram obrigados a deixar a zona urbana. Monteiro (1973) admite ainda que, anteriormente, os aglomerados de cubatas existentes nos espaços livres da cidade, como exemplo, ele fala, dos espaços junto à Eminda da Nazaré e nos Coqueiros, lugares que eram conhecidos pela designação tradicional de sanzala (MONTEIRO, 1973, p. 54).

O ponto chave da resposta da questão colocada ao Arsénio[83] (2021) centra-se quando ele fala sobre o bairro operário no século XX, mas para a nossa surpresa, ele muda o seu discurso e começa a falar sobre o bairro do musseque Bungo a partir do século XIX. Neste sentido, Arsénio (2021) vai dizer que a princípio o Bairro operário era considerado como um bairro dos indígenas. Na mesma senda, ele vai dizer que em meados do século XIX, começa-se a fazer as primeiras construções dos primeiros lancis na avenida Marginal, mas a igreja da Nazaré já se encontrava nesta região. Por detrás desta igreja da Nazaré, havia um bairro, chamava-se musseque Bungo. Entre o musseque Bungo e a traseira da igreja da Nazaré passava uma rua ou até hoje passa uma rua, que se chamava rua direita de Luanda, atualmente chama-se rua Major Canhangulo.

Arsénio (2021) explicou-nos que por detrás da igreja de Nossa Senhora de Nazaré existiu um bairro; bairro este que se chamou musseque Bungo, porque estava concentrado neste espaço, operários que eram funcionários do Caminho do ferro. “E por quê Bungo? Bungo designa sirene, naquele tempo não havia relógio”. Eu perguntei-lhe, como é que naquela altura não havia relógio? Arsénio (2021) respondeu com sorrisos, dizendo que os funcionários se orientavam pela sirene do comboio, poom, poom este era o som que fazia com que os trabalhadores acordassem para irem posteriormente para o serviço: “poom poom doze horas, poom poom treze e trinta, poom poom dezassete horas”.

Por outro lado, Arsénio (2021) vai nos dizer que a palavra Bungo tem sua proveniência da língua quimbundo, os primeiros bairros de Luanda começam a ser estabelecidos nesta zona. Arsénio (2021) cita os meados do século XIX, mas erra nas

[83] Entrevista feita ao José Narciso Arsénio, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 26/02/2021 em Luanda – Sambizanga.

datas quando tentou relacionar o século com os anos[84]. Por outro lado, também sinaliza as deslocações de populações que saíram da Ilha de Luanda para o musseque Bungo, incluindo alguns habitantes da região do antigo reino do Kongo.

Com o assentamento e um determinado crescimento das populações no musseque Bungo, com o andar do tempo, algumas populações deixaram o espaço do musseque Bungo e chegaram até a zona do Maculusso. Arsénio (2021) ao falar deste processo de expansão na cidade de Luanda, diz que estas deslocações não ficaram circunscritas unicamente na zona do Maculusso, outras populações foram e se instalaram no musseque Samba-Kimungua[85], considerado como primeiro bairro do musseque Sambizanga, atualmente este espaço é ocupado pelo cinema Miramar, embaixada Norte Americana, hospital Ngangula chegando até administração do Sambizanga.

No Samba-Kimungua, cria-se um chefe do posto[86], é a partir deste bairro que também saem algumas pessoas e adentram próximo ao bairro Operário, bairro que podemos considerá-lo como um bairro para indígenas, como nos referimos anteriormente, seu direito a ocupação dá-se por volta de 1932, devido as populações (os aborígenes da Ingombota)[87] foram forçados pela CML a desocuparem as suas propriedades, por estar em andamento um plano de urbanização, conduzindo os naturais a fugirem do “camartelo”, sem um prévio acordo (ARAÚJO, 2012, p. 159).

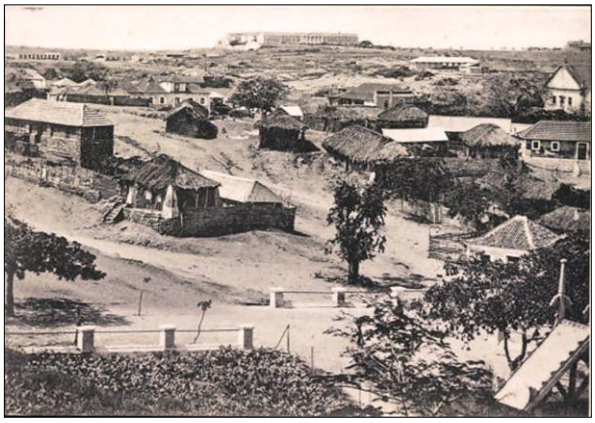
Arsénio (2021) ao narrar esta questão da expulsão da população de um ponto para outro no espaço urbano de Luanda, indica à figura de Norton de Matos como o protagonista destes episódios[88]. Mas olhando para os registros, assinala-se que tanto

[84] Ele fala em 1771, 1772, 1773, 1774 e 1775 como meados do século XIX, olhando para a periodização, os anos que ele faz referência pertencem ao século XVIII.
[85] Samba – significa: local e Kimungua – Significa: sal.
[86] Chefe do posto: a fiscalização da população africana em Luanda era feita através dos postos administrativos, unidade administrativa submetida à administração civil da colônia e que, para os especialistas do sector de urbanização da Câmara Municipal, constitui-se num “entrave ao desenvolvimento da cidade (MOURÃO, 2006, p. 242).
[87] Ingombotas: o nome do famoso bairro indígena de Luanda, dos Ingombotas, é, segundo parece, o antigo ngombota. Ngombota é arranjo literário e não derivação; *ngombota* não é têrmo vernáculo do antigo reino de Angola; vernáculo é *ngombo*, a significar «fugitivo»; das pessoas passaria o nome ao local de refúgio, voltando ao indígena já aportuguesado em *ingombota*, com o significado de topónimo e de pessoa. O antigo aglomerado de «quilombos», hoje desaparecido e arruado, é ainda conhecido pelo bairro dos Ingombotas (ALHEIA, 1945, p. 55)
[88] Quando José Norton de Matos é indicado para o cargo de Governador de Angola em 1912 – 1915, algumas populações que estavam a residir nos coqueiros, outras encontravam-se no Baleizão. Estas populações foram corridas deste lugar. Seus pretos… saem daqui todos, vão lá para os musseques.

nas décadas de 1930, 1940, e mesmo em 1922, houve eventos relacionados com a expulsão dos indígenas em locais na cidade, mas para a nossa estranheza, Arsénio (2021) relaciona estes eventos com a figura de Norton de Matos. Olhando para as datas supracitadas, Norton de Matos não governou Angola nos períodos de 1930 até 1940, mas foi em 1922 até 1924 que ele governou, perfazendo o seu segundo mandato, também foi neste período que surge a peste Bubónica, que infestou a cidade. Norton de Matos como Governador ordenou a destruição do bairro dos Cabindas e o da Quinanga, Bento Ribeiro (1958) vai dizer ao jornal cultura[89], que foi neste período que aconteceu "a mudança da Ingombota para os musseques, passou então a fazer-se ali o centro habitacional dos indígenas".

No roteiro da cidade de S. Paulo de Luanda, editado pela CML em 1939, é registrado o bairro das Ingombotas em 1848, segundo os registros era o segundo bairro indígena de Luanda, com 137 cubatas. "Começou a remover-se este bairro, principalmente desde 1922 por diante". A figura 9 apresenta-nos uma imagem das Ingombotas nos finais do século XIX.

Figura 9 - Ingombota - agregado com componentes urbanos, rurais e musseques.



Fonte: "Editorial" In Jornal *A Província de Angola* - diário da manhã: 1 de maio de 1949, Biblioteca do Governo provincial de Luanda[90]

Então são retirados deste local, uns instalam-se em frente da igreja do Carmo, e começa-se a criar o primeiro bairro das Ingombotas, uns ficaram por aí e outros não se contentaram e subiram para um outro local da cidade é desse deslocamento de populações que vai dar o nascimento do musseque Braga, já nas imediações do Liceu Salvador Correia até o Maculusso. Entrevista ao senhor José Narciso Arsénio.

[89] "Editorial" In Jornal Cultura, 2 de janeiro de 1958, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Estante 26 – março 8 – nº15.

[90] Legenda: "Luanda de há meio século. Esta gravura reproduz um bilhete-postal editado, nos princípios deste século, pela firma «Osório & Seabra» de Luanda. Ei-la, a capital de Angola, há 50 anos. Quem a

As narrativas de Arsénio (2021) e Bento Ribeiro (1958) divergem, mas o ponto convergente delas, centrou-se na questão e na forma como as populações foram expulsas de um lugar para o outro na cidade de Luanda. E por outro lado, ambos falaram da figura de Norton de Matos, mas a nossa preocupação não ficou presa na questão de tentar perceber o porquê de duas abordagens diferentes, mas importa realçar que Arsénio (2021) e Bento Ribeiro conseguiram narrar e dar a compreender como foi o processo dos bairros africanos para os musseques e a questão da expulsão das populações, processo que só pode ser entendido na longa duração. Se os musseques como vimos, nascem com o aparecimento da cidade, em que lugar da cidade estavam estabelecidos em meados do século XX?

Até por volta de 1939, olhando para a disposição de um crescimento urbano, os musseques, estavam estabelecidos a partir do leste e nordeste da cidade, abrangendo o Alto da Maianga até ao Sambizanga e, para o interior, até ao quilómetro 12, a seguir, numa enorme parte, ao chamado Maculusso[91], em outras palavras, o bairro dos musseques estavam estabelecidos da seguinte forma:

> Sambizanga; Mota; Caiate (onde fica a nova Igreja e a Missão católica); Cabeça; Marçal; Pedrosa; Caldeira; Vila Alice; Vila Clotilde; Bairro Indígena; Burity; Viúva Leal; parte do Maculusso; Braga; Calemba; Cassequel; Companhia Indígena; Quilómeto 5 (contíguo aos depósitos do material ferroviário). (Câmara municipal de Luanda, 1939, p. 95).

Por outro lado, Ilda (2021) vai nos dizer que a cidade de Luanda era pequena, mas por qual razão foi à Ilda (2021) a responder à questão colocada no parágrafo acima? Se as narrativas dizem que ela regressou para o interior de Angola, será que ela voltou para a cidade de Luanda? Como vimos, ela esteve em Luanda em 1952, mas só permaneceu por três meses, ela nos relatou que voltou para Luanda em 1960, nesta época ela descreve que só existia o bairro Operário, o Bungo, o Marçal e o Sambizanga e mais tarde é que surgiu o Rangel, não havia nada nem Cazenga. Luanda era uma coisa pequena, Ilda (2021) narrou, explicando que, quando ela

---

reconhece hoje? Ao alto era assim nesse tempo o hospital – edifício imponente, magnificamente situado, mas completamente isolado de toda a cidade. Na avenida, até ao seu extremo não havia um único prédio: apenas, a meio dela, como também mostrava a gravura, o depósito de materiais da câmara municipal, O edifício, de que se vê uma parte ao lado esquerdo da gravura, era o da abegoaria municipal situada à entrada do actual bairro da Maianga. Do lado direito, destaca-se perfeitamente a parte superior da igreja do Carmo. Na verdade, é curiosíssima a gravura que apresentamos, perante a qual é fácil admirar os progressos de uma Luanda meio de século.

[91] A zona do Maculusso, até 1939, estava entre a avenida de Brito Godins e a Avenida de Sá da Bandeira, por um lado, e entre a estrada de Catete e a avenida dos Combatentes da Grande Guerra. Maculusso é o quimbundo *Makulusu*, que significa “cruz”, local onde noutros tempos se enterravam os indígenas e se punham as cruzes sepulcrais (Câmara Municipal de Luanda, 1939, p. 94).

estivesse por exemplo na zona do São Paulo conseguia ver à Maria da Fonte no Kinaxixi, com uma faca numa das mãos; “tudo aquilo era Matepeira”[92].

Figura 10 - Maria da Fonte - Largo dos Lusíadas.

Fonte: Amaral (2015, p. 126)

Os oito anos que Ilda (2021) não esteve presencialmente em Luanda, fizeram com que na sua volta, pudesse olhar a diferença da cidade em relação ao período em que ela esteve pela primeira vez[93]. Até por volta de 1960, ano em que Ilda (2021) decidiu voltar para Luanda, a cidade estava ocupada por musseques que estavam estabelecidos em áreas externas ao eixo central da cidade, de acordo com Monteiro (1973, p. 62) este crescimento originava o desaparecer de alguns musseques e o surgimento de outros, se nas décadas de 1950, existiam musseques nas Ingombotas, Bungo, Maculusso, e nos lugares da Viúva Leal, do Ramalho e Braga, a fisionomia destes espaços até finais da década de 1950 se apresentam de forma diferente, ou seja, nestes locais não restam, vestígios de cubatas e somente os mais velhos recordam e associam estes nomes aos antigos musseques.[94]

---

[92] Ilda (2021) falou em Matepeira, em termos científicos o nome da planta é Matebeira, é uma palmeira solitária muito comum na região do litoral em Angola e em outros países do sudoeste africano. A maioria dos entrevistados falaram sobre a Maria da Fonte especialmente do seu membro superior do lado direito na vertical com uma espada na mão, é um dado assente, que foi constatado posteriormente nos relatos, isto após análise das entrevistas. Olhando para este dado, se formos na perspectiva de Halbwchs (1990), estes relatos caminham para os lugares de referências como limites de intercessão, ou seja, a “lembrança individual é um limite das interferências coletivas”.

[93] Entrevista feita à Ilda Gomes, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 07/01/2021 em Luanda – Sapú.

[94] Mourão (2006) consegue fazer um mapa abarcando os musseques mais antigos aos musseques novos. Neste sentido, os musseques velhos: Burity, Braga, Viúva leal, Pepita, Pedrosa, Cabeça, Tavira, Voto Santos), que desapareceram, ou foram incorporados por outros mais novos, podemos estabelecer, em função dos musseques atuais, o seguinte quadro: musseques muito antigos: Sambizanga, Mota, Marçal; musseques antigos: Lixeira, Rangel, Caputo, Catambor, Prenda, Calemba, Samba Pequena; musseques novos: Adriano Moreira, Cazenga, Cemitério Novos, Golfe; musseques

Estes musseques, em comum, eram ocupados por populações de origem quimbundo, asseguravam uma estreita ligação com as áreas rurais através das estações e apeadeiros da estrada de ferro que, na época, atravessava a cidade. Mourão (2006) ao olhar sobre a questão dos musseques, teve dificuldades em saber sobre a origem "étnica" dos primeiros moradores destes musseques. Mas as obras literárias e os noticiários de natureza policial na imprensa ajudaram-lhe a entender como estes moradores estavam estabelecidos no espaço físico do musseque que era um espaço que agregava também os tais ditos Bakongos e povos oriundos do sul de Angola. Quanto "às populações do sul, assinala-se que a maioria trabalhava na construção civil e nas obras públicas, a grande maioria vivia nos acampamentos nos arredores das próprias obras" (MOURÃO, 2006, p. 225).

Em *The Making of imperial Peripheries: the musseques in late- Colonial Luanda*, Juliana Bosslet (2017) vai dizer que Luanda tardia colonial foi modelada e remodelada por movimentos de dentro e de fora da cidade, estes trânsitos constituem deslocamentos de moradores mais pobres que foram sendo constantemente empurrados mais longe do centro urbano de Luanda. São moradores que sinalizam o período pós-guerra Mundial, na sua maioria, vieram de outros lugares, muitos vindos da metrópole, outros vieram do interior de Angola, e de outras partes do império, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Logo, as experiências dos trabalhadores na cidade de Luanda, durante as últimas décadas da ocupação portuguesa foram assinaladas, mormente, pela mobilidade. O encontro entre pessoas com origens tão diversas ocorreu principalmente em um espaço particular da cidade: os musseques (BOSSLET, 2017, tradução nossa).

As narrativas de Ilda (2021) encaixam-se neste período em que Bosslet (2017) consegue olhar às forças que estavam atuando na cidade de Luanda. Uma das forças naquela altura era a mobilidade, e a outra, ficava reservada no trabalhador braçal. No segundo encontro que tivemos com a Ilda (2021), em sua casa no bairro da Sapú em Luanda, a partir de uma conversa descontraída, perguntei-lhe se ela conseguiu trabalhar no período em que ela ficou por três meses em Luanda. Ela respondeu que sim, ela trabalhou como trabalhadora braçal, notemos o que ela narrou:

---

muito novos: Palanka, Petrangol, Mulemba; sem maior informação: Zangado (possivelmente muito antigo) (MOURÃO, 2006, p. 226).

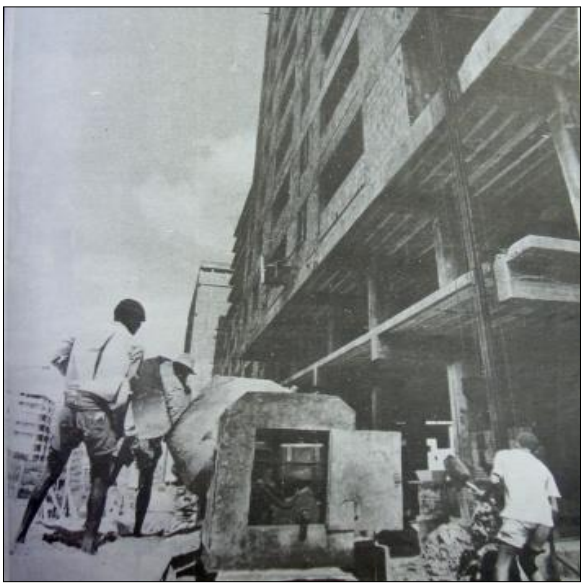
> Sim consegui trabalhar, trabalhei na obra do porto de Luanda; só para poder levar uma saia, uma blusa, uma sandália, para mostrar lá. Lá, era mesmo péssimo. Fui mesmo até à minha zona, neste momento já não fui a pé, já existia carros que levavam os contratados para a Vila Verde e Mussende. Eu trabalhei no Porto, na sua reabilitação. Para teres uma ideia, olha, a água saia do cais até a ilha, o cais ficava ali onde está o Banco Nacional de Angola, tudo aquilo, até ao palácio de Ferro, tudo aquilo estava preenchido de água, nós é que transportávamos as pedras para entulhar na água do mar. Estás a ver onde terminou o edifício dos correios, ali próximo da Marinha, tudo aquilo foi preenchido com pedras, nesta parte às mulheres é que transportavam as pedras, para poder entulhar com cimento armado. A gente ganhava qualquer coisa, era mesmo sair do musseque para ir trabalhar na baixa de Luanda, não eras obrigado, mas você tinha que ir lá, para ganhar qualquer coisa, podias trabalhar, duas a três semanas, dependia de cada um. (ILDA, 2021).

Esse trânsito feito por Ilda (2021) permite-nos compreender o campo das relações entre a cidade e o campo, é neste sentido, que Epstein (1967) vai dizer que as cidades não são entidades sociais independentes, elas têm no seu espaço um campo mais amplo de relações. O estudo da urbanização não deve estar desassociado ao estudo das relações entre as várias cidades, bem como as zonas rurais e urbanas (EPSTEIN, *apud,* NETO, 2012, p. 21, tradução nossa). Por isso a relação da cidade colonial de Luanda com o interior - (o campo) e com os outros centros urbanos em meados do século XX, deve ser vista a partir da mobilidade das populações que vão estabelecer relações “raciais” e sociais[95]. Certamente, Ilda (2021) ao narrar sua trajetória, permitiu que olhássemos para a geografia da cidade de Luanda que não ficava circunscrita só nos musseques, o trânsito por exemplo de um trabalhador braçal, indicava o sentido musseque até a baixa de Luanda, nos dias úteis de trabalho.

[95] Para sermos melhor precisos, podemos analisar as relações a partir de oito cidades históricas de Angola – Luanda, Lobito, Nova Lisboa, Benguela, Sá da Bandeira, Malange, Silva Porto e Moçâmedes, uma vez que as cidades recentes, como Carmona ou Salazar, apresentam ainda uma população altamente flutuante, produto da explosão do café nos pós – 2ª Guerra Mundial. Como tal, verifica-se que o quadro angolano foi determinado por dois factores essenciais: o tipo de colonização efetuado pelos portugueses ao longo de três séculos, que deu origem a algumas cidades portuárias de certa dimensão (Luanda e Benguela); o caminho-de-ferro, elemento essencial de colonização e penetração económica no sertão, que permitiu o desenvolvimento tanto das quatro cidades do planalto (Malange, Nova Lisboa, Silva Porto e Sá da Bandeira), como de dois principais portos angolanos (Lobito e Moçâmedes). Desenhavam-se, portanto, três eixos de desenvolvimento ao longo das três principais linhas ferroviárias: de Luanda a Malange; de Lobito-Benguela a Silva Porto, via Nova Lisboa; de Moçâmedes a Serpa Pinto, via Sá da Bandeira. Portanto, o caminho-de-ferro, tinha uma importância que ultrapassava a sua dimensão económica, ou seja, era um fator de crescimento demográfico, de desenvolvimento cultural e, sobretudo, de construção de uma unidade angolana, capa de diluir as fronteiras internas quer entre os diversos grupos etno-linguisticos, quer entre colonizadores e colonizados (PIMENTA, 2005, p. 33).

Júnior (2020), ao fazer um trânsito na duração, consegue ir buscar nas suas memórias, marcas vivas sobre determinados eventos que decorreram no bairro Operário. A partir das suas memórias consegue trazer para a atualidade, uma narrativa, onde o cenário vai se desenrolar na casa Kimbundu do Sr. Aniceto Baptista, a casa localizava-se no bairro Operário, propriamente entre a ex- rua Paiva Couceiro e a rua principal do ex- bairro do Cruzeiro. A casa Kimbundu era um espaço de paragem obrigatória dos trabalhadores braçais e de profissões para proletários, trabalhadores que se ocupavam sobretudo das máquinas, dos trabalhos mais duros. Eram, os nativos provenientes dos bairros do Sambizanga, São Paulo e do Bairro Operário. Na casa Kimbundu, era servido o café da manhã, a ementa incluía sandes de peixe frito, acompanhado de um molho especial da casa e bastante malagueta (JÚNIOR, 2020, p. 152).

Figura 11 - Trabalhadores Braçais.



Fonte: Bosslet (2017).

Ilda (2021) como trabalhadora braçal faz parte da realidade que a figura número 11 nos apresenta: “os construtores da cidade”. Neste contexto, Ilda (2021) ao falar do seu trabalho temporário no porto de Luanda, certamente, se inscreve, na lista dos Super-homens que Macedo (1989) apelidou para designar os homens que se deslocavam à cidade, para realizarem várias tarefas, como: carpinteiros, pedreiros, pintores de edifícios que construíam para os colonos - maioria urbana, por isso, a cidade de Luanda era o principal e grande muro que dividia os africanos em duas famílias antagónicas.

A construção de edifícios é o assunto visível na figura número 5; será que esta imagem nos permite articular questões que vão desde as grandes obras na cidade e o desenvolvimento urbano? Se em 1943 atirava-se ao mar a primeira pedra para a construção do cais do porto de Luanda[96], em 1944 já se falava da previsão do acabamento das obras, bem como melhoramentos urbanísticos. Por outro lado, falava-se sobre aproveitamentos dos terrenos adjacentes ao porto de Luanda, posição que daria:

> Imediatamente valorizados todos os terrenos circunvizinhos do Porto, assim como a bela imponente Avenida Marginal, pelo menos até as actuais portas do Mar. Por isso concorrerá decisivamente o próprio Estado que propõe construir um conjunto magnífico de edifícios destinados aos serviços dos postos, caminhos-de-ferro e transporte; aos serviços aduaneiros, aos serviços marítimos, às sedes dos organismos Corporativos e aos serviços próprios da exploração do Pôrto. O entusiamo com que o estado se propõe realizá-la, está a ser, desde já, acompanhado no mesmo ritmo por muitos e importantes actividades particulares, dispostas também a erguerem no novo bairro Marginal os edifícios para as suas instalações entre essas, se inclui o Banco de Angola que já tem na Avenida Marginal terreno escolhido para o seu futuro prédio. (*Boletim Geral das Colónias*, 1944, p. 73- 74)

Em 1945, a inauguração do porto de Luanda já era uma certeza, encontramos esta convicção nas palavras do Engenheiro Cid Perestrelo[97], numa entrevista dada ao Jornal *A província de Angola* na sua edição do dia 24 de outubro de 1945. Nesta notícia, não conseguimos encontrar algum ponto, fazendo referência aos trabalhadores braçais na participação da obra do porto de Luanda. Por outro lado, procuramos na notícia, uma pista, que pelo menos nos mostrasse, uma determinada hierarquia na divisão de trabalhos na construção do Porto de Luanda. O que está patente na notícia são as ações das obras que estavam previstas até a data da inauguração do Porto de Luanda e igualmente o que seria reservado para os espaços reservados para uma nova fisionomia da nova marginal.

---

[96] No Boletim geral das colónias da Agência Geral das colónias, vol.- XIX – 211 de 1943. Nas páginas 105 e 106, destaca-se uma notícia relacionada com o início das obras do Porto de Luanda. Ainda neste relatório assinala-se as palavras do engenheiro Cid Perestrelo, fiscal das obras por parte do Governo. E também é dado ênfase ao grande bloco que aprofundou as águas da baía de Luanda, no 21 de outubro, como simbólico começo da construção dos molhes – cais para o apetrechamento do Pôrto. Tinha esculpido a negro os seguintes dizeres: “Bloco de fundamento das obras do Pôrto de Luanda, colocado em 21 de outubro de 1942 por sua excelência o Ministro das colónias, Dr. Francisco Machado”.

[97] Cid Perestrelo é autor do projecto e encarregado da fiscalização da obra do porto de Luanda. No ano de 1945, o Sr. Ministro das colónias: Doutor, Marcelo José Das Neves Alves Caetano, elevou Cid Perestrelo ao alto cargo de Inspector Superior de fomento colonial. “Editorial” In *A província de Angola*. 24 de outubro de 1945. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

Se estamos a falar do processo de inauguração e posteriormente a construção de outras infraestruturas ao longo da Marginal. Às narrativas de Ilda (2021) se fixam em termos de espacialidade na Marginal, no cais, no Banco Nacional de Angola - (atualmente); em termos de temporalidade o ano de 1952, que é o ano que ela vem pela primeira vez para Luanda. Por isso, no segundo encontro que tivemos em sua casa, voltei a perguntar-lhe como era cidade de Luanda? Qual era o trajeto que ela fazia para se deslocar até o porto de Luanda, já que ela ficou três meses em Luanda.

Ilda (2021) respondeu, dizendo que fazia um trajeto no sentido cima a baixo, ou seja, Sambizanga baixa de Luanda, de acordo com Ilda (2021) “não existia autocarros, não existia nenhuma linha, mesmo o comboio era para transportar comida. Não é como hoje, queres andar de comboio pagas”. Ela nos confirmou que o comboio não tinha a mesma funcionalidade com o comboio da atualidade, naquela altura o comboio passava pelos musseques, que era tudo mata.[98]

Como a memória pode ser reconstruída a partir da operação de um discurso, os lugares das experiências demarcam lugares na memória, e os eventos estimulam e sinalizam às lembranças na memória de Ilda (2021), mas por vezes às narrativas de Ilda (2021), saltavam de um lugar para o outro. Sentimos isso, mas não quer dizer que ela seja uma má narradora, é natural porque a memória opera desta forma. Por isso, o verdadeiro leitor de Proust é constantemente sacudido por pequenos sobressaltos. Logo a memória involuntária de Proust opera por saltos, ou irrupção do passado no presente e, nesse seguimento surge a criação (BENJAMIN, 1987).

Por exemplo, quando Ilda (2021) narrou que “naquela altura o comboio passava pelos musseques, que era tudo mata”; a seguir ela nos relatou um evento, que sinaliza o seu regresso à sua terra natal, depois de estar em Luanda. Um evento que na minha posição de entrevistador, não esperava que ela narrasse, porque até, não estava nas previsões este tipo de questão, mas achamos ser uma experiência significativa, por isso decidimos trazer para este turno. Ilda (2021) nos relatou o seguinte: “por exemplo: se dizias alguém que vou para Luanda, no Cariango aquilo era uma anedota”, disse Ilda (2021). E daí perguntei-lhe, mas dona Ilda, naquela altura quando voltavas para sua terra natal, qual era a reação da tua gente?

[98] Entrevista feita à Ilda Gomes, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 15/01/2021 em Luanda – Sapú.

Ilda (2021) respondeu-me que tinha deixado a sua família ao pé da comuna, diante disto, as pessoas perguntavam-lhe, como é Luanda? Ela respondia, “Putu”, “Putu”. E no mesmo instante perguntei-lhe o significado de “Putu”, ela disse-me, que significa Portugal ou mesmo Luanda, para os seus conterrâneos Luanda era um outro mundo:

> Aí você conta o que viu; o comboio, o avião, o aeroporto que ficava no Jumbo, para quem vai no largo dos ministérios, mas quem se dirigia para lá? Era mata, era terra batida, era um aeródromo, era só avioneta. (ILDA, 2021).

Se olharmos para as narrativas de Ilda (2021), elas carregam marcas de lugares da cidade de Luanda encravados na duração, quando Ilda (2021) diz que Luanda era pequena, seguramente, ela faz uma comparação com o tempo presente. No seu relato está muito presente esta comparação das coisas de hoje em relação com os lugares de ontem, que se encontram vivos na sua memória. Por isso, narrar é dar sentido a uma determinada imagem que se encontra no nosso interior e fazê-la embarcar num vai e vem na temporalidade, narrar é, pois, “um procedimento mental” que articula “interpretação do passado com um entendimento do presente e as expectativas de futuro” (RÜSEN, *apud*, FREITAS, 2019, p. 174).

Sim, “Luanda era pequena”, disse Ilda (2021). Olha, para se ir à Maianga, até se chamava Sinaleiro da Maianga, era neste ponto da cidade onde terminavam as casas e depois estava o hospital Central (Maria Pia). Ao subir à Martal era tudo capim e mais acima era barroca, agora aqui onde estava a casa Reinaldo, na rua António Barroso e na rua 21 de Janeiro onde terminou os prédios, atualmente o Codeme, para cima chamava-se Kitapa (na Mulembeira), aquilo era tudo ocupado por Cajueiros, era tudo musseque.[99]

Para conhecer Luanda naquela altura, qual seria o trajeto a ser percorrido? Pergunta feita por nós, com base a capacidade de Ilda (2021) em descrever vários lugares da cidade, mas o problema que se coloca, é que precisávamos saber a geografia dos outros lugares na cidade, por isso decidimos perguntar sobre os outros lugares:

> Para conhecer a cidade de Luanda, a principal rua que utilizávamos naquela altura, passava pela Maria da Fonte, depois pegávamos a rua para quem vai para o Prenda, aquilo tudo era mata em 1952, e havia à Caridade, na Caridade onde terminava o Caminho-de-ferro, ou seja, existia uma estação, e depois o comboio rumava para a Maianga; mesmo a rua que dava acesso

[99] Entrevista feita à Ilda Gomes, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 15/01/2021 em Luanda – Sapú.

> a clínica do Prenda (actualmente), já existia, mas não era asfaltada, era perigoso andar por aí. Aí para quem vai para a Coreia, epá carambas! No Zamba 2 aí não se fala, aquilo era mata, os de Luanda caçavam neste local, o mar chegava até aí, tudo aquilo reabilitaram, os limites só chegavam no Hospital Maria –Pia, se descia um pouco, até ao largo da Maianga e pronto e aí era a baixa. Luanda era muito pequena, era só Maria da Fonte, coqueiros, largo da Maianga, foi a guerra que começou a mexer com os brancos, fez com eles acelerassem com as obras, estes novos bairros como o da Vila – Alice é recente, senão em 1952, Luanda era muito pequena. (ILDA, 2021).

Enfim, os musseques foram aparecendo nas imediações da cidade colonial, com denominações das grandes famílias tradicionais de Luanda, ora famílias "negras", ora "mestiças", ora de comerciantes "brancos", por isso a maioria destes terrenos tomava a designação do nome dos proprietários. Com o desenvolvimento da cidade colonial, isto em meados do século XX, alguns musseques se "densificaram" e se "estenderam", a partir destas convulsões no sítio urbano, deixaram de ter seu carácter periurbano ficando dentro dos limites da cidade colonial (MOURÃO, 2006; AGOSTINHO, 2017)

Entre os musseques antigos, isto depois da década de 30, alguns eram denominados por nomes derivados da língua quimbundo: Kassequele, por exemplo este terreno pertencia a família Van-Dúnem, uma das mais tradicionais famílias africanas de Luanda. Outros exemplos são os terrenos designados por Kama, Makulu, Kalemba, Malemvu e Cayate, este último o proprietário era um euro-africano (mestiço), filho de um europeu de origem italiana de quem recebeu o nome, o limite deste terreno abrangia o espaço que hoje se encontra a Missão de São Paulo, anteriormente, muitos antes da instalação da Missão de São Paulo era ocupada por uma exploração agropecuária da CAOP (MOURÃO, 2006).

Por outro lado, temos ainda outros exemplos, como é o caso do musseque Cabeça. Cabeça era o nome do africano (João Cabeça, conhecido torneiro mecânico) proprietário dos terrenos herdados de seu pai de família africana. O musseque Pedrosa, era o sobrenome de um antigo comerciante europeu. O musseque Kassequele, termo originário do quimbundo, os terrenos deste musseque pertenceram à família Van-Dúnem, conseguiram estas terras, por oferta do Governo ao Coronel Van-Dúnem, militar que se distinguiu, em Angola, na guerra contra os holandeses. O musseque das Bananeiras foi criado nas encostas do rio seco (zona da Maianga, onde veio surgir o bairro Alvalade) onde existiam muitas bananeiras, daí a razão do nome musseque das Bananeiras. O musseque Sambizanga, local onde se passava

geralmente, “danças e zangas ou zaragatas”, o termo teria a seguinte origem, será o fruto da junção dos termos Sambila (do quimbundo: dança) e Zanga (do português: desavença). O Musseque Lixeira, seus terrenos pertenciam à família africana, com o sobrenome de Mangueira, o lugar passou a ter esta dominação de Lixeira, porque à CML o converteu em depósito de lixos. O musseque Mota é o nome de um antigo comerciante europeu, que foi proprietário dos terrenos deste musseque. O musseque Marçal, herdou o nome de Josefa Marçal, senhora africana possuidora dos terrenos do referido musseque, atualmente é possível encontrar este musseque, o espaço engloba também parte dos antigos musseques do Burity e do Cabeça. O musseque Tavira e Voto Santos seus terrenos pertenceram também aos proprietários africanos (MONTEIRO, 1973; MOURÃO, 2006; JUNIOR, 2020).

Foi atribuído o nome de musseque Zangado, devido os seus habitantes que eram considerados zaragateiros, quanto aos musseques Rangel, Caputo e Burity, o primeiro recebe o sobrenome do seu proprietário (Francisco Moreira das Chagas “Rangel”, que era possuidor de uma área onde se situava o musseque. Em segundo lugar, o musseque Caputo, cuja terminologia é originária do quimbundo: Kaputo, Ka (Lugar): Puto: (coisa). Como vimos nas palavras de Ilda (2021), Puto significa Portugal.

Júnior (2020) em *Contributos para a história do Bairro Operário: Tributo às suas gentes e famílias*, explica que a nomenclatura Puto é utilizada em alusão a Portugal (Metrópole), na mesma senda, o autor vai dizer que o nome, teria sido aplicado a este musseque, devido a sua proximidade a um Posto Administrativo. Posto que era chefiado por um representante do Governo (Muene Puto: Chefe do Posto). Por outro lado, a expressão Caputo, de acordo com Júnior (2020) significa terrenos do Estado, uma palavra, composta pelo sufixo Ka (lugar ou terreno/pequeno) e puto (Portugal, visto como Estado), em vista disso, a maioria dos terrenos naquela época em que se implantava um musseque pertenciam à Fazenda Pública.

Em terceiro lugar o musseque Burity, o seu terreno posteriormente deu origem ao Bairro Operário, por nele se ter instalado a família Burity, detentora de grandes extensões de terrenos, começou por receber, os africanos forçados a sair da Ingombota, musseque Braga, Maianga e Coqueiros, expulsões de moradores que

deve ser entendida na longa duração[100], com essa atitude por parte das autoridades coloniais, a baixa passou a ser habitada apenas por individualidades ligadas a maquinaria do poder, e da administração colonial, por isso o que se chamava centro da cidade era o conjunto da cidade Alta e Baixa, zonas delimitadas por três pontos de referência: Fortaleza de São Miguel, Igreja da Nazaré e Hospital Maria Pia (JUNIOR, 2020).

Estas designações em língua local seguem a transição dos antigos bairros africanos com nomes em quimbundo e posteriormente com designações relativas aos nomes dos proprietários, mas essa transição só pode ser entendida no contexto das transformações urbanas do século XX; insisto nesta questão[101], visto que a denominação de bairros africanos estava presente na toponímia dos bairros antigos na cidade de Luanda no século XIX, já no século XX a partir do segundo Mandato de Norton de Matos, quando a população nativa começa a ser marginalizada.

No ponto de vista urbano, esta fase corresponde a um crescimento dos musseques por um lado, por outro lado condiz com o crescimento da cidade e a agravante da falta de habitação disponíveis na cidade chamada por cidade do asfalto, isto em meados do século XX. Em consequência, como nos confirma, Sarmento (1957, p. 109) os musseques antigos vão “desaparecendo pouco a pouco, aniquilados pela onda crescente da expansão urbana”

[100] Mediante as transformações no espaço Urbano, a população africana foi afetada, em consequência, quanto mais a cidade crescia os terrenos eram valorizados por um lado e por outro lado, a própria expansão da cidade é que determinava as sucessivas migrações espaciais da população nativa (MOURÃO, 2006, p.199).

[101] *Da emergência de um espaço plural autônomo à ruptura do processo colonial*, Mourão (2006) neste capítulo consegue reunir uma série de elementos que lhe permitiram fazer a leitura do sítio urbano da cidade de Luanda na longa duração. Por exemplo, através da observação da cidade a partir do alto com auxílio de helicóptero nos 80 do século XX; por isso a observação dos telhados constitui-se numa metodologia auxiliar importante para a reconstrução das antigas plantas da cidade, por outro lado, a partir de cima conseguiu olhar para o traçado das ruas, as casas, os quintais, o hall de entradas das casas e o declive das ruas. Na mesma senda, olhou para questão do crescimento da cidade a partir da análise dos limites forais; que começam a ser contabilizados a partir 1884, 1910, 1930, 1947 e 1956. Mourão (2006) também olhou para a legislação administrativa da cidade de Luanda; até por volta de 1957 a cidade estava dividida por dois bairros administrativos, já em 1960, Luanda contava com quatro bairros administrativos. Na mesma senda, Mourão (2006) vai olhar pelo número de construções feitas a partir do ano de 1845 até 1850, as profissões, o alargamento da cidade, tipos de casas, número da população, entre outras variáveis. Em *Toponímia de Luanda: caso de Ingombota e Mayanga*, Vicente (2018) mostra com clareza que no século XIX, os bairros dos africanos localizavam-se na baixa de Luanda e algumas ruas possuíam nomes africanos; mas com a questão da marginalização dos africanos e o crescimento urbano, as ruas começaram a receber nomes dos colonizadores.

Mourão (2006) vai dizer que embora os musseques não tenham sido realmente “vencidos”, começa a surgir na linguagem do urbanismo da época (década de 1940) a expressão bairro indígena e bairro operário, estes, na realidade, não tiveram maior importância, salvo o tradicional bairro Operário, dessa forma, o autor põe em evidência, o fato de que a evolução semântica das denominações dos locais de moradia africana na cidade e a evolução da qualidade da moradia desembocam num estado em que surge uma aparente dualidade: a cidade construída, a cidade do asfalto em confronto com o musseque – habitações de pobreza (MOURÃO, 2006).

Até à década dos anos de 1940 a cidade pouco cresceu: a avenida Brito Godins neste período constitui-se na principal fronteira a leste; no arredor das avenidas Álvaro Ferreira e Neves Ferreira surge um bairro de construção definitiva, o bairro dos ferreiras, com moradias erigidas com blocos de argamassa e composta de amplos quintais. Na encosta, para leste, aparecia o bairro das Ingombotas, onde, a par de uma maioria de habitações construídas em adobe, apareciam moradias erguidas com materiais mais onerosos; isto na vinculação da posse dos moradores, africanos com poucos recursos, a par de moradores pertencentes à classe média africana nesta época em fase de crise (MOURÃO, 2006, p. 309).

É nesta época que aparece a decadência da importância da classe média africana que, face ao acrescentamento do preço da construção, vê apertada sua possibilidade de assentamento físico, a par do fato de que paulatinamente a população dita “branca” passa a ocupar o espaço da administração pública que tradicionalmente pertencia à classe média africana. É igualmente neste período que a população das Ingombotas, incluindo elementos da classe média africana, por alegados motivos técnicos – racionalização da expansão da cidade para leste – é expulsa para outras áreas, entre os quais o bairro operário, onde se dá uma relativa proletarização dessa camada social africana. É de realçar que nessa época ainda se registravam construções de adobe, de moradores africanos, no centro da baixa e na área do Bungo (MOURÃO, 2006).

Em consequência da expulsão da população dita africana, os lugares desocupados, serviu para construção de novas ruas, prédios, e casas sobretudo para a população de origem europeia que vinha há crescer há um ritmo acelerado. A partir de 1930 a população de Luanda passaria de 50588 habitantes para 475328 em 1970, este crescimento significativo da população, deveu-se sobretudo aos fluxos de

emigrantes, não só do exterior, mas também do interior do mundo rural angolano atraídos pelo sortilégio da expansão das atividades urbanas.

O quadro abaixo ajuda-nos a ter ideia como foi crescendo a população de Luanda no período de 1930 há 1969:

Tabela 1 - Representação da população de Luanda no período compreendido de 1930 a 1969[102].

Ano	População - Estimativas
1930	50000
1940	61000
1950	151000
1960	224000
1969	300000
Total	786000

Fonte: (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p.114) (adaptado).

A partir da tabela acima podemos ver que em 1940, houve um recrudescimento acelerado e significante da população, tornando mais intenso nos anos que se seguiram. Segundo Wheeler e Pélissier (2011, p. 205) a população portuguesa residente em Angola teve um crescimento a rondar os 400 por cento entre 1940 e 1960. Com o crescimento acelerado da população de Luanda, por conseguinte há o alastramento da faixa periférica dos bairros da miséria, os musseques começam a rodear a cidade urbanizada, desta forma aumentaram-se os problemas de alojamento e as dificuldades da realização de medidas adequadas de planejamento urbano.

Por outro lado, o aumento brutal da população dita branca em Luanda, o desenvolvimento do comércio e do polo industrial[103] consolidam a configuração da cidade colonial, dividindo-a em duas grandes áreas: a “cidade branca” e a “cidade negra” (MOURÃO, 2006). Neste período os musseques começam a significar formas de resistência face à expansão da cidade dita “branca” e da forma como as populações eram expulsas de um lugar para o outro na cidade. A forma da maneira

[102] A população de Luanda em 1934 – Branca: 8771, Mestiça: 9458, Negra: 18229. Em 1940 a população Branca: 9404, Mestiça: 6191, Negra: 46275. Em 1950 a população Branca: 21018, Mestiça: 9932, Negra: 133320. Em 1960 a população Branca: 55567, Mestiça: 13593, Negra: 155325. Em 1970 a população Branca: 126233, Mestiça: 39255, Negra: 314879 (MOURÃO, 2006, p. 44).

[103] Há dois trabalhos que abordam a relação da cidade com a questão da proletarização. Um dos trabalhos foi concluído, enquanto o outro, lamentavelmente, não foi concluído devido à morte da autora na época da pesquisa. Caro leitor, faço referência dos trabalhos de Juliana Cordeiro de Farias Bosslet. (i) A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. (ii) The Making of imperial Peripheries: the musseques in Late - Colonial Luanda.

de viver africana, a distribuição das casas, as aparentes dificuldades de acesso, obedecem a uma forma de defesa numa cidade adversa.

Ou seja, as áreas dos musseques para onde a população dita negra africana vivia, foi requalificada em nome do avanço da urbanização e consequentemente a população expulsa. O que abrigou massas sucessivas dos ditos africanos em outros lugares na cidade, quando da explosão demográfica de Luanda, sobretudo na fase industrial, se constituíram, de certo modo, em fortalezas face ao meio externo e na única possibilidade de vida urbana. Preocupados com a questão da subversão, as autoridades, na última fase do período colonial, passaram a abrir vias de penetração para deixar o musseque mais exposto e atingível pelas autoridades, mas os seus moradores optaram por torná-lo mais fechado (MOURÃO, 2006).

A questão levantada por Mourão (2006) em relação ao musseque como um espaço de resistência me faz recordar as palavras da arquiteta Isabel Martins (2016), quando ela me disse que os musseques apresentam ruas estreitas e sem saídas. Era uma forma de defesa do africano contra a força colonial. Vejamos o essencial daquilo que ela disse[104]:

> A questão da construção dos bairros indígenas em Angola, não foi apenas um problema de urbanização, mas também um problema político, para poder realmente controlar a população. Um exemplo que não está relacionado a este caso demonstra que o urbanismo também é utilizado para controlar. No século XVIII, na França, havia um primeiro-ministro chamado Ausman, que foi ministro de Napoleão Bonaparte. Nessa época, as grandes revoluções e convulsões sociais começaram a surgir, e a França sempre foi um país com essas características. Como as convulsões sociais ocorreram por motivos políticos, e não só, estamos em plena revolução industrial, e o senhor Ausman, para modernizar a cidade de Paris, abriu grandes avenidas por um lado e, por outro, ruas estreitas. As grandes avenidas eram para que os grandes canhões e cavalos pudessem conter as rebeliões. Já as ruas estreitas eram para que as pessoas, se trancassem na rua e não tivessem muita chance de sair. Apenas para compreender de fato, que urbanismo também tem suas particularidades. Como angolana, acredito de forma sincera que esses bairros não foram uma promoção, mas sim bairros para poder controlar. Não é por acaso que, durante o período colonial, não era permitido controlar o musseque. Por quê? Porque as ruas eram estreitas, sem saídas, isso era uma forma de defesa do africano diante da força colonial. Então o urbanismo, tem destas coisas. (MARTINS, 2016).

Caro leitor, é neste figurino que se apresentava a cidade colonial de Luanda. O musseque era composto por casas de madeira, adobo, folhas de madeira e zinco. Os telhados variavam de acordo com o uso de folhas de zinco, colmo e outros materiais aproveitados (MOURÃO, 2006). Do outro lado da cidade, o espaço era estruturado,

[104] Entrevista feita à Isabel Martins, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 28/07/2016 na Maianga na Faculdade de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto – Luanda.

com planejamento urbano e melhorias urbanas[105], fornecimento de água e luz elétrica, esgotos, terraplanagem para a construção de edifícios, arruamentos, postos de iluminação, construção do porto de Luanda, construção de praças, barragens pavimentação de ruas com asfalto e reparos. Portanto, este lado da cidade, era reservado para a população dita “branca”. O lado oposto da cidade que abarcava os musseques, era exclusivamente para os tais ditos indígenas.

Mediante o dualismo na cidade de Luanda, como podemos entender este crescimento em termos do urbanismo na cidade colonial de Luanda? Quais eram as grandes obras que estavam sendo feitas na cidade colonial de Luanda? Embora que Ilda (2021) nos tenha contado sobre as obras do porto de Luanda, depois da sua inauguração, quais foram as outras obras de grande vulto que impactaram a vida das populações na cidade? Questões, que tentaremos respondê-las no subcapítulo a seguir.

3.2 LUANDA CIDADE COLONIAL VISTA SOB UM OUTRO ÂNGULO: A IMAGEM DA CIDADE NAS LAUDAS FOLHEADAS A PARTIR DOS JORNAIS

Se no subcapítulo anterior começamos por questionar o porquê da publicação de um texto no Jornal ABC, na qual utilizamo-lo como epígrafe, e por conseguinte fizemos um possível “enlace” com a figura número 7. Neste subcapítulo, tentaremos responder à questão formulada, que ficou assente na preocupação de sabermos o que outros jornais publicaram sobre a cidade de Luanda.

Mas antes de partirmos para este desiderato, tentaremos sinalizar neste turno uma base de entendimento sobre a imprensa nas colónias. Um exercício que não será exaustivo, mas servirá de enquadramento para podermos entender, que tipo de cidade colonial se apresenta a partir dos jornais. Como estes jornais se articulavam no espaço colonial? Quais são as imagens que podemos retirar dos textos no solo das páginas dos diversos jornais. Por outro lado, como se caracterizava esta imprensa? Estes jornais levavam para os seus leitores todos os problemas que a cidade enfrentava? Sob uma forma de informar a realidade de uma cidade colonial, a

[105] Ver nos seguintes boletins informação de obras realizadas em Luanda: 1 - *Boletim Geral das Colónias*. Agência Geral das colónias, vol.- XIX - 218 e 219. In: Melhoramentos Urbanos. 1943, 343 pags. 2- *Boletim Geral das Colónias*. Agência Geral das colónias, vol.- XXIV - 278 e 279. In: Governador e o responsável para as obras públicas visitaram as obras. 1948, 250 pags. 3 - *Boletim Geral das Colónias.* Agência Geral das colónias, vol. XXVIII – 330. In: cidade de Luanda – obras 1952, 227 pags.

partir destes jornais é possível retirar imagens e narrativas que associam o real de um cotidiano de uma cidade colonial?

A imprensa colonial pode ser dividida em três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole. Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, esta divisão juntamente pode ser estendida ao jornalismo para as demais colónias. Neste contexto Hohfeldt; Carvalho (2012, p. 142-143) falam sobre uma imprensa oficial ou oficiosa, imprensa livre e por último uma imprensa profissional. A dimensão temporal dessa imprensa começa desde a Gazeta de 1641 até a revolução liberal de 1820; b) Desde 1820 ao terceiro quartel do século XIX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa; c) Desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias.

Na mesma senda os autores, vão dizer que esta imprensa colonial tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colônias de Portugal, ou seja, ela é colonial porque se realiza num contexto colonial. Ao analisarmos algumas características comuns dos jornais, o que nos chamou atenção é o fato que os jornais mantinham um forte intercâmbio, ou seja, existia um trânsito entre as colónias e destas com a metrópole na publicação de artigos. Por exemplo, encontramos artigos e notícias dos jornais *A província de Angola, Diário da Manhã e Diário de Luanda publicados no Boletim Geral das colónias.*

Se por um lado os jornais se liam entre si e se criticavam, o lançamento de novos títulos substituía aos anteriormente suspensos ou proibidos, procedimento que era comum. Por outro lado, os jornais das colónias, de modo geral, exerciam uma constante crítica às companhias de administração a quem a metrópole entregava as colónias. Contudo multiplicavam- se os periódicos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões inteiramente exteriores ao próprio contexto colonial. Mas curiosamente essa crítica não interferia diretamente nas questões locais ou regionais. Por exemplo na questão do modo de falar mal da limpeza da cidade, criticar a companhia de administração, cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo genérico (HOHFELDT; CARVALHO, 2012).

De modo geral alguns jornais que circulavam em Angola nos meados do século XX chegavam a ter oito páginas, os considerados como jornais semanais. Se

caracterizavam como informantes e noticiosos, em virtude desta distinção, se exigia para publicação um registro prévio, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exigiu-se o título universitário para o responsável pelo jornal, medida que gerou inúmeros problemas, visto que os jornais começaram a ter imensas folhas (HOHFELDT; CARVALHO, 2012, p. 150 -151).

Paralelamente por exemplo aos principais jornais editados em Luanda ou aqueles que circulavam na cidade de Luanda provenientes da metrópole, existiu *O Boletim Geral das Colónias*, que posteriormente passou a chamar-se *Boletim do Ultramar*, isto em 1935, periódico que se propunha a "fazer propaganda do património colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses".[106]

Olhar a cidade de Luanda a partir dos jornais é uma forma de irmos a cidade, mas antes de darmos esse passo com a perspectiva de entrarmos na cidade pela via das letras estampadas nas páginas dos jornais, por um lado, é preciso inquirir e identificar cuidadosamente o grupo encarregado pela linha editorial dos periódicos, bem como os auxiliares dos mesmos. Por outro lado, é importante tentar saber, por exemplo, se os periódicos sofreram algum tipo de pressão exercida pelo governo. Estes são alguns desígnios teóricos e metodológicos que De Luca (2005) aponta para quem tiver a pretensão de trabalhar com o jornal como fonte de pesquisa histórica.[107]

É também compreender, como alguns "bens culturais" foram transferidos da metrópole para a colónia, por exemplo a imprensa falada e a escrita também sinalizam este desiderato, conforme o relatório da CML faz menção sobre o "progresso" e rumo que a colónia estava a tomar com o desenvolvimento da imprensa:

> A Capital da província dispõe de todos os confortos e de todos os requisitos da civilização e cultura de uma cidade europeia - três emissores a trabalharem diariamente em ondas médias e curtas, quatro jornais diários de grande tiragem, cinco outros semanais, e dois mensais. (*Boletim* da câmara municipal de Luanda, 1960, p.5).

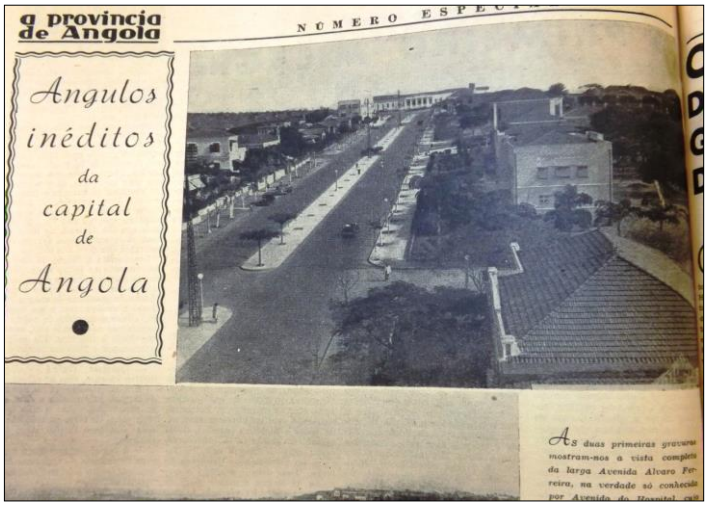
---

[106] O Boletim da Agência Geral das Colónias, criado pelo Nº 16 e seus parágrafos do artigo 15º do Diploma Legislativo Colonial Nº 43, de 30 de Setembro de 1924. In: Apresentação do Boletim Geral das Colônias. Disponível em: http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx Acesso: 13.12. 2021.

[107] Para mais informações consultar o seu capítulo de Livro: DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carça Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao chegarmos nesta cidade é preciso perceber como ela está representada nos jornais, conforme nos referimos acima, a partir das formas do discurso. Por exemplo podemos observar as formas de silêncio, conforme nos confirma Orlandi (2007). Para o nosso caso, contemplamos uma cidade de Luanda a esconder o apêndice de um problema que não é visível para aqueles que chegam nela, através das páginas lidas dos jornais de época, visto que, nestas páginas deparamo-nos com vários sentidos: a mudança, o modernismo, a comparação de ontem e hoje, o antigo e o novo, a "beleza" da cidade, as grandes obras e realizações no âmbito de um fomento urbano.

Figura 12 - Uma das Artérias da cidade colonial.



Fonte: "Editorial" In Jornal *A província de Angola* - diário da manhã: 15 de agosto de 1949, Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

Se é preciso observar as "formas de silêncio", por si, às imagens não podem descrever o que estava acontecer na cidade, os objetos urbanos refletidos na figura 12 mostram artérias na cidade, edifícios e um cotidiano aparentemente com uma "acalmia". Como as cidades são as pessoas, e quem dá vida a ela também são as pessoas, ao longo dos jornais consultados, encontramos narrativas sobre o passado da cidade, mas sempre naquele regime que elenca evidências sobre o grande crescimento da cidade em termos de um desdobramento de uma edificação nova e própria de sua época.

Ao esfolharmos as páginas do jornal *A província de Angola,* na sua edição do dia 17 de julho de 1949, deparamo-nos com um artigo de Jorge d'Aragão, que nos chamou atenção: A *cidade de Luanda há um quarto de século, quando aqui*

desembarquei… Impressões e memórias. O autor não sinaliza a data em que ele chega à Luanda, mas através do título do artigo estamos a falar propriamente dos anos da década dos anos vinte do século XX. Neste sentido, Jorge d' Aragão (1949) chegou à Luanda no ano de 1924, período que marca o último ano de mandato de Norton de Matos. A sua primeira impressão sobre a cidade de Luanda, não é “salutar ou de admiração”. É daí que ele vai questionar-se sobre a África que ele conheceu nos livros, embora triste com a primeira imagem que se vislumbrava a sua frente no momento que tivera chegado à Luanda, Aragão (1949) consegue descrever a partir das suas memórias, a cidade de Luanda a partir das estruturas que continuavam vivas no seu interior.

Um outro elemento que conseguimos retirar do texto em página de jornal, é que estávamos perante há um texto que assinala as memórias do seu autor e as memórias da cidade de Luanda, portanto, não sabemos quais foram às reais motivações para a escrita dele, o importante para nós, foi encontrar os lugares vivos que sinalizam a vida da cidade de Luanda. Nesta linha de ideias, encontramos uma determinada geografia da cidade de Luanda nas narrativas de Aragão (1949) inscritas na temporalidade e numa operacionalização da memória. Por isso, Aragão (1949) considera Luanda como se fosse uma aldeia desenvolvida até por volta de 1924, cujos bairros principais eram a parte Baixa da cidade e a parte Alta da cidade. A Brito Godins, por exemplo, nasceu nesse tempo com os prédios que Norton de Matos ali mandou construir. O edifício da CML ainda suportava uma cúpula monstruosa, e não existia o lindo jardim de hoje, mas sim um morro escalvado e areiento.

Por outro lado, Aragão (1949) nos mostra a partir das suas narrativas, como se caracterizava a cidade, deste modo as ruas principais tirando as do perímetro da Baixa de Luanda, eram a calçada de Santo António, a calçada do Alto das Cruzes, a avenida do Hospital, as ruas do Carmo, Franco e Brito Godins. A cidade caracterizava-se por um aspecto retintamente antigo, nas ruas e nas moradas, havia pouca gente e todos se conheciam. As diversões eram poucas e o meio social era pouco desenvolvido.

Um outro dado levantado por Aragão (1949) é a ausência de mulheres nesta cidade, para ele a vida era diferente em relação à metrópole, ou seja, o homem fazia a vida na rua. Em relação a população, Aragão (1949) afirmou que as cervejarias tinham muito mais movimento, “gastava-se mais”, “conversava-se mais”. “Ninguém tomava capilés, água era só para o banho, fechada as repartições e escritórios todos

desciam à baixa e até às nove da noite as cervejarias estavam repletas e uma sã alegria transparecia nos rostos".

Jorge d' Aragão (1949) ao fazer este exercício de pegar impressões da cidade a partir das suas memórias, faz com que a sua reminiscência se desenvolva num quadro espacial, isso liga-nos a Halbwachs (1990), mormente quando ele fala sobre a *inserção no espaço da memória coletiva*, ou seja, não há memória que não se desenvolva num quadro espacial.[108]

Estas narrativas de Aragão (1949) que acabamos de examinar nos parágrafos anteriores são provenientes das suas lembranças e por meio de uma operacionalização, que ficou encarregue de ir buscar um passado que liga a sua infância para a sua idade de adulto, conforme ele diz: "o que era Luanda há um quarto de século, quando aqui desembarquei, menino e moço, cheio de sonhos e de esperanças que o vento da vida, por vezes, nublou e entristeceu". Certamente lembrar não é voltar a memória, mas sim voltar ao acontecimento, que não é uma memória original, igualmente as narrativas contidas no Jornal não evidenciam o acontecimento.

Por isso, ficamos atentos com os discursos associados aos lugares na cidade, a forma como Aragão (1949) consegue construir um diálogo em torno da cidade, motivou-nos a continuar à procura de narrativas sobre a cidade de Luanda nos jornais da época. Foi nesta caminhada, árdua de jornal a jornal, de folha a folha, que conseguimos encontrar outra notícia no jornal *A província de Angola*, com o seguinte título: *Luanda moderna*[109]; com toda a certeza está notícia foi dirigida para o grande público, porque ela nos brinda com uma matéria que versa sobre a construção de prédios, que naquela altura considerava-se estes tipos obras como: imponentes, projetos dos quais, alguns estavam chancelados pelos irmãos Castilhos.[110]

A notícia faz o destaque em termos de construção de um prédio que estava a ser edificado na avenida dos Restauradores, próximo ao edifício do Banco de Angola, perante o desiderato, o jornal felicitou à União comercial de automóveis Ltda - UCA,

---

[108] O espaço para Halbwachs (1990) é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. Não há, com efeito, grupo, nem gênero de atividade coletiva, que não tenha qualquer relação com um lugar, isto é, com uma parte do espaço (HALBWACHS, 1990).

[109] Notícia publicada no dia 24 de outubro de 1945- suplemento dedicado à cidade de Luanda.

[110] Irmãos Castilhos; foram arquitetos que residiam em Angola (CORREIA, 2018, p. 361).

pela iniciativa, considerando-a como uma decisão arrojada. Diante da notícia e a felicitação feita pelo jornal *A província de Angola* à UCA, conseguimos compreender que a cidade enfrentava uma mudança profunda em termos da sua fisionomia, o modernismo era um fato, mas a cidade ainda assim, enfrentava sintomas com problemas de infraestruturas e a falta de edifícios no âmbito privado como no sector público.

Estes problemas estão ligados com as crises de - (i) administração, (ii) económicas, (iii) financeiras e a (iv) crises das duas guerras; quatro variáveis evidenciadas na notícia com o título: *e a obra prossegue*, publicada no Jornal *A província de Angola,* na sua edição de 15 de agosto de 1949, número especial que marca as comemorações do ano em que o Jornal A província de Angola[111] foi fundado. A princípio o Jornal, nesta edição pontuou o progresso acelerado que a província de Angola vinha a demonstrar em comparação aos outros tempos; o jornal neste caso era o parceiro ideal para mostrar as grandes obras:

> Na obra até agora elevada a efeito, de algum […] este jornal cooperou e colaborou ultimamente. Com esse objetivo se fundou. Com esse objectivo continuará a trabalhar tanto dentro da colónia como fora da colónia. O esforço da "a província de Angola", tem sido compreendido e reconhecido. Por isso ao entrar o jornal em mais um ano de vida, com satisfação sentimos que lhe trazem Adolfo Pina, seu fundador e seu animador, a cuja memória aqui prestamos a nossa homenagem reconhecida. (Jornal *A província de Angola*, 1949).

Para quem contempla o título supracitado[112] na notícia em página do jornal *A Província de Angola*, as atenções permanecem viradas por um lado na apresentação do aspecto do novo bairro construído para os funcionários públicos e por outro lado, para a demonstração de duas residências para particulares. Ainda nesta notícia é assinalado o aniversário da restauração de Angola do poder dos holandeses e podemos encontrar uma amostra por via de fotografias, retratando várias artérias da cidade de Luanda. Aqui o mote vai em direção de um discurso que se cristaliza e é repetido constantemente nas páginas de jornais: "Luanda cidade moderna" "Luanda moderna".

[111] Jornal A província de Angola foi fundado no dia 15 de agosto de 1923.
[112] E a obra prossegue.

Figura 13 - Marginal de Luanda.

Fonte: “Editorial” In Jornal *A província de Angola* - diário da manhã: 15 de agosto de 1949, Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

Embora as imagens congelem sentidos, momentos e possibilidades de leitura, é no explorar da ausência e da presença de objetos urbanos numa determinada imagem que ela representa um saber a partir daquilo que é possível contemplar na sua estrutura. Se por um lado, existiam jornais com o cariz de divulgar os feitos coloniais empreendidos no Ultramar, outros abriam espaços para retratar um outro lado da cidade, ou podemos até dizer, que uns abriam espaços para que algumas figuras como: cronistas, colunistas ou ensaístas pudessem escrever e a partir dos escritos a mensagem chegaria por exemplo para os vários setores da sociedade ou para os mais atentos que acompanhavam os problemas que a cidade enfrentava. Neste contexto, quais seriam os problemas que a cidade enfrentava, uma vez que os jornais de época só demonstravam como a cidade crescia sob forma harmoniosa?

A resposta para a questão colocada no parágrafo anterior, pode ser encontrada na crónica de Alfredo Margarido, publicada no dia 7 de novembro de 1957 no jornal *Diário de Notícias*. Poderíamos até responder à questão a partir de um lugar que não é comum ao lugar da proveniência da questão, mas como tivemos de encontrar e dar uma resposta a partir do jornal, os cronistas na maioria das vezes, têm respostas para questões sobrevindas das cidades, porque eles têm apetência de capturar as cores, os cheiros, os lugares, os sons, os moradores da cidade, paisagens e acima de tudo o social e o político de uma cidade.

Mas para encontrar a resposta não foi simplesmente olhar pela crónica, e simplesmente decidir que serviria para dar resposta à pergunta supracitada, foi

preciso ir ao encontro de várias camadas que se encontram no solo e no subsolo da crónica: *Metafisica de uma cidade*. Nesta crónica encontramos: geografias, relatos, espaços, fronteiras, limites, lugares, temporalidades, signos, histórias, percursos, discursos, mapas, indicadores, descrições, itinerários, lugares abstratos, operações de demarcação, articulação de espaços e paisagens sobre a cidade de Luanda.

Ao emergirmos para a crónica de Margarido (1957), o autor nos mostrou logo no princípio uma primeira camada da sua crónica, um viajante desprovido da realidade de Luanda, ou seja, para ele "quem chega à Luanda proveniente da metrópole é logo tomado pela ausência de um pensamento, visto que para ele a cidade revela uma dimensão convidativa a um aniquilamento total".

Ao olhar o espaço urbano, Margarido (1957) assinala a predominância dos transportes que refletem não apenas a deficiência dos transportes públicos, curiosamente designados de "Machimbombos", "em Luanda quem estivesse ao volante do carro, o indivíduo sentia-se não senhor da cidade, uma vez que arguciosamente se recusa a qualquer influência que a force a preocupar-se neste ou naquele sentido, impenetrável e translúcido, a um tempo, mais ou menos, senhor de uma liberdade relativa".

O absoluto é a cidade, assim, Margarido (1957), ao observar Luanda esbarrou-se com uma cirurgia do e no social na paisagem urbana, constituída por vários objetos urbanos, que a partir de uma arqueologia na superfície, conseguiu escavar até encontrar imagens, tons e cores. Foi neste sentido que ele afirma que o "vermelho era uma marca na cidade", devido "às acácias", visto que o "vermelho atingia as folhas floridas que traziam marcas de sangue e carne, exemplos que nenhuma outra cidade portuguesa pode repetir de modo tão ácido e tenso".

A partir da cidade Baixa de Luanda, a Mulembeira que abrigava a esplanada de Portugália, nos mostra que estamos na zona do Equador. Mulembeira no olhar de Margarido (1957) "é uma árvore, dona de uma imensa copa, que abre só comentários políticos e sociais da terra. Este espaço nos tempos antigos era conhecido como canal de Moçambique, hoje a esplanada é um grupo de velhos colonos, que medem o seu tempo pelo quinino tomado".

É nesta "zona de Portugália onde a cidade de Luanda começa a tomar conhecimento da sua idade, marcada pela oposição sistemática do grupo Portugália

a tudo quanto possa modificar a estrutura externa da cidade". Margarido (1957) afirma que é neste ponto onde parte todos os protestos contra quem tente alterar a coreografia luandense. "No período das chuvas o sol irradia-se até o seu limite, mas era incapaz de vencer os ramos da Mulembeira que eram poucos pacíficos, os homens da Portugália tentam ainda, de modo desesperado, manter o controlo sobre a cidade que, dia a dia, hora e hora, foge a um "controle" estreito para construir a sua multiplicidade vivencial".

Margarido (1957) ao olhar a cidade de Luanda compara dois grupos, que as suas diferenças são de superfície e quantidade de quinino ingerido. Neste sentido, a "sua capacidade de aceitação é idêntica, é daí que a cidade, apesar de ter passado algumas das mais belas construções da costa ocidental permaneça alheia a si mesma, in construída no plano interno. Se podemos verificar que o seu volume de construções é enorme desde 1945, podemos conferir, em movimento paralelo, que o seu crescimento mental de mau grado com algumas afirmações pretensiosas, não acompanha esse volume".

Nesta cidade de Luanda para Margarido (1957) "o musseque abre as suas fontes de ritmo e encanto. Cega na noite alta, a música procura as feridas dos 150.000 homens de cor que habitam o musseque e todos os ritmos se procuram para formar uma nuvem densa e, se bem que provisória, extremamente poderosa". Para quem queira penetrar o subtil mistério da cidade, o musseque é elemento indispensável, ao longo das suas exposições. Margarido (1957), ao afirmar categoricamente, "que não se pode dizer que não existe desencontros sociais, é visível que o maior número de trabalhadores é operário de construção civil e criado, desta forma Luanda apresenta-se como uma cidade que não é fácil".

As ideias contidas na crónica de Margarido (1957) carregam consigo um grau do real, daquilo que se estava a passar com a cidade de Luanda, por isso a situação colonial como conceito, sua materialidade enquadra-se no escopo daquilo que é a genealogia da crónica que acabamos de examinar. A quem Alfredo Margarido (1957) queria atingir com a sua crónica, ou por outras palavras, quais foram nesta linha de ideia os seus signatários?

O texto de Margarido (1957) precisou de signatários, embora que foi publicado num jornal, voluntariamente ou involuntariamente, julgamos nós, que ele cumpriu com

um propósito. No geral a forma como Margarido (1957), trata o espaço urbano de Luanda no seu discurso inscrito na crónica, caminha na mesma perspectiva, daquilo que Foucault (1999) nos mostra sobre os procedimentos internos vistos dos discursos, ou seja, são os discursos eles mesmos que cumprem seu próprio controlo, procedimento que funcionam, principalmente, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 1999, p. 21).

Se olharmos para as narrativas de Margarido (1957) iremos encontrar a ordenação: a baixa, o musseque, os colonizados de um lado e colonos de outro lado, espaços hierarquizados, classificação dos sítios, a tensão e o silêncio imposto por outros discursos. Não é admirável que este texto publicado trouxe dissabores ao Alfredo Margarido. Perante o acontecimento relacionado com a repercussão dos seus escritos, decidimos procurar saber quem foi Alfredo Margarido e qual foi a sua relação com a cidade de Luanda?

Alfredo Margarido foi expulso de Angola pelas suas posições anticolonialistas, radicou-se em 1964 em Paris, onde formou-se em ciências sociais, natural de Moimenta, em Vinhais, esteve vários anos em África. Em Angola foi responsável pelo Fundo das casas económicas, uma organização de luta pelos problemas de habitação de classe média. A sua intervenção na imprensa levou à sua expulsão do país determinada pelo então Governador – Geral, Horácio Viana Rebelo, que governou entre 1957 e 1959.[113]

Depois da leitura da sua crónica qual é a imagem que pode ser retirada se formos pela forma da linguagem que Margarido (1957) empregou na sua narrativa? O extrato da crónica que vimos nos parágrafos anteriores, dela podemos retirar várias interpretações. Contudo este artigo provocou alguns dissabores para Alfredo Margarido como autor, claramente a sua publicação no *Diário de Notícias*, 7 de novembro de 1957 foi encarado como um afronte as autoridades coloniais

[113] Ver informações sobre a biografia de Alfredo Margarido nos seguintes sítios: Jornal e-cultura: morreu o poeta e tradutor Alfredo Margarido. Disponível em: https://www.e-cultura.pt/artigo/5930 , Consultado em 26/12/2021. Jornal o Público: Alfredo Margarido, um homem difícil. Disponível em: https://www.publico.pt/2010/10/26/culturaipsilon/noticia/alfredo-margarido-um-homem-dificil-268080 , Consultado em 26/12/2021. Jornal o Público: Morreu o africanista e pessoano Alfredo Margarido. Disponível em: https://www.publico.pt/2010/10/14/jornal/morreu-o-africanista-e-pessoano-alfredo-margarido-20402049 , Consultado em 26/12/2021. Linkfang: Alfredo Margarido. Disponível em: https://pt.linkfang.org/wiki/Alfredo_Margarido , Consultado em 26/12/2021.

portuguesas. É neste sentido que podemos divisar neste artigo, dinâmicas no espaço urbano de Luanda, mostrando a separação entre as populações e algumas práticas.

Seguramente o discurso encontrado na forma como Margarido (1957) tratou os assuntos da cidade na sua crónica, foi produzido para chegar aos “atores do urbanismo”, visto que existiam jornais com o cariz de divulgar os feitos coloniais empreendidos no Ultramar, outros abriam espaços para poder atingir os decisores políticos. A maquinaria repressiva do aparelho colonial engendrou mecanismos de analisar a mensagem da crónica, que a olho nu, passou no crivo da linha editorial do jornal para ser publicado, mas o exercício apurado da análise do discurso deu outras significações do texto, “talvez” seja isso que deu motivos para Alfredo Margarido ser barrada a sua entrada em Angola por muito tempo.

Em suma, na nossa perspectiva Alfredo Margarido (1957) faz menção que Luanda era uma cidade dualista com dois mundos. O primeiro mundo o autor caracteriza como espaço agradável em franco desenvolvimento onde o colonizador utiliza este espaço para as suas atividades e nele construiu um sentimento de pertença e ao longo do tempo foi permanecendo alienado e inconstruído no plano íntimo, mas no interior dela, como vimos, encontra-se o segundo mundo que é fruto de um plano volumoso de construções que vai desde 1945.

Por isso é que constantemente encontramos nas notícias nos jornais (crescimento, Luanda cidade nova, modernismo e a comparação de locais da cidade com rostos novos em confronto com o antigo), fisionomias na cidade que acompanhavam os dois mundos em paralelo (o musseque e a cidade do asfalto), mas o crescimento mental não acompanhou este plano volumoso. É neste sentido que a cidade de Luanda era caracterizada por dois mundos, naquela altura quem tivesse a intenção de averiguar o mistério da cidade, para o autor, o “musseque” era indispensável. Nestes dois mundos é difícil ver elementos que os une, uma vez que, estes mundos estavam em constante transformação, marca das cidades nascidas em África e que se desenvolvem ao longo da costa.

Saindo da imagem da crónica de Alfredo Margarido, mas continuando na mesma senda das páginas dos jornais; elas fizeram com que deslocássemos para a

crónica de Neves e Sousa[114] (1949), com o título de *prece*, o autor súplica, dizendo o seguinte:

> Aqui te peço Senhora de Nazaré que nos valeste na Batalha de Ambuíla que conserves Luanda como é. […] que conserves o ritmo de sempre morno da vida sonolenta dos muceques que haja quissanjes sempre soluçando lavadeiras passeando com muleques. Que guardes até quando eu voltar os alegres pregões sem vaidade da castanha do cajú tão gostosa como os velhos mexericos da cidade. […] Aqui te peço senhora que conserves o cheiro a poeira e o óleo de Palma, a tabaco, a asfalto e a peixe, a jornal, a cerveja e a calma. Aqui te peço senhora de Nazaré que nos valeste na Batalha do Ambuíla que conserves Luanda. (Jornal *A província de Angola*, 1949).

A crónica de Neves e Sousa, não pode ser vista como se fosse um feixe de luz sem a capacidade de iluminar os vários cenários que a cidade nos dá a ver, mesmo se colocássemos uma película para não deixar penetrar luzes na cidade, na superfície da crónica é possível retirar algumas camadas que precisam ser observadas. Por exemplo, quando o autor pediu à senhora Nazaré para conservar Luanda como ela é, suas narrativas demonstram que a cidade estava a passar por uma transformação significativa. A cidade transforma-se no andar do tempo, a sua fisionomia e sua nova configuração abriu espaço para Neves e Sousa, olhar a cidade e ter um sentimento melancólico, isto porque os objetos urbanos e os espaços na cidade mostravam-lhe "o novo", "o conforto", "o recente", "o desaparecimento do antigo", cenários que se alastrava por quase toda cidade. Vejamos alguns aspetos sobre a Baixa de Luanda em destaque no Jornal:

> Aspectos da cidade Baixa: onde se encontram, já, grandes prédios com importantes estabelecimentos, numerosos escritórios e apartamentos residenciais. O intenso progresso da cidade obrigará, num futuro próximo, à demolição dos velhos prédios da baixa para que os terrenos por eles ocupados dêem lugar a outros prédios maiores e de linhas modernas. (Jornal *A província de Angola*, diário da manhã: 31 de dezembro de 1957).

Olhando para a genealogia da estrutura da crónica de Neves e Sousa (1949), ela nos apresenta cenários sobre a cidade e o musseque, o "cheiro a poeira e o óleo de palma" podem nos direcionar para o espaço dos musseques, o "tabaco, o asfalto, o peixe, o jornal, a cerveja e a calma" podem nos levar numa primeira instância para a cidade do asfalto, estes condimentos que perfazem a estrutura da crónica, compõem relatos que atravessam a cidade.

[114] Crónica publicada no jornal de *A província de Angola*, no dia 17 de julho de 1949.

Poderíamos ter passado pela página do jornal sem dar importância à crónica de Neves e Sousa (1949), mas por ela conter “estruturas de valor de sintaxes espaciais”, evidências que Certeau (1998) consegue olhar na disposição dos relatos dos espaços. Estas estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais, conforme explica Certeau (1998, p.199), porquanto elas “carregam consigo panóplias de códigos, de comportamentos ordenados e controles, elas regulam as mudanças de espaço (ou circulações) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares em séries lineares ou entrelaçadas”.

Foi por isso, que esta crónica chamou a nossa atenção, Neves e Sousa (1949) neste pequeno exercício de evidenciar os lugares da cidade numa crónica, nos sinaliza uma determinada geografia da cidade de Luanda, bem como os transientes na cidade e os trânsitos em diferentes espaços da cidade; às quitandeiras e às lavadeiras passeando com os moleques, completam um quadro de personagens que compunham as várias cenas que a cidade testemunhava. Estes cenários na cidade não estão alheios ao cotidiano de uma cidade que o normal era a mudança com um denominador que se desdobrava com a volumetria de grandes obras.

Foi neste período que todos chegavam à cidade de Luanda ficavam boquiabertos, com as novas edificações, e o que se derrubava do alto para o chão, que tipo de regime de imagem destas edificações pode ser vista em termos de características daquilo que foi a sua utilização e ocupação ao longo dos tempos no espaço urbano de Luanda?

Fernando Batalha em 1950, ao compilar os seus artigos que anteriormente tivera publicado no jornal *A província de Angola*, posteriormente estes escritos se traduziram em uma obra: *A arquitectura tradicional de Luanda*. Neste livro, claramente observamos a preocupação do autor no que concerne à proteção da arquitetura tradicional, o porquê desta preocupação, se há anos, Luanda nos brindava com o encanto das suas caraterísticas edificações das suas ruas e praças típicas?

Batalha (1950) responde, proferindo que “há uns anos, porém, começou uma sistemática destruição de todas as obras que testemunharam um esforço construtivo multissecular que representavam a mais significativa expressão da ação colonizadora de Portugal”. Por isso, em tom de voz incisiva Batalha (1950, p. 5), afirma “que tudo está desaparecendo, uma casa após outra, para dar lugar, na maioria dos casos, a

banalidades arquictónicas". A preocupação de Batalha (1950) não foi só de olhar a destruição do edificado antigo na cidade de Luanda, os seus escritos direcionam para o espaço de examinar a *evolução estética da arquitetura doméstica* por um lado, e as características da *casa nobre* por outro lado.

Olhar para estes dois indicadores que Batalha (1950) evidência, em primeira instância é procurar entender na longa duração o edificado na cidade que ao longo do tempo vai deixando o seu espaço de emergência que se deu no séc. XVII, evoluindo através de uma forma articulada e conexa para o séc. XX. Ou podemos até admitir que esta evolução pode ser entendida na continuidade e descontinuidade, por isso é que, até a década dos anos cinquenta do séc. XX, ainda se encontravam alguns edifícios na avenida dos Restauradores de Angola e rua Salvador Correia que refletem características, cuja origem, sem medo errar, é seiscentista.

Em segunda instância olhar para as características das casas nobres na cidade do asfalto, é compreender a preocupação de Batalha (1950) sob uma alçada que se inscreve numa preocupação com as casas nobres, enquanto espaço que marca diferença significativa em relação a emergência de uma edificação nova. Ou seja, a partir de uma comparação de uma arquitetura nova e antiga, dá-se logo conta dos materiais utilizados, os estilos das casas nobres, a janelas, a cobertura, os compartimentos, modelos, plantas e a função destas casas no espaço urbano, com a construção de novas casas e novas técnicas, isto em meados do séc. XX.

Figura 14 - Casa nobre da Rua de Sousa Coutinho.

Fonte: Batalha (1950, p. 17).

Embora a nossa preocupação seja olhar a questão da construção dos bairros indígenas, trazer para este turno, características deste edificado na cidade do asfalto, em meados do séc. XX, permite conceituar a transformação que a cidade sofreu ao longo dos tempos, isto porque o edificado nos dá a ver o passado, e porque até os primeiros bairros indígenas de Luanda estavam muito próximos destas casas, isto na baixa de Luanda. Mas ao longo dos tempos o espaço urbano foi sofrendo alterações, esta transformação não poupou as casas nobres ou as casas típicas, ou mesmo os primeiros bairros indígenas de Luanda. Desta forma, os escritos de Batalha (1950) caminham na direção de uma petição para a preservação[115], daquilo que o amanhã possa dar testemunho da ação colonizadora das épocas passadas:

> Alguns terão desaparecido já, que seriam dignos de se conservarem, mas muitos exemplares existem ainda que reúnem o valor bastante para serem mantidos. O que é essencial é que os edifícios mais representativos de cada época e de maior valor histórico ou arquitetónico sejam demolidos ou conspurcados com enxertos anacrónicos. Alguns estão mesmo precisando de restauro e de reparações que os integrem na traça primitiva e os protejam da ruína e do abandono. (BATALHA, 1950, p. 18).

Se todo relato de viagem é uma prática do espaço, conforme afirma Certeau (1998, p. 200), involuntariamente, as narrativas inscritas da cidade em folhas de jornais sob várias formas, outorga-nos imagens sobre um determinado período de transição daquilo que é o edificado construído e o espaço urbano inscrito na cidade. Se o significativo, até aqui, se resume numa mudança ou transformação da cidade, se recuarmos e olharmos por exemplo para o espaço urbano na baixa de Luanda até o primeiro mandato de Norton de Matos, ele apresenta-se desta forma:

Figura 15 - Cidade de Luanda. Centro da baixa e Bairro indígena. Década de 1910.

[115] Na verdade, Fernando Batalha (1950) abre uma discussão sobre o patrimônio.

Fonte: https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/angola/luanda-centro-da-baixa-e-bairro-indigena-ed-carvalho-freitas-n-601-carte-postale-413055473.html

Se tivermos de olhar para o espaço da Baixa de Luanda, refletidos na imagem acima, o resultado desta consulta transforma-se num regime, que dialoga com um lugar que circunscreve um espaço conjugado: o asfalto, a cidade Alta e os primeiros bairros indígenas. Como produto o nosso olhar caminhou para um lugar que foi palco de rupturas, ou seja, é neste espaço conjugado, que se começa a separação significativa entre os colonos e os indígenas, ou melhor, podemos admitir, que é, neste espaço da cidade, onde tem o início a segregação entre colonos e o contingente de famílias africanas que já estavam estabelecidas na cidade de Luanda.

A imagem que corresponde a figura número 15 pode suscitar, diversas interpretações para quem contemplar os seus planos, este exercício pode permitir aberturas de quadros que permitem dialogar com aquilo que nos dá a ver a imagem e com aquilo que é possível problematizar. Diante disto, qual é adjetivo que podemos dar a cidade de Luanda, se Alfredo Margarido (1957) no final da sua crónica, fala que Luanda não era uma “cidade fácil”, isto em meados do séc. XX, olhando para ela, nesta época em 1912, ela teria a mesma compreensão?

A imagem acima representa o congelamento de um lugar na cidade; por si só, ela não pode nos dizer os mistérios da cidade, mas se abrirmos ela, podemos romper com alguma coisa, ou pelo menos se fizermos uma “incisão”, ou mesmo “rasgar”, assim como manda fazer Didi-Huberman (2013, p. 185), poderemos atingir outros lugares que não se fazem presentes na imagem, por isso decidimos, virar a imagem. O seu reverso nos mostrou a seguinte narrativa: “minha querida mãe, mando-lhe este postal que é para ver a cidade de Luanda, olhe que é muito bonito no postal, mas o natural não presta para nada”.[116]

Ao avançarmos aceleradamente para o passado, podemos esbarrar-nos em vários objetos, por isso, a imagem não nos leva só ao passado, a não ser que a imagem se refere ao passado. Ir ao passado, significa que estamos preocupados com o que ficou para atrás, e o que esta imagem do passado suscita no presente. Se formos a ver a grande preocupação de Fernando Batalha (1950) foi de chamar

[116] Ver o manuscrito no verso do postal em: https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/angola/luanda-centro-da-baixa-e-bairro-indigena-ed-carvalho-freitas-n-601-carte-postale-413055473.html.consultado em: 9/01/2022.

atenção da preservação do edificado de Luanda de épocas remotas que fizeram a transição até a sua época, visto que nas suas narrativas, avistamos como estavam a ser estabelecidos os vários bairros de Luanda: “agora que se fala tanto sobre casas económicas e se apresentam tão peregrinas sugestões para a solução deste problema; agora que se fala em bairros indígenas com casas aparadinhas umas às outras em forma de comboio à desfilada […]” (BATALHA, 1950, p. 18).

As páginas dos jornais e as narrativas que compõem as matérias que são descortinadas por nós no presente, mostram, claramente questões sobre a espacialidade da cidade, os limites espaciais, os lugares e as pessoas, uma leitura e uma releitura a partir do jornal como dispositivo, não nos permite só chegar a cidade de Luanda, mas nos facilita também tirar impressões da cidade onde o acontecimento repousa na memória, mas para ser um acontecimento é preciso ser validado por nós, também é preciso que a narrativa cravada no jornal atinja a cidade, é o que nós avistamos a partir de uma notícia com o rótulo: *impressões de Luanda*[117].

Esta notícia é um substrato ou podemos considerá-la como, passagens de uma palestra, apresentada por Rocha Ramos[118]. A sua palestra teve como título *impressões de Luanda*. Na impossibilidade de o Jornal publicar na íntegra o texto dissertado na palestra, ocupou-se de publicar os substratos realçando o crescimento urbano da cidade de Luanda.

Rocha Ramos (1945) como visitante, pontua na sua palestra, estar admirado com a cidade que tivera visto em 1930, para ele, Luanda é hoje uma cidade completamente nova, ou seja, uma nova e linda cidade, digna capital da mais rica e mais portuguesa de todas as colónias do império português. Para quem chega, a surpresa começa logo que se distingue o seu casario em arena, Luanda que dantes quase não ia além da cidade Alta, estende-se agora, encosta acima, a perder de vista. Luxuosos edifícios, sobressaindo dentre o grande aglomerado de novas casas, dão-lhe o aspecto de grandeza das grandes cidades.

[117] Matéria publicada no Jornal *A província de Angola* - 20 de maio de 1945.
[118] Rocha Ramos foi um jornalista da imprensa metropolitana, esteve em Luanda numa missão coordenada pelo jornal *Diário da Manhã*.

Num dos substratos publicados, Rocha Ramos (1945), confirma que Luanda é uma linda e nova cidade quase irreconhecível nos olhos daqueles que a conheceram há 15 anos.

> Quem se aventurar chegar hoje em Luanda, ao passear pelas novas ruas e avenidas, dificilmente irá reconhecer os antigos musseques com as suas palhotas, onde assistia-se naquela altura, alguns batuques e os campos onde o capim crescia à vontade. Nesta cidade, atualmente encontramos a grandeza do novo liceu de Salvador Correia, a Maternidade, o Palácio do Comércio, da Missão católica de São Paulo e tantos outros, a beleza dos miradouros debruçados sobre a cidade, e de onde se contemplam os mais variados e deslumbrantes panoramas, as ruas asfaltadas e iluminadas, as novas escolas, postos de correio e outros grandiosos edifícios públicos e particulares, tudo isto faz de Luanda uma cidade moderna que todos quantos contribuíram para o seu progresso e desenvolvimento. (Jornal *A província de Angola*, 20 de maio de 1945).

No final da sua explanação, Rocha Ramos (1945), volta assinalar que o aspecto de Luanda é inteiramente diferente nos tempos atuais: “as moradias graciosas e garridas que substituíram as velhas casa de madeira do seu tempo, condição que atribui para um aspecto agradável e as comodidades tão necessárias aos grandes centros de recreio”.

Até agora, estes cronistas e colunistas do cotidiano da cidade de Luanda fizeram com que chegássemos à cidade a partir do momento, em que está a decorrer mudanças significativas no espaço urbano. Nesta cidade não eram só as edificações antigas que desapareciam como vimos nos parágrafos anteriores, até os lugares transformam-se, as ruas, os parques, os cheiros e os sons, o que estas marcas trazem de novo para a cidade de Luanda? Uma vez que a cidade nova ainda se apresenta com alguns vestígios da cidade antiga, o que poderíamos dizer se quiséssemos o que ainda não falamos da conjugação dos espaços na cidade do asfalto?

Em *Luanda um artigo que não foi escrito*[119] de autoria de Castro Cabrita (1959), ele vai afirmar que na Luanda antiga não havia nomes, por isso os diversos pontos da cidade eram apenas conhecidos por designações que iam desde as “Quitapas” até à “Nazaré” e ao “Bungo” desde as “Ingombotas” ao “Maculusso” e ao “Katari” dos “Coqueiros” à “Misericórdia” e à “Maianga”. Na mesma senda ele profere: “que neste tempo já havia a cidade Alta e Baixa, ficando esclarecido que nesta zona houve

[119] Artigo publicado no Jornal *Notícia de Angola* - outubro de 1969.

sempre altos e baixos. Mas se saltarmos para os tempos modernos, sem rodeios nem temores, eu vos assegurarei que Luanda possui um belo porto".

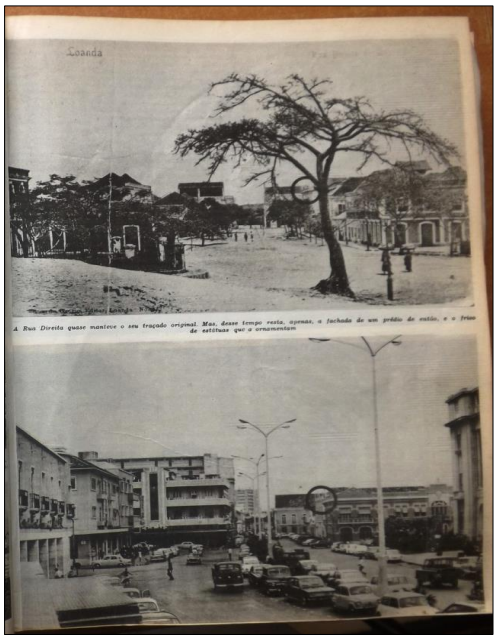
Neste artigo, Castro Cabrita (1959) consegue demonstrar aspectos da cidade do asfalto, por isso, ele direciona o seu discurso para a cidade Alta e Baixa, por outro lado, faz referência do porto de Luanda, isto, por ser uma obra imponente. Mas o seu artigo vem acompanhado com uma chamada de atenção e críticas sobre o estado da cidade: para que se acalme a Luanda de hoje, […] assim, apenas vos rastejo e que façamos orações que vão em direção da paz e da alma do bom Paulo Dias de Novais e imploro fé, muita fé, "nos nossos vereadores que nos olham paternalmente e tanto se interessam pela nossa tão querida, tão acolhedora, tão grande e tão suja cidade de São Paulo de Luanda, tentado criar divertimentos, distrações e muitas distrações" (CABRITA, 1959).

Se os cronistas e os colunistas conseguem ver os mistérios da cidade, outros olham o crescimento, outros ainda, conseguem contemplar o que sobrou do antigo em termos de objetos urbanos em relação ao novo, e outros conseguem fazer comparações do edificado, por exemplo que ocupava um determinado espaço na cidade em relação a um outro que ocupa o mesmo espaço em meados do século XX. Neste contexto, a fotografia e a imagem daquilo que se vive na cidade, serve para os cronistas como dispositivos para se poder acompanhar a diferença dos vários momentos que testemunharam o crescimento da cidade.

O antigo e o novo, para os cronistas e para os colunistas da cidade de Luanda, se assim podemos considerá-los, seria o lugar do simbólico para acompanhar as exéquias fúnebres dos lugares da cidade de Luanda, que morriam e davam lugares aos novos espaços. *Luanda de ontem para hoje*, uma matéria que foi publicada no Jornal *Notícia,*[120] testemunhou o passar da morte e o nascer de novos lugares:

[120] Artigo publicado no *Jornal Notícia* - 11 de agosto de 1959.

Figura 16 - Luanda de ontem para hoje (i)[121].



Fonte: “Editorial” In *Jornal Notícia*: 11 de outubro de 1969, Biblioteca Nacional de Angola, Luanda (Adaptado).

Figura 17 - Luanda de ontem para hoje (ii)[122].

Fonte: “Editorial” In *Jornal Notícia*: 11 de outubro de 1969, Biblioteca Nacional de Angola, Luanda (Adaptado).

[121] Legenda: A rua Direita quase manteve seu traçado original. Mas, desse tempo resta, apenas, a fachada de um prédio de então, e o friso de estátuas que a arruamentam. In: *Jornal Notícia*: 11 de outubro de 1969, Biblioteca Nacional de Angola, Luanda.
[122] Rua da Misericórdia.

O transcorrido representado na figura 16 e 17, para além de nos apresentar uma comparação, ele é colocado nos lençóis do tempo, é a partir deste ponto que o passado adquire o caráter de uma atualidade superior graças à imagem com a qual ele é compreendido; Benjamin (2006) fala em “telescopagem do passado”, por outras palavras, ele nos apresenta o método dialético da montagem, de crucial relevância para as relações entre imagem, movimento, história e construção da memória (BENJAMIN, *apud*, SILVA, 2015, p.416).

Neste contexto as figuras representam um lugar onde imagem traz para o tempo presente um espaço carregado de lembranças e com a necessidade de lembrar[123]. O antes e o depois representam os mesmos lugares em tempos distintos, abrem caminhos para a morte e nascimento de um lugar de memória. Por outro lado, as comparações evidenciadas nas figuras 16 e 17, congelam momentos históricos e políticos da cidade, isto, se formos na perspectiva de que a imagem “é percebida como uma lista histórica que nos narra uma determinada época, e ela, só pode ser vista e analisada a partir da compreensão do tempo em que foi realizada” (COELHO; PERSICHETTI, 2016, p. 59). Neste sentido, qual seria o contexto histórico proveniente do olhar destas imagens que representam lugares na cidade de Luanda, na perspectiva de um cronista?

Representa a morte de Luanda, que morre um pouco em cada dia que se passa, de uma Luanda de termo[124] branco e capacete colonial, das ruas poeirentas sombreadas de acácias, dos candeeiros acesos a petróleo. De uma Luanda que desaparece nas recordações dos velhos que desaparecem. Embora que a memória não requer apenas nossa capacidade de fornecer lembranças circunstanciadas, conforme Didi-Hubeman (2017, p. 52) esclareceu em *Cascas*, as imagens que acabamos de contemplar, além de serem fragmentos de memória da cidade de Luanda, contêm diversas camadas que envolvem determinados contextos: o social e o cotidiano de uma cidade; onde o antigo representa uma cidade nua, quase sem vida e com um certo ar de estagnação de paragem do tempo. E o que seria o moderno?

[123] A paisagem desempenha, também, um papel social. O ambiente identificado, conhecido de todos, fornece material para lembranças comuns e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem a comunicação dentro dele. A paisagem funciona como um sistema vasto de memórias e símbolos para a retenção das ideias e da história do grupo (LYNCH, 1960, p. 140).

[124] Fato branco – Vestuário.

Seria a obra do fotógrafo da nova cidade, que procurou e achou exatamente os mesmos ângulos que serviram o fotógrafo da cidade antiga, que aproximadamente 50 anos atrás conseguiu retratar lugares na cidade, que guardam dentro de si e por vezes quase despercebidos, vestígios da cidade antiga: uma fachada, um telhado e as estátuas.

Outrossim, falar do moderno é abrir caminhos para falarmos de um fenómeno urbanístico, ou seja, de uma urbanização de Luanda no período colonial, aquilo que eu chamo da era dos grandes saldos das receitas proveniente da exportação do café[125], que uma boa parte destas receitas foram canalizadas para a construção-fomento urbano, Luanda neste sentido sofreu, com a força das grandes máquinas. Manuel Resende (1944) a partir de uma matéria, publicada no jornal *Diário da Manhã*[126] afirma que Luanda, a partir do seu espaço físico, "rasgaram-lhe avenidas largas e asfaltadas, ajardinaram-lhe os largos, arborizaram-lhe os largos, e, no ensejo crescente vão se edificando prédios modernos, as casas velhas sem condições higiénicas, têm sido demolidas, dando lugar as vivendas atraentes e confortáveis, onde não falta, já, uma nota de bom gosto".

Se a imagem da cidade de Luanda a partir das folhas dos jornais nos direciona para o desenvolvimento da cidade, o que não está claro nesta imagem é se o tal desenvolvimento esteve associado com os outros indicadores[127], que fazem, com que nós, no presente, consideramos se de fato foi um crescimento fixo e permeável às condições internas e próprias da colónia. Ou se estes fatores internos dependeram de variáveis externas, que a partir desta imagem da cidade nos jornais, não conseguimos observar uma correlação de eventos que impulsionaram o crescimento da cidade. Embora Martins (2000) assegura que "a expansão urbana da cidade de Luanda foi sempre condicionada por fenómenos exteriores à própria cidade".

Esta constatação feita por Martins (2000) vai nos exigir que façamos uma interpretação da imagem da cidade proveniente do nosso olhar a partir das laudas dos

---

[125] Caro leitor, sobre a relação do café e o urbanismo, ver os seguintes trabalhos: AMARAL, Ilídio do. **Estudos de Geografia Urbana**. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar. n.º 53, Lisboa, 1968ª. E o trabalho de AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. História dos Bairros Indígenas de Luanda (1922-1962). Dissertação de Mestrado em Ensino de História de África, ISCED, Luanda, 2017.

[126] *Boletim geral das colónias. Agência Geral das colónias*, vol.- XX – 226, 157 págs. In: Urbanização de Luanda, 1944, p. 93-94.

[127] Por exemplo: aumento da população ou um determinado caos na cidade. Assuntos que levam a pensar numa planificação ou intervenção técnica e científica do estado, para resolver os problemas da cidade.

jornais, isso, sem dúvida, vai demandar do decodificador da imagem, ou de uma atitude crítica para compreendê-la como tendo sido realizada em outro tempo. Ou melhor, não podemos examinar uma fotografia a partir da nossa experiência proveniente do tempo presente, mas sim, deve ser com os olhos do passado. A contextualização do documento ou do ato documental da fotografia deve ser sempre feita à luz do contexto sócio-histórico (COELHO; PERSICHETTI, 2016, p. 59).

Mesmo se recorrêssemos a um memorialista para poder dar subsídios sobre esta cidade que nós encontramos nos jornais, sua possível contribuição, não fugirá de uma imagem da cidade de Luanda, onde sua história se desenrolará a partir de um discurso virado para as imagens daquilo que representa o cotidiano e o social da cidade. Diante dos discursos quais seriam os marcos, e os lugares em que um memorialista iria assinalar sobre a cidade de Luanda?

Num artigo publicado no Jornal *Diário da Manhã*, de autoria de Ávila de Azevedo, com o título: *A moderna Luanda*[128], o autor começa por falar no seu artigo a figura do memorialista, como ponto de partida para atingir a antiga cidade de S. Paulo de Luanda. Neste sentido, a pessoa do memorialista seria o sujeito que lutaria contra a hostilidade da natureza da fundação e o desenvolvimento da cidade colonial. Qual seria a metodologia desses memorialistas para captarem os lugares da cidade? Será que começaram por fazer passeios na cidade, com blocos de notas registrando tudo, o que é pitoresco e o que é paisagem? Qual seria o resultado desta etnografia na cidade?

É que há cerca de sete anos, Luanda era “recatada e bisonha” como alguns dos pequeninos e provincianíssimos lugares da metrópole: logo, as pedras agudas das calçadas e dos passeios molestavam os pés dos transeuntes, a luz elétrica era distribuída por uma espécie de motores de família, os automóveis ainda se contavam, e largos espaços de terreno guardavam a iniciativa dos capitalistas e dos empreiteiros. O memorialista afirma, que o contraste de ontem para hoje não escapa ao espírito menos observador: o asfalto tomou conta das ruas, criou-se um serviço municipalizado de energia elétrica, que tirou a cidade da penumbra e encheu-lhe de Luz. A pressa das construções foi tal que em quatro anos edificaram-se trezentos e

[128]*Boletim geral das colónias. Agência Geral das colónias*, vol.- XX – 226, 157 págs. In: A moderna Luanda, 1944, p. 144-146.

cinquenta prédios, largos espaços desaproveitados foram revestidos de relva e de prazenteiras flores.

Um outro dado a se ter em conta, à luz da constatação do memorialista, é o comportamento estranho da administração pública, ou seja, a conduta das vereações que se sucederam na CML; passaram a respeitar escrupulosamente os planos das anteriores. Uma boa nova, por exemplo, é que o projeto de urbanização de Luanda prevê uma capital de cento e cinquenta milhares de habitantes. Para esta aceleração e o caminhar apressado de São Paulo de Luanda, antiga terra de degredados, que passeavam ostensivamente pelas ruas da Baixa de Luanda e até se sentavam nas secretárias das repartições públicas. Luanda que não tinha água que chegasse e prestasse, nem luz, nem higiene, nem beleza, virá a ocupar um dos primeiros lugares entre as primeiras cidades do Império português.

A paisagem da cidade colonial de Luanda também foi alvo da atenção dos colunistas - jornalistas, em muitos momentos, podemos admitir que grande parte da ressonância provenientes do contemplar da cidade por parte deles, permitiu trazer para as páginas do jornais, panoramas e paisagens de Luanda, será que podemos considerar estes escritos como uma esplêndida reportagem, daquilo que eles foram a busca no cotidiano de uma cidade colonial, ou recorreram a um vocabulário crítico que era aplicado, quando a cidade demonstrava a sua outra realidade?

Para responder este assunto talvez iria em contramão da realidade da situação colonial para poder replicar, e tentar compreender o porquê que o jornalista Frederico Felipe, por exemplo no bi semanário: *O comércio*; escreveu uma expressão: *Luanda em Revolta*, na sua matéria, com o título: *Luanda e o turismo africano*[129].

"*Luanda em revolta*" é uma expressão, dela, podemos tirar vários interesses, ou seja, várias interpretações, se for para sentir os novos ares, ou dar relevância e significação daquilo que é novo na cidade, a partir deste marco, podemos caminhar com o Jornalista Frederico Felipe (1947), visto que a sua perspectiva, também se assenta na questão do desenvolvimento urbano. Por isso, ele justifica que "*Luanda está em revolta*". Rasgam-se ruas, levantam-se novos bairros. Tudo em febril atividade, que, "logo de manhã cedo, começa impulsionada de quem se apaixonou e

[129] *Boletim geral das colónias. Agência Geral das colónias* – Apenso de Legislação Colonial, vol.- XXIII – 261 A, 16 págs. In: Luanda e o turismo africano, 1947, p. 12.

se entrega ao afã de levar a cabo a … mais feroz das revoluções urbanas, e corrigindo defeitos e completando obras que jamais tinham fim, inovando com ousadia…"

Mas se olharmos para uma outra perspectiva a sua expressão - "*Luanda em revolta*" levar-nos-ia para outros contornos, um deles seria na perspectiva que, em Luanda existiam, outras zonas da cidade que podemos considerar de cinzentas, que não foram alvo de destaques nas páginas dos principais jornais de época, é daí que, julgamos nós, que a cidade também podia mostrar-se revoltada. Mas não é essa disposição que encontramos nas páginas dos jornais, mesmos os ecos que saiam de Luanda para metrópole - (Lisboa) através dos relatos de "boca a boca", ou daquilo que era estampado nas páginas dos jornais; era o belo, isto até leva-nos a falar de dois visitantes, ou podemos até considerar de duas visitas que a cidade recebeu.

A primeira trata-se do Sr. Manuel Ferreira Rosa – Inspector de Ensino Colonial, que a partir do *Boletim Geral das colónias XXVI – 308* na sua edição *de* 1951, falou daquilo que viu sobre a cidade de Luanda. A partir do desembarque consegue observar e deu conta da mudança, os objetos urbanos lhe ofereciam oportunidades para uma introspecção com base em comparações com o tempo e com aquilo que a sua memória lhe possibilita rememorar e descrever aquilo que tivera passado e visto na cidade.

Descrevendo a cidade, ele assegura que ainda há 15 anos, poucos eram os edifícios de 1º andar na cidade, os espaços na cidade eram ocupados por casas comerciais em prédios térreos, sem beleza, nem grandeza, nas ruas tortuosas, mal calçadas, cheias de lama e areia nas enxurradas das chuvas grandes e empoeiradas. Depois de desembarcar, consegue visualizar o velho da cidade, remoçado de construções vistosas, ruas asfaltadas, avenidas largas e a zona residencial, acompanhada com a zona Alta, anciã em transformação lenta, e os novos bairros abrindo as florações mimosas do casario álacre, numa cidade jardim, arejada, "saudável", convidativa e risonha.

A cidade apresenta-se segundo aquilo que ele conseguiu reter a partir do seu contemplar: os bairros Ferreiras, das Ingombotas, de Brito Godins; bairro que já albergava o liceu (Salvador Correia), de Marques Mano, do Canachichi (Kinaxixi-atualmente), da Vila Alice, do Musseque Lima, do Cruzeiro, da Marianga (Maianga-atualmente), e dá Samba. Por isso, toda essa cidade se resume no "recente

crescimento que não passa de 10 anos, ela cresce, alargando-se, desdobrando-se na força febril das edificações, criando a cidade-nova que vai fazendo esquecer a cidade antiga, na ansiedade de atenuar o pesadelo mau do passado amargo".

O que seria esse pesadelo? O que o passado traz de tão amargo que esta cidade quer atenuar, ou até mesmo esquecer? A cidade desvela o exercício de poder do urbanismo! Não só se quer uma imagem de um novo futuro, com o colonialismo! O colonialismo trazendo o desenvolvimento e uma nova colônia. Mas se quer apagar as lembranças/ pesadelos do colonialismo do passado que estavam inscritos na cidade.

A segunda visita cinge-se na visitação de Craveiro Lopes[130], o *Diário de Loanda*, esteve passo a passo dos desenvolvimentos desta vista, por isso o *Boletim Geral do Ultramar*[131] abre um número especial dedicado à viagem de Craveiro Lopes à S. Tomé e Príncipe e Angola. A matéria que é possível encontrar nos meios de comunicação supracitados, junta-se a ela, uma secção reservada para a descrição da cidade, sob o título: *"aspectos da cidade de Luanda"*, em que o colunista, vai narrando aspectos da cidade com base naquilo que foram as palavras de Craveiro Lopes provenientes do seu discurso.

Figura 18 - Aspectos da cidade e obras em curso.

[130] Foi um político e militar português, tendo sido o décimo segundo presidente da República Portuguesa (terceiro do Estado Novo), entre 1951 e 1958.

[131] *Boletim geral das colónias. Agência Geral das colónias* – Número especial dedicado à viagem de sua excelência o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e Angola, vol.- XXX – 353 -354, 761 págs. In: Aspectos da Cidade de Luanda, 1954, p. 155-156.

Fonte: “Editorial” In *A província de Angola*: 31 de dezembro de 1957, Biblioteca Nacional de Angola, Luanda.

Caro leitor, a imagem acima em forma de comparação, representa o lugar do modernismo, espaço urbano de Luanda tomava novos figurinos com edifícios novos de três a seis andares, outrossim, representa uma nova forma de concepção arquitetural e urbanística.[132] Por outro lado, a imagem, vem complementar a força do lugar do discurso das duas visitas que a cidade recebeu.

Enfim, viajar para Luanda e para o seu passado a partir de vários jornais é fazer um trânsito a partir de um dispositivo que permitiu-nos atingir vários lugares que repousam numa memória histórica sobre a cidade, é também abrir trilhos para um exercício que nos levou a compreender o que se passava para além do “cotidiano” de uma cidade, embora, caro leitor, essa análise não pode ser feita com essa documentação, será feita nos próximos capítulos.

A Cidade que se foi evidenciado ao longo do tempo, com as grandes transformações, o camartelo deitava abaixo por um lado, e o cimento elevava por outro, foi assim que a fisionomia da cidade de Luanda foi se modificando. Por outro lado, referimo-nos também ao desaparecimento de certas edificações que caracterizavam uma determinada época, as residências particulares e os edifícios públicos, que testemunharam os diferentes marcos do desenvolvimento da cidade ao longo de quatro séculos. “Um edifício por dia se constrói em Luanda, e novos bairros surgem de repente, como os da praia do Bispo, Cruzeiro, Vila Alice, Vila Clotilde, Café, entre outros”[133].

Apesar de sinalizámos no princípio deste subcapítulo que não era nossa pretensão analisar os jornais exaustivamente como sinalizou De Luca (2005)[134]. vale

[132] As imagens trazidas pelos jornais, seus enquadramentos (regimes de imagens), podem ser vistas a partir de baixo para cima. Neste sentido, elas mostram a suntuosidade e a verticalidade. No caso dos bairros de cima para baixo, mostram seu volume. Ou seja, os jornais mostram uma cidade suntuosa e vertical (na nova Luanda) e uma cidade volumosa (na velha Luanda).

[133] *Boletim geral das colónias. Agência Geral das colónias I, vol.- XXXI* – 365-366, 435 págs. In: Luanda de ontem e de hoje, 1955, p. 384 -386.

[134] De Luca (2005) demonstra alguns exemplos práticos de como podemos analisar os jornais: 1) atentar para as características de ordem material. 2) Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo. 3) Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação. 4) Caracterizar o grupo responsável pela publicação. 5) Identificar os principais colaboradores. 6) Identificar o público a que se destinava. 7) Identificar as fontes de receita. 8) Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

a pena ressaltar que os jornais em Angola em meados do séc. XX contribuíram para a asserção e contestação ao colonialismo.

Rocha (2019) ao analisar os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial, vai dizer que o Jornal *A província de Angola* foi "autonomista", ou seja, era um jornal que privilegiava a notícia e valorizava igualmente a análise e a opinião, seus proprietários defendiam ativamente a autonomia de política da Colônia. Em relação ao Jornal O *Comércio* o autor designou-lhe por "paladino", já o *Diário de Luanda* esteve alinhado com o poder político. O *ABC* foi um diário que teve problemas com a censura, era considerado independente, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado - PIDE chegou a prender nas suas instalações, tipógrafos negros suspeitos de envolvimento na ação anticolonial (ROCHA, 2019).

Numa análise geral aos jornais editados em Luanda, todos eles operavam com os seguintes gêneros jornalísticos: informativos, opinativos, ilustrativos ou visuais, propaganda e entretenimento. Mas o regime de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano proibiu a divulgação de certos assuntos na primeira página dos jornais, foi uma das práticas censórias do regime (ROCHA, 2019, p.10).

Quanto às crónicas que contemplamos provenientes dos escritos de Neves e Sousa[135](1949) e Alfredo Margarido (1957), vão acoplar-se no espaço urbano de Luanda como um lugar que foi possível ser lido através de um contexto social e político. Os escritos destes cronistas demarcam geografias na cidade, práticas cotidianas, imagens e acima de tudo trazem outras camadas daquilo que era a situação colonial imperante na cidade colonial de Luanda. Como vimos, Alfredo Margarido (1957) foi mais incisivo ao tentar demonstrar uma realidade de ordem económica e social.

Ainda neste subcapítulo também contemplamos como os colunistas[136] e os jornalistas[137] através dos seus escritos conseguiram representar determinados

[135] Albano Neves e Sousa - nasceu em 15 de janeiro de 1921 em Matosinhos. Fez o curso liceal em Luanda. Por motivos alheios à sua vontade deixou a sua Angola e fixou-se em Salvador, Bahia/Brasil, onde faleceu, em 11 de maio de 1995.As suas primeiras exposições foram em Angola, em 1936, no Andulo, e em 1937, em Luanda, com o apoio do jornal *A Província de Angola*. Integrado na Missão de Estudos Etnográficos do Museu de Angola, trabalhou na recolha de elementos de etnografia e pintura, nomeadamente, em Quissama, Dondo, Moxico e Dembos. Ver a biografia completa em: http://www.salvadorcorreia.com/nevesesousa/bio.html Consultada em: 03/08/2022.
[136] Jorge de Aragão, Castro Cabrita, Fernando Batalha Resende e Ávila de Azevedo.
[137] Frederico Felipe e Rocha Ramos.

lugares da cidade. Ao analisarmos estes escritos, encontramos uma cidade representada no jornal com um “ar” saudosista e melancólico que ao longo do tempo foi desaparecendo em nome da modernidade por um lado. Por outro lado, sentimos nos jornais a ausência dos lugares dos tais ditos indígenas.

Ao descortinarmos as crónicas dos autores que acabamos de ver, não significou simplesmente validá-las como documentos que passaram por uma “operação historiográfica”. Contudo, os discursos e as linguagens inscritas nas crónicas permitiram que fossemos ao encontro de léxicos que compõem a vasta biblioteca colonial. Podemos olhar os discursos na crónica de Alfredo Margarido (1957) e suas estruturas como um meio de luta. Neste sentido é sinalizado na sua crónica um lugar que carrega consigo condições históricas e políticas. O discurso da imprensa e sua linguagem não se limitam somente a um agregado de vocabulários, mas antes, são capazes de arrumar e descobrir a situação elementar das relações sociais. “Expressam-se, portanto, através dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõe a sociedade” (CALONGA, 2012, p. 82).

3.3 DO CRESCIMENTO DA CIDADE AOS GRITOS DE AFLIÇÃO: OS DOIS LADOS DE UMA MOEDA

A imagem da cidade de Luanda a partir dos anos 40 até aos finais dos anos 60 do século XX é evidenciada pelos jornais, como uma cidade em franco desenvolvimento em termos urbanísticos. O subcapítulo anterior permitiu que observássemos a forma como a cidade foi representada a partir dos jornais por um lado e por outro lado, procuramos entender como foi o desdobramento dos bairros dos africanos e os musseques. Esta disposição inscreve-se num entendimento que a cidade colonial de Luanda, numa determinada altura foi se consolidando com os bairros dos africanos e posteriormente com o surgimento dos musseques (espaços na cidade que na sua maioria eram ocupados e habitados pelos tais ditos indígenas).

O crescimento da cidade foi sem sombra de dúvidas a variável que a par de outras tonificam determinados assuntos relacionados com a cidade de Luanda, por isso, o crescimento da cidade não pode ser visto só numa perspectiva. Por exemplo, este crescimento da cidade dá-se também a partir de um incremento da população, é

daí que surgem problemas do fórum urbanísticos e de âmbito social. É também daí que emergem os gritos de aflição por falta de casas para todos.

Os jornais na época não falam abertamente destas vozes que se levantam a pedir "ajuda"; foi preciso uma correlação e um cruzamento de fontes para percebemos que o crescimento da cidade e a construção de grandes infraestruturas, foram acompanhadas por condicionantes de ordem financeira e técnica, mas as realizações eram propaladas significativamente na imprensa escrita por um lado. Por outro lado, em "congressos sobre urbanismo, exposições e feiras em França, Portugal e Angola, em grande parte organizadas pelo Estado[138]" (FONTE, 2011).

Os gritos de aflição surgem em consequência da actuação dos "atores do urbanismo[139]", que ao desencadearem políticas públicas para resolverem os problemas que a cidade de Luanda enfrentava[140], em alguns casos, faziam sob uma consideração diferencial, isto porque nesta sociedade colonial existia um dispositivo (Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas) que regulava a vida dos tais ditos indígenas.

Logo o indígena ao fazer parte desta sociedade colonial é capturado, é separado e é instrumentalizado. Com o crescimento da cidade, e a construção de infraestruturas na cidade, o indígena é "colocado de parte" mesmo fazendo "parte desta sociedade". É a partir deste ponto que julgamos ser oportuno colocar algumas questões, que as respostas só podem ser dadas, se compreendermos, o lugar do

---

[138] Nesta questão da propaganda colonial, não devemos esquecer o papel da *Agência Geral das colónias*, que teve a sua reorganização no ano de 1932, ano que vai coincidir com as reformas do Acto colonial (PINTO, 2015, p. 655). Fonte (2011) em o *fenómeno urbano em Angola no século XX*; consegue identificar e citar alguns eventos: o Congrès International d'Urbanisme et d'Hygiène Municipale em 1923, a Exposição Colonial de Paris, o Congresso de Urbanismo Colonial e Países Tropicais em Outubro de 1931, a 1ª Exposição Colonial no Porto em 1934, a Exposição Feira de Angola realizada em Luanda em 1938, a Exposição do Mundo Português realizada em Lisboa em 1940, o Gabinete de Urbanização Colonial criado em 1944 em Lisboa, o 1ºCongresso dos Arquitectos Portugueses de 1948 e o Colóquio sobre Urbanismo realizado em Lisboa, em Março de1961. Matos (2006) *em representação racial no Império Colonial Português* também consegue discutir esta questão da propaganda colonial e a divulgação do império.

[139] Um conjunto de instituições e pessoas que diretamente ou indiretamente "fazem e refazem a cidade". Os agentes "que fazem e refazem a cidade" são os seguintes: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2002, p. 12). Para o nosso caso, focamo-nos nas intervenções do Estado.

[140] Falta de casas. Obras em transgressão. Crescimento desordenado da cidade. A falta de um plano de urbanização até por volta do começo dos anos quarenta. A questão da corrida dos terrenos que se deu nas décadas de 40 e 50 com avolumar do crescimento da cidade e a questão das expropriações de terrenos a favor do Estado ou da CML.

“indígena” quando os atores do urbanismo interviessem para resolver problemas na cidade.

Por isso, constituiria as seguintes questões da seguinte forma: qual é o lugar onde o indígena deve morar? Que tipo de habitação deve viver? Que tipo de escola deve frequentar? Que tipos de bairros devem ser construídos para os tais ditos indígenas? Que tipo de hospital deve ser feito para os tais ditos indígenas? Estas infraestruturas devem estar próximas da população europeia? que tipo de cidade se constrói para o indígena? Essa cidade é vista sob um ponto de vista segregacional?

A intervenção na cidade por parte dos atores do urbanismo cumpria o seu papel social em prol da melhoria das condições dos habitantes, isto é um dado assente, mas a materialização e o resultado das ações trouxeram grandes dissabores principalmente para a população dita indígena, isto podemos mostrar, a partir de um documento que é possível encontrar em anexo no livro de Maria do Carmo Medina[141] (2003), *Angola: processos políticos da Luta pela independência*.

Este documento (vide documento – anexo B) é assinado por três indivíduos que se identificam como trabalhadores[142] e moradores do bairro do Cemitério Novo do quilometro quatro, da estrada de Catete em Luanda. Através do cabeçalho deste documento, permitiu-nos observar que os autores escreveram para o Ministro do Ultramar - Vasco Lopes Alves. No segundo parágrafo do documento, os autores falam que toda a legislação portuguesa apensa, concernente ao Ultramar está atrelada ao pensamento e na proteção dos indígenas, cobrindo desta forma a situação social e política. Os autores reconhecem que através dos congressos, artigos dos jornais e demais publicações se tem falado sobre os feitos para a melhoria das condições dos tais ditos indígenas.

Por isso, eles admitiram que não era exequível fazer citações, demonstrando o que se fala de matéria sobre o problema do indígena, isto porque, todos sabiam que todos os anos no exercício de funções públicas, isto é, das mais elevadas, a sua

[141] Maria Carmo Medina, teve um protagonismo relevante na sociedade angolana, tanto no período colonial como no pós-independência. Sua atuação ficou marcada pela sua participação como advogada no “processo dos 50”. Processo que teve o seu início com a prisão em massa de nacionalistas e por conseguinte os julgamentos começam no ano de 1960.

[142] Francisco Pereira do Amaral – Motorista, Luiz José Pedro da Silva – Carpinteiro, e João António – alfaiate (Medina, 2003, p. 195).

excelência Sr. Ministro do Ultramar, teve o ensejo de ter presente todas as múltiplas facetas do traçado, que se traduziu numa orientação da política indígena em Angola.

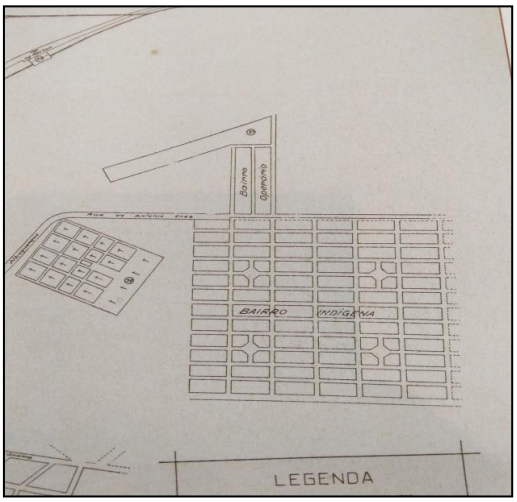
Em seguida, os autores sinalizam que em Luanda, assim como em todas as capitais de qualquer parte do mundo existem aglomerados ricos e pobres. Em Lisboa a Madragoa, o Bairro Alto, Alfama, são exemplos de bairros onde moram pessoas pouco prósperas. Em Luanda, explicam os autores no documento, que em 1921, o aglomerado indígena no Bairro do Bungo, próximo da estrada dos caminhos de ferro, com a nomenclatura de "Sanzala dos Cabindas". Neste lugar, viviam os tais ditos indígenas nas suas cubatas, de construção modesta, com uma "aparente tranquilidade", até que um dia à CML impôs a demolição, mas a concretização deu-se em 1922, quando o General Norton de Matos era o Alto-comissário.[143]

Segundo os autores do documento, naquela altura dizia-se que os tais ditos indígenas iriam ter um bairro próprio. Por isso, foram corridos para as Ingombotas e Maculusso – zona do Alto das cruzes, para onde foram transferidas as suas cubatas. A disposição na qual os autores do documento fazem referência onde o contingente populacional foi transferido pode ser observada na figura 14, que faz menção à planta da cidade de Luanda do ano de 1938, mostrando o Cemitério Alto das Cruzes, o bairro Operário e o bairro Indígena.[144]

[143] No capítulo anterior Arsénio (2021), narrou sobre a expulsão dos moradores da zona do Bungo, este acontecimento marca claramente o início de uma prática na cidade, cuja justificação esteve ligada à ordem urbanística e de higienização. Um outro exemplo deste tipo de procedimento; podemos encontrar numa notícia do Jornal a Província de Angola na edição de 1926. Na verdade, desde 1919 vem os indígenas sendo sucessivamente expulsos das suas cubatas, em nome de superiores interesses, sem lhes indicar local onde possam instalar-se. Entretanto, as comissões administrativas do município indeferiram ou deixaram sem despacho todos os requerimentos pedindo autorização para construções. O resultado tem sido a construção clandestina, mesmo, sem obedecer a alinhamentos, nem a condições sanitárias. Pois nós encaramos o problema resolvendo a expropriação do Muceque Burity, na estrada da circunvalação em frente ao atual bairro Operário. In: Jornal *A província de Angola*, 13 de outubro de 1926. Estas práticas só podem ser entendidas na longa duração, se tivermos o cuidado de fazer uma leitura daquilo que a cidade permite oferecer em termos eventos. Por exemplo: o crescimento da cidade, a questão dos terrenos, expropriações de terra na cidade e a edificação de infraestruturas na cidade.

[144] Olhando para o traçado que a figura apresenta é possível observar três plantas: do lado esquerdo encontramos o cemitério Alto das Cruzes, do lado direito encontramos um bairro indígena e por cima do bairro Indígena no formato de um (L) – éle, encontramos o bairro Operário.

Figura 19 - Substrato da planta da cidade de Luanda de 1938.



Fonte: Câmara Municipal de Luanda. Roteiro da cidade de S. Paulo de Luanda. Luanda: Imprensa Nacional, 1939.

Os autores do documento, com um tom irónico disseram, “mal os indígenas “aqueceram o lugar, logo viram transferidas as suas cubatas para o Quilometro Sete (7) do Antigo ramal da linha férrea do Bungo e Musseque Burity (Bairro Operário)”. Desta vez essa transferência tinha todo o carácter definitivo. Assim a CML fez ruas largas e espaçosas, fez alinhamento e o traçado definitivo. Se olharmos para a figura 19 é possível contemplarmos o traçado feito e o alinhamento que definiram o espaço que albergou “um bairro especialmente criado para nele os indígenas construírem as suas casas, pagando o respectivo foro ou renda anual, com direito a posse dos terrenos ocupados, passados que fossem quinze anos” (AMARAL et. al, *apud*, MEDINA, 2002, p. 195).[145]

Como era de esperar, segundo os signatários do documento, os tais ditos indígenas ficaram satisfeitos porque jamais seriam expulsos. E desta forma, em face a disposição decorrente a este processo de transferência da população de um lugar da cidade para um outro lugar, são abrangidos um número significativo de “indígenas”,

[145] O fato de o bairro indígena ter sido projetado para ocupar uma área contigua à do bairro Operário demonstra de forma clara que o critério racial ultrapassou o critério social, uma vez que se pensava em agrupar a população de acordo com o critério racial e não mais social. Dessa forma, elementos da antiga classe média africana, denominados “negros” e “mestiços”, se juntavam à população “negra” dita não assimilada (MOURÃO, 2006).

ou seja, milhares: artistas, artífices, operários, motoristas, alfaiates, cozinheiros, criados de servir, lavadeiras, enfim, uma multidão de sujeitos de ambos os sexos que se dedicam aos trabalhos manuais ou as artes mecânica, trataram de edificar suas casas, umas de pau a pique e outras de pedra e cal e ainda outras simplesmente cubatas, para assim morarem tranquilos.

Estabelecidos neste espaço, os indígenas viram o surgimento de dezenas e dezenas de estabelecimentos comerciais de europeus de caráter definido, o que deu a entender aos indígenas que permaneceriam definitivamente neste espaço. Na mesma senda, ainda na segunda página do documento, os seus assinantes, dizem que não são os "indígenas" na qual se refere o artigo segundo do Estatuto dos indígenas portugueses[146]. Por isso, eles reforçam as suas identidades, dizendo que são indivíduos de raça negra e seus descendentes, possuíam uma relativa ilustração, com hábitos e costumes europeus, mas que vivendo numa conhecida pobreza[147], "tais como os operários ingleses em Londres, Paris, Lisboa e Nova York, não podem ambicionar viverem em bairros residenciais" (AMARAL et. al, *apud*, MEDINA, 2002, p. 196).

Os autores do documento confirmam que estes tais ditos indígenas domiciliados no bairro, ali tinham tudo e até cinema. Dali saiam para os seus respectivos empregos, espalhados por toda cidade e até para os pontos dos mais afastados[148]. Mas para o espanto de muitos moradores, a CML passou a determinar outra coisa: "o foro que era de chão para edificar, passou a ser renda, de modo que, mesmo pagando renda anual, jamais a CML deixaria de ser dona e legítima proprietária do chão". Nesta linha de pensamento, "era o dito por não dito", assim perguntaram os autores do documento, que fazer? Os indígenas haviam de reagir?

---

[146] O Estatuto dos indígenas portugueses, promulgado por Decreto – Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954. Art. 2.º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. § Único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

[147] Numa simples análise do discurso, eles disseram que já eram assimilados, ou ainda podemos admitir que estavam no processo de transição de indígenas para assimilados. Um assunto que Elizabeth Ceita Vera Cruz (2005) explora de uma forma profunda no seu livro: O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa: o caso de Angola. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

[148] Neste período os indígenas saiam do bairro Operário para o centro da cidade e áreas adjacentes para trabalharem. É de recordar que José Narciso Arsénio (2021) e Araújo (2012) fizeram referência deste assunto no subcapítulo anterior.

A sua atitude seria logo desvirtuada, como por vezes acontece, mas não deixaram de perceber que passaram a viver numa situação precária, porque a CML havia reconsiderado. Por isso, os autores do documento voltaram a perguntar, até quando permaneceriam os tais ditos indígenas vivendo no bairro Operário? Não tardou a resposta, segundo os autores do documento, em 1950 as demolições de cubatas começaram de novo no Quilometro Sete, isto no musseque Caputo, com todas as consequências que podem sofrer os desafortunados. Seriam os donos dessas cubatas transferidos para próximo do Cemitério Novo, à estrada de Catete.

Diante disto, à CML deixou de receber as rendas porque tanto as casas de construção definitiva, como as cubatas e as casas de pau a pique iriam ser demolidas. Os autores do documento explicaram que “foi um pavor”, isto porque, a ação, fez com que a população dita “indígena e alguns milhares europeus pobres e operários viram cair sobre si um verdadeiro anátema, qual maldição dos homens” (AMARAL et. al, *apud*, MEDINA, 2002, p. 197).

Diante dos fatos, houve démarches junto à CML, fazendo com que esta permitisse a permanência daqueles que não residissem em cubatas. A seguir, apontou o musseque Sérgio junto ao cemitério Novo para novo bairro Indígena, e nela, fizeram talhões para construção de cubatas para os “indígenas”, com a obrigação de pagamento de rendas do chão para se edificar.

Podemos certificar que, de fato, que este bairro foi construído junto ao cemitério Novo (atualmente cemitério da Santa Ana), uma tomada de decisão deste âmbito demandava uma série de resoluções do fórum urbanístico e de decisão política, por parte da CML. A partir de um documento que encontramos no IPEGUL, referente a uma correspondência entre a 4ª repartição e a 8ª repartição da CML, conseguimos compreender como decorreu este processo de construção de bairros indígenas provisórios a nível dos atores do urbanismo.

Sob o título: *Ampliação do Bairro indígena provisório*, o documento foi alvo de uma análise, ao longo da nossa observação, nos apercebemos que se tratava do mesmo assunto referente ao bairro indígena que os “indígenas”: Francisco Pereira do Amaral – Motorista, Luiz José Pedro da Silva – Carpinteiro, e João António – alfaiate, descreveram na carta e posteriormente enviada para o Ministro do Ultramar. Este documento, assim como a carta enviada para o Ministro do Ultramar em forma de

“gritos de aflição”, mostra de fato o momento em que a urbanização da cidade branca avançava significativamente, sem piedade daquilo que ela encontrava à sua frente. Por outras palavras, podemos ver a informação que encontramos a manuscrito, junto ao documento que a 4ª repartição enviou para a 8ª da CML:

> Á medida que a urbanização vai avançando ocupando áreas de terra ainda ocupadas por populações indígenas, um dos problemas que se levanta é o de arrumar estas populações. E porque a construção dos bairros indígenas previstos pelos P.U ainda se encontram longe de poder satisfazer às necessidades. A Camâra foi levada a estabelecer um bairro indígena de caracter provisório para acolher aquelas populações atingidas pelos avanços do desenvolvimento da cidade europeia. O que se apresenta agora para apreciação da CML não é mais que uma ampliação do actual bairro indígena, ampliação esta que é necessária fazer-se dados os trabalhos da urbanização prevista para o musseque Burity. (PASTA DE PROCESSO: U. 10 - 8ª REPARTIÇÃO DA CML- 44/45, 1955).

Neste documento (vide documento – anexo C[149]) é possível divisar o desenho da planta do bairro com o traçado, as áreas reservadas para os terrenos para o arrendamento, espaços livres, espaços para áreas comerciais, zonas residências, serviços comuns e o cemitério[150]. Ainda nele, podemos encontrar a justificação do projeto:

> Este projeto foi estudado de molde a ocuparem-se única e exclusivamente os terrenos municipais vizinhos, sem comprometer uma possível futura ampliação do cemitério e o traçado viário previsto pelo P.U. A necessidade de conseguir a maior área possível para a construção de habitações levou-nos a reduzir ao mínimo os espaços livres que normalmente se consideram nas zonas residenciais, pois que se, tais espaços, não forem objecto de um controle e limpeza eficazes, a sua existência só é prejudicial. Devido, também, ao carácter provisório do referido bairro não se reservam locais para escolas e para os outros edifícios públicos, que, normalmente se consideram nestas zonas. Em conformidade com o programa, verbalmente transmitido pelo Exmº. Senhor Engenheiro chefe da 4ª repartição, previram-se três centros comerciais, situados em pontos tais que possam ser facilmente alcançados pelos residentes de todo êste bairro, e destinados a cêrca de duas dezenas de instalações comerciais. Partindo do princípio que as entidades competentes compreenderão e necessidade imperiosa de dotar êste bairro de sanitários e lavadouros públicos, a malha de rede viária foi estudada e dimensionada de modo a que cada quarteirão disponha de um campo livre interior, destinado a essas instalações (PASTA DE PROCESSO: U. 10 - 8ª REPARTIÇÃO DA CML- 44/45, 1955- IPEGUL).

[149]Ampliação do bairro indígena provisório.

[150] O projeto deste bairro não foi contemplado lugares para o lazer, isto porque na falta de verbas para manutenção destes espaços, colocaria em risco as infraestruturas, por isso priorizaram terrenos próximos ao bairro indígena para a construção de lojas para o comércio. Por outro lado, qual seria o sentido de construir sítios de lazer e escolas ou um outro tipo de infraestrutura de apoio a causa do “indígena”, se os tais ditos indígenas na cidade eram autênticos ambulantes.

Retomando, para o documento em que podemos encontrar as narrativas dos "indígenas": Francisco Pereira do Amaral – Motorista, Luiz José Pedro da Silva – Carpinteiro, e João António – alfaiate, eles confirmaram que outras ações foram tomadas, diga-se de passagem, que foram construídas algumas habitações pequenas no musseque Rangel para os indígenas que pudessem pagar rendas comportáveis com os seus ordenados ou salários.

Os assinantes do documento também fizeram lembrar ao Ministro do Ultramar (1958-08-14 a 1961-04-13)[151] dizendo o seguinte:

> Parece que foi V. Exª. que tais medidas tomou, quando era Governador Geral da Província, como absoluto agrado do então Ministro do Ultramar, senhor Professor Doutor Marcelo Caetano, que em 1945, teve o ensejo de percorrer o mesmo bairro. Mas, já hoje se pensa em transformá-lo, desalojando os seus habitantes. Mas, como íamos dizendo, os indígenas viram mais uma vez as suas cubatas demolidas e desalojadas para o Muceque Sérgio, desde 1950. (AMARAL et. al, *apud*, MEDINA, 2002, p. 197).

Em seguida, ainda olhando para o ofício, seus assinantes, explicam que não foi há muito que eles viram um funcionário da CML a tomar notas de casas pertencentes às primeiras filas do quarteirão, parecendo que para novas e futuras demolições. Por um lado, eles também reconheceram que a cidade se tem transformado, e que, o fenómeno do urbanismo é um fato, com a espontaneidade de colonos que vêm ajudar o crescimento da província e a quantidade dos naturais que procuram o melhoramento da sua situação de vida.

Por outro lado, fizeram referência ao crescimento da população europeia e civilizada (com setenta e tal mil almas) e da população negra (com cento e quarenta mil almas). Esta população negra não tinha lugar fixo de residência, ou seja, à medida que a cidade ia crescendo, "o homem negro" via-se afastado para longe, para onde ninguém quer ir, para onde ele tem de dormir e acordar cedo e percorrer quilômetros até chegar ao seu emprego, sem ter meios de transporte, sem ter para poder pagar o transporte se ele existisse. Embora que à CML estava a par das dificuldades dos transportes, o que existia para acudir a demanda eram insuficientes, não cobriam toda cidade, por isso, sem medo e sem exagero, eles confirmaram ao Ministro do Ultramar

[151] Vasco Lopes Alves, também foi Governador-Geral de Angola entre 1943 e 1947. Ver biografia em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/a/alves_vasco_lopes.pdf

- Vasco Lopes Alves, que os indígenas vivendo nestes locais, seria difícil os autocarros apanhá-los.

Os signatários do documento continuaram a exposição relatando outras situações da cidade, mas olhando para estrutura do documento, e o contexto em que ele foi escrito, sua relevância, permite mostrar claramente como a CML resolvia os problemas de fórum urbanísticos por um lado, por outro lado, como tratava a questão do indígena no concerne à habitação.

Por isso, podemos encontrar neste documento, seus subscritores, com um semblante de medo, medo este, de serem retirados onde estavam a residir, daí decidiram escrever para o Ministro do Ultramar - Vasco Lopes Alves. Ainda neste documento, podemos encontrar narrativas que espelham questões sobre: expropriação e demolição das casas dos indígenas e de algumas populações de origem europeia pobres, que face o alargamento da cidade branca também sofreu com o fenómeno.

Um outro elemento que chamou a nossa atenção é a narrativa que demonstra claramente que existia, nesta sociedade uma separação na população colonial em termos jurídicos, isto quando os autores do documento reforçaram numa das passagens, que são pessoas civilizadas, que dominam corretamente a língua portuguesa e têm costumes do tipo europeu. Olhando para esta sociedade colonial, principalmente para Luanda, quem era o indígena no quadro da estrutura social da sociedade colonial?

Embora que já tivemos a ocasião de olhar o conceito indígena, tais considerações foram feitas na primeira parte deste trabalho, neste turno, voltamos ao tema, porquanto ser uma base de entendimentos para podermos entender as normas e práticas que os colonizadores implantaram sobre o “indígena”, onde a separação, a delimitação, a exploração, a classificação e a diferença, faziam parte do vocabulário do dia a dia no espaço urbano colonial, por um lado. Por outro lado, era a base para poder contemplar o “Outro”.

Como consequência a “distribuição” e a “organização do espaço” na cidade, implicaram na forma como os bairros, as casas, hospitais e cinemas tinham que ser construídos. Por outras palavras, e na maioria das vezes, o que era pensado para ser

edificado na cidade, era na base claramente da distinção[152], isto é para o cidadão e isto é para o "indígena", nesta sociedade como o corpo do "indígena" era visto e reconhecido?

Não podemos nos aproximar para a questão da construção dos bairros indígenas em Luanda na sua profundidade, sem antes falarmos sobre a questão do "indígena", esta aproximação pode ser feita por várias perspectivas, por isso, optamos por se deslocar a partir do glossário colonial, lugar que nos mostra que é possível entender a questão do "indígena" se olharmos pela legislação jurídica – estrutura do Indigenato, elemento de entendimento, que faz, com que o Indigenato seja visto como um "dispositivo".

3.3.1 Do Indigenato ao crescimento da cidade: lugares de "captura", "separação" e "instrumentalização"

Quando nas páginas anteriores nos questionamos quem é o "indígena" e como o corpo do "indígena" era reconhecido na sociedade colonial, uma resposta para estas questões, nos conduzirá a um lugar demarcado por práticas violentas e de exclusão, este lugar se designa por Indigenato[153]. Por isso, neste subcapítulo, de forma não exaustiva, tentaremos olhar o Estatuto do Indigenato como base para entendermos como se deram os lugares, no espaço colonial para se poder diferenciar, separar e instrumentalizar, práticas que foram utilizadas também na organização e definição do espaço urbano colonial de Luanda.

Por outras palavras, o Indigenato é aproveitado neste turno, como ponto de partida e proposta, para podermos transitar, de um lugar ideológico e que esteve permanente em construção, para a questão do crescimento urbano de Luanda. Lugar que por sua vez, pode nos mostrar as forças que estavam atuando para resolução dos problemas dos indígenas na cidade, perante um urbanismo ao serviço do poder colonial.

---

[152] Washington Santos Nascimento e Marilda dos Santos Monteiro das flores*, em Luanda e suas segregações: uma análise a partir das salas de cinema (1940 – 1960)*. Os autores procuram em linhas gerais olhar sobre a história da cidade e do cinema então existente. Eles vão concluir que "a própria distribuição das salas pelo território de Luanda demarcava uma série de discriminações e segregações existentes naquela realidade social" (NASCIMENTO; FLORES, 2017, p. 87).

[153] Um lugar que capturou o "corpo" do indígena, até por volta do ano de 1961, com a revogação do estatuto do indigenato.

Sobre o indígena, já tivemos ocasião de defini-lo em *os «indígenas» entre o Dualismo e a segregação no espaço urbano de Luanda, 1930 – 1960.* Neste artigo, respondemos que o "indígena" aparece pela primeira vez no sistema colonial português no artigo 10.º do Decreto de 20 de fevereiro de 1894, que diz o seguinte: "devem ser considerados indígenas aqueles que nasceram no Ultramar de pai e de mãe indígenas e que não se distinguem, pela sua instrução e costumes dos outros da sua raça".

Com base a significação que acabamos de apreciar, Giuseppe Papagno, duvidou de eficiência, visto que ela é resultante se seguirmos a lógica que se contrapõe aos "não – indígenas", ou seja aos civilizados. Por isso, olhando para a estrutura da definição, ela assenta-se na comparação entre dois grupos populacionais, um dos quais só pode ser compreendido pela sua negatividade, permitindo que os brancos exercem uma autoridade natural e legítima, mas se formos ao fundo, escavando-a, conforme recomenda Alfredo Margarido (2008), encontraremos relações inscritas entre o senhor e o escravo (MARGARIDO, 2008, p. 27).

Esta dúvida que Giuseppe Papagno levanta é proveniente da composição da própria génese da definição, ou seja, compreendê-la obrigar-nos-ia a olhar o contexto em que ela foi encetada no aparelho do sistema colonial português, embora que não seja o nosso objetivo, mas é importante assinalar que esta definição está ligada a uma reavaliação da representação do africano, condição que lhe manteve no estado de escravizado. Por isso a justificação da ideologia de "missão civilizadora iria legalizar uma outra ideologia: a do trabalho como ato civilizador do negro.

Diante do avanço da maquinaria racional do poder colonial, foram criadas outras categorias de foro jurídico, categorias que deram volume ao desenvolvimento de uma "metamorfização" do escravo, passando pela figura do "serviçal" para figura do "trabalhador indígena" (REIS, 2010). Entender esta "metamorfização de categorias" leva-nos a olhar a "permanência de formas da escravidão "típica" "clássica" (no contexto da história do Atlântico), até às primeiras décadas do século vinte", um assunto que Conceição Neto (2019) no seu artigo *De Escravos a "Serviçais", de "Serviçais" a "Contratados": Omissões, perceções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial,* consegue demostrar como estas categorias surgem no contexto da colonização portuguesa em África.

Neto (2019) vai dizer se por um lado o tráfico de escravo no Atlântico foi abolido, do outro lado do Atlântico, propriamente em Angola foram criadas várias formas de escravidão. Só que a disparidade é que as pessoas já não eram exploradas para o outro lado do Atlântico, mas continuaram a ser deslocadas e usadas segundo o proveito do colonizador, por vezes com expedientes com uma enorme violência. É neste processo que surgem os "libertos" (alforriados) que no fundo não estavam livres, ou seja, continuavam a estar tutelados por uma articulação particularmente designada.

Estes libertos posteriormente começaram a ser denominados de serviçais, indivíduos cujo trabalho e as condições de como eram recrutados não se diferenciava com os *modos operandi* das dos escravos. Por outro lado, assinala-se o surgimento das "corveias", que eram indivíduos que foram utilizados para a manutenção e a construção de estradas. Continuando na mesma senda, vão surgir também os "contratados" ou os recrutados sem "contratos", "formas de trabalho forçado a que foram sujeitos aqueles que as leis coloniais classificaram como "indígenas" (NETO, 2019, p. 109)

Se estamos a ver a "metamorfização de categorias", num primeiro momento, há quem diga que o conceito de indígena, por exemplo em Angola tinha até um sentido positivo, sem implicações raciais, diretas ou conscientes, mas ao longo do tempo começou gradualmente a sua biologização, e por conseguinte o conceito começou a ter um carácter francamente contraproducente, atrelado ao primitivismo e à barbárie, com o qual certos africanos (angolenses[154]) e, mormente, muitos dos seus descendentes não se queriam mais reconhecer (BARBEITOS, 2011).

[154] Muitos já eram assimilados. Há uma emergência no primeiro quartel do século XIX de um grande número de africanos e mestiços largamente assimilados à cultura portuguesa. Estes angolanos pertenciam a grupos diferentes: negros livres, filhos de chefes e de reis, filhos de colonos portugueses e mães africanas. Antes de 1900, a sua posição na sociedade não dependia tanto da sua raça ou cor como das suas personalidades ou nível de instrução que possuíam. As leis dos regimes liberais em Portugal após 1820 decretaram que todas as pessoas de Angola eram cidadãos portugueses. Assim, não havia praticamente restrições ou obstáculos legais no acesso aos empregos, à educação e ao direito de voto. A posição social dos assimilados angolanos resultava da combinação de um conjunto de fatores: a mistura social, a legislação liberal pós - 1820, o hábito, a iniciativa africana e o fracasso da política de imigração portuguesa tradicional (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p. 147-148).

Com a emergência de categorias[155], tornava-se necessário clarificar o "indígena" perante o resto da população. Se estamos a ver o termo indígena aparecendo pela primeira vez no sistema colonial português em 1894, esta lei evidentemente, abre espaço para o surgimento de outras, nesta ordem de ideia, a lei laboral de 1899, denominada "Código e trabalho dos indígenas" "é a primeira lei que claramente separa os indígenas do resto da população" (NETO *apud*, REIS, 2010, p. 21).

Mas é de realçar que na visão de Arsénio Carpo, verifica-se o choque de duas visões sobre o "indígena" que representam o período de transição, uma, moderna e já claramente racializada, a que não era estranho a intenção de operacionalizar economicamente o máximo de mão – de – obra disponível. E outra, mais antiga, acatando à tradição colonial portuguesa, mas no começo da colonização, a de Cadornega ou dos próprios intelectuais angolenses, que se adaptava às necessidades de cooperação com representantes não brancos (BARBEITOS, 2011, p. 450).

Ao longo do tempo esta definição de indígena foi sendo redefinida mediante a conjuntura política e social que o sistema colonial impunha nas suas colónias. Anteriormente esta definição por não ser explícita e esclarecedora, permitiu que, em 1913, o então governador – geral de Angola, Norton de Matos alterasse esta definição, a partir da Portaria Provincial nº 43 de 20 de janeiro de 1913, publicada no *Boletim oficial de Angola* nº 4, 25 de janeiro de 1913:

> São considerados indígenas os indivíduos dos dois sexos, de côr, naturais ou residentes na Província que não estejam nas condições do nº2 desta Portaria. Que por sua vez diz o seguinte: não são considerados indígenas os naturais da província que saibam falar correctamente o portuguez ou exerçam alguma arte ou profissão liberal ou paguem contribuições e tenham hábitos ou costumes europeus. (*Boletim Oficial de Angola*, 1913, p. 42).

Os colonizadores julgaram que o período que antecedeu a proclamação do Estado Novo, existiu um processo favorável e célere de assimilação concernente ao africano. Neste contexto, alegavam e estavam convictos de que um "nativo" não dispunha de condições para transformar-se em citadino comum ou igual ao cidadão português, a não ser que este se tornasse um cidadão com aparências de ser civilizado. Este período é caraterizado pelo reconhecimento do corpo do indígena, que

[155] A matriz inicial colonialista essencialista apoiou-se na Antropologia Física, com os seus modos de categorização das populações indígenas ou colonizadas, e em modelos jurídicos de controlo populacional (CURTO, et al., 2016, p. 19).

foi útil, para poder alavancar o projeto colonial de explorar as colónias, neste sentido o corpo do indígena foi transformado em “corpo produtivo”.

Esta tendência de transformar o indígena em corpo produtivo[156] é sinalizado em Norton de Matos com a criação da secretária dos negócios indígenas (1913- 1914). Por outro lado, podemos encontrar também em Ferreira Dinis, com convicções altamente discriminatórias, no seu entender, naquela altura, tinha que se ter a necessidade de conservar as duas sociedades: a europeia e a “indígena”, cada uma com a sua vida a parte, mas auxiliando-se mutuamente. Por isso, em Angola o modo de obrigar os tais ditos indígenas ao trabalho tinha de ser diverso, mesmo quando os indígenas se encontravam desintegrados, isto ocorria muito nos centros urbanos e no litoral, em situações de “vadiagem”[157] e de “preguiça”, a obrigatoriedade de trabalhar tinha de ser forçada diretamente ao indígena pela autoridade administrativa (DINIS, *apud*, CURTO, et al., 2016, p. 25).

O “indígena” possuía uma relação estreita com a cidade branca, que passava por ser o seu lugar de trabalho, em muitos casos, lugar de exploração e, de relação com o patrão[158] e o musseque era reservado para o seu lugar de residência, sentimos este tipo de conexão, nas narrativas do Man Garras[159], quando o entrevistamos em sua casa no distrito do Rangel em 2021. Man Garras (2021) nasceu em Luanda precisamente no Sambizanga em 1947, mas com seis anos de idade, mudou-se para o musseque Rangel com sua mãe lavadeira, que lavava a roupa dos europeus na cidade branca. A sua narrativa é demarcada por lugares na cidade e trânsitos entre a cidade e o musseque:

---

[156] A questão do corpo produtivo; encontramos em Foucault (2008). A sociedade tende de disciplinar a sociedade para se ter corpos produtivos, uma regularização dos grupos populacionais. A disciplina só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade (FOUCAULT, 2008, p.16). Estes aspectos, entre outros, sobre a disciplina dos corpos, podem ser examinados em *segurança, território e população*.

[157] Por um simples motivo, os indígenas eram detidos e muitas das vezes acusados por vadios, *Jornal o Comércio*, traz à tona uma matéria que retrata a atuação da Polícia de Segurança Pública - PSP com base nos indígenas que estavam a jogar à bola. “As brigadas volantes da P.S.P., durante o mês de janeiro findo, detiveram 27 indígenas por jogarem à bola na via pública e por se encontrarem indocumentados, dedicando-se à Vadiagem”. "Editorial" In Jornal o Comércio: 3 de fevereiro de 1956.

[158] Os jornais demonstram também esta relação, por exemplo podemos ver em anexo D - o desenho de Neves de Sousa – Representação de indígenas trabalhadores (Camuenho e N'gana Naza) em casa dos patrões. In: Jornal A província de Angola- diário da manhã. Quarta-feira, 1 de julho de 1942. Por outro lado, é possível observar esta relação, a partir do artigo “*O que não é segredo não se pode descobrir”. A imprensa e o cotidiano colonial em Luanda*. Neste artigo Andrea Marzano (2018) analisa jornais do universo colonial, representações dos indígenas e da sociedade colonial nas décadas de 1930 e 1940, demonstrando pressões segregacionistas e ideias contrárias à assimilação.

[159] Em Luanda é conhecido por Man Garras, seu nome de registro é João Manuel Joaquim.

> Eu conhecia todo Marçal, e me lembro que eu ia comprar pão no Kinaxixi, na padaria Bailundo, ali no BCI no Escoqueiro, eu descia até nos Escoqueiro para ir comprar pão. Era a padaria dos Bailundos, era só mesmo para os Bailundos, isto, porque, esta padaria se encontrava na zona dos europeus, estes, possuíam muitos criados, muitos deles até frequentavam a padaria; os criados que limpam o chão, à lavadeira, o lavadeiro, e o cozinheiro. Eu como miúdo na altura, descia para esta zona, assim como outros rapazes, íamos buscar comida nos nossos familiares que trabalhavam em casas dos patrões, mas para se deslocar até a esta zona, era necessário andar com um termo, ou seja, um documento a dizer que eu trabalho numa determinada casa naquela zona da cidade. Mas na cidade bastava alguém ver a sua indumentária, e se tivesses de chinelo, automaticamente identificam-te, e diziam "olha este é um criado", mas se tivesses bem-vestido, pediam-te um documento, e caso não tivesses um documento que te identifica, "és bandido[160]". (MAN GARRAS, 2021).

O *livro de conta corrente por conhecimento da cobrança da Taxa anual de residência de indígenas* mostra claramente estas relações, entre o trabalho, o patrão, a cidade e o "indígena" como mão-de-obra barata, um assunto que já tivemos a oportunidade de falar superficialmente no subcapítulo passado. Por outro lado, o livro mostra claramente como o indígena era controlado na cidade de Luanda, mesmo se por acaso, o indígena vivesse como criado em casa do patrão, também era obrigado a pagar a taxa anual. Este dispositivo de controlo e de disciplina se dispunha também em recolher às impressões digitais e dados sociodemográficos dos tais ditos indígenas na cidade.

Por outro lado, podemos ver o caso de Maria Dornellas que chegou em Luanda, proveniente da metrópole, ficou espantada como as pessoas tratavam os tais ditos indígenas:

> E, ao nascer do sol de uma sexta-feira de julho de 1952, acostara em Luanda. Com mais ou menos dificuldade, conseguira manter-se ao lado do marido — não ia agora desanimar por causa de um percalço. Sem reclamar, encarregou-se de encontrar casa para a grande família que queriam construir. (…) Na Rua de Sá da Bandeira, no Bairro do Café. Confortável e espaçosa, tinha um bom jardim, quatro quartos, sala, cozinha, despensa e uma varanda a toda a volta. Havia ainda garagem e anexos para os empregados. Como não conhecia a cidade, pediu ajuda a uma amiga da mãe para lhe encontrar pessoal. Se fizerem algum mal, vais ao chefe de posto e resolves com ele como os castigas.» Ouviu, calou e nunca fez queixa. Tratou apenas de distribuir tarefas a cada um: o cozinheiro entrava às 9h00, preparava o almoço, saía para uma pausa depois da refeição e voltava ao trabalho a tempo de fazer o jantar. A lavadeira aparecia de manhã cedo e ocupava-se de toda a roupa, limpezas e arrumações. Havia quem preferisse as criadas brancas para estas funções. Maria nunca fez questão. Com o tempo, os Dornellas acabaram por contratar ainda um criado de mesa e outro de jardim, que acatavam ordens do cozinheiro, o superior hierárquico do pessoal doméstico. No dia em que os conheceu, Maria recebeu de cada um o respectivo Cartão do Indígena, documento de identificação de uso obrigatório

[160] Entrevista feita ao Man Garras, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 20/01/2021 em Luanda – Rangel.

> onde os patrões deviam atestar, com uma rubrica diária, a assiduidade dos nativos. (…) Quando conheceu a fundo todos os contornos do Estatuto do Indigenato, ficou ainda mais chocada. «Se os negros fossem apanhados sem os cartões, iam para o posto e tinham de esperar que os patrões os tirassem de lá, se assim o entendessem. Caso contrário eram obrigados a ir para as fazendas.» (GARCIA, 2016, p. 96-97).

Voltando para o livro de registro, o que nos chamou atenção é o número de variáveis contidos nele, que se ocupam em alistar a data em que o "indígena" obteve o bilhete de identidade, bem como o nome do seu patrão, os valores cobrados pela taxa anual: (importância que rondavam entre 60,00$ a 150,00$ Angolares), e por último o registro da sua situação atualizada na cidade, nesta variável encontrámos algumas categorias: "deixou de ser criado"; "presta serviço na estação de ferro"; "fugiu"; "despediu-se".[161]

Para além deste livro de registro, surgiram outros dispositivos de controlo, que interessavam sobretudo à administração, à estatística e à segurança: o que foi denominado por "caderneta indígena" - um documento que disponibiliza informações: com dados pessoais e familiares, informações de receitas, comprovantes anuais do imposto e registro dos contratos de trabalho e anuências administrativas de deslocação para fora da área de residência (NETO, 2010).

No ano de 1914[162] assinala-se a introdução de um novo regulamento geral dos indígenas nas colónias portuguesas. Uma lei que revogou toda legislação promulgada sobre o trabalho indígena anterior a este novo decreto, em 1917, é criada a Portaria do Assimilado[163], instrumento que criou distinção jurídica e hierarquizada entre indígenas e não indígenas, os chamados assimilados (este documento foi alvo de

[161] Códice nº. 7824 – Arquivo Nacional de Angola – ANA.

[162] Claramente este regulamento geral do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas, captura o indígena, a partir de um quadro mais afinado em matéria de exploração em relação aos outros diplomas que estavam vigentes até a data da sua publicação. Podemos ver a forma como este dispositivo, não deu margem de escolha ao indígena, a não ser, aceitar a sua condição e o seu corpo para o trabalho forçado. O seu Art. 1.º, diz o seguinte: Todo o indígena válido das colónias portuguesas fica sujeito, por esta lei, à obrigação moral e legal de, por meio de trabalho, prover ao seu sustento e de melhorar sucessivamente a sua condição social. O Art. 2.º Todo o indígena válido que não tiver domicílio certo, nem meios de subsistência; nem exercer habitualmente alguma profissão, ofício ou outro mester em que ganhe a sua vida nos termos do artigo 1.º; não provando necessidade de força maior, que o justifique, de se achar nestas circunstâncias, será julgado pelo curador de serviçais e colonos, administrador do respectivo concelho ou circunscrição civil, ou se fôr pelo capitão-mor respectivo, conforme os casos, e, condenado, será entregue à autoridade administrativa, que lhe poderá fornecer trabalho pelo período que entender conveniente, dentro da área do respectivo distrito, por um espaço de tempo não inferior a 3 meses, nem superior a um ano. In: Regulamento geral do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas – Decreto N.º 951, 14 de outubro de 1914.

[163] Portaria Provincial nº 317, de 9 de janeiro de 1917, publicado no Boletim Oficial nº 02/1917 e decretado pelo então Governador-geral Álvaro de Castro.

críticas por parte das elites africanas, chegando a considerá-lo como racista, rígida, restritiva e acima de tudo inconstitucional. Em 1926, o governo colonial português criou condições para poder operar na diferenciação no seio dos “nativos” proclamando o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (estatuto do Indigenato).

O estatuto do Indigenato vigorou até o ano de 1961, durante o seu tempo de proveito, foi alvo de três diplomas específicos: o primeiro, como já nos referimos acima, foi criado em 1926. O segundo em 1929 – Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas. E o terceiro em 1954 – Estatuto dos Indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. O Acto Colonial alicerçou[164] os três diplomas que acabamos de citar, nele, cingiu um projeto político que possibilitou abertura de uma nova fase na administração colonial imperial centralizada. O diploma também indicava as diferenças de direitos e deveres entre os nascidos na metrópole e nas colónias e entre os assimilados e os tais ditos indígenas (MATOS, 2006).

O Estado Novo fomentou um centralismo, que funcionou a partir de autoritarismo político, administrativo e económico. Por isso a partir de 1926, assinala-se a um novo paradigma, que se encaminhou para um processo gradual de reformas significativas no aparelho do estado colonial português. Pimenta (2014, p. 252) assinala por sua vez, que o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e de Moçambique impediu a cidadania portuguesa à maioria da população negra. Em 1930, o Acto Colonial excluiu os vestígios da descentralização republicana e impôs definitivamente o período do centralismo salazarista.

Consumada a proclamação do estatuto do Indigenato, a discriminação racial nas colónias portuguesas foi ratificada e legitimada, logo o cidadão de origem europeia, neste caso o branco era aceite como cidadão e civilizado, já o negro ou o mestiço tinham que solicitar e cumprir com um processo administrativo burocrático, para possuir este estatuto. Sem estes pressupostos o nativo estava limitado aos direitos mais elementares do homem (direitos à educação; saúde; deslocação; habitação; exercício da atividade comercial, pertença de terras etc.).

[164] Também podemos assinalar que o Acto Colonial, de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português, de 1933, e a lei da Reforma Administrativa Ultramarina, também de 1933, permitiram o estabelecimento de uma unidade política, que significou uma centralização política, por oposição à maior autonomia que a república tivera autorizado (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p. 196).

As estruturas do estatuto do Indigenato apoiaram integralmente na questão do mito da inferioridade do homem africano[165], vários símbolos foram criados e posteriormente incorporados na estrutura do referido mito: (o primitivo, o preguiçoso, o indolente), em oposição o colonizador que veio para África libertar o africano. Portanto, é a partir deste ponto, que se funde e se enuncia a definição de "indígena", embora que se admita, que, qualquer que seja o exame feito com o interesse de entendemos às relações daqueles que não são considerados "indígenas" em relação com aqueles considerados como "indígenas", agrupá-los numa sociedade "equilibrada" em termos de direito e deveres. O trabalho como variável, terá um papel importante para podermos mensurar a situação colonial e a questão do "indígena", cujo resultado, poderá se aproximar num princípio de que o estatuto do Indigenato, não deve ser entendido sem o código do trabalho, o indígena é a sua "base" e o "seu fundamento" (CRUZ, 2005).

Neste sentido, podemos ver como o estatuto de 1929[166], no seu artigo 2º, o seu legislador descreveu que não indígenas eram todos aqueles de qualquer raça que não fossem considerados indígenas. Em 1926 o Estatuto Político, Civil e Criminal dos indígenas de Angola e Moçambique, no seu artigo nº 2, define que o indígena eram todos aqueles de raça negra ou dela descendentes que pela sua ilustração e costumes se não distinguissem do comum daquela raça.

Na prática e na sua funcionalidade, esta política[167] era orientada no sentido da manutenção de uma situação económica atrasada aos angolanos, restringindo a mobilidade social e segregando as populações, desta forma, efetivou-se a crescente exploração colonial (CASTRO, 1980, p. 72). O estatuto do Indigenato de 1926 é fruto da anterior república de 1911-1926, redefinido no período que vai de 1926 -1961, que

---

[165] Sobre os mitos de inferioridade sobre a raça negra ver: A *Máquina de Dúvidas*, livro de Adriano Parreira. Podemos ver também em Mauro Moutinho, na sua obra: *o indígena no pensamento colonial português (1895 – 1961)*. Neste trabalho Moutinho (2000) consegue trazer outros símbolos que alimentaram os mitos sobre o "Outro" - o indígena: primitivo, inútil, egoísta, comodista, rebelde, ambicioso, boçal e revoltoso.

[166] Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, promulgado por Decreto – Lei n.º 16473 de 6 fevereiro de 1929.

[167] Uma política indígena imbuída da razão colonial, neste sentido surge como contraponto um artifício uniformizador, cujos resultados eram nulos. Por isso, havia necessidade de se aplicar uma ordem para doutrinar e instruir os indígenas, e isto só era exequível a partir de uma delimitação. A solução passava também por uma administração assimiladora – "espiritual e nacionalista". Para ser mais precisa, esta política tinha de atuar nos seguintes domínios: na diferença no ensino, na diferença nas condições de trabalhos e salarial, na diferença de horário de trabalho, na diferença de trabalho, na diferença da alimentação e diferença na habitação (CRUZ, 2005, p. 95).

estabelecia tarefas, direitos aos indígenas e possíveis vias para a saída do estatuto de “indígena” para o estatuto de “assimilado”. Por isso, no princípio deste subcapítulo tivemos de fazer um recuo e olhar as estruturas presentes nos (decretos) que são provenientes do século XIX e as continuidades e descontinuidades destas estruturas vão até 1961 com a revogação do estatuto do Indigenato.

Se o estatuto do Indigenato foi abolido em 1961, como ficou a questão do código do trabalho que era a sua “base” e “fundamento”? Já existem outras perspectivas, sobre a revogação do estatuto do Indigenato, para aqueles que continuaram a examinar esta questão, olhando para o antes e, para o depois, e sobretudo para as estruturas que continuaram atuando sobre a questão do “indígena”, podemos assinalar que o Indigenato “não foi abolido até 1961, juntamente com as culturas obrigatórias, e o trabalho forçado foi formalmente proibido na reforma de 1962. Foi mais cosmético do que eficaz, mais planejado do que realmente realizado” (JERÓNIMO, 2018, p. 29).

Apesar de que neste estatuto constavam elementos meramente subjetivos, na qual definia as metas a cumprir, dos quais um “indígena” viria a se tornar um “cidadão”. Critérios que estavam ajustados em três pilares: em primeiro, o trabalho, segundo a educação e terceiro o costume e moral indígena. Se examinarmos o estatuto de 1926 é possível observar a finalidade deste documento, contudo este diploma estava direcionado para “integrar” os “nativos” e não para assimilar (NASCIMENTO, 2013).

Neste contexto, se olharmos para o estatuto do Indigenato de 1926, no seu art.1º continha em primeiro lugar as garantias aos indígenas: (livres; seguros; defendidos; assistidos), em segundo lugar os objetivos gerais: (desenvolvimento das condições materiais e morais) em terceiro lugar ações: (instrução) e por último o objetivo final: (integração na vida da colónia para que se tornem elementos essenciais na administração portuguesa das colónias ultramarinas).

Como se vê, o estatuto de 1929 envolveu novos elementos, que nos chamam atenção, contudo, não foram tomadas medidas para restringir o impacto destes novos elementos sobre as populações, neste sentido aferimos dois elementos a se ter conta, o racial e o cultural, desta forma deixando os governos das colónias interpretarem ao seu belo prazer e de qualquer forma, logo o estatuto do Indigenato foi diversificado entre as províncias ultramarinas.

Com a decadência do Acto Colonial e do antigo Estatuto Civil, político e Criminal dos Indígenas de 1929, marcada por um debate fechado a favor da emergência de uma codificação oficial do “destribalizado”. O primeiro candidato a propor uma definição quase-jurídica do termo, que ele denominou “semi-assimilado” foi Marcello Caetano. Na realidade, tratava-se de uma primeira investida para integrar, através de uma categoria, a figura das pessoas à época consideradas “destribalizadas” na ordem jurídica do Estado. Em 1954, a resolução do projeto da revisão do Indigenato de 1929, o conselho Ultramarino declarou a favor da criação de dois regulamentos diferenciados: um para os tais ditos indígenas e outro para “destribalizados”, mas a proposta do enquadramento da categoria da destribalização foi indeferida pelo executivo, mas posteriormente foi aceite (CURTO, et al., 2016, p. 27).

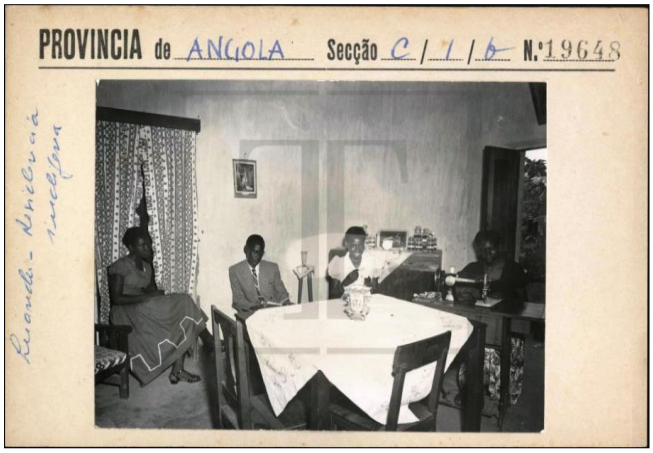
É notório até aqui, que o estatuto ao longo de décadas, propriamente entre os séculos XIX e XX, foi não somente sendo desenvolvido como atualizado, para a maquinaria do aparelho colonial, a assimilação dos indígenas era desejável apenas em utilidade e no teor do seu lucro (CRUZ, 2005). O Diploma legislativo nº 237 de 26 de maio de 1931, no seu artigo 1º, diz o seguinte:

> Por ser distinguir do comum da raça negra é considerado assimilado aos europeus o indivíduo daquela raça ou dela descendente que reunir as seguintes condições: 1º Ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra; 2ª Falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa; 3ª Adoptar a monogamia; 4ª Exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização europeia, ou ter rendimentos por meios lícitos que sejam suficientes para prover os seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e sua família. (Diploma Legislativo nº 237 de 26 de maio de 1931).

Como podemos observar, não bastava estar integrado no sistema capitalista colonial, ou seja, estar assimilado na *civita colonial*, era preciso estar conectado com o sistema cultural do colono, elemento que foi chave e aliado à questão da raça. É daí que surgem incoerências e obscuridades que se podem presenciar ao longo do processo da colonização, no que diz respeito à política indígena. Por exemplo, quando um indígena quisesse mudar de estatuto, deveria cumprir critérios e tinha a obrigação de mostrar a prova que está apto para passar para o outro status. O figurino aplica-se na questão da vistoria que as autoridades coloniais faziam nas casas dos indígenas (candidatos), para aferir se eles teriam ou não mesas e cadeiras, comeriam ou não com talheres (CRUZ, 2005). Na imagem abaixo, temos o exemplo de uma família,

pela percepção daquilo que a imagem nos mostra, aparentemente esta família já se encontrava no status de assimilada:

Figura 20 - Luanda residência de uma família considera assimilada.



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966| 019648- Luanda: residência indígena. https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4660550

Olhando para a disposição dos corpos presentes na figura 20, com naturalidade podemos afirmar que ela demonstra a propaganda do Estado Novo. É um tipo imagem que servia "aos interesses das autoridades metropolitanas pois mostrava os avanços civilizacionais dos portugueses em suas colónias" (NASCIMENTO, 2020, p. 108). Por um lado, esta imagem vai acoplar-se nas narrativas de Gilberto Freyre quando ele explica que na sua visita à Luanda, foi levado para constatar o cotidiano num bairro chamado indígena:

> Levaram-me a um dos chamados 'bairros indigenas'. Vejo algumas das casas não só por fora como por dentro. Sala de jantar, varanda, quarto de dormir, quarto de banho, cozinha, cada casa dos Muceques – é o nome do bairro abriga decentemente uma família de pretos, já em fase de assimilação. Noto, entre litogravuras de santos, fotografias de pretinhos em trajo de primeira comunhão. Também fotografias de pretos de gravatas e de óculos (FREYRE, *apud*, NASCIMENTO, 2012, p. 6).

Por outro lado, ela vai ao encontro da resposta do Man Garras (2021), quando eu lhe fiz a pergunta, se as pessoas que viviam nos musseques podemos considerá-los que viviam em bairros indígenas? Man Garras respondeu da seguinte forma[168]:

> Não, você viveu no musseque, agora aqueles que vivem no bairro indígena é outra coisa, mas você para ir viver naquele bairro indígena teu pai tinha que ser indígena de verdade. Por exemplo aquelas pessoas que viviam naquele bairro da Cacimba tinham que ter nome, o teu pai tem que ser alguém para passar como assimilado, enquanto, se por acaso o teu pai não tivesse o

[168] Entrevista feita ao Man Garras, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 20/01/2021 em Luanda – Rangel.

> bilhete de identidade, ele não passava para o estatuto de assimilado. (MAN GARRAS, 2021).

Talvez podemos ir na direção da resposta do Man Garras (2021), que de fato, para se viver nos bairros indígenas tinha que se ter um outro estatuto, o fato de seres "indígena" não te habilita a ser morador de um bairro indígena, visto que a posição social, económica e principalmente o estatuto do Indigenato, se constituíam como barreiras para muitos, digo isto, porque no *Boletim Geral das Colónias. XXII - 254 e 255 - Agência Geral das Colónias, Vol. XXII - 254-255, 1946*, encontro uma notícia do jornal *Da Lusitânia* dizendo que “o novo bairro a construir por determinação da CML, cujas casas são destinadas a assimilados, compõe-se de 16 moradias com duas divisões, 11 de 3, 6 de 4”.

Esta notícia que acabamos de ver no parágrafo anterior, assim como outras que fomos encontrando nos editais da CML, principalmente em jornais, vão ao encontro da necessidade de construção de casas económicas[169] para resolver o problema de habitação, mas se olharmos na prática até para se viver num bairro construído para os tais ditos indígenas, também tinha que se sair da condição de “indígena” para “assimilado” e, mesmo estando a morar no bairro, o “indígena” tinha que justificar a sua condição de “assimilado” sempre que era necessário, visto que estes bairros eram alvos de fiscalizações contínuas.

Voltando para a questão do Indigenato, é de realçar que até a revisão constitucional de 1951, momento em que a assimilação é legitimamente estatuída, o conceito de “destribalização” foi sujeito a leituras com compreensões muito vagas e até como sinónimo de assimilação. Até 1943, o fenómeno da destribalização já era conhecido tanto pelas elites administrativas coloniais portuguesas e internacionalmente, só uma década mais tarde foi fixado juridicamente, com a promulgação do Estatuto dos Indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, em 1954 (CURTO, et al., 2016). O que seria então um “destribalizado”

[169] No plano regulador de urbanização da cidade de Luanda de 1957, no regulamento no artº2- No interior do perímetro urbano, o Plano define as zonas na cidade. Vou destacar as zonas residenciais: a primeira – residencial, a segunda - residencial económica – destinada à construção de habitações de renda económica, a terceira – residencial especial – destinada à construção de habitações para “indígenas”.In: “Novo palno regulador” – 8ª repartição da Câmara Municipal de Luanda, 1957. Arquivo do IPEGUL- Pasta: U.5.

perante o “indígena”, aos cidadãos portugueses e aos “assimilados” nos preceitos inscritos no estatuto do Indigenato?

De acordo com Pelissier *apud* Cruz (2005, p.111) “os destribalizados eram os semi-civilizados, autodidatas, assimilados de fato, assimilados ocultos, falsos indígenas, indígenas evoluídos, evoluídos não assimilados”. Uma primeira questão de fundo mora na fixa negação da destribalização ou dos tribalizados enquanto figura dotada de personalidade jurídica própria, a par dos tais ditos indígenas, dos assimilados e dos cidadãos portugueses, neste sentido a posição relativa dos preceitos que regulam os indígenas destribalizados, no estatuto de 1954, concepção jurídica que já é admirável do ponto de vista histórico, isto porque, ao se nomear desde logo o indígena, aparava o sentido segundo o qual o “destribalizado”, desfrutava de direitos políticos diversos (CURTO, et al., 2016). A consagração desta categoria aparece articulada a jurisdição das autoridades administrativa:

> Artigo 21 Jurisdição exclusiva das autoridades administrativas exercerão por si sós jurisdição e polícia sobre os indígenas que deixarem de estar integrados nas organizações políticas tradicionais. (Decreto Lei-nº 39.66, de 20 de maio de 1954).

Por outras palavras, os indígenas “destribalizados” eram:

> Pretos ensinados nas missões ou a viver em fazendas, fábricas ou cidades que abandonaram a vida tribal e grande parte dos usos e costumes tradicionais para adoptarem um padrão de vista em que a prática de alguns hábitos europeus se mistura com a persistência de traços característicos ainda da maneira de ser gentio e que, por isso, embora já dissociados das tribos primitivas, não deixaram de ser indígenas. (CAETANO, *apud*, CRUZ, 2005, p. 111-112)

Com o aumento da população, sobretudo de brancos na colónia e consequentemente o surgimento de tensão entre as fronteiras do asfalto com o musseque está na base da inclusão de um novo grupo no estatuto de 1954: a dos assimilados. O crescente número de “destribalizados” nos centros urbanos provenientes do interior, fez com que surgisse uma outra categoria, a dos “novos assimilados”.

Como exemplo podemos recordar da história de Ilda (2021). Muitos foram os indivíduos que abandonaram suas famílias no interior de Angola e se instalaram nos centros urbanos, mas existiam outros que continuavam a manter relações estreitas com o campo e a cidade. Para as autoridades administrativas, era um problema, por isso, Silva Cunha admitiu que

> Em vez de o indígena continuar a ser o que sempre foi, acabava por querer adoptar os usos e costumes dos europeus. O mesmo, ciente de que a civilização do Branco é que era boa e, por isso, pretendendo imita-la acabava, isso sim, por ser tornar mera caricatura (grotesca o que ainda era pior) sendo ainda por cima indesejável, porque desestabilizador como solução, e visto que não havia deixado de ser indígena. (CUNHA, *apud*, CRUZ, 2005, p. 112).

Silva Cunha vai mais longe no seu pensamento, explicando que a conveniência de lhes manter, neste caso os "indígenas", com os seus grupos tradicionais, asseguraria assim uma linha de evolução, o que passaria como exemplo por "acantonamentos" ou na "criação de bairros indígenas" (CRUZ, 2005). Por outro lado, falar dos destribalizados é falar de muitos indivíduos que se estabeleciam ao redor da cidade branca, provenientes do sertão, era de fato um problema complexo para a população europeia[170] em termos de coabitação, isto na nossa perspectiva, mas as autoridades colónias alegaram que os problemas se estenderam para outros fóruns: de natureza sanitária, policial, política indígena e de urbanização.

Na verdade, com a coabitação entre grupos antagónicos na cidade, existiu de fato, um certo medo na cidade de Luanda, uma vez que já se circulavam em certos circuitos, ideias revolucionárias contra o domínio colonial[171]. Portanto, o crescimento da população urbana de Luanda pode ser visto no espaço colonial, a partir da reunião de grupos somáticos[172], por isso, o crescimento da população considerada "indígena" no centro de Luanda, "pode figurar a percepção de ameaças políticas, económicas e culturais ao domínio branco" (NIGHTINGALE, 2012, tradução nossa).

---

[170] Podemos demonstrar com um decreto o fato de que era um problema para as autoridades coloniais, encontrar um equilíbrio entre a cidade e o rural. Portaria n.º: 17033, do Ministério do ultramar, publicada no Boletim Oficial nº 8, de 25 de fevereiro de 1959: Junta das missões Geográficas e de Investigação do Ultramar. Comissão Executiva. Tendo em vista os planos de estudo de investigações do ultramar e no intuito de evitar duplicação de esforços: Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, sob proposta da mesma junta, extinguir a missão para o estudo da atracção das grandes cidades e do bem-estar rural no ultramar português, criada pela Portaria n.º 16160, de 6 de fevereiro de 1957. Ministério do Ultramar, 9 de fevereiro de 1959. – O Ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves. Para ser publicada no Boletim Oficial 'de Moçambique, Angola, Guiné e S. Tomé e Príncipe. – Vasco Lopes Alves.

[171] Armando Castro, no seu livro o *sistema colonial português em África – Meados do Século XX*, embora reconheça que a crescente instabilidade esteve mais assente em outras colónias, mas os portugueses começaram a viver entre o medo da pressão dos países imperialistas e as dos seus próprios povos coloniais.

[172] A composição da população de Luanda até 1960 estava distribuída por bairros administrativos. A população era composta por "brancos", "mestiços" e "pretos". Para mais informações ver: AMARAL, Ilídio do. **Luanda. Estudo de Geografia Urbana**. Luanda: Kilombelombe, 2015.

Mesmo em 1940, quando se começou a falar internacionalmente da questão da destribalização nos meios internacionais, Portugal posicionou-se com cautelas (medos), podemos ver alguns receios nas palavras de Mendes Correia (1943):

> Embora admitindo-se a transição para grémio civilizado, o regime proposto avizinha-se do de segregação adoptado por muitos países coloniais e que não está nas tradições portuguesas, tendestes, desde o começo da acção colonizadora, à existência de íntimo e cordial convívio entre os nossos e os indígenas. A verdade é que a destribalização brusca tem os seus perigos. (CORREIA, 1943, p. 615-617).

Com o crescimento da cidade e a situação colonial, o que se procurava, era de fato encontrar um modelo de enquadramento social dos tais ditos destribalizados, também vimos esta preocupação em Soares (1961). Por outro lado, podemos olhar para esta inquietação, a partir do fenómeno de ver indivíduos – (os tais ditos destribalizados), a não reconhecerem o poder das autoridades ditas gentílicas que se reduziram a um projeto de governação colonial, alicerçado no auxílio das elites. Por isso, os princípios construtivos sobre a questão do destribalizado, inscritas no dispositivo (Código do Indigenato), tinha fundamentos económicos e estabelecia que o destribalizado era o "Marginal", designação que os sociólogos escolheram chamá-los (CURTO, et al., 2016).

Os tais ditos "marginais", viviam entre os "cidadãos - o culto" e os "indígenas – o atrasado", ou seja, seriam o resultado direto da influência das missões, cidades, fazendas ou fábricas, que lhes cediam aparências visíveis de civilização, deixando ilesa uma arrojada variação de urbanidade. Neste caso, os tais ditos destribalizados, se diferem dos tais ditos indígenas em evolução, que levavam uma vida no sertão ao abrigo do sistema imposto pelos colonos e notáveis influências do contacto europeu. Mas a doutrina reconhecia uma forte base económica e empregava termos pedidos emprestados à sociologia, ou seja, a lei restringia o enquadramento social do destribalizado a um problema de ordem política (CURTO, et al., 2016, p. 28).

Por isso, volto a olhar para algumas questões que foram colocadas neste turno, como construir casas, bairros e outras infraestruturas para acudir esta massa de "indígenas" que passavam a ser vistos por destribalizados e que se estabeleciam na cidade de Luanda? Dar respostas para estas questões, nos colocaríamos na pele dos atores do urbanismo ao serviço do poder colonial, mas é perceptível que, construir casas para os tais indígenas ou para os tais ditos destribalizados, passava a ser visto como um problema de ordem política e de urbanização.

Com o crescimento da cidade e o seu desenvolvimento[173] era necessário arrumar (a casa), ou seja, os bairros a partir de “linhas rácicas”, era preciso construir instituições e instrumentalizá-las, mediante daquilo que a população oferecia em termos da cor da pele, muitas destas práticas, para o contexto colonial português, era feito de forma “camuflada”, diferente do regime da vizinha África do Sul que às práticas como a separação era oficial, em termos políticos e legais, gerando a segregação social e racial. Olhando para a situação colonial portuguesa, também é possível ir na direção de uma realidade segregacionista, mas é necessário a inscrição de uma aproximação com a realidade da África do Sul, neste contexto, darei três exemplos:

O primeiro dá-se a partir da construção do hospital para os indígenas em Luanda, já tivemos oportunidade de falar sobre o assunto por duas ocasiões, em *os indígenas entre a expropriação e a construção do Hospital indígena de Luanda: fomento urbano e demolições*[174]; este trabalho teve como foco estudar o tratamento dado ao indígena face a expropriação e a construção do hospital indígena no terreno do musseque Rangel em Luanda. Por outro lado, procuramos compreender as reais motivações para a construção de um hospital para os ditos “indígenas” na cidade de Luanda.

Os trabalhos de Morna (1944) e Agostinho (2017) abriram pistas e perspectivas para um entendimento em senso comum na questão da expropriação de terrenos e na construção do hospital para os tais ditos indígenas. Neste sentido o livro de memórias de Morna (1944), chamou-nos atenção pelo fato do autor no capítulo IV, abordar questões sobre a política indígena. Morna (1944) faz menção aos bairros

---

[173] Se olharmos numa perspectiva o crescimento da cidade e o seu desenvolvimento a partir de uma análise urbana: o crescimento seria entendido por aglomeração de um conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico, isto é, a partir de sua inscrição material no território. O desenvolvimento seria então o aumento do potencial econômico ou a ampliação do papel institucional da aglomeração (PANERAI, 2006, p. 51). O crescimento como o desenvolvimento são variáveis que se inscrevem nos trabalhos de Mourão (2006) e de Ilídio do Amaral (2015), autores que analisam o espaço urbano de colonial de Luanda, priorizando nos estudos variáveis como: o crescimento da população, as edificações, os serviços, actividades económicas, entre outras. Falar das relações entre crescimento e desenvolvimento de uma cidade é caminhar em torno de afinidades complexas para se entender a cidade.

[174] Primeiramente no capítulo da coletânea: Os “indígenas” entre a Expropriação e a Construção do Hospital Indígena de Luanda: Fomento Urbano e Demolições. In: ANTONIO, Edna Maria Matos; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Cultura, Memória e Poder: História e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021, p. 73-97. Em segundo lugar, os “indígenas” entre a Expropriação e a Construção do Hospital Indígena de Luanda: Fomento Urbano e Demolições. In: XIII Encontro Estadual de História: 'História e Mídias: narrativas em disputas. Recife: ANPUH-PE, 2020.

indígenas em particular, a obra do bairro indígena de Luanda, que ele acompanhou desde a sua fundação aos retoques finais das casas, a regularização das amplas e magníficas artérias, arruamentos e arborização, para o autor:

> A construção de Bairros indígenas junto dos centros urbanos, independentemente do alcance social que traduzem para a população nativa, reverte ao mesmo tempo em vantagem da população europeia, a quem os hábitos e costumes não permitem que as habitações indígenas se misturem com a construção citadina destinada a brancos. (MORNA, 1944, p.183).

Olhando para o relato supracitado, podemos dizer que este bairro construído sobre a consideração de Morna (1944) foi edificado próximo do musseque Rangel. Neste sentido, a intenção era construir uma autêntica cidade para os tais ditos indígenas. O projeto contemplava escolas, igreja, casas, hospitais, infantários e esquadra de polícia. Ao localizarmos os hospitais construídos no período colonial em Luanda, o hospital para os indígenas localiza-se no musseque Rangel e estava muito próximo do local onde estava o projeto para a construção da grande cidade para os indígenas. Portanto, achamos que para este processo da construção de hospitais, também houve o afastamento[175], expropriações de terrenos, derrubes de casas a favor da CML.

Como consequência, toda intervenção urbanística feita em Luanda a favor do alargamento da cidade como vimos na abertura do subcapítulo em questão, a prioridade passava em dar tratamento aos indígenas.[176] A cidade colonial de Luanda foi se consolidando com a figura do musseque. Os musseques foram crescendo ao longo dos tempos, como resultado, surgem as expulsões sucessivas dos nativos para as zonas periféricas. Este movimento de expulsões foi muito acentuado no século XX.

---

[175] Gerald Bender (2013) vai dizer que os africanos foram deslocados não só dos mercados e empregos, mas também das áreas residenciais. Como o número de brancos cresceu nos centros urbanos, a "cidade branca" começou a alargar os seus limites para os musseques. Em Luanda, por exemplo, foram tantos os brancos que construíram casas e lojas clandestinas nas áreas habitadas por africanos que, pelo menos, quatro musseques desapareceram completamente (Bairro Operário, Viúva Leal, Caldeira e Burity). As casas clandestinas – ou casas construídas em terreno que não pertencia ao construtor, sem licença de construção etc. - contava-se aos milhares. Depois de terminadas, eram quase invariavelmente ligadas às redes municipais de águas e de esgotos e frequentemente eram "legalizadas", quando mais não fosse ao menos pelas receitas obtidas pelos serviços municipais e pelo fisco (BENDER, 2013, p. 389).

[176] A expropriação de terrenos foi um elemento indispensável para materialização do plano de urbanização de Luanda, como nos confirma o Engenheiro Rogério Cavaca: as expropriações serão resumidas ao indispensável. – Sr. Engenheiro, não ficará dispendiosa a execução dos planos de urbanismo, com as expropriações de terrenos ocupados e construções. – A luz do critério exposto, há que naturalmente resumir as expropriações ao que for estritamente indispensável, procurando fazer-se mais uma urbanização prática e utilitária, que uma urbanização com excessivos requerentes estéticos e monumentais. "Editorial" In Jornal A província de Angola - diário da manhã: 25 de outubro de 1945, Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

O indígena era constantemente “empurrado” para fora da área urbana, este fato pode ser comprovado com a construção do hospital indígena, que numa primeira fase denominou-se de Hospital para “Indígenas”, posteriormente foi atribuído o nome de Hospital do São Paulo e atualmente denomina-se por Hospital Américo Boa Vida.

A construção do hospital para os tais ditos indígenas em Luanda começa no período, onde o desenvolvimento urbano era caracterizado por uma construção de edifícios importantes que mais tarde definiram a estrutura urbanística da cidade. O ano de 1951 é o ponto de partida para se pensar na expropriação, conforme consta num relatório da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, enviado ao senhor José Agapito da Silva Carvalho, Governador-Geral da Província de Angola[177]:

> O assunto de expropriação de 18,6 hectares de terreno no musseque Rangel arrasta-se desde 11 de abril de 1951, data que foi aprovada a escolha do local para a construção e reserva do Hospital Indígena, que mais tarde passou a ser designado Hospital de S. Paulo. Por despacho da mesma data foi determinado que pelos serviços de obras públicas fosse promovida a aquisição dos terrenos abrangidos na referida área. (Hospital do indígena (H.S.Paulo), expropriação do terreno – AHA – Cota: 19.3.94).

No ano de 1951 precisamente no dia 30 de maio é publicado a portaria nº 7.477, expondo com urgência e de utilidade pública a expropriação dos terrenos compreendidos pela reserva e construções nela existente, e determinando que ela fosse feita nos termos do Decreto nº 30.065, de 17 de novembro de 1939 e mais a legislação aplicável.[178] Em 5 de Junho de 1951 solicitou-se a intervenção dos Serviços Geográficos e Cadastrais no sentido de ser organizado o cadastro da área referida. Trabalho este, que foi apresentado em 18 de janeiro de 1952, conforme consta no relatório cadastral e da planta anexada junta. Dos documentos fornecidos pelos Serviços Geográficos e Cadastrais não constam as dezenas dos “indígenas” que aí tinham as suas cubatas e que, entretanto, tiveram que ser demolidas para não

---

[177] O Boletim Oficial de Angola, I Série – número 21, Quarta-feira, 30 de maio de 1951. A portaria n.º 7.477: Declara urgente e de utilidade pública expropriação pelo Estado, dos terrenos e construções existentes no Muceque Rangel, para construção do Hospital Indígena de Luanda. Foi ouvida a secção permanente do conselho de Governo que lhe são atribuídas pelo artigo 31.º de Acto colonial e pelo n.º 19 do artigo 33.º da carta orgânica do Império colonial português, determina:
1.º É declarada urgente e de utilidade pública a expropriação pelo Estado dos terrenos e construções existentes compreendidos dentro da área de 20 hectares sita no Muceque Rangel, definida na planta de localização aprovada, e segundo as demarcações feitas no terreno.
2.º A expropriação das propriedades referidas ao número anterior será feita nos termos do Decreto n.º 30:065 de 17 de novembro de 1939 e mais legislação aplicável.

[178] É de realçar que devemos olhar este decreto, a partir de uma estrutura na longa duração, isto a partir do ano de 1912, o governador de Angola na altura era Norton de Matos. Os efeitos desta portaria são vistos em 1951, com a expropriação de terrenos, embora ela entrou em vigor pelo decreto nº 32:098 de 22 de junho de 1942.

embaraçar as obras de construção do Hospital, pagando, é claro, as respectivas indemnizações.[179]

Mas as narrativas de Ilda (2021) nos trazem outros dados acerca desta questão das indemnizações. Segundo Ilda (2021) o Estado naquela altura quando expropriava não dava nada, por exemplo “o branco olhava para o Sambizanga e para o Rangel, falava olha vocês devem sair daqui, mas não dava nada, não indemnizava, não faziam nada”. Ainda neste assunto de expropriação, para o meu espanto como entrevistador, em seguida levei uma chamada atenção de Ilda (2021):

> Oh Yuri, esta coisa de afirmar que o branco indemnizava, tiraste de onde? Se estás a tirar destes documentos que me disseste que encontraste no arquivo, meu neto é mentira, o branco não indemnizava. (ILDA, 2021).

Esta chamada de atenção de Ilda (2021) indiretamente é um alerta para nós historiadores, sobre a condição do historiador e a fonte. Para o caso concreto sobre a construção do hospital para os tais ditos, Ilda (2021) não nos disse que para o hospital não houve indenização, na nossa perspectiva pode ter acontecido indemnizações porque o documento/fonte traz uma série de camadas que podem ser validadas como dado/fato, mas na maioria das vezes quando houvesse a necessidade de expropriação a favor do Estado não acontecia indemnizações, digo isto porque na análise dos jornais, consegui ver muitos editais de venda de terrenos e também notícias relacionadas com a questão de expropriações de terrenos ou uma parte de terrenos a favor do Estado, para se poder construir estradas ou outros objetos urbanos.

Quando entrevistei o Man Garras, ele também falou sobre a construção do Hospital do São Paulo:

“Eu vi a construírem os blocos e o Hospital do S. Paulo, era um lugar onde as pessoas estavam com medo de ir, isto porque morria muita gente. Morreu em 1954 a mãe de um amigo meu, o Santana”. Aí, eu perguntei, mas morria muita gente por quê? Não tinha médicos? Mas não dava para as pessoas se deslocarem ao Maria Pia ou num outro Hospital naquela altura? Man Garras respondeu da seguinte forma[180]:

> Dava, mas quem é você? Se nos hospitais existia divisão e no cemitério também tinha. No Alto das Cruzes, enterrava-se o preto de um lado, e enterrava-se o branco do outro lado. Se você for ao cemitério, vai ver, até

[179] Ver: documento anexo E - Construção do Hospital para os Indígenas e a expropriação de terrenos.
[180] Entrevista feita ao Man Garras, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 20/01/2021 em Luanda – Rangel

> existia uma barreira, eu tive um irmão que foi enterrado lá, aí onde está a embaixada americana. Nos cinemas também existia isso, mas era pior. O branco não indemnizava, eu por exemplo saí daqui, para ficar próximo daqueles prédios do Caputo, à minha avó partiram um bocado da casa dela no Marçal, houve um pouco de exigência, depois pararam mandaram aguardar, dizendo que não iriam partir, depois tiraram-nos daqui e nos levaram no Cazenga. Agora me pergunta o que nós levamos? Só pau e chapa, a casa de madeira que a minha avó construiu na Terra Nova tive que tirar os troços e meti aqui atrás, no terreno do meu avô; o velho Marcolino foi avô do Marcolino Moco. Não nos deram dinheiro, levamos o quê? Só levamos o que estava no quintal, fomos para o Cariango onde eu morei, você é preto vai viver depois da Linha férrea, aqui onde estamos agora não tinha casa. (MAN GARRAS, 2021).

Continuando com assunto da Indenização, assim, conforme consta das relações nºs 1 a 8, organizadas no período que vai de 5 de julho a 14 de novembro de 1951, foram pagas por um intermediário, neste caso o chefe do posto dos musseques. As indemnizações rondavam no valor de 20.845$00 correspondendo ao pagamento de 148 “indígenas”. As expropriações relativas à área destinada para os tais ditos Indígenas foram feitas com base na arbitragem conforme manda o decreto nº 30.065 de 17 de novembro de 1939. Por outro lado, as expropriações foram finalizadas de acordo amigável entre proprietários ou os seus representantes.

Mas no decorrer dos anos foram aparecendo pessoas a reclamarem a titularidade dos espaços. Julgamos que as expropriações feitas decorreram num processo excessivo de grande burocracia que acarretou problemas de índole financeira. Visto que até no primeiro semestre de 1957 a operação de indemnizações não chegou a ser concluída. A partir de setembro de 1957 criou-se condições para o pagamento de casos pendentes e conjuntamente arrancou a última fase das obras do hospital, sendo concluídas no mesmo ano.

Com base naquilo que os documentos instituem, concernente a questão da construção do hospital para os indígenas, podemos afirmar com seguridade que se precisava de um hospital de referência para os cuidados dos tais ditos indígenas, o local onde foi edificado o hospital, estava ocupado por casas e cubatas, portanto, era um local próximo ao destinado projeto da cidade para os tais ditos indígenas em Luanda, que já possuía alguns bairros indígenas edificados.[181]

Neste sentido os hospitais para os tais ditos indígenas deveriam estar edificados numa área ligada às grandes concentrações de massas, isto é, em

[181] Por exemplo o bairro indígena da Cacimba já estava edificado e albergava muitas famílias.

musseques longe da zona destinada à população europeia. A localização do hospital para os tais ditos indígenas, o nome atribuído ao hospital, as funções do hospital em relação a cidade de Luanda, as populações destinadas para o hospital, leva-nos a certificar categoricamente que o projeto da construção do hospital indígena teve um cunho social, mas se olharmos para outras questões ele teve uma relação estreita com o racismo/segregação.

O segundo exemplo vai para a questão da construção dos cinemas, portanto, a segregação repercutiu-se na organização espacial da cidade de Luanda (NASCIMENTO, 2013), foi habitual esta prática[182], o fato atesta que o surgimento de instituições para o âmbito social em Luanda, foram concebidas para o fomento. Todavia estas instituições serviram de instrumento[183] para poder separar as populações, a título de exemplo, como dissemos anteriormente, a construção de cinemas, fez com que na funcionalidade e utilidade, fossem distribuídos segundo as linhas rácicas, ou seja, cinemas para os tais ditos: “brancos”, “assimilados” e para os “indígenas”.

Os cines 1º de Maio e o Nacional, com as localizações na zona baixa de Luanda eram frequentados por “brancos”, já o Cine Ngola e o Colonial eram cinemas exclusivos para os “indígenas”, localizados em áreas periféricas onde concentrava-se uma grande massa de indígenas. Podemos correlacionar estes fatos em primeiro lugar, com as narrativas de Antero Abreu numa entrevista dada a Michel Laban (2002) no projeto denominado por *Angola- Encontro com Escritores*:

> Antes de 61, os indígenas só podiam ir ao Cinema Colonial, e no Cinema Nacional viam o filme atrás do écran, atrás da pantalha, com as legendas ao contrário… também não admira, a maior parte deles não sabia ler! A taxa do analfabetismo era grande. Havia a sala e havia um lugar para os indígenas atrás do pano do écran – ouviam-se, do lado de lá, as gargalhadas e os rumores que faziam os indígenas… até certa altura, porque depois acabaram com isso. Depois fizeram um cinema para eles só, o Cinema Colonial, aonde os brancos podiam ir, embora fossem olhados de esguelha pelos policiais, pelos porteiros: «O que vem aqui um branco fazer?» Os brancos podiam ir, mas os pretos, os indígenas, não podiam ir aos cinemas da baixa, a não ser os assimilados…Mas assimilados havia meia dúzia! Era uma situação

[182] Mesmo antes da era facista, Portugal geralmente praticava na África uma política de segregação, sobretudo após 1910. Esta política relegava o autóctone ao fundo da estrutura social. (DIOP, 2010, p. 74).

[183] Vasco Vieira da Costa afirma em New Directions in African Architecture, de 1969, que o historiador (do movimento Moderno Africano) identifica os edifícios escolares como o grande campo de investigação para o desenvolvimento de uma arquitetura de matriz própria: moderna e africana. Embora pesquisas recentes tenham demonstrado que os edifícios escolares obedeciam frequentemente a propósitos colonialistas (TOSTÕES, 2013, p. 218).

> dramática, uma situação terrível… Coisas tremendas… (ABREU, *apud*, LABAN, 2002, p. 254).

Em segundo Lugar com a notícia do Jornal *A província de Angola* (ver: documento anexo F) - a inauguração do cine colonial[184], um lugar exclusivo para os tais ditos indígenas:

> O populoso bairro dos musseques, onde se concentra a massa indígena e algumas centenas de famílias europeias e nativas civilizadas, foi dotado pela empreza do Nacional com uma esplendida casa de espetáculos, essencialmente destinada a indígenas, mas onde, pelas suas características e pelo conforto de que a rodearam os seus construtores, há lugar para europeus e civilizados. Pode mesmo sem favor e esta opinião a ouvirmos de pessoas viajadas e categorizadas considera-se o «cine – colonial» como o melhor, no seu género, construído em Africa, ao sul do equador. Tivemos há dias ocasião de assistir a uma experiência de projecção, da qual viemos agradabilissimamente impressionados, quer no som, quer na imagem, quer na frescura da sala e seu relativo conforto, se notam os cuidados postos na construção dêste cinema, que é de considerar um bom melhoramento citadino. Se é caso para se felicitarem os habitantes do Bairro, não deixam também de ser justíssimas as felicitações á empresa do Nacional pela sua iniciativa que desejamos seja, como é digna, materialmente compensada. Na secção de estreia, além dos habituais complementos exibe-se, como ontem noticiamos, o magnifico filme de aventuras «Legião de Atiradores». A sessão começa às 21 horas. (Jornal a *província de Angola*, 23 de fevereiro de 1940).

O terceiro exemplo, direciona-se para a questão da planificação da cidade de Luanda, em consequência do seu crescimento rápido, é um assunto que também já tivemos a oportunidade de articular em *os «indígenas» entre o dualismo e a segregação no espaço urbano de Luanda, 1930 – 1960*. Neste artigo é possível observar como o indígena foi tratado quando a cidade fosse apreciada com base na implementação de um plano diretório urbanístico para sua realidade e para o seu futuro. É daí, que em 1940 a CML resolveu em princípio abrir um concurso para recrutar, por meio de contrato, um arquiteto – urbanista:

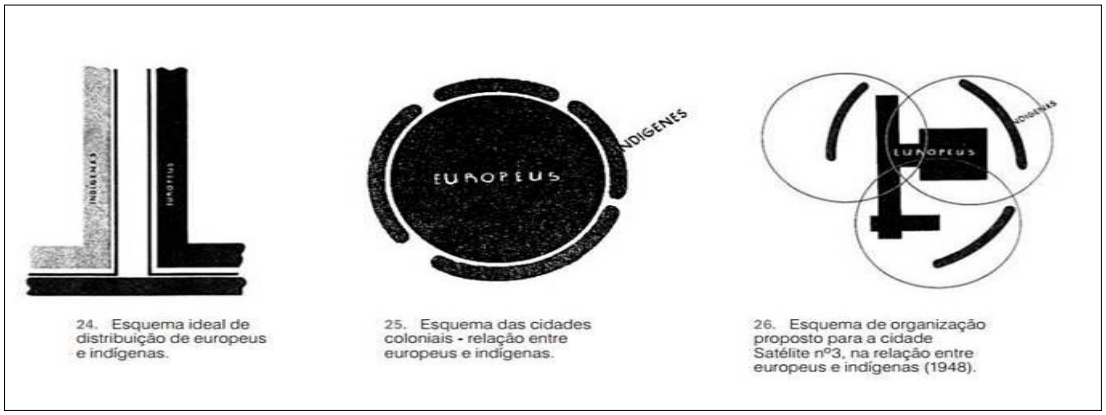
> Um arquiteto – urbanista no Município de Luanda. A Câmara Municipal de Luanda em sua última sessão, resolveu, em princípio, abrir concurso para recrutar, por meio de contrato, para os seus serviços um arquiteto – urbanista, que terá o encargo de elaborar o plano de urbanização da cidade Só há que louvar a resolução tomada e desejar que se volva em realidade, dentro do mais curto espaço de tempo. A importância e o desenvolvimento que vem tendo Luanda, desde há muito impõem à Câmara a necessidade de manter um arquiteto privativo nos serviços da sua Repartição Técnica, não para tratar

[184] Quando entrevistávamos à Ilda, ela nos falou sobre o cine colonial. Segundo Ilda (2021) viu o São Paulo a crescer, o São Paulo e o Marçal eram bairros pequenos, aí passava também o comboio, até também existia o cine Colonial. É o primeiro cinema lá em São Paulo, “eu fui algumas vezes, agora é delegação da UNITA. Ele está mesmo junto a igreja de São Paulo. Mas nós mesmo aqui, mas quem é você que vai para o cinema, se para comer era um problema. De fato, estes cinemas eram para os indígenas”. Entrevista feita à Ilda Gomes, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 15/01/2021 em Luanda – Sapú.

> só do plano de urbanização, de indiscutível urgência, mas para orientar e dirigir tudo quanto represente e constitua urbanismo. Atravessa-se, de positivo, aqui, uma hora de renovação citadina. Constantemente surgem novos prédios de habitação e requerimentos, na Câmara, a pedir licenças para a construção de outros. […].(Jornal *a província de Angola*, 6 de abril de 1940).

Mas só a partir do ano de 1942 é que as autoridades se preocuparam em realizar o primeiro plano de urbanização para a cidade de Luanda[185]. Neste primeiro plano de urbanização é possível ver as intenções das autoridades locais. Este plano mostra-nos efetivamente a separação entre a cidade branca e a cidade para os tais ditos indígenas.

Figura 21 - Plano de Urbanização para a cidade de Luanda.



24. Esquema ideal de distribuição de europeus e indígenas.

25. Esquema das cidades coloniais - relação entre europeus e indígenas.

26. Esquema de organização proposto para a cidade Satélite nº3, na relação entre europeus e indígenas (1948).

Fonte: (FONTE, 2007, p. 86)

Se o urbanismo, em toda parte do mundo, é um assunto eminentemente municipal, conforme nos diz Lacaze (1995, p.16), de fato a CML estava a pôr em prática os planos, para o melhor controlo e a administração do espaço urbano. Por isso, por mais que a retórica oficial contestasse, “em Angola existiu dois universos: o mundo dos “pretos” e o mundo dos “brancos”, eles viviam separados” (RIBEIRO, 1981, p. 139). Se existiu uma legislação para ordenar a sociedade colonial, como vimos com a introdução do Estatuto do Indigenato[186] nas províncias ultramarinas de Portugal, consequentemente existiu também o urbanismo ao serviço do colonialismo[187], que

[185] Em 1942, a Câmara Municipal de Luanda encomendou, sob a égide da organização dos planos gerais, o primeiro plano de urbanização para a cidade de Luanda a Etienne de Göer e David Moreira Silva, que propuseram um plano de Cidades – Satélites” (FONTE, 2007, p.84).

[186] Para mais informações sobre o estatuto do Indigenato ver: NETO, Maria da Conceição (1997), Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. Lusotopie 4, p.327-359.

[187] A quem defende que muitos urbanistas ou arquitetos que não tiveram espaço para materializar os projetos na metrópole tiveram espaço nas colónias, defendendo a ideologia da profissão, impondo

diretamente ou indiretamente impôs aos atores do urbanismo, métodos e conjuntamente algumas ideias, para edificação diferencial segundo as linhas rácicas ou com base as classes sociais.

O crescimento e o desenvolvimento de uma cidade podem ser unidades observadas no entendimento daquilo que é o espaço urbano colonial da cidade de Luanda, seus problemas e a situação colonial. Embora que as relações entre os conceitos crescimento e desenvolvimento são complexas, observar estes dois conceitos, facilitou a compreensão de que o aumento por exemplo do número da edificação em Luanda isto na década de 1950, como nos confirmou Pinto (2015) relaciona-se também com a abertura de Angola capitalista ao capital estrangeiro. As marcas do edificado justificam uma nova paisagem, principalmente na baixa de Luanda, com a construção por exemplo do Banco Comercial de Angola, mas acima da cidade, assinala-se sobre o planalto que anteriormente tivera sido ocupado por antigos musseques, construções de bairros residenciais nomeadamente: o da Vila Alice, a Vila Clotilde, o Cruzeiro e a CAOP.

Por outro lado, o crescimento e o desenvolvimento como unidades observadas para o entendimento do espaço urbano colonial de Luanda, não devem estar desassociadas ao crescimento da população, isto porque o aumento da população branca em Luanda já era um elemento, a se ter em conta em meados do século XX. Logo foram construídos recintos para albergar espetáculos e diversões para servir os bairros luxuosos, destinados para os altos funcionários. Também são construídos o mercado do Kinaxi (inaugurado em 1954) e o edifício do Banco de Angola, obra iniciada em 1952 e inaugurada em 1956 (PINTO, 2015).

Enfim, “o grande surto arquitetônico deu-se na década de 1950”, conforme nos confirma Pinto (2015, p. 682), outros autores também examinaram o crescimento de Luanda, como uma cidade marcada por uma modernidade embrionária que já funcionava como um instrumento do poder político e de segregação social. Por isso, a história do planeamento urbano de Luanda, é marcado pela expansão da cidade dos colonos e da sua tentativa em manter os musseques à distância, mas próximos o

---

desta forma arquitetura moderna nos territórios ultramarinos como é o caso Luanda e Lourenço Marques, que tiveram um volume de construções em relação às outras cidades do ultramar.

suficiente de modo a confirmar uma força de trabalho eventual, embora persistente (DOMINGOS, 2020, p. 43- 47).

O afastamento habitacional era com base na tonalidade da pele, foi uma ferramenta necessária para resolver um dilema político, ou seja, ter os frutos da cidade em crescimento e domesticar também as suas ameaças (NIGHTINGALE, 2012, p. 10, tradução nossa). A modernidade colonial através dos feitos da arquitetura, passa a imagem de uma sociedade ativa, na qual a intervenção pública parecia trabalhar, de uma forma segura, para o bem comum, vimos esta tendência nas páginas dos jornais.

É também nos termos de uma narrativa que envolve a modernidade, que José Manuel Fernandes, em *Arquitetura e urbanismo na África subsaariana* fala sobre desígnio de uma arquitetura habitacional pública e privada dirigida a membros das mais diversas condições – das mais altas, às dos bairros sociais para os tais ditos indígenas, construídos segundo a forma da casa portuguesa ou em unidades de habitação multifamiliar do estilo corbusiana. Mas o número de projetos habitacionais dedicados aos habitantes da área suburbana era, na verdade diminuta (DOMINGOS, 2020).

A história da cidade de Luanda passa também por um processo de embaçamento proveniente de representações difundidas por perspectivas harmoniosas e acima de tudo agradáveis que existem apenas para celebrar uma narrativa modernista, mas se formos no cerne das questões que envolvem o examinar o espaço urbano colonial, olhando para dentro e fora do edificado da cidade, iremos ao encontro de uma história das construções hospitalares, escolares e habitacionais profundamente estruturadas pela segregação racial (AGOSTINHO, 2017; DOMINGOS, 2020).

A imagem do documento que se encontra em anexo G, nos mostra a real situação, na qual a maioria dos “indígenas” se encontrava na cidade colonial de Luanda por um lado, e por outro lado, a imagem representa gritos por falta de casas. A observação das áreas residenciais, a questão do hospital para os indígenas, os cinemas, os lugares que albergaram as práticas de lazer, assim como outros lugares que agenciam a situação colonial, mostram continuidades da história de uma cidade colonial intimamente estratificada e segregada (MOURÃO, 2006; NASCIMENTO, 2013; BOSLLET, 2014; AMARAL, 2015; AGOSTINHO, 2017; ABREU, 2019).

3.3.2 Vozes com eco, clamando falta de casas

A imagem da cidade de Luanda, proveniente do nosso olhar pelos jornais, representam acordes de um movimento caracterizado pela mudança, ou seja, da expansão das grandes obras que abriram o caminho para o surgimento de uma nova edificação que se encarregou de “apagar” até um certo ponto o passado da cidade, em termos de um edificado típico vindo dos séculos passados.

Embora estes jornais tragam imagens de um crescimento da cidade de Luanda, com estas imagens não podemos traduzir elas em termos de números. Neste contexto, qual seria o procedimento para se chegar aos números ou melhor se pegássemos estas imagens e traduzíssemos em números, quais seriam os resultados para podermos mensurar o tal dito crescimento?

Poderíamos olhar estudos feitos no campo do urbanismo, ou olhar dados em termos de estatística que refletem uma realidade daquilo que foi o crescimento. Para o nosso caso, optamos o exame de dados (número de prédios - habitação construídas num determinado período), isto porque os estudos em grande parte no campo do urbanismo, progridem para as questões mais técnicas[188], colocando de lado, os dados relacionados com o número de edificação, isso pode-se aceitar por causa do objeto que cada estudo tem como preocupação e problema.

Por outro lado, estes estudos no campo do urbanismo “embaçam” uma determinada realidade, que por conseguinte, convida-nos a olhar até que ponto o crescimento correspondeu aos anseios dos seus citadinos. Ou podemos ainda perguntar, se esse crescimento respondeu o número de habitação face ao crescimento da população na cidade de Luanda, isto a partir dos anos da década de 1940? Em 1942 a CML recebeu uma solicitação por parte do jornal *A província de Angola*, requerendo dados sobre a construção de prédios para habitação. Prontamente a CML respondeu a solicitação enviando uma série histórica, demonstrando uma comparação em termos do número de construção prédios, desde 1936 até ao primeiro semestre do ano de 1942:

[188] O estilo ou o tipo de movimento, os arquitetos, material construído, o objeto da edificação, planos de urbanização, património, habitação, movimento modernista, projectos, exposições, modelos de urbanismo e arquiteturas.

Tabela 2 - Construção de prédios para habitação na província de Luanda, 1936 – 1942 (até o mês de junho).

1936 ……	15
1937 ……	14
1938 ……	17
1939 ……	18
1940 ……	51
1941 ……	75
1942 (6 meses)..	37

Fonte: (Jornal *a provincia de Angola*, 12 de agosto, 1942)

Olhando para os números refletidos na tabela, podemos aferir que ao longo de quatro anos as construções novas andaram a rondar quase os mesmos números, mas em 1940 registou-se um incremento significativo, que veio acentuar-se ainda em 1942, embora a informação só reflita o primeiro semestre.

Este informe que acabamos de examinar, assim como outros artigos com séries históricas de construção de habitação publicados nos jornais[189], que iremos ver, mais em frente, demonstram uma determinada realidade em termos de números, mais também, é possível encontrar, inquietações e chamadas de atenção principalmente para a questão da falta de casas, assunto que julgamos nós, que estiveram na agenda, como preocupação de quem utilizava os jornais para escrever para um grande público.

Por exemplo, o artigo na qual extraímos a tabela supracitada foi publicado em 1942, com o título: "*Luanda, em 1941, bateu o "record" de construção de prédios para habitação"*, a partir dele não conseguimos saber quem foi seu autor, mas foi possível encontrar um determinado reconhecimento, sobre o ritmo digno do registro da construção, embora que o seu autor reconheça que estas casas edificadas não eram destinadas para rendas baratas. Por outro lado, ele esclarece que nenhuma das firmas ou empresas de Luanda tem construído casas e tão pouco o Estado.

Mas afinal de contas, nesta altura quem construía em Luanda? Quem foi este autor que a partir do jornal conseguiu direcionar críticas duras para quem deveria estar na linha da frente para resolver o problema da falta de habitação em Luanda? Colocamos estas questões, isto porque, quando analisamos os artigos que se

[189] *A província de Angola*, *o Comércio*, o *Diário Popular* e o por último no Jornal Ilustrado *Notícias*.

debruçaram sobre as questões das construções de habitações, publicados em 1949 no jornal *A província de Angola*, os autores destes artigos, para conseguirem publicar, uma das condições era de visar o artigo numa comissão de censura.

Quem construía em maior escala era o pequeno funcionário, por conseguinte o comerciante e os empregados do comércio, a razão de destaque do funcionário tem a ver com a questão do privilégio de crédito que estes usufruíam, um crédito que não era extensivo para as outras classes, e se fosse, já traria resultados significativos na resolução do problema de habitação em Luanda. Por outro lado, o cronista desconhecido por nós, direcionou as suas críticas em algumas entidades que ele chamou de capitalistas: Montepio dos Ferroviários de Angola, a Caixa de Apresentação da Câmara Municipal e a Caixa Económica Postal, que só investiam os seus capitais para a construção de prédios exclusivo para os seus sócios e para os funcionários em geral.

Embora que existissem outras entidades de carácter público (Cofre de Previdência dos Funcionários Públicos, Caixa de Aposentações dos Funcionários da Alfândega) e privado (a Mutualidade de Angola e o Montepio Geral de Angola), que disponham de grandes recursos e que pensam começar a resolver o problema da falta de casa, mas por alguns motivos adiavam, e colocavam a preocupação em segundo plano.

Ainda no ano de 1942 o jornal de *A província de Angola* no dia 20 de julho publicou um artigo, sob o título: "*O problema da habitação em Luanda e o das rendas baratas não se resolverá enquanto só se construírem moradias independentes"*. Nele encontramos uma impressão daquilo que estava a decorrer em termos de aumento de novas moradias, embora que a CML poderia contribuir com mais casas neste ano, mas infelizmente ela freou na sua intenção, isto porque deve aguardar pelo seu plano de urbanização por um lado, e por outro lado, se não mandasse suspender com deferimentos muitas licenças que eram pedidas para novas construções[190] teria um

[190] A Câmara Municipal de Luanda indeferiu pedidos de construções dos proprietários de terrenos na cidade, por isso, muitos dirigiam-se para outras instituições para intercederem junto à CML, para que ela recuasse nas suas decisões. Podemos dar um exemplo, com uma situação que foi descrita na rúbrica (ecos e comentários) do jornal O comércio: Bairro Braga – Vieram ter connosco alguns proprietários de terrenos situados a nascente do local onde agora foi lançada a primeira pedra da igreja da Sagrada Família, pedir-nos que expuséssemos o seu desejo de que a Câmara os autorizasse a construir, o que lhe tem sido impedido, não sabemos por que razões relacionadas com a urbanização

cenário de diferente em termos de novas habitações. Apesar dos avanços em termos obras em Luanda, o colunista que neste artigo também não se identificou, confirma, que é cada vez mais aguda a crise de habitação em Luanda e, em consequência, cada vez mais aflitiva a situação daqueles que, ganhando pouco, representam o maior número de pessoas que têm que pagar rendas que ao longo dos tempos vão se tornando exorbitantes e escandalosas.[191]

Como explicar e entender, casas novas e o problema da falta de habitação em Luanda, será que estas novas construções não apresentam uma margem favorável para as pessoas de pequenos ordenados ou limitados rendimentos, como é o caso dos tais ditos indígenas? Esta questão reveste-se de um grau de preocupação, sua resposta vai ao encontro de uma situação que se matriculava aos olhos dos citadinos, é daí, que o colunista; vai alertar do erro que se estava a cometer quando nesta altura tão-somente erguia-se moradias independentes para um só inquilino. Quais eram as outras soluções?

E quando é que Luanda, face aos problemas de habitação, teria casas de rendas económicas? Uma questão que é bem diferente sobre o assunto das casas económicas. É neste contexto que, se olharmos as casas económicas como solução de um todo problema, estaríamos longe de resultados palpáveis, visto que, casas económicas naquela altura implicavam a ideia de moradias independentes, mesmo quando eram feitas em série. Por isso o colunista no artigo vai mesmo confirmar que o melhor caminho para resolver a questão da falta de habitação em Luanda era a construção de prédios de um ou mais andares com rés-do-chão; este comportaria quatro ou seis inquilinos ou mesmo oito, se por acaso o prédio fosse de 3 andares. Decerto que, este posicionamento do colunista é uma chamada de atenção, visto que,

---

daquele bairro, frente à Maternidade de indígena. O pedido aqui fica. E supomos que, se não houver graves inconvenientes no seu deferimento, a Câmara não hesitará em resolver essa questão, sabido que há tanta falta de moradias em Luanda e é necessário fazer quanto se passa para incentivar a construção a fim de se ir, a pouco e pouco, solucionando o problema da falta de casas. “Editorial” In *O comércio* – 10 de abril de 1956. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

[191] O Sr. Governador-geral de Angola em 1948, com o fundamento de que os proprietários de casas arrendadas para habitação aumentavam as rendas de aluguer, alegando melhoramentos ou servindo-se de subterfúgios, publicou uma portaria onde determinava: “continua proibido o aumento de rendas dos prédios de habitação atualmente arrendados. Às repartições e delegações de fazenda recusaram o registo dos contratos de arrendamento em que se verifique não ter havido mudança de inquilino” in: *Boletim Geral das Colónias. XXIV – 281 Portugal. Agência Geral das Colónias*, vol. XXIV - 281, 1948, p. 202.

quem incentivava para a promoção de casas económicas em Luanda eram os políticos.[192]

Em 1945 Alberto de Lemos, ao publicar o seu artigo: *o problema da habitação em Luanda* no jornal *A província de Angola* chama atenção que o grande problema não é a especulação dos preços das rendas, isto porque, o custo alto das rendas é apenas, consequência lógica e natural da falta de habitações, por isso, não se podia desvirtuar o problema, visto que, a procura supera a oferta[193]. Por outro lado, ao longo da sua abordagem ele tenta compreender o fenómeno olhando sob dois pesos e duas medidas, ou seja, ele vai buscar números nas seguintes variáveis: a questão do casamento, saldo migratório, população civilizada e por último a população dita indígena. Para ele, era necessário medir o crescimento considerando o número de casamentos efetuados em cada ano e o coeficiente resulte na divisão do número total de saldos a favor da entrada de colonos dividido por cinco.

Ao aplicar a regra supracitada, Luanda apresentou-se com os seguintes movimentos demográficos: 1941 - (74), 1942 – (100), 1943 – (119), 1944 – (101, números que eram provisórios). Outrossim, com os números de saldos provenientes da imigração europeia, com a entrada pelo porto de Luanda: 1941 – (178), 1942 – (1.067), 1943 - (…), 1944 – (300), totalizando 1745.

Em face dos números levantados, para acudir ao déficit encontrado em 1940, de mil moradias, em prédios de 4 moradias de (250) - prédios. Por um lado, para dar satisfação à necessidade de lares novos, pelo número de casamentos, 394 moradias, ou prédios de 4 moradias de (98) – prédios. Por outro lado, para suprir as necessidades de crescimento da população verificado pelos saldos a favor das entradas de colonos europeus em prédios de 4 moradias de (349) - prédios, o total corresponde a 697. Certamente a cidade de Luanda, a partir de 1940, até ao ano de 1944, carecia de 1743 moradias novas, ou seja, necessitava de 697 prédios de 4

[192] De acordo com o Sr. Ministro das colónias, o Sr. Governador-geral de Angola está a promover a construção de casas económicas em Luanda, que se destinam a pequenos funcionários. In: *Boletim Geral das Colónias. XIX – 214 Portugal. Agência Geral das Colónias*, Vol. XIX - 214, 1943, p. 172.

[193] O censo Geral de 1940 ficou rigorosamente averiguado que, só em Luanda, havia um défict de mais de mil moradias para que o número de habitações estivesse proporcionado ao número de habitantes, isto na parte respeitante à população civilizada. Se quisesse ter em conta a população indígena, o déficit de moradias ascenderia a muito mais de 4 mil habitações. “Alberto de Lemos” In Jornal *A província de Angola* – 25 de janeiro de 1945. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

moradias, para que, no ano de 1945 reunisse condições para alojar as tais ditas populações civilizadas.

Mas ao verificarmos os números de prédios que realmente foram construídos entre 1941 até 1944[194] a cifra não passou de 270, significando trinta e nove por cento – (39%) do número de prédios que se pretendia construir para colmatar o déficit de habitação que Luanda vinha a sofrer, além de que, se tivermos em conta que destes 270 prédios mais de cinquenta por cento - (50%) se destinavam a uma só moradia. Por isso, dia após dia, a situação tornou-se difícil, se em 1940, o déficit de habitações era de 1000, no final de 1944 esse déficit elevou-se para 1.338.

Como vimos, os dados que foram mensurados, são provenientes de um estudo feito por Alberto de Lemos, cujos resultados espelham uma realidade que se inscreve no problema da habitação em Luanda da população dita civilizada. Neste contexto, como estava a situação dos tais ditos indígenas? Quem aparecia para poder dizer, por exemplo, aos políticos sobre a situação da falta de habitação?

Os gritos de aflição sobre a questão da habitação na sociedade luandense não tiveram o seu início nas décadas de 1940; em 18 de janeiro de 1930 Mariano Pereira ao publicar o seu artigo *Habitação e Urbanização* no jornal *A província de Angola*, demonstra claramente que este problema da falta de habitação já vinha a preocupar as autoridades ou a sociedade luandense a um tempo considerável. Para o autor, ele não defendia a construção de grandes edifícios e muito menos de palácios colossais, mas sim de preferência casinhas simples, de rápida construção e material económico. Por outro lado, na sua concepção o Governo da colónia e dos municípios tinham que tomar a dianteira da linha frente, para traduzir o fomento de construção de habitações em riqueza urbana.

O problema da habitação não se esgotou como assunto, nas páginas de um só jornal, a imprensa de Luanda ocupou-se insistentemente e sensatamente do problema, figurando como um movimento jornalístico, diante deste fato, o jornal *A província de Angola* ao Publicar o artigo: *o problema da Habitação*, parabeniza o jornal *Comércio*, dizendo:

> Mais uma vez o nosso bom colega local «O comércio» abordou o problema da habitação em Luanda, fazendo o com a competência e bom critério que lhe são peculiares. Constroem-se muitas casas em Luanda, mas só lhes pode

[194] Em 1941 foram construídos (75) prédios; em 1942: (73); em 1943: (62) e em 1944: (60).

> chegar quem tenha vencimentos além dos 2.500,00 angolares mensais. E' preciso que isto se modifique; é preciso que, quem tenha ordenados modestos, também possa habitar casas decentes. […] Se o não dissemos, trairíamos a verdade – uma coisa de que temos o maior culto. E será sempre muito pouco o muito que se escreva sobre um problema que atingiu a sua máxima acuidade, um problema que tem suas variantes… Fala-se de casas económicas, aquelas que mais necessárias são, pois, a maioria dos habitantes é sofrivelmente remediada e não pode, em razão disso, pagar rendas caras. Dá-se, contudo, esta curiosa circunstância: constroem-se casas de características económicas, mas cujas rendas são exorbitantes. (Jornal *a província de Angola*, 15 de fevereiro de 1940).

Por outro lado, através do *Boletim Oficial da colónia*, o jornal de *A provincia de Angola*, publicou para os seus leitores um despacho do Governador-geral de Angola – Vasco Lopes Alves, ordenando o Inspector Superior, Henriques Galvão a execução de um estudo sobre o problema da mão-de-obra indígena, e o bem-estar e o nível de vida das populações, bem como a melhoria da habitação, alimentação, vestuário e, entre outros assuntos, que de uma forma em geral, estão ligados a situação de vida das populações nativas. Por conseguinte, o Ministro das colónias em concordância com o Governador-geral manda criar uma comissão para coordenar o estudo.[195] Embora que em 1945, começou-se a pensar em resolver o problema de habitação nos mesmos moldes em relação daqueles que se estavam a ser utilizados na metrópole.[196]

Ainda na senda da criação de comissões, em dezembro de 1945 o Governador-geral de Angola nomeou[197] uma comissão para estudar o problema de habitação dos tais ditos indígenas de Luanda, o assunto foi publicado no Jornal *A província de Angola* no dia 8 de dezembro de 1945. Em justificativa do motivo da criação da comissão, o editorial do jornal aponta a questão da transformação profunda que a

---

[195] A comissão foi constituída por Henriques Galvão – Inspector, como presidente; Manuel Ferreira Peixoto Fonseca – Director dos Serviços de Saúde, como vice-presidente; Frederico Ragorro Sequeira – Chefe interino, dos serviços de veterinária e Indústria Animal, como vogal; Amadeu de Bttencourt Reis – Chefe da Repartição dos Negócios Indígenas, como vogal; Augusto de Almeida Campos – Representante das empresas patronais, como vogal. "Editorial:" In Jornal *A provincia de Angola* – 23 de abril de 1945. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

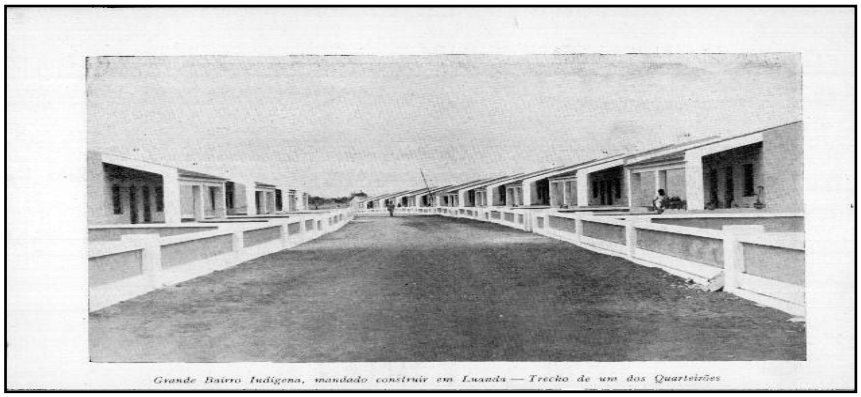
[196] As bases para resolver o problema da habitação, suas premissas provinham de um anteprojeto de lei que estava em discussão, sobretudo na questão que diz respeito aos futuros planos de urbanização que os municípios devem incluir zonas destinadas para casas de renda económica, mas divididas em duas classes, cujas rendas mensais não deveriam exceder, respectivamente, 500, 400, 300 3 240 escudos. Por outro lado, discutia-se a questão da isenção por 15 anos da contribuição predial, bem como as questões de empréstimos, e a fiscalização das construções e os contratos de arrendamento. "Editorial": In Jornal *A província de Angola* – 15 de fevereiro de 1945. Biblioteca do Governo provincial de Luanda

[197] A comissão foi constituída pelas seguintes entidades: Governador da província de Luanda, como presidente; Vogais: Director dos serviços de fazenda e contabilidade; Presidente da Câmara Municipal de Luanda; Chefe da Repartição Central dos Serviços de Obras Públicas e o Chefe da Repartição central dos Negócios Indígenas.

cidade vinha sofrendo, para além de afetar os tais ditos indígenas, as famílias de origem europeia com poucos recursos, também foram obrigadas abandonar em grande parte a baixa de Luanda como um bairro residencial e procurar outros lugares na cidade. Em decorrência do alargamento da cidade de Luanda, fez com que os lugares deixados principalmente pelas famílias com menos posses, fossem sendo ocupados por prédios de europeus, muitos terrenos nos quais existia ainda grande número de cubatas e de habitação de “indígenas”, expropriadas umas e outras vendidas.

Em vista do que foi evidenciado no parágrafo anterior e no princípio do capítulo, rapidamente do que se esperava, numerosos “indígenas” ficaram sem ter onde se alojar e sem saber tão pouco onde construir as suas modestas casas. No plano de urbanização foi construído um grande bairro indígena, onde, no tempo do Governador-Geral Sr. Comandante Freitas Morna, se construíram as primeiras casas, - “boas casas todas elas, que foram alugadas, e bem, a nativos com um nível de vida ao dos vulgares “indígenas”. Para acudir à situação destes, não se adotou, porém, até hoje, solução alguma”.[198]

Figura 22 - Bairro Indígena construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna.



Fonte: (MORNA, 1944, p. 87)

Por isso, tornou-se necessário providenciar com urgência soluções para resolver o problema da habitação dos tais ditos indígenas na cidade de Luanda. O rápido crescimento da população “indígena” na cidade de Luanda e o seu progressivo grau de assimilação foram indicadores para a adopção de residências diferentes das do tipo rudimentar ainda existente em enorme escala. Neste sentido, o bairro indígena

[198] “Editorial:” In Jornal *A província de Angola* – 8 de dezembro de 1945. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna, serviu uma parte muito pequena da população dos "nativos" e não se destinou, de fato, para os tais ditos indígenas, mas sim para os tais ditos assimilados, aqueles considerados com um nível de vida elevado.

As lamentações por falta de habitação não ficavam circunscrita em laudas de jornais, era um problema que se vivia e se sentia na pele de quem fazia de Luanda o seu espaço para viver, surpreendentemente no dia 14 de outubro de 1946 em Luanda, pelas 16 horas, mais de uma centena de mulheres nativas[199] se juntou em frente da residência do Governo Geral de Angola, aguardando a prometida audiência do Sr. Ministro das colónias. Uma comissão de cinco mulheres[200] em representação das demais, subiu a escadaria do palácio e, acompanhadas dos senhores Alfredo Antas, Fançony e Vieira Dias, foi recebida pelo Sr. Ministro das Colónias e sua esposa[201]. Após os cumprimentos, a nativa não fez por esperar entregou ao Sr. Prof. Dr Marcelo Caetano o seguinte memorial:

> As indígenas civilizadas, representadas pela sua conterrânea, Joaquina Aniceto de Carvalho Dias, proprietária, vêm respeitosamente perante V. Ex.ª expor e suplicar o seguinte: esta cidade de Luanda a um tempo esta parte vem progredindo extraordinariamente no eu embelezamento, quanto a ruas, avenidas e largos para tanto a Câmara Municipal tem feito muitas demolições, obedecendo ao novo plano de urbanização. Ora as indígenas residentes e proprietárias bastante satisfeitas se encontram por verem e observarem que a sua terra natal está progredindo e que, em breve, se tornará como capital da colónia de Angola, numa das cidades mais bonitas da costa Ocidental. É sobre os métodos e a forma adoptada nas demolições que os indígenas desta cidade se vêem forçadas a vir perante vossa excelência implorar justiça e caridade, para não dizerem humanidade. Noutros tempos, assuntos destes eram tratados directamente com as Câmaras Municipais, porque, então, essas Câmaras mantinham o maior contacto com o povo e tinham ocasião de ouvir as lamúrias e lamentações do mesmo povo. Hoje não, porque, infelizmente, com a evolução dos tempos, as Câmaras Municipais tornaram-se estabelecimentos burocráticos onde a rigidez da execução das deliberações não se compadece com os casos especiais dalguns sectores da massa popular. […] Com efeito, pelo facto da Câmara Municipal pretender transformar esta cidade, dando-lhe a beleza a que tem jus, como capital da maior parcela do nosso Império, não quer dizer, nem vossa Excelência decerto consente que se lancem os indígenas para a miséria e para a falta

[199] Quando se diz mulheres nativas, para o colono eram mulheres nascidas na terra, com um outro estatuto, ao oposto de se referirem, mulheres indígenas. Em muitos casos, em textos provenientes do período colonial é possível encontrar ora indígena ou ora nativo, nestes casos é necessário olharmos os contextos que se colocam estes conceitos.

[200]A comissão formada por cinco mulheres fez chegar um manifesto, nesse documento, expressavam o agrado pelo desenvolvimento que se registava em Luanda e o desagrado pelas demolições na cidade, realizadas pela CML, no sentido de obedecerem ao plano urbanístico de 1942. Elas solicitavam mais justiça e caridade para com os tais ditos indígenas (CORREIA, 2018, p. 131).

[201] Comissão do Governador-geral de mulheres indígenas juntou-se a Residência do Governador Geral. In: *Boletim Geral das Colónias*. XXII – 248 Portugal. Agência Geral das Colónias, Vol. XXII - 543, 1946, p. 429.

> de abrigos, como está acontecendo. (*Boletim geral das colónias*. Vol. XXII - 543, 1946, p. 429).

O processo do crescimento urbanístico da cidade de Luanda é intensificado na década de 1940 e esteve ligado ao fomento urbano e ao fenómeno das demolições, assunto que já tivemos ocasião de falar ainda neste capítulo. Quanto mais a cidade expandia-se, as classes menos abastadas, neste caso os tais ditos indígenas, eram afetados na malha urbana. O indígena era relegado a segundo plano, os lugares eram requalificados, os tais ditos indígenas não voltavam nestes lugares. O tratamento dado aos tais ditos indígenas, concernente ao urbanismo estava ligado a questões políticas, carregadas de cunho administrativo e discriminatório, apesar de haver alguma "flexibilidade" de pagamentos de indemnizações na altura das demolições (AGOSTINHO, 2021).

Sobre a questão das demolições[202], as tais ditas mulheres indígenas que se deslocaram ao palácio para reclamar direitos ao Sr. Ministro das Colónias, exprimiram o seguinte:

> A Câmara paga sem justeza as demolições que faz, não dando, portanto, margem a que se construa uma casa idêntica à demolida, tendo em vista o custo actual dos materiais. Por outro lado, demolidas as casas, vão seus proprietários procurar à sorte um lugar nos musseques, onde faltam todas as condições, inclusive um abastecimento de água e luz eficiente, porque a Câmara não lhes dá, como era dever, um lugar certo, aonde em definitivo possam construir as suas casas, para habitarem com os seus filhos e restante família. […] Acresce a circunstância de que, como judeus errantes, continuam sempre estando, e isto porque a Câmara não lhes marca nem lhes define o lugar certo, portanto, fazem as suas casas ao acaso, para amanhã a Câmara, de novo, os mandar demolir por não estarem alinhadas e outras por estarem dentro dos arruamentos. Mesmo assim, a Câmara exige a toda agente indígena, nos seus requerimentos em que solicita licença para construção e obras as palavras sacramentais "sem encargos futuros para a Câmara, exigência essa que se estende em terrenos particulares que estão fora do foro da Câmara. Tal prática só prejudica os indígenas, porquanto, constroem casas hoje, para amanhã a Câmara as demolir, se assim entender, sem nada lhes pagar. Há poucos anos, a Câmara Municipal, da presidência do

[202] De acordo com Agostinho (2021, p. 93) as deslocações permanentes dos tais indígenas na cidade de Luanda não tiveram o seu início nos anos cinquenta, anteriormente já existia estas práticas, logicamente estas ações ficaram em práticas de longa duração e continuidades, empreendidas pelo sistema administrativo colonial que expulsava os tais ditos indígenas com base na expansão urbana. A exemplo deste procedimento, podemos olhar sobre uma notícia que foi possível encontrar no jornal A Província de Angola na edição de 1926: "A verdade. Desde 1919 vem os indígenas sendo sucessivamente expulsos das suas cubatas, em nome de superiores interesses, sem lhes indicar o local onde possam instar-se. Entretanto, as comissões administrativas do município indeferiram ou deixaram sem despacho todos os requerimentos pedindo autorização para construções. O resultado tem sido a construção clandestina, a esmo, sem obedecer a alinhamentos, nem a condições sanitárias. Pois nós encaramos o problema resolvendo a expropriação do musseque Burity, na estrada da circunvalação em frente ao atual bairro Operário" In: jornal *A provincia de Angola*, 13 de outubro de 1926.

> Excelentíssimo senhor Manuel Nunes Farinha, encarou, com inteligência e com olhos de ver, esse magno problema, e assim, comprou o musseque Burity (atrás do cemitério Municipal), onde fêz ruas, largos e talhões, e aí instalou os indígenas, denominado essa área de terreno como Bairro indígena Municipal. Acontece que, pelo novo plano de urbanização, tal bairro indígena Municipal vai ser demolido e os indígenas que ali habitam em suas casas ficarão sem habitações como os outros que se encontram no coração da cidade e cujas, casas, presentemente, estão sendo demolidas. Esta cidade é antiga; portanto, muitas das casas que existem são de indígenas, que têm vindo de pais para filhos. A forma de proceder da Câmara em deixar, sem humanidade, os indígenas sem abrigo ou casas para habitar, tem dado lugar a muita miséria e doenças, que até a morte tem levado algumas pessoas indígenas, e isto porque a monte vivem por esses musseques fora. (*Boletim geral das colónias*. Vol. XXII - 543, 1946, p. 430-431).

A falta de habitação era de fato um problema que não era exclusivo da cidade colonial de Luanda, foi tão extensivo que até Lisboa também se debateu com a crise da habitação, constatamos estes fatos no jornal *A província de Angola*, que apresentou exemplos de países como Áustria, Dinamarca, Alemanha, França e Suécia utilizaram como método o cooperativismo habitacional sem fins lucrativos para poder suprir as necessidades da falta da habitação[203]. Por outro lado, o mundo debatia-se com o problema da falta de habitação, e Portugal tentava encontrar um modelo para poder resolver a questão do problema da habitação, as vozes apontavam alguns modelos feitos por exemplo em Dar-Es Sâlam[204], Estados Unidos da América[205] e Espanha.[206]

"Afinal de contas, qual era a política nas colónias africanas"? Uma questão que Agostinho (2017) coloca muito bem, a resposta vai ao encontro daquilo que Soares (1961) explica sobre o problema da falta de habitação nas colónias francesas e britânicas. Nestes territórios, existiam sociedades de economia conjunta que concediam empréstimos em pessoas, destinadas à aquisição de residências, já o Congo Belga, as províncias arrecadavam dotações anualmente para depois conceder

---

[203] "Editorial" In Jornal A Província de Angola: 23 de agosto de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

[204] Em Dar-Es Sâlam o problema da falta de habitação começou a ser resolvido com a construção de casas pré-fabricadas. In: jornal *a província de Angola*, 9 de agosto de 1949. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

[205] O Governo dos Estados Unidos da América, em 1946 começou a resolver o problema da habitação em bases de grande alcance social, ou seja, começou a eliminar as moradias de baixo padrão, remodelando vários usos antigos e encorajou a continuação da construção de 15 milhões de habitações rurais e urbanas, num período de dez anos. Institui-se um sistema liberal de empréstimos, para encorajar que todos tenham acesso ao programa de empréstimo. In: *A província de Angola*: 20 de abril de 1946. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

[206] O governo espanhol ao atacar o problema de habitação, mandou construir 60.000 habitações de renda económica até ao ano de 1960, na capital, fazendo assim diminuir grandemente a gravidade do problema habitacional. In: *Jornal Diário Popular*: 23 de agosto de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

empréstimos aos africanos e para comprar, ao Offce des Cités Africaines (OCA), residências deliberadas para o aluguer ou a revenda.

Por outro lado, há quem dizia que era necessário criar uma comissão de consulta técnicas[207] conforme fez a União Sul Africana, mas para o caso de Angola, está comissão enviaria, depois um delegado seu à União Sul Africana para ali estudar os tais novos métodos de construção, um dos quais permite que uma casa fique pronta no espaço de vinte cinco dias. A comissão conjuntamente iria se encarregar em discutir habitações económicas não só para particulares, mas como também para funcionários públicos e até mesmo para indígenas[208].

Teles Monteiro ao publicar o artigo sob o título: *"acerca do problema da Habitação"* no jornal de *A província de Angola*, consegue identificar por um lado que a crise da habitação em Angola e na metrópole era um reflexo do considerável aumento populacional, sendo um fenómeno que ele já vinha assistindo a uns bons anos[209]. Na sua perspectiva o que se via em 1949 na cidade de Luanda eram moradias que "fugiam à regra económica, mas de tal modo se estabeleceram para elas as rendas, que nem todos podiam pensar em habitá-las, isto não obstante haver mais escritório que moradias. Em todos os pavimentos internos". Carlos Alves em 1949, ao publicar o seu artigo: *o problema da habitação*, no jornal *A província de Angola* alertava para o surgimento de uma promiscuidade da forma como as populações, ocupariam as casas se o governo da metrópole não se olha ao problema da casa com a devida atenção. A promiscuidade a que ele se referia é na questão da ocupação por partes das casas, ou alugar quartos, para as pessoas poderem se manter na cidade de Luanda.

O receio de Carlos Alves veio a verificar-se nos anos subsequentes, conseguimos saber que as pessoas começaram a ocupar as garagens de casas para

---

[207] Esta comissão teve como atuação, dar conselhos sobre os melhores e mais rápidos métodos a empregar na solução do problema da habitação.

[208] "Editorial" In Jornal *a província de Angola*: 2 de janeiro de 1946. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

[209] Washington Nascimento (2020), vai dizer que "a chegada em massa dos portugueses nos anos 40, impulsionada por uma nova política portuguesa de ocupação de suas colônias, provocou um redesenho demográfico na cidade" […]. NASCIMENTO, Washington. **Jogos nas sombras realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901-1961)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020, p. 94.

poderem viver, a partir da rúbrica ecos e comentários do jornal *O Comércio*, podemos ver as lamúrias:

> À face de uma tal situação, pode bem avaliar-se para onde se caminha em Luanda, no campo, já muito difícil, da habitação. Se até aqui já viviam em garagens, em situação aviltante, centenas e centenas de famílias, como passará a viver a maior parte da população se só a renda de qualquer modesta habitação atinge ou ultrapassa o total dos proventos da maior parte dos chefes? (Jornal *o comércio*, 23 de janeiro de 1956).

Com as transformações e as obras em curso na cidade de Luanda, configurava-se uma nova geografia em termos do edificado, mas a cidade continuava a debater-se com os contrastes, existia de fato um grande "confronto" entre as duas áreas, a urbanizada e a desordenada de cubatas, situação que incomodava certas individualidades, pelo fato das habitações modernas estarem próximas de cubatas, foi um assunto que chegou a ser divulgado no Jornal *A provincia de Angola*:

> Não está certo. Em habitações modernas, de construção recente, algumas das quais são propriedades do Estado, numerosas são as famílias de brancos e nativos que moram do bairro operário à Sambizanga. A volta dessas casas ou junto delas, num contraste chocante, existem muitas cubatas, onde a higiene é desprezada, com influência maléfica na saúde moral e física dos habitantes daquela zona da cidade. A agravar o mal, as autoridades administrativas permitem ali a realização de batuques que aos sábados se arrastam pela madrugada, perturbando o sossego e a tranquilidade dos demais moradores […] (Jornal *a provincia de angola*, 12 de maio de 1949).

O fomento urbano na década de cinquenta traduzia-se nas construções de imóveis em toda Angola, "o plano de fomento nacional não visava apenas a construção de grandes obras, mas fundamentalmente a promoção e a elevação do nível de vida das populações" (AGOSTINHO, 2021, p. 91).

Podemos ver esta intenção da promoção de vida das populações no anteprojeto do Plano de Fomento de Angola para o período de 1959-1964, publicado no jornal *A província de Angola* de 7 de janeiro de 1958, as verbas por exemplo, para os investimentos de caráter social rondaram os 100 mil contos para a construção e equipamentos de serviços sanitários e de assistência hospitalar. De acordo com Mourão (2006, p. 250) no período dos anos da década de cinquenta, no contexto de Luanda, muitas soluções técnicas foram fundamentais no campo da administração pública, mas é de realçar que estas soluções de natureza serviram em muitos casos para imposição de projetos com orientação ideológica, ligados ao poder.

Neste contexto, quais foram as questões que foram discutidas sobre a promoção e elevação do nível de vida dos tais ditos indígenas? Numa das sessões que decorreu no dia 7 de janeiro de 1958, com o propósito de discutir os problemas da população “indígena” perante o Plano de Fomento, Bento Ribeiro tomou a palavra, dizendo que, ergue a sua voz em nome dos 4.000.000 de indígenas, cujos interesses que ele representa, reclamam a sua comparticipação, na grandeza a que têm direito, como a maior massa populacional da província. Por isso, ele reforça o seu discurso, dizendo que por serem a maioria da população, as leis devem assegurar medidas especiais de defesa e proteção.

Bento Ribeiro ao falar da proteção dos tais ditos indígenas, apoia-se no decreto-lei nº 39.666, que promulgou o Estatuto dos indígenas, um dispositivo que, segundo ele, define claramente as responsabilidades da soberania para os tais ditos indígenas. Por isso, ele cita o artigo n. 4.º do decreto supracitado que determina o dever do estado para com o indígena: «O Estado promoverá, por todos os meios, o melhoramento das condições materiais e morais da vida do indígena». Por outro lado, Bento Ribeiro mostra qual é a posição do indígena dentro do Plano de Fomento, dizendo que este assunto, esteve estabelecido no capítulo IV do anteprojeto, sendo uma inovação, pois o primeiro programa de Fomento de Angola aprovado pela lei n. 2.058, a questão do melhoramento de vida dos tais ditos indígenas, não estava acautelada, apesar de terem sido fixadas, para o povoamento e obras de colonização dotações que atingiram os 461.000 contos.

Por isso Bento Ribeiro na discussão reforçou que era importante proporcionar ao indígena uma habitação fixa e condigna de ser humano que é. Por outro lado, ele enfatizou aos presentes no encontro que o Diploma legislativo nº 2.199 votado em conselho, veio dar impulso a uma campanha onde a figura do indígena torna-se o principal elemento. Mas ele chama atenção aos presentes que para o dia do amanhã na sua perspectiva, existia uma incerteza, um assunto que ele já chamava atenção desde abril de 1956, num conselho que ele tivera participado, segue-se abaixo suas palavras:

> Não há muito que tive de intervir. Junto do Sr. Curador dos indígenas em favor dos indígenas que habitam os terrenos adjacentes ao cemitério da estrada de Catete, cujas cubatas paira o camartelo impiedoso, pedindo a sua Ex. usasse da sua autoridade em defesa desses desgraçados, que só podem contar com a protecção da lei. Em face das medidas que se promulgaram sobre a matéria e do que se preconiza no ante-projecto do plano de formato,

> em meu entender, relativamente a Luanda, onde há aspectos especiais a considerar, devia proceder-se à expropriação de todos os muceques pertencente tanto ao município como a particulares para garantir a estabilização dos habitantes que neles se fixaram. Alguns há mais de 20 de anos, como sucede no musseque Burity. Seria o primeiro passo para a execução do vasto plano que se pretende levar a efeito. Tais são as observações que me sugeriu o breve estudo que pude fazer do extenso trabalho que se vai discutir. Espero que os indígenas, que são os sustentáculos de toda a riqueza de Angola, pelo seu labor e esforço, terão a comparticipação que merecem, na vasta escala de benefícios que o Plano de Fomrento tratará à província (Jornal *a provincia de Angola*, 7 de janeiro de 1958).

Com o aumento das atividades na cidade, isto na década de 1940 e o fluxo de imigrantes metropolitanos para Luanda e de outras cidades de Angola para Luanda, Luanda começou a deparar-se com sérios problemas de habitação, existia naquela altura grandes disparidades entre os "salários médios e os preços das habitações, e por outro lado, dava-se preferências alugar casas aos tais ditos brancos, desta forma, contribui-se para o crescimento dos musseques" (MOURÃO, 2006, p. 182-183).

Neste sentido, a cidade de Luanda não teve capacidade para absorver os novos habitantes, a solução muitas vezes passava por construir a própria casa no musseque com materiais disponíveis ou procurar alugar uma cubata (VENÂNCIO, 2013). Nos centros urbanos, em particular Luanda, a situação dos terrenos teve atenção do Estado[210], uma vez que o aglomerado de nativos que rodeavam a cidade de Luanda e o aumento significativo da população metropolitana em Angola, impunha uma decisão de ordem política.

[210] O Boletim Oficial de Angola – I série – Número – 35, quarta-feira, 2 de setembro de 1953. Publica as seguintes leis: n.º 2063: Em nome da nação, a Assembleia Nacional decreta e promulga a lei sobre recursos em matéria de expropriações por utilidades públicas. Por outro lado, a mesma lei revoga o último período do artigo 15º e o 2º do artigo 31 do decreto 37:758. Neste mesmo Boletim, foi publicada a lei nº 2:030: Promulga disposições sobre questões conexas com o problema de habitação. E por último, neste boletim também foi publicado o decreto nº 37: 758, que promulga o regulamento sobre expropriação, a que se refere à parte I da lei nº 2:030. Por outro lado, O Boletim Oficial de Angola – I série – Número – 48 /1958 - Diploma Legislativo nº 2: 942: Estabelece as normas para regularização de ocupações ilegais de terrenos. "No Diploma Legislativo nº 2:733, de 15 de fevereiro de 1956, tomaram-se medidas destinadas a obstar à ocupação ilegal de terrenos do estado e a obrigar os particulares que ocupassem terrenos ilegitimamente a legalizar a sua posse. Quanto às primeiras, o diploma mantém-se em vigor e nada há que alterar – porque subsistem os princípios em que se fundaram as suas disposições. Quanto às segundas, deve reconhecer-se que, por este ou por aquele motivo, nem todos os ocupantes cumpriram, embora seja de salientar que grande número tomou o caminho da regularização de estados de facto que se prejudica a província, não menos prejudicam os ocupantes, colocados em situação instáveis e precárias. Uns por negligência e outros – a maior parte – por ignorância e por escassez de recursos para promoverem a regularização das suas ocupações, não vieram requerê-la, ao contrário do que se lhes impunha. Ponderadas todas as circunstâncias, não pode mudar-se de atitude pelo que respeita à publicação do Diploma Legislativo nº 2:733. [...]"

As cubatas eram construídas em terrenos abandonados ou sem utilização dos seus proprietários, que eram entidades privadas ou públicas. No caso de proprietários particulares, a ocupação pode ter sido abusiva ou com autorização. Os donos desses terrenos, muitas vezes cobravam uma determinada renda pelos terrenos situados nos musseques em nativos acabados de chegar do interior de Angola. Os tais ditos indígenas confrontados com o conceito de propriedade privada, custava perceber o porquê do pagamento do aluguer de uma parcela de terreno desocupado, (MONTEIRO, *apud*, VENÂNCIO, 2013, p. 53 - 55).

A crise de Habitação que reiteradamente vamos falando, deu lugar a corrida, das negociatas e da valorização de terrenos, principalmente em zonas privilegiadas da cidade onde mais tarde, a valorização destes terrenos, partiu da necessidade da valorização da construção vertical. Por isso, o aumento das construções não significou de fato o acalmar dos gritos, pelo contrário, o número de construção subia, por outro lado, as vozes "subiam" de tons a reclamarem a crise da habitação, podemos ver por exemplo como o jornal *O comércio* publicou uma opinião na rubrica *ecos e comentários*, sobre a questão da crise de habitação e dos negócios de terrenos:

> Continua a agravar-se a crise de habitação em Luanda, dado que muitos prédios se têm demolido, e se é certo que muitos também se vêm construindo, parece estar provado que o aumento do número de habitação está longe de acompanhar as necessidades resultantes de aumento contínuo da população desta capital. […] Mas há uma circunstância que, e par de tudo isto, tem impedido que a construção de pequenas habitações continue a desenvolver-se nesta cidade, e é, nada mais nada menos, que o elevado preço do custo dos terrenos, dentro da área urbanizada. E Luanda está, entretanto, cheia de terrenos, por construir e por murar, cheia de espaços em branco, que prejudicam o seu aspecto e o próprio saneamento, e que, na maioria dos casos, aguardam apenas que o tempo e maiores necessidades os valorizem. E é isso que era necessário impedir. Os terrenos não podem servir, em boa verdade, para jogos de bolsa, desde que os seus proprietários em nada contribuem para a sua valorização. […] Estude a Câmara o assunto e ponha em prática as medidas aconselháveis, e obterá contrapartida o aumento imediato do ritmo de construção, a venda por mais baixo preço de muitos terrenos devolutos aos que neles se proponham construir e o aumento consequente das receitas camarárias, bem necessário, afinal, para se atender às exigências, cada vez mais amplas, dos meios de vida e de defesa da cidade. (Jornal *o comércio*, 7 de fevereiro de 1956).

Reiteradamente os que reclamavam sobre a falta de habitação em Luanda olhavam para o problema e posteriormente comparavam-no com outras realidades, apontava-se o dedo para a CML, "os efeitos morais eram desastrosos, várias famílias encontravam-se mal alojadas"[211]. Por outro lado, já se começava a tornar normal

[211] "Editorial" In *Jornal o comércio*: 22 de maio de 1956. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

centenas de famílias utilizarem garagens acanhadas e dependências de outras habitações e não poucas. As cubatas dos tais ditos indígenas faziam parte deste problema, as cubatas sinalizavam o lugar dos tais ditos indígenas na cidade, um local onde o "indígena" para se instalar também pagava renda, mas eram locais que não ofereciam conforto.[212]

As autoridades com base o crescimento da cidade, criaram dispositivos para uma maior vigilância, mas sentia-se que faltava um plano que resolvesse os problemas que cidade enfrentava a longo prazo. Ávila de Azevedo ao pedir a palavra para falar sobre a urbanização de Luanda, foi categórico em dizer que defendia duas linhas fundamentais, que ele julga serem antagónicas: conservar e demolir. Conservar na perspectiva de Ávila de Azevedo, passava em preservar escrupulosamente todo o vestígio do passado: ruas, ruelas, edifícios, monumentos religiosos e monumentos militares, conservar a presença portuguesa ao sul do equador. Demolir, também, sem piedade todos aqueles obstáculos que entravam uma ideia urbanista de projetação futura.[213]

Demolir sem piedade, este desígnio recaia sempre para o lado mais fraco, lado que era ocupado pelos tais ditos indígenas, eles eram os nómadas[214] na cidade de Luanda, embora que na década de 50, "as famílias viram-se obrigadas a viver em todo os lados, até os ditos europeus começaram a instalar-se nos musseques".[215]

Na cidade o espaço é fragmentado, ele pode cooperar na construção de categorias para nutrição da ordem social e na associação das diferentes sociabilidades. Os tais tidos "brancos" foram obrigados a viver também no musseque. Implica dizer que ingressaram na fronteira do musseque. A situação colonial e as possibilidades davam lugar a prática de mesclas ou integração. No mesmo lugar encontravam-se as classes: a dos Europeus "civilizados", a dos Assimilados

---

[212] "Editorial" In *Jornal o comércio*: 19 de junho de 1956. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.
[213] "Peço a palavra" é o título do artigo de Avila de Azevedo publicado no Jornal *Diário Popular*. In Jornal Diário Popular: 23 de janeiro de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.
[214] "O morador da cidade não tem lugar fixo para habitar. Os tais bairros indígenas nunca mais são construídos, mas quando existem, são a miséria que todos conhecem, sem Luz, sem água suficiente para as suas necessidades e sem rede conveniente para as suas necessidades e sem rede conveniente de esgotos. Os que não moram nesses bairros são verdadeiros "vendedores ambulantes" que hoje estão num sítio e amanhã noutro". Esta narrativa faz parte de um panfleto que foi distribuído em Luanda. SERRANO, Carlos. **Angola nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 247.
[215] "A vida em Angola". In Jornal *Diário Popular*: 24 de janeiro de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

“associados”, a dos Indígenas os “Incultos” ou “não civilizados”. O musseque foi um lugar de novas oportunidades e sociabilidades, o reforço deste princípio pode ser atestado num acontecimento ocorrido no musseque:

> O emigrante, sem colocação garantida, sem família ou amigos que o agasalhem e assistam, é um elemento pernicioso. Mete-se pelo «muceque», vive com os pretos, faz-se fabricante de «quimbombo», trafica, espolia, numa negação absoluta dos nossos princípios tradicionais de civilização. Não estamos aqui a lutar pela expulsão dos brancos dos muceques. Isto seria simplesmente uma disposição da polícia que em nada reduziria o mal que lhe serve de raiz. (*Jornal Diário Popular*, 3 de março de 1957).

Permanecer na fronteira do musseque implicava várias sentenças e a criação de novas fronteiras, o tal dito “branco” era obrigado a conviver com os tais ditos “assimilados” e os tais ditos “indígenas”. Aparentemente em Angola não existia o Apartheid, mas se formos no âmago das questões podemos ver que houve fluidez de fronteiras, na perspectiva de Pepetela (2009) em Angola não existia o Apartheid, e os tais ditos “negros” e os tais ditos “brancos” viviam juntos e nunca existiu uma discriminação racista na íntegra na era colonial, mas sim, tratou-se de uma separação de classes, principalmente nos rendimentos.[216]

Caro leitor, não concordo com esta afirmação. Ao analisarmos o que a documentação instituí, fica claro que houve descriminação em Angola. Pode não ser percebida por todos, mas é importante compreender como os poderes são exercidos dentro das instituições, como as políticas públicas foram implementadas, como os dispositivos do fórum jurídico e os objetos urbanos foram criados para o cidadão.

Os tais ditos “brancos” estabelecidos nos musseques em consequência das condições difíceis do parque habitacional que Luanda dispunha no período que compreende os anos de 1940 a 1970, criam uma fronteira que podemos chamar de fronteira de vínculo. Com a fronteira vinculatória, logo os tais ditos “brancos” criaram estratégias de sobrevivência que passava por um lado, num negócio de (cantina) onde dispunha de bens essenciais para outros contingentes populacionais como: Cabo-Verdianos, São-Tomenses e Angolanos. De acordo com Mourão (2006, p. 231) a população de origem portuguesa representava dois tipos de trabalhadores: aqueles que moravam nos musseques para evitarem a liquidação de aluguéis altos na fronteira

[216] Pepetela reforça a sua posição dizendo que “havia famílias africanas que viviam na cidade e europeus que residiam nos musseques, sobretudo os comerciantes. "Não era como na África do Sul, onde o apartheid incidia o seu peso na raça da pessoa". Prova disso, diz, é o caso dos comerciantes portugueses que viviam nos musseques” “Editorial” In Jornal de Angola, 25 de janeiro de 2009.

da cidade do asfalto e os pequenos comerciantes vulgo Fubeiros[217], que controlavam o comércio local, a venda e distribuição de água[218], conferindo-lhes uma posição de destaque no interior do musseque.

Ilda (2021) nas suas narrativas assinala a presença da cantina do senhor "branco" no musseque:

> Antigamente a energia elétrica só existia nas cantinas no meio do bairro, do resto era candeeiro, a cantina era do branco. Olha espera então, à luz (energia elétrica) vinha da Mutamba até nas cantinas do branco, com essa chuva, quando arrebentasse um fio, o negro que estivesse a sair do trabalho para o musseque com a chuva, muitos ficavam eletrocutados e presos. E o branco não fazia nada, era só desligar, depois no final, cada um vai lá ver se é o teu irmão ou o teu marido, e se é, só assim é que vais depois enterrar. O branco nunca fez nada, para o negro é mentira, se a tua casa caiu com a chuva, tens de ir ter com os teus familiares, e daí vais recebendo valores para comprar bordão, para depois barrear. O branco não fez nada, essa informação você encontrou nestes documentos? Se encontraste então estes documentos estão um pouco aldrabados. O branco não fez nada, à Luz é só para as cantinas dos brancos, mesmo no Cariango, nós vivíamos ao lado de Lojas, nós não tínhamos direito à Luz, isso nos anos de 1970, o bairro era constituído da seguinte forma: duas cazotas, uma cantina, duas cazotas, uma cantina, para explorar o dinheiro dos bêbados. Nestas cantinas vendiam vinho, peixe frito com molho de tomate com gindungo, o negro ficava aí horas e horas. (ILDA, 2021).

Ângelo César, ao lamentar sobre o problema da habitação, vai dizer que o problema não é de carácter individual, mas sim familiar, pois são estas famílias que exigem uma habitação mínima, fixa ou fixável. O problema da habitação para ele é duplamente doméstico, pela etimologia e pela equação humana, Ângelo César ao entender que o problema estava conhecido por todos, a resolução carecia da intervenção de particulares que construíam para arrendar nas cooperativas, pela

---

[217] Comerciantes que eram apelidados por fubeiros – Fuba: farinha proveniente da Mandioca.

[218] Na extrema área dos muceques, onde habitam algumas famílias civilizadas e dezenas de milhares de indígenas, poucas são as casas que têm água canalizada, podendo dizer-se que das habitadas por indígenas nenhuma a tem. Para suprir aquela enorme população do precioso e indispensável líquido, devia haver, ao menos, fontenários, mas quem percorra a extensa área verifica que tal coisa não existe. Como consequência os indígenas são forçados a adquirir a água de que necessitam àqueles que a têm canalizada, pagando-a por preço superior ao da LAL, como é absolutamente natural. Daqui resulta um consumo bem menor do que o necessário para uma boa higiene das habitações, porque ao preço há que juntar-se o trabalho de transporte, às vezes distâncias razoáveis. Era preciso que se instalassem muitos fontenários, tantos quantos os precisos para que nenhum habitante tivesse de andar mais de cem metros para obter o líquido que não pode dispensar. Segundo vimos há tempos, a Câmara já instalou alguns fontenários, mas foram destruídos, não se sabe por quem, havendo quem pretenda acusar os comerciantes que atualmente dispensam a água aos indígenas de autores da destruição, o que nos parece um juízo muito precipitado, visto que os lucros que da água lhes possam advir não justificariam de modo algum tão grande crime. "*Ecos e Comentários*". In *O Comércio:* 10 de dezembro de 1954. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

iniciativa de vários organismos e pelas realizações do ministério das obras públicas e do ministério das corporações.[219]

Mesmo com o ritmo e o fomento de obras em Luanda, a insatisfação continuava, isto porque, anteriormente não se fez muito por Luanda em termos de habitações confortáveis e higiénicas, mesmo para aqueles tais ditos brancos saídos da metrópole, chegados em Luanda, muitos não aceitavam investir seus capitais para construir. Muitas vezes quem dispunha, preferia transferir para metrópole e aí empregava em prédios ou em quintas, e muitas famílias chegadas da metrópole, mal acomodadas, muitas fugiam de Angola. Com andar do tempo, os primeiros passos foram dados e começaram a construir moradias modestas, e consequentemente a procura aumentou, surgindo os primeiros prédios de primeiro andar em Luanda, só depois é que surgiram a vista de todos, uma construção rápida de prédios de vários andares.[220]

Entre 1946 até 1951, construíram-se, nas cidades de Angola 2.144 prédios com o valor de 696.319 contos. Luanda foi a cidade que mais cresceu, aumentando, durante o último decénio, 2129 prédios, com uma área coberta de 698.074 metros quadrados e um valor muito próximo de um milhão de contos (992.634 contos). Até por volta do ano de 1940 Luanda no total tinha construído 2.595, passados dez anos (em 1950), Luanda atingiu a marca de 7.159 prédios construídos, até por volta do ano de 1956 a cidade de Luanda registrou a construção de 8.581 prédios[221]. O quadro que se segue ao mostrar o número de prédios, a área coberta e os valores em contos, mostra claramente que o desenvolvimento da construção urbana em Luanda esteve acompanhado com o desenvolvimento das atividades económicas.

[219] In *Jornal Diário Popular*: 8 de maio de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.
[220] In Jornal *A provincia de Angola*: 31 dezembro de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.
[221] In Jornal *A provincia de Angola*: 28 dezembro de 1957. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

Tabela 3 - Construção de prédios na província de Luanda, 1948 - 1957.

Ano	Nº de Prédios	Área Coberta	Valor em Contos
1948	193	28578	44835
1949	221	45002	71592
1950	230	45807	77741
1951	221	58416	136400
1952	302	80019	124472
1953	370	130272	162414
1954	174	83387	96860
1955	194	88690	111486
1956	161	114652	134848
1957	175	152823	116589
Total	2241	827646	1077237

Fonte: (Jornal *a provincia de angola*, 17 de maio, 1958)

A estatística de prédios construídos num período de dez anos nos mostra o valor do desenvolvimento urbano empreendido em Angola. Por outro lado, este recenseamento que acabamos de ver na tabela 2 significa também a consolidação da ocupação de espaços na cidade antiga, mormente da cidade baixa e o grande centro. Em consequência a baixa de Luanda começou a ter uma maior concentração da maioria das atividades nesta zona e pela especulação dos terrenos, quanto mais caro, o interesse para a construção urbana, maior é o interesse do construtor em aumentar o número de andares. Quanto à parte da cidade de Luanda sobre o planalto, ocupando os antigos musseques, surgiram novos bairros habitacionais como os da vila Alice, Vila Clotilde, Caop, Cruzeiro, entre outros. Bairros que durante muito tempo encontraram-se sem pavimentação, sem passeios, escoamentos ou luz, numa evidente diferença entre a construção urbana e o traçado (AMARAL, 1968b).

Embora o resultado das obras demonstrava o progresso de Luanda, até por volta do ano de 1956, a cidade debatia-se com muitos problemas. Na tomada de posse do novo presidente da CML, ato que foi conferido pelo Governador – Geral Tenente-Coronel Sá Viana Rebelo, o então presidente nomeado foi perentório em dizer no seu discurso, que a cidade de Luanda está longe ainda de ser o que merece ser por não terem resolvido alguns dos seus problemas fundamentais. “Luanda não tem a sua urbanização estudada e disciplinada. Luanda não tem esgoto. Luanda está a ser

comida pelo tempo. Luanda não resolveu o problema da habitação para uma centena de milhares de indígenas" […].[222]

Para se resolver o problema da habitação em Luanda uns diziam que era necessário construir casas económicas, outros apontavam que era fundamental a existência de rendas acessíveis na cidade. "Mas também era indispensável que cada um diga o que quer, o que sente, e o que reclama sobre a questão da habitação"[223], palavras que mostram a existência de um mal geral, ou seja, era necessário que as pessoas falassem o que sentiam na pele acerca do problema da falta de casas e do valor das rendas praticados na cidade de Luanda. Neste contexto, O Boletim Cultura[224] associou-se à imprensa diária que vinha a chamar atenção sobre o problema da falta de habitação e a reclamar por soluções urgentes.

Das vozes que foram chamadas para falar sobre o problema da falta de habitação, sobretudo do problema da moradia para os tais ditos indígenas em Luanda, foram os senhores Bento Ribeiro, Bernadino Faria e o arquiteto Pinto da Cunha. Bernadino Faria ao responder ao jornal explica que é evidente que o problema da habitação indígena não se pode desconjuntar do problema genérico da habitação, mas funda num capítulo à parte. Por outro lado, o arquiteto Pinto da Cunha considera que não se poderá de forma nenhuma procurar resolver o problema da habitação em Luanda sem considerar a solução do problema da habitação indígena. Ele é uma parte de um todo, em proporção por enquanto esmagadora e que traz para a solução geral do problema dados que têm de ser encarados muito seriamente.

Quanto ao Sr. Bento Ribeiro, ele apresentou-se ao Jornal como defensor dos tais ditos indígenas no Comité Legislativo, quando lhe foi perguntado o que pensava sobre a questão da habitação em Luanda? Em resposta Bento Ribeiro afirmou

---

[222] Ver: *Boletim Geral das Colónias*. VOL. XXXII - 372, 1956 - 372, p. 144-145.
[223] In Jornal *o Boletim Cultura*: 03 de março de 1958.
[224] In: *O Boletim Cultura*: "O problema da Habitação em Luanda: é preciso construir casas para todos...". 02 de janeiro a 03 de março de 1958. *O boletim Cultura* como jornal pertenceu a Sociedade Cultural de Angola - (SCA). Sociedade que foi fundada em 1942, pela portaria do Governo-geral de Angola de 6/11/1942, com o objetivo do desenvolvimento da educação artística e científica. O vice-presidente da (SCA), Dr. Eugénio Bento Ferreira assumiu a direção do jornal "Cultura" em 1947, um ou dois anos depois o Jornal foi suspenso pelo Governo-geral de Angola. Contudo no jornal cultura, os escritos de carácter científico ou técnico eram comumente da criação de portugueses progressistas, enquanto os trabalhos incidindo a literatura e arte eram unicamente feitos por intelectuais angolanos. No recinto da (SCA) passaram pessoas de todas as "raças"" e várias classes sociais e muito delas já enquadradas nas primeiras células políticas clandestinas. Contudo a PIDE aprisionou muita gente que passou por lá, a Pide realizou pelo menos 3 incursões na SCA para prender gente (GUERRA, *apud*, AGOSTINHO, 2018, p.104 -107b).

categoricamente que a habitação indígena em Luanda constituiu um dos mais graves problemas que impedem sobre a administração. É um assunto que ele já tinha debatido com intensidade em abril de 1956 no Conselho Legislativo, e voltou a fazê-lo na discussão do anteprojeto do Plano de Fomento para Angola no período de 1959 – 1964.

Dentro do condicionalismo que vigorava na altura o problema da habitação, Bento Ribeiro afirma que o governo-geral procurou enfrentar o problema numa visão de longo alcance, por isso, com a efetivação de certas medidas nelas instituídas podiam advir resultados aceitáveis. Mas durante o período que se espera por resultados não se deve aceitar que os "indígenas" sejam expulsos, seja a que desculpa for, dos lugares que atualmente habitam. Bento Ribeiro reforça a sua posição de defensor dos tais ditos indígenas, dizendo que era importante assegurar uma parcela de terra, onde se sintam "livres do camartelo impiedoso que cessa de os perseguir".[225]

Bento Ribeiro vai concluir a sua análise dizendo que, enquanto não se aplicarem a feitos os objetivos confiados no referido diploma 2799, tem de se abonar moradias à gente que se estabeleceu em zonas, parte dela expulsa de outros musseques, agora transfigurados em bairros residenciais integrados na área urbana da capital, como sejam: Viuva Leal, Betencourt, Cayate, Ramalho, Braga, Vila Coltilde e vila alice (antigo musseque Caldeira). Para isso há só um caminho: "a expropriação dos locais que os indígenas ocupam, como aliás se prevê naquele diploma".

Até a década de 60 as rendas de casas acompanhavam o indiscutível progresso da cidade de Luanda, o número de edifícios crescia, os senhorios no espírito de acompanhar o progresso também faziam crescer as respectivas rendas.[226] Nesta ordem de ideia quais foram as políticas para poder resolver o problema da questão da falta de habitação principalmente para os tais ditos indígenas? É o assunto que arriscaremos trazer para o próximo capítulo.

---

[225] Os tais ditos indígenas até 1958, segundo Bento Reibeiro na sua maioria ocupavam os seguintes musseques: Burity, Sambizanga, Marçal, Sérgio Pedrosa, Mota, Rangel, Fernando Torres, Terra Nova, Cabeça, Calemba, Cassequel, Cazenga, Morro da Maianga (musseque Prenda) e Samba (bairro de pescadores).

[226] "Crise de Habitação" In Jornal *Noticia*: 8 dezembro de 1960. Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

4 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENCARAR O PROBLEMA DA FALTA DE HABITAÇÃO PARA OS TAIS DITOS INDÍGENAS.

> “Angola também é Portugal, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construir Angola, levantai Angola porque também é Portugal”.

A epígrafe que abre este capítulo é proveniente das palavras de Manuel Barros Gabriel (2018), ela traz consigo vários significados, de tal maneira que perguntei o porquê destas palavras tão poderosas e seguras provenientes de um narrador que assinala Angola como província de Portugal. Esta epígrafe permite trazer um pequeno percurso feito por nós, permitindo desta forma, chegar ao íntimo daquilo que é possível retirar como camada para entendermos no cerne o motivo que levou Manuel Barros Gabriel (2018) a falar com segurança, sobre a relação subalterna da província de Angola em relação à metrópole.

Em 2020, quando cheguei à Luanda[227] para fazer a pesquisa nos arquivos e em algumas instituições, tive o contato com o livro de Katya Santos (2018) *Pedaços da História: Angola nas palavras de quem viveu*. O que chamou atenção na minha leitura, foram as narrativas de Manuel Barros Gabriel (2018) supracitadas contidas no livro. Sendo um livro de memória, Santos (2018) procura trazer à ribalta memórias de mais velhos que vivem no beiral de Luanda. No livro é possível encontrar narrativas que formam variados assuntos, desde histórias de vida, trajetórias, tempos, bairros de Luanda, ou seja, dá para ver a geografia, a espacialidade e a relação existente entre bairros indígenas e a cidade de Luanda.

Podia dar-me como satisfeito de ter o livro em minha posse como uma fonte, mas decidi ir à procura de Manuel Barros Gabriel no Beiral de Luanda. Depois de uma grande burocracia por causa da covid-19, isto porque, o beiral alberga pessoas de terceira idade, depois de alguns meses consegui fazer entrevista ao Gabriel em 2021. Na verdade, o interesse da entrevista era de tentar encontrar lugares comuns e confirmar algumas camadas inscritas nas narrativas que eu consegui observar no Livro de Santos (2018).

[227] Proveniente de Recife – Brasil, cheguei à Luanda no dia 21 de setembro de 2020.

Neste contexto, quais seriam estes lugares comuns, encontrados no livro de Santos (2018) em relação as narrativas provenientes da entrevista feita ao Gabriel? Um dos exemplos é a mesma forma como Gabriel (2021) narrou quando foi entrevistado por mim e por Santos (2018), por isso encontramos uma grande acepção na epígrafe.[228]

Não me dei por satisfeito com as narrativas de Gabriel (*apud* Santos, 2018), conforme esclareci, porque a tarefa do historiador é também escavar e, partir das possibilidades que estiverem ao seu alcance, ele vai poder escavar nas narrativas, nas imagens, nos conceitos, no lugar da história, nas fontes e nos arquivos.[229]

Olhando para as narrativas provenientes da entrevista feita ao Sr. Gabriel (2021), chegou um momento, que ele afirmou que Luanda começou a crescer depois da vinda do presidente da república portuguesa Francisco Higino Craveiro Lopes, na companhia do ministro do Ultramar professor doutor Adriano Moreira.[230] Gabriel (2021) disse que na altura da visita do presidente, ele já se considerava um homem, que se lembra que naquela altura ele e os colegas que participavam de uma banda musical foram convocados para receber o ministro do Ultramar.

Gabriel (2021) ao referir-se desta visita, diz que ela vai ficar na história, visto que existe atualmente um bairro em Luanda como o nome de Adriano Moreira, ele nos confirma que foi neste espaço geográfico onde se passou o comício. Foi neste comício que Adriano de Moreira proferiu o seguinte: “nós é que representamos à vontade. Meus senhores portugueses, capitalistas, monopolistas, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construam casas para os indígenas”.[231] Este relato também, encontramos no livro de Santos (2018), abaixo podemos ver como Gabriel (2018) articulou o seu discurso:

> Construam bairros para os indígenas, levantai escolas, levantai lares para os mais necessitados”, porque havia muitas pessoas sem o que fazer na rua. Foi aí que se construiu o Beiral, construiu-se o Bairro Indígena, ficava ali onde

[228] Não fui com o intuito de perguntar as mesmas questões que Santos (2018) perguntou, mas para a nossa surpresa, Gabriel (2021) acabou por narrar questões que também foi possível encontrar no livro de Santos (2018).
[229] Ou melhor, à medida que tentamos estudar o passado precisamos remover as camadas de interpretação que cobrem tanto o passado quanto os seus artefactos (RAMEY, 2014).
[230] Caro leitor, o narrador não mencionou a data da chegada do presidente Francisco Higino Craveiro Lopes. Como se tratava de uma entrevista, não interrompi a conversa, deixei o narrador à vontade. No entanto, os registros indicam que o presidente esteve em Angola em 1956.
[231] Entrevista feita ao Manuel Barros Gabriel, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 11/07/2021 em Luanda – Beiral.

> está a Cidadela (indígenas éramos nós, os donos da terra). Francisco Higino Craveiro Lopes, após ter vindo cá, automaticamente faz um discurso, porque o objectivo dos portugueses era sacar daqui e ir construir no país deles e Angola ficava toda descalça. A palavra de ordem que era "O dinheiro ganho cá, é gasto cá, ninguém poderá tirar o dinheiro daqui; isto também é Portugal (GABRIEL, *apud*, SANTOS, 2018, p. 141-142).

Se olharmos para as narrativas de Gabriel (2018, 2021) provenientes do ato de narrar em relação às entrevistas feitas por mim e por Santos (2018), constatamos que existem diferenças no discurso. Se por um lado, Gabriel vai nos dizer que foi Adriano Moreira que proferiu o trecho que utilizamos como epígrafe, por outro lado, no livro de Santos (2018) encontramos que foi Francisco Higino Craveiro Lopes que proferiu o trecho.

Em 1956 no primeiro ano de governação de Sá Viana Rebelo – Governador – Geral de Angola, o presidente da república Francisco Higino Craveiro Lopes esteve duas vezes em Angola, a primeira em agosto, e a segunda em setembro[232], numa destas ocasiões podemos enquadrar o evento que ficou marcado na memória de Manuel Barros Gabriel (2021). É importante realçar que não ficamos preocupados com a questão da autoria do trecho que fizemos como uma epígrafe, se é de Adriano Moreira ou de Francisco Lopes, isto porque, estamos a lidar com a memória, por isso, vamos encontrar estas diferenças nos discursos.[233] O mais importante para nós foi encontrar uma significação e a partir dela, permitiu perceber que até para se resolver problemas de habitação em Angola como província de Portugal dependia de orientações provenientes de Lisboa - sede do governo.

Neste contexto, até que ponto a CML dependia de orientações provenientes do Ministério do Ultramar em termos de matérias relacionadas com a gestão da cidade de Luanda? Como a gestão de Luanda, atuava como estratégia na gestão de Angola e dos tais ditos indígenas? Qual era a relação entre os atores do urbanismo? São

---

[232] Editorial: "Um ano na chefia do Governo-Geral de Angola – O Governador – Geral de Angola, Sr. Tenente-Coronel Sá Viana Rebelo" - Jornal Diário Popular, 28 de fevereiro de 1957.

[233] É importante frisar o seguinte: mesmo quando o investigador estimula o narrador que vai dar o depoimento, o mais importante é olhar como o narrador vai narrar, isto porque, estamos em presença de uma construção, ou seja, o que o narrador vai narrar é uma construção que estará sujeita a modificação, lembrando que existe uma diferença entre a vida vivida e aquilo que é lembrança. Por outro lado, Meihy (2005, p. 56) vai dizer que toda narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que, por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, cada vez que são reditas carregam diferenças significativas.

questões que nos conduzem para um lugar em que será possível olhar as relações de poder quando o poder precisa recorrer “a proibições e comandos”.[234]

Por outras palavras, caro leitor, neste capítulo, tentaremos compreender quais são os objetos urbanos criados para a resolução do problema da construção dos bairros indígenas, indo numa direção que abrange, as relações entre instituições (CML, GUC, GUU, CABI, DSNI e Negócios Indígenas) e sujeitos (atores do urbanismo e deputados). As práticas, os processos administrativos, os debates produzidos nas instituições e pelos sujeitos, os dispositivos criados, a burocracia gerada na relação entre instituições e sujeitos, nos levam a olhar para esse espaço de situações sob um prisma; que pode ser entendido como governamentalidade.

4.1 DA AUTONOMIA LOCAL AO PODER CENTRALISTA DA METRÓPOLE: “DESCOMPASSOS BUROCRÁTICOS” ENTRE OS ATORES DO URBANISMO

Olhar o histórico da evolução administrativa da cidade de Luanda, na perspectiva de Mourão (2015) permite compreender no cerne as divergências entre os interesses da metrópole e os interesses locais em termos de urbanismo. Tanto a evolução demográfica e económica de Luanda, mostram inconfundivelmente como, ao longo do tempo, emergem fases de achegamento e isolamento em relação à metrópole, de sincronismo e de interesses dissemelhantes entre a população local, a burguesia local e a burguesia metropolitana, seja a de Lisboa seja a do Porto.

Só nas épocas em que se registrou um grande fluxo de entrada de “brancos”, à independência do Brasil e, mais recentemente, a partir dos anos cinquenta do século XX é que se pode assinalar uma coincidência entre os interesses da nova camada da população dita branca colonial e a população da metrópole. No plano económico é de se destacar a burguesia de Lisboa, visto que ela se tornou latifundiária. Em relação à CML, Mourão (2015) vai dizer que a autonomia da câmara, em relação ao seu passado, também sofreu um movimento regressivo. Ou seja, os vereadores, de eleitos, passaram a ser indicados, para mais tarde ao regime de eleição. Nos últimos dez anos do regime colonial, a Vereança era representada por um quadro de uma sociedade dita branca, organizada até certo ponto alicerçada com alguma afinidade

[234] As construções do poder supraindividuais têm uma estrutura diferente de mediação. O todo se comporta com o indivíduo de maneira diferente e correspondente. Se falta mediação, o todo oprime o indivíduo. Aqui, o poder precisa recorrer a proibições e comandos (HAN, 2019, p.19 - 20).

profissional, segundo o modelo político Estado – Novista da metrópole, do que a população urbana propriamente (MOURÃO, 2015, p. 204).

Em relação à urbanização e as obras, assinalou-se embates entre a Câmara, a tutela, as obras públicas, o Conselho, a Circunscrição, ou seja, entre o poder municipal, o governador – geral da colónia e as autoridades da metrópole (MOURÃO, 2015). Esta "novela" onde o enredo decorre num lugar de disputa entre os atores do urbanismo, teve o seu início na década de 1940. A década de 1930 é assinalada conforme dissemos no capítulo anterior, com a chegada de Oliveira Salazar em 1932 no posto de Presidente do Conselho de Ministro. Em consequência, inicia-se um processo de regeneração de Portugal e do seu império colonial. Posteriormente, a nova Constituição descreve o Acto Colonial, a Lei Orgânica e a Lei da Reforma Administrativa dos territórios ultramarinos. O governo permanece centrado na metrópole e todos os cidadãos passam a ter os mesmos direitos legais, à exceção dos tais ditos "indígenas" (TOSTÕES, 2013).

Com o início da segunda guerra mundial, mesmo com o seu fim, o café tornou-se um produto importante para as exportações a nível mundial devido à alta de preços, perante a este quadro, a planta do café trouxe para Angola muitos investimentos[235], e com isso houve ganhos, de tal maneira que as cidades cresceram, Luanda foi a maior beneficiária em termos de construções de bairros, edifícios e outras infraestruturas bem como serviços. Mas este desenvolvimento não significou que as coisas estavam corretas em termos de urbanismo ou obras públicas, os problemas acompanhavam este progresso, uma resolução pontual tornava-se difícil (MARTINS, 2000; TOSTÕES, 2013).

Com um governo centrado na metrópole, em 1944 foi criado o Gabinete de urbanização Colonial – GUC, pelo então Ministro das colónias Marcelo Caetano. Em seis de dezembro de 1944, através do decreto número 34:173 cria-se por este diploma o GUC[236], com sede em Lisboa, mas com o caráter de organismo comum a todas as

[235] Por outro lado, é colocado em prática a partir de 1953 o lançamento dos planos de Fomento que passam a integrar uma política baseada numa estratégia acelerada de desenvolvimento nas colónias africanas com um reforço significativo de ações, estão na base dos empreendimentos relacionados com o surto de arquitetura e urbanismo moderno (TOSTÕES, 2013, p. 63).
[236] Ver o diploma em: https://files.dre.pt/1s/1944/12/26901/11671168.pdf acessado em: 21/11/2022.

colónias de África. O diploma é constituído por treze artigos, nele é possível encontrar diretrizes que mostram como foi a atuação e o funcionamento do GUC.

O GUC tinha como competência estudar os problemas de urbanização colonial e promover a elaboração de planos de arranjo e expansão das cidades e vilas das colónias africanas. Por outro lado, tinha competência de estudar e promover a elaboração de projetos dos tipos de habitação mais convenientes aos europeus nas diversas regiões das colónias. O GUC possuía autonomia técnica e financeira, sendo os seus encargos repartidos por todas as colónias de África. E os projetos, planos e instruções elaborados pelo GUC eram aprovados sempre pelo Ministro das colónias, que antes de aprovar qualquer dossiê, mandava para a apreciação do conselho técnico de Fomento Colonial.[237]

No seu primeiro ano de funcionamento o GUC, começou com o recrutamento do pessoal técnico especializado, com o qual começou imediatamente os seus trabalhos, com o levantamento topográfico das principais povoações nas colónias. Numa entrevista concedida ao Jornal *A província de Angola* o engenheiro Rogério Cavacas com as funções de diretor e de Inspector Superior do Fomento Colonial, adiantou algumas linhas de orientação de como seria a resolução de alguns problemas relacionados com a implementação do plano de urbanização para Luanda:

> Para se resolver todo e qualquer problema dum plano de urbanização, onde se apoia a solução dos problemas respeitantes à àgua, luz, esgotos etc. Por esse motivo, os arquitectos que vieram às colónias só trataram do estudo dos projectos de Urbanização. Os especialistas, que tratarão dos restantes problemas, a seu tempo virão. Os trabalhos iniciáram-se por inqueritos às populações visitadas, estudos preliminares, em que foram auxiliados pelos serviços locais: municípios, cadastros, e até mesmo os de Estatística, Instrução etc., que nos prestaram valioso auxílio. […] Á Luz do critério exposto, há que naturalmente resumir as expropriações so que for estritamente indispensável, procurando fazer-se mais uma urbanização prática e utilitária, que uma urbanização com excessivos estéticos e monumentais (Jornal *A província de Angola*, 27 de dezembro de 1945).

As bases económicas é que ditaram o nascimento do GUC, ou seja, Correia (2018) ao analisar um documento da CML de 1956, constata que Marcelo Caetano e António Aguiar o então chefe do GUC, sugeriram a anexação da CML no GUC, acreditando que seria um ganho para Luanda e Angola no geral em termos de poupanças das receitas que estariam disponíveis para as verificações e ajustamentos

[237] O diploma entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1945.

do plano urbanístico para Luanda. Por outro lado, foram feitos compromissos, na qual o Governo se encarregava com os gastos na realização do plano urbanístico e a CML teve de aceitar, visto que ela não se encontrava munida de dinheiro para responder às demandas do plano urbanístico de Luanda (VAZ MILHEIRO, 2011; CORREIA, 2018).

A intenção de se criar um organismo com as características do GUC começa a ser pensada em 1930. Em 1932, a sociedade dos arquitetos portugueses teve a iniciativa de dirigir uma carta ao então ministro das Colónias Armindo Monteiro, solicitando a contratação de arquitetos em projetos destinados aos territórios coloniais (VAZ MILHEIRO, 2011). Embora a sociedade dos arquitetos estivesse preocupada com a situação sobre a questão do urbanismo nas colónias, e de referir que nas colónias já se encontravam alguns arquitetos que contribuíram com alguns trabalhos relevantes[238]. Mas o problema é que a CML estava com dificuldades na gestão do planeamento da cidade de Luanda, até 1940 a CML não possuía um arquiteto com um contrato permanente na sua área técnica com a finalidade de elaborar o plano de urbanização da cidade.

Através do arquiteto Sr. Moreira da Silva foi entregue um esboceto do plano de urbanização de Luanda, que a partir do dia vinte cinco de junho do ano de 1942, começou a ser apreciado na sessão da Comissão Administrativa do Município[239]. No mesmo ano, a Câmara Municipal de Lisboa, encomendou o primeiro Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda a Etienne Gröer e ao arquiteto Moreira da Silva que apresentaram um plano de uma cidade concêntrica com cinco cidades-satélites. A falta de dinheiro e o argumento da falta de técnicos impediram que se efetivasse o plano de urbanização de 1942, de Ettiénne de Groer e de David Moreira da Silva (CORREIA, 2018). Em 1947 o GUC elaborou um novo plano de urbanização de Luanda, sua aprovação foi feita através do despacho do Subsecretário de Estado das colónias em sete de abril de 1947, posto em vigor pela CML em 29 de outubro do mesmo ano.[240]

---

[238] Podemos dar exemplos dos arquitetos Goullart de Medeiros e o Franz Shachere.
[239] In: Editorial: "*Plano de urbanização de Luanda*" - Jornal *A província de Angola*, 26 de junho de 1942.
[240] Ver: *Proposta para a definição de novos limites do foral da cidade* - Pasta de processo: U. 10 - 8ª Repartição da CML- 44/45, 1955 – Arquivo do IPEGUL.

Antes do plano de urbanização de 1947 ser aprovado, ele era alvo de discussão, primeiro em Lisboa com a participação de um técnico proveniente da CML, só depois é que o plano era enviado de Lisboa para Luanda de barco a vapor e posteriormente quando chegasse à Luanda era remetido para o governo-geral da província e por sua vez era enviado para a CML. Em 1946 Engenheiro Sr. Azevedo Gomes participou na elaboração do novo plano como representante da CML.[241]

Enquanto pleiteava-se os projetos para se resolver problemas ligados com a gestão de Luanda entre o GUC e a CML, por outro lado, as vozes se levantavam sobre actuação do GUC, uns diziam que o GUC retardava o crescimento da cidade de Luanda, outros alegavam a incapacidade da CML:

> O Gabinete de urbanização retarda o progresso de Angola. A cidade de Luanda possuía não um ante-projecto de urbanização, mas um projecto que levou mais de três anos a elaborar por dois mestres urbanistas, um português e outro estrangeiro, ambos de reconhecida e incontestada autoridade. O ano passado, quando por aqui passaram os técnicos do Gabinete de Urbanização, em meia dúzia de dias decidiram introduzir no projecto importantes modificações. E levaram-nos para Lisboa de onde há pouco foi devolvido com essas modificações para a Câmara, com muita razão, não concordou com algumas e resolveu propôr outras – o assunto tem de voltar de novo a Lisboa, o que evidentemente provoca mais demoras e causa mais embaraços à vida de uma cidade onde palpita uma intensa ânsia de progresso. […] O programa a executar é tão vasto e tão complexo que o Gabinete não tem materialmente tempo para desempenhar de forma cabal a sua missão, em consequência do que – e é visto o que importa frisar – êsse organismo, em vez de ser um elemento de progresso das colónias, está a ser, pela força das circunstâncias, e para além destas, talvez, um elemento de retrocesso. (Jornal *A província de Angola*, 26 de setembro de 1946).

Em um ano de existência, o Gabinete de Urbanização colonial já era alvo de críticas, motivo que fez o GUC, responder ao Sr. Dr. Rafael Avila de Azevedo, a partir do *Diário de Manhã* de Lisboa, dizendo que não alinhava e nem se juntava às tais críticas. A resposta do GUC veio acompanhada de um mapa que espelhava todo trabalho executado ao longo da sua existência. Nesta lista de obras em execução e por executar nas colónias, é possível ver a separação de edifícios a ser construídos com base na “cor da pele” por exemplo consta no mapa (ver em anexo H) mercado para a população europeia e para os tais ditos indígenas, mercado e maternidades rudimentares.[242]

---

[241] “Editorial”: *Jornal A província de Angola*, 03 de julho de 1946.

[242] In: Boletim Geral das Colónias. XXII – 258 Portugal. Agência Geral das Colónias, vol. XXII - 258, 1946, p. 114.

Em linhas gerais o novo plano aprovado em 1947, é fruto de um anteprojeto que foi traçado pelos técnicos, quando da estadia da missão do GUC em Luanda no ano de 1945. Correia (2018, p. 135) vai dizer que o plano alterado, em 1945, por António Aguiar, apenas foi aprovado em 1947 – dois anos depois da visita de Marcelo Caetano e António Aguiar a Luanda. Mas, como a cidade já tinha crescido, como o tempo não espera por ninguém, para a realidade, o plano aprovado já não respondia às demandas da cidade, por isso, este plano de urbanização acabou por não ser efetivado.

No ano de 1951 acontece a revisão constitucional que determinava o desejo de mostrar-se aos olhos de todos e internacionalmente, que Portugal adotava uma nova forma de designação para as suas possessões territoriais em África: passando de "império" e "colónia" para "Ultramar" e "Províncias". Foi neste contexto que o GUC passou a ser designado por Gabinete de Urbanização do Ultramar – GUU e o Ministério das colónias por Ministério do Ultramar (TOSTÕES, 2013, p. 83).

Em 1956 o presidente da CML Álvaro Rêgo Cabral ao escrever para o Governador do distrito de Luanda, faz uma petição com base em uma proposta para a definição de novos limites forais. Nesta proposta, o presidente aproveitou a ocasião para falar do funcionamento da CML e a sua relação de subalterna do GUU. Neste documento[243], Álvaro Rêgo diz que em 1952 o GUU fez uma revisão do plano de 1947, na qual não chegou a ser despachado pelo ministério, e a CML decidiu "porventura ilegalmente" pô-la em execução, a partir de 3 de março de 1952, por sugestão do Governo-geral.

Por outro lado, em forma de lamento, Álvaro Rêgo Cabral, explica que tudo aquilo que se refere à urbanização de Luanda tem estado, de fato e de direito, dependente do ministério do Ultramar, através do seu gabinete de urbanização. Os órgãos da CML tinham um outro entendimento sobre os problemas urbanísticos de Luanda, Álvaro Rêgo Cabral sinaliza na carta, que a CML possuía competência para resolver os problemas urbanísticos, mas tratando dentro da CML, tal como acontecia no Porto e em Lisboa. Ainda neste documento, Álvaro Rêgo Cabral vai afirmar, que a CML dispunha de técnicos e serviços de urbanização, neste contexto, era necessário

[243] Ver: Proposta para a definição de novos limites do foral da cidade - Pasta de processo: U. 10 - 8ª Repartição da CML- 44/45, 1955. – Arquivo do IPEGUL.

que o ministério do ultramar determina-se: a) A aprovação do plano diretor e o seu regulamento, b) Dar a competência na CML para que no futuro, ela seja capaz de resolver os problemas urbanísticos da cidade de Luanda.

Embora seja possível olharmos a relação entre a CML e o GUC que depois muda de denominação para GUU, na imprensa crescia um movimento que acompanhava o que era debatido na edilidade sobre os problemas urbanísticos, posição que dava vantagem aos colunistas de jornais criticarem por vezes a CML, o GUU, os Serviços de Urbanização subordinados às obras públicas e os arquitetos. Por exemplo no jornal *Diário Popular* na sua edição do dia um de dezembro de 1957, com uma notícia: "*vão continuar os males urbanísticos de Luanda?*" Claramente, este colunista aponta as suas atenções aos problemas pontuais acerca do urbanismo de Luanda, o alvo da crítica foi ao arquiteto que estava a chefiar os serviços de urbanização de Luanda pertencente às Obras Públicas.

O colunista aponta fragilidades no funcionamento deste órgão, dizendo que o arquiteto não conhecia de fato os problemas citadinos e em segundo, a urbanização não se pode fazer por uma pessoa, ou seja, ela devia ser feita por um grupo de arquitetos. Por isso, era necessário criar secções de urbanização, embora que esta situação não fosse análoga à CML, nesta altura, a CML contava com a mão-de-obra de dois arquitetos. Por outro lado, o colunista alegava que era necessário trazer um arquiteto da metrópole para Luanda para formar outros. Ainda nesta notícia, a CML também foi alvo de críticas, isto devido a construção de um edifício de nome *Muanhás*, que provocou larga celeuma, forçando o engenheiro Álvaro Rêgo Cabral a abandonar a presidência da CML onde estava a produzir uma "obra notável".

A demissão do presidente da CML veio mostrar mais uma vez, o "nú" das deficiências do plano urbanístico da cidade, que ao longo do tempo vinha sendo balançado entre Luanda e Lisboa, sem que haja uma direção concisa e tecnicamente capaz. Na reunião que determinou o pedido de exoneração do presidente da CML, um vereador defendeu um ponto de vista que era necessário chamar a Luanda um arquiteto urbanista estrangeiro de reconhecida competência para elaboração de um plano definido. Naquela altura, a preferência recaia para o nome de Le Corbusier.[244]

[244] In: Editorial: "*Os problemas urbanísticos da cidade de Luanda*" - Jornal *Diário Popular*, 24 de junho de 1957.

De fato, era sabido que os arquitetos que labutavam em diferentes instituições em Luanda e que respondiam os problemas urbanísticos na cidade, não estavam a dar conta das demandas, o problema de falta de habitação continuava a ser o "prato" do dia, mesmo aquelas habitações que ao longo do tempo eram erguidas para mitigar a situação do problema da falta de habitação, também levantaram outras séries de preocupações.[245]

Se a criação do GUC foi com um objetivo louvável, passados anos a CML contribuía para as despesas do GUC, por exemplo em 1946 a CML desembolsou 1.000 contos para o pagamento de estudos feitos em Luanda. E anualmente o GUC recebia da CML 600 contos[246]. Por outro lado, a CML nunca recebeu qualquer receita de apoio para a realização do seu plano de urbanização. Correia (2018, p. 134) vai afirmar categoricamente que a CML foi "desapropriada de mais de 100 mil contos de terrenos, para neles se executarem as obras e as edificações que o Gabinete determinou, como se fosse o dono da cidade", ou seja, executava-se obras e não se consultava a CML.

Antes da criação do GUC, a CML geria a cidade com certa "liberdade", uma vez que os urbanistas se deslocavam para Luanda vindos da metrópole, para auxiliar os trabalhos na CML, mas depois o GUC até aqueles problemas pontuais que se podia resolver em Luanda, passou a ser resolvidos em Lisboa, dando lugar a uma burocracia, chegando até indivíduos a deslocarem a Lisboa para resolver seus casos com GUC (CORREIA, 2018).

A sinalização da questão do crescimento da cidade de Luanda no capítulo passado, não significa dizer que este crescimento nos indicava uma gestão salutar da cidade de Luanda. Podemos olhar por exemplo a questão do modernismo que se caracterizava numa nova forma de fazer o urbanismo. Mas ao olharmos por dentro, principalmente para aquilo que estava acontecendo nas instituições que respondiam às questões sobre o urbanismo, vamos ver um GUC colocando entraves na implementação de planos urbanísticos aprovados. Por outro lado, vamos contemplar, o GUC aprovar a edificação de edifícios em locais impróprios para sua construção,

---

[245] In: Editorial: "*A construção urbana na província de Angola*" - Jornal *Diário Popular*, 17 de março de 1957.
[246] Editorial: "*O Gabinete de urbanização retarda o progresso de Angola*" - Jornal *A Província de Angola*, 26 de setembro de 1946.

destruição de espaços públicos, e por último o não cumprimento escrupuloso do planejamento que a cidade possuía (CORREIA, 2018, p.138).

Olhar para este comportamento do GUC, permite examinar uma outra força negativa que concorria também para o embargamento da cidade - o Distrito, a Circunscrição, o Conselho e os Postos Administrativos, portanto estes órgãos administrativos assumiram o papel de embargamento ao desenvolvimento da cidade que se debatia com o dualismo, neste sentido a CML ficava sem poder de atuação sobre a cidade de Luanda (MOURÃO, 2006, p. 237)

A matriz ideológica do GUU foi profusamente exposta em exposições realizadas em congressos internacionais de Habitação e Urbanismo. Esta matriz é vista por exemplo na concepção do alojamento dos tais ditos indígenas em musseques, lugares que espelham a segregação social e racial. Até 1957, a paisagem arquitetônica em Angola foi se alterando dentro de uma perspectiva de afastamento progressivo, ligado às aspirações do regime salazarista (TOSTÕES, 2013). No capítulo da urbanização o ano de 1957 é marcado pela autonomia da CML, ou seja, foi neste período que a CML alcançou a autonomia, e a criação de seis secções distritais de urbanização[247]. Angola deixa de depender inteiramente do Gabinete de Urbanização do Ultramar, e se reconhece que GUU, a Direcção dos serviços de obras públicas, através da sua secção de Urbanização têm dificuldades em desempenhar a tarefa de resolver os problemas da cidade de Luanda.[248]

Enfim, analisar as relações de poder entre os atores do urbanismo, permitiu compreender como os objetos urbanos foram tratados no âmbito das reformas, onde o poder na metrópole foi exercido de uma forma que fez, com que, a CML deixasse de atuar na gestão da cidade de Luanda. Diante desta ação, houve críticas dos técnicos que trabalhavam na CML, que disseram; que todos os problemas urbanos enfrentados pela cidade foram causados pela criação do GUC. Mas a realidade era uma, o poder que vinha da metrópole sobre o poder local – Luanda – criava um espaço de poder, mediado intensamente pelos descompassos burocráticos.

---

[247] O diploma Legislativo nº 2: 796: cria, a título transitório, seis secções de urbanização, com sedes em Carmona, Luanda, Malanje, Benguela, Nova Lisboa e Sá da Bandeira e constitui a Comissão Provincial de Urbanização. In: *Boletim Oficial de Angola*, quarta – feira, 19 de dezembro de 1956 – I Série – 51.

[248] Editorial: “Um ano na chefia do Governo-Geral de Angola – O Governador – Geral de Angola, Sr. Tenente-Coronel Sá Viana Rebelo” - Jornal *Diário Popular*, 28 de fevereiro de 1957.

Esse poder que está nas relações entre o GUC e a CML, deu origem a uma nova forma de se pensar e de se fazer a cidade. Sendo assim, o desenho urbano da cidade de Luanda, também pode ser interpretado a partir das relações entre os autores do urbanismo ou a partir dos processos administrativos do fórum urbanístico.[249]

4.1.1 É preciso conhecer os atores do urbanismo: a CML antes da criação do GUC

Olhar a CML antes da criação do GUC permite olhar a atuação da CML face às demandas da cidade em termos de urbanismo. O conjunto de fenómenos observados no espaço colonial, permitiu-nos ir ao espaço urbano colonial de Luanda encontrar os objetos urbanos, que podem ser entendidos neste turno, se avançarmos na mesma perspectiva de Foucault (2008); quando ele explica sobre os "problemas da coexistência" e da "coexistência densa". Neste contexto, Foucault (2008) mostra-nos que, quando existem problemas na cidade e eles são do conhecimento das instituições, por exemplo, são elaborados regulamentos e legislações. Por outro lado, são criadas instituições que vão se ocupar na resolução dos problemas pontuais que uma determinada cidade enfrenta, uma das instituições que ele elege é a criação da polícia.

Para o nosso caso, escolhemos olhar por exemplo a CML, a Comissão Administrativa dos Bairros Indígenas - CABI, o Gabinete de Urbanização Colonial - GUC, os Negócios Indígenas entre outras, tendo em conta que estes objetos só existem na cidade, porquanto existe uma cidade. Os objetos urbanos também podem ser entendidos como problemas no espaço urbano que uma determinada cidade enfrenta, como por exemplo a regulamentação urbana, questões administrativas, os problemas de expropriação de terrenos, a falta de habitação, transgressões, segregação, criação de bairros e o crescimento da população não acompanhado pelo urbanismo.

[249] Ou seja, a partir da criação de decretos, tomada de decisões, revisões dos planos, atribuições de licenças e discussões que implicava os técnicos da CML renunciarem a argumentos de razão, visto que eles é que constatavam em loco os grandes problemas do fórum urbanístico que ocorriam na cidade de Luanda.

Neste contexto, as instituições supracitadas foram criadas para resolverem os problemas que a cidade colonial de Luanda enfrentava. Por outro lado, elas podem ser compreendidas também como dispositivos da governamentalidade, com um alinhamento do biopoder: “a divisão, o controle, subdivisão em grupos, e a organização e que é estabelecida a partir de uma cesura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2018, p.17).

As tensões entre os autores do urbanismo abrem perspectivas para podermos questionar até que ponto a CML conseguia dar conta dos problemas urbanísticos antes da criação do GUC? Em 1958, quando Reis Ventura visita Carmona[250] depara-se com a construção de um novo centro populacional. Neste centro, Ventura (1958) encontrou um bairro já urbanizado, com água e Luz. Segundo Ventura (1958) “onde constrói quem quer, sem necessidade de projetos, licenças ou vistorias e sem mesmo pagar o terreno”. Com tremenda admiração do projeto, Ventura (1958) decidiu chamar o bairro de “bairro da Liberdade”, isto porque, quando ele se inteirou sobre o processo de construção, foi-lhe dito que não existia burocracia, com requerimentos, projetos, escrituras, declaração, cálculos e croquis.

Ventura (1958) chegou mesmo a afirmar que nem sequer se atreveria a sugerir que se copie o mesmo modelo para Luanda. Isto porque:

> Caia Troia! Em Luanda, nas zonas mais afastadas, onde não há urbanização, nem água, nem luz, existe, para começar, o imposto da mais valia. […] Por isso, Deus me livre de sugerir a possiblidade de se talhonar, em qualquer subúrbio desta nossa amada cidade, um quarteirão em que os pobres pudessem construir, sem percorrer a penosa e custosa via-sacra das repartições, enchendo resmas de papel selado, gastando horas aos guichets e vendo escoar-se, em taxas, licenças adicionais e emulumentos, as economias, longamente amealhadas com o louco desígnio de assentar um telhado em cima de quatro paredes (Jornal *a província de Angola*, 08 de Março de 1958).

Como acabamos de ver nas narrativas de Ventura (1958) a CML em termos de desempenho, era bastante burocrática, com a dependência do GUC, ela aumentou o seu grau em termos de burocracia, antes da criação do GUC ela respondia os problemas urbanísticos com base a realidade na época. Os problemas de urbanização não começam propriamente neste período que marca as relações de contendas entre CML e o GUC, há registros por exemplo que em 1917 a CML para além de resolver

[250] Carmona, atualmente é a província do Uíge, é uma região situada no extremo norte de Angola, no período colonial tinha como capital a cidade de Carmona.

os problemas relacionados com a salubridade pública, também estava preocupada em acudir o défice de habitação:

> Para animar procurou a Câmara alguns pequenos estímulos em 1917 dentro das possibilidades da ocasião, para premiar a construção de prédios novos por particulares, por sociedades industriais ou comerciais, por cooperativas de habitações económicas ou por estabelecimentos públicos de assistência e previdência, o que não produziu resultado algum. Agora que as circunstâncias se vão modificar relativamente a preços de materiais de construção, facilidade de aquisição e outras condições favoráveis, intenta esta vereação executar um plano de construções urbanas em curto prazo, estabelecendo dois tipos de casas salubres e providas de jardim que obedeçam às necessárias condições de higiene e de economia. A sua construção será feita por empreitada total ou só de mão-de-obra, fornecendo neste caso a câmara os materiais, e será anunciada com a maior publicidade. As casas serão logo vendidas a pronto pagamento ou a prazo. (PASTA Nº 1042 – PROCESSO N.º 657- CONSTRUÇÃO DE CASAS - ANA).

Num documento que fui consultar a partir do arquivo do IPEGUL, permitiu-me entender o ponto de situação em que a CML se encontrava antes da criação do GUC[251]. Neste documento, mostra que o primeiro esforço concreto no sentido de se estabelecer uma disciplina urbanística racional e de se elaborar um plano de urbanização é sinalizada em 1934, por isso, quatro anos mais tarde a CML tinha ao dispor uma carta da cidade. Em 1941, decidiu-se entregar a responsabilidade aos arquitetos urbanistas Etiene de Groer e David Moreira da Silva de proceder ao estudo do planeamento de urbanização de Luanda.[252]

Dois anos se passaram, o plano de urbanização ficou concluído, tendo sido aprovado na sessão municipal de onze de março de 1943. Por outro lado, em seis de dezembro de 1944 o Governo publicou o Decreto nº 34.173 que criou o GUC. Este decreto colocou de fora aquilo que a CML tivera feito, pode-se dizer mesmo que Luanda estava bastante avançada em relação a este decreto. Na verdade, a intenção do Decreto nº 34.173 era de acudir o problema dos aglomerados que, sem as possibilidades e a iniciativa de Luanda não podiam resolver os seus problemas

[251] Por outro lado, consultamos vários documentos encontrados no ANA - Caixa número: 926- Deliberações da CML do ano 1931 -. Nesta caixa é possível apreciar uma série de deliberações realizadas na vereança: 1 - Venda de terrenos em hasta pública, 2- aprovação de propostas para efetuar expropriações de prédios, 3 - demolições de obras, por falta de licenças de obras de casa, 4 - Deferimentos concernente: a construção de casas do adobe no musseque Cayatte, 5 - Deferimento de renovação de casa de madeira no musseque Burity, 6 - Deliberação para expropriações e derrubes, quando houve-se necessidade de melhoramento ou construções a favor do estado, 7- Pedido de indeminização de terrenos, venda e construção de casas, 8 - Aprovação de projetos feito pela repartição técnica para a construção de cubatas para os indígenas, 9- Demolição de obras,10- Conhecimento dos autos de transgressão levantados pelos zeladores.

[252] Ver: Pasta Nº U.5 – 8ª Repartição da CML – Arquivo do IPEGUL.

urbanísticos. E como já não era viável multiplicar órgãos e despesas, aproveitou-se criar o GUC para a elaboração dos estudos dos problemas da habitação nas colónias e dos edifícios hospitalares.

Como se pode ver, Luanda já possuía um plano de urbanização, e até certo modo já possuía serviços apropriados de urbanismo, que só uma má orientação do GUC e uma visão minúscula impediu que se desenvolvessem a missão de criar serviços de urbanização nas colónias. É importante frisar que o referido Decreto nº 34.173 não estabeleceu qualquer dependência da CML em relação ao GUC, salvo no que diz respeito a "todos os projetos de monumentos públicos a erigir nas colónias, quer por iniciativa dos governantes, quer dos corpos administrativos os quais careciam de parecer concordante do GUC".[253]

Se, na verdade, o propósito do Decreto nº 34.173 era de acudir o problema dos aglomerados. A justificativa da criação do GUC, por parte das autoridades coloniais, parte do pressuposto que a CML não tinha capacidade para resolver os problemas dos aglomerados na cidade de Luanda. Logo, com a criação do GUC, atribuíram-lhe toda competência na resolução dos problemas da falta de habitação nas colônias e na construção de edifícios hospitalares, tirando em cena a CML como gestora em termos de urbanismo na cidade.

4.2 O DEBATE EM TORNO DAS POLÍTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE BAIRROS INDÍGENAS

Se o GUC esteve à frente dos estudos sobre os problemas da habitação nas colónias e dos edifícios hospitalares. Embora sabemos que a sua matriz ideológica esteve assente no urbanismo ao serviço do poder colonial. Já que a CML perdeu espaço, devido ao surgimento do GUC, neste contexto, qual era a discussão entre os autores do urbanismo sobre o problema de falta de habitação para os tais ditos indígenas?

O debate em torno de políticas para a construção de bairros indígenas é proveniente do agenciamento de duas perspectivas, por um lado, na tentativa de resolver o problema da falta de habitação para os tais ditos indígenas e, por outro

[253] Ver: Pasta Nº U.5 – 8ª Repartição da CML – Arquivo do IPEGUL.

lado, na promoção de vida dos tais ditos indígenas. No discurso dos políticos a intenção poderia avançar para uma materialização não ficando só na perspectiva do problema da habitação, era importante olhar também para a questão do trabalho do indígena. Podemos ver, estes desígnios nas palavras do Governador – Geral de Angola, quando em 1957 ele fez o balanço de um ano da sua governação:

> Urbanização: no capítulo da Urbanização da província, verificamos que finalmente, se alcançou a autonomia, com a criação da Comissão Provincial de Urbanização. Deixa assim, Angola, de depender inteiramente do Gabinete de urbanização do Ultramar. Continua a construção de casas económicas, que vai entrar num ritmo mais activo, de modo a atender as enormes necessidades habitacionais das províncias sobretudo dos grandes centros urbanos, onde se verificam graves anomalias que surge solucionar. Os problemas da Habitação e do trabalho indígena: ao mesmo tempo encara-se a solução do problema da habitação indígena, de momento dentro do perímetro dos grandes centros urbanos, mas esperando-se solucioná-lo em todas as suas facetas. Regulariza-se a construção de bairros indígenas, rasgando-se novas perspectivas para a solução de um grave problema, com reflexos profundos na estrutura social do negro angolano. […] Não se trata de europeizar a população aborígene, mas alterar apenas aquela (ou aquelas) parte dos seus hábitos tradicionais que se opõem a regras de higiene e trabalho, que dificulta a sua ascensão em todos os planos. Temos aqui pôr relevo também o excepcional documento que é o estatuto do trabalho indígena, um novo decisivo passo para a regularização das questões de trabalho indígenas. (Jornal *a província de Angola*, 28 de fevereiro de 1957).

Se olharmos para as narrativas do Governador – Geral de Angola, claramente demonstram que a maior preocupação das autoridades coloniais era de resolver o problema da habitação dentro do perímetro dos grandes centros urbanos. A coabitação nos centros urbanos passou a ser um incomodo para a população de origem europeia, este incómodo não ficaria preso só na perspectiva de natureza “sanitária”, “policial”, de “política indígena” e de “urbanização”, mas também é preciso sinalizar o sintoma do “medo”, devido os eventos que estavam a decorrer em outros países africanos, que começavam a tornar-se independentes.

Por outro lado, essas narrativas vão acoplar-se a um período que baliza a um crescimento significativo da industrialização do ultramar, entre “1950 até 1970, foram instaladas em Luanda 1141 unidades industriais (865 das quais no último decénio)” (MONTEIRO, 1973, p. 61). Em consequência deste crescimento da indústria versus economia e exportações, surgem em Luanda os novos musseques, estes novos musseques eram reservatórios de mão-de-obra para estas novas indústrias nascentes (BOSSLET, 2014).

Se por um lado, as indústrias aumentavam em termos de números em Luanda, surgiam novos musseques e por outro lado a população crescia, neste contexto, onde construir os bairros indígenas na cidade de Luanda, dentro do perímetro urbano ou fora dos limites forais da cidade?

Concernente à questão colocada surgiu um grande debate que não ficou restringido ao nível local – (CML), este debate estendeu-se até metrópole – (GUU) que passou por uma questão mais técnica e por outro lado chegou até a Assembleia Nacional. A partir do *diário das* sessões da Assembleia Nacional Portuguesa e das Actas da Câmara Corporativa[254], é possível perceber o que se discutia sobre o urbanismo no Ultramar. Nestas secções sobre o urbanismo do Ultramar, só os deputados do ciclo do ultramar é que possuíam lugar de fala, é o caso por exemplo do Deputado Henrique Galvão (1946; 1948) que teve a iniciativa de levar à Assembleia o tema sobre o urbanismo no Ultramar.

Na sessão nº 137 que decorreu no dia 16 de março do ano de 1948, na IV legislatura, o Deputado Henrique Galvão, teceu duras críticas ao GUC, críticas que se inscrevem naquilo que foi discutido no subcapítulo passado, ou seja, o papel da CML e a criação do GUC. Henrique Galvão discordava do procedimento de enviar os planos de urbanização a Lisboa, para ele, seriam as colónias a criarem um gabinete de urbanização próprio, isto porque: “o urbanista trabalha melhor lá do que cá” e “tudo para, durante meses e anos, à espera que o GUC decide”.

As críticas de Galvão face a criação do GUC começam a ser feitas em 1946 na sessão nº 49 realizada no dia 18 de março na Assembleia Nacional. Nesta sessão Galvão (1946) apontou algumas soluções que a CML tinha que adotar para dar solução aos projetos de urbanização direcionados para as circunscrições[255]. Não fez por esperar, o Sr. Deputado Álvaro da Fontoura[256], respondeu o Deputado Galvão

---

[254] Caro leitor, ver o diário das sessões da Assembleia Nacional Portuguesa e as actas da Câmara corporativa em: https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2 acessado em: 19/02/2021.

[255] O projeto deveria abranger a construção de secretária e residências do administrador, secretário e aspirantes, conjuntos hospitalares, correios, residência do funcionário, escola e residência, tribunal indígena, oficinas, casa de hóspedes para funcionários, cadeias, cemitério para europeus, cemitério para indígenas, igreja, instalações para os chefes gentílicos, instalações para os funcionários indígenas auxiliares e para o pessoal indígena de trabalho na sede, bairro comercial, campo desportivo, espaço destinado a residências particulares, hotel e abastecimento de água e Luz. In: Diário das sessões, nº 49 – Ano de 1946, 18 de março. Assembleia Nacional.

[256] Deputado colonial do ciclo do ultramar e como engenheiro – Vogal do conselho técnico de fomento colonial.

(1948) na sessão nº 137 que decorreu no dia 16 de março do ano de 1948, dizendo que o Deputado Galvão (1948) fez um ataque ao GUC, especificamente ao seu responsável por ser um engenheiro de minas.

Na perspectiva de Galvão (1948) a culpa da situação do urbanismo no Ultramar, também passava pela pessoa que dirigia o GUC. Neste contexto, o Deputado Álvaro da Fontoura (1948), respondeu às críticas dizendo que respeitava a sua opinião, mas discordava dela. No seu ponto de vista, o diretor do GUC era um distintíssimo engenheiro da sua especialidade, desempenhou relevantes cargos e foi nomeado diretor geral do plano de fomento colonial. Quanto à orgânica do GUC, na perspectiva do Deputado, era necessário constituir vários organismos para averiguação da sua funcionalidade. E por último ele discordou da opinião do Deputado Galvão (1948) sobre a extinção do GUC e a criação dos gabinetes de urbanização nas colónias.

Se na década de 1940 o debate sobre o urbanismo na Assembleia Nacional era focado para as políticas do gabinete de urbanização em prol das orientações vindas do Ministério do Ultramar com base o urbanismo que se tinha que se implementar nas colónias. Na década de 1960, o debate esteve mais centrado em dar solução aos problemas da habitação nas colónias e nas obras que estavam previstas no plano de fomento colonial.

Numa das sessões realizadas em 1966[257] na Assembleia Nacional, o Deputado Cazal Ribeiro (1966), foi perentório em dizer, que uma solução para resolver o problema de falta de habitação é olhar para os espaços livres no ultramar, para a construção. Na mesma sessão o Deputado Jesus Santos foi claro em dizer que uma solução deveria ser a partir da promoção social, ou seja, seria conveniente olhar para múltiplas questões que o alojamento comporta e ainda de todas que a habitação se relaciona diretamente ou que com ela tenha estreita relação.

O Deputado Pinto Bull (1966) ouvindo outras intervenções na plenária, admite que um debate aprofundado sobre o problema habitacional demanda um sem – número de dados baseados em estudos e inquéritos preparatórios abarcando os sectores da educação cívica, de saúde pública, do reordenamento rural, do urbanismo, das técnicas e custo de construção e do funcionamento e juro baixo e a

[257] *Diário das sessões*, nº 30 – Ano de 1966, 9 de março. Assembleia Nacional – IX legislatura.

longo prazo. Por outro lado, o deputado reconheceu que faltou uma harmonização de ação em todo espaço colonial português, ou seja, o que é aplicado em termos de legislação publicada na metrópole para vencer a crise habitacional deveria ser também aplicada nas colónias.[258]

O debate sobre o problema habitacional das populações economicamente frágeis do ultramar continuou, os senhores Deputados Neto de Miranda e Castro Salazar, marcaram a penúltima e a última posição na lista dos deputados que foram concedidos tempo para discursar em plenária. O Deputado Neto de Miranda (1966), direcionou a sua comunicação no campo da resolução do problema da falta de habitação dos tais ditos "desenraizados" que estavam instalados à volta da cidade de Luanda, com base na promoção social e numa política de integração.

Ou seja, o deputado estava convicto de que estas populações eram produtos de um desenraizamento tribal, com todos os problemas ligados a formas primitivas de habitação, dar atenção no processo de transformação do lugar na cidade onde essas populações estavam estabelecidas era permitir que estes grupos evoluíssem. Quanto ao Deputado Castro Salazar (1966), ele vai dizer que o problema da habitação no ultramar abre um campo de discussão amplo. O deputado afirma que é uma questão de subdesenvolvimento, para ele, a solução para este problema não pode focar só na construção de casas para os tais ditos indígenas, era preciso promover uma campanha de promoção social para as populações ditas atrasadas, e daí aumentar as fontes de riqueza e combater o subemprego, a miséria e a ignorância.

Por isso, o problema da habitação, dizia o Deputado Castro Salazar (1966), era um problema de todos os portugueses, não somente do Estado. Como resolução, as câmaras municipais tinham que ceder terrenos a título gratuito ou a preços baixos para a construção de bairros de rendas económicas, urbanizar terrenos e proceder ao seu saneamento e instalação de água e luz. A câmara na perspectiva do deputado

[258] Por exemplo, basta citar que a lei nº 2007, de 7 de maio de 1945, que instituiu as casas de renda económica, não foi aplicada nas províncias de governo simples, visto a portaria nº 13513, de 24 de abril de 1951, que lhe introduziu algumas alterações, a ter tornado extensiva apenas às províncias de Angola e Moçambique, o mesmo acontecendo com a lei nº 2002, de 9 de abril de 1958, que tem tantos benefícios e que está distribuída na metrópole. Com o Decreto-Lei nº 40333, de 14 de outubro de 1955, acontece o contrário, pois foi tornado extensivo e tem aplicação em todo ultramar. In: *Diário das sessões*, nº 30 – Ano de 1966, 9 de março. Assembleia Nacional – IX legislatura.

devia construir casas para as classes indigentes, que, pelo menos, subsidiar as organizações de caridade que se proponham construí-las.

Saindo do campo do debate feito pelos deputados na Assembleia Nacional, seguiremos para uma discussão daquilo que pode ser lido a partir dos planos de urbanização e de alguns decretos, face a um entendimento e em busca de uma resposta sobre a questão que foi colocada no início deste subcapítulo.

O artigo do engenheiro Y. Chaineau publicado no Jornal *Le Monde Illustré*, sob o título *urbanismo colonial*[259], a aproxima-se a um sentido, mas não chega para dar a resposta, visto que o autor, tem uma visão dualista sobre a cidade colonial, ou seja, para se dar o conforto a população na cidade colonial, não se deveria prescindir da condição da separação clara da cidade indígena e do bairro europeu. Mas na realidade não funcionou assim, ou seja, se olharmos a forma como os atores do urbanismo planejavam a cidade, na verdade se precisava dos bairros indígenas próximos do centro urbanos por causa da mão-de-obra dos tais ditos indígenas. Em Angola existiu duas teses que se "esbateram" no confronto para a resolução do problema dos bairros indígenas:

> A primeira defende a criação de autenticas cidades indígenas, em áreas fora prevista para expansão urbana das actuais cidades, e servidas por meios de transporte indispensáveis à deslocação fácil e rápida dos trabalhadores indígenas para os seus empregos. [...] A segunda orientação consiste, como facilmente se conclui do seu enunciado, na construção de grandes bairros na área urbana, ou dentro da área de expansão prevista nos projectos reguladores das câmaras municipais. (SOARES, 1961, p. 195).

A partir do esboceto do plano de urbanização da cidade de Luanda, um documento que foi apresentado pelo arquiteto Moreira da Silva no dia vinte de agosto de 1942 na CML. Embora o referido esboceto tenha sido aprovado com pequenas alterações, o interessante nele é, que se pode ver determinadas pretensões no que concerne à organização do espaço urbano na cidade. O que nos chamou atenção foi a forma como foi tratado o assunto relacionado com os terrenos que se destinavam para a construção de um estádio municipal, o bairro indígena e os cemitérios:

> O estádio, o bairro indígena e os cemitérios. O estádio municipal, projectado com a maior amplitude, ficará localizado, dentro de um grande parque, no interior dos muceques, para além da Missão católica. Todo o campo dos Coqueiros ficará como um grande parque florestal. O bairro indígena, que será construido por diversos bairros indígenas a construir acessivamente,

[259] Ver o artigo no *Boletim Geral das Colónias*. V - 054, [Timor] Portugal. Agência Geral das Colónias, Vol. V - 54, 1929, p. 201.

> dentro do mesmo terreno e do mesmo conjunto, ficará mais para dentro do muceque, para alem do estádio. O actual cemitério encerrado e, em lugar dele, serão construídos dois: um, em terrenos do Prenda, adiante do Aéro-clube, e outro local do «Silvares», no muceque. (Jornal *a província de Angola*, 22 de agosto de 1942).

Pode-se ver claramente que não era viável afastar significativamente os bairros construídos para os tais ditos indígenas fora da área prevista para expansão urbana da cidade de Luanda. Mas na altura, o que se conhecia em termos de teoria sobre os traçados coloniais com base em uma disposição do núcleo urbano para europeus e para os tais ditos indígenas, era o traçado de cidades em esquema em T. Uma teoria que foi trazida à tona pelo urbanista M. Schorntses, que baseia-se na disposição de um traçado horizontal representaria a zona industrial (em contacto direto com o porto e caminho de ferro), e o traçado vertical constituiria a artéria principal onde se apoiariam, de um e outro lado, os bairros residenciais para europeus e "indígenas".[260]

O esquema que se baseia num traçado em T, não foi adotado pela realidade das cidades coloniais em África, visto que muitas cidades tiveram uma disposição rádio - concêntrica (Luanda não fugiu à regra). A preocupação dos autores do urbanismo estavam assentes no modelo do tipo de urbanismo que se fazia na altura, e as suas implicações no plano económico e na questão da mobilidade urbana. Ou seja, quanto mais a cidade crescia a tendência era de que os bairros para os tais ditos indígenas ficassem estabelecidos nas periferias da cidade e com difícil acesso, levando perdas de horas do dia útil, para chegar aos locais de trabalho.

Esta pretensão em propor um plano de urbanização para cidade de Luanda é vista também em Vieira da Costa, ou seja, seu plano de urbanização tinha como base uma cidade satélite nº3, tal foi definida em 1942. Definindo-a como um aglomerado autónimo, complexo e aglutinado, todavia incitador de segregação racial (VIEGAS, 2015, p. 59). Por outro lado, se olharmos para a disposição do Plano Regulador e o seu regulamento[261]; um dispositivo que foi aprovado numa sessão no dia trinta e um de dezembro de 1957 na CML, veio alterar a tendência de uma cidade concêntrica,

---

[260] Ver, Pasta - A Nº U.5 – Plano Regulador e Regulamento. Aprovado em sessão camarária de 31/12/1957. O plano foi estudado dentro da orientação ditada pelo governo, e bem assim a memória justificativa e o Regulamento do mesmo. Inf.nº271/8ª repartição. 1957 - 8ª Repartição da CML – Arquivo do IPEGUL.

[261] Ver, Pasta - A Nº U.5 – Plano Regulador e Regulamento. Aprovado em sessão camarária de 31/12/1957. O plano foi estudado dentro da orientação ditada pelo governo, e bem assim a memória justificativa e o Regulamento do mesmo. Inf.nº271/8ª repartição. 1957 - 8ª Repartição da CML – Arquivo do IPEGUL.

definindo a zonas de residências na base de um esquema linear, para sul, ao longo do “plateau”. Neste documento é possível ver o cuidado que é dado na zona industrial e na zona portuária, zonas que eram situadas, respectivamente, a nascente e norte do aglomerado urbano - zonas que obrigaram a manter e a confirmar o bairro indígena que fora previsto entre essas duas zonas, para que nele fosse ocupado pela população que tinha o seu lugar de trabalho no porto e nas indústrias vizinhas.

Quanto ao regulamento do Plano Regulador de 1957, mesmo o de 1954[262], nota-se a forma como seria o aproveitamento dos terrenos em zonas, cuja classificação vai estabelecer hierarquias na cidade, por exemplo as zonas residenciais estavam organizadas da seguinte forma: zona residencial, zona residencial económica - destinada à construção de habitações de renda económica, zona residencial especial – destinada à construção de habitação para indígenas.

A justificação do plano diretor de 1957 derivou da urgência de se criar zonas designadas para a habitação dos ditos indígenas, pois que, fatores de várias naturezas, entre os quais aumentava a violência dos interesses privados, embargavam a ocupação de algumas zonas que o plano de urbanização - PU previa para esse fim. A localização destas zonas residenciais (que foram denominadas de especiais), constituíam um dos elementos de grande monta de um aglomerado africano, e foi tão importante no conjunto do PU que dominou, por absoluto, a sua composição.

Se olharmos para os objetos urbanos na perspectiva que Foucault (2008) emprega no conceito para entender as formas como a cidade pode ser lida, a questão dos bairros indígenas trazida para este subcapítulo, agencia outras questões que se inscrevem aos problemas de gestão na cidade. Por exemplo, se houvesse a necessidade de expandir a cidade, a expropriação era o meio a ser utilizado, isto porque, a fundamentação baseava-se na utilidade pública ou naquilo que chamavam

[262] O plano regulador de 1954 para os terrenos destinados para a construção de casas, foram organizados da seguinte forma: M - Zona Mista: (comércio e habitação), CL - Zona Comercial local: (comércio e habitação), CLI - Zona Comercial local indígena: (comércio e habitação), H1 e H2 - Zona residencial (Habitação), H1 – Zona Residencial Indígena (Habitação). In: Regulamento do plano de urbanização da cidade - *Boletim Oficial de Angola*, 21 de abril de 1954 – III Série – 56.

de obras de interesse do bem comum, e os tais ditos indígenas não ficavam à margem deste processo.[263]

Por outro lado, podemos falar também dos terrenos, que era um objeto urbano, cujo seu escopo vai abranger questões de fórum jurídico, propriedade, licitação em hasta pública, ocupação, expropriações e interesses mobiliários, entre outros, que eram assuntos que não eram do domínio exclusivo da CML. Embora existisse uma determinada preocupação sobre a organização da cidade[264], os tais ditos indígenas também entravam no rol dos cálculos e na concepção dos PU. Por isso, quando houvesse a necessidade de expropriar para abertura de ruas, largos, assentamentos de linhas férreas, para alteração e arranjos urbanísticos, ou para a construção de empreendimentos ligados ao fomento industrial, o indígena era abrangido neste processo, tanto na forma como podia ser desapossado de um lugar - casa ou de um terreno, e na forma como eram "agenciados" a partir das agendas dos atores do urbanismo.

4.3 DOS DECRETOS AOS PROJETOS DOS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA: TECENDO OLHARES AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Falar sobre a construção dos bairros indígenas em Luanda, implica olhar sobre a relação da CML e a Comissão Administrativa dos bairros indígenas – CABI. Por sua vez, também é necessário observar a relação das instituições supracitadas com os Negócios Indígenas. Por outro lado, para além de falarmos das instituições referidas acima, igualmente é fundamental contemplar Norton de Matos, por ser uma figura que deixou marcas no espaço urbano, introduzindo reformas administrativas políticas em Angola.

---

[263] Editorial: "A propósito da expansão da cidade para o sul I" - Jornal *a província de Angola*, 21 de novembro de 1957.

[264]Pensar na organização da cidade de Luanda em termos de urbanismo, implicava olhar e discutir as questões de política indígena. Por outro lado, a criação de leis – (disciplina urbanística) e comissões municipais e melhoramento da cidade e suas atribuições. Caro leitor, sobre o problema da organização da cidade, ver: Portaria n 7: 524 – cria junto de algumas câmaras e comissões municipais da província, comissões de estética e melhoramento e define as constituições e atribuições. In: *Boletim Oficial* de Angola, 11 de julho de 1951 – I Série – n.27. Também é possível ver a Portaria n 9: 588 – determina que fiquem sujeitos à disciplina urbanística definida no decreto n. 40: 742 de 25 de agosto de 1956, várias cidades e povoações desta província. In: *Boletim Oficial* de Angola, 19 de dezembro de 1956 – I Série – nº51.

Implica também fazer um movimento a partir de um entrecruzar das relações entre instituições e sujeitos[265], que agenciam questões que se aproximam na zona dos conceitos de governamentalidade e dispositivos[266]. Outrossim, Castro (2009, p. 190 –191) ao analisar o conceito de governamentalidade na perspectiva de Foucault, vai dizer que a governamentalidade pode ser um agregado criado pelas instituições, conduta, análises e reflexões, cálculos e táticas que possibilitam executar uma forma de exercício do poder que tem por finalidade central, a população, a economia, a política e a implementação de dispositivos de segurança.

Norton de Matos ao criar os negócios indígenas[267] e a portaria n.º 183, de 27 de Outubro de 1922 – que manda iniciar a construção de bairros indígenas nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes, nos permite inscrever a questão dos bairros indígenas a partir do conceito de governamentalidade, visto que "policiar e urbanizar é a mesma coisa" (FOUCAULT, 2008, p. 453), ou seja, o urbanismo enquanto campo do saber, ele pode ser entendido, "como um dispositivo de disciplina e controle a serviço de uma nova razão de Estado" (LIMA, 2017, p. 4), é por isso que empregamos este conceito de governamentalidade.

Ao abordarmos a questão da construção de bairros para os tais ditos indígenas, é indispensável falar da figura de Norton de Matos, como governador-geral (1912 – 1915) de Angola e como Alto-comissário (1921-1924). Não falaremos da figura de Norton de Matos exaustivamente[268], mas sinalizaremos por exemplo como algumas leis e decisões que ele tomou, impactaram na tomada de decisões em prol da resolução dos problemas relacionados na construção de bairros para os tais ditos indígenas. Por outro lado, se observarmos a temporalidade, o contexto social, económico, político e a forma como estes decretos foram promulgados seus efeitos se estenderam até 1961 com a revogação por exemplo da CABI.

---

[265] Para além de Norton de Matos iremos falar vagamente do Governador Álvaro de Freitas Morna no próximo capítulo.

[266] Já tivemos a oportunidade de explicar o conceito de dispositivo na introdução na perspetiva de Agambem (2005).

[267] Em 17 de Abril de 1913, Norton de Matos como Governador, através da Portaria nº 372 (*Boletim Oficial*, nº 16, de 19 de abril de 1913, p. 266-267) foi criado o Serviço dos Negócios Indígenas.

[268] Caro leitor, para saber com profundidade sobre a obra e a figura de Norton de Matos, consultar as seguintes obras: DÀSKALO, Maria Alexandre. **A política de Norton de Matos para Angola**. 1912 – 1915. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2008. MATTOS, Norton de. **A nação una: organização política e administração dos territórios do ultramar português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923. MATTOS, Norton de. **Memórias e Trabalhos da minha vida**. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, lda, 1944.

No campo da urbanização Norton de Matos foi considerado um dos primeiros governantes na colónia a demonstrar interesse pela urbanização com uma visão maior em relação, aos outros governantes. Seu trabalho é significativo porque foi o pioneiro na implementação de novas práticas e técnicas de construção e de ordenamento urbano em Angola (DÁSKALO, 2008). Após a tomada de posse como governador-geral da província de Angola em 1912, estabelecido em Luanda, suas primeiras medidas foram a criação de portarias. Neste sentido, destacam-se a legislação relativa ao trabalho indígena a reforma administrativa da província, ações estruturantes para novas políticas e que se constituíram na materialização de uma nova ideologia colonial.

A significação e a influência da política indígena iniciada por Portugal, em linhas gerais, foram apontadas como um modelo para outras colónias, mas na prática, não atendeu aos interesses dos tais ditos indígenas e nem da própria nação. Ação governativa de Norton de Matos, começou dois anos após a implementação da 1ª república em Portugal 1912 – 1915. As mudanças administrativas foram criadas com o propósito de se ter maior controle territorial, e significou um instrumento para acompanhar melhor a movimentação da população nativa.[269]

No primeiro mandato de Norton de Matos, assinala-se transformações significativas em vários setores da vida colonial em Angola, a base destas transformações esteve assente nos poderes que lhe foram atribuídos e na sua ousadia de arriscar com algumas decisões polémicas, por exemplo foi o estabelecimento de uma repartição de assuntos indígenas, na qual criou sem consentimento preliminar do Ministro português do Ultramar, realçando assim a sua própria “Insubordinação” (DÁSKALO, 2008).

No seu segundo mandato, conforme Norton de Matos (1923) relata no seu livro de memórias, *A nação una: organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*, como estava estruturada por exemplo os eixos no âmbito do fomento da construção de infraestruturas[270]. Num relatório que ele enviou em 1923 ao

[269] Um dos exemplos que podemos mostrar como pretensão de Norton de Matos de um controlo e gestão do território, foi quando em 1913 Norton de Matos promulgou o Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola. *Portaria* n.º 375 de 17 abril de 1913. Para além de outras orientações, esta portaria indicava também questões sobre o planejamento e projeto dos assentos habitacionais.

[270] Construção de caminhos-de-ferro, construção de portos, construção de estradas, entre outras infraestruturas.

Ministro das colónias, é destacado por exemplo: a construção de habitações para funcionários, operários e colonos, tanto europeus como indígenas. Por outro lado, é dada importância a construção de “hospitais e enfermarias para europeus e para os “indígenas” (MATTOS, 1923).

Norton de Matos (1923) tinha a convicção que a colonização devia ser feita com a imigração e o estabelecimento de um povoamento aliado com uma urbanização ativa que respondesse às demandas, ou seja, foi ele mesmo que reafirmou “que não se improvisam nem migrações nem colonizações”. É fundamental, para se alcançar a resolução deste vital problema da formação de uma nação, que nele se empenhem não apenas as forças e os recursos da metrópole. Norton de Matos (1923) em 1924 reforça sua posição, dizendo que uma das condições indispensáveis para a colonização de Angola é a construção de habitações próprias para europeus (MATTOS, 1923).

Essa preocupação em construir habitações para os colonos está inscrita também no seu primeiro mandato, ela é proveniente de uma inquietação de impedir uma tendência de alguns europeus habitassem em moradias que tivessem o aspecto de cubatas (palhotas) e não respeitassem certas regras de saneamento público nos edifícios que construíssem. Neste sentido, em 1913 Norton de Matos manda divulgar uma circular com o seguinte teor:

> No atinente ao sector público, que o fundo das circunscrições e o auxiliar que os municípios deviam prestar às instituições administrativas haviam de permitir que, em breve, as sedes das circunscrições e dos postos administrativos, as casas de habitações dos funcionários e as diversas repartições pública fossem erigidas em obediência a normas urbanísticas de concepção europeia adequadas a essas instalações (DÀSKALOS, 2008, p. 84-85).

No ano de 1920 são instituídas as comissões de avaliação sanitária de construções urbanas, com funções de fiscalizar e policiar as condições das casas. Igualmente é criada as comissões de melhoramentos ordenadas em muitos municípios, por vezes substituindo-se dos serviços municipais, tendo a seu cargo a edificação de habitações - para repor as casas ditas tradicionais, quando houvesse a necessidade de demolição, contribuído desta forma, para o melhoramento dos espaços urbanos para atrair as populações às cidades. “É durante a governação de Norton de Matos que se inicia a construção de casas para os funcionários públicos, cujo direito à habitação gratuita foi reconhecido” (HENRIQUE; VIEIRA, 2013, p. 31).

Em 1922, Norton de Matos com a sua ideia de que o hibridismo comprometia a obra colonizadora e civilizadora dos portugueses em África, decretou medidas que dificultavam o convívio inter-étinico e a asseguravam o afastamento entre “negros” e “brancos”. Pela portaria provincial *n.º 183, de 27.10.1922*, que manda iniciar a construção de bairros indígenas nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes.

Cláudia Castelo “s.d” vai dizer que este decreto estabelecia a obrigatoriedade de os tais ditos indígenas “aí morarem e dormirem; fora daqueles bairros só poderiam viver os europeus e os natos de Angola que, pela sua condição de civilização, fizessem vida europeia e habitassem casas de tipo europeu”. A sua política de afastamento racial deve ser percebida no âmago de um artifício mais amplo de contraposição ao trabalho forçado e de ascendimento de uma pequena classe dita negra possuidora de alguns bens. A legislação laboral de Norton de Matos foi reprovada pelas classes dominantes, tanto na colónia como na metrópole, que exigiam mão-de-obra abundante e barata. Acareada com uma circunstância económica difícil, a governança de Norton de Matos transportou Angola a uma queda financeira que lhe proporcionou fortes ataques no parlamento, determinando o seu afastamento no cargo.[271]

Ainda no seguimento das orientações de Norton de Matos como Alto-Comissário em 1922, estes os bairros[272] para os tais ditos indígenas deveriam servir 5000 a 15000 habitantes, organizados em acordo com os princípios da modernização e novas técnicas do urbanismo, levando em consideração princípios elementares necessários para a composição de uma cidade. Os bairros indígenas deveriam estar situados astuciosamente à margem do tecido consolidado. Tendo como função, albergar mão-de-obra para a cidade, estes novos bairros deveriam tornar-se exemplares, sendo, portanto, edificados com matérias perenes (FIGUEIREDO, 2008, p. 59).

---

[271] Ver políticas coloniais/de colonização, Cláudia Castelo (Investigadora auxiliar, IICT), em: https://atagraria.files.wordpress.com/2012/06/polticas_coloniais.pdf consultado: 15/12/2022.

[272] De acordo com Mourão (2006) estes bairros, deliberados para população africana, deveriam atender a três faixas de população: “(…) quarterões para funcionários do quadro geral auxiliar; quarteirão dos operários indígenas e quarteirão para trabalhadores indígenas com residência permanente nos centros europeus” (ROLO, *apud*, MOURÃO, 2006, p. 243).

O diploma de Norton de Matos que manda iniciar a construção de bairros indígenas em Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes tem implicações no período em que ele é criado[273], mas as suas bases são provenientes do seu primeiro mandato, visto que em 1913 como vimos, Norton de Matos criou a secretaria dos Negócios Indígenas e, por outro lado, Mourão (2006) vai afirmar categoricamente que a questão de "arrumar" um espaço na cidade para os ditos indígenas já vem do primeiro mandato de Norton de Matos:

> Várias tentativas para a criação de bairros indígenas já se haviam assinalado, com designação de áreas específicas, mas felizmente nunca levadas a cabo. Foi assim definitivamente posto de parte o local designado pela comissão Municipal Administrativa de 1913, no Maculusso, situado no ponto mais belo e salubre do plateau suburbano de Loanda, que tem reservado outro destino (...). (MOURÃO, 2006, p. 244).

Ainda na senda da questão da edificação dos bairros para os tais ditos indígenas, assinala-se resoluções na CML no ano de 1918, o processo teve o seu início em 1917, ou seja, foi nomeada uma comissão para escolher um terreno "mais conveniente" para o bairro indígena da cidade de Luanda. A referida comissão foi criada através da portaria provincial nº 222 de 15 de dezembro de 1917.[274]

Neste contexto, no dia onze do mês de fevereiro de 1918 reuniram e percorreram os terrenos circunjacentes da cidade de Luanda, situados a norte e nordeste do cemitério dos Ingleses[275], as seguintes individualidades, José Moreira Freire – Presidente da CML, o doutor Alberto de Souza Maia Leitão - Chefe dos Serviços de Saúde, António da Camara Botelho Gusmão – Director da agrimensura, João Augusto dos Santos Seca – Chefe de repartição técnica do município e José Augusto Artur Fernandes Torres – Inspector das obras públicas, foram nomeados para constituírem a comissão supracitada. No entanto, foram todos de parecer que o local mais apropriado para o estabelecimento do referido bairro era o que possuía uma área

---

[273] Este diploma avançou para uma direção diacrônica até o ano de 1961 com a criação do diploma Legislativo nº 3117 – que constitui a "Comissão Administrativa dos bairros populares" igualmente, este diploma revoga os diplomas legislativos números 2097 de 1948, 2261, de 1950, 2524, de 1954 e 2822 e 2799, ambos de 1957. Iremos Abordar sobre este assunto no próximo capítulo.

[274] Portaria provincial de 15 de dezembro de 1917 – *Boletim oficial nº 46 – Iª Serie*.

[275] Até por volta do ano 1953 esta zona que albergava o cemitério dos Ingleses, denominava-se musseque Alto das Cruzes. Hoje o cemitério chama-se Alto das Cruzes. Ver: Diploma Legislativo n.º 2:470: Autoriza a troca de 2:789m², 02 o desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo predial desta comarca sob o n.º 2:730, a fls. 73 do livro B-13, por igual área do prédio inscrito a favor da companhia da África Ocidental Portuguesa e descrito na mesma Conservatória sob o n.º 1:685, a fls. 14 do livro B – 11 com o qual confina. O estado possui no local denominado Muceque «Alto das Cruzes», o prédio descrito na Conservatória do registo Predial desta comarca sob o n.º 2:730, a fls, 74 do livro B-13. In: *Boletim Oficia*l, I Série – Número 25, Quarta-Feira, 24 de junho de 1953.

delimitada a norte e leste pelas dunas da Boavista a sul pela estrada de Cacuaco e a oeste o cemitério dos Ingleses.[276]

Por conseguinte, a comissão informou ao Governador-geral, que já tinha escolhido o terreno “mais conveniente” para a erigir o bairro indígena da cidade de Luanda. Por outro lado, o governador-geral informou na sessão do Conselho da província a aprovação e a deliberação tomada pela CML no dia 24 de maio de 1918, sobre a compra de um musseque para a construção de um bairro indígena. O terreno que foi comprado para a construção do bairro indígena, situava-se naquela altura nos subúrbios da cidade de Luanda, ocupava uma superfície de 21 hectares; um are e noventa centiares, e pertencia ao senhor Manuel Velasco Galiano.

O terreno que foi adquirido, serviu para albergar os tais ditos indígenas que foram expropriados as suas cubatas nos bairros da Ingombota, Bungo e Maculusso, é também neste terreno que foi destinado para a organização do novo bairro indígena, o acórdão nº 62 (vide anexo I), assinala que o terreno se situava no Alto das Cruzes. Podemos afirmar que foi este espaço da cidade de Luanda, onde foi edificado o bairro Operário – BO, (que não deixa de ser também um bairro para “indígenas”) e um outro bairro indígena, é possível ver como estes bairros estavam localizados na planta da cidade de Luanda de 1938 - (ver figura 19).

Em 1921 a CML fez uma petição ao governo-geral de Angola referente a revogação da postura sobre o aforamento de terrenos para a construção de cubatas no bairro indígena e autorização para a venda em hasta pública dos mesmos terrenos. Por sua vez, o governador-geral de Angola, com base numa análise feita proveniente de uma petição da CML, o seu conselho de governo aprovou a revogação da postura e autorizou o pedido feito pela CML na venda de terrenos em hasta pública nos terrenos do bairro indígena.[277]

Dez anos depois, propriamente no dia 28 de maio de 1931, a Direcção dos Serviços e Negócios Indígena - DSNI, através do seu diretor interino Ivo Benjamin, publicou uma circular com a finalidade de chamar as individualidades que remeteram

[276] Ver o referido documento em (anexo I) - Compra de terrenos para a construção de bairros indígenas próximo do cemitério dos ingleses - Arquivo Nacional de Angola – ANA – Pasta nº1963.
[277] Ver o referido documento em anexo J - revogação da postura sobre o aforamento de terrenos para construção de cubatas no bairro indígena, e autorização para venda em hasta pública os mesmos terrenos, pedido feito pela câmara municipal de Luanda. – Ano de 1921- Arquivo Nacional de Angola – ANA – Pasta nº 1494.

propostas para a construção de um bairro destinado para os tais ditos indígenas inválidos estabelecidos no “Asilo da República” (vide anexo K). Neste sentido, as propostas que foram analisadas são provenientes das seguintes individualidades jurídicas: Manoel da Luz, José Lino, Franklim Ferreira Resende, Hans Flecken e a repartição da CML. No cômputo geral, as propostas (vide anexo K) apresentam elementos comuns que vão desde a tipologia das casas, a cobertura, pavimento, portas, o tipo de blocos de cimento, janelas e valores orçamentais da empreitada.[278]

No entanto, como entender as propostas enviadas a DSNI, para a construção de um bairro indígena, se a CML é que tinha legitimidade para interceder junto dos outros parceiros para resolver questões de falta habitação? Ivo Benjamim Cerqueira ao escrever para o Governador-geral da província de Angola, solicitou a abertura de um crédito especial, com a autorização prévia do Ministro das colónias. Esta petição foi acompanhada com uma fundamentação que alude o código do trabalho indígena, no seu art.º 424, diz o seguinte:

> que o remanescente das receitas obtidas nos termos dos artigos- 422 e 423 e, ainda, o produto integral de espólios, saldos de salários e compensações, que não sejam recebidos pelos trabalhadores indígenas ou suas famílias, serão inteiramente aplicadas em obras de assistência de exclusivo interesse dos indígenas e de preferência à instalação e manutenção de asilos para trabalhadores inválidos, por idade provecta ou desastre ocorrido no trabalho (PASTA DE ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA – ANA – CAIXA NÚMERO: 1141).

O que fica claro é que os Negócios Indígenas, como instituição, não possuíam capacidade para construir bairros indígenas, visto que, a sua atuação esteve ligada ao estudo e aproveitamento das instituições indígenas[279]. Por outro lado, os serviços dos negócios indígenas, já se encontravam prejudicados com a organização da sua secretaria, proveniente do decreto nº915 de 14 de outubro de 1914, que investiu o secretário nas funções de Curador Geral.[280]

---

[278] Por outro lado, encontramos um projeto ligado as obras públicas de Angola relacionado com a construção de casas para indígenas. Neste projeto é possível fazer leitura dos valores da folha de medição, folha de preços compostos e orçamento. In: Caixa número: 1141 - Arquivo Nacional de Angola – ANA.

[279] Nomeadamente: a) ao estudo e aproveitamento das instituições indígenas, b) a organização da justiça indígena, c) Ao inventário da riqueza indígena, d) ao trabalho indígena compreendendo: fiscalização, regulamentação e fiscalização contudo que se relacione com o recrutamento de trabalhadores indígenas por particulares e por agentes de recrutamento. A organização de socorros a indígenas. In: Problemas administrativos: secretaria dos negócios indígenas. – Ano de 1921- Arquivo Nacional de Angola – ANA – Pasta nº 112.

[280] Ver o documento – Problemas administrativos: secretaria dos negócios indígenas. – Ano de 1921- Arquivo Nacional de Angola – ANA – Pasta nº 112.

Mesmo quando se implementou a reforma administrativa do ultramar – R.A.U, os Negócios Indígenas quase não tinham função[281]. Isto porque, a colónia, ainda, se regia, em matéria de trabalho indígena, ou seja, pelas disposições do código de trabalho indígena; portaria que centralizava na pessoa do Curador Geral toda a ação tutelar do Estado. Por outro lado, a R.A.U entrava em choque com o código do trabalho do indígena, ou seja, no campo doutrinal é visível a oposição entre os dois diplomas: o código assentava-se em princípios rigorosamente centralizador, enquanto o R.A.U orienta os governadores das províncias a fiscalização e o comando da execução de toda a política indígena exercida na sua área de jurisdição. Para um melhor entendimento:

> No campo legal, estão em pleno vigor as disposições da R.A.U que contrariam as do código, visto que este é de 6 de dezembro de 1928, ao passo que a R.A.U foi promulgada em 15 de novembro de 1933, isto é, posteriormente àquele. O artigo 71º do Decreto 30.117 de 8 de dezembro de 1939 – Boletim Oficial do mesmo ano, I. ª Série, nº 52, 3. Suplemento. – Criou é certo, a repartição central dos negócios Indígenas. Não há, todavia, relação alguma entre o código de trabalho dos indígenas e a citada repartição. Pelo contrário a sua criação foi imposta pela necessidade de haver um organismo que assegurasse ao Governador da colónia o exercício das suas atribuições de protetor nato e principal responsável pela direcção da política indígena (art. 36 da carta orgânica, precisamente, porque se reconheceu que o código já não estava em vigor nessa parte levanta-se também o problema do lugar do curador geral, que superintendia em tal matéria como representante do Governador, com toda a orgânica inerente à função, não era necessário legislar de novo, conforme são expressos os artigos 8.º e seguintes do citado código. (FERREIRA, 1945, p. 16 -17).

Se em 1921, como contemplamos anteriormente, a CML fez um pedido ao governo-geral de Angola concernente a revogação da postura sobre o aforamento de terrenos para a construção de cubatas no bairro indígena e a autorização para a venda em hasta pública os mesmos terrenos, em 26 de dezembro do ano de 1932, o Conselho do Distrito de Luanda, lhes foi apresentado para a apreciação a postura número 23, da CML sobre a criação do bairro indígena (vide anexo L). A postura número 23 foi aprovada, mas foi realçado que o local onde foi aprovado para ser construído o bairro indígena, já existiam algumas construções que não obedecem às prescrições da referida postura: nos termos do disposto no número. 5º do artigo 3º do Decreto número 88, de 24 de dezembro de 1921.

[281] Num relatório feito por Ferreira (1945) em 1940, ele aponta que até 1940 verificou-se dificuldades que já vinham desde 1939, no que concerne a aplicação do artigo 303.º da Reforma Administrativa Ultramarina, artigo este que define a ingerência que nos Negócios Indígenas deve ter em relação a Repartição Provincial de Administração Civil (FERREIRA, 1945, p. 18).

O reconhecimento de Norton de Matos atinente aos tais ditos indígenas no primeiro mandato e posteriormente no segundo, nos dá possibilidade de olhar o hiato proveniente destes dois mandatos. Sendo assim, assinala-se um espaço demarcado por eventos localizados em tempos curtos, mas formam uma estrutura de longo prazo, uma vez que os bairros indígenas só foram construídos na década de 1930. Quer dizer, as bases já estavam lançadas desde o ano de 1913, mas por motivos de várias ordens não se cumpriu o desiderato de se construir o bairro indígena de Luanda para os tais ditos “indígenas”.

Estes eventos demandam estruturas que perpassam a baliza temporal estabelecida nesta tese, elas vão até 1994 e 2010; o exemplo que podemos mostrar, foi quando se decidiu derrubar o antigo bairro indígena, mais conhecido por BO. Jaime de Sousa Araújo (2012) ao enviar uma missiva em 1994 ao responsável máximo do grupo Parlamentar do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA na Assembleia Nacional da República de Angola e posteriormente o conteúdo desta missiva foi publicado no jornal *Agora* na sua edição: 13 e 20/11/2010; fez com que olhássemos estes eventos numa estrutura, que pode ser entendida na perspectiva de Koselleck (2006) quando ele realça que a relevância da estrutura para a construção da narrativa está sempre ligada aos eventos.

O fato de Araújo (2012) trazer à tona a preocupação de alertar a sociedade sobre um bairro que tem mais de sessenta anos de existência e o perigo da sua demolição, permite olhar por exemplo as estruturas que avançam na diacronia inscritas na Postura nº 23/32 – Lei e no bairro como um espaço construído e como um lugar de memórias.[282] Por isso, Araújo (2012) na sua explanação reforça que é necessário salvaguardar os direitos dos cidadãos que conseguiram o direito das casas ainda no período colonial e os seus coerdeiros, visto que os documentos mostram como foi o processo de construção e ocupação deste bairro. Neste sentido, Araújo (2012) faz uma exposição mostrando como foi o processo de ocupação do bairro indígena mais conhecido por BO:

[282] É importante realçar que as imutáveis temporalidades na estrutura podem passar o campo da experiência dos indivíduos que se pretende estudar num determinado evento. As estruturas de longo prazo podem dar condições para o surgimento de eventos. A divisão e os marcos entre evento e estrutura, não devem trazer eliminações nas suas diferenças, logo elas devem estar juntas para nos ajudar a entender a múltiplas histórias que aspiramos narrar ou investigar (KOSELECK, 2006).

1- O direito à ocupação do antigo bairro indígena, mais conhecido por “Bairro Operário”, data de 1932. Sem desejar historiar a deambulação dos maiores aglomerados urbanos de Luanda, procuramos informar a providência dos primeiros ocupantes daquela urbe.
2- Por volta de 1932, os aborígenes da Ingombota (N’gombota) foram compelidos pela CML a abandonarem as suas propriedades, por estar em marcha um plano de urbanização, levando os naturais a fugirem do camartelo, sem prévia negociação.
3- Precipitadamente, os utentes deixaram a Ingombota e o Cazuno, sem, no entanto, terem posses financeiras que lhes permitissem construir aonde quer que fosse.
4- Entretanto, a CML expropria parte dos Muceques Burity e Henrique Cayatt e promove o loteamento dos terrenos destinados aos indígenas, nos termos da “Postura nº 23, de 26/12/1932, publicada no Boletim Oficial nº 2, II serie, de 14 de janeiro de 1933. Coube a cada utente adquirir um talhão com cerca de 268.00 m2 que pagava um foro anual a quantia de 54.00 ags. (cinquenta angolares), na Tesouraria da referida CML.
5- De acordo com as condições consignadas na referida Postura, os indígenas só podiam construir ali casas de pau a pique por ser proibida a construção de casas definitivas (tijolo, cimento, telha ou lusalite. A transgressão era severamente punida).
6- Por cerca de 1945 – dez anos decorridos de ocupação efectiva – e quando se exigiam de água e luz, escola social desalojada, sem indemnizações, a CML urde um plano de desalojamento dos ocupantes sob ameaça de acção policial de despejo para outros baldios e suspende o pagamento do foro previsto na Postura nº 23/32, e titularidade na tentativa de empurrar as moradoras para outro local pois moradias particulares pelas artérias e estabelecimentos comerciais de colonos europeus. Visava a transferência dos utentes além bairro do “Karibala” e dos Ambuilas contíguos à conhecida padaria da Pameli. Seria o “Guetho” que destinava à antiga população da Ingombota e Cazuno empurrados para Sambizanga e Sawa Kunôngua!

Caro leitor, os pontos listados acima por Araújo (2012), permitem compreender a forma como o “indígena” foi tratado quando houve a necessidade de intervenção no espaço urbano de Luanda, por parte dos atores do urbanismo. A problemática que o autor apresenta, transformada em imagem, é percebida como ponto central, a precarização, a negação de direitos e a vulnerabilidade, que é um tipo de sofrimento que gera resistências nos desapossados “indígenas”. Continuando com a explanação, Araújo (2012) vai dizer que:

7- À insolência verbal saída dos zeladores chefiados por robusto guineano “João Gordo”, algumas mães conhecidas levaram suas preocupações a familiares bem situados no meio social luandino com vista à sustação do bloqueio da CML[283].

[283] Aqui podemos correlacionar este fato, com aquelas mulheres que se dirigiram a residência do Governo Geral de Angola, para falar da atuação da CML junto do Sr. Ministro das colónias no dia 14 de outubro de 1946 em Luanda.

Tais intentos foram gorados pela oportuna e veemente intervenção da Liga Nacional Africana, junto do Governo-Geral de Angola que de imediato ordenou a suspensão da medida impopular da CML.

8- Porém, tudo decorreu com muita lentidão quanto e muito mais a construção da rede elétrica pública, é o plano de saneamento básico jamais executada num período de quarenta anos (1931 – 1970).
   À custa de influências difíceis, e a título excepcional, algumas moradias receberam água e luz eléctrica, algumas casas conseguiram canalização de água e luz eléctrica. A grande lavandaria montada no largo do Reis (Artur), deixou de beneficiar os utentes por falta de funcionamento.
9- Estando proibida aos "indígenas" a actividade comercial era privilégio dos colonos ali implantados como João Rosa, Artur Reis, Carneiro & Irmão, Lda, António Silva, Manuel Lima, Rodrigues Bailundo e outros que, no convívio permanente, criaram relações pacíficas e granjeando a simpatia dos clientes e respectivos familiares.
10- Por estratégia a Administração colonial cuidava de não introduzir hábitos sociais que favorecessem a criação de escolas de ensino, parques de recreio, zonas verdes, postos clínicos de assistência médica. Foi difícil estender a rede de transportes colectivos para transporte dos trabalhadores empregados públicos residentes nos bairros populares. É relevante assinalar as distâncias que separavam os trabalhadores e alunos percorriam a pé para sítios como serviços públicos: O Hospital Maria Pia, Liceu Salvador Correia. Liceu Paulo Dias de Novais, Mercado da Caponte (onde se ergue o edifício do Banco Nacional de Angola) e do Kinaxixi (Largo da Maria da Fonte).

Com a expropriação de terrenos, o derrube de casas e o deslocamento dos indígenas de um lugar para outro na cidade e, com a não introdução de hábitos sociais que favorecessem a criação de instituições de apoio ao "indígena" no lugar onde os indígenas eram obrigados a se instalarem sem garantia de permanência. Com essas atitudes podemos dizer que o "indígena" não tinha direitos na cidade[284]. Em forma de finalização, Araújo (2012) vai proferir o seguinte:

11- Pensamos que a estratégia da suspensão de pagamento do foro anual e malévola transferência dos ocupantes do bairro daria maior valorização dos terrenos e posterior venda a terceiros, incompatível com os fracos recursos financeiros dos ocupantes, desprovidos dos meios e condições competitivas. Por outro lado, a CML procurava exonerar-se das obrigações da Legislação em vigor, quanto à concessão do título de propriedade das parcelas de terrenos ocupados pelas tais "casas de indígenas", pois adquiriram o direito perpétuo de superfície […].
12- Na ignorância sobre matéria jurídica, sobra, porém, o discernimento para entender que os "adquirentes" convicção de que da ocupação definitiva dos talhões concedidos por aforamento, nos termos da Postura nº 23, de

[284] Direito à cidade como conceito, pode ser visto na perspectiva do direito de não exclusão da sociedade urbana, das qualidades e benéficos da vida. O direito à cidade perpassa o direito de acesso individual, o direito deve ser coletivo aos recursos que a cidade agrupa, no ensejo de mudar a cidade conforme os mais intensos desejos (LEFBVRE, 2001; HARVEY, 2014).

16.12.32, após “quinze anos” receberiam da CML o “Título de ocupação”, pois:

1- A ocupação dos terrenos era autorizada pela CML, mediante o requerimento e pagamento da taxa anual de 0,20 angolares por metro quadrado;
2- A área de cada talhão não excede 268,25 m2 por concessão;
3- As construções do Bairro indígena (leia-se bairro operário) só era habitação de “indígenas”, de tipo ligeiro, feitas em adobe, ou pau a pique, barradas e cobertas a zinco; ´
4- “A ocupação de terreno no bairro indígena, para habitação seria titulada e garantida mediante “Título de Ocupação” no verso do qual seriam transcritos os direitos e obrigações dos ocupantes. O título era assinado pelo presidente e pelo Secretário da CML, selado com selo branco e registado em Livro especial (único do artigo m 6º).
5- Ao abrigo do artigo 7º, a transmissão dos direitos à casa construída no mesmo terreno só poderá recair em “indígena”. O titular de cada talhão tinha a obrigação de ocupar por um “prazo de quinze anos” e pagar a respectiva taxa anual respeitando as prescrições relativas à limpeza ou quais quer outras obrigações que a CML determinar.
6- “No bairro não são permitidas construções destinadas a estabelecimentos comerciais.

13- Apraz-nos coligir uma aberrante discriminação da Postura nº. 23 expressa nos seguintes termos:

7- Nos terrenos do mesmo bairro, numa faixa de 50 metros de largura, ao longo da estrada de circunvalação, e com frente para a mesma, não são permitidas construções em adobe ou pau a pique, cobertas a Zinco, mas sim prédio em Alvenaria, ou a blocos de cimento cobertas a telha, para habitação de europeus ou assimilados e para estabelecimentos, ficando estas construções sujeitas a um tipo de casas que a CML adoptam e às condições subsequentes que as substituírem.

14- O artigo 7º da Postura a que nos reportamos, refere expressamente que “a cada ocupante de talhão de terreno do Bairro indígena, com excepção do que trata o artigo 5º., será conferido pela CML, o competente título de ocupação, que habilite a utilização do mesmo”.

A transmissão dos seus direitos à casa construída no mesmo terreno, só poderá recair em indígenas, com prévia autorização da CML, “que fará substituir o título”.

15- A postura termina no artigo 12º dizendo que “Ficam revogadas as disposições contrárias às desta Câmara”

As conclusões de Araújo (2012) surgem de uma leitura profícua da Postura nº 23 (vide anexo L), que estabeleceu as bases e regras de ocupação dos terrenos do bairro indígena, a divisão dos talhões, o tipo de construção prevista, os requisitos para os “indígenas” construírem. Em outras palavras, os fundamentos da Postura nº 23, estão representados 12 artigos, que constituem um dispositivo que diz respeito ao direito de propriedade dos adquirentes dos talhões do bairro indígena da cidade de Luanda. Araújo (2012) reconhece com algumas incertezas que esta postura foi

fundamental para a criação do bairro popular de 1940 e de um outro bairro indígena de 1942, um assunto que irei verificar no próximo capítulo.

5 BAIRROS INDÍGENAS, OPERÁRIOS E POPULARES NOS DISCURSOS DE ÉPOCA: "CONTROLO", "FOMENTO URBANO" OU "MUDANÇA DE PARADIGMA"?

Antes de respondermos à questão supracitada, seria relevante fazermos um recuo até os anos 20 do século XX, e a partir desta década, tentaremos reconstruir uma tríade consubstanciada nos aspectos ligados ao (i) fomento económico, (ii) urbanismo e o (iii) indígena como mão-de-obra. São aspectos de extrema importância que nos permitirá fazer um deslocamento[285] em busca de uma resposta, que não pode estar isolada de estruturas e de um contexto social. O objetivo não é sermos exaustivos com estas três variáveis que formam a tríade, todavia, tentaremos ler o quadro político económico e social que o império colonial português impunha em Angola.

O progresso econômico foi ao mesmo tempo, benéfico porque trouxe consigo uma certa coesão em algumas decisões concernente à gestão da colônia por um lado. Por outro lado, trouxe consigo a ambição de maiores lucros para as elites e não estimulou qualquer esforço para compreender os africanos (WHEELER; PÉLISSIER, 2011). Entre os anos de 1926 e 1961, houve o crescimento económico da colónia. Todavia, esta prosperidade estava intimamente associada à mão-de-obra barata, fornecida pelo suporte dos "indígenas". A nossa pesquisa prolongada em vários jornais disponíveis na biblioteca do Governo provincial de Luanda permitiu encontrar um artigo que fala sobre o problema da mão-de-obra dos tais ditos indígenas, de autoria de António Augusto Dias. Vejamos o que ele reverbera:

> Mão de obra Indígena: um dos problemas mais complexos e que mais interessa ao progresso e desenvolvimento de Angola, é o da mão de obra indígena, sem uma boa solução do problema, um inteligente aproveitamento do braço não pode haver progresso possível aumento de produção que debele a grave crise que motivada pelo desequilíbrio entre a importação que é demasiada é a exploração que é a exígua, há muito afecta a colônia. É na mão de obra e no capital, que residem os factores do nosso ressurgimento econômico e financeiro. Mas se mão de obra temos muita, para as necessidades actuais, tem que confessar que não tem sido bem aproveitada e que os capitais tão ansiosamente esperados e apetecidos, também não aparecem com a pressa e a quantidade que é precisa. E sem a conjugação harmônica e esforço na sua maior extensão, continuará por desbravar. [...]

[285] Esse deslocamento pode ser percebido a partir de Heráclito de Éfeso, que diz que o "princípio de tudo se explica pelo movimento" (ÉFESO, *apud*, MONTENEGRO, 2018, p. 21).

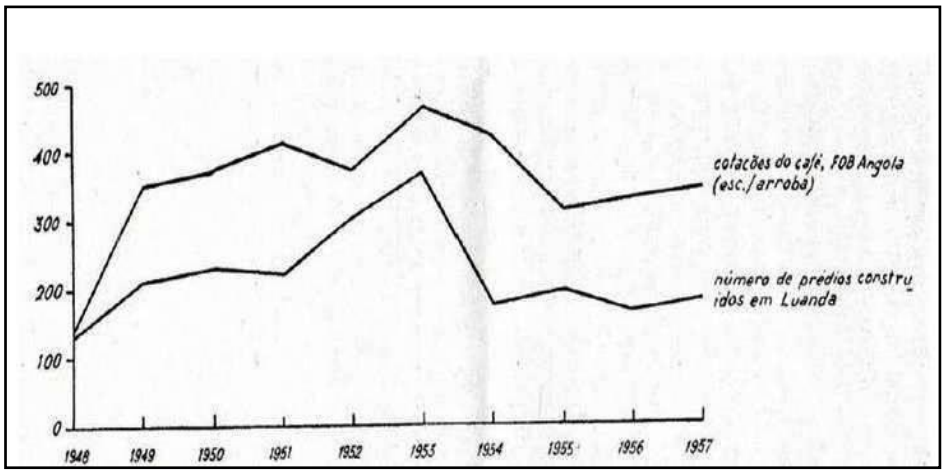
> Angola é uma das regiões que têm que abastecer outras. Está certo e nada mais justo. Mas o problema tem que ser encarado em conjunto, e que para acudir ao café, assúcar e ao peixe, não se deixe diminuir a produção de cereaes. E há tanta região onde angariar trabalhadores, fora da área onde seja benéfica a acção dos caminhos-de-ferro! Para defender a produção indígena, é que somos contrários aos contratos, de ter em consideração as razões apresentadas pelo Sr. L. Oquinarenne. (Jornal A *província de Angola*, 14 de fevereiro de 1930).

Através do artigo de Antônio Augusto Dias, é possível tirar várias ilações, podemos ver que a mão-de-obra tinha de ser potencializada em termos de números para poder alavancar a economia do império colonial português. Foi neste período que Wheeler e Pélissier (2011) afirmam que se começava a olhar a prosperidade como um “el dorado eterno”.

Por outro lado, foi neste período de (1926 a 1932), que o sistema colonial português lançou uma rede apertada sobre o sistema económico. Sendo assim, o período que se segue é caracterizado por uma estagnação e de progressos muito frágeis. Este período estendeu-se até por volta do fim da Segunda Guerra Mundial, com o crescimento das vendas do café, permitiu que o governo exercido por poucos (oligarquia angolana) se tornasse afortunada. Nos anos de 1951 e 1953, evidenciou-se balanças comerciais espetaculares, permitindo desta forma que os colonos portugueses respondessem o chamamento para uma nova vaga migratória para as colónias (WHEELER E PÉLISSIER, 2011, p. 203).

Como já tivemos a ocasião de apontar vagamente alguns efeitos da economia do café nos capítulos anteriores, para este capítulo é perentório falar novamente do café, porque existe uma correlação de efeitos nas três variáveis que formam a tríade. Podemos assegurar que os efeitos estão relacionados em primeiro lugar com a economia, logo a economia precisava dos tais ditos indígenas para a mão-de-obra, o resultado foi o crescimento económico, e com o crescimento económico, teve o início o processo de urbanização de Luanda. Ilídio do Amaral (1968b) mostra de forma precisa a relação do preço do café e a urbanização de Luanda, na figura que apresentamos abaixo:

Figura 23 - Evolução das cotações do café, e da construção urbana em Luanda.[286]



Fonte: (AMARAL, 1968b, p. 41)

Se estamos a ver um crescimento em termos do volume das cotações do café e do número de prédios construídos em Luanda, o Indigenato como um dispositivo permaneceu intocável após a Segunda Guerra Mundial, como vimos anteriormente[287], ele foi revisto em 1954; o seu código do trabalho associado, vulgo código do trabalho indígena, promulgado em 1928, não sofreu grandes alterações.

A pedra basilar do Indigenato estava agenciada no preceito de que todos os homens adultos "nativos" tinham o "dever moral" de realizar o trabalho, este princípio não foi abandonado e nem contestado. O mesmo aconteceu com a participação das autoridades coloniais no recrutamento ou na sua capacidade de impor sanções penais aos trabalhadores "nativos" que não cumpriam o seu "dever moral". O sistema de recrutamento era alicerçado por intermédio de curadorias, que eram instâncias concebidas para supostamente "proteger" os "nativos" envolvidos no processo de recrutamento e na distribuição da força de trabalho, ainda era vista como a melhor forma de lidar com as populações "nativas" (JERÓNIMO; MONTEIRO, 2020).

Na década de 30 e 40 é marcada pela internacionalização de debates sobre o trabalho colonial, Portugal foi intimado várias vezes para assinar a convenção da OIT-

[286] Segundo Amaral (1968b, p. 40) onde estão representados o número de prédios construídos em Luanda e a variação das cotações do café no período que vai de 1948 a 1957, nota-se um certo paralelismo entre as duas linhas, apresentando a primeira o mesmo declínio da linha das cotações, que a partir de 1953 corresponde à desvalorização do café no Mercado. Embora nem toda a construção urbana seja com os lucros do comércio desse produto, pode dizer-se que uma grande maioria o é.
[287] Ver o subcapítulo: *Do indigenato ao crescimento da cidade: lugares de "captura", "separação" e "instrumentalização"*.

Organização Internacional do Trabalho, visando os seus territórios coloniais, mas infelizmente recusou assinar tanto a de 1947 como as da década de 1930.[288]

Na verdade Portugal foi pressionado pela OIT e a ONU (ECOSCOC) – Conselho Económico e Social, devido a sua política de trabalho indígena, Portugal recusava-se em implementar mudanças que os outros impérios coloniais se propunham em matéria de trabalho para indígenas nas suas colónias. Para o caso de Portugal, estas novas realidades ou discussões acerca do "trabalho nativo" foram vistas com desconfiança. Neste contexto, o império colonial português implementou reformas socioeconómicas, devido as pressões e as denúncias[289], por isso, a questão do "trabalho nativo" era central nos debates mais amplos sobre a autodeterminação, foi essencial para o processo de descolonização global (JERÓNIMO; MONTEIRO, 2020).

Se por um lado existia um "braço de ferro" entre a OIT e os representantes do Governo português na OIT, internamente a questão do trabalho indígena também era debatido, principalmente na Assembleia Nacional em Portugal, muitos casos de abusos ocorridos em Angola e Moçambique eram denunciados. Mas nem todos tinham a mesma ideia de proteger os tais ditos indígenas ou na ideia de se fazer reformas, foi nesta divergência de posições, que custou o cargo de Governador-Geral de Angola ao Álvaro de Freitas Morna.

O tratamento das populações ditas indígenas ressurgiu como um problema, num conflito entre o novo Governador-Geral de Angola Álvaro Morna e Vieira Machado, Ministro das colónias. O conflito complicou-se quando o ministro das colónias cessou de colaborar com Álvaro Morna durante uma visita a Angola, notificando diretamente com administradores subordinados. Em resposta desta ação, o Governador-geral decidiu escrever ao Presidente do Conselho, para pedir apoio

[288] Durante os anos trinta, a questão do bem-estar das populações africanas não aparece como tema das iniciativas coloniais portuguesas, que se restringiram ao melhoramento da situação económica dos territórios ultramarinos (KEESE, 2003, p. 100).

[289] Em 1961 o Ghana queixou Portugal na organização Internacional do Trabalho – OIT. Caro leitor, ver os desenvolvimentos concernentes a queixa no *Boletim Geral do Ultramar*. *A queixa do Ghana na organização Internacional do Trabalho*. In: Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXVIII - 441, 1962, p. 27 – 32. Consultado em: http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N441&p=28. Acesso em 04 de março de 2023.

contra o ministro. A ação foi malvista, tendo Álvaro Morna sido demitido algumas semanas mais tarde (KEESE, 2003).

É de realçar que Álvaro Morna passou por Angola num mandato que durou um ano, ou seja, governou Angola entre os anos de 1942 e 1943. Olhar para a sua posição de verticalidade, leva-nos para questões que tem a ver com as melhorias das infraestruturas na colónia, seus esforços para o "bem-estar" e "segurança" dos tais ditos indígenas. Álvaro Morna é considerado, como aquele que trouxe vida política municipal e local, com esta ação a sua popularidade foi crescendo significativamente entre a comunidade de colonos[290], sentimento talvez potenciado pela decisão de salvaguardar o fornecimento de mão-de-obra indígena mediante a proibição da exportação de trabalhadores subcontratados para São Tomé (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p. 215).

Por outro lado, Álvaro Morna criticou veemente, a falta de respeito das administrações anteriores para com os interesses dos "indígenas", que os forçavam a trabalhar em regiões distantes[291]. Falou também do comportamento dos administradores corruptos. Álvaro Morna é apontado como um dos sujeitos que se atreveu a criticar claramente a política vergonhosa, mas frequente de forçar os tais indígenas a trabalhar em São Tomé em circunstâncias desumanas que lembram a escravatura[292]. Álvaro Morna não foi compreendido, suas ideias não foram aceites por Salazar, embora as reformas começaram a ser feitas paulatinamente, a tendência era de passar duma retórica nova a ação prática por parte de um grupo de administradores nas circunscrições (KESSE, 2003, p. 105 -107).

---

[290] "Brancos" nascidos em Angola e alguns "brancos" provenientes de Portugal.

[291] Através das curadorias e dos recrutamentos, muitos indígenas eram retirados dos seus locais de residência e enviados para São Tomé e Príncipe, África do Sul, e para o Congo Belga e também para outras regiões em Angola. É de realçar que este processo de recrutamento era feito com base os curadores que tinham representações nestes países supracitados.

[292] Em 1940 surge uma nova geração de brancos e mestiços, naturais de Angola, este grupo reagiu na questão da exploração colonial ao "indígena". Reunidos em um jovem movimento nacionalista com o viés euro-africano, denominado Organização Socialista de Angola (OSA), estes jovens criticaram veemente o envio forçado de trabalhadores indígenas (os tidos contratados) para as roças de Cacau de São Tomé e Príncipe. A OSA foi vítima da repressão policial da ditadura Salazarista, essa organização não teve tempo para posicionar-se perante o regime colonial. No entanto, a denúncia feita pelo OSA, contribuiu para a emergência de uma consciência coletiva, com efeito, Freitas Morna procurou resolver o problema da exportação de serviçais para São Tomé e Príncipe, assinando um acordo com o governador de São Tomé visando à regulamentação do recrutamento de mão de obra em Angola, da sua permanência e tratamento nas ilhas e do regresso dos trabalhadores a Angola (PIMENTA, 2019, p. 163-164).

É nos feitos de Álvaro Morna que nos concentraremos adiante, seus feitos são descritos no seu livro de memórias[293], sendo que, um dos capítulos; ficou reservado para as suas lembranças sobre a construção de um bairro indígena que ele acompanhou desde a sua fundação aos aperfeiçoamentos finais das casas, arruamentos e arborização.

5.1 DA FRAGILIDADE AO CAMPO DAS REALIZAÇÕES

Falar de realizações em termos da construção de bairros indígenas em Luanda, é adentrar para as memórias da cidade de Luanda e para as lembranças de Álvaro de Freitas Morna. Por exemplo, a figura abaixo, leva-nos para um lugar de memória agenciado por uma notícia de jornal *A província de Angola* na sua edição de dez de setembro do ano de 1942. Ela traz consigo a informação e uma propaganda com base nas realizações que estavam para ser feitas na Governação de Álvaro Morna.

Figura 24 - O bairro Indígena de Luanda publicitado no Jornal a província de Angola.

Fonte: (Jornal *A província de Angola,* 10/09/1942)

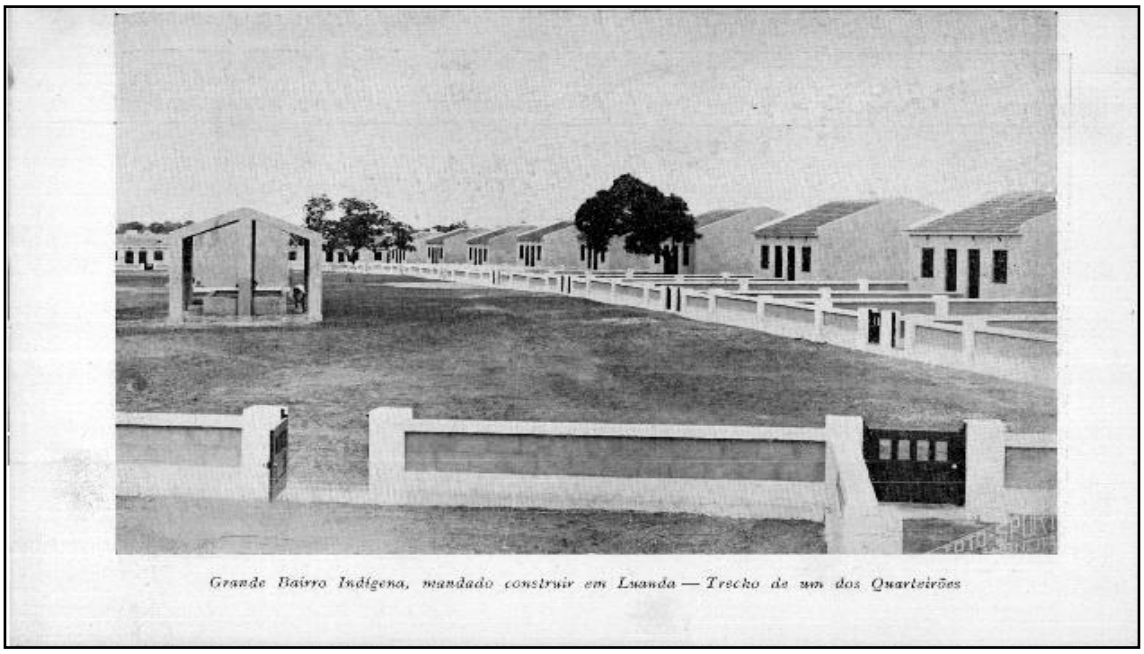
O jornal declarava na sua publicação que, quando o projeto for concluído, ficará sendo uma verdadeira cidade nos subúrbios da zona europeia da capital de Angola.

[293] MORNA, Álvaro de Freitas. **Angola. Um Ano no Govêrno Geral (1942-1943)**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1944.

No projeto estava previsto a edificação de um grupo de prédios, custando os 1500 contos. Nas suas memórias, Álvaro Morna (1944) afirmava que era o lugar verdadeiro que simbolizava a verdadeira cidade nativa, no período em que governou, deixou concluídas 104 moradias que perfaziam dois quarteirões. O projeto era dotado de balneários, tanques de lavagem, Sentinas, canalizações e arruamentos. Seu custo esteve a rondar os 3.000 contos e estava previsto a construção de outros quarteirões.

Para Morna (1944) a construção deste bairro estava consubstanciada pelo dever político e de colonização, visto que a maioria da população dita indígena que habitava a cidade estava estabelecida em casebres, e muitos pagavam rendas elevadas, que ele classificava como extorsão. Neste contexto, o projeto do bairro indígena de Luanda, ocupou o primeiro plano, iniciado antes de nenhum outro, para além do quilómetro 5 – “uma verdadeira urbe indígena de que se construíram dois quarteirões, com cerca de 150 casas, alojando centenas de moradores” (MORNA, 1944, p. 184).

Figura 25 - Bairro indígena construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna.



Fonte: (MORNA, 1944, p. 183)

A intenção de Morna (1944) era de pôr em concurso mais dois quarteirões, desta forma, estariam prontos num período de um ano, assim se eliminariam paulatinamente da cidade as moradias dos tais ditos indígenas – “casebres infectos,

espalhados pelos bairros novos por onde tem vindo a desenvolver-se" (MORNA, 1944, p. 45).

As memórias dos locais[294], nos testemunhos de Morna (1944), sinalizam a construção de pontes, caminho de ferro e sua intenção de promover a construção de cubatas de tijolo, com a cobertura a colmo, para dois grandes aldeamentos – o do Cacuaco, para 122 famílias, a uns 15 quilômetros de Luanda, na estrada internacional que liga ao Congo Belga e o da Maianga, nos subúrbios da capital, para 80 famílias de pescadores, próximo da nova Avenida de Circunvalação da parte sul da cidade.

Morna (1944) no seu livro de memórias faz referência sobre vários assuntos realizados na sua curta passagem por Angola. No quadro das concretizações, ele elenca questões relacionadas com a política indígena, a população indígena, as missões religiosas, a assistência médica, a mortalidade infantil, os bairros indígenas, a mão de obra indígena, a proteção e auxílio ao cuidado e assistências aos indígenas, a colonização europeia, o colonato indígena, a emigração de Angola para São Tomé e Príncipe, os brancos em Angola, os colonos da Huíla, os monumentos nacionais, as eleições municipais, a imprensa e por fim, a reorganização dos serviços econômicos.

Foi possível encontrar relatos da segunda fase do projeto do bairro indígena de Luanda. Nesta segunda fase abrangeu 355 moradias com um total de 899 compartimentos, posteriormente foram construídas mais 84 moradias com 264 compartimentos; perfazendo um total de 439 moradias com 1163 compartimentos. Estas casas estavam agrupadas em blocos, em regra estavam divididas por 6 e 8; algumas delas com pisos superiores, a meio ruas completamente traçadas e acompanhadas por passeios de cimento. Na mesma senda foi possível ver relatos de grandes peças arquitetônicas, como o hospital Indígena, com os seus quatro pisos; a escola – oficina das Missões; o balneário, o posto médico; lactário indígena e a cadeia modelar. Todas estas peças arquitetônicas foram feitas, numa zona verde que deu

[294] A memórias dos locais serve-se de uma formulação que é tão confortável quanto sugestiva. A expressão é confortável porque deixa em aberto tratar-se de uma memória que se recorda dos locais, isto é, uma memória que está por si só situada nos locais. E a expressão é sugestiva porque aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotadas de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos (ASSMANN, 2011, p. 137).

lugar para projetos de urbanização[295], consequentemente tem o início a plantação de milhares de eucaliptos vicejantes.[296]

As obras foram feitas a partir de recursos provenientes de um fundo criado para construção de bairros indígenas, com esta iniciativa se pretendeu alojar populações em bairros indígenas com a habitação de carácter definitivo (SOARES, 1961, p. 181). Nas imagens abaixo, respetivamente, podemos ver os blocos construídos e o hospital para os ditos indígenas; um assunto que já tivemos ocasião de falar na parte três - (3) desta tese, como foi o processo da construção dele.[297]

Figura 26 - Plano do projeto do arquiteto Fernando Batalha feito nos anos quarenta (40).

Fonte: Imagem postada pelo Arquivo Científico Tropical – ACTC- Digital Repository[298].

[295] A zona hoje se ocupa em albergar a Cidadela Desportiva, as Bés e as Cés – ruas numeradas, a Cadeia – hospital do São Paulo, o mercado dos Congolenses, o Bairros dos Congolenses (dos tocoistas), o remanescente de casas antigas do Bairro Indígena que fica junto o comando da polícia e administração do Rangel, Igreja do São Domingos, os prédios próximos do Caputo, os Congolenses, até as bombas de combustíveis junto a estrada de Catete.

[296] *Boletim Geral do Ultramar*. Bairros indígenas de Luanda. Considerações A província de Angola. In: Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXI - 356, 1955, p. 263 – 267.

[297] Caro leitor, ver o subcapítulo do capítulo 3: *Do indigenato ao crescimento da cidade: lugares de "captura", "separação" e "instrumentalização*".

[298] Luanda: Bairro popular. CitAngola (1965). Data de captura: 1965, fotógrafo: CitAngola, data da digitalização: 2011-01-11, proveniência: Fundo Agência Geral do Ultramar. Entidade: Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD21959 . Acesso em 18 de maio de 2019.

Figura 27 - Hospital de S. Paulo.

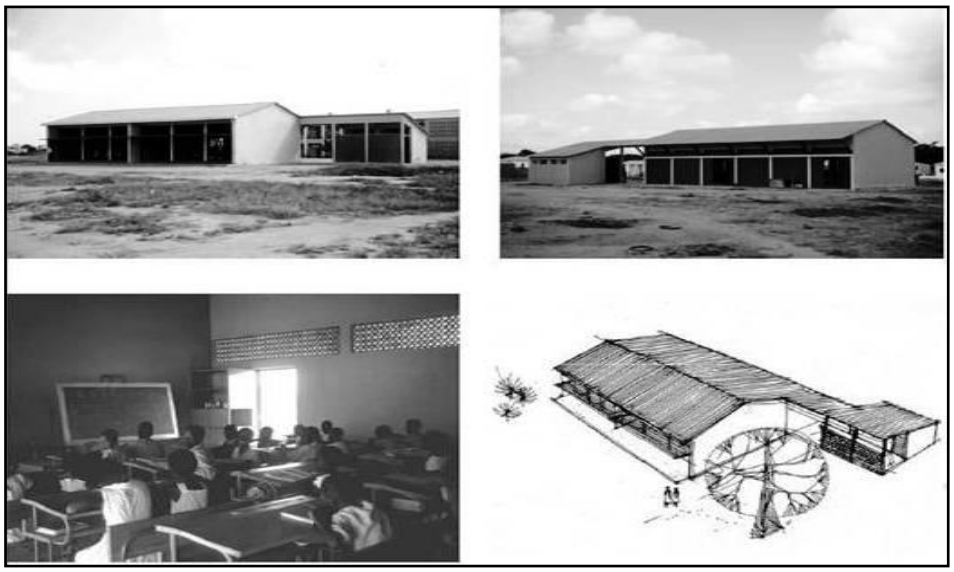
Fonte: Imagem postada pelo Arquivo Científico Tropical – ACTC- Digital Repository.[299]

Estas imagens nos orientam para os lugares de memórias na cidade de Luanda que se encontram em constante transformação, tanto na questão do nome dos lugares, como na transformação dos lugares físicos, por exemplo, hoje, os blocos são chamados bairro dos congolenses e o hospital é chamado de Américo Boa Vida; um local (que seria a grande cidade para os tais ditos indígenas). Também foi um espaço que albergou outras instituições de apoio social[300], por exemplo, na imagem abaixo é possível observar a escola construída para os tais ditos indígenas no bairro indígena, projeto de iniciativa da CABI, compreendeu apenas duas salas de aulas e um núcleo de instalações sanitárias.

[299] Luanda: Hospital de S. Paulo. CitAngola (1965). Data de captura: s.d, fotógrafo: CitAngola, data da digitalização: 2010-03-12, proveniência: Fundo Agência Geral do Ultramar. Entidade: Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: https://actd.iict.pt/eserv/actd:AHUD18574/web_n17359.jpg . Acesso em 18 de maio de 2019.

[300] Cinema, mercado, igreja, cadeia, igreja, escolas e administração do bairro.

Figura 28 - O bairro indígena, construção de uma sala de aula.



Fonte: (FONTE, 2007, p. 415).

As realizações não ficaram por aí, por exemplo, foram construídos outros bairros[301] e criados organismos para se poder gerir a questão do problema da habitação para os “indígenas” por um lado. E leis como dispositivo, por outro lado, para poder controlar o “indígena” quando este estivesse a viver no bairro indígena. Para um melhor entendimento, estamos a falar da criação da CABI e o do Regulamento dos bairros indígenas.

A partir daqui, podemos responder a dúvida levantada por Araújo (2012) quando ele admite com algumas dúvidas que a postura da criação por exemplo do bairro indígena de 1942, tem relação com o bairro indígena criado anteriormente, caso dos bairros Operário e o bairro indígena junto ao Cemitério dos Ingleses.

Sim, as bases já estavam assentes a partir das experiências obtidas para a construção dos bairros indígenas que antecederam o bairro criado em 1942, visto que naquela altura, os Negócios Indígenas já tinham relações com a CML em matéria relacionada com a questão de políticas de habitação para os tais ditos indígenas.

A CML sempre teve problemas para resolver no que toca ao urbanismo, a questão da habitação indígena em Luanda esteve na agenda da CML e foi um dos problemas mais vultosos para a administração. Estes problemas não começam

[301] Foi construído um bairro para “indígenas” em Catete - Luanda. Caro leitor, ver a imagem do bairro indígena seguindo o link: https://actd.iict.pt/eserv/actd:AHUD22004/web_n17863.jpg Acesso em 18 de maio de 2019.

precisamente em 1922, conforme observamos no capítulo anterior, após 1922 foram publicados mais diplomas Legislativos sobre o problema da habitação, dos quais podemos destacá-los:

1. A publicação do Diploma Legislativo n.º 2: 142 de 13 de abril de 1949.
2. A publicação do Diploma Legislativo n.º 2: 290 de 9 de novembro de 1950.
3. A publicação do Diploma Legislativo n.º 2: 145 de 1 de outubro de 1952.
4. A publicação do Diploma Legislativo n.º 2: 542 de 3 de março de 1954

Os decretos supracitados tratam exclusivamente da construção de bairros Operários e casas económicas, o que estimulou a questão de falta de habitação das camadas menos favorecidas.[302] É evidente, que estamos a ver a preocupação por parte das autoridades coloniais da província de Angola, na resolução da falta de habitações destinadas a alojar populações e a garantia de casas com o mínimo de condições de habitabilidade.

No que tange ao problema da habitação "Indígena" também foram publicados diplomas, efetivamente podemos observar igualmente a preocupação de resolver a questão da habitação para os tais ditos indígenas. Segundo Soares (1961, p. 181) foram publicados os Diplomas Legislativos n.º 2097, de 17 de novembro de 1948; n.º 2799, de 9 de maio de 1956 e o Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de maio de 1954.

O Diploma n.º 2799, de 9 de maio de 1956, aprovou e pôs em vigor o regulamento dos Bairros Indígenas, abriu a possibilidade da criação de Comissões Administrativas nas sedes dos distritos e dos conselhos (CABI), atribuída às seguintes fontes de arrecadação de receitas:

> Artigo 5.º: Verbas destinadas pelo Governo; comparticipações dos corpos e corporações administrativas, organismos corporativos e de coordenação económica; cobrança de taxas de ocupação e conservação, limpeza e higiene; produto de multas e outras não especificadas. (SOARES, 1961, p. 181).

Em 1957 é lançado o novo regulamento dos bairros indígenas, como bom exemplo, que o anterior diploma continha, é o caso da orientação da construção definitiva de casas por conta do Estado. O assunto da construção de casas do Estado, para este novo regulamento diz que deve existir outros parceiros que devem encarar a construção de casas e têm a obrigação de alojar os seus trabalhadores; que estes

[302] "Editorial" In *Jornal Cultura*, 2 de janeiro de 1958.

trabalhadores possam contribuir pelo seu próprio esforço para as construções a levantar. Também foi revisto os tipos de habitações, uma vez que no anterior diploma, não estava salvaguardada a capacidade económica das classes sociais, neste novo regulamento o elemento económico foi um dado a se ter em conta[303].

Quanto às CABI tinham a competência de construir casas de vários tipos e com vários materiais, conforme as possibilidades e proventos das diferentes camadas da população "indígena", e as instalações de aproveitamento comum ou social dos habitantes. O novo regulamento antevê o estabelecimento de caixas económicas onde os moradores façam depósitos das suas economias, que poderão auxiliar a construção de moradias, e para finalizar o diploma diz que os planos de urbanização devem compreender recintos para divertimentos, campos de jogos, educação física, zonas arborizadas e terrenos para edificação de instituições do âmbito social.

Foi possível ver as reações concernente a este novo regulamento dos bairros indígenas, pois que, já se levantavam vozes a pedirem "soluções julgadas técnicas e economicamente válidas"[304] adequadas ao objeto em vista que era o de fornecer a cada um, uma casa com o mínimo de condições humanas. No quadro das reações podemos destacar uma notícia do Jornal *Diário de Luanda*, que foi possível encontrar no *Boletim Geral das colónias* - Portugal da Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII – 381 de 1957:

> O regulamento dos Bairros Indígena: Acaba de ser posto em vigor na província, por força do disposto do diploma legislativo n.º 2799, do governo – Geral de Angola, Publicado no último número de boletim oficial, o regulamento dos bairros indígenas, mais um passo em frente, sem dúvida, para a solução de um problema que toma dia a dia maior importância, por acompanhar de muito o progresso e desenvolvimento de uma grande maioria dos aglomerados populacionais da província e o natural crescimento da sua população indígena. No preâmbulo do diploma Legislativo de que estamos a ocupar-nos alude-se à construção, pelo estado, de bairros indígenas, da qual estão encarregados comissões administrativas nomeadas para esse efeito, mas encara-se também a sua construção por entidades que têm necessidade, nalguns casos mesmo obrigação, de alojar os seus trabalhadores. E, para além disto, prevê-se a hipótese da formação de cooperativas indígenas em que possam subscrever, contribuíram com o seu trabalho para as construções a erguer. (*Boletim Geral do Ultramar*. Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 381, 1957, p. 270-272.)

[303] "Editorial" In *Jornal Diário Popular*, 17 de janeiro de 1957.

[304] Foi possível ver esta problemática no *Jornal Cultura*: "casas económicas, dizem uns; casa para todos, reclamam outros, rendas acessíveis, é o dizer da grande maioria" -"Editorial" In: *Jornal Cultura*, 2 de Janeiro de 1958.

Com a criação das CABI nas sedes dos distritos e dos conselhos, foi criada condições favoráveis para o cumprimento de metas, e uma maior organização, por parte da CML, na gestão do urbanismo e na resolução de problemas de casas para os “indígenas”. No entanto estas comissões administrativas criadas tiveram muitos obstáculos; estas dificuldades não favoreceram o fomento, mas sim, minimizaram o problema de falta de casas para os tais ditos indígenas, podemos atestar estes fatos através do *Boletim Oficial* de Angola de 1958 e 1959 e a partir destes correlacionar com a constatação feita por Soares (1961) concernente a dificuldade que a CABI teve.

A maior dificuldade que a CABI teve foi a financeira, a averiguação feita por Soares (1961) nos relatórios da CABI, mostra-lhe efetivamente que os seus orçamentos são provenientes de receitas dotadas pelo governo. Podemos ver o orçamento nas dotações inscritas em orçamentos para CABI de Luanda, para o ano económico de 1958:

> (Capítulo II): Dotações Inscritos em Orçamentos: Artigo 12.º - Subsídio do orçamento geral da Província, artigo 1319.º, n.º 3), alínea e) da tabela de despesa extraordinária, distribuída por portaria n.º 10: 169. De 15 de Março de 1958.....1:900.000$00. Artigo 13.º - Subsídio da junta do Comércio Externo (artigo 15.º do orçamento aprovado pela portaria de 11 de janeiro de 1958)…….10.000$00. Artigo 14.º- Subsídio da circunscrição administrativa de São Paulo. Artigo 22º do orçamento aprovado por despacho n.º 7, de 26 de fevereiro de 1958 do despacho n.º 7, de 26 de fevereiro de 1958 do Governo de distrito de Luanda…15.000$00. Artigo 15.º- Outros Subsídios.1.000$00”178. (*Boletim Oficial* de Angola I Série Número 20 – 14 DE maio/1958 - Diploma Legislativo Nº 10: 213)

O presidente da CABI, no seu relatório de 1958, realça a urgência do Governo – Geral aumentar fundamentalmente as dotações. Portanto, a verba destinada a habitação para “indígenas” de Luanda, correspondente ao ano de 1959 foi de 1:500.000$00[305], comparando com o valor do ano de 1958 que foi de 1:900.000$00, observamos uma redução 21% (- 4:000.000$00) do valor atribuído para a construção de casas para os “indígenas”.

Para além do problema de fundos para a construção de bairros indígenas, houve um outro problema, que passava em torno de conflitos de competências entre a CABI e a CML, segundo Soares (1961, p. 182) este conflito teve como base a “inexistência de uma ideia mestra que defina a orientação das realizações”. Os anos

[305] *Boletim Oficial de Angola* I série Número 10 – 11 de março /1959 - Diploma Legislativo nº 10: 673: sendo necessário providenciar sobre a distribuição da verba inscrita no artigo 1382.º, n.º 3), alínea e), do orçamento geral da Província para 1959 destinada a habitações para indígenas.

foram passando e as dificuldades eram imensas, a missão dada a CABI não estava a ser cumprida na sua plenitude, com esta situação a CABI arriscava-se a desaparecer na “futilidade” por falta de um plano estratégico.

Era fundamental a construção de bairros, mas primeiro, um plano com dados ao seu dispor: “Características da população urbana, imperativos de ordem política, objetivos de carácter social, económico e a falta de dinheiro” (SOARES, 1961, p. 183). Simplesmente a CABI ficava à espera de verbas das despesas extraordinárias do orçamento geral de Angola[306], e por sua vez construía as casas sem ter em conta os pressupostos anunciados por Soares (1961). Os mesmos problemas que a CML enfrentava eram igualmente os mesmos da CABI, mas a CML para cumprir com os seus planos, procurava alternativas que passavam por empréstimos em Bancos, podemos ver esta questão, no *Boletim Geral das Colónias*:

> Considerações de A província de Angola.
> Num dos artigos em que, desde há dias, vimos apreciando as perspectivas da aplicação do empréstimo de 60.000 contos que a câmara municipal de Luanda pretende contrair no Banco de Angola para a realização de vários melhoramentos urbanos, aludimos a momento a questão dos bairros indígenas. Frizámos, então, que a construção de mais bairros indígenas, do mesmo passo que corresponderia a um objectivo civilizador e humano, facultaria também à camara a possibilidade de dispor dos terrenos actualmente ocupados pelos nativos, para fins urbanos – o que, possibilitando melhor aproveitamento de áreas para edificações europeias, daria ao município uma receita bastante apreciável, pela venda de terrenos. O facto

[306] a) A portaria nº 7:798 – Aprova o orçamento da Comissão Administrativa dos bairros indígenas de Luanda, para o ano económico de 1952. O total da despesa foi 1:628.400,00. 1:500.000,00 foi designado para a construção de casas novas no bairro. In: I Série – Número 11, Quarta – feira, 12 de março de 1952, *Boletim Oficial de Angola*.
b) A portaria nº 8: 042 – Aprova e põe em vigor o 1º orçamento suplementar da CABI -2:110.000,00, que foi cabimentado para o pagamento de terrenos adquiridos para a construção de um novo bairro. In: I Série – Número 51, Quarta-feira, 17 de dezembro de 1952, *Boletim oficial de Angola*.
c) Portaria nº 8:131: Aprova e põe em vigor o orçamento da Comissão Administrativa dos Bairros indígenas de Luanda, para o ano económico de 1953. Para o ano económico de 1953 a receita calculada em Ags – (angolares) é 6:141.987.04 e a despesa de igual quantia. 263.500,00 destina-se para o pagamento da empreitada adjudicada a Álvaro Jorge Senteiro, para a construção de 3 Blocos de moradias junto à estrada de Catete. 1: 200.000, 00 destina-se para a construção de moradias num nono bairro. Por outro lado, é possível encontrar neste orçamento, despesas para pagamentos da compra de terrenos, água e saneamento, arruamentos, despesas de reparação e conservação de construções. In: I Série – Número 5, 4 de fevereiro de 1953, *Boletim Oficial de Angola*.
d) Portaria nº 9:353: Distribui a verba do capítulo XII, artigo 1249, nº 3, alínea e) Habitações para indígenas. Tabela de despesa extraordinária do orçamento geral de Angola, para o ano económico de 1956. Do total da verba 4:000.000$00, 1:613.000$00 foi destinado para a construção de bairros em Luanda. In: I Série – Número 20, Quarta-feira, 16 de maio de 1956, *Boletim Oficial de Angola*.
e) Portaria nº 9: 773 – Aprova e põe em vigor o orçamento da CABI de Luanda, para o ano económico de 1957, a receita calculada foi de 2:222.550$00 e a despesa de igual quantia. Do total 2:222.550$00, 1:200:000$00 foi destinada para a construção de moradias nos bairros da cidade e no Cacuaco. 30.000$00 para o início da construção de uma sala de aulas nos bairros existentes. 25.000$00 para o início da construção de um campo de jogos. 40.000$00 para início da construção dos mercados nos bairros existentes. In: I Série – Número 18, Quarta – feira. 1 de maio de 1957, *Boletim Oficial de Angola*.

> de pretendermos ver intensidade a construção de bairros indígenas, poderia criar a construção de bairros indígenas, poderia criar no espírito do público a ideia de que pouco ou nada se tem feito em tal campo, o que não correspondia à realidade. É, de resto, tal impressão pode existir, mesmo entre muitos dos habitantes de Luanda, que da cidade conhecem apenas os logradouros mais frequentados até mesmo porque a cidade só por si, já hoje é grande e os arredores muito mais. Ora, é para mostrar aos leitores de fora de Luanda como para os da capital que pouco mais conheçam (e são milhares…) que as ruas da Baixa e os bairros onde moram, que nos dispusemos a ir até lá acima, à esquerda da estrada de catete, ver o que ali se está fazendo, sem alarido, sem preocupação da «fachada», mas com um sentido de obra definitiva que nos apraz registar". (*Boletim Geral do Ultramar*. Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXI - 356, 1955, p. 263-267).

Diante a situação financeira que "beliscava" o cumprimento das metas preconizadas pela CABI, e com o agravar da espera de verbas dos orçamentos gerais da província de Angola, de acordo com Soares (1961, p. 182) "as CABI nunca avançaram um passo na resolução do problema de tanta importância que lhes foi confiado".[307]

Ao adentrarmos nas relações entre CABI e CML, embora existindo conflitos de competências entre elas, percebe-se que a CABI em matéria de legislação e orientação no âmbito do urbanismo dependia da CML.[308] Estas instituições na cordialidade cooperavam, quando houvesse necessidade por exemplo da intervenção do município quando estivesse a colocar em prática as orientações do plano de urbanização, a CABI tinha de ceder terrenos reservados para a construção de bairros indígenas para a CML[309]. Mesmo aqueles terrenos que anteriormente pertenciam ao município; mas cedidos a CABI, a CABI tinha de devolver a sua titularidade ao município.

Por outro lado, se olharmos para os assuntos internos discutidos nas sessões da CABI (Vide anexo M), é possível ver questões relacionadas com as despesas para o pagamento de obras para a construção de casas nos bairros indígenas, que eram provenientes da comissão administrativa do fundo de assistência aos "indígenas" e também da cobrança das taxas de ocupação nos bairros indígenas, sem estas verbas

[307] Quando digo as CABI, no plural, significa que a CABI foi extensiva para as demais cidades de Angola, ou seja, para além de ter uma repartição em Luanda, ela tinha outras repartições naquelas cidades de Angola, onde foram construídos bairros indígenas.
[308] A CABI funcionava na Repartição Central dos Negócios Indígenas.
[309] "Editorial" In *Jornal A província de Angola*, 05 de março de 1958.

a CABI, ficava de braços atados sem meios para construir, diferente da CML que muitas das vezes recorria ao empréstimo de verbas junto do sector bancário.

O volume e o ritmo da construção não correspondiam ao crescimento da população, agravou-se o problema em geral da habitação em Luanda, o grau de perspicácia de que se revestia o problema era de soluções práticas, e encarar os problemas. Na realidade não foi o que aconteceu, podemos certificar esta questão quando Bento Ribeiro (1958) respondeu ao *Jornal Cultura*, mostrando a sua insatisfação dizendo "que é sabido que todos os esforços para alojar os "indígenas" estão distantes de ser uma realidade, se tivermos de pontuar estas ações os resultados contam com valores negativos". Por outro lado, as resoluções encontradas não têm garantias, chegando-se a ter a sensação de que certos bairros já edificados e destinados para "indígenas", "teriam sido edificados exclusivamente e unicamente por motivos políticos e para fins decorativos".[310]

A construção de bairros indígenas em Luanda foi marcada por uma política de continuidade, descontinuidade e rotura, visto que estes elementos estão intrinsecamente ligados à realidade política que Portugal impunha nas suas colónias e nos métodos administrativos. Estes bairros também foram instrumento de propaganda principalmente em fóruns sobre o urbanismo; dispositivo utilizado para tentar camuflar a situação colonial portuguesa nas suas colónias.

Na ânsia de resolver a questão da construção de alojamentos para as populações ditas "indígenas" que, amontoavam-se à volta dos principais centros urbanos de Angola, Portugal dispunha de muitas instituições para resolução do problema, para um melhor equacionamento do problema deveria existir só um organismo autónomo destinado à criação de bairros indígenas. Com muitas instituições para um só fim, esteve presente uma enorme teia burocrática que restringia iniciativas e afogava entusiasmos, e embaraçava responsabilidades (SOARES, 1961, p.190).

Na realidade portuguesa estava a disposição as seguintes entidades: o Ministério do Ultramar que dispunha de tarefas específicas de urbanização dirigidas para o estudo da falta de habitação; a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação; Núcleo de Documentação Técnica, da Direcção-Geral de Obras Públicas

[310] Editorial" In *Jornal Cultura*, 2 de janeiro de 1958.

e Comunicações (SOARES, 1961), e o Regulamento dos Bairros Indígenas de Angola que previa no seu artigo 15.º, diversas modalidades de construção de casas e indicação daqueles que poderiam construir casas nos terrenos destinados para bairros indígenas (vide anexo N).

Compreender a existência de um grande debate, concernente as políticas públicas para a construção de bairros indígenas, permite olhar para o desenvolvimento urbano, a legitimação do crescimento da população, a identificação da população africana e a especulação imobiliária, são fatores relacionados que criaram condições para o crescimento de programas determinados a instalarem a população africana urbana (MOURÃO, 2006). O problema da falta de habitação para os tais ditos indígenas, estava reduzido a decisões políticas e no campo das realizações. O estabelecimento de bairros indígenas, estiveram intimamente ligados na distribuição dos terrenos municipais, e nos planos de expropriações a realizar.

As causas da construção de bairros indígenas em Luanda estiveram assentes em problemas políticos e acima de tudo urbanísticos. Com um quadro habitacional que não respondia à demanda populacional que crescia num ritmo acelerado, Luanda encarou problemas de falta de habitação. Consequentemente houve a necessidade de construir casas para todos, mas as verbas, o contexto político na altura, indeferiu a intenção de resolver o problema de uma forma de igualdade social.

As dificuldades perduraram longos anos, a garantia ao “indígena” a uma habitação fixa com condições de habitabilidade estava longe de se resolver, as soluções na prática não se efetivaram na sua plenitude. Com o problema de Luanda a possuir uma população de mais de 200.000 habitantes, sendo cerca de mais de 60.000 perfazendo a população “branca” e a outra “indígena” que uma boa parte vivia nos musseques onde não existiam as mínimas condições de habitabilidade isto até por volta do ano de 1958.[311]

As obras continuaram, mas em ritmo lento. Mas mesmo que os bairros estivessem concluídos, não resolveria fundamentalmente o problema por distintas razões, entre as quais interessa destacar: (i) porque habitações daquela natureza são próprias apenas para evoluídos, quer dizer – com vida e hábitos civilizadores. (ii) Porque, ficando as casas caras, não se lhes pode fixar uma renda acessível à grande

[311] “Editorial” In *jornal Cultura*, 2 de janeiro de 1958.

maioria dos tais ditos indígenas, estes, portanto, continuam sem o bairro adequado às suas condições e modo de vida. Por isso, nestas condições supracitadas, as dificuldades apresentam no seu conjunto dois aspectos distintos: “o de criarem habitações para evoluídos (assimilados), aliás como justo prémio da sua evolução. E outra, em muitíssimo maior número para os “indígenas” de baixo nível de vida[312].”

Os projetados bairros indígenas e operários foram utilizados para simplificar a problemática em torno da cidade do asfalto com as melhores casas e o musseque com as habitações pobres, portanto o problema poderia ser resolvido no âmbito de novas técnicas de construções e pela justiça social. O problema habitacional da população “indígena” também fez parte integrante do problema geral da habitação em Luanda (MOURÃO, 2006).

Em 2016, quando decidi procurar alguns arquitetos em Luanda, para saber sobre o processo da construção dos bairros indígenas, ficou claro que as leituras sobre o processo de urbanização de Luanda devem ser vistas sobre um processo de continuidade, descontinuidade e de um confronto de narrativas que agenciam o entendimento do espaço urbano como um lugar de experiências. Se olharmos para as narrativas do arquiteto Chico Zé[313], quando ele diz que hoje já não tem o entendimento que os bairros indígenas foram construídos para segregar; ele até fez uma comparação que nos surpreendeu, ao fazer uma comparação, relacionando a construção dos bairros indígenas no tempo colonial com os moldes de construção utilizados atualmente para a edificação por exemplo do bairro do Zango.

Por outro lado, à arquiteta Isabel Martins (2017) tem uma opinião diferente e muito própria em relação a problemática da construção dos bairros indígenas:

> Se nós divisarmos em primeiro lugar ao significado bairro Indígena, isto quer dizer que é bairro para os nativos, e não era para os europeus, este bairro foi construído exatamente para a população africana, que no fundo fosse mais evoluída. Estes bairros indígenas no fundo era uma política de mudança social, dar um estatuto social aos africanos, que até altura não tinha acontecido, ou que deveria ter acontecido imediatamente, portanto anteriormente já tinha acontecido, mas que depois desapareceu. Contudo esta construção de bairros no fundo era para elevar a posição social de alguns africanos, foi uma política para escamotear o problema sério que havia de racismo e exclusão social, um problema que nos envergonha a todos, era a política do fascismo de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. Realmente as habitações eram em termos de condições construtivas melhores, mas não ia ao amago da questão que era a forma como os africanos vivem, os africanos utilizam muito o

[312] “Editorial” In *jornal A província de Angola*: 7 de novembro de 1949.
[313] Opinião dada pelo Arquiteto Chico Zé, num encontro de esclarecimento sobre os bairros indígenas, realizado no dia 12/08/2016 no seu escritório na baixa de Luanda.

> espaço exterior, o espaço interior nem é tão pouco para uma função social, é uma função íntima. O espaço africano dá ao interior da casa a máxima intimidade, traz as visitas para fora, normalmente para um quintal, onde se come; onde se conversa; onde passasse em laser com família e onde se recebem as visitas, o quê que acontece? Esse projeto de habitações sociais não beneficiava, realmente esse pendor que deve ter habitação africana, todos nós gostamos de passear, de comer cá fora etc., o interior era para as funções mais íntimas é assim que eu vejo o problema e isso nunca foi conseguido com estes bairros sociais. Quer dizer aparentemente as pessoas eram promovidas porque tinham uma habitação de tijolo de material de construção definitiva, mas na realidade não preenchia todas as necessidades filosóficas, o viver cá fora, não viver ca dentro é uma filosofia de vida, eu acho que os arquitetos têm de ser filósofos quando estão a fazer um projeto de arquitetura. (MARTINS, *apud*, AGOSTINHO, 2017, p. 85).

Rui Paes Mendes (2010) no seu artigo sobre *"A Cidade Colonial do estado Novo e a Estruturação do território ultramarino – Primeiras Abordagens*", faz uma abordagem interessante sobre o urbanismo colonial contemporâneo, dividindo este período em três partes, o primeiro começa em 1850 – 1880, o segundo começa a partir de 1920 e o terceiro começa em 1950.

O Segundo período é caracterizado pelo aprofundamento do colonialismo, reforço da aglomeração urbana de europeus, incremento da escala dos edifícios públicos, princípio do planeamento urbano, aumento das populações urbanas nativas e a segregação. Enquanto o terceiro período é qualificado pela subida acelerada da população urbana nativa, vagas de emprego exíguas e consequentemente uma forte tensão na procura das necessidades fundamentais.

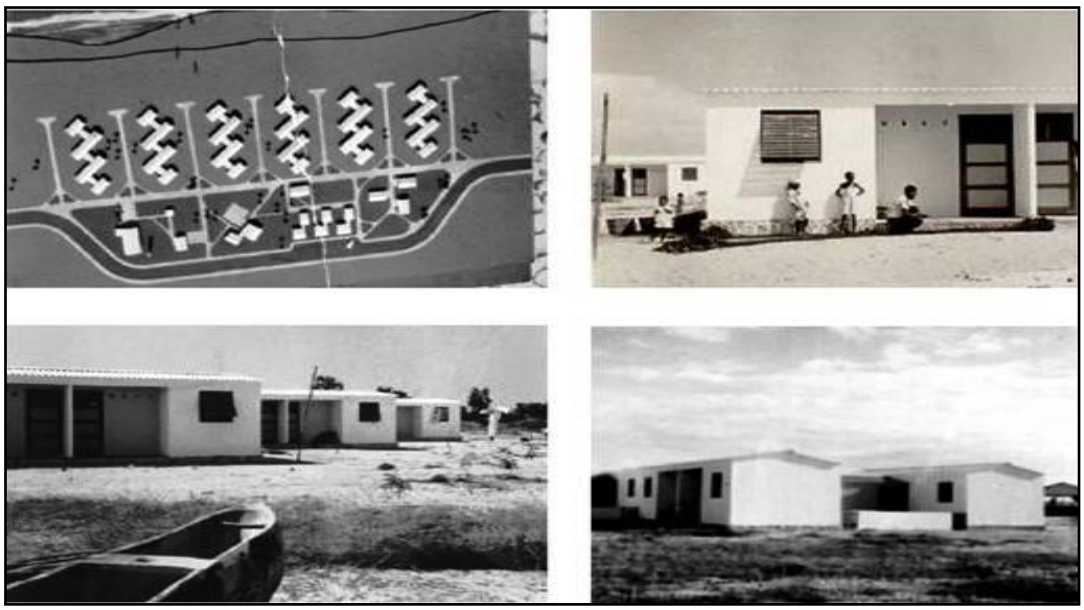
É nestes períodos (segundo e terceiro), onde nasce a linguagem urbana da época, a expressão bairro Indígena e bairro Operário (MOURÃO, 2006), embora os musseques continuavam a crescer, o espaço urbano de Luanda convertia-se num "confronto" a cidade do asfalto versus musseque. Esta situação permitiu o desenvolvimento de resoluções exclusivamente de carácter técnico e administrativo, pelo menos ao nível dos discursos, resultando na necessidade da construção popular como uma solução para todos os males (MOURÃO, 2006, p. 241).

Destacam-se a construção de bairros feitos para os tais ditos indígenas, como é caso dos três módicos bairros situados na área hoje delineada pelo Senado da Câmara com a Avenida Brasil (onde mais tarde aparecem os bairros econômicos), assim como o bairro indígena dos Saiotes – um agrupado de casas construídas com adobe, situadas na esquina entre a rua Cidade de Coimbra e a estrada de Catete, próximo do cemitério Novo. Estes bairros foram feitos por iniciativa do Estado; o primeiro, 1949, onde presentemente está localizado o complexo da Cidadela

Desportiva; e posteriormente, mais dois bairros[314], localizados antes do cruzamento com a via da Brigada (rua da Brigada). A denominação de bairro indígena segue, a um pendor de princípio ideológico, benéfico a segregação da população africana e a diminuídas resoluções de carácter social. Nesta conformidade o bairro operário foi construído em duas fases; o primeiro edificado próximo do Cemitério dos Ingleses em 1926 e o segundo construído em terrenos da família Burity, em 1943, e planejado em 1939 (MOURÃO, 2006, p. 252).

Um outro exemplo de um bairro construído para “indígenas” é o bairro dos pescadores de autoria da arquiteta Antonieta Jacinto:

Figura 29 - Bairro indígena dos pescadores.



Fonte: (FONTE, 2007, p. 415).

Já no final da década de 1960, o Estado decide construir um bairro indígena afastado, por vezes denominado de bairro Operário ou de bairro Popular: o do Cazenga (também chamado por alguns de Cariango); a sua edificação foi feita em terrenos de barro e inundados, entre a linha férrea e a rua dos Comandos. De acordo com Mourão (2006, p. 252) este bairro ficou durante anos e anos sem ser ocupado[315],

[314] Dentre os bairros mencionados por Mourão (2006), um deles está edificado e, atualmente, está localizado por trás do complexo desportivo da cidadela. Fizemos a recolha de alguns depoimentos de alguns moradores deste bairro, assunto que vamos expor no próximo capítulo.

[315] Podemos notar que muitas casas que o Estado construía ficavam sem uso por muito tempo, o Diploma Legislativo nº 3141 do *Boletim oficial* nº 1, de 2 agosto de 1961, trata sobre esta questão: “As circunstâncias actuais recomendam que seja alterada a redação do§ 2.º, do artigo 1.º, do Diploma Legislativo n.º 1962, de 5 de novembro de 1947, a fim de se evitar, em especial, que as casas do Estado permaneçam fechadas por longos períodos de tempo […]”

caracterizado pelo seu delineamento, ruas retilíneas que compreendiam num retângulo imaginário, desta forma configurava-se numa área de seguridade, isto é, uma área onde os moradores podiam ser facilmente fiscalizados pelas autoridades.

É de referir que os projetos de caráter social para os “indígenas” continuaram, até por volta dos finais dos anos de 1960, os exemplos evidenciados de bairros indígenas demonstram, que a criação destes bairros esteve também ligada à preocupação de controlo da população africana, as medidas tomadas para construção dos mesmos ostentam um estatuto de cunho social, mas foram altamente discriminatórias (MOURÃO, 2006, p. 243).

Como exemplo podemos ver as medidas de controlo através do artigo n.º 47º do regulamento dos bairros indígenas:

> Art. 47.º - A todos os ocupantes é proibido, seja a que título for recolher ou ter em sua casa, temporária ou permanentemente, quaisquer indivíduos sem licença prévia da respetiva Comissão dos Bairros Indígenas. (Diploma Legislativo Nº 2.299 que aprova o regulamento dos bairros indígenas*. Boletim Oficial de Angola* Nº 1, de 2 janeiro de 1957).

O regulamento imposto aos moradores, pode ser visto dentro da questão da governamentalidade da população em Foucault (2008). Ou seja, quando Foucault (2008) fala em mecanismo de segurança, amplia seu pensamento trazendo o conceito de sistema de disciplinar, que suporta toda uma linha de dimensões que são propriamente da ordem da segurança. Estas dimensões podem ser encontradas, “em conjunto, das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implementar os mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Na perspectiva de Foucault (2008) a disciplina só existe enquanto há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um efeito a obter dessa multiplicidade. E que, a soberania, a disciplina e a segurança só podem lidar com multiplicidades. Em linhas gerais, ele vai dizer, que a questão do espaço, a primeira a vista, é de uma maneira um tanto esquemática: “soberania se exerce nos limites do território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (FOUCAULT, 2008, p. 16).

Se olharmos para os sete capítulos[316] do regulamento dos bairros indígenas, prontamente iremos observar a intenção de disciplinar o “indígena”, ou seja, disciplinar o seu corpo[317] (regras no bairro e colocar o “indígena” dentro dos limites do regulamento do bairro) concomitantemente a criação de um espaço de segurança e de meios (o espaço de segurança é no sentido que o regulamento cria esse espaço de segurança, para quem aplicar o regulamento, neste caso a CABI, tenha soberania sobre o “indígena”. E os meios são as estruturas que podem ser criadas pelo legislador no que concerne, a maneira de como o regulamento dos bairros indígenas pode funcionar como dispositivo, visto “que os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes da noção ter sito formada e isolada. O meio é um conjunto de dados. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação” (FOUCAULT, 2008, p. 27-28).

O constante alargamento do foral da cidade regista-se um choque com a figura dos postos administrativos da administração civil colonial cravados na malha urbana, resultando, certo choque entre as duas administrações, ou seja, “uma administração voltava-se para a cidade, para a criação de um espaço urbano; a outra, refletia um quadro de dominação tradicional fase a imensa massa populacional que permanecia na situação jurídica de Indígena” (MOURÃO, 2006, p. 76).

O sistema colonial tentou resolver o problema da habitação indígena com a conjugação do problema do trabalho indígena, por isso é que estes bairros indígenas abrangeram mais uma determinada população em detrimento de outras, os tais assimilados ou aqueles que estavam em fase de transição é que tinham possibilidades de pagar estas casas por renda resolúvel. Nesta conformidade, as habitações dos indígenas no musseque foram feitas sem planificação, construídas em transgressão, “atropelando” as “leis” e as “normas”. É ali onde estava a maioria dos indígenas na cidade de Luanda.

---

[316] Os 7 capítulos do regulamento dos bairros indígenas são os seguintes: 1- Disposições gerais; 2- Da instalação do Bairro sua construção e conservação; 3- Da ocupação e posse das moradias; 4- Dos deveres e direitos dos ocupantes; 5- Da administração dos bairros; 6- Da fiscalização e policiamento e 7- Disposições diversas.

[317] No diploma legislativo Nº 2.299, que foi publicado no *Boletim Oficial de Angola* Nº 1, de 2 janeiro de 1957. Aprova o regulamento dos bairros indígenas, nele consta artigos que tratam questões sobre proibições, fiscalização das casas, policiamento dos bairros, instalação dos moradores nos bairros, ocupação de moradias, administração dos bairros, deveres e direitos.

Afirmo isto, porque não era um qualquer “indígena” ou até mesmo “assimilado” que podia adquirir estas habitações, e por outra, estas casas foram feitas com o intuito de não haver misturas com a construção citadina destinada à população de origem europeia. O nativo que quisesse adquirir uma casa num bairro indígena construído, tinha de seguir vários critérios estatuídos no regulamento dos bairros indígenas. No seu artigo n.º 26.º, nos diz o seguinte:

> “As moradias construídas pelas comissões administrativas dos bairros indígenas serão distribuídas segundo as regras estabelecidas neste diploma e em regime de propriedade resolúvel, mediante o pagamento de uma taxa de ocupação mensal”. (Diploma Legislativo Nº 2.299 que aprova o regulamento dos bairros indígenas. *Boletim Oficial de Angola* Nº 1, de 2 janeiro de 1957).

Logo, quem tivesse o desejo de adquirir uma casa num bairro indígena, tinha de ser alguém com alguns recursos ou mesmo já com certo estatuto naquela época, este critério já excluía muitos “indígenas”. Existiu uma relação dos bairros indígenas construídos dentro de uma planificação com o resto da cidade. No entanto, muitos destes bairros indígenas erguidos no âmbito do fomento, foram construídos em lugares que anteriormente eram musseques, constituindo o processo de alargamento da cidade Luanda e a preocupação da separação dos bairros para a população de origem europeia em relação com os bairros dos africanos.

Portugal pressionado pela comunidade internacional imprimiu uma nova feição ao problema e maior delicadeza, sendo assim, a construção dos bairros indígenas ou grupos habitacionais para os tais ditos indígenas obedeceram às necessidades administrativas e policiais e as iniciativas para a edificação desses agrupamentos não pertenceram apenas ao estado (MOURÃO, 2006).

No capítulo da urbanização da província de Angola, até por volta de 1957 verificou-se a autonomia com a criação da Comissão Provincial de Urbanização e a criação de seis Secções Distritais de Urbanização. Angola deixa de depender inteiramente do Gabinete de Urbanização do Ultramar – GUU, contudo há uma continuidade na construção de casas económicas, que entrou num ritmo mais intenso de modo a atender às enormes necessidades habitacionais que a província de Luanda enfrentava (TOSTÕES, 2014, p. 83).

Importa realçar que em torno das fontes utilizadas para este turno foi possível ver relatos de controlo sobre os tais ditos indígenas e também um certo fomento ligado aos problemas da política indígena, logo três fatores contribuíram para obstaculizar a

construção de bairros afastados no perímetro urbano em Luanda: o primeiro a falta de verbas públicas, o segundo a resistência e, por outro lado, o receio de empurrar novamente os chamados assimilados e muitos evoluídos e por último o terceiro era as pressões internacionais através de constantes denúncias na imprensa e nos foros internacionais (MOURÃO, 2006).

A partir dos anos de 1960 foram erguidos vários bairros, em Luanda, designados a albergar trabalhadores de origem europeia e africanos – os tais assimilados. Estas edificações assumiram sempre um carácter exclusivo; destinavam-se aos "civilizados" e contrariaram, por afastamento de limite de comparação para os tais ditos indígenas. A residência para aqueles que chegam do espaço rural, abalados da guerra, desejando emprego fora do contrato agrícola ou a possibilidade de ingresso ao ensino para os seus filhos era a vida nos musseques em casas de autoconstrução, com recurso aos materiais disponíveis (HENRIQUES; VIEIRA, 2013, p. 44).

Por isso, o idealismo colonial não podia concordar que os tais ditos indígenas eram independentes, todavia, tinha de se investir num estatuto especial que permitisse justificar a sua exploração. Logo a construção de bairros indígenas em Angola foi um elemento contemplado no plano de fomento e serviu para controlar as populações.

5.2 É URGENTE (RE) ARRUMAR O URBANO E PROMOVER O SOCIAL: OUTRA FORMA DE PENSAR A CIDADE E AGIR NA CIDADE

O estabelecimento de bairros económicos, operários e indígenas, foi um problema de grande vulto que a CML teve para poder responder demandas que a cidade impunha. Os bairros económicos, operários e indígenas, são três problemas ligados. De que forma podemos entender que foram de fato problemas que estiveram relacionados?

Se olharmos sobre o que foi debatido na edilidade[318] sobre os terrenos do Estado existentes numa das áreas destinadas a bairros económicos que se situavam na altura a norte da rua do Brasil, como não eram terrenos municipais, a discussão

[318] "Editorial" In: *O estabelecimento de Bairros: económicos, operários e indígenas*. *É o problema mais urgente que a Câmara Municipal tem agora para resolver*. Jornal *A província de Angola*, 10 de abril de 1958.

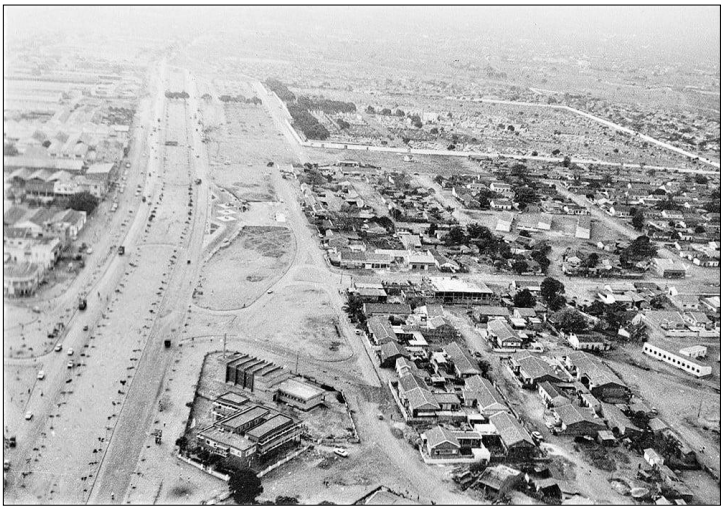
sobre estes, impunham negociações necessárias com os seus proprietários. Ficou patente que esta área a norte, era uma área apreciável, conjuntamente com os terrenos que a CML possuía na vizinhança daqueles terrenos que não eram da sua tutela.

Neste contexto, o que ficou consertado na edilidade é que a CML tinha de implementar estudos para se estudar os problemas relacionados com os esgotos e arruamentos. Por isso, era fundamental a negociação com os proprietários dos terrenos que não pertenciam a CML, para se cumprir o desiderato da construção de bairros econômicos.

Um dos exemplos, que podemos elencar é o bairro que naquela altura se encontrava a sul da rua do Brasil (hoje avenida Brasil), existia uma área destinada para um bairro econômico, em que os terrenos pertenciam, na maior parte, ao Sr. Henrique Cago da Graça, mas que foram retalhados por inúmeros citadinos, que construíram em transgressão, é o chamado bairro do Sacrifício ou musseque Terra Nova (atualmente denomina-se bairro Terra Nova). Neste espaço a CML dispunha de uma pequena área.

Por outro lado, na área do bairro econômico, a norte da rua do Brasil, existiam europeus, pelo que se tornava indispensável e urgente a obtenção de inúmeras habitações de “indígenas” e terrenos destinados a bairros indígenas. A sul da estrada de Catete de fronte ao bairro indígena já existente, dispõe a CML de uma pequena área de terreno que permitiu a construção de um pequeno bairro econômico de cerca de 100 moradias: o chamado bairro Madame Bergam.

Figura 30 - Luanda, estrada de Catete.



Fonte: postado por Luanda imagens dos velhos tempos - grupo do Facebook[319].

Concernente aos bairros populares, constata-se ausência deles no plano regulador da cidade de Luanda, ou seja, não são mencionados estes bairros, possivelmente por se considerarem incluídos nos bairros econômicos. Neste contexto a CML identificou dois bairros situados um, a norte e outro a sul da zona industrial. Por isso, era indispensável e urgente na altura que os terrenos desses dois bairros estivessem na posse da CML.[320]

Quanto aos bairros indígenas, na altura não interessava saber se era ou não à CML que competia resolver o problema da construção dos mesmos. Mas, era necessário "libertar" áreas ocupadas[321] por casebres ou cubatas de "indígenas", para que os bairros indígenas fossem construídos. Por outro lado, nestas áreas ocupadas, a maioria dos terrenos pertencia aos particulares, por isso, a CML não tinha outra opção, se não a aquisição ou a expropriação de terrenos era a solução, mas como vimos no subcapítulo anterior a grande dificuldade da CML mesmo a da CABI, era a questão financeira.

Se recuarmos e olharmos para os decretos promulgados, desde 1922 até 1962, numa perspectiva de continuidade e descontinuidade em termos daquilo que é a aplicabilidade e soluções para se resolver o problema da falta de casas em Luanda. Entendemos que os decretos foram usados para alinhar políticas que estavam consubstanciadas em agendas e demandas para dar respostas adequadas com os meios que estavam à disposição, mas muitas das vezes, na prática o que estes decretos determinavam não se aplicava.

Se em 1922 temos a portaria n. 183, de 27 de outubro, que determinava a construção nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes de bairros destinados a funcionários do quadro geral auxiliar e a operários e trabalhadores

---

[319] Luanda - Imagens dos velhos tempos. Estrada de Catete, anos 70. Fotografia postada no dia 08 de novembro de 2020. Facebook grupos: Luanda imagens dos velhos tempos. Disponível em: https://m.facebook.com/photo.php?fbid=1793914307439707&id=687285931435889&set=a.687674474730368&source=57 Acesso em 04 de junho de 2021.

[320] Uma parte dos terrenos do bairro situado a sul da zona industrial era propriedade do Sr. Henrique Gago da Graça. Este Sr. apresentou uma proposta para vender a CML os terrenos que possui nesta área e na zona industrial. "Editorial" In: O estabelecimento de Bairros: económicos, operários e indígenas. *É o problema mais urgente que a Câmara Municipal tem agora para resolver*. Jornal *A província de Angola*, 10 de abril de 1958.

[321] A intervenção podia ser feita em terrenos que pertenciam a CML, é o caso dos terrenos localizados no Musseque Burity, Flávio Fernandes e Prenda.

autóctones com residência permanente naqueles centros. Posteriormente, foi publicado outra legislação, como os diplomas legislativos números 2093, de 17 de novembro de 1948, 2261, de 21 de junho de 1950, e 2799, de 9 de maio de 1956. Neste último diploma, se reconheceu que a tarefa de resolver o problema de casas não podia ser exclusivamente do governo.[322]

Por outro lado, em 1957, é promulgado o diploma legislativo n. 2822, de 1 de maio de 1957, cujo preâmbulo se refere que no primeiro plano das preocupações da administração da província figurou, o problema da procura de habitação, determinava-se que a construção de casas econômicas passa a ser elevada a efeito pelo Estado, pelos municípios, por sociedades cooperativas ou anônimas, por organismos corporativos ou de coordenação econômica, por instituições de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos e outras entidades idôneas de direito público ou privado, singulares ou coletivas.

Em 1961, através da publicação do Diploma Legislativo n. 3117, de 12 de junho, criou a Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares, à qual competia a construção de habitações destinadas às classes menos abastadas. Este diploma procurou dar um novo impulso para a solução do problema do alojamento através da construção de bairros populares, definidos como “o agrupamento de habitações de diversos tipos que se edificassem nos centros urbanos, industriais ou agrícolas, destinadas às classes pobres.[323]

Por último, em 1962 publicou-se o Diploma Legislativo n. 3301, de 15 de setembro, em complemento da Portaria Ministerial n. 4, de 30 de junho do mesmo ano, foi criado o Fundo de Acção Social do Trabalho de Angola, o qual se acha devidamente regulamentado. As receitas do Fundo, eram provenientes da execução do código do trabalho, legislado, implementado e comparticipado através das entidades empregadoras e trabalhadoras, que eram destinadas apoiar programas de

---

[322] “Editorial” In: O estabelecimento de Bairros: económicos, operários e indígenas. É o problema mais urgente que a Câmara Municipal tem agora para resolver. Jornal a província de Angola, 10 de abril de 1958.

[323] Estes bairros compreenderam, no seu conjunto ou isoladamente, unidade de casas económicas, unidades de casas de renda limitada e unidades sociais. As primeiras são casas de renda resolúvel, que devem chegar à posse dos interessados através de amortização fixas; as segundas, como se deduz da própria expressão, devem proporcionar alojamento a baixa renda; as unidades sociais são construídas pelos arrendatários dos talhões concedidos exclusivamente para esse fim. “Editorial” In: *O estabelecimento de Bairros: económicos, operários e indígenas. É o problema mais urgente que a Câmara Municipal tem agora para resolver.* Jornal *A província de Angola*, 10 de abril de 1958.

carácter econômico e social que incluíam as iniciativas tomadas pelo Fundo em matéria de habitação.

Ao olharmos fundamentalmente para a documentação do fórum jurídico, e com aquilo que a historiografia tratou acerca da questão da construção de bairros, é recorrente encontrarmos discursos: bairros operários, bairros econômicos, bairros indígenas, bairros sociais e bairros populares, por vezes é necessário, entender os contextos que se aplicam para cada caso, visto que, por vezes, estes bairros, eram edificados para um determinado fim, mas, na prática eram utilizados para outros fins, exemplo é o bairro indígena do Cazenga, que também era denominado de bairro Operário ou de bairro Popular.

Isto se deve algumas vezes com a questão da propaganda do Estado colonial português que, por um lado, já não podia utilizar determinados conceitos, por exemplo: "bairros indígenas", ou mesmo o conceito de "indígena", um dado assente é que depois de 1961, já não era viável utilizá-los. Os novos eventos, principalmente o de 1961 no norte de Angola[324], a revogação do código do Indigenato, a revogação do decreto que cria a CABI conjuntamente com as portarias relacionadas com a resolução do problema da falta de habitação que vimos ao longo da nossa exposição, fez com que muitos bairros anteriormente vistos e tidos como bairros indígenas, começassem a ser chamados de bairros populares.[325]

Ou seja, a partir de 1961, já não se podia falar de bairros indígenas, visto que o Diploma Legislativo[326] n. 3117 – constituiu a Comissão Administrativa dos Fundos

[324] Os grupos de pressão UPA – União dos povos de Angola e MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola, lançaram os primeiros ataques de guerra angolana de independência, em fevereiro e março de 1961. Ao fim de alguns meses, os ataques armados haviam suscitado mais reformas no colonialismo português do que todos os protestos ao longo de um século: O indigenato foi revogado: abolindo-se assim a distinção entre cidadãos "civilizados" e "não-civilizados", criaram-se organismos administrativos africanos locais, coordenaram-se leis consuetudinárias portuguesas e africanas; reformulou-se em termos mais rígidos a regulamentação das concessões e ocupação de terras e foi abolido o sistema de trabalho forçado não remunerado. Embora muitas destas reformas viessem a revelar-se mais tarde como uma simples mudança na forma mais do que na substância, a guerra fez finalmente acordar Portugal para o reconhecimento de alguns anacrónicos no seu sistema colonial. Precisamente quando outras potências colónias europeias se despojavam dos seus territórios africanos. Portugal empenhou-se totalmente na resistência às forças do nacionalismo e em procurar seriamente desenvolver a terra, os recursos e o povo da sua colónia – numa palavra, em colonizar Angola. Mas era demasiado pouco e demasiado tarde (BENDER, 2013, p. 278-279).

.[325] Por exemplo, o Plano de Urbanização de Luanda de 1962, do Gabinete de Urbanização de Luanda, ampliou exponencialmente o foral urbano, e os musseques passaram a ser bairros populares encravados na cidade e, na sua maioria, passaram a ser território privilegiado da transformação urbana para integrar bairros mistos na cidade de Luanda (MINGAS, 2023, p. 185).

[326] I Série – Número 23, Segunda – feira, 12 de junho de 1961, *Boletim Oficial de Angola*.

dos Bairros Populares de Angola - CAFBPA destinada a superintender, a fomentar e a auxiliar a construção de habitações de diversos tipos nos centros urbanos, industriais ou agrícolas destinadas às classes menos abastecidas e revoga os Diplomas legislativos números 2097 de 1948, 2261, de 1950, 2524, de 1954 e 2822 e 2799 ambos de 1957.

Se a CABI foi criada em 1948[327], em 1956 com o diploma n. 2799, de 9 de maio, pôs em vigor o regulamento dos bairros indígenas, depois de cinco anos ela é extinta, o que esteve na base desta extinção? Dentro do período em que a CABI funcionou, será que não teve capacidade para responder com zelo o que estava planificado nos preceitos da sua criação? Ou ela foi extinta devido ao término do Estatuto do Indigenato?

Com o término do Estatuto do Indigenato, surgem mudanças na forma de atuação das autoridades face à figura dos "indígenas"[328]. Por isso, pensamos nós que não era exequível a continuidade de uma instituição como a CABI, uma vez que o Governo Colonial Português tinha de dar sinal de mudanças perante a comunidade internacional e nos grupos de pressão (movimentos de libertação nacional) que reivindicavam a independência de Angola.

Se nos anos 50 e 40 estes bairros eram denominados bairros indígenas e, os fogos como casas econômicas, depois dos acontecimentos de 1961 (de 4 de fevereiro e de 15 de março), a narrativa, entorno do problema da habitação agencia o termo popular (bairros populares). Nesta altura a ação psicológica[329], impunha resoluções e práticas que conjugavam na tentativa de minimizar o peso do Indigenato como dispositivo que "influenciava" na forma de fazer a cidade e pensar a cidade.

O Eng. Pimentel dos Santos em cinco de julho de 1962, ao escrever para o Governador para relatar o ponto de situação da criada CAFBPA, bem como a prorrogação do período que foi dado para o início dos trabalhos na referida comissão.

---

[327] Diploma Legislativo n. °2097, de Luanda, 17 de novembro de 1948.

[328] E não só, segundo os sujeitos entrevistados, dizem que Angola "mudou". Portugal teve de fazer reformas, mas já era tarde, por isso, entendemos que o conceito de colonialismo tardio, aplica-se ao colonialismo português, ou seja, o colonialismo tardio pode ser entendido, como um dispositivo (operação política, económica e ideológica) criado para tentar travar a onda crescente de contestação perante a presença do colonizador nos países colonizados.

[329] Caro leitor, ver a forma como os bairros indígenas eram publicitados no jornal nos anos sessenta no (Anexo O). É possível ver que estes bairros já não eram chamados de bairros indígenas, mas sim de bairros populares.

Nesta missiva, ele pediu a exoneração dos membros da comissão e a criação de uma nova comissão; com uma nova proposta de agenda de Trabalho[330]. Um dos pontos, que chamou a nossa atenção na proposta como agenda da nova CAFBPA, é o "estudo da inclusão, plano de urbanização da cidade dos bairros dos diversos tipos a construir".

Estas preocupações face às revoltas do Norte de Angola, se converteram posteriormente em ações para tentar frear a onda de contestação, depois de materializadas muitas foram publicitadas, ou seja, as tais famosas reformas que extinguiram o Indigenato e outras legislações que tinham o carácter de opressivas, estenderam a liberdade aos africanos, mas não os meios para competir com os colonos. Assim, as rígidas divisões de classe em Angola colonial serviram de divisões raciais efetivas (BENDER, 2013, p. 375). Também podemos entender que as medidas tomadas, foram ações que permitem olhar como as autoridades coloniais reagiram os "tempos de revolta", período que impunha novas políticas e, acima de tudo, mudança de paradigma no que concerne a administração dos territórios ultramarinos.

As reformas econômicas e políticas produziram determinadas mudanças, elas foram visíveis, ainda que insuficientes e tardias[331], o Estado colonial promoveu um programa social de entretenimento e recreação focado em África, tudo com o fim de conquistar a aceitação dos angolanos. As reformas estabelecidas, em setembro de 1961, revogaram o sistema do Indigenato, o trabalho forçado e a expropriação ilegal de terras, e tornaram portugueses todos os cidadãos angolanos. O Estado Novo seguiu uma dupla abordagem: "reforma e repressão", foi uma forma de impedir que os angolanos se juntassem aos movimentos nacionalistas e convencer-lhes de que as suas aspirações passavam pôr encarar o sistema colonial português como modelo de governação aceitável. Mas é de realçar que a repressão e o controlo aumentaram com os esforços da PIDE para desterrar dissidentes políticos e com a implementação de um plano psicossocial de contra – subversão, em 1967 (MOORMAN, 2022, p. 146 -155).

Para além do Estado colonial português implementar políticas, para lidar com o fenômeno das revoltas, houve sujeitos que alertavam sobre a questão da coabitação

[330] Caro leitor, ver o documento no (Anexo P).
[331] Reformas tardias para Portugal manter o controle sobre Angola.

nos centros urbanos[332]. Um dos que alertava sobre possível fenômeno (subversão), foi Amadeu Castilho Soares que defendia acirradamente o processo de destribalização, ou seja, a integração dos tais ditos indígenas na sociedade civilizada, portuguesa e católica, passaria, pois, pela sua fixação nas áreas rurais, estacando os fluxos, por outras palavras, Amadeu Soares defendia o equilíbrio entre o mundo rural e o urbano (CURTO, et al., 2016).

Amadeu Soares, teceu críticas às CABI; concebidas em 1948, por não acautelarem o indispensável, que era a diminuição dos vínculos entre planificações urbanísticas e dados populacionais[333]. Embora Amadeu Soares, reiterou a necessidade de disciplinar também a sociedade europeia, o dispositivo de controlo social que ele concebeu, sob a forma de proposta formal, direcionava-se para a gestão dos espaços habitacionais dos "nativos urbanos", o central e o periférico (CURTO, et al., 2016, p. 260).

Amadeu Soares considerava desnecessário a construção de meia dúzia de casas que posteriormente podiam ser colocadas à disposição dos interessados. Para ele, tratava-se de um erro em que todas as comissões com a missão de construírem os bairros indígenas cometiam. Era preferível que os tais ditos indígenas construíssem as suas próprias casas com os materiais disponíveis. Mas a tipologia da casa não podia ser determinada com precedentes, uma vez que o arranque da construção da obra dependia das condições do proprietário. Para isso, bastava fornecer aos tais ditos indígenas os materiais para seguirem os moldes que mais desejassem, limitando-se a atuação de fazer respeitar o traçado dos arruamentos. O modelo ideal de casa para os tais ditos indígenas, na perspectiva de Amadeu Soares, seria aquele que reservasse um espaço para os porcos, galinhas e uma pequena horta, que do ponto de vista estético, administrativo e de uma certa lógica econômica, seria o ideal (CURTO, 2020, p. 70 - 71).

---

[332] Por outro lado, Moorman (2022, p. 96), vai dizer que os cientistas sociais se preocupavam com a "vida dupla" ou a duplicidade dos chefes de família nos musseques, que eram compreendidos como sendo portugueses durante o dia e africanos à noite. Consideravam essa vida dupla prova de uma aculturação incompleta que impedia a modernização e o desenvolvimento, adiando uma "descolagem" à Rostow. Os militares e a polícia suspeitavam ainda que o ambiente do musseque contribuía para um sentimento de miséria que podia nutrir simpatizantes nacionalistas.

[333] Amadeu Soares, reconheceu que o Estatuto do Indigenato de 1954 e a legislação aplicável em matéria de administração dos bairros indígenas limitaram-se a fixar normas processuais para a conservação desses espaços habitacionais junto às áreas urbanizadas (CURTO, et al., 2016, p. 256).

Arrumar o urbano e reordenar o rural era a palavra de ordem, após os acontecimentos do norte de Angola, o reordenamento urbano é acionado pela Comissão dos Bairros Populares[334], a qual integrava elementos do Instituto do Trabalho, da Junta Provincial de Povoamento, do Laboratório de Engenharia Civil, dos Serviços de Saúde, da Administração Civil, das Obras Públicas.

Em todas as fases do reordenamento, a ordem seria a "integração", ou seja, a população é completamente integrada: o europeu é vizinho do africano e do euro-africano, pois é doutrina da administração, contrariando conceitos correntes e artificiais, que somente haverá povo e estabilidade, se em todas as etnias existirem, lado a lado, os ricos, remediados e pobres, que constituem a sociedade no nosso tempo (MARQUES, 1970). Curto (2020) ao se debruçar sobre a questão da integração, da autonomia, segregação e estratificação social no livro: *(Des) controlo em Luanda: Urbanismo, polícia e lazer nos musseques do império*, cita José de Almeida santos, como um exemplo daqueles que defendiam:

> modernos conceitos de núcleos – urbanos de integração e convivência, e com os arreigados princípios nacionais contrários a toda a espécie de segregação racial. Por isso, anunciava, numa perspectiva que era meio doutrinária, meio descritiva da situação, que estava em curso a construção de bairros populares, destinados "a brancos e pretos, indiscriminadamente". É que, no seu entender, eram "arreigados entre portugueses os princípios contrários a toda a espécie de segregação racial" – princípios aliás, que reputava "inerentes à nossa mentalidade ibérica". (CURTO, 2020, p. 79).

A tentativa de integração não ocultava a realidade dos bairros para os tais ditos indígenas que ao longo do tempo foram sendo estabelecidos no espaço urbano; bairros indígenas, assentes na separação racial, e "amarrados" às cidades, delas dependendo econômica e socialmente. Localizados nas proximidades da cidade

[334] No arquivo do IPEGUL encontramos vários documentos com uma rica discussão, que permitem entender as demandas em termos do pensamento urbano na década de 60. Por exemplo na pasta de processo: U.10 – Arquivo do IPEGUL- 7ª repartição da CML. Pasta:44, ano de 1960. *Bairro Popular número 3, esboceto – não considerado*, é possível ver questões que vão desde o crescimento da cidade, ampliação do bairro popular de Luanda número 3; os terrenos a serem ocupados por essa expansão. Por outro lado, é possível observar questões sobre os terrenos dos bairros indígenas. Na pasta de processo: U.10 – Arquivo do IPEGUL- 8ª repartição da CML. Pasta:41, ano de 1959. *Bairro Popular número: 3 (estudo) não considerado*. Podemos observar os seguintes assuntos: o bairro residencial Popular – a sul da estrada de Catete. Neste documento podemos encontrar elementos de entendimento sobre os bairros sociais e económicos, o que ficava claro, é que estes bairros só deveriam ser construídos nos terrenos municipais. Um outro assunto que nos saltou a vista, foi o assunto do número de talhões destinados para os "indígenas", a quem a CML por necessidades urbanísticas tinha de desalojar para construir casas de caracter definitivo.

branca absorviam a mão-de-obra, deles originaria géneses diferenciadas, resultam de processos, projetados e promovidos pelo Estado (FONTE, 2007).

Por isso, se fizermos uma clara distinção entre políticas públicas e a sua aplicação, um bairro indígena construído também foi utilizado para "segregar", ou seja, foi uma prática segregacionista, foi pensada como tal? Na ocupação desses bairros, quem se beneficiou foram os trabalhadores ou os tais ditos assimilados, aqueles que podiam pagar uma casa por renda resolúvel, em outros casos, foram casas atribuídas a determinados grupos de pessoas para serem controladas, como é o caso dos Tocoistas.[335]

O conseguimento dos territórios africanos obtido durante anos de combate, e destruição, foi função das tropas, mas o controlo das populações foi um exercício muito mais complexo (MOUTINHO, 2002, p. 21). Logo a construção de bairros indígenas em Angola foi um elemento que também serviu para "controlar" as populações conforme dissemos anteriormente, não só por estes bairros serem construídos nos locais onde foram estabelecidos ou por terem uma legislação específica para a gestão deles, mas como a cidade era pensada e planificada, a questão da coabitação já era colocada em causa.

Neste sentido o ano de 1961[336] é marcado pela realização de assaltos as cadeias de reclusão em Luanda na noite de 3 para 4 de fevereiro (sexta-feira para

[335] Igreja Tocoísta (oficialmente, "Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, Relembrada a 25 de julho de 1949 pela Sua Santidade o Profeta Simão Gonçalves Toco") é um movimento cristão profético de raízes batistas cujas principais características teológicas incluem o seguimento das profecias do seu fundador Simão Toco, a crença no carisma e no poder da visão e profecia. Igualmente, assenta de modo particular numa noção reformista de "relembrança", através da qual estabelece um distanciamento tanto de doutrinas cristãs de origem europeia e cristã como de tradições animistas e espiritistas africanas. Esta igreja nasceu em 1949, após a descida do Espírito Santo ao seu líder fundador e profeta, Simão Gonçalves Toco, em Léopoldville (no então Congo Belga). Apesar de este acontecimento ter tido lugar no Congo, o facto de Toco e seus seguidores serem emigrantes angolanos naquela cidade levou a que, depois da sua expulsão da colónia belga em 1950, se desenvolvesse essencialmente em território angolano, onde o movimento viria a ser novamente perseguido pelas autoridades coloniais (neste caso a PIDE), que prenderam, torturaram, exilaram e forçaram Toco e as centenas de pessoas que o seguiram desde Léopoldville a trabalhos forçados (BLANES; SARRÓ, 2015, 171 – 172).

[336] Depois das revoltas das prisões da capital em fevereiro de 1961, que se seguiram à grande revolta dos movimentos de Libertação nas áreas algodoeiras de Malange, era perfeitamente normal que os mais altos funcionários políticos voltassem a sua atenção para as áreas periféricas de Luanda. Os motins tinham conseguido, finalmente, colocar o "problema dos musseques" no topo das agendas políticas e técnicas do governo colonial. O objetivo principal era simples e a sua concretização urgente: eliminar os bairros informais de Luanda. Para conseguir, o Governador-Geral nomeou uma comissão encarregue de estudar os seguimentos de baixo rendimento que compunham a população citadina. A grande questão passava por saber como conseguir a "Limpeza" dos musseques no curto prazo, sem pôr em causa o esforço português de propaganda internacional (CRUZ, 2020, 104 -105).

sábado), protagonizado pelos “nativos”, em consequência deste ato, houve mortos, feridos e prisioneiros (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p. 252). Diante desta situação o então Governador-geral de Angola Silva Tavares no dia 05 de fevereiro de 1961, visitou os bairros indígenas de Luanda e os musseques, segundo a notícia do Jornal *Diário de Lisboa* verificava-se uma “tranquilidade” em Luanda[337], na imagem abaixo podemos ver o recorte da notícia:

Figura 31 - Os bairros indígenas de Luanda e a visita do governador geral de Angola.

Diário de Lisboa 06-02-1961

Os bairros indígenas de Luanda foram ontem visitados pelo governador-geral de Angola que verificou ser completa a tranquilidade que ali reina

LUANDA, 6 — Reina tranquilidade em Luanda, apesar dos últimos acontecimentos provocados por agitadores.

Os jornais inserem relatos pormenorizados do motim verificado ontem, depois do funeral dos sete briosos agentes da ordem mortos na madrugada de sexta-feira.

Compreende-se a exaltação de todo o povo de Luanda, profundamente emocionado, ao ser descoberto um grupo de indivíduos que, a soldo e pertencendo ao movimento de agitação comunista agora apontado contra a Península Ibérica, deram mostras de regosijo no momento em que baixavam á terra as sete vítimas do crime cometido pelos seus apaniguados.

Foi uma profunda manifestação de patriotismo tudo o que se passou ontem em Luanda. Espera-se, agora, que os restantes agitadores do grupo associado ao assalto do «Santa Maria», por ordem da J. R. L. I. (Junta Revolucionária de Libertação Ibérica), já tenham sido ou estejam para ser capturados. Voltará assim, totalmente, a paz aos espíritos, mas sem prejuízo de uma atenção mais alertada para o movimento de estrangeiros, que, cada vez mais, procuram imiscuir-se em Angola.

A mensagem do governador-geral lida ontem, á noite, aos microfones da emissora oficial, foi recebida por toda a população, não só de Luanda como de toda a província, com o mais firme desejo de acatar as recomendações nela contidas.

O facto também do dr. Silva Tavares ter ontem, á noite, visitado os bairros excêntricos, incluindo os «muceques», para verificar, ele próprio, o ambiente geral depois dos acontecimentos sangrentos foi muito apreciado e veio confirmar como era limitado o movimento de agitação que explodiu no assalto da noite de sexta para sábado. — (Lusitania).

A «PRAVDA» PUBLICA UM ARTIGO SOBRE ANGOLA

LONDRES, 6 — A atenção com que a Imprensa e a Rádio de Moscovo estão a seguir os acontecimentos registados em Angola constitui, na opinião dos observadores, a melhor prova de que o comunismo se encontra na origem desses acontecimentos, actuando, por meio de agentes provocadores, quer junto dos europeus, quer junto dos indígenas.

Hoje, segundo a Rádio de Moscovo, a «Pravda», órgão do Partido Comunista Soviético, publica um artigo assinado por Mário de Andrade e que se intitula «A liberdade terá de vir também para Angola».

Mário de Andrade nasceu em Angola e apresenta-se como chefe do «Movimento Nacional de Libertação daquela província. Vive actualmente em Conakry. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa, onde não chegou a concluir o curso. Mais tarde, foi para Paris, onde frequentou, na Sorbonne, o Curso de Ciências Políticas e Sociais. — (A. N. I.).

(Ler mais notícias na 3.ª página)

Fonte: blog - Angola do Outro Lado do Tempo. Disponível em: http://tudosobreangola.blogspot.com/2012_08_01_archive.html. Consultado em: 26/03/2023.

É importante olharmos para estes acontecimentos e entender como eles foram decisivos para a mudança de paradigma no que concerne a política de urbanismo que Portugal impunha nas suas colônias. Portugal começava a deixar de praticar um urbanismo baseado numa planificação negativa, ou seja, numa gestão urbana alicerçada somente em impedimentos provisórios e em sanções, este conceito de urbanismo determinava o cálculo precaucional à base da conjuntura, da antecipação

[337] Esta tranquilidade durou por pouco tempo, a cidade de Luanda posteriormente esteve num estado de subversão latente. Caro leitor, para entender melhor os desenvolvimentos concernentes a estes eventos, consultar os trabalhos de BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2014. WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011. BIRMINGHAM, David. **Breve História da Angola**. **Moderna [Séc. XIX-XXI]**. Lisboa: Guerra & Paz, 2017.

e das parcerias público-privadas, uma estratégia vista como apropriada para lidar com a habitação clandestina (CRUZ, 2020, p. 125).

Nos anos sessenta do século XX, quem visitasse Luanda, por mais que tentasse esconder uma determinada realidade da cidade, levaria consigo o que estava desenhado no espaço urbano, uma realidade que pode ser percebida nas narrativas de Waldir de Freitas Oliveira (1965), quando visitou Luanda:

> Mas percorrendo as ruas de Luanda, Lobito, Benguela e Nova Lisboa, pude verificar a completa distinção existente entre os elementos das duas raças. Os negros são invariavelmente os ocupantes dos mais insignificantes postos e ofícios, e mesmo as suas habitações estão agrupadas em bairros específicos, situados na periferia das cidades. […] é terrivelmente chocante, por exemplo, compararmos os bairros residenciais dos brancos com os habitados pelos nativos em qualquer das suas grandes cidades. Habitam os primeiros em majestosas residências construídas dentro dos mais modernos moldes arquitetônicos, em ruas asfaltadas e amplamente iluminadas. Habitam os negros em miseráveis choupanas de paredes de terra e cobertas de palha, onde não existe luz nem água encanada. Isto eu vi em Luanda, no Lobito e em Nova Lisboa. É assim pude verificar que o autor português anteriormente citado não exagerava quando definia os bairros dos negros como "verdadeiras estrumeiras sem esgotos, água ou iluminação e sem ruas pavimentadas" e as habitações ali existentes, as miseráveis "cubatas", como "desprovidas dos menores confortos higiénicos". Não poderei esquecer aqui bairros inteiros sendo construídos pelas administrações locais para substituírem tais bairros citados, tanto em Luanda como no Lobito. […] é que constatei a presença de elementos brancos nos próprios bairros negros, já a construírem ali residências distintas das habitações dos negros. Parece, pois, que à medida que a "cidade branca" cresça, a "cidade negra" irá sendo impelidada para cada vez mais distante da zona periférica dos centros urbanos. E diante de tal fato, difícil será conjectuar sobre se os bairros populares que agora estão sendo construídos, chegarão a ser realmente utilizados pelos negros angolanos. (OLIVEIRA, 1965, p. 34 - 36).

O conceito de integração que era a palavra de ordem no quesito intervenção urbana, segundo Fontes (2007, p. 148) numa primeira abordagem, pensava-se que as cidades, através dos planos de urbanização, fossem também dispositivos de integração das várias camadas sociais e raciais. Efetivamente, raramente as cidades planeadas terão sido exemplar a este nível. A integração fez-se, por momentos, por acréscimo ou justaposição, ou seja, a cidade desenhada\planificada juntavam-se os bairros mistos, depois bairros indígenas (quando houvesse necessidade de edificá-los) e, por último, os musseques.

Por outras palavras, Fonte (2007) vai dizer que num primeiro espaço temos a cidade dos tais ditos brancos (objeto de processo de urbanização), num segundo espaço a cidade mista (espaço de integração racial), e num terceiro espaço, a cidade dos tais ditos negros, com bairros indígenas, (também estes, por vezes, objeto de processo de urbanização), conjuntamente com os musseques, desprendidos em

maior autonomia ou ao acaso, para lograrem crescer, sem norma nem princípio palpável.

Nesta ordem de ideia, com a construção destes bairros, se definiram lugares no espaço urbano colonial na cidade de Luanda. Neste sentido, os bairros indígenas foram construídos para resolver o problema de habitação, aqui podemos ver um cunho social, mas foram bairros construídos com uma índole discriminatória. Quanto aos bairros operários, foi um incremento nas opções para se resolver o problema da falta de habitação, visto que, a tarefa de construção de casas não seria exclusiva do Estado, neste sentido, outros parceiros (empresas/cooperativas) foram incentivados a construir casas ou bairros.

E por último, os bairros populares, começaram a ser construídos, ou ser atribuídos o nome de bairros populares, porque tinha de se mudar de paradigma[338], no pensar e no fazer a cidade, por isso, nos anos 60, vamos ver projetos com caráter de integração das várias classes[339], um dos exemplos que podemos mostrar é, a requalificação do musseque Prenda[340], que foi referenciado nas narrativas do arquiteto Fernão Lopes Simões de Carvalho (2016):

> O Prenda não era para ter os 2/3, da população economicamente débil, mas sim 1/3, porque o Governo disse se vamos fazer unidades de Vizinhança com 2/3 da

[338] Ou seja, os bairros populares são, por assim dizer, o resultado da evolução de que beneficiaram os bairros indígenas, operários e económicos, sempre destinados às classes menos abastadas e tendo em vista a resolução do problema fundamentalmente suscitado pelo urbanismo contemporâneo […]. In: "Artigo de Homem Vasco" In: *Bairros Populares e Política Social*. Jornal *Diário de Luanda*, 11 de dezembro de 1962. Ano XXXIII, n. 10.097, p.1 – 11.

[339] Mesmo com a necessidade de se criar projetos com uma abrangência social, fugindo por exemplo dos projetos que tinham caráter discriminatórios, a CML através da sua oitava Repartição, quando fosse para estudar projetos ligados a zona residencial económica, para integrar os mais variados estratos sociais, pedia um esclarecimento ao Conselho de Estética. Neste sentido, é possível vermos o tratamento que era dado na questão da coabitação, ou seja, mesmo sendo um projeto de integração, o discurso proveniente do Conselho de Estética agenciava a questão do controlo das populações, ou seja, a construção de uma "cortina verde de proteção ao longo das vias, para ser utilizada como um 'Écran" eficaz (para a vigilância), não só para zona do bairro como, também dos bairros indígenas e nas instalações militares que as marginam". In: Pasta de processo: U.15 - Arquivo do IPEGUL – 8ª repartição. Pasta 44, número de ordem – 19, ano de 1958. Referência: Zona residencial económica a sul da estrada de Catete.

[340] Para além da requalificação do musseque Prenda o musseque Burity, sofreu uma intervenção urbanística da 8ª Repartição Municipal da CML. As diretrizes tomadas, passaram por um cadastro atualizado. Por outro lado, houve a necessidade de se proceder a uma revisão parcial do plano de urbanização da unidade de vizinhança, tomando como base a integração de construções de caráter definitivo existentes, cujos volumes e características arquitetônicas não afetam os princípios gerais seguidos. [...] As razões que levaram à integração da proposta na intervenção no musseque Burity, consubstancia-se no problema da habitação, que estava longe de ser resolvido, e a não integração representaria o abandono de construções ainda em boas condições de habitabilidade. In:– *Unidade de Vizinhança "Burity": Revisão ao plano executado pelo Arquiteto Urbanista senhor Faria da Costa*. Documento avulso - (Hospital do indígena (H.S. Paulo), expropriação do terreno – AHA – Cota: 19.3.94.

> população indígena e 1/3 europeia, os europeus não vão querer ir para lá. Então pensou-se muito bem o Governo do General Deslantes que já era evoluído e inteligente. Disse, então: vamos começar por fazer para 1/3 da população indígena e 2/3 da população europeia. Lá está a miscigenação que conseguia e o levar a cultura e os costumes da população indígena e reservaram-se terrenos para as serem projectadas habitações de apenas um piso, de acordo com as habitações que existiam no musseque, fazendo passar os habitantes das novas unidades densas, por exemplo da unidade densa número 1 que foi a primeira para o bairro- escola, onde se iam fazer estas construções. (CARVALHO, *apud*, FORTUNA, 2016, p. 112 - 113).

Por outro lado, Maria Manuel Fonte (2016) ao responder o Cláudio Fortuna (2016), quando este, perguntou sobre os Planos para Zonas de Ocupação Imediata – PZOI.[341] Mostra, claramente, que os planos de urbanização que eram feitos para a cidade de Luanda, antes dos acontecimentos do norte de Angola, tinham a tendência de separar as populações:

> Nos PZOI – planos para zonas de ocupação imediata que, tal como o nome indica, refletia uma necessidade de se dotar de urbanidade pequenos núcleos urbanos elaborados com um carácter muito expedito. […] Nos PZOI também estavam previstos bairros indígenas, mas já de uma forma mais aglutinada no tecido urbano, não havia separação, enquanto nos planos de urbanização havia. Repare que estamos a falar em épocas distintas do pensamento urbanista e das políticas vigentes. A partir do início dos anos 60 e 70, a tentativa era de juntar os povos, quando, anteriormente, era de separar estes mesmos povos. (FONTE, *apud*, FORTUNA, 2016, p. 154).

A resposta de Fonte (2016) é fundamental porquanto nos faz entender as dinâmicas sobre a planificação, a revitalização e a ocupação do espaço urbano colonial de Luanda, antes dos acontecimentos do norte de Angola que marcaram o ano de 1961. Todavia, os bairros indígenas deveriam estar a margem de uma linha - (fronteira), que se consubstanciava como rácica, definida por um urbanismo ao serviço do poder colonial. Porém, não quer dizer que esta linha era rígida; ela era flexível, dependia de muitos fatores, visto que depois, outros lugares como os (musseques) onde estavam a maioria dos tais ditos indígenas, foram lugares onde receberam também colonos, foi um problema que complicou os trabalhos de intervenção que a CML, estava a realizar nos musseques:[342]

> O problema complicou-se ainda mais desde que os “musseques” começaram a ser invadidos por imigrantes brancos e com eles penetrou, com força, o costume da construção clandestina, em transgressão, que já hoje forma bairros extensos, contra

[341] A pergunta formulada foi a seguinte: Os PZOI foram planos que sustentaram os bairros indígenas? In: FORTUNA, Cláudio. **Os lugares no Espaço Angolano**. São Paulo: Editora TM, 2016, p. 154.
[342] A construção europeia clandestina em terrenos do estado tinha crescido a um ritmo excecional de 4% em 1956 para 20% em 1963 (CRUZ, 2020, p. 125).

> os quais a CML tem sido impotente e muitas vezes obrigada a aceitá-los, modificando os seus projectos em elaboração e estudo. (AMARAL, 2015, p. 154).

Esta questão dos brancos nos musseques não significou integração, pelo contrário, embora as autoridades estivessem preocupadas com o fenômeno, foi uma variável utilizada internacionalmente para dizer que em Angola vivia-se numa paz social, que as diferentes classes sociais viviam juntas. Mas também podemos olhar para este fenômeno, para questões econômicas, visto que existiam brancos que tinham os seus empreendimentos nos musseques e casas na "cidade do asfalto" e outros que viviam na linha da pobreza.

Por mais que existisse um discurso de integração, temos de nos perguntar até que ponto foi um elemento de consenso, visto que este conceito começou a ter grande ressonância na década de 60. Por outro lado, temos de olhar também para exequibilidade deste plano, visto que, uma coisa foi o discurso e outra foi de fato as políticas de integração baseadas no tipo de urbanismo que Portugal implementava.[343] Por isso afirmo que, um bairro indígena podia ser pensado antes dele ser edificado, para uma determinada população ou para um determinado fim, mas a ocupação podia ser feita de outra forma[344] como já nos referimos anteriormente, o importante é compreendermos a forma como a cidade colonial de Luanda e como os lugares que se transformaram em espaços urbanos, como foram classificados, ordenados e pensados.

Nos anos 60 o governo reconheceu a sua fragilidade na resolução do problema da habitação para as classes economicamente débeis, para proporcionar-lhes uma habitação condigna. Foi possível ver este reconhecimento das suas fragilidades numa matéria[345] que foi publicada no *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 442, abril de 1962. Na matéria publicada no boletim supracitado, é possível examinarmos as iniciativas que não ficaram só com a criação da CAFBPA, outras iniciativas foram tomadas. Neste contexto, tomou-se a iniciativa de promover o estudo preliminar do problema da

---

[343] Era mais do que evidente a disparidade entre, por um lado, o discurso oficial e as políticas de integração multirraciais e, por outro, o racismo e os sentimentos de superioridade praticados por este grupo de brancos em relação à restante população africana (CURTO, 2020, p. 80).

[344] Ou seja, os bairros podiam ser idealizados para "indígenas", mas a sua ocupação podia ser feita para um cidadão que já tivesse um certo estatuto, por exemplo: trabalhador, ou uma pessoa na categoria de "assimilado", ou uma determinada elite africana que sofreu com a questão da revitalização da cidade, visto que muitos eram retirados de zonas na cidade e reassentados em outras zonas, com a justificativa de aberturas de ruas, construção de unidades hospitalares, prédios ou casas para todos.

[345] A matéria publicada tem o seguinte título*: "Actividade Municipal: Habitação Popular em Luanda"*. In: *Boletim Geral do Ultramar*. A-38º, nº 442, (Abril1962), p. 216-219.

habitação em Luanda, destacam-se neste período dois trabalhos fundamentais: o primeiro estudo ocupou-se pelo estudo econômico-financeiro das diversas formas e projetos a levar a efeito para fomentar a sua execução. O segundo, se ocupou no estudo da inclusão, no plano da urbanização da cidade, dos bairros dos diversos tipos a construir.

Identificados os problemas com base os estudos supracitados, surgem resoluções de carácter urgente. Nesse sentido, destacam-se questões alusivas a obtenção de terrenos disponíveis e urbanisticamente apropriados à construção de bairros Populares, formas e fontes de financiamento, materiais e processos de construção económica e a distribuição da população dos musseques por escalões correspondentes aos vários níveis de evolução social para a vida civilizada.

No campo das realizações, fase que pode ser caraterizada por dois momentos, o primeiro correspondeu a todo período que vai até abril de 1961, ou seja, até altura que se decidiu dar um novo impulso à resolução da habitação. O segundo, correspondeu a um intervalo de tempo de um ano, cujo início se caracterizou pela construção do Bairro Popular da Reserva do Caminho de Ferro[346] e pela decisão tomada para a criação da CAFBPA. Por outro lado, foram construídos o bairro Operário da Praia do Bispo (com 114 habitações), o bairro de casas econômicas paralelo à estrada de Catete (com 193 moradias), os bairros indígenas de São Paulo e Cacuaco e neles se construíram 1129 casas.[347]

[346] Os bairros populares foram construídos no fim da era colonial pelo Estado, ou por companhias públicas como os caminhos-de-ferro. Eles tinham por modelo as “townships” sul-africanas, zonas residenciais da classe trabalhadora negra e das famílias brancas pobres. As casas estão geralmente em fila ou são duplas e são construídas, em grande escala, por construtores formais. Alguns bairros populares foram construídos para realojamento das populações dos musseques e tinham normalmente um nível baixo de infra-estruturas e serviços, por vezes partilhados (DEVELOPMENT WORKSHOP OCCASIONAL PAPER Nº6, 2005, p. 88).

[347] A construção destes bairros fez-se por duas fases, o que acabamos de expor significou a primeira fase. A segunda fase, já sob a administração da CAFBPA, edificou-se mais 1266 moradias para o bairro Popular da Reserva do Caminho de Ferro e 450 moradias destinadas aos pescadores da Ilha de Luanda.

Figura 32 - Bairro Operário da Praia do Bispo.

Fonte: Aspectos do Bairro Operário que está sendo construído em Luanda In: *Boletim Geral do Ultramar. Agência Geral do Ultramar*, Vol. XXX – 352, 1954, 246 pags, p.148.

É importante realçar que as casas para os bairros populares não foram alojamentos idênticos aos alojamentos para os bairros indígenas e nem tão pouco para os bairros de renda económica.[348] Os bairros populares, não foram sujeitos a regulamentos como aconteceu com os bairros indígenas. A CML não tinha a obrigação de construir casas para os tais ditos indígenas, quando construísse, era porque os tais ditos indígenas estavam estabelecidos nos terrenos municipais, logo começava-se com o processo de demolição, procedimento que criava precariedade aos tais ditos indígenas, e embaraços à CABI. Mas a partir dos anos de 1960 o procedimento começou a ser diferente, ou seja:

> Evidentemente que a obrigação de alojamento que a Câmara contraiu para com esses indígenas se situa apenas no plano moral, visto que legalmente a isso não era obrigada. Os indígenas estão a ocupar terrenos municipais; o Município que precisa desses terrenos, poderia, simplesmente, ordenar o despejo desses indígenas e criar deste modo mais um problema à CABI. Mas, por imperativos de ordem moral e humana, resolveu a Câmara proceder de modo diferente: avalia-lhes e paga-lhes as cubatas pelo seu justo valor, cede-lhes talhões num dos bairros populares, procede à demolição dessas cubatas e remove-lhes, para os talhões cedidos, o material ainda em bom estado que resultar dessas demolições. E é, precisamente, com o dinheiro por que a sua cubata foi avaliada e paga que, muitas vezes, o indígena consegue

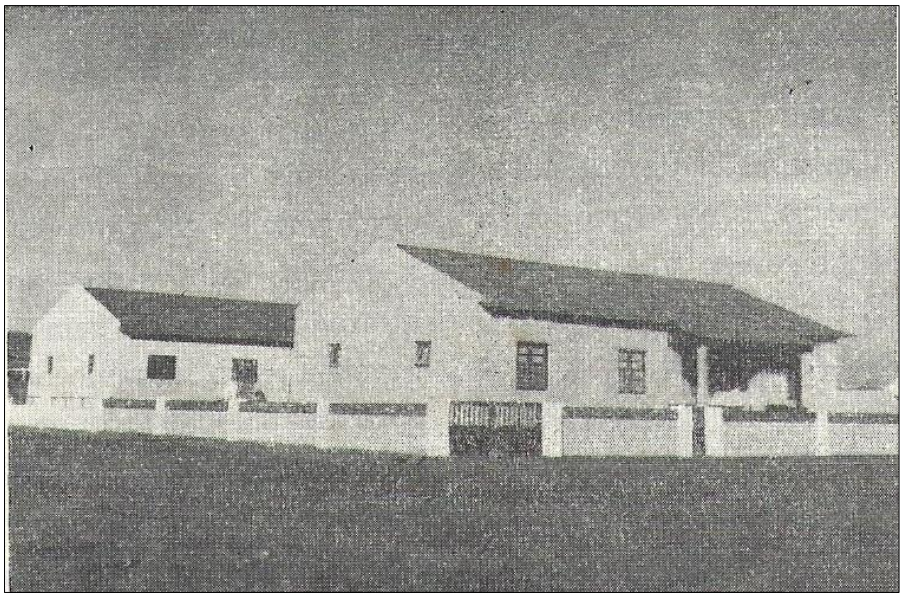
[348] Bairros de rendas económicas – aqueles em que as casas ficam sempre propriedade da entidade que as construiu, embora sejam alugadas por renda módica, como por exemplo o Bairro Berman (Boletim Municipal,1960, p. 11).

> iniciar a construção de uma casa definitiva no bairro popular n. 2. […] O bairro popular n. 2 é aquele que já possui as características pretendidas para esses bairros. A Câmara, por enquanto, cede aos munícipes interessados e que estejam nas condições exigidas, um talhão de terreno, a planta da casa a construir, além da água necessária à construção e dos conselhos técnicos de um mestre de obras que exclusivamente tem essas funções. As casas construídas são isentas de todas as taxas e licenças camarárias. (Boletim Municipal, 1960, p. 12).

Como vimos, foi a partir dos anos 40 que se começou a encarar a sério a necessidade de resolver o problema do alojamento das classes africanas econômicas frágeis que habitavam nos musseques, criando-se no ano de 1948 a CABI, com um fundo especial para atender os encargos da construção das primeiras moradias. A esta comissão se uniram outras, e todas elas acabaram por ser unidas, em 1961, num único organismo, a CAFBPA, com a missão de fomentar e auxiliar a construção de habitações para as classes menos abastadas (AMARAL, 2015, p. 153).

A CML, embora limitada financeiramente, também começou a construir casas populares, o suporte jurídico desta vocação é proveniente da base VI da Lei n°2.007 (*Diário do Governo*, Lisboa, 1ª série, n° 98, 1945), lei que trata dos fundamentos para a construção de casas de renda econômica: "[...] as câmaras municipais deverão prever nos seus planos de urbanização zonas destinadas à construção de casas de renda econômicas" (MOURÃO, 2006, p. 246).

Figura 33 - Um trecho do Bairro Popular, construído pela CML.



Fonte: (Boletim Municipal, 1960, p. 11).

A figura 33 nos apresenta um trecho que corresponde um conjunto de casas que foram erguidas no bairro do Cemitério Novo, foi neste bairro onde nasceu as urbanizações estruturadas em talhões, denominado bairro popular número um (1), dois (2), e três (3), em que foram vendidos os lotes, conforme o nível de vida e o poder de compra dos interessados (MIRANDA, 2015). O Bairro popular número dois (2) foi estruturado para receber os tais ditos indígenas, principalmente aqueles que sofriam com a intervenção da CML, quando ela começava com o processo da demolição de casas.

O registro autobiográfico de Miranda (2015) que culminou num livro de memórias, com o título: *nós, os do Mabululu*, por um lado, nos aproxima a uma realidade daquilo que era a disposição do bairro do Cemitério Novo em relação à cidade de Luanda colonial.[349] Por outro lado, o autor mostra como foi a sua experiência de vida no bairro do Cemitério Novo como morador, por isso, é possível termos imagens, a partir das suas narrativas, de como eram as caraterísticas das casas para a população africana neste bairro:

> De acordo com os pronunciamentos de alguns Kotas no programa de sábado à tarde, do Afonso Quintas, (Regresso ao Passado), no dia 6/12/14 sobre o Bairro Cemitério Novo, ficou dito que, nos anos 50 e ´princípios dos anos 60 do século passado, construiu-se e posteriormente alargou-se o Cemitério, que deu lugar ao nome de bairro. […] O Bairro Cemitério Novo, era um dos poucos musseques que tinha as suas casas largas, paralelas e quase sem nenhum beco. A maior parte das suas casas, eram de pau- a-pique, rebocadas, pintadas e com caracter “definitivo”. Portanto a casa onde eu morava, não fugia à regra. Tinha um telhado com 2 planos (duas caídas de água), com três quartos, duas salas e duas casas de banho, situado na travessa da rua Dr. Álvaro Canelas n. CN-128. (MIRANDA, 2015, p. 64).

Foi neste contexto de estratégias de contra-subversão que os bairros populares e os musseques, entraram no rol das políticas públicas, podemos ver muitas notícias nos jornais que permitem com seguridade afirmar a nossa posição, de que, já não era viável construir bairros indígenas. Depois dos acontecimentos ocorridos no norte de Angola em 1961, é criada comissões, inaugurações de bairros, visitas dos governadores e vereadores nos bairros que eram construídos e, é publicitado nos jornais a forma como estes bairros foram ocupados[350]. As notícias nos jornais neste

[349] Na verdade, configurou-se numa reconstrução da trajetória da sua vida pessoal, da vida da sua família, da vida do seu bairro e a vida da sua cidade. Nesta obra o autor reverbera sobre a vida nos Mabululus – (musseques), no período de 1953 até 1974/75, período em que a recente história de Angola registou mudanças profundas no campo político, económico e social.

[350] É possível ver estas notícias nos seguintes jornais: “Editorial” In: Receberam a visita do chefe da província as obras em curso no Bairro Popular de Luanda. Jornal *Diário de Luanda*, 06 de maio de

período tiveram o papel de informar as ações do governo que estava preocupado com os problemas de falta de habitação e com o crescimento dos musseques. Por outro lado, com estas notícias, foi uma forma de implementar uma ação psicológica, para frear a subversão.[351]

Embora os últimos meses do ano 1961 marcaram o início de um período urbano vibrante na história da cidade de Luanda, foi neste período de repressão e de robustez econômica que a CAFBPA reunindo uma gama de profissionais[352], formalizou uma das mais radicais propostas para lidar com o fenômeno suburbano. Portanto, a proposta esteve assente na introdução de unidades de vizinhanças modernas, por outro lado, esta proposta foi acoplada numa base sensível, ou seja, Cruz (2020. p. 106 –107) vai dizer que a eliminação, a demolição, relocalização e as ações preventivas sobre a construção habitacional informal em redor do centro da cidade, em confrontação com outras áreas, adquiriam nesta altura uma brisa de sentimento.

Por outras palavras, toda intervenção feita no musseque tinha de se colocar de lado a opção: demolição e a deportação de pessoas, na perspectiva da CAFBPA, tinha de se cumprir as novas diretrizes aceites internacionalmente, a unidade de vizinhança torna-se uma opção válida, por elas terem condições para acomodarem aquelas classes da população africana com melhor preparação para a vida urbana. Mas esta ideia, contrariava a execução dos marcos fundamentais do projeto urbanístico que tinha como princípio, unidades de vizinhança cuidadosamente circunscrevidas. Na perspectiva da CAFBPA, olhando para as diretrizes provenientes de outros países, no que concerne o conceito de Unidade de Vizinhança; ela recebeu a distinção: unidades

---

1961. “Editorial” In: O município de Luanda e os bairros populares: uma proposta do vereador Sr. Jaime de Amorim. Jornal *O apostolado*, Ano XXIII, número: 1520, 15 de agosto de 1959, p. 1 – 4. “Editorial” In: Começou a ser ocupado o bairro popular da reserva do caminho de Ferro de Luanda. Jornal *Diário de Luanda*, Ano XXII, número: 10.015, 16 de setembro de 1962, p. 6 – 11. “Editorial” In: Já vivem algumas famílias no arejado bairro popular da Reserva do Caminho de Ferro. Jornal *O apostolado*, Ano XXVI, número: 1840, 19 de setembro de 1962, p. 2.

[351] Em 1964, o relatório da CAFBPA defendia que “a posse de casa própria cria nas populações o apego à terra e o desinteresse pelo aliciamento e manifestações subversivas – e isso representa para a nação um seguro penhor de paz social” (CAFBPA 1964, 75, 113). Até 1969, o Fundo dos Bairros Populares tinha edificado, em Luanda, 5. 531 casas (CAFBPA, 1969) In: GOMES, Pedro David. Lazer Cultura e colonialismo em Luanda: sociabilidades e resistências translocais numa história sobre a música e automóveis (1957 – 1975). Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em sociologia. Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2021, p. 88.

[352] Engenheiros, arquitetos do Gabinete Municipal de Urbanização, dos serviços Geógrafos e Cadastrais e do Laboratório de Engenharia de Luanda. Caro leitor, ver as individualidades que constituíam a CAFBPA no (Anexo P).

anti-segregacionistas. Ou seja, eram casas que podiam ser distinguidas segundo grau baseado numa classificação sociológica e numa construção societal de novos homens e mulheres em “escolas” de preparação social[353] (CRUZ, 2020).

Na imagem abaixo é possível ver a unidade de vizinhança n.°1 (edifícios) construídos no musseque Prenda:

Figura 34 - Luanda (bairro prenda) Unidade de Vizinhança número 1, Blocos residenciais.

Fonte: postado por Luanda do antigamente! - grupo do Facebook[354]

Os últimos anos de governação portuguesa em Angola, pode-se ver uma integração significativa dos urbanistas na maquinaria[355] da estrutura contra

[353] Este tipo de projeto de urbanização ultra-racionalista teve suas bases, pautadas por uma estratificação socioeconómica rígida expunha aos planificadores o problema das relações raciais que se encontrava no coração do colonialismo português. Este tipo de projeto acabou por falhar e por não ser integralmente executado, porque era considerado demasiado multirracial (CRU Z, 2020, p. 109).

[354] Bairro Prenda, 1973. Fotografia postada no dia 08 de maio de 2021. Facebook grupos: Luanda do antigamente! Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=4491346910892899&set=gm.462876041443260 Acesso em 19 de 04 de 2023.

[355] Por exemplo, os urbanistas Fernão Lopes Simões de Carvalho do Gabinete de Urbanização de Luanda (GUL)10 e, Francisco Castro Rodrigues, então Diretor dos Serviços de Urbanização e Arquitetura na Câmara Municipal do Lobito, integraram as fileiras. De acordo com Mingas (2023, p. 188-189) o primeiro foi responsável pela criação das unidades de vizinhança em Luanda, em particular do bairro Prenda (1963-1965) que tratou da miscigenação entre brancos e negros assimilados, através de edifícios separados e de lotes para autoconstrução (que nunca se concretizou). O segundo, foi responsável pela criação do bairro municipal de autoconstrução do Alto do Liro (1970-1973) dirigido para população de baixa renda, sem distinção rácica. Um aspeto interessante ocorreu no bairro do Alto Liro, cuja reforma integrou negros e brancos, mas com a ressalva de que estes últimos teriam de ser os mais pobres da sociedade branca. Os bairros mistos, em particular as unidades de vizinhança previstas no Plano Urbanístico do GUL, não foram concluídos. A situação da guerra anticolonial e anti-fascista (1961 a 1975) não permitiu levar adiante os planos de alteração do sistema sociopolítico, por

subversão. Por conseguinte, a CAFBPA em 1962, em custódia do plano baseado em Unidades de Vizinhança protegia, com resistência, a ideia de que planos urbanísticos da cidade de Luanda no futuro necessitariam acolher arranjos dos sítios que dissipassem, de forma catalogada, a questão dos musseques e não o inverso. Anos depois, os funcionários do Ministério do Ultramar considerariam tal ideia inaceitável e prejudicial: as unidades de vizinhança só seriam pertinentes se obedecessem com os planos numa visão integral consubstanciada num entendimento geral dos fenômenos. Admitiu-se, nesse instante, que o Gabinete de Urbanização Municipal sob a tutela do arquiteto Simões de carvalho não tinha feito completamente nada para resolver o problema: “os estudos locais tinham favorecido o centro histórico e apenas algumas áreas limitadas dos subúrbios” (CRUZ, 2020, p. 123-125).

O problema dos musseques e a falta de casas continuaram e se estenderam longos anos, mesmo quando se começou a construção dos imóveis do “São Paulo, da Madame Berman, os dos bairros indígena, Operário e da Caope, vai poder ver: que foi aí que puseram na rua o desgraçado do Vasco Vieira da Costa” (TROUFA REAL, *apud*, FORTUNA, 2016, p. 147). As palavras de Troufa Real (2016) indicam, questões sobre relações de poder que tiveram palco no jogo de se encontrar soluções, em torno do problema da falta de casas na cidade de Luanda.

Se em 1958 se fez um inquérito[356] sobre o problema da habitação em Luanda, em 1969 realizou-se uma mesa-redonda[357], nela foram debatidas questões em torno da falta de habitação e os musseques. Foi nesta mesa, que o arquiteto Vasco Vieira da Costa fez críticas a CML, dizendo que o presidente da CML deveria fazer parte da mesa-redonda, mas como ele não compareceu, Vasco vieira da Costa deixou claro, que era difícil definir as razões que levavam o senhorio, ao exagero das rendas de casa. Ele fez acusações diretas a CML, dizendo que a CML nem sequer urbanizava os terrenos dela. Essa falta de urbanização naturalmente provoca uma subida de

representar mais uma adaptação a novas circunstâncias, do que, propriamente, a uma mudança de atitude perante um sistema obsoleto e que se limitava a incluir somente 1% da população negra, que era extremamente carente de melhoria das suas condições de vida.

[356] Assunto que foi narrado no capítulo: da cidade de Luanda até a situação colonial: caminho para chegarmos ao íntimo de uma cidade colonial.

[357] Nesta mesa-redonda participaram as seguintes individualidades: Secretário Provincial das obras públicas, Tenente-Coronel - Carloto de Castro, o Eng. Almeida Santos, Director do Fundo dos Bairros Populares, Vieira da Costa, presidente da Associação dos proprietários, Dr. Francisco da costa Ramos e Wilson Pessoa respetivamente Director e Secretário duma cooperativa de construção, e o arquiteto Faves. In: Jornal *Notícia*, 13 de outubro de 1969.

preços: “depois aparece o Estado com a contribuições, aumentos e o proprietário, naturalmente também tem que se defender desses aumentos, contribuições, taxas de saneamento etc” (Jornal *Notícia*, 13 de outubro de 1969).

Enfim, com estes avanços e recuos, sem uma política bem definida de atuação sobre o processo de urbanização de Luanda, as dificuldades continuaram até os últimos anos da Angola sob o julgo colonial. A experiência empírica e as pesquisas que foram feitas em outros lugares na África na época colonial mostraram que o ordenamento do espaço urbano foi concebido sobre a consideração diferencial[358]. Essa estratégia ou teoria produziu no espaço habitacional uma sociedade urbana “parece rural” e estratificada, no caso de Angola, três classes sociais diferentes: 1ª- a dos Europeus “civilizados”; 2ª- a dos assimilados “associados”; 3ª- a dos indígenas os “Incultos” ou “não civilizados”.

Neste contexto, as classes sociais que nos referimos acima, marcam um ponto de partida para que seguíssemos para o espaço urbano colonial de Luanda. Mas ir para este espaço sem uma base pré-estabelecida, estaríamos a atingir lugares num espaço colonial estabelecido, pondo de lado a realidade social da sociedade colonial em Angola. Por outro lado, a necessidade de diferenciar as populações na sociedade colonial em Angola, permitiu que, a partir deste espaço social, encarássemos ele, como uma base de entendimento do espaço urbano colonial. Portanto, “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas, ou pode ser considerado um arranjo de objetos sociais que anima uma sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p. 9).

---

[358] Alguns trabalhos que examinam o espaço colonial nas cidades em África e a relação destes espaços com o rural, podem ser vistos em ZELEZA, Paul Tiyambe; EYOH, Dickson. **Encyclopedia of 20 African History**. In: Colonial urbanization. London: Palgrave, 2003. BALANDIER, Georges. **Sociologia das Brazzavilles Negras**. Dinâmica das mudanças sociais na África Central. Luanda: Edições Pegado, Lda, 2014. COOPER, Frederick. **Africa Since 1940. The Past of The presente**. Cambridge, 2002. PARKER, John. **Making The Town: Ga State And Society in Early Colonial Accra**. Portsmouth: New Hampshire, 2000. NETO, Maria da Conceição. In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961. PhD Thesis, SOAS, University of London, 2012. BENDER, Gerald J. **Angola Sob o Domínio Português – Mito e Realidade**. Luanda: Mayamba Editora, 2013. DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa. **Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013. EPSTEIN, A. L. **Urbanization And Kinship. The Domestic Domain on de Copeperbelt of Zambia 1950 -1956**. London, 1981. EPSTEIN, A. L. **Scenes From African Urban Life: Collected Copperbelt papers**. Edinburh, 1992. MESSIANT, Cristine. **L' Angola Colonial, Histoire et Sociéte. Les Premisses du Mouvement Nationaliste**. Basel, 2006. MESSIANT, Cristine. Luanda (1945 – 19861): Colonisés, société colonial et engagement nationaliste. Michel Cahen (ed.). **Bourgs et Villes en Afrique Lusophone**. Paris, 1989, p. 125 – 99.

Por conseguinte, o espaço urbano colonial produzido em Luanda, suas estruturas no presente, permitiu que involuntariamente fizéssemos uma leitura a partir de um quadro alicerçado no social e no político, o resultado deste saber, representou um entendimento sobre a cidade colonial. Esta leitura reverte-se naquilo que a cidade pode oferecer como ponto de vista teórico para entender Luanda e o seu espaço urbano colonial.

Este exercício de observar o espaço urbano colonial deve ser encarado como um dispositivo que orienta a uma verificação da situação colonial, é o que Balandier (2014) propõe em *Sociologia das Brazzavilles Negras. Dinâmica das mudanças sociais na África Central*; o alcance de qualquer estudo atual e concreto sobre as sociedades colonizadas, que consista numa clareza, terá inevitavelmente de capturar em linha de conta um conjunto denominado por situação colonial. Independentemente do tamanho e o aprofundamento da análise da situação colonial, como o reconhecimento das suas características conforme o local de pesquisa, fornecem para a explicação e classificação dos fenômenos observados (BLANDIER, 2014, p. 17).

O espaço urbano colonial permite olhar o estabelecimento de práticas urbanas, através do social e daquilo que é a ordem material representada no espaço e no estabelecimento da edificação em lugares antagônicos. Por outro lado, nos direciona para uma leitura involuntária que engloba as classes sociais no urbano, às experiências no urbano, as técnicas e estratégias de poder dos atores políticos e do urbanismo.

O movimento feito a partir da cidade para os bairros indígenas edificados, abre um caminho numa temporalidade e numa espacialidade, que se traduz num lugar privilegiado para podermos olhar às formas como o espaço urbano e o edificado foram estabelecidos e ordenados, partindo do pressuposto de que, quem governa a cidade, “tem controlo sobre a população”, sobre os espaços e define em grande medida estes espaços sobre a consideração diferencial, ou seja, a sociedade que domina se estabelece num espaço agradável e franco e os dominados estariam estabelecidos em zonas diferentes em muitos casos zonas precárias.

O entendimento como chave de uma leitura para compreender melhor o espaço urbano colonial de Luanda, deve estar atrelado na forma como lemos a espacialização, e a sua divisão, que esteve envolvida em tecnologias e práticas na criação de fronteiras rígidas e flexíveis dentro da cidade de Luanda. Os espaços na cidade que albergaram os bairros, tanto para os considerados indígenas e não

indígenas, devem ser vistos como lugares de confronto que estruturam formas de operacionalização e engenharias do colonialismo e da colonização como prática na cidade.

É este espaço que autoriza que pessoas, formações e firmas com temporalidades diferentes, operem na mesma cidade, não de maneira agradável, mas de modo regular. Conjuntamente atribui a cada cidadão, a cada classe social, a cada firma, a cada tipo de firma, a cada organização, a cada tipo de organismo, formas próprias de direção e de uso do tempo, formas próprias de direção e de uso do espaço (SANTOS, 2002, p. 22).

A concepção dos espaços, a partir dos atores do urbanismo e da sociedade colonial, marcou na maioria a definição do urbano e do seu edificado na cidade de Luanda. Ao discorrermos o espaço colonial urbano de Luanda, ordenado e em franco crescimento, encontramos na cidade colonial: a separação, a divisão social, a desigualdade, mundos divididos e muros invisíveis, estas constatações só podem ser vistas na temporalidade e na espacialidade se por acaso, formos a cidade colonial de Luanda e a partir de relatos de viagem, traçarmos um itinerário que vai da cidade aos bairros indígenas, sociais, populares, operários e musseques de Luanda. Estes relatos podem ser representados em descrições ou figurados por atores, como afirma Certeau (1998).

A viagem do presente ao passado, um trajeto que achamos exequível para se chegar a cidade colonial de Luanda, poderá levar-nos para vários lugares, por isso, a partir dela, iremos para os espaços partindo pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e pela prática do lugar escolhido por um sistema de procedimentos, ou se preferível, a viagem estabelecida por nós, poderá produzir “um movimento que condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história” (CERTEAU, 1998, p. 203).

Andar entre a cidade de Luanda aos bairros indígenas, marca o estar entre os limites de um espaço estabelecido e de um lugar diferenciado, organizado por cirurgias e diferenciações; elementos que Fanon (1961) conseguiu demonstrar no seu livro *Os condenados da terra*. Sendo assim, ele vai nos dizer, que o mundo colonial é um mundo compartimentado, nele existiram cidades indígenas e cidades europeias, num espaço mais micro, também existiam escolas; para indígenas e escolas para europeus.

O mundo colonizado é um mundo demarcado em dois. A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Por outro lado, a cidade do colono é uma cidade consistente, toda de pedra e ferro. É uma cidade resplandecente, alicerçada, onde caixas do lixo estão sempre cheias de vestígios estranhos, nunca vistos, nem pensados. Já a cidade do colonizado, a cidade indígena, é um lugar de mau renome, povoado por homens também de má reputação (FANON, 1961, p. 34-35).

Fanon (1961) ao trazer esta visão, mostra-nos claramente como foi a violência do espaço colonial e as suas cirurgias. Olhar o quadro colonial português, através das suas estruturas, permitiu observar a tessitura urbana e a habilidade do Estado em organizar a urbanização, é na cidade que a disposição espacial dos planos e as ideias imperiais é materializada, é também na cidade onde a diferença social é matriculada na organização do espaço (DOMINGOS; PERALTA, 2013). O quadro colonial no nosso entendimento é constituído por dispositivos que capturaram o espaço social, o urbano e o espaço edificado de Luanda, que também foi um meio operacionalizante para separar e discriminar a figura dos tais ditos indígenas.

A nossa relação com alguns intercessores[359] possibilitou-nos fazer diálogos mobilizadores em torno das imagens, experiências e acontecimentos no colonial que formam elementos de relações de compreensão do social e da política, articulados permitem ir à cidade e ver o paradoxo do urbanismo colonial: se por um lado, ele segrega, organiza e domina, por outro lado, ele introduz formas novas de vivência na cidade, como, por exemplo, a construção de casas e bairros. Aos olhos do problema da nossa pesquisa, quais seriam os sujeitos a serem reconhecidos no quadro da construção de novas casas e novos bairros? Trazer esta questão do reconhecimento em nosso trabalho, visa estabelecer a relação do Estado e o indivíduo - o “indígena”. Como o Estado reconheceu o corpo dos tais ditos indígenas no espaço urbano colonial de Luanda?

Se o processo de reconhecimento passa por normas e leis, como os tais ditos indígenas sobreviveram a este reconhecimento social? Estas questões levantadas

[359] Intercessor é um termo utilizado para sinalizar a correspondência de determinados autores, ou seja, quando um autor é leitor de um outro autor, o resultado inerente deste interesse de estudar o pensamento ou a obra do outro autor, faz com que ele faça um deslocamento. Por outro lado, o encontro com um determinado intercessor pode produzir efeitos performativos, podendo um dos leitores retirar valores significativos na obra do seu intercessor e incrementar no seu trabalho. Para o nosso caso, às obras de Judith Butler editadas em 2013, 2016 e 2017, vide bibliografia; permitiu que fizéssemos um deslocamento dentro do objeto do nosso estudo.

podem dar respostas sobre a situação colonial que os “indígenas” viviam. Na documentação é possível encontrar testemunhos, como vimos ao longo na nossa exposição, que nos levam ao encontro de questões, que não ficam resumidas só na questão do reconhecimento, mas também na questão sobre a produção da precariedade.

É um fato que a distribuição desigual da precariedade promove e produz: à pobreza. Mas, é esta pobreza que pode ser vista, por exemplo, na questão da distribuição do espaço da cidade de Luanda - uma cidade “dualista” com “dois mundos” ou quiçá com mais “mundos”, a cidade do asfalto e a cidade da poeira. Nesta cidade, quem é o cidadão de direito? Será que é o cidadão que anteriormente encontrava-se numa zona privilegiada na cidade, mas pela sua condição e pela sua situação, foi obrigado a deslocar-se de um lugar para o outro, devido à expansão da cidade que passava também por construções de casas, principalmente para população de origem europeia. Como entender estas operações de poder na distribuição do espaço urbano na cidade de Luanda?

Olhar os decretos, às plantas das casas, às Atas de reuniões da CML e às Atas das sessões da Assembleia da república portuguesa no período salazarista e as resoluções como, onde e quando as construções de casas para os tais ditos indígenas devem ser construídas, permite entender o social e as operações históricas que ocorreram sobretudo na distribuição desigual de casas, bairros e espaços, consequentemente o surgimento da precariedade e da vulnerabilidade.

Esta preocupação de construir casas para os tais ditos indígenas, apoia-se na questão social de dar acesso a moradias condignas? O atribuir bairros para os tais ditos indígenas seria uma forma de reconhecer os tais ditos indígenas? O reconhecimento destes sujeitos, perante as políticas e decretos, permite entender a distribuição desigual da precariedade e da vulnerabilidade, uma vez que elas são produtoras de mais precariedade e vulnerabilidade. Diante deste quadro, como a precariedade e a vulnerabilidade são distribuídas de diferentes formas, vulnerabilizando mais os grupos sociais, criando mais vidas que não importam, como isso se dá, esse fenômeno de distribuição de precariedade e vulnerabilidade no espaço urbano de Luanda?

Se a vulnerabilidade é um conjunto de operações implicadas com o poder, desde o momento que nascemos e no momento que vivemos. Nesse caso, podemos ver que a questão do governo português no período colonial em criar um estatuto para

poder operar na diferenciação no seio da sociedade colonial - proclamando o estatuto político, civil e criminal dos “indígenas” em Angola e Moçambique - (o estatuto do indigenato) a partir de 1926, reforça o fomento da precariedade e a vulnerabilidade.

Consumada a proclamação do estatuto do Indigenato, a discriminação racial nas colônias portuguesas foi “ratificada” e “legitimada”, logo o cidadão de origem europeia, neste caso o “branco” era aceite como cidadão e civilizado, já o “negro” ou o “mestiço” tinham de solicitar e cumprir com um processo administrativo burocrático, para possuir este estatuto. Sem estes pressupostos, o nativo estava limitado aos direitos mais elementares do homem (direitos à educação; saúde; deslocação; habitação; exercício da atividade comercial, pertença de terras etc.).

Através destas leituras podemos ver a violência implementada e praticada pelo sistema colonial em Angola. A vulnerabilidade, a desigualdade, são elementos que permitem também entender no espaço urbano colonial de Luanda a violência, a distribuição dos espaços, seus atores, sujeitos, reconhecidos e sujeitos não reconhecidos.

6 DO PRESENTE AO PASSADO: NARRATIVAS, IMAGENS E MEMÓRIAS DOS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA

Com a aceleração do tempo, surge um espaço de ruptura seguramente entre o presente e o passado, Hartog (2006, p. 12) fala de um sentimento vivido da aceleração sendo uma forma de fazer a experiência: “a mudança brusca de um regime de memória para outro”. Neste sentido, o espaço de ruptura entre presente e o passado seguramente cria um efeito aos diversos grupos identitários que constituem uma determinada sociedade, os efeitos estão correlacionados com as lembranças, esquecimentos, lugares de memórias, com as paisagens de memória, memórias não significativas ou a preocupação de preservar uma determinada memória.

Pegando neste mote (preocupação de preservar uma determinada memória), surge o nosso interesse de trazer para este subcapítulo as narrativas de sujeitos que se traduzem num conjunto de experiências que se valem de imagens que são “memórias práticas” [360] ligadas a experiências passadas, onde o lugar dos bairros indígenas, tem a sua importância como um lugar índice na encruzilhada de eventos narrados por eles. Mas coloca-se um problema, como podemos entender a relação daquilo que os sujeitos trazem como um testemunho válido para ser legitimado como um documento?

Se a preocupação é a de preservar ou registrar, para que um determinado assunto ou lugar não fique no esquecimento, as narrativas destes sujeitos agenciam o acontecimento, que se dará em um momento singular do tempo, mas a essência do ato se encontrará para sempre numa estrutura do objeto que representara para o devir uma memória histórica, ou seja, o fato de gravarmos, suas narrativas “se tornará indissociavelmente documento histórico e monumento de recordação” (DAVALLON, 1999).

[360] Caro leitor, para um melhor entendimento sobre memórias práticas, ver os trabalhos de RATTES, K.. **Das Encruzilhadas: As Categorias Tempo-Espaço em Rituais e Cosmologias**. Religião & Sociedade, v. 37, n. 2, p. 176–199, maio 2017 e SHAW, Rosalind. Memories of the Slave Trade: **Ritual and the Historical Imagination in Sierra Leone**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

6.1 OS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO

Os bairros indígenas como objetos urbanos, para além de carregarem lugares que agenciam questões sociais do espaço colonial urbano de Luanda, também são lugares susceptíveis de memórias, ou seja, são lugares que podem ser lembrados e esquecidos. Neste sentido, estamos em presença da dimensão da memória,[361] nesses lugares. A cidade de Luanda sendo uma cidade colonial, transporta uma história que pode ser reconstruída a partir da memória das pessoas que habitaram nos bairros indígenas, assim como dos agentes administrativos que fizeram políticas para a construção dos bairros; questionados, podem responder questões do presente que movimentam eventos que repousam no passado.

Os bairros indígenas, contemplados a partir do presente agenciam lugares de memórias que se tornam micros lugares de memória, que pertencem à memória que são o seu produto e, que partem dela – do que uma simples exposição de localização: os lugares onde a memória se encarna. Se tem lugares que parecem predeterminados pela memória, mais consagrados do que outros para a captar, “é porque ela já aí trabalhou e depositou, ao longo do tempo, camadas sucessivas de sedimentos memoriais ao ponto de, por vezes, saturar de sentido esses sítios particulares” (CANDAU, 2005, p. 190).

Os lugares de memórias[362] podem permanecer estáveis na longa duração, congelados, por exemplo, nos topônimos conforme afirmou Candau (2005, p. 191), por outro lado, os lugares de memórias podem estar num bairro onde as pessoas que vivem nele ou que viveram nele carregam memórias.

Como vimos no primeiro capítulo e, ao longo dos outros, narrativas de sujeitos que, de uma forma ou outra, permitiram trazer uma ideia daquilo que foi o processo de urbanização da cidade colonial, para este capítulo, inicialmente trago novamente

---

[361] A memória é vida, ela é carregada por grupos vivos, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (NORA, 1993, p.9).

[362] Os lugares de memória são lugares complexos, este pensamento está atrelado ao significado e à profícua discussão dos lugares de memória que Nora inicia em 1984, “Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares”. Os lugares de memória correspondem a dois domínios, que se tornam interessantes e complexos: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. O autor caracteriza os lugares como: o material, simbólico e funcional.

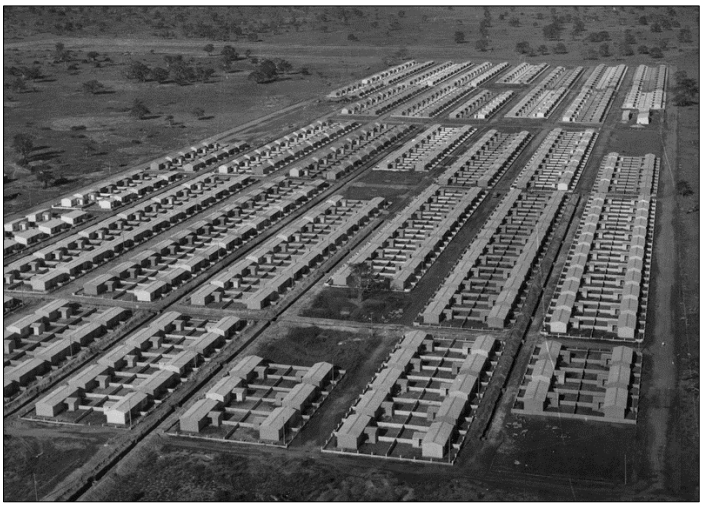
Ilda Quintas Gomes (2021). Suas narrativas admitem olhar a situação colonial sob dois prismas, (i) suas experiências na cidade colonial e a (ii) sua vida no campo (no Cariango – Quibala)[363]. Suas idas para a cidade colonial de Luanda e voltas para o campo, permitiu que entendêssemos que à Ilda não conseguiu acompanhar, ou ver, como foi o processo da construção dos bairros indígenas em Luanda.

A partir da sua narrativa, não conseguimos ouvir ou sinalizar uma imagem que indicasse, como foi o processo de construção do bairro indígena da Cacimba, dos Congolenses, ou dos Saiotes, ou que fica por trás da Cidadela Desportiva, ou de Catete e, por último, aquele que ficava próximo do Cemitério Novo. Neste contexto, podemos olhar para duas conjeturas, a primeira é a de que, os bairros indígenas supracitados não habitam na sua memória[364], a outra, é de que, Ilda (2021) não pode acompanhar como o foi o processo devido as migrações pendulares que fazia entre a cidade colonial de Luanda e o Cariango – Quibala. Por isso, é peremptório contemplar abaixo o que ela narrou quando lhe perguntei, o ano em que, se começou a ser construído o bairro indígena dos congolenses (blocos)? Ela fala com propriedade que viu como foi construído e ocupado, por exemplo, o bairro que às vezes é tido como bairro indígena, um bairro que o Estado decidiu construir no final da década de 1960, por vezes denominado de bairro Operário ou de bairro Popular: o do Cazenga (também chamado por alguns de Cariango).

[363] Caro leitor, para melhor entendimento daquilo que foram as experiências de Ilda no campo e na cidade, ver o artigo: AGOSTINHO, Y. M. F. O lugar do testemunho, do acontecimento e das memórias em Ilda Quintas Gomes. **História Unicap**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 235–253, 2022. DOI: 10.25247/hu.2022.v9n18.p235-253. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2251. Acesso em: 16 jun. 2023.

[364] Quando dissemos que os bairros indígenas já não habitam na sua memória, estamos em presença do esquecimento, ou seja, aquilo que já não conseguimos compreender, não pode ser lembrado, o que já não se beneficia pela condição de presença. Se por acaso reconhecermos uma experiência no ato de rememorar, é porque o passado está presente. O importante não é reconhecermos a experiência no presente, mas sim é essencial ir ao encontro do testemunho (PENNA, 2001, p. 106).

Figura 35 - Bairro Social fechado do Cazenga. [365]



Fonte: Imagem postada pelo Arquivo Científico Tropical – ACTC- Digital Repository[366]

Ilda (2021) respondeu que o bairro indígena começou a ser construído em 1962, ela afirmou que foi neste período que o colono já estava com “medo” das “revoltas”, devido à situação, começaram a fazer bairros para os indígenas. Por outro lado, ela vai dizer que, quando chegou em Luanda em 1960, não encontrou o bairro indígena dos congolenses construídos, no lugar onde foi construído o bairro indígena de Luanda, estava ocupado por uma floresta. Foi neste período que ela chegou a encontrar o hospital do São Paulo (hoje hospital Américo Boa Vida) e a maternidade Caridade já edificados.

Ilda (2021) narra que depois da chegada em Luanda no ano de 1960, chegou a sair de Luanda, por uma vez, para ir à Quibala em 1969. Neste período viveu no Cazenga, ela se considera que foi uma das primeiras moradoras do bairro. Ela descreve, que este espaço era composto por lavras, e que viu a construírem o bairro do Cariango:

> Eu vi a construírem aquele bairro onde o teu avô vivia, aquele é o bairro Cariango, aquele bairro é Cariango até agora, devido a uma coisa muito simples. Isso ninguém me contou, eu vi com o meu próprio olho. Se for o bairro onde morou o teu avô, aquela casa era dos meus primos, eu ia lá, eu

[365] Segundo Mourão (2006, p. 252) no final da década de 1960, o Estado decide construir um bairro indígena afastado, por vezes denominado de bairro operário ou de bairro popular: o do Cazenga, a sua edificação foi feita em terrenos de barro e inundados, entre a linha férrea e a rua dos Comandos. Este Bairro ficou durante anos e anos sem ser ocupado, ele é caracterizado pelo seu traçado, ruas retilíneas que compreendiam num retângulo imaginário, desta forma configurava-se numa área de segurança, isto é, uma área onde os moradores podiam ser facilmente controlados pelas autoridades.

[366] Luanda: Bairro do Cazenga. CitAngola (1965). Data de captura: 1965, fotógrafo: CitAngola, data da digitalização: 2011-01-11, proveniência: Fundo Agência Geral do Ultramar. Entidade: Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD21958 . Acesso em 17 de junho de 2023.

> sei a história deste bairro, chamou-se também de Cariango, algumas pessoas que viviam neste bairro, eram da minha Sanzala e de outras sanzalas que pertenciam ao Cariango nomeadamente: Sanzala Nguegi; Cabondo; Lusongo e Cariata. Em 1961, os brancos queimavam os bairros dos negros e chamavam os negros de bandidos ou terroristas. Essas pessoas quando chegavam em Luanda viviam sete e oito pessoas, num quarto alugado, na maioria deles jovens, nesta conformidade o senhor Santo Rosa no Sambizanga era dono de um quintalão grande, onde fez muitas casotas e alugou nestes jovens que eram mais de 50, quando os brancos se aperceberam, os brancos queimaram estas casotas de propósito, aqueles homens só conseguiram salvar os documentos. Você já viu homens andarem com os documentos diante a uma aflição? É o mesmo, de uma mãe aflita com seu bebê na mão, neste caso queimaram tudo, estes jovens ficaram sem as casotas e outros fugiram. Já no dia seguinte, muitos lagrimarão devido aos seus pertences, foi assim que o chefe Dias "um mulato" começou a recolher os documentos de identificação destes jovens lesados. Foi atrás do caminho-de-ferro e contrato-os e foi despejar estes homens lá no Cazenga no bairro construído junto a linha férrea, isso foi lá pelos anos de 1960. (ILDA, 2021).

Ilda (2021) ao sinalizar que os bairros indígenas começam a ser construídos em 1962, sua resposta vai em contraponto daquilo que fomos vendo ao longo da elucidação sobre a construção dos bairros indígenas. É de realçar, que os bairros indígenas não começam a ser construídos em 1962, mas esta constatação de Ilda (2021) tem a sua importância[367], porque ela na sua narrativa dá ênfase o ano de 1962, este ano, é marcado por mudanças estruturais do Estado colonial português que decidiu mudar de paradigma na forma de pensar a cidade e agir na cidade de Luanda.

Ilda (2021) ao dizer várias vezes, "eu vi", "eu estava lá", "eu vi muito bem quando fizeram aquelas casas", estas passagens provenientes do seu ato de narrar, engendram como afirmam Gomes e Guimarães Neto (2018, p. 168) uma história contada, ligada à força da locução usada para anunciar o que foi convivido como experiência e, de tal modo, poder transmitir seu significado e sua realidade emocional. Como é impossível Ilda (2021) colocar-se novamente no cenário do passado, ou seja, ela já não pode voltar a ver o momento em que o bairro foi construído, o seu "relato passa a ocupar o lugar do acontecido no passado, descrito agora no tempo presente, ou seja, o conteúdo do que aconteceu é narrado e, portanto, depende de como será

[367] Inerente às entrevistas, existe, entretanto, uma dimensão simbólica, que os historiadores têm a obrigação de conhecer e estudar, pois faz parte da história. Mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz
diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. Negligenciar essa dimensão é revelar-se ingênuo ou positivista (AMADO, 1995, p. 135).

narrado no presente para garantir a sua eficácia" (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 168).

Confrontando as narrativas de Ilda (2021) com os outros testemunhos, se abre um espaço para uma sequência de narrativas onde a memória declarativa vai se desenhando em cenários e geografias na cidade. Por exemplo, quando entrevistei o Man Garras em (2021) ao falar da sua mãe, principalmente quando ela fazia o trajeto da cidade do asfalto ao musseque, ressaltou-nos na sua narrativa a sinalização dos irmãos Andrade; donos da SICAL, empresa que fazia os postos de iluminação da cidade de Luanda.

Man Garras (2021) vai dizer que estes irmãos se entenderam e fizeram um campo de futebol (Cidadela desportiva[368]), este campo foi construído no terreno onde estava edificado o bairro indígena da Cacimba:

> A cidadela era bairro dos indígenas, só que cobriram, pediram ao administrador Sá, aquilo era cobrimento para controlar os pretos que moravam nas Ingombotas. Todos que viviam nas Ingombotas, lhes arranjaram casas assim como estás, como estas a ver aqui na Comissão, rendável, para vir morar, ou seja, te tiram das Ingombotas para vires morar aqui no bairro indígena, não tem nada a ver com o bairro dos congolenses. (MAN GARRAS, 2021).

Ao longo da sua explanação, Man garras (2021), vai dizer que tinha muitos amigos que viviam no bairro indígena, quando o bairro foi demolido, a maioria das famílias foram realojadas no bairro do Cassequel. Neste contexto, perguntei-lhe se as pessoas receberam alguma espécie de indenização? Man garras (2021), vai dizer o mesmo que Ilda (2021) falou, que o branco não indemnizava, o exemplo que o Man garras (2021) apresentou foi o caso da sua avó. Diferente de Ilda (2021), Man garras (2021) na sua narrativa, consegue trazer elementos que para nós é perceptível, que ele conseguiu ver de perto a transformação da cidade em termos de desenvolvimento

[368] Foi possível encontrar uma notícia no jornal *Diário Popular* na edição de 4/9/1958, que está relacionada com a construção de um estádio em Luanda com a capacidade para 60.000 mil lugares. Esta notícia pode comprovar que naquela altura as autoridades administrativas estavam à procura de um lugar para construírem um estádio e, o único estádio em Luanda com capacidade de 60 mil lugares é a cidadela desportiva, lugar onde o bairro indígena da Cacimba foi edificado. "Luanda vai possuir um estádio com capacidade para sessenta mil pessoas. Luanda - Prepara-se uma revolução profunda da educação física, em Angola de acordo com os princípios da educação integral. Os estudos para elaboração do programa foram efetuados pelo capitão Alberto Marques Pereira durante um período de três meses em que visitou quase todas as capitais dos distritos da provincial. Entrevistado «Comércio» acerca do novo plano, o Capitão Marques Pereira revelou que Luanda possuirá, como tanto deseja um magnifico estádio com capacidade para 60 mil pessoas, a construir em local, ainda não designado, embora esteja projetado instalar-se relativamente perto do mar, com mais de cem mil hectares de superfície [...].

urbano. No seu discurso, ele consegue trazer questões que vão desde a construção do hospital indígena (hospital do São Paulo), sua vivência no bairro indígena da Cacimba e questões sobre expropriações ocorridas em Luanda, assunto que tivemos a ocasião de falar vagamente no subcapitulo: “Do Indigenato ao crescimento da cidade: lugares de “captura”, “separação” e “instrumentalização”.

Figura 36 - Construção do estádio da Cidadela Desportiva.

Fonte: postado por Luanda imagens dos velhos tempos - grupo do Facebook.[369]

Man garras (2021), para além de dizer que o branco não indenizava, reforça que nem se quer, houve melhoramentos no bairro indígena da Cacimba em termos de arranjo urbanístico:

> Não houve nada, onde é que está o dinheiro, você é preto, vais aonde? A civilização chegou para si? Aquele bairro já era bem controlado. (MAN GARRAS, 2021).

Por outro lado, procurei saber se as casas que se encontram atualmente por detrás do campo da Cidadela Desportiva, também podemos considerá-las pertencentes ao bairro indígena? Man Garras (2021), disse que sim e, procurou trazer um retrato do espaço que era compartilhado por outras instituições:

> Está aqui a Cidadela desportiva, desde a administração, tudo aquilo é bairro indígena, polícia, nas madres, tudo aquilo é bairro indígena. Neste espaço, também, tinha casa dos chefes do comando da polícia, que estava separada com a cadeia. Daquele lado, com a cadeia próxima do bairro, tudo era controlado. Na cadeia tinha gajos presos. De lado das cadeias moravam os funcionários administrativos da Cadeia. [risos] isto estava bem

[369] Luanda - Imagens dos velhos tempos. Estrada de Catete, anos 70. Fotografia postada no dia 05 de setembro de 2020. Facebook grupos: Luanda do antigamente! Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=3760926873922811&set=pcb.314021612995371 Acesso em 22 de junho de 2023.

> controlado...Sim, uns estavam aqui entre as bés, deste lado. Por exemplo, o primeiro motorista do chefe do posto, vivia aqui na ponta da rua. Mas lá para a frente não existia prédios do Caputo, ali também viviam gajos da PIDE, e os funcionários do caminho de ferro, não é qualquer funcionário que vivia naqueles prédios. (MAN GARRAS, 2021).

Se olharmos para as narrativas de Manuel Barros Gabriel (2021), é possível encontrar elementos que convergem com as narrativas do Man Garras (2021), a convergência, é vista como um lugar vivo na memória dos narradores e num lugar de memória:

> Ali onde está a cidadela era chamado bairro indígena. Estas a ver a Ces, Bes, B3, B4, B5, aquilo tudo era capim, é o Adriano Moreira que mandou fazer estas casas, o bairro indígena saiu de lá, em substituição ao bairro indígena onde está a cidadela passou para o Cassequel do Lourenço. A cidadela pertencia ao futebol clube de Luanda, dos irmãos Andrades que eram engenheiros, ali existia Cacimbas. Mas o branco sabia trabalhar, primeiro tiveram de construir o Cassequel do Lourenço e do Buraco, para tirar o pessoal do bairro indígena da Cacimba. (MANUEL BARROS GABRIEL, 2021).

Por exemplo: o estádio de futebol, os irmãos Andrade, a demolição do bairro indígena da Cacimba, o realojamento dos moradores do bairro indígena da Cacimba para o novo bairro construído no Cassequel, se funde num relato que conduz uma série de outros atores e eventos vividos, aqui o testemunho, a memória, o acontecimento, deixam de ter só um ator ou um evento.[370] Por outras palavras, o testemunho e os acontecimentos estão entrelaçados. De tal maneira, juntos constroem a história. A história narrada, formada na maioria parte pelo testemunho, opera um trabalho de memória, daquilo que lembra e do que esquece, ambos de extrema relevância (PIERRON, *apud*, COSTA, 2010, p. 19).

Nesta senda de rememorar, os narradores foram submetidos a um exercício, que se baseou na demonstração de fotografias do bairro indígena da Cacimba, Manuel Barros Gabriel (2021) e Ilda (2021), não conseguiram recordar nada, explorei

[370] Estes elementos, conseguimos ver também nas narrativas José Narciso Arsénio (cota Friquiqui). No seu depoimento ele vai dizer, que as casas no bairro indígena ficavam inundadas devido à da cacimba, havia momentos quando a cacimba enchesse até ao nível alto, inundava aquelas imediações, por isso, para se fazer a construção do campo da cidadela, os engenheiros Andrade, donos da SICAL de nacionalidade portuguesa, vivendo na cidade do Porto, constituíram a empresa SICAL, que era uma empresa de infraestrutura metalomecânica e serrilharia artística, faziam grandes postes de iluminação, construíam tanques para cisternas de água de quinze a vinte metros cúbicos. Estes irmãos Andrades eram donos do Futebol Clube de Luanda. O bairro indígena da Cacimba, desaparece devido ao campo de futebol. Ou seja, uma parte desaparece, uns foram parar mais para dentro em casas de uns familiares e outros foram indemnizados e, aqueles que foram indemnizados foram postos no surgimento do novo bairro do Cassequel do Buraco, é daí que surge o Cassequel do Buraco. Entrevista feita ao José Narciso Arsénio, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 26/02/2021 em Luanda – Sambizanga.

o máximo, para ver se estimulasse a memória de ambos, não obtive resultados, por esse motivo, tive de explicar a disposição do edificado e as casas do bairro indígena.

A grande questão é a de que, Manuel Barros Gabriel (2021) conseguiu trazer imagens dos bairros indígenas a partir do seu relato, mas ao ser confrontado com as imagens do bairro indígena da Cacimba, ele não conseguiu exprimir nem sequer uma palavra, sobre aquilo que via. Por sua vez, Ilda (2021) perguntou o cenário que a fotografia mostrava, mas disse que não reconhecia nada.

É relevante destacar que, para nós, o silêncio de Manuel Barros Gabriel (2021); tem um significado, uma vez que estamos lidando com a memória, o esquecimento, a lembrança e a significação da percepção[371], ou seja, estamos lidando com as relações entre o corpo e a memória, a lembrança, a imagem, o desdobramento do pensamento no cérebro, a significação e a percepção. Elementos que estão ligados à tarefa de elaborar o passado, sobretudo quando essa preparação tem como ponto de apoio as imagens. Por isso, Manuel Barros Gabriel teve dificuldades para responder quando mostramos a fotografia.

Em relação à Ilda (2021), sua posição, permite olhar na perspectiva de que, só somos o que somos, porque temos memória, se temos uma memória, é porque ela conserva experiências. A memória é aqui entendida como um processo de operação, significando “aquisição, formação e conservação de informações. A evocação é também designada por recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos e aquilo que foi aprendido” (IZQUIERDO, 2018, p. 21).

Os relatos provenientes dos narradores não ficaram isolados, eles foram confrontados com outras fontes e possibilidades, é nas margens do fazer histórico, onde se insere a operação historiográfica. Por isso, quando procuramos saber sobre o material que era construído as casas dos bairros indígenas encontramos várias

[371] A percepção, tal como a tendemos, mede nossa ação possível das coisas sobre nós, a memória se insere na percepção: de fato não há percepção que esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Em geral, essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não conservamos então mais que algumas indicações, simples “sinais” destinados a nos lembrar antigas imagens (BERGSON, 2006).

respostas, uma delas é proveniente das palavras de José Narciso Arsénio (cota Friquiqui)):

> Os bairros indígenas eram feitos de areia do Bungo, cimento, com blocos e tal, aquelas casas o colono fez, porque até já estava diferenciando os bairros para os indígenas, para os mais assimilados do que os "indígenas", isto aí onde está a Cidadela desportiva, porque havia uma cacimba, mas para dentro estava os eucaliptos na floresta, ao lado estava à Maria Escrequenha, mesmo à Maria Escrequenha estava dentro do bairro indígena (hoje é o salão do Kilamba). (JOSÉ NARCISO ARSÉNIO, 2021).

A outra resposta é proveniente do jornal *A província de Angola* da sua edição de 19 de abril de 1940, é uma notícia que retrata o "pedido" de revogação da postura relativa autorização da aplicação da telha na cobertura das casas no Bairro Indígena:

> Telha ou zinco, no Bairro Indígena?
>
> Nos terrenos considerados «Bairro Indígena», que se estendem do Km 5 ao chamado bairro Operário, não é permitido, como se sabe, e a face das posturas municipais, a construção de casas que não sejam propriedade de indígenas. Tais casas, porém, têm que obedecer a plantas, formalidades e licenças da câmara, o que implica, evidentemente, num custo já relativamente elevado e uma construção cuidada. Sucede, todavia, que é, ali obrigatória a cobertura a zinco. Do início da guerra até hoje o preço da chapa de zinco duplicou quási; o zinco é artigo de importação; meia dúzia de chapas, para quem vai acumulando aos poucos os materiais para construir a sua casa. Custam uns centos de Angolares. Ora, sendo a telha muito mais saudável, de mais fácil aquisição aos poucos, mais decente sob todos os pontos de vista, e, além de tudo o mais, um produto local que não precisa importar-se, parece impor-se a revogação da postura relativa ao caso, autorizando-se no «Bairro Indígena» a aplicação da telha na cobertura das casas. Cremos que é assunto digno de ser ponderado pela câmara Municipal e outras entidades competentes. (Jornal *A província de Angola*, 1949).

Olhar para os bairros indígenas no tempo presente, permite ir a busca de marcas em representação de um passado vivo na mente de um grupo. Estas narrativas não sinalizam uma totalidade, ou um retrato fiel daquilo que foi ou daquilo que se passou, o importante é olhar para as diferentes possibilidades dos relatos que os narradores conseguiram trazer.[372] Embora que exista a desconfiança, a ambiguidade, o esquecimento, a lembrança ou o anacronismo, quando estamos em presença de relatos provenientes do ato de narrar, como diz Amado (1995, p. 133) "o

[372] Digo isto, porque existe uma distância daquilo que foi vivido e o que é recordado, ou podemos ver esta questão na perspectiva da experiência e memória. Ou seja, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, a concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência (AMADO, 1995, p. 131).

que importa é a versão, não o fato. Toda narrativa apresenta uma versão, um ponto de vista, sobre algo".

As narrativas que acabamos de analisar permitiram que apreendêssemos como a memória é rica quando ela é tencionada, a partir de um diálogo entre o campo da memória e da história oral. Não devemos olhar as narrativas, ou aquilo que avaliamos como acontecimento como uma totalidade[373], isto porque, cada acontecimento pode ser lido sob várias perspectivas. Por isso, é necessário que sejamos capazes de identificar imagens no subsolo das narrativas, provenientes do ato de narrar, se for possível, quem conseguir identificá-las, pode recriar ou encontrar novos significados.

É a partir desta ponte de conferir o significado ao passado que o historiador desempenha o seu papel, naquilo que chamamos operação historiográfica. As narrativas que vimos neste subcapítulo atinentes aos bairros indígenas são acessíveis e são acompanhadas por evidências, por exemplo, vimos os narradores a se pronunciarem sobre a Cidadela Desportiva, no subcapítulo a seguir os narradores iram falar sobre o mito da sereia na lagoa do bairro indígena da Cacimba, um assunto que também conseguimos encontrar noticiado no Jornal *A província de Angola*.

Estas evidências, de acordo com Gallie (2016, p. 149 - 150) devem estar atreladas em datas, em eventos que realmente aconteceram e lugares aproximados. Outrossim, as proeminências devem ser bem clarificadas para haver uma melhor compreensão. Concomitantemente, não podemos pensar a memória na totalidade, ela pode ter e trazer várias dimensões quando estivermos a ler ou a usar a memória como dispositivo. "A narrativa sobre passado via rememoração não implica apenas na tentativa de restauração do passado. A tarefa da narrativa não é apenas a restauração do idêntico esquecido, mas a possibilidade do diferente" (DIEHL, 2002, p. 101).

6.2 BAIRROS INDÍGENAS: ENTRE AS LEMBRANÇAS E AS NARRATIVAS NO TEMPO PRESENTE

Ao trazermos o testemunho de várias pessoas que foram entrevistadas neste turno, atribuímos um estatuto as suas narrativas, a memória advinda do exercício da

[373] Nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações etc., e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado (JENKINS, 2009, p. 32-35).

entrevista, se torna um lugar de consulta e suscetível de ser confrontado com vários sentidos, onde a evidência, o acontecimento e as dimensões do tempo estarão à nossa disposição para se validar o vivido ou ressignificar o acontecido.

Pode-se pensar que o documento é a apresentação/representação, daquilo "que se escreveu sobre" só ganha estatuto de: acontecimento, importância e significado histórico a partir do momento em que é narrado, pertencendo a outra rede discursiva. A memória-testemunho além disso tem suas ligações fundamentais inseparáveis da vida social e cultural, é histórica; tem afinidade direta com os testemunhos. O testemunho se baseia na credibilidade de quem relatou, de quem viveu, ancorando-se nas experiências vividas; já os documentos, os registros que foram selecionados como documentos, devem passar pelo conjunto ou pela seleção das regras instauradas no campo da história. Critérios de seleção e constituição do corpus documental, indispensáveis ao trabalho dos historiadores, devem ser, pois, apontados e estudados (GUIMARÃES NETO, 2012).

Por isso, daremos importância no jogo de palavras, perguntas e respostas, cujo resultado nos levará para vários locais, que representam um passado que não é uma totalidade, visto que ele continua a ser incomodado com as questões do tempo presente. O que os nossos entrevistados conseguiram responder, representa a memória-testemunho por um lado, por outro lado, representa uma memória que se lembra dos locais, isto é, uma memória que está por si só localizada nos locais e estes locais habitam na memória dos entrevistados.

Caro leitor, como um bom cavalheiro que sou, para abrir este subcapítulo priorizei começar com as narrativas de Zulmira Otávio. Ela nasce em 1954 em Luanda, propriamente no bairro indígena (atualmente este bairro encontra-se por detrás da Cidadela Desportiva), seus pais foram viver no bairro indígena em 1949. Zulmira (2021) não sabe como eles conseguiram a casa, mas relatou que o seu pai pagava renda, era funcionário público, enfermeiro e trabalhava na delegacia de saúde.

Zulmira (2021) ao falar que o seu pai era funcionário público, mostra-nos que naquela altura, seu pai, já tinha um certo estatuto, que lhe possibilitou adquirir uma casa no bairro indígena. O fato de saber ler, falar bem o português e por ser enfermeiro de profissão, a condição lhe dava essa possibilidade, de pagar uma casa no bairro indígena no sistema de renda resolúvel.

Durante a entrevista, perguntei-lhe, se as pessoas estavam satisfeitas em viver nas casas do bairro indígena. Sua resposta foi ao encontro daquilo, que a arquiteta Isabel Martins (2017) frisou que as casas dos bairros indígenas não correspondiam, com a forma, como os africanos viviam, vejamos o que à Zulmira falou:

> Naquela altura, as pessoas não estavam satisfeitas em viver naquelas casas. Não tínhamos opção, tivemos de viver mesmo aqui, íamos para onde? Se eles estavam sempre a escorraçar as pessoas, só para poderes ver, nós éramos doze irmãos, era um quarto e sala, mas o meu pai, já era funcionário público, vê só como passávamos, vivíamos assim acumulados. Só depois é que modificamos as casas. Estas casas, os tetos eram mesmo de telha, construção definitiva, eram mesmo boas casas, quando chovesse não entrava água, só que eram casas pequenas. Mas aquelas do tio Russo já possuíam dois quartos, aqui só um quarto e sala. Do outro lado, as casas são menores ainda. Nós tínhamos o carro do lixo, que passava de porta em porta, quem mandava fazer esta recolha era administração. (ZULMIRA, 2021).

Quando Martins (*apud*, AGOSTINHO, 2017) diz que aparentemente as pessoas eram promovidas porque tinham uma habitação de tijolo, de material de construção definitiva, mas na realidade não preenchia todas as necessidades filosófica; esta questão, enquadra-se no dilema que a família de Zulmira viveu no bairro indígena. A família viveu numa casa composta por um quarto e sala.

Durante a entrevista procuramos saber se existia algum dispositivo de controlo no bairro indígena, ou se de fato existia uma espécie de fiscalização, foi daí que fiz a pergunta à Zulmira (2021) se conheceu a dona Natália? Ela respondeu que conheceu a dona Natalia tão bem:

> Então à dona Natália trabalhou aí na Comissão do bairro. Ela era fiscal, ver as casas se estão bem cuidadas ou não, era a missão da dona Natália. Mas era uma boa senhora. Ela fiscalizava até aí nos blocos, todos os bairros indígenas. Mas ela não era como o Poera, só não gostava de lixo, se encontrava lixo em tua casa, multa, não é como agora. Se tivesses água suja, ou seja, se lavasses a roupa e deixasses água suja nos baldes, aquilo era passível de multa". A primeira vez te sensibilizava, a segunda vez era uma multa. Eles andavam já com os cartões nas pastas, para passar a multa (ZULMIRA, 2021).

Zulmira (2021) ao trazer este assunto sobre a questão da fiscalização que era feita no bairro indígena, demonstra que os dispositivos de segurança criados funcionaram. Se olharmos para o regulamento dos bairros indígenas, no seu capítulo VI, destinado para a questão da fiscalização e policiamento, é possível ver como os artigos foram desenhados com a perspectiva que a disciplina se exerce sobre o corpo dos moradores dos bairros indígenas.

No artigo 66º na linha c) declara que se deve vistoriar repetidamente as habitações, instruindo os ocupantes para sua limpeza e conservação, dando conhecimento às respetivas Comissões Administrativas dos bairros indígenas dos prejuízos e estragos que tenham verificado. Na linha e) o diploma informa, que se deve impedir a permanência ou habitação nos bairros indígenas de quaisquer pessoas, contra o preceito neste diploma. No artigo 67º, declara que é proibido, nos bairros indígenas, a divagação de qualquer animal pertencente aos ocupantes […]. O artigo 68º vai proibir que nos bairros indígenas e nas imediações a criação de lixeiras, ficando todos os moradores obrigados a depositar o lixo e os desperdícios e outros detritos em recipientes próprios, colocados em diferentes lugares dentro das horas que forem determinadas.

Os bairros indígenas serviram para controlar determinadas populações que se estabeleceram nestes bairros, estamos a falar propriamente do bairro indígena dos congolenses, sobre está questão podemos elencar, mais em frente. Quando perguntei na Zulmira (2021) por qual motivo é que chamam os blocos dos congolenses de bairro indígena, se o bairro indígena era o bairro que ela vive. Zulmira (2021) vai dizer que não, tudo era considerado bairro indígena. Só que, aí nos blocos começaram a chamar blocos dos congolenses; aí era só, o pessoal que vinha do Norte e, eles todos os domingos eram obrigados a ir cantar o hino nacional de Portugal. “Tudo era bairro indígena, mas cada bairro tinha a sua denominação, aqui era bairro indígena 1 e 2, do outro lado, era bairro o indígena da Cacimba e outro lado, tínhamos os blocos que chamam de blocos dos congolenses”. Foi daí que perguntei o porquê eles faziam esse trajeto, a fim de cantar o hino português?

Zulmira (2021) vai afirmar que era uma obrigação dos portugueses, mandar todos os domingos cantar o hino, todos de branco. “Só depois da independência é que eles deixaram de vir cantar o hino”. Este assunto leva-nos a olhar o tipo de controlo que os Tocoistas foram alvos das autoridades coloniais nos blocos dos congolenses.

O tio Lino foi um dos Tocoistas que sofreu na pele os vários tipos de descriminações, feitas pelo senhor do Posto (o Poera) e pelas autoridades coloniais. Expulso do Congo belga, chegou na fronteira do Noqui em março de 1950. Este acontecimento se deu no dia 30 de março de 1950, no dia 09 maio do mesmo ano estava do lado de Angola, ou seja, regressava para Angola. No Congo ele foi trabalhador, naquela altura o governo no Congo contratava miúdos entre os doze a

treze anos, para ir trabalhar nos serviços comunitários, ou seja, desentupir as sanitas, nas cidades, ele trabalhou neste ramo.

A partir das suas narrativas[374], tio Lino (2021) vai dizer que em 1953 a igreja Tocoista teve o primeiro problema com o Estado. O Estado alegou que os fiéis da igreja, se recusavam a pagar o imposto, mas esta lei, ao nível da igreja não era conhecida, foi daí que o Poera resolveu prender todos os membros da Igreja. O Poera era o chefe do Posto que os controlava, chama-se António Lopes. Conforme a explicação do tio Lino, o António Lopes era apelidado de Poera, porque quando ele passeava nos bairros, andava "com velocidade numa carrinha, naquele tempo chama-se a Internacional e, ele passava de qualquer maneira, então levantava muita poeira nos bairros, alcunharam como Poera".

O Poera convocou uma reunião em 1951, tio Lino não se recordou do mês, se é abril ou maio. O tio lino vai dizer que o Mankoka João nessa altura, era dirigente máximo do futebol, arbitro e jogador ao mesmo tempo. Nessa reunião o Poera queria que os Tocoistas fossem morar numa casa com catorze portas e, cada quarto podia morar dez pessoas. Foi daí que eles resolveram que os Tocoistas, tinham de mudar para a Vila Alice, próximo do cinema Atlântico. Mas os que foram à reunião, como o caso do Mankoka João, Macota André, mas os outros, responderam o seguinte:

> Tudo muito bem, nós podemos mudar, mas esses prédios não dão também para os outros povos que moram no musseque Marçal em casas de Luando? Por aí, eles também não têm direito a casa? Então o homem, o senhor branco que estava a dirigir a reunião, disse: o belga tem razão, esses homens afinal são um grupo subversivo e tem ideia de Mao Tsé-Tung, querem ser comunistas. A partir daí o Estado tomou outra decisão, prendeu aquele grupo que foi na reunião, um indivíduo que agora não consigo lembrar o nome, mas titulado como homem que tratava os assuntos dos negócios indígenas. (LINO, 2021).

Quando acabou a reunião, tio Lino (2021) discorreu, dizendo que todos aqueles senhores convocados pelo Poera foram presos, olhando para a história do tocoismo, os detidos são considerados agora como os primeiros Tocoistas presos, muitos foram enviados para a Baía dos Tigres em Moçamedes (atualmente província do Namibe).[375]

---

[374] As narrativas foram gravadas por um gravador de som, a partir de dois programas transmitidos em direto pela rádio cinco (5). O primeiro foi transmitido no dia 15 agosto de 2021 – *A voz dos cotas*, apresentado pelo jornalista Osvaldo Bravo. O segundo programa foi transmitido no dia 10 de outubro de 2021 – *Quintalão dos desportistas*, um programa apresentado pelo jornalista Carlos Pacavira.

[375] Houve várias deportações, ou seja, foram vários anos em que os Tocoistas foram enviados para vários lugares em Angola e fora de Angola. Para um melhor entendimento sobre o assunto, caro leitor, ver o livro de Ruy Liera Blanes (2018) *uma trajetória profética. Ideologias de tempo, lugar e pertença*

Com a detenção do grupo dos Tocoistas que participaram na reunião, fez com que, a partir de 1951, aquela “amizade” entre a igreja e o governo ficasse afetada. Foi a partir desta data, que os Tocoistas começaram a ser controlados minuciosamente, vejamos o que tio Lino articulou sobre esse assunto:

> Éramos vigiados, por exemplo, a noite ou dia normal eu não podia aparecer no musseque Rangel, a partir das dezanove (19:00h) horas. Vivíamos no bairro indígena e tínhamos um emblema que utilizávamos, era uma ordem do Espírito Santo, quando desce em 25 de julho de 1949. Com aquele emblema circulávamos de dia e noite. E se por acaso eu aparecesse no Rangel com aquele emblema, sabiam logo, éramos considerados congolenses, e perguntavam, está a fazer aqui o quê, nessa hora? (LINO, 2021).

Em 1953, registra-se outro caso (pagamento de imposto indígena). O tio Lino (2021) aponta que até 1953 tinha que se pagar o imposto indígena. Quando os Tocoistas chegaram em Luanda[376] o governo se pronunciou dizendo que os indígenas deveriam pagar imposto até dia doze de março de 1953. Neste período, o tio Lino (2021) trabalhava na Textang no turno da noite, mas quando os ponteiros do relógio apontavam dezoito horas, seus colegas receberam uma ordem do chefe que mandou chamar toda gente. Diante desta convocatória, os colegas foram, e não voltaram para casa, todos foram presos. O tio Lino e mais alguns colegas que não foram convocados, de regresso a casa, ficaram espantados, porque só encontraram três pessoas no bairro indígena dos congolenses. Encontraram um cenário distante do

num movimento cristão angolano. Sobre o assunto da deportação do senhor Mankoka João e dos outros integrantes da igreja, confrontamos as narrativas do tio Lino com as entrevistas que encontramos no arquivo da igreja dos doze mais velhos. Nos arquivos, encontramos registrado que a primeira deportação aconteceu em 1950, consta o nome de Mankoka João que foi enviado para a localidade dos Dembos. No depoimento da anciã Luzolo Emília, é possível encontrar informações sobres as condições, como Simão Toco foi preso no Congo e, também, sobre o grupo que o acompanhou na cadeia, sua deportação para Angola e a distribuição dos Tocoistas para vários territórios em Angola. Por outro lado, à anciã Luzolo Emília falou sobre a sua chegada em Luanda: “Chegamos a Luanda no bairro da Cidadela, o que quer dizer, quando o governo português recebeu o despacho, relacionado com um grupo de Tocoistas proveniente do congo, seria deportado para Angola, quando já estávamos no Noqui, o governo colonial português mandou arranjar aquele bairro onde foram construídas imediatamente muitas casas, até quando chegamos as mesmas não estavam ainda concluídas. Nesta altura o ancião Mankoka João, Sala Filemon, Mpululu, Josef, Samuel Sala, Nvondo Leão e Mpanda Simão, já estavam em Luanda. As casas que encontramos eram construídas de blocos, ainda hoje existem, como elas eram poucas, as famílias compartilhavam a mesma casa, fechando apenas no centro com cortinas ou parede de blocos. Por exemplo, nós tivemos na mesma residência com a tia Ndumba e avó Luzolo”. In: Entrevista feita à anciã Luzolo Emília, cedida ao Paracleto Mumbela, no dia 23/10/2017 em Luanda. Arquivo da igreja dos 12 mais velhos.

[376] São várias vagas de grupos que chegaram em Luanda, outras foram enviadas em Cabinda, Benguela e Namibe.

normal; casas com as janelas e portas todas abertas, com luzes acesas, sem ninguém por dentro. Foi daí, que o tio Lino e os colegas perguntaram, o quê que se passa?[377]

As pessoas encontradas no bairro, disseram o seguinte:

> olha o Poera esteve aqui as 19:00 horas, veio ter com o grupo dos pais e levou toda gente para a administração. E nós perguntamos o quê que se passa? Ele acusou-nos que nós não queremos pagar imposto. E o Poera deixou o recado, para ninguém se dirigir na administração, só quando ele vir novamente buscar pessoas, só assim é que devem ir à administração reclamar. […], ficamos assim reduzidos e, a igreja ficou assim, em volta de setecentas pessoas, só ficamos com umas oitenta pessoas. (LINO, 2021).

Por conseguinte, o tio Lino (2021) falou que foi nesse período em que eles eram obrigados a içar a bandeira de Portugal aos domingos, a partir das oito horas da manhã, e daí cantavam o hino, só assim é que eram autorizados a realizar o culto no bairro indígena dos congolenses.

Estas dificuldades vividas pelos Tocoistas, narradas pelo tio Lino (2021), permite ver como "a colonização foi por vezes uma verdadeira cirurgia social" (MIGUEL, 2015, p. 81). Uma coisa, era a competência da CABI ou do chefe do posto, ou do administrador do bairro, outra, era aplicabilidade do regulamento do bairro indígena, pelo que se vê, na nossa perspectiva, o Poera (António Lopes) esteve em serviço da PIDE e da CABI.

Foram estas práticas engendradas pelos agentes do sistema colonial, cujo efeito se repercutiram na vida dos moradores dos bairros indígenas. Após a independência de Angola, essas práticas, assim como outras, foram lembradas e tornaram músicas que as letras contêm memórias dos bairros indígenas, vejamos como exemplo a música do Santocas:

> Aqui onde eu nasci, hoje não resta nada, só restam lembranças dos meus amigos da infância; onde eu nasci, hoje não resta nada, só restam lembranças dos meus amigos da infância. Depois de 30 anos de promessas falsas, em que nos prometeram darem-nos as casas, nossos pais pagavam rendas de 500 escudos. Correram conosco daí como se fossemos bois mandaram-nos para os currais […]. Pagar 500 escudos num bairro sem luz, casas sem quintais, todas elas rachadas.

[377] Sobre está questão do imposto, perguntamos à Tia Vanda (2021), ela se pronunciou sobre o assunto, dizendo que não pagavam imposto no bairro indígena da Cacimba e nem dos Congolense, porque eram prisioneiros. Quando os moradores do bairro indígena dos congolenses fizeram dez anos de vivência nas casas, o Estado decidiu cobrar. Segundo ela, os mais velhos disseram, "mas vocês disseram que eram nossas casas, agora devemos pagar". Em respostas as autoridades disseram "quem não quer ficar aqui, pode mudar", por exemplo, à Tia Vanda saiu do bairro dos Congolense em 1967. "Mas o imposto que cobravam era um valor pequeno". In: entrevista feita à Vanda Madalena, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 01/03/2021 em Luanda.

> Hoje só me restam lembranças daquele nosso lindo bairro. É bairro indígena, é bairro indígena, é bairro indígena. (SANTOCAS, 1975).[378]

É importante realçar que a memória pode estar presente em várias formas: em objetos, músicas, palavras, edifícios, bairros, pessoas, portanto ela não é estática. A memória pressupõe registro – ainda que tal registro seja realizado em nosso próprio corpo. Ela é, por excelência, seletiva. Reúne as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos guardar (ALBERTI, 1989, p. 167).

Pegando no mote de que a memória pode estar presente numa música, uns se lembram de uma determinada música porque podem reproduzi-la cantando. Outros se lembram porque já ouviram e nela reconhecem algumas passagens, ou pode ser como Halbwachs (1990, p. 172) afirma, "não é necessário que os homens tenham aprendido música para guardarem a lembrança de certas canções e de certas melodias".

A música de Santocas (2015) para além de trazer memórias sobre o bairro indígena da Cacimba, mostra que os moradores que ocupavam as casas dos bairros indígenas não tinham garantias das casas, mesmo após serem pagas na totalidade por rendas resolúveis, os moradores muitas das vezes eram expulsos, os bairros indígenas foram bairros provisórios, Santocas (2015) nos confirmou este evento, quando lhe perguntei, se existia alguma renda por se pagar no bairro indígena. Ele respondeu da seguinte maneira:

> Nós que vivemos no bairro indígena, aliais, tenho uma canção que espelha isto, os nossos pais pagavam uma renda de 115 Escudos, mas, com a promessa de que 30 anos depois as casas passariam a ser propriedade nossa. Acontece é que depois de 30 anos fomos confrontados com o desalojamento para os vários bairros feitos pelos colonos, uns foram viver no Cazenga propriamente no Cariango depois da linha férrea, outros foram para o Cassequel, aquilo foi a livre escolha bem como outros foram morar nas Bés. (SANTOCAS, 2015).

Na senda da entrevista com o músico Santocas (2015), perguntei, qual é o bairro indígena de concreto em que ele narrava estes eventos. Santocas (2015) respondeu à questão, dizendo que é o bairro indígena, onde está construída a Cidadela Desportiva (o bairro indígena da Cacimba). Ao explicar a localização do

[378] Música do músico Santocas - Bairro Indígena – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=glzUoTXsCsk – Acesso em 22/06/2023.

bairro indígena da Cacimba que foi demolido, ele achou conveniente, definir o que é um bairro indígena. Para ele, pode-se chamar de bairros indígenas, todos aqueles bairros considerados para indígenas.

Ele vai dizer que naquele período, possuíam definições bem concretas, por exemplo, o bairro que se encontra em frente do hospital do São Paulo, chama-se de bairro da Catanga que vai até a cadeia hospital, tirando os prédios dos cubanos, que naquela altura, era toda ocupada por eucaliptos. Depois tinha os prédios que estão ligados ao campo de São Paulo que era chamado de bairro do Simão Toco (bairro indígena dos congolenses). Do outro lado, podia se ver as residências em baixo, esta zona é chamada de Madame Berman, assinala-se também as Bés e as Cés, que foram os últimos bairros que eles fizeram e, que depois parou no Caputo, depois é que fizeram os prédios da Terra-nova. Agora bairro indígena, Santocas (2015) vai dizer, que foi mesmo este, onde está atualmente construída a Cidadela Desportiva, que tomou conta do espaço que abarcava as casas do bairro indígena (SANTOCAS, 2015).

Os luandenses lembram-se do bairro indígena como um lugar que forjou muitos políticos, Moorman (2022) no livro: *os sons da nação: história política e social da música urbana de Luanda. 1945 -2002*, vai dizer que a composição social do bairro era mais complexa do que o rótulo que ele carrega, ou seja, o que implica agenciar as distinções que Cristine Messiant faz entre os antigos e os novos Assimilados. A autora, além disso sinaliza a questão dos moradores do bairro indígenas, que eram explorados pelos lojistas locais. Por outro lado, Moorman (2022, p. 125 – 127) vai dizer que os moradores no bairro, tinham as mesmas práticas culturais diárias que incluíam o desporto, os contos orais e a música. Por outras palavras, o bairro indígena era um bairro de classe média, acomodava aqueles que tinham chegado à cidade há mais tempo, os tais ditos assimilados, e aqueles que aspiravam uma ascendência social.

A lembrança e o esquecimento têm o seu lugar, quando é necessário criar meios para se falar dos bairros indígenas de Luanda. Por isso, no que toca a informações, sobre a fiscalização das obras feitas para a construção dos bairros indígenas em Luanda, não foi possível encontrar documentos que retratam a fiscalização feita nas obras, todavia, foi possível encontrar narrativas de Troufa Real

no livro do Cláudio Fortuna[379], quando o autor lhe perguntou quem fiscalizou a cidade do Kilamba? Troufa Real respondeu-lhe da seguinte forma:

> Eu não sei, só sei que foi uma grande decisão começaram a fazer. Isto faz-me lembrar o passado, quando começaram a fazer os prédios do São Paulo, da Madame Berma, os bairros indígenas, operário e da Kaope. Vai poder ver que foi aí que puseram na rua o desgraçado do Vasco Vieira da Costa. (TROUFA REAL, *apud*, FORTUNA, 2015, p.141).

Em seguida o Cláudio Fortuna perguntou ao Urbanista Troufa Real, se eram os bairros indígenas?

> Sim, os bairros indígenas, que para mim era a palavra certa, porque o resto, eram bairros de colonos. É preciso saber distinguir indígena de colonos: Indígena é uma palavra sagrada que quer dizer natural do sítio em questão, foi lá onde nasceu muita gente que nos orgulha na sociedade; ninguém deve ter vergonha. (TROUFA REAL, *apud*, FORTUNA, 2015, p.141).

Quando Troufa Real faz referência de que a palavra indígena é sagrada, quer dizer natural do sítio em questão, que foi lá onde nasceu muita gente que nos orgulha hoje na nossa sociedade e que ninguém deve ter vergonha do seu passado, ele quer nos mostrar que no bairro indígena viveu muitas famílias tradicionais de Luanda. Elizabeth Vera Cruz no seu livro: "*o estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa o caso de Angola*, também corrobora com Troufa Real, dizendo o seguinte:

> A necessidade e importância da criação de bairros indígenas, já a encontramos em Norton de Matos. Em Angola e mais propriamente em Luanda, existiu um Bairro denominado "bairro indígena" onde uma boa parte da elite angolana luandense nasceu, morou ou teve familiares e amigos aí residentes. (CRUZ, 2005, p. 137).

Os bairros indígenas de Luanda destacaram-se associações e clubes de futebol, para o caso do bairro indígena, destacou-se o clube Botafogo, que foi fundado em 1951. Não obstante, de ser um clube de futebol não restringiu as suas atividades, por isso, oferecia também atividades recreativas, serviços de alfabetização, consultas médicas, atividades para crianças, almoços nos fins de semanas para reunir os vizinhos do bairro (BOSSLET, 2014).

Com estas atividades o clube tornou-se um espaço de convivência no qual os moradores do bairro indígena fizeram vínculos entre si. Quando o Botafogo jogava em outros bairros, os adeptos seguiam a equipa. Desta forma o clube desportivo contribuía para a criação de uma identidade de bairro, que unia em torno de indivíduos

[379] FORTUNA, Cláudio. **Os Lugares no Espaço Angolano**, Editora TM, São Paulo.

que possuíam trajetórias de vida diferentes e por si desenvolviam novas formas de se relacionarem. É assim que o Botafogo vai se transfigurando numa paragem de encontro, de debate político e até mesmo, um lugar de conscientização política e trabalho clandestino para alguns de seus adeptos e membros fundadores (BOSSLET, 2014, p. 57).

Em consequência das suas atividades o Botafogo em 1961 seria fechado pela PIDE, sob o contexto de que seus dirigentes operavam em organizações clandestinas (BITTENCOURT, 2010, p. 115). No âmbito das entrevistas, ressaltou-nos um dado interessante, os entrevistados retrataram nas entrevistas categoricamente que existiu uma lagoa, este dado podemos evidenciar com uma notícia que encontramos no jornal *A província de Angola*:

> As lagoas do bairro indígena "nascidas" há cerca de três anos representam um mal que é necessário eliminar. Os moradores acreditam que uma das lagoas é habitada por uma sereia. (Jornal A província de Angola, 05 de outubro de 1957).

Santocas e outros entrevistados, como a Mama Cuíba, António Alberto Cachinguri e a Ilda Quintas Gomes, mencionaram a lagoa que existia no bairro indígena. Eles são unânimes quando dizem que as pessoas acreditavam que existia uma sereia. Podemos ver os relatos:

Da mama Cuíba:[380]

> Eu observava as pessoas a fazerem rituais para suposta Sereia, para tratarem aquelas crianças que nasciam com a cabeça muito grande e, existia outra particularidade próximo da lagoa, as mulheres faziam algumas plantações e saiam batatas do formato de pessoas, era impressionante, coisa que já não vejo hoje. (CUÍBA, 2016).

E do senhor António A. Cachinguri:[381]

> Aí onde está a Cidadela era o bairro indígena que vivia muita gente, depois começaram a ser distribuídas, uns foram para o Cassequel e depois é que partiram o bairro para fazer a Cidadela, ali onde está a Cidadela antigamente era cacimba, tinha lá uma Séria e mesmo até agora no tempo de chuva a cidadela sofre porque a Seria não desapareceu. (CACHINGURI, 2016).

No seguimento da procura de fontes relacionadas com o bairro indígena foi possível encontrar duas imagens, que permitiram legitimar as narrativas do músico

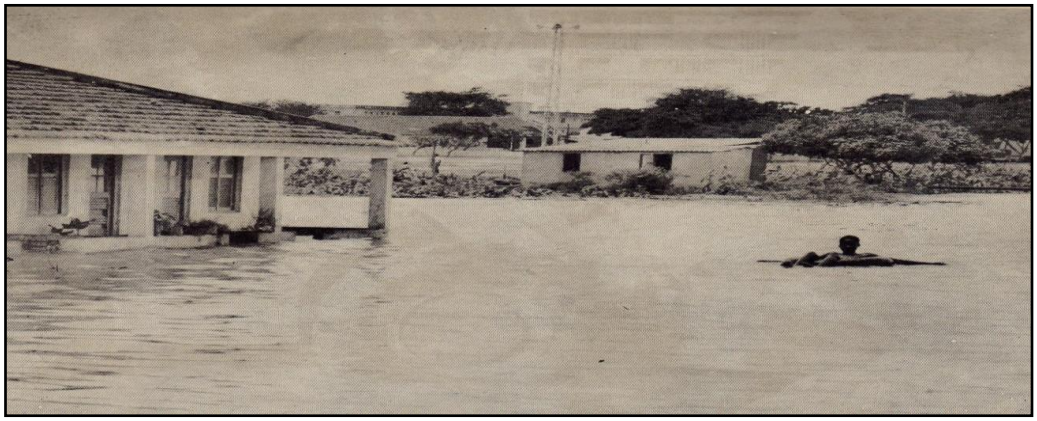
[380] Entrevista feita à Mama Cuíba, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 09/09/2016, em sua casa no bairro do Cassequel em Luanda.
[381] Entrevista feita ao senhor António A. Cachinguri, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 27/08/2016, na sua rua B2.

Santocas, quando ele mencionou a questão das casas do bairro indígena que estavam próximas das casas das madres, casas que ficavam sempre inundadas no tempo de chuva, podemos ver este fato nas fotografias abaixo:

Figura 37 - Casas do bairro indígena da Cacimba, próximas à casa das madres.

Fonte: (AGOSTINHO, 2017, p. 111)

Figura 38 - Casas do bairro indígena da Cacimba próximas à casa das madres, inundadas com a água da chuva.



Fonte: http://recordacaoemfoto.blogspot.com/2008/02/luanda-maro-de-1963-vi.html.

Como já tivemos a ocasião de ver que os bairros indígenas foram concebidos para colmatar o défice de habitação e dar um estatuto especial em alguns nativos, mas este processo foi acompanhado com muitas críticas, porque teve um cunho discriminatório, embora pelos relatos das pessoas que entrevistamos afirmam categoricamente que naquela altura era preferível viver no bairro indígena, porque eram casas com construção definitiva[382], apesar de que, não existia água e também

[382] Opinião do Arquiteto Chico Zé: “era preferível viver no bairro indígena em detrimento de viver no musseque, porque muitos destes bairros indígenas já possuíam água e luz”. Encontro de esclarecimento sobre o assunto estudado nesta tese. O encontro foi realizado no dia 12/08/2016.

não existia energia elétrica, contudo as casas já satisfaziam muitas pessoas, o Senhor Angelino Kassova de 73 anos tem uma opinião sobre este assunto[383]:

> Eu acho que as casas já satisfaziam as pessoas, sim, mas também estas casas foram feitas com o intuito para controlar as pessoas, porque os musseques possuíam ruas muito pequenas. O único musseque que era muito fechado, era o Sambizanga e o Rangel. Mas começaram depois, arranjaram formas de controlar, porque a guerra começou a intensificar-se, então cada comerciante da área controlava o seu morador. Eu também acho que estas casas, foram feitas porque tínhamos uma condição social muito baixa, por exemplo, o meu pai trabalhava nas obras públicas, ganhava muito mal, o salário era de 100$ escudos, de acordo as nossas possibilidades satisfaziam. (ANGELINO KASSOVA, 2016).

Conforme nós vimos ao longo da nossa exposição, o regulamento administrativo dos bairros indígenas, foi um instrumento regulador que regulou a vida em comunidade no bairro indígena, seus efeitos, foram confirmados pelos nossos entrevistados, alguns alegaram que presenciaram algumas situações desfavoráveis concernente ao não cumprimento na íntegra do regulamento administrativo, principalmente no ponto da fiscalização e do policiamento do bairro Indígena, podemos ver abaixo alguns relatos dos nossos entrevistados:

> No bairro indígena existia uma senhora, com o nome de Natália, controlava as questões higiênicas, era uma senhora muito rígida, fazia visitas regulares, para saber de algumas anomalias que fossem contra as normas. (MONTEIRO (RUSSO), 2016). [384]

> Algumas famílias minhas dormiam em minha casa, mas eu tinha que ir avisar ao chefe do Posto. (SANTO ANTÓNIO, 2016). [385]

Sobre o desdobramento do bairro indígena depois da década de sessenta, nos foi descrito que o bairro foi demolido no ano de 1973, conforme explica o Angelino Kassova:

> Partiram o bairro antes da independência e levaram todo povo para o Cassequel, foi assim que o nosso cantor e nosso filho de Angola Santocas, fez aquela música, as casas não possuíam condições, realmente o povo conseguiu aguentar aquelas condições. O motivo da demolição do bairro indígena foi as condições que as casas possuíam, casas sem quintais, sem água e sem energia elétrica, eles partiram mesmo daqui para o Cassequel, as casas do Cassequel já eram casas com melhores condições. (ANGELINO KASSOVA, 2016). [386]

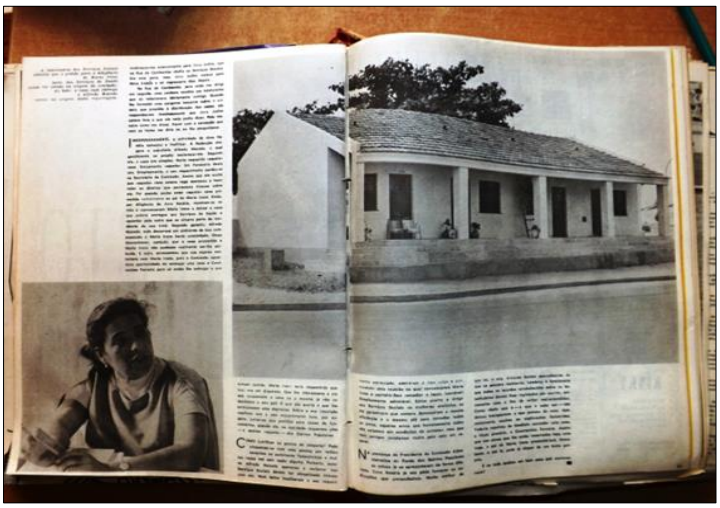
---

[383] Entrevista feita ao senhor Angelino Kassova, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 09/10/2016, em sua casa no bairro dos congolenses, em Luanda.
[384] Entrevista feita ao senhor Monteiro (Russo), cedida ao Yuri Agostinho, no dia 07/07/2016, em sua casa no bairro indígena, por de trás da cidadela desportiva, em Luanda.
[385] Entrevista feita ao senhor Santo António, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 07/07/2016, em casa do senhor Monteiro (Russo) no bairro indígena por de trás da cidadela desportiva, em Luanda.
[386] Entrevista feita ao senhor Angelino Kassova, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 09/10/2016, em sua casa no bairro dos congolenses, em Luanda.

O bairro indígena de Luanda inaugurado por Álvaro de Freitas Morna em 1942[387], era constituído por dois espaços, cada um com um recinto aberto ao meio com casas em redor. As casas de banho eram distribuídas uma para cada duas famílias, havia tanques para lavar a roupa, as casas não tinham eletricidade nem água potável. Ainda que o bairro indígena constituísse mais ou menos uma classe média, não estava isento das dificuldades e descriminações associadas aos musseques. Por detrás do bairro indígena ficava o bairro indígena da Cacimba, edificado sobre uma ravina seca que inundava durante a estação chuvosa. Do outro lado da Avenida Brasil, estava o Marçal e o Rangel como musseques que definiam fronteiras, conjuntamente com outros lugares na cidade de Luanda (MOORMAN, 2022, p. 127).

6.3 OBSERVAR A FOTOGRAFIA, ANALISAR E NARRAR: UMA FORMA DE TRAZER MEMÓRIAS SOBRE OS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA

Figura 39 - Dona Natália.



Fonte: “Editorial” In: *Jornal Notícia*, 03 de agosto de 1968.

Caro leitor, a fotografia que abre o subcapítulo, traz consigo a notícia de um “mal-entendido” entre a Comissão dos Bairros Populares e uma família que pretendia receber uma casa da Comissão. Ao mesmo tempo, nos mostra a imagem da dona Natália[388]. É de realçar, que a partir dos relatos provenientes das entrevistas,

[387] Este bairro continua edificado, mas foi requalificado, foi o bairro onde efetuamos entrevistas, à senhora Zulmira Octávio, ao senhor Monteiro (Russo), ao senhor Santo António (Djau Zeca) e o senhor Nelinho Octávio irmão da senhora Zulmira Octávio.

[388] Esta imagem suscita questões, cujas respostas demandariam outras possibilidades de leituras. Todavia, o que achamos de interessante é que nesta imagem encontramos à figura da dona Natália. A

principalmente daqueles que nos chegaram com a informação do regulamento dos bairros indígenas e as regras de convivência, várias vezes, ouvimos os narradores a se pronunciarem sobre algumas personalidades: o Poera, à dona Natália e o senhor Van-Dúnem.[389]

Os dois primeiros nomes supraditos ficaram cunhados no meu interior, porém, quando decidimos alargar a pesquisa nos jornais em termos de horizonte temporal até 1969, para a nossa surpresa, surge o rosto da dona Natália no jornal *Notícia*, por outro lado, conseguimos encontrar no *Boletim Oficial de Angola:* II série – número 21 – 23 de maio de 1962, a tomada de posse da dona Natália, no cargo de monitora de bairro, do quadro da Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola (vide documento – anexo Q). Diante destas proeminências, decidimos levar a imagem da dona Natália, aos nossos entrevistados para servir de um dispositivo para estimular a memória, vejamos o que eles narraram:

"Mas esta é preta ou branca"? Esta foi uma pergunta formulada pela tia Vanda, eu respondi que é uma senhora de cor "branca". E em seguida, à tia Vanda voltou a perguntar, de quem se tratava, com a fotografia na mão, ela perguntou, "é a dona Natália né"? É a dona Natália? O tio Dofonso Fernando Manzambi, seu esposo, disse que não se tratava da dona Natália. Em seguida, eu falei que era sim à dona Natália, foi daí que o tio Manzambe falou, "opa, é muito tempo" ...

Por conseguinte, a tia Vanda pediu a palavra e disse, "essa Natália por um pouco seria assassinada". Em seguida, perguntei o porquê, o que ela tinha feito? "O povo queria a cabeça dela em 1974, por isso, ela foi a correr e entrou na casa do dirigente Simão Toco no bloco número seis, ela é que me deu aquela casa nos Saiotes, ela conversou comigo, ela tinha de confirmar se eu era indígena ou não. Se sei ler ou não, os miúdos já estavam a ficar grandes, eu vivia no bloco número oito, a primeira casa, a segunda era a nossa casa".

"Foi o meu primo que falou com ela, para ver se ela nos facilitasse na mudança dos blocos para os Saiotes. Eu queria ter casa nas Bés, o dinheiro não era muito para pagar a renda, mas também não era nada. A renda era quinze escudos, então ela me

---

dona Natália não foi um sujeito que os narradores criaram, quando encontrei esta notícia no jornal e a informação da sua posse no *Boletim Oficial de Angola*, decide confrontar esta imagem, levando aos narradores, para determinar a verdade histórica.

[389] Segundo a Tia Vanda (2021), o Van-Dúnem foi um cidadão que nasceu em São Tome e Príncipe.

disse, olha nos Saiotes tem uma casa disponível, a senhora já vai sair, isto foi em 1967. A dona Natália era nossa mãe, ela é que vigiava as nossas casas, os blocos, aqui (na C9), se está limpo e, se sabes preparar a casa".

Em seguida o Paracleto[390], perguntou o que ela fez de fato, para ela sofrer a tentativa de assassinato? A tia Vanda respondeu dizendo, que o povo queria a sua cabeça em 1974[391], "ela era minha amiga". Tua amiga, a tia vanda é que lhe ajudou a fugir? Perguntou o Paracleto. Em seguida à tia Vanda respondeu, dizendo que não, ela conhecia o papá Simão Toco e, quando aconteceu este evento ela foi ao encontro do dirigente na sua casa, segundo as pessoas que viram a cena, disseram que ela se meteu a gritar: "querem me matar, querem me matar. Pronto, o velho disse: entre, assim que ela entrou sentou-se, as pessoas que estavam a lhe seguir acabaram por recuar".

No meio desta toda panóplia de narrativas, perguntei em seguida, se a dona Natália era uma boa pessoa. A tia Vanda (2021) respondeu dizendo, que naquele tempo, principalmente em 1974, mesmo se você fosse boa pessoa, mesmo sendo branco, arriscavas sofrer retaliação. "Em 1974, as pessoas não queriam saber, os pretos não queriam saber se eras boa pessoa ou não. Ela é quem mandava conjuntamente com o Sr. Van-Dúnem. O Sr. Van-Dúnem morava aí nos Saiotes, depois dos correios, neste espaço tinha casas de 34 escudos, a dona Natália era vizinha do Sr. Van-Dúnem".

Esse Sr. Van-Dúnem era "branco"? Pergunta feita por mim, em seguida, a tia Vanda, respondeu dizendo, que o senhor era "preto", mas civilizado. "Era Santomista[392], os portugueses os colocavam em frente para mandar nos pretos, por isso, foi posto aqui no bairro indígena para controlar todos. Depois trocaram a dona Natália pela senhora Maria das dores, uma senhora que também era de cor "branca".

---

[390] O guia que a igreja dos Doze mais velho, indicou para poder-me levar aos anciãos para a realização de entrevistas.

[391] Em nossa perspectiva, sofreu a tentativa de assassinato, devido à sua atuação como fiscal nos bairros indígenas. Com o advento da independência, a cidade de Luanda encontrava-se numa situação latente, houve represálias, ao ponto de ter assassinatos e brigas entre "negros" e "brancos", um dos casos mais comentados neste período foi o assassinato de um motorista de táxi em Luanda, na noite de 10 para 11 de julho de 1974, no Cazenga. Caro leitor, para um melhor entendimento sobre o evento, ver o vídeo seguindo o link: https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=1383576625529422. Acessado em 11/10?2023.

[392] Natural de São Tomé e Príncipe.

Em seguida mostrei outra fotografia na tia Vanda. Ela respondeu em seguida, perguntando se a imagem abaixo se tratava da construção dos blocos.

Figura 40 - A construção dos blocos dos congolenses.

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966| 19384-Luanda: bairro indígena https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4660532

Imediatamente respondi que sim, de fato se tratava da construção dos blocos. Com base na fotografia, perguntei se a tia Vanda presenciou a construção dos blocos?

A tia Vanda respondeu que sim, dizendo que “a gente estava no bairro antigo da Cacimba (no lugar onde foi construída a Cidadela Desportiva)”. Segundo ela, quando construíam estes blocos, era para eles receberem casas na Vila Alice, mas as autoridades disseram, “oh, eles são prisioneiros do Simão Toco, não merecem viver na Vila-Alice[393], uma parte da Vila-Alice era ocupada de capim, aqui no São Domingos também estava ocupado por capim. Então eles decidiram vir aqui e, fizeram os blocos novos, no bloco um, dois e três moravam contratados. Primeiro fizeram as casas de baixo e depois de cima, depois viram que era muita gente. Os que fizeram estas casas, foram prisioneiros da PIDE do chefe Poera, eles saíam daqui da cadeia do São Paulo. Em 1957, nos chamavam de Congoleses, por isso, é que este bairro é designado por congolenses”.

A tia Vanda viu esta lagoa?

[393] Segundo o senhor Nelinho Octávio, o Estado, mas tarde, decidiu construir umas casas na Vila Alice e decidiu dar estas casas para os tais ditos assimilados ou aqueles que já trabalhavam, por exemplo, nos caminhos ferro ou em outras instituições. Está ação pode ser enquadrada na política de integração das classes nos espaços urbanos, uma política traçada para tentar mostrar que as várias classes sociais viviam próximas e partilhavam os mesmos espaços. In: entrevista feita ao senhor Nelinho Octávio, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 07/03/2021 em Luanda.

Figura 41 - Lagoas do bairro indígena da Cacimba (ii).

província de A
Fundador Adolfo Pina
Director: ANTONIO CORREIA DE FREITAS
diário da manhã
Propriedade da EMPRESA GRÁFICA DE AN
Redacção, Administração e Oficinas: R. SALVADOR CORREIA, 18
gas
ÇÃO
ISTRIA
«UM CO
aprese
Duas aspectos das lagoas do Bairro Indígena
AS LAGOAS DO BAIRRO INDI

Fonte: “Editorial” In Jornal *A província de Angola*, 05 de outubro de 1957.

“A lagoa do bairro antigo, é onde a gente estava, aí onde está a Cidadela, os que vieram em 1950 beberam esta água, a água era limpa, mas quando chovesse todas as panelas iam com a chuva, a lagoa era grande. Quando a gente estava aqui nos blocos, morreram muitos miúdos nesta lagoa, iam tomar banho, mas o branco procurou maneira de acabar com a lagoa, foi quando fizeram as valas, no período em que começaram a construir o campo. Quando fomos para os blocos deixamos a lagoa aí, para enxugar esta água, plantaram eucaliptos. Os cubanos é que tiraram, era para enxugar a água, visto que já não tinha muita água. Os cubanos retiraram os eucaliptos e fizeram prédios naquele local”.

A tia Vanda consegue reconhecer estas casas?

Figura 42 - Conjunto de casas bairro indígena da Cacimba (i).

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966| Luanda: rua de um bairro indígena https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4662648

Figura 43 - Conjunto de casas bairro indígena da Cacimba (ii)

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966|Luanda: aspecto de um bairro indígena https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4662636

"Estas casas, é onde vivíamos, isto é, no bairro indígena na lagoa, são estas casas, eram casas pequenas, por exemplo, esta é a varanda, quando entras aqui, tem um quarto, uma família com os filhos e com os progenitores, e outra família. Se tens quatro ou três filhos, eles não se interessavam, vivemos assim, de 1950 até 1957, os outros quando vinham dormiam na varanda".

Em seguida acabamos por apresentar o conjunto de três imagens:

Figura 44 - Bairro indígena dos congolenses (blocos) – (i).

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966| 19662- Luanda: bairro indígena https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4660554

Figura 45 - Bairro indígena dos congolenses (blocos) – (ii).

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966| 19663- Luanda: bairro indígena https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4660555

Figura 46 - Bairro indígena dos congolenses (blocos) – (iii)

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. AGU – Agência Geral do Ultramar 1926/1966| 19661- Luanda: bairro indígena https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4660552

Em seguida perguntei, como era feito o abastecimento da água e da energia elétrica. A tia Vanda respondeu dizendo que “naquela altura qual é o preto que tinha energia elétrica, se o assimilado era obrigado anegar a sua família. Água, onde você faz compra, por exemplo, se for numa loja, é o lugar onde você vai acarretar água, onde você faz a compra onde o branco te permite tirar água”. A tia Vanda olhando, para as fotografias seguindo a sequência, ela perguntou: “isso não é um imbondeiro? Aqui não é no bloco número oito? O imbondeiro que estava no bloco era nossa igreja, quando a PIDE entrou, foi assim que nos impediu de rezar”.

O espaço da rua, que continha um imbondeiro, traz uma arquitetura de significados para os Tocoistas que se inscrevem nos seguintes itens:

> 1.Em 1957, este local que nos anos 1935 -1937, já tinha sido projectado e planificado pelo profeta Simão Toco, ganha uma vivacidade espiritual, pois, os anciãos da igreja interpretando a mensagem profeta e escatológica de Simão Toco compreende que o mesmo serviria de cultos de adoração a Deus e permanecia temporária do corpo do profeta entre dia 1 a 7 de janeiro de 1984, passa a sua sepultura para a missão de Ntaya a 10 de Janeiro de 1984; 2.Local onde se registou a configuração dos corpos celestiais (anjos) para corpos humanos é o caso de Ntima, Luvuvamu, Mansongi e Nsambu, segundo dizem os anciãos; 3.Faz parte da geografia da cidade santa que será erguida no norte de Angola; 4.Local onde se ergueu o tabernáculo do Senhor que sérvio de ligação (raio) entre Deus e os filhos de Deus; 5.Aterra que se implantou a árvore que serviu de raiz da igreja em Luanda; 6.Local que presenciou o profeta Simão Toco a ser humilhado, quanto às prisões sofridas e a invasão da sua residência; 7.É o local que possuí o famoso "Buraco" local onde travou o diálogo com Deus a quanto do saqueamento da sua residência. (MUMBELA, 2018).[394]

O impedimento dos Tocoistas a participarem nos cultos, foi uma estratégia para travar o crescimento da igreja. Foi uma estratégia assumida pela PIDE que pretendia corrigir "os propósitos obscuros de subversão das seitas", esta posição é realçada num relatório da PIDE, de 8 de maio de 1966. Após serem expulsos do Congo-Belga – Leopoldville e deportados para Angola, chegando aos milhares, os Tocoistas foram recebidos pelas autoridades coloniais portuguesas, uma grande parte deste grupo, foi selecionado para trabalhar nos campos agrícolas, outros nas indústrias e nas obras públicas sob as ordens de cipaios e sob a vigilância de chefes do posto, que serviam de informadores da PIDE. Outros foram enviados para a prisão da Baía dos Tigres, outros foram enviados para a região do Vale do Loge, outros para região do Ambrizete, Luanda, Benguela, Tombwa, Moçâmides, Cabinda entre outras regiões em Angola e, por fim, outros foram enviados para São Tomé e Príncipe (BLANES, 2018).

Na nossa perspectiva, este procedimento das autoridades coloniais portuguesas, em vez de travar o crescimento da igreja Tocoista, ajudou os Tocoistas a instalarem a sua igreja por várias zonas no território angolano. Para os Tocoistas que foram enviados para Luanda, os primeiros grupos, passaram pelo bairro indígena da Cacimba, foram posteriormente transferidos para os blocos dos congolenses[395], por isso, é que esta zona dos blocos e áreas contíguas, recebeu o nome de bairro dos

---

[394] In: BUCO ZAU: O coração do Bairro "indígena" ou "Congolense. Encontrar em: https://wizi-kongo.com/buco-zau-o-coracao-do-bairro-indigena-ou-congolense/. Consultado no dia 12/10/2023

[395] Uma das causas que fez com que transferissem as famílias do bairro indígena da Cacimba para os blocos dos congolenses, segundo a senhora Vanda Madalena, foi o crescimento das famílias, tornaram-se numerosas e não era viável estarem a viver naquelas condições. Por outro lado, a transferência pode ser vista, na necessidade que houve na construção de um campo de futebol de 60 mil lugares – Cidadela desportiva.

congolenses, devido ao grupo de Tocoistas que foi enviado para Luanda, o bairro indígena dos congolenses foi uma centralidade Tocoista das de muitas criadas em Angola no período colonial.

Enfim, olhar as narrativas da tia Vanda a partir de um exercício, onde a imagem, torna-se como estímulo para a rememoração. É daí, que vimos a força da imagem como dispositivo a ser útil para uma determinada operação, tanto para construção de narrativas, como para novas possibilidades de entendimento do processo da operacionalização da memória[396]. É importante realçar que, para haver memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, é necessário percebermos que o termo “lembrança” evoca linguagem corrente, onde o passado e o presente se revezam na força da imagem e no sentido que ela carrega (DAVALLON, 1999; AGOSTINHO, 2021).

Ao decidirmos trazer para este turno, as narrativas, as imagens e as memórias, tivemos de lidar com testemunhos e narradores que estiveram implicados nos fatos[397], por isso, ao longo da explanação fomos vendo espaços de memória; espaços, que Murguia (2010, p. 8) diz que têm uma dúplice função: simbólica, no sentido de representar numa cidade ou espaço dedicado à lembrança social, e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares.

[396] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p. 9 – 8).

[397] Os relatos testemunhais são “discursos” nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa quando ela é anunciada, é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica” do tempo presente da enunciação (SARLO, 2007, p. 49).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos, é fundamental salientar que o exercício realizado neste tema pode ser visto como um trânsito no espaço urbano colonial de Luanda. Os objetos urbanos encontrados na cidade colonial de Luanda e a situação colonial proporcionaram um roteiro, que abriu um índice de temas e várias possibilidades de leituras, o que nos deu as bases para atingirmos o objetivo desta tese. Não podemos ir aos bairros indígenas sem saber o que se passava na cidade colonial de Luanda. Poderíamos ter começado a contemplar a cidade a partir da literatura, é um exemplo de muitos, mas as possibilidades como analisamos as fontes, nos exigiu que tomássemos um direcionamento, não foi uma tarefa fácil, ir buscar uma cidade proveniente de jornais e narrativas orais.

Tanto os jornais, como as narrativas provenientes dos entrevistados, trouxeram várias representações sobre a cidade colonial de Luanda. Nestas representações, encontramos geografias de relatos, que se inscrevem em variáveis exclusivas da situação colonial de Luanda. Por outras palavras, estas geografias de relatos mostram os bairros dos africanos, os musseques, as migrações pendulares dentro da cidade colonial de Luanda, as relações de poder, o patrão, o “indígena”, a relação da cidade com o campo, o desenvolvimento urbano, as denominações dos bairros, a evolução dos musseques e o desaparecimento e surgimento de novos musseques. Estes processos, decorridos na cidade colonial, podem ser vistos a partir dos eventos que se fazem presentes nas camadas das fontes.

Paralela a esta panóplia de variáveis que acabamos de elencar no parágrafo acima, surge outra cidade, que é vista a partir de jornais, esta cidade parte da perspectiva de um franco crescimento, ela se apresenta a partir de jornais que estavam alinhados com o Estado colonial português. Nesta cidade colonial de Luanda, não é possível encontrar o corpo do “indígena”, nem tão pouco, o lugar onde o “indígena” habitava: o musseque.

O musseque nesta cidade, mostra-se a partir do seu crescimento, e de um sintoma de ocupação dos espaços, ou seja, a partir de uma cidade paralela à cidade formal. Os cronistas na sua maioria vão se ocupar em narrar a cidade formal, uns mostram lugares da cidade que foram desaparecendo com o desenvolvimento, e outros

mostram os novos ares da cidade, este revezamento entre o antigo e o moderno, trazem para o nosso exame, estruturas que carregam consigo condições históricas, políticas, grupos, e forças que estavam atuando na cidade. Naquela altura quem identificasse nos meios de comunicação que o musseque seria uma consequência da situação colonial, seria o motivo para sinalizar uma sentença contra o sistema colonial português.

Caro leitor, este quadro que se desenhou entre a cidade e o musseque na cidade colonial de Luanda, deve ser entendido numa perspectiva de continuidade e descontinuidade, ou seja, a partir de um revezamento (aqui ontem foi musseque, hoje é a cidade do asfalto), um assunto, que deve ser entendido ao longo do tempo, conjuntamente com os problemas que preocupavam as autoridades coloniais.

A falta de habitação é uma das camadas que sobressaíram, das demais que foram escrutinadas no exame da cidade colonial de Luanda. A falta de habitação, é uma variável que faz pensar a cidade, colocar questões sobre a cidade, aos atores do urbanismo e aos políticos. Muitas questões que foram colocadas ao longo da nossa exposição, o que ficou no nosso entendimento é que houve, sim, interesse de se resolver muitas questões ligadas aos problemas que preocupavam as autoridades coloniais, a falta de habitação foi uma delas, mas o colonialismo tardio, embaçava os olhos das autoridades coloniais e contribuía para tomadas de decisões pouca assertivas.

As medidas para se resolver a falta de habitação, obrigou a construção de casas e bairros e outras infraestruturas, mas ao fazer-se estas obras, fazia-se sob a consideração diferencial, muitas vezes, justificava-se a partir de uma ordem higienista e ideológica, aqui para sermos bem percebidos, podemos olhar para as práticas de como pensar a cidade e agir no espaço urbano. Por mais que olhemos para os discursos, de que o modernismo na cidade colonial de Luanda foi um dado assente e trouxe uma nova dinâmica de fazer a cidade, as camadas no espaço urbano colonial de Luanda, nos mostram que houve sempre uma intenção de manter a distância os musseques, este afastamento foi também fundamentado pela tonalidade da pele, este sintoma, ou comportamento pode ser visto a partir da concepção do planejamento urbano.

O Indigenato como instituição e como dispositivo: “capturou”, “separou” e “instrumentalizou” o “indígena”, teve influência na forma como os políticos e os atores do urbanismo pensavam a cidade colonial de Luanda. Este tipo de conduta, é vista,

por exemplo, em Norton de Matos e, posteriormente, por instituições criadas para gestão e organização da cidade colonial de Luanda.

Se contemplarmos para o espaço urbano colonial de Luanda a partir do seu desenho, sem perdermos de vista a continuidade e a descontinuidade, vamos encontrar sinais de que as infraestruturas construídas para os tais ditos indígenas eram feitas de forma diferencial, na verdade, a intenção era de construir uma cidade separada da cidade europeia (cidade do asfalto), os bairros indígenas deveriam estar separados. Podemos ver esta intenção em Álvaro de Freitas Morna.

Caro leitor, por exemplo, se vermos a disposição e o desdobramento físico do espaço que albergou o bairro indígena onde está a cidadela desportiva, até a estrada de Catete (atualmente avenida Deolinda Rodrigues) este espaço é apontado como a grande cidade para os “indígenas”, por isso, encontramos neste lugar, escolas, hospital, igreja, campos de futebol, mercado, cinema, jardins de infância e a cadeia do São Paulo.

Outra proeminência é o caso da construção do bairro Operário, que as trativas para sua edificação começam na década de vinte (20), mas a concretização se refletiu na década de trinta (30), sua disposição como vimos na planta de 1938 no (roteiro da cidade de Luanda de 1939) já estava separado da cidade do asfalto, ou seja, ele foi construído no musseque Alto das Cruzes, este espaço era repartido pelo cemitério dos ingleses, e um bairro indígena que foi posteriormente demolido e os seus moradores enviados para o quilômetro sete (7).

A questão da construção dos bairros indígenas pode ser entendida por meio de representações que estão inscritas nos decretos e nos documentos que balizam a organização da cidade. Neste quesito, é importante sinalizar o papel de instituições como a CML, o GUC, CABI, CAFBPA, GUU, GUL, estiveram imbricadas nas políticas e na concretização de realizações para acudir o problema da falta de habitação que a cidade colonial de Luanda enfrentou.

A disputa destes atores do urbanismo, e as condições em termos de investimentos públicos, não ajudaram para resolução dos problemas, ao contrário, ao longo do tempo, como vimos, a questão dos bairros indígenas como um problema, uma solução como tal não foi vista, os esforços vistos podem ser considerados como um exercício de propaganda. A CML tinha as suas responsabilidades, o GUC tinha as suas convicções e direcionava todas suas políticas em termos de urbanismo a partir da

metrópole, quando baixadas para Luanda, colidia com a realidades locais, estes problemas são consequências, da disputa e da questão das relações de poder.

Ao longo dos anos não se viu uma ideia clara na resolução do problema da falta de casas, tanto para os ditos cidadãos como para os ditos indígenas, vozes se levantaram, tanto daqueles que diziam que o investimento feito era um grande exemplo daquilo que era o propósito da colonização e dos avanços civilizacionais de Portugal nas colônias. As vozes podem ser vistas a partir do reconhecimento do corpo do “indígena”, por parte dos políticos. Álvaro Morna é um exemplo, em um ano de mandato fez investimentos construindo fogos habitacionais paras os tais ditos indígenas, os deputados na Assembleia Nacional, também se inscreveram no rol daqueles que se pronunciaram sobre o problema da habitação para as populações menos abastadas.

Como a cidade foi se moldando, implicou tomadas de decisão para com o corpo do “indígena”. Moldá-lo na cidade, e deliberar o bairro onde o “indígena” deveria viver, são pressupostos que tinham de entrar no modelo europeu. Seguir com estes preceitos, acarretou consequências, as demolições, a expropriação, a expulsão de moradores de um lugar para outro na cidade, foram práticas na longa duração que acompanharam tanto o crescimento da cidade e a construção dos bairros para os “indígenas”.

As práticas decorrentes para organizar a cidade, colocaram o “indígena” na precariedade, como um ambulante sem um lugar fixo, visto que muitos, mesmo estando nos musseques, o chão (o foro) não lhes pertencia, o latifundiário, a CML e o Estado eram os proprietários das terras. Com os problemas decorrentes do processo do crescimento urbano, e a pressão demográfica que a cidade de Luanda sofreu, o enfrentamento para resolver os problemas que a cidade encarava, não podem ser vistas numa perspectiva que se encaixa, só na criação de objetos urbanos (que podem ser a criação de leis, dispositivos ou instituições para responder demandas provenientes da urbanização). Porém, é importante olharmos, por exemplo, para as disputas dos atores do urbanismo e atuação destes nas tomadas de decisão, é daí, que surgiram entraves na implementação de soluções exequíveis para minimizar os impactos do problema da falta de habitação.

A questão da construção dos bairros indígenas, vista a partir de vários prismas, permite um entendimento como a governamentalidade como um conceito se inscreve na relação dos sujeitos com as instituições, ou seja, ao discorremos sobre os atores

do urbanismo, atores políticos, os “indígenas” e os objetos urbanos que foram criados, toda essa confluência de relações e correlações, o que sobressai como resultado é um biopoder. Ou seja, dominar a cidade e organizar o espaço urbano colonial de Luanda a partir de linhas rácicas é garantir uma forma de vigilância na cidade, podemos considerar que estes tirocínios impactaram os corpos dos tais ditos indígenas.

A mesma questão corresponde, por um lado, uma tentativa de resolver o problema de habitação para os tais ditos indígenas, por outro lado, foi uma tentativa de promoção, dar um prêmio aqueles que se moldavam a um estilo de vida, diferente ao do “indígena”, ou seja, para quem estivesse já na condição de assimilado, teria melhores possibilidades de morar num bairro indígena construído pela iniciativa do Estado.

Falar sobre os bairros indígenas na cidade de Luanda, implica falar também de questões trabalhistas, houve um grande debate concernente ao lugar onde edificá-los, ou seja, a cidade crescia, a industrialização começou a ser um fato, onde construir estes bairros? No centro da cidade, ou nos limites forais da cidade? Por isso, a questão da construção dos bairros indígenas na cidade colonial de Luanda, não pode ser vista numa só perspectiva, é matéria relacionada com questões de ordem: (i) urbanística - (organização da cidade), (ii) política – (o “indígena”, o Indigenato e o trabalho indígena), (iii) – policial (controlo e o problema de coabitação na cidade).

Para além da construção dos bairros indígenas significar um de muitos elementos significativos no âmbito das realizações por parte do Estado colonial português, estas realizações foram acompanhadas por dificuldades e tomadas de decisões, consubstanciadas na criação de organismos, leis e regulamentos para a gestão dos bairros indígenas.

Porém, estes dispositivos criados, acompanharam as dinâmicas das realizações, ou seja, ao longo do tempo as leis, os regulamentos foram sendo atualizados. As verbas alocadas para responder demandas sociais da questão do “indígena”, por exemplo, para a construção de casas, eram provenientes do trabalho indígena, foram sendo atualizadas com base os exercícios econômicos de cada ano fiscal, mas não chegava para resolver o problema para a habitação dos tais ditos indígenas.

Claramente é importante clarificar o que emanava as políticas, muitas das vezes, ia em contramão com a sua aplicabilidade, se os bairros indígenas deveriam estar próximos à cidade do asfalto, devido à mão de obra proveniente do “indígena”, na

prática, funcionou até certo ponto, isto porque, num determinado momento os bairros indígenas eram alvo de sinalização da CML para o derrube, quanto mais a cidade crescia, implicava tomada de decisão quanto aos bairros dos tais ditos indígenas, tanto aqueles edificados por iniciativa do Estado, ou aqueles que eram erigidos por particulares; bairros de indígenas estabelecidos na outra fronteira (o musseque). Com estes procedimentos, aumentava a distância percorrida pelo “indígena” do local de residência para o seu local de trabalho.

Para além da questão do bairro indígena ser uma política de mudança social como nos referimos anteriormente, ou por outras palavras, ser uma forma para tentar embaçar o problema do racismo e a exclusão social. Ao discorrermos estes bairros, devemos conjugá-los em conjunto com a questão dos bairros econômicos, operários e populares, eles estão ligados, vistos que nascem na perspectiva de pensamento urbano de época, suas bases estão implicadas no problema da falta de habitação, mas também sinalizam momentos de transição e alternativas para atacar o problema da falta de habitação. Por outro lado, podem sinalizar a reordenação no espaço urbano colonial e, são bairros que se confundem as denominações, devido à propaganda do aparelho colonial.

Se os bairros populares são, por assim dizer, a consequência da evolução de que beneficiaram os bairros indígenas, operários e econômicos, sempre prometidos às classes menos beneficiadas, os bairros indígenas construídos por iniciativa do Estado, depois dos acontecimentos de 1961 no norte de Angola, começaram a ser denominados por bairros populares, estes bairros tinham que estar vestidos de manta sob a consideração de integração, ou seja, se o Indigenato foi revogado, o conceito de bairros indígenas não fazia sentido em momentos de revoltas, daí o cunho de bairros populares para mostrar a nova política de integração das massas.

Até 1960 o governo colonial português reconheceu a sua fragilidade, na resolução do problema da habitação para os tais ditos indígenas. Por isso, após os acontecimentos do norte de Angola, a intervenção feita no musseque, ou em bairros indígenas, tinha de se afastar as práticas de demolição, expropriação e a expulsão, por conseguinte, a nova fórmula encontrada, foi introduzir novos modelos de construção e trazendo a olho de todos os bairros que fossem considerados anti-segragacionistas.

Os bairros indígenas da cidade colonial de Luanda, são lugares que agenciam memórias, são lugares suscetíveis de serem lembrados e esquecidos. Os bairros

indígenas são micro-lugares de memória que pertencem à cidade de Luanda e dos sujeitos, que têm a capacidade de irem buscar determinados acontecimentos, que marcam uma determinada experiência vivida nestes lugares.

Os bairros indígenas estabelecidos na cidade colonial de Luanda, foram bairros provisórios. A materialização e concepção dos projetos ligados a questão do indígena e a habitação, pode ser vista numa perspectiva social e de melhoramento das condições de vida dos tais ditos indígenas, mas estes projetos foram de uma índole discriminatória.

Os bairros indígenas foram lugares que demarcaram o espaço urbano colonial de Luanda em termos de linhas rácicas, outrossim reforçou a violência como prática na concepção do espaço urbano colonial. Por isso, os bairros indígenas, conjuntamente com a legislação urbanística que se traduz no campo arquitetural, nos leva para um viés, que nos permite entender as práticas, os medos e os dispositivos de vigilância. Por isso, não podemos dizer que os bairros indígenas não foram alvo de vigilância, mas concentrar os Tocoistas nos blocos dos congolenses, e numa casa com pequenas dimensões, partilhar com três famílias, afigura-se numa forma de controlar e segregar.

É importante realçar que a intenção de separar os bairros dos indígenas foi pensada pelos atores políticos, na prática até certo ponto funcionou, mas ao decorrer do tempo, juntos destes bairros começaram a viver os tais ditos brancos de segunda classe ou de terceira como eram tratados. Um dos exemplos que podemos mostrar, é a coabitação de vários estratos sociais no bairro que por vezes é tratado por bairro indígena, Popular ou do Cazenga, outro caso é o bairro indígena que atualmente embora revitalizado, encontra-se por trás da Cidadela Desportiva, as casas que ladeavam o bairro pertenciam aos tais ditos brancos que trabalhavam no aparelho do Estado.

Do ponto de vista espacial, os bairros indígenas em Luanda com o resto da cidade representavam espaços distintos com representações que espelhavam o ordenamento social e racial. A divisão dos espaços na cidade de Luanda contribuiu para a diferenciação das classes, por isso, é que os tais tidos indígenas em ascendência, que tinham possibilidades de pagar uma casa em renda resolúvel naquela altura num bairro indígena, já eram vistos com outro estatuto social.

Os moradores do bairro indígena da Cacimba eram apelidados, portanto, eles não aceitavam o nome de bairro indígena, que na sua matriz foi concebido para os tais

ditos “indígenas”, mas só o fato de estarem a viver no bairro implicava dizer que os seus habitantes já não se consideravam “indígenas”. O bairro indígena da Cacimba com o decorrer do tempo, começou a ter uma mescla de personalidades, os tais ditos “assimilados”, “os indígenas” em ascensão e os tais ditos “brancos” que estavam próximos a este bairro, cuja condição de muitos era de fazer o trabalho de agentes fiscalizadores e a ponte de informação para a PIDE e a CAFBPA, como o caso da dona Natália que controlava a questão da higiene nos bairros indígenas.

A tese surge no último capítulo, o testemunho dos sujeitos entrevistados, além de ganharem estatuto, são agenciados como contradiscurso, devido à força do lugar do colonial. Os relatos se entrelaçaram em uma série de eventos que envolvem atores e episódios. O testemunho, a lembrança e o acontecimento são elementos fundamentais no processo de rememoração, que tem como objetivo apresentar um retrato de um passado que se perdeu com o decorrer do tempo. As diversas narrativas dos entrevistados e as diversas opções de interpretação dos relatos permitiram examinar os jogos de palavras, perguntas e respostas, elementos cruciais, uma vez que a interação entre o historiador, o entrevistado e os depoimentos validados como documento; completam o processo artesanal de produção histórica. Como é possível notar, as memórias – testemunho revelaram locais, geografias e a situação colonial em Angola.

As marcas da evolução histórica da cidade de Luanda estão presentes no seu espaço urbano através das edificações, as cidades coloniais, sobretudo africanas, foram construídas segundo o princípio de segregação, esta política funcionou como fiscalização urbana, representou a fundação de um instrumento administrativo regulador de um produto habitacional, importante na redefinição do espaço urbano e também na definição de habitação para os “indígenas”, esta prática, refletiu-se territorialmente em espaços distintos, muitas vezes segregativos do ponto de vista social.

A localização dos bairros indígenas, os nomes dos bairros, as funções dos bairros em relação à cidade colonial de Luanda, as populações que habitaram nestes bairros, as instituições construídas de apoio social, leva-nos a certificar categoricamente que o projeto da construção dos bairros indígenas em Luanda teve um cunho social, mas se formos ao íntimo das questões ele teve uma relação estreita com o racismo.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

Arquivo nacional de angola – ANA

ANA - *Livro de conta corrente por conhecimento da cobrança da taxa anual de residência de indígenas com a Direcção Provincial de Administração Civil* - Códice nº 7824.

ANA - *Compra de terrenos para a construção de bairros indígenas próximo do cemitério dos ingleses* - Caixa nº 1963.

ANA - *Revogação da postura sobre o aforamento de terrenos para construção de cubatas no bairro indígena, e autorização para venda em hasta pública os mesmos terrenos, pedido feito pela câmara municipal de Luanda*. Caixa nº 1494 – Ano de 1921.

ANA - *Circular com a finalidade de chamar as individualidades que remeteram propostas para a construção de um bairro destinado para os indígenas inválidos estabelecidos no asilo da república*. Caixa nº 1141.

ANA - *Postura nº 23, da câmara municipal de Luanda sobre o bairro indígena*. Caixa nº 926.

ANA - *Actas das sessões da comissão administrativa dos bairros indígenas de Luanda*. Códice nº 5311.

ANA - *Construção do hospital para os indígenas e a expropriação de terrenos*. Cota: 19.3.9.

Arquivo do IPEGUL

AIPEGUL - *Ampliação do bairro indígena provisório 8ª repartição da câmara municipal de Luanda*. Pasta nº U.10.

AIPEGUL - *Comissão administrativa dos bairros populares*. Pasta nº 169.

Fontes Impressas

Biblioteca Digital - Memórias de África e do Oriente

Boletim Geral das Colónias – Vol. XXX – 353 -354, p. 761. Número especial dedicado à viagem de sua excelência o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e Angola. Agência Geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias – Vol.- XXIII – 261 A, p. 16. Apenso de Legislação Colonial. Agência Geral das colónias

Boletim Geral das Colónias, Vol. XIX – 211, 1943 - Agência Geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XX – 226, 1944, p. 157 - Agência Geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXII - 254 e 255 - Agência Geral das Colónias, Vol. XXII, 1946.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXII - 258, 1946, p. 114 - Agência geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXII - 543, 1946, p. 429 - Agência geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXIII – 261 A, 1947, p. 16 - Agência Geral das colónias – Apenso de Legislação Colonial.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXIV – 281, 1948, p. 202 - Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXX – 353, 1954, p. 761 - Agência Geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXXI – 365-366, 1955, p. 435 - Agência Geral das colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXXIII – 381, 1957 - Agência Geral do Ultramar.

Boletim Geral das Colónias. Vol. V – 054, 1929, p. 201 - Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XIX – 214, 1943, p. 172 - Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXII – 248, 1946, p. 429 - Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral das Colónias, Vol. XXXII – 372, 1956, p. 372 - Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral das Colónias, XXII – 258, 1946, p. 114 - Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXI - 356, 1955, p. 263-267 - Agência Geral do Ultramar.

Boletim Geral do Ultramar, A-38º - 442, (Abril1962), p. 216-219 - Agência Geral do Ultramar.

Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXI - 356, 1955, p. 263 - 267- Agência Geral do Ultramar.

Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 381, 1957, p. 270-272 - Agência Geral do Ultramar.

Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXVIII - 441, 1962, p. 27 - Agência Geral do Ultramar.

Arquivo nacional de angola – ANA.

Boletim Municipal. Câmara Municipal de Luanda. Luanda: Repartição de Cultura e Turismo, 1960.

Arquivo da Igreja Tocoista dos Doze mais velhos.

Depoimento da anciã Luzolo Emília.

Arquivo pessoal – reuso de entrevistas.

Angelino Kassova. A entrevista foi realizada no bairro dos congolenses – Luanda, em dia 09/10/ 2016.

António A. Cachinguri. A entrevista foi realizada na Rua B2 (Distrito do Rangel) – Luanda, 27/08/ 2016.

Chico Zé. A entrevista foi realizada na Ingombota – Luanda, em 12/08/ 2016.

Isabel Martins. A entrevista foi realizada na Maianga na Faculdade de arquitetura da universidade Agostinho Neto – Luanda, 28/07/2016.

Mama Cuíba. A entrevista foi realizada no bairro do Kassequel em sua residência – Luanda, em 09/09/2016.

Monteiro (Russo). A entrevista foi realizada no bairro indígena (Distrito do Rangel) – Luanda, em 07/07/2016.

Santo António. A entrevista foi realizada no bairro indígena (Distrito do Rangel) – Luanda, em 07/07/2016.

Santocas. A entrevista foi realizada na Direcção Nacional de Acção Cultural (Maculusso) – Luanda, em 10/06/2015.

Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

Boletim oficial de Angola, I Série – de 2 agosto de 1961.

Boletim oficial de Angola, I Série – Número 1, 1957.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 10, 11 de março de 1959.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 11, quarta-feira, 12 de março de 1952.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 18, quarta-feira, 1 de maio de 1957.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 20 – 14 de maio de 1958.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 20, quarta-feira, 16 de maio de 1956,

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 21, quarta-feira, 30 de maio de 1951.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 23, Segunda – feira, 12 de junho de 1961.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 25, quarta-feira, 24 de junho de 1953.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 26, quarta-feira, 27 de junho de 1956.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 27, 11 de julho de 1951.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 35, quarta-feira, 2 de setembro de 1953.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 46, 15 de dezembro de 1917.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 48, 1958.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 5, 4 de fevereiro de 1953.

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 51, 19 de dezembro de 1956.

Boletim oficial de Angola, I Série – Número 51, quarta-feira, 17 de dezembro de 1952,

Boletim Oficial de Angola, I Série – Número 51, quarta-feira, 19 de dezembro de 1956.

Boletim Oficial de Angola, II Série – Número 21 – 23 de maio de 1962.

Boletim Oficial de Angola, III Série – Número 56, 21 de abril de 1954.

Boletim Oficial de Angola, Número 1, de 2 janeiro de 1957.

Boletim oficial de Angola, Número 4, 25 de janeiro de 1913.

Boletim Oficial de Angola, Número 8, de 25 de fevereiro de 1959.

Entrevistas realizadas.

Ilda Quintas Gomes. As entrevistas foram realizadas na sua residência em Luanda - Sapú, nos dias 07 e 15 de 01/2021.

Manuel Barros Gabriel. A entrevista foi realizada em Luanda – Beiral, em 11/07/2021.

João Manuel Joaquim (Man Garras). A entrevista foi realizada no Rangel – Luanda, em 20/01/2021.

José Narciso Arsénio (cota Friquiqui). A entrevista foi realizada no Sambizanga – Luanda, em 26/02/2021.

Nelinho Octávio. A entrevista foi realizada no bairro indígena – Luanda, em 07/03/2021.

Zulmira Octávio. A entrevista foi realizada no bairro indígena – Luanda, em 01/02/2021.

Doafonso Fernandes. A entrevista foi realizada em sua residência na rua C 9 de baixo – Luanda, em 09/02/2021.

Vanda Madalena. A entrevista foi realizada em sua residência na rua C 9 de baixo – Luanda, em 09/02/2021.

Jornais consultados.

Jornal *A Província de Angola.* 1926 – 1969.

Jornal *O Comércio.* 1942 – 1962.

Jornal *Diário de Notícias*. 1957.

Jornal *Diário Popular.* 1957 – 1958.

Jornal *Cultura*. 1958.

Jornal *Diário de Lisboa*. 1961.

Jornal *Notícia.* 1961, 1962, 1968, 1969.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antero. **Farrapos de memória (Angola – Portugal)**. Luanda: Edição Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O Que é um dispositivo? Outra travessia**. Ilha de Santa Catarina, 2º semestre, nº 5, p.9 - 16, 2005.

AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. Os “indígenas” entre a Expropriação e a Construção do Hospital Indígena de Luanda: Fomento Urbano e Demolições. *In*: ANTONIO, Edna Maria Matos; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Cultura, Memória e Poder: História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021, p. 73-97.

_____. Os “indígenas” entre a Expropriação e a Construção do Hospital Indígena de Luanda: Fomento Urbano e Demolições. *In*: XIII Encontro Estadual de História: 'História e mídias: narrativas em disputas. Recife: ANPUH-PE, 2020.

_____. História dos Bairros Indígenas de Luanda (1922-1962). Dissertação de Mestrado em Ensino de História de África, ISCED, Luanda, 2017.

_____. Os «indígenas» entre o Dualismo e a segregação no espaço urbano de Luanda, 1930 – 1960. **Cadernos de África Contemporânea**. Vol.1, nº. 1, p. 5- 22, 2018a.

_____. O Contributo da SCA para o Desenvolvimento de Valores Artísticos em Luanda (1942 -1966): Breves Considerações. **Revista Espaço Livre**. Vol. 13, nº. 26, p. 104-108, 2018b.

_____. Realimentar as narrativas sobre o continente africano no presente e recriar a imagem do passado: tarefas de um viajante. **Dados de África (s)**. Vol. 02, nº. 04, 2021, p. 71-85. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/14710 Acesso em: 03/09/2022.

_____. O lugar do testemunho, do acontecimento e das memórias em Ilda Quintas Gomes. **HISTÓRIA UNICAP**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 235–253, 2022. DOI: 10.25247/hu.2022.v9n18.p235-253. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2251. Acesso em: 16 jun. 2023.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALHEIA, Seara. **Portugal em África**. 2ª Série, Vol. II, 1945.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História, São Paulo**, 14: 125-136.1995. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf Acesso em: 21 jun. 2023.

AMARAL, Ilídio do. **Estudos de Geografia Urbana**. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar. n.º53, Lisboa, 1968a.

_____. **Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola**. Estudos, Ensaios e documentos. n.º 97. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1968b.

_____. **Luanda e os seus "Muceques" Problemas de Geografia Urbana**. Lisboa: Finisterra, 1983.

_____. **Luanda. Estudo de Geografia Urbana**. Luanda: Kilombelombe, 2015.

AMSELLE, Jean – Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. *In*: AMSELLE, Jean – Loup; M' BOKOLO, Elikia; (orgs.). **Pelos Meandros da Etnia. Etnias, Tribalismo e Estado em África**. Luanda: Edições Mulemba, Edições Pedago, Lda., 2014.

ARAÚJO, Jaime de Sousa. **Voz Sem Eco**. Edição do autor, 2012.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2011.

BALANDIER, Georges. **Sociologia das Brazzavilles Negras**. **Dinâmica das mudanças sociais na África Central**. Luanda: Edições Pegado, Lda, 2014.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BARBEITOS, Arlindo. **Angola – Portugal: Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades.** Luanda: Kilombelombe, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2007.

BATALHA, Fernando. **A arquitectura Tradicional de Luanda**. Luanda: Museu de Angola, 1950.

BENDER, Gerald J. **Angola Sob o Domínio Português – Mito e Realidade**. Luanda: Mayamba Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas 1. Magia e Técnica. Arte e Política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. **Memória e vida.** São Paulo. Martins Fontes, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIRMINGHAM, David. **Breve história da Angola moderna [séc. XIX –XXI]**. Trad. Rita Guerra. Lisboa: Guerra e Paz, 2017.

BITTENCOURT, Marcelo. Jogando no campo do inimigo: Futebol e luta política em Angola. In: MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (org.). **Mais do que um jogo: o exporte e o continente africano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

BLAKE, Paul A. **Angola Colonial Fotografada por Metodistas**. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2020.

BLANES, Ruy Liera. **Uma trajetória profética. ideologias de tempo, lugar e pertença num movimento cristão angolano.** Luanda, Editora Mulemba Yetu**,** 2018.

BLANES, Ruy Llera; SARRÓ, Ramon. «Geração, presença e memória: a Igreja Tocoísta em Angola». **Etnográfica** [Online], vol. 19 (1) | 2015. Online desde 06 março 2015, consultado em 06 março 2015. URL: http:// etnografica.revues.org/3948 ; DOI : 10.4000/etnografica.3948.

BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2014.

_____. The Making of imperial Peripheries: the musseques in Late- Colonial Luanda. Disponível em: https://globalurbanhistory.com/2017/10/31/the-making-of-imperial-peripheries-the-musseques-in-late-colonial-luanda/ Acessado em: 21/09/2018.

BUIRE, Chloé. New City, New Citizens?: A Lefebvrian Exploration of State-Led Housing and Political Identities in Luanda, Angola. Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa. 93 (1), 2017, pp.13 – 40. Disponível em: 10.1353/trn.2017.0001. hal-01790467. Acesso: 16/12/2023.

BUTLER, J. e ATHANASIOU, A. **Dispossession: the performative in the political**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BUTLER, Judith. **Dépossession**. Traduit par Charlotte Nordmann, Paris, Diaphanes, 2016.

_____. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. Tradução Rogério Bettoni, 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAHEN, Michel. **'Vilas ' et Cidades': Bourgs et Villes en Afrique Lusophone**, Paris, 1989.

CALONGA, Maurílio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?. **Comunicação & Mercado**/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02, nov – edição especial, 2012, p. 79-87. Disponível em: https://silo.tips/download/o-jornal-e-suas-representaoes-objeto-ou-fonte-da-historia-1 Acessado em 01/08/2022.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. **Subsídios para a História de Luanda**. Luanda: Edição do Museu de Angola, 1954.

CARDOSO, Ricardo Valente. The Crude Urban Revolution: Land Markets, Planning Forms and the Making of a New Luanda. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in City and Regional Planning and the Designated Emphasis in Global Metropolitan Studies in the Graduate Division of the University of California, Berkeley, 2015. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/8d06x1qp#main. Acesso: 16/12/2023.

CASTEL, Robert. **A descriminação negativa: cidadão ou autóctones?** Trad. Francisco Morás. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

CASTRO, Armando. **O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX).** Lisboa: Ed. Caminho, 1980.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. XAVIER, Ingrid MÜller. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1** – Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto; PERSICHETTI, Simonetta. Benjamin, o método da compreensão e as imagens dialéticas. **Líbero** – São Paulo – V. 19, n.37 – A, p. 55-62, jul./dez de 2016.

COLE, Anna. The History That Has Made You. Ego-Histoire, Autobiography and post colonial history. **Life Writing**, 16:4, 2019, p. 527-538. Doi: https://doi.org/10.1080/14484528.2019.1633249

COOPER, Frederick. **Africa Since 1940. The Past of The presente**. Cambridge, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ética, 2002.

CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes. O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno – Luanda 1950 – 1975. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, 2018.

CORREIA, Mendes. **Raças do Império**. Porto: Portucalense Editora, 1943.

COSTA, Joaquim Torres. **Sociedade Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

COSTA, Juliana Rocha de Azevedo da. A história como testemunho. “eu estava lá”. Natal, RN, Tese (doutorado) Universidade Federal do rio Grande do Norte, 2019.

CROESE, Sylvia. Inside the Government, but Outside the Law: Residents’ Committees, Public Authority and Twilight Governance in Post-War Angola. **Journal of Southern African Studies**, Vol. 41, No. 2, 2015, p. 405-417. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2015.1013312. Acesso: 13/12/2023.

CRUZ, Bernardo Pinto da. A unidade de Vizinhança na Angola Colonial: Repertórios de Concentração e políticas urbanas (1950 – 1974). *In*: CRUZ, Bernardo Pinto da (org). **(Des) controlo em Luanda: Urbanismo, polícia e Lazer nos musseques do império**. Outro Modo Cooperativa Cultural, 2020.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. **O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa: o caso de Angola**. Lisboa: Editora Novo Imbondeiro, 2005.

CURTO, D…. [et al.]. **Políticas coloniais em tempos de revoltas – Angola Circa 1961**. Porto: Afrontamento, 2016.

CURTO, Diogo Ramada. Os musseques de Luanda: entre estudos e políticas. *In*: CRUZ, Bernardo Pinto da (org). **(Des) controlo em Luanda: Urbanismo, polícia e Lazer nos musseques do império**. Outro Modo Cooperativa Cultural, 2020.

DÀSKALO, Maria Alexandre. **A política de Norton de Matos para Angola**. **1912 – 1915**. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2008.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre ... [et. al,]. **Papel da Memória**. Trad. e introdução, José Horta Nunes. Campinas Sp: Pontes, 1999.

DE GRASSI, Aharon. Monumental Relations: Connecting Memorials and Conversations in rural and Urban Malanje, Angola. **Kronos**, nº 45, 2019, 17-45. Disponível em: **https://www.jstor.org/stable/26916213**. Acesso: 17/12/2023.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carça Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DELFANTE, Charles. **A grande história da cidade: Da Mesopotâmia aos Estados Unidos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Development Workshop Occasional paper Nº6. **Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento**. Luanda: Development Workshop, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: editora 34, 2013.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru; SP: EDUSC, 2002.

DIOP, Majhemout … [et al.]. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. *In*: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji.História (Edição). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. – Brasília: UNESCO, 2010.

DIOUF, Mamadou … [et al.]. Os avatares do Estado na África: o estado civil do estado na África. *In*: GONÇALVES, Jonuel; (orgs.). **África no mundo contemporâneo – estruturas e relações**. Luanda: Editora Garamond, editora Mayamba, 2014, p. 479-501.

DOMINGOS, Nuno. Arquiteturas coloniais, planeamento urbano e a representação da história imperial Portuguesa. *In*: Cruz, Bernardo Pinto da (org). **(Des) controlo em Luanda: Urbanismo, polícia e Lazer nos musseques do império**. Outro modo. Cooperativa Cultural, 2020.

DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa. **Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós – Coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013.

EPSTEIN, A. L. **Scenes From African Urban Life: Collected Copperbelt papers**. Edinburh, 1992.

_____. **Urbanization And Kinship. The Domestic Domain on de Copeperbelt of Zambia 1950 -1956**. London, 1981.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objecto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

FARGE, Arlette. **Lugares a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERNANDES, José Manuel. **Arquitectura e Urbanismo na África portuguesa**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, D.L, 2015.

FERREIRA, José. **Província de Luanda: a mais rica da colónia de Angola. Os assuntos mais importantes versados no relatório da província de Luanda respeitante ao ano de 1942**. Coimbra: Casa Minerva, 1945.

FERREIRA, Roquinaldo. **Dos sertões ao Atlântico. Tráfico ilegal de escravos e comércio Lícito em Angola 1830 – 1860**. Luanda: Editoral Kilombelombe, Limitada, 2012.

FIGUEIREDO, Wilfred Moacyr de. **Oito 48. 13 Treze A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950 – 1970**. Coimbra: Didott Graphic Arts. 2008.

FILHO, W. T.; DIAS, J. B. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 9–22, 2018.

FONTE, Maria Manuela Afonso da. O fenómeno urbano em angola no século XX. Disponível em: http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/textos/Texto-7 Acessado em: 10/03/2022.

_____. Urbanismo e Arquitectura em Angola- de Norton de Matos à Revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Universidade Técnica de Lisboa| Faculdade de arquitectura, 2007.

FORTUNA, Cláudio. **Os lugares no Espaço Angolano**. São Paulo: Editora TM, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970**. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977 – 1978)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Itamar. Narrativa Histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de; coord. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGU Editora, 2019.

GALLIE, Walter B. Narrativa e Compreensão histórica. In: MALERBA, Jurandir (org). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2016.

GARCIA, Rita. **Luanda como ela era**. Alfragide: Oficina do Livro, 2016.

GASTROW, Claudia. Inside the Government, but Outside the Law: Residents' Committees, Public Authority and Twilight Governance in Post-War Angola City & Society. **by the American Anthropological Association**. Vol. 32, Issue 1, ISSN 0893-0465, eISSN 1548-744X, 2020, pp. 93–117. Disponível em: DOI:10.1111/ciso.12242. Acesso: 16/12/2023.

GOMES, Angela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GOMES, Pedro David. Lazer Cultura e colonialismo em Luanda: sociabilidades e resistências translocais numa história sobre a música e automóveis (1957 – 1975). Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em sociologia. Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2021.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, Região & Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres … [et. al,] (org). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora UFPE, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

_____. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HENRIQUES, Isabel Castro; VIEIRA, Miguel Pais. Cidade coloniais: Trabalho, Território e Estado. *In*: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (org). **Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós – Coloniais.** Lisboa: Edições 70, 2013, p. 3 - 4.

_____. Cidade em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas. *In*: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa. **Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós – Coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

HALL, Stuart. O ocidente e o Resto: Discurso e Poder. **Projeto História**, São Paulo, n.56, pp. 314-361, Maio – Agosto, 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30023 Acesso em: 17 out. 2022.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins, 2014.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral. Um patrimônio silencioso? *In*: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Historial oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. São Paulo, **Intercom – RBCC**, V. 35, n.2, jul,/dez, 2012.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporânea: manifesto por las ciências sociales**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. 3. ed. Trad. de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2009.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. Portuguese Colonialism in Africa. **Oxford Research Encyclopedia of African History**, 2018. Consultado em: africanhistory.oxfordre.com, Acessado em: 08/02/2022.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro. Colonial Labour Internationalized: Portugal and the Decolonization Momentum (1945 –1975). **The International History Review**, 42:3, 2020, p. 485-504, DOI: 10.1080/07075332.2019.1609066

JÚNIOR, Manuel Vaz Borja. **Contributos para a história do Bairro Operário: Tributo às suas gentes e famílias**. Luanda: Mayamba, 2020.

KEESE, Alexander. “Proteger os Pretos”: Havia uma Mentalidade Reformista na Administração Portuguesa na África Tropical (1926 – 1961). **Africana Studia**, nº6, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 97-125, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuros passados. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad.Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. *In*: Representação, evento e estrutura. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC – Rio, 2006.

_____. **Estudos sobre semântica y pragmática del linguaje político y social**. Trad. Luis Fernández Torres. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

_____. **História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. RJ: Contraponto, 2020.

_____. História dos conceitos: problemas teóricos e práticas. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p. 134 -146. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945/1084 Acesso em: 02 set. 2023.

LABAN, Michel. **Angola- Encontro com Escritores**. Porto: Edição Fundação Eng. António de Almeida, vol. I, 2002.

LACAZE, Paul- Jean. **A cidade e o Urbanismo**. Lisboa: Edições Instituto Piaget, 1955.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogerio Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. *In*: JR, Heitor Fúgoli, et. al (org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo horizonte: Puc Minas | Edusp, 2006, p. 23- 44.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica, 2017.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. Urbanismo como dispositivo? In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), V. 17.n1, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos**... São Paulo: ENANPUR, 2017. Disponível em: https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1745/1724. Acesso em: 26 dez. 2022.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1960.

MACEDO, Jorge. **Obreiros do Nacionalismo Angolano: Ngola Ritmos**. Luanda: União dos escritores angolanos, 1989.

MARGARIDO, Alfredo. Prefácio. *In*: SERRANO, Carlos Moreira Henrique. Angola. Nascimento de uma Nação. **Um Estudo Sobre a Construção da Identidade Nacional**. Luanda: Editora Kilombelombe, 2008.

MARQUES, Silvino Silvério. **Estratégia estrutural portuguesa**. Lisboa: Editora Petrony, 1970.

MARTINS, Cristina Augusta Pombares da Silva. Arte Rupestre de Angola Um contributo para o seu estudo numa abordagem à arqueologia do território. Master Erasmus Mundus em QUATERNÁRIO E PRÉ-HISTÓRIA. Instituto Politécnico de

Tomar (Departamento do Território, Arqueologia e Património da ESTT), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Departamento de Geologia), 2008.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. Luanda: a cidade e a arquitectura. Dissertação elaborada para doutoramento em Arquitectura apresentada na Faculdade de Arquitectura da universidade do Porto, 2000.

MARZANO, Andrea. “O que não é segredo não se pode descobrir”. A imprensa e o cotidiano colonial em Luanda. Edição do centro de estudos africanos da universidade do porto, **Africana Studia**. n.º 30, 2018, p. 81-100.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **As côres do império: representações raciais no Império colonial português.** Lisboa: ICS. Impressa de ciências Sociais, 2006.

MATTOS, Norton de. **A nação una: organização política e administração dos territórios do ultramar português.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1923.

_____. **Memórias e Trabalhos da minha vida**. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, lda, 1944.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 edições, 2018.

MEDINA, Maria do Carmo. **Angola: processos políticos da luta pela independência**. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDES, Rui Paes. A Cidade Colonial do estado Novo e a Estruturação do território ultramarino – Primeiras Abordagens, Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto) ISBN 978-972-99436-5-2 (APG); 978-972-8932-92-3 (UP-FL), http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/140.pdf - consultado aos 15/07/2016 as 20:10mim.

MENEZES, Maria Paula Guttierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MESSIANT, Cristine. **L' Angola Colonial, Histoire et Sociéte. Les Premisses du Mouvement Nationaliste**. Basel, 2006.

_____. Luanda (1945 – 19861): Colonisés, société Colonial et engagement nationaliste. Michel Cahen (ed.). **Bourgs et Villes en Afrique Lusophone**. Paris, 1989, p. 125 - 99.

MIGUEL, Daniel Mbuta. Percepções da cor da pessoa e do tipo angolano. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-06082015-105237. Acesso em: 2023-10-11.

MINGAS, A. C. de B. L. . Cidades em Angola: entre o conflito de urbanidades e a necessária mudança de paradigma. **Laje**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 174–205, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/article/view/54540.Acesso em: 4 jun. 2023.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. **A família nos Musseques de Luanda: Subsídios para o seu estudo**. Luanda: F.A.S.T.A., 1973.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MOORMAN, Marissa J. **Os sons da Nação: História política e social da música urbana de Luanda**. 1945 – 2002. Lisboa: Mercado de Letras Editoras, 2022.

MORNA, Álvaro de Freitas. **Angola. Um Ano no Governo-geral (1942-1943)**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1944.

MOURÃO, Fernandes Augusto Albuquerque. O espaço urbano no contexto colonial: o Caso de Luanda. **África**: revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 24 – 26, 175 – 192, 2009.

_____. **Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano**. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

_____. Profissões e Toponímia na Luanda Antiga. In: **Actas do III encontro Internacional sobre história de Angola (II volume)**. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2015.

MOUTINHO, Mário C. **O Indígena no Pensamento Colonial Português – 1985-1961**. Lisboa: Edições universitárias Lusófonas, 2000.

MUDIMBE; V. Y. **A invenção de África. Gnose, Filosofia e a ordem do conhecimento**. Luanda: Edições Pegado, Lda, 2013.

MÜLLER, Aline Maria. O Jornal como fonte de pesquisa histórica e Antropológica: entre o monologismo e a polifonia. **Biblos.** Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 1, 3ª série, 2015, p. 269 - 286.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e Museus**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NASCIMENTO, Washington Santos. Dizer o "outro": os debates sobre a política de assimilação colonial portuguesa em Angola (1952-1964). **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queiros**. Ano 2, número 5, março de 2012, p. 1 – 24.

_____. Colonialismo português e resistências angolanas nas memórias de Adriano João Sebastião (1923-1960). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 283 - 306. set./dez. 2016.

_____. Gentes do Mato: os "novos assimilados em Luanda" em Luanda (1926 – 1961). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Washington Santos; FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. Luanda e suas segregações: uma análise a partir das salas de cinema (1940 – 1960). **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, V9, n.17. p. 80-89, jul/dez 2017.

_____. **Jogos nas sombras realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901-1961)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

NETO, Maria da Conceição Neto. A república no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o indigenato. **Ler história**. n.59, 2010, p. 205-225.

_____. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie**, 4, 1997, p.327-359.

_____. In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961. PhD Thesis, SOAS, University of London, 2012.

_____. História Urbana de Angola no século vinte: Quase tudo por fazer. In: **Actas do III encontro Internacional sobre história de Angola (I volume)**. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2015.

_____. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, perceções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos [Online]**, 33, 2017, p.107-129. Consultado o 29 julho 2022. Disponível: URL: http://journals.openedition.org/cea/2206; DOI: https://doi.org/10.4000/cea.2206.

NIGHTINGALE, Carl H. **Segregation: A global History of divided cities**. Chicago and London: The University of Chicago, 2012.

NJOH, Ambe J.. Colonial Philosophies, Urban Space, and Racial Segregation in British and French Colonial. **Journal of Black Studies**. Vol. 38, Nº. 4, Mar., 2008, p. 579-599.

_____. **Lieux de Mémoire**. La Republique Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. AUN KHOURY, Yara. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 10, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763 Acesso em: 24 nov. 2022.

OLIVEIRA, Elvídio. **Os Problemas que estamos com eles**. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2012.

OLIVEIRA, W. F. Brancos e pretos em Angola. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 1, 1965. DOI: 10.9771/aa.v0i1.20230. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20230. Acesso em: 25 mar. 2023.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

PACE, Richard. Abuso Científico do termo ‘caboclo’? Dúvidas de representação e autoridade. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 3, p. 79-92, set-dez. 2006.

PAISANA, João. **História da Filosofia e tradição filosófica**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 2006.

PARKER, John. **Making The Town: Ga State And Society in Early Colonial Accra**. Portsmouth: New Hampshire, 2000.

PARREIRA, Adriano. **A Máquina de Dúvidas**. Luanda: Edições Kulonga, 2003.

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles. **Cidade e Urbanismo no mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PENNA, Antonio Gomes. **Introdução à Aprendizagem e Memória**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2001.

PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. **Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900 – 1961)**. Coimbra: Edições Minerva, 2005.

_____. O Estado Novo português do Estado Colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História (São Paulo)** v.33, n.2, jul./dez., p. 250-272, 2014.

_____. Os brancos e o nacionalismo angolano: estado da questão e perspectivas de investigação*. In*: **Os Brancos e a Independência**. Porto: Afrontamento, 2010, p. 1- 44. Disponível em: https://macua.blogs.com/files/fernando_pimenta_nacionalismo_branco.pdf Acessado: 19/04/2022.

_____. Corpos para trabalhar: A questão do trabalho indígena na África Portuguesa. In: MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **O controle dos corpos e das mentes: Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: USP, 2019.

PINTO, Alberto Oliveira. **História de Angola. Da Pré-História ao Início do Século XXI**. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2015.

RAMEY, Lynn T. **Remaking the Middle Ages**. In: Black legacies. Race and the European Middle Ages. Florida: University of Florida, 2014.

RATTES, K.. Das Encruzilhadas: As Categorias Tempo-Espaço em Rituais e Cosmologias. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 176–199, maio 2017.

REIS, Fidel Raul Carmo. Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996). A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola. Tese submetida ao Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL para obtenção do grau de Doutor em História, 2010.

RIBAS, Óscar. **Izomba I**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2009.

RIBEIRO, Orlando. **A Colonização de Angola e o seu Fracasso**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.

RICOEUR, Paul. **A memória, A história, O esquecimento**. Trad. Alain Francois [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, João Manuel. Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. **Ler História [Online**], 74, 2019, 213-238. Disponível em URL: http://journals.openedition.org/lerhistoria/4898;DOI:https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4898 Acessado no dia 02 agosto de 2022.

RODRIGUES, José. **Entrevistas com a história.** Luanda: Editora Mayamba, 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo: como invenção do Ocidente**. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, H. M. Barber Dos; MAFUTA, D. A. Jaime. **Angola: depoimentos para a história recente, 1950 – 1976. Vol.1**. Luanda: edição dos autores, 1998.

SANTOS, Katya. **Pedaços da História: Angola nas palavras de quem viveu**. Luanda: Editora Acácias, 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O tempo nas cidades. **Cienc. Cult**., São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, Oct. 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo horizonte: UFMG, 2007.

SARMENTO, Alexandre. **Temas angolanos**. Lisboa: Tipografia Ideal, 1957.

SCHAUB, Jean-Frédéric. A categoria “estudos coloniais” é indispensável? Trad. Bruno Pessoti. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 17- 41, 2014.

SERRANO, Carlos. **Angola nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SHAW, Rosalind. **Memories of the Slave Trade: Ritual and the Historical Imagination in Sierra Leone.** Chicago: University of Chicago Press, 2002.

SILVA, Ana Amélia da. Imagem, montagem e memória – alguns nexos Benjaminianos em histoire(s) du cinéma (jean-luc Godard, 1988-1998). In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel. **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SILVA, Fredson Victor Cruz da. Blocos residenciais modernos da Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda em Luanda: morfologia e tipologia na torre de 12 pisos. Universidade Lusíada de Lisboa da Faculdade de Arquitetura e Artes, Mestrado Integrado em Arquitetura, Lisboa, 2015.

SOARES, Amadeu de Castilho. **Política de bem-estar rural em Angola**. in Estudos de Ciência Políticas e Sociais, nº 49, 1961.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOMÁS, António. **In the skin of the city: spatial transformation in Luanda**. Durham abd London: Duke University, 2022.

TOSTÕES, Ana. Visões cruzadas um laboratório de arquitetura entre o Global e Local In: TOSTÕES, Ana (Org). **Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique**. Lisboa: Caleidoscópio, 2013.

_____. **Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique**. Lisboa, Caleidoscópio, 2014.

TRINDADE, Augusto José Pereira (2000), **O Fenómeno Urbano na África Subsahariana: o caso de Luanda**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.

VAZ MILHEIRO, Ana. Fazer escola: a arquitectura pública do gabinete de urbanização colonial para Luanda. In: PRADO, Roberto Goycoolea; MARTÍ, Paz Núñez (Org). **A modernidade ignorada. Arquitectura moderna de Luanda**. editada pela Fundação Geral da Universidade de Alcalá, 2011.

VENÂNCIO, Joana. O bairro Prenda em Luanda entre o formal e o informal. Dissertação de mestrado integrado em arquitectura, faup, 2013.

VICENTE, Nsambu. **Toponímia de Luanda: casos de Ingombota e Mayanga**. São Paulo: Edições Universitárias Tocoísta, 2018.

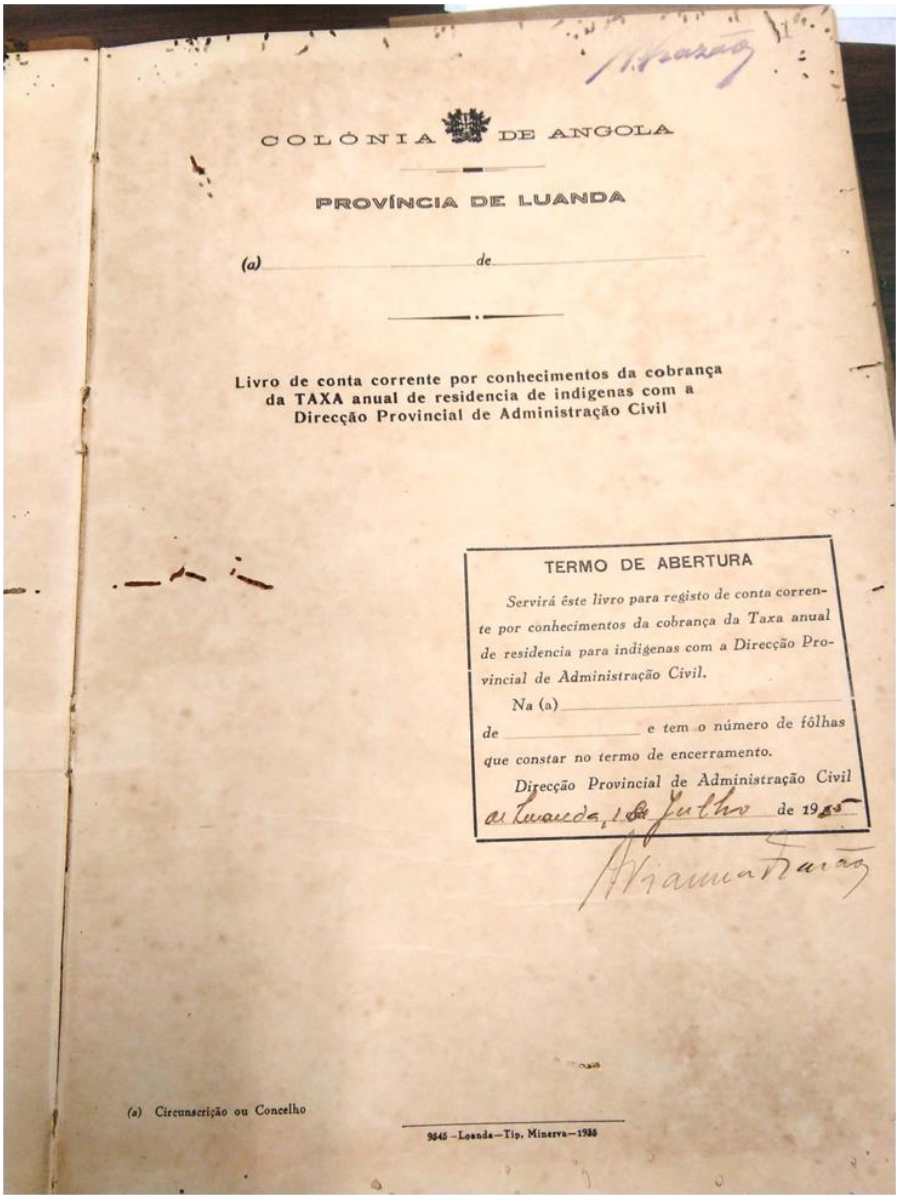
VIEGAS, Sílvia Baptista Leiria. Luanda, cidade (im)previsivel? Governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio. Tese de Doutoramento em Arquitetura, com a especialização em Conservação e Reabilitação, apresentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa – FAUL, 2015.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of Genocide Research**, 8:4, 387- 409, 2006. DOI: 10.1080/14623520601056240

ZELEZA, Paul Tiyambe; EYOH, Dickson. **Encyclopedia of 20 African History.** In: Colonial urbanization. London: Palgrave, 2003.

ANEXO A - LIVRO DE CONTA CORRENTE POR CONHECIMENTO DA COBRANÇA DA TAXA ANUAL DE RESIDÊNCIA DE INDÍGENAS COM A DIRECÇÃO PROVINCIAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL. CÓDICE Nº. 7824 – ANA.



COLÓNIA DE ANGOLA

PROVÍNCIA DE LUANDA

(a) _____ de _____

Livro de conta corrente por conhecimentos da cobrança da TAXA anual de residencia de indigenas com a Direcção Provincial de Administração Civil

TERMO DE ABERTURA

Servirá êste livro para registo de conta corrente por conhecimentos da cobrança da Taxa anual de residencia para indigenas com a Direcção Provincial de Administração Civil.

Na (a) _____

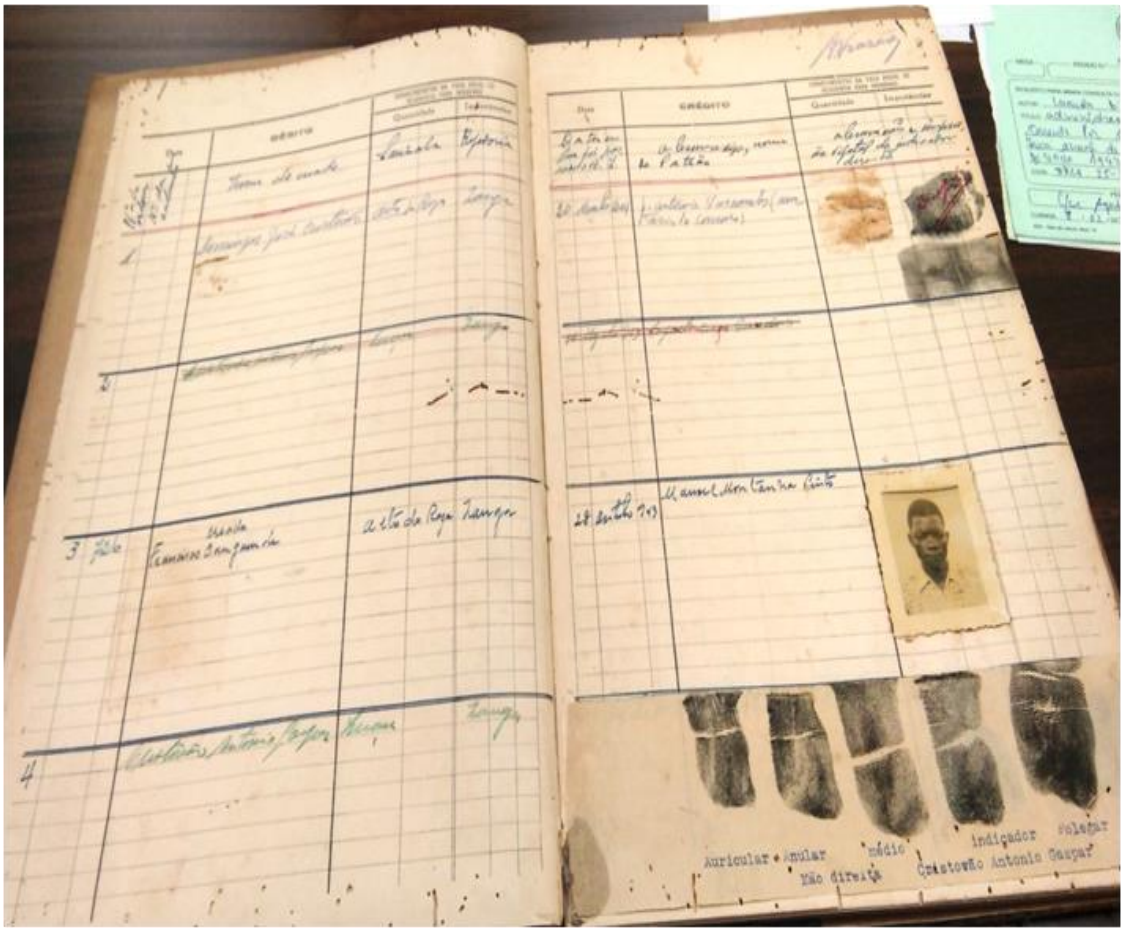
de _____ e tem o número de fôlhas que constar no termo de encerramento.

Direcção Provincial de Administração Civil

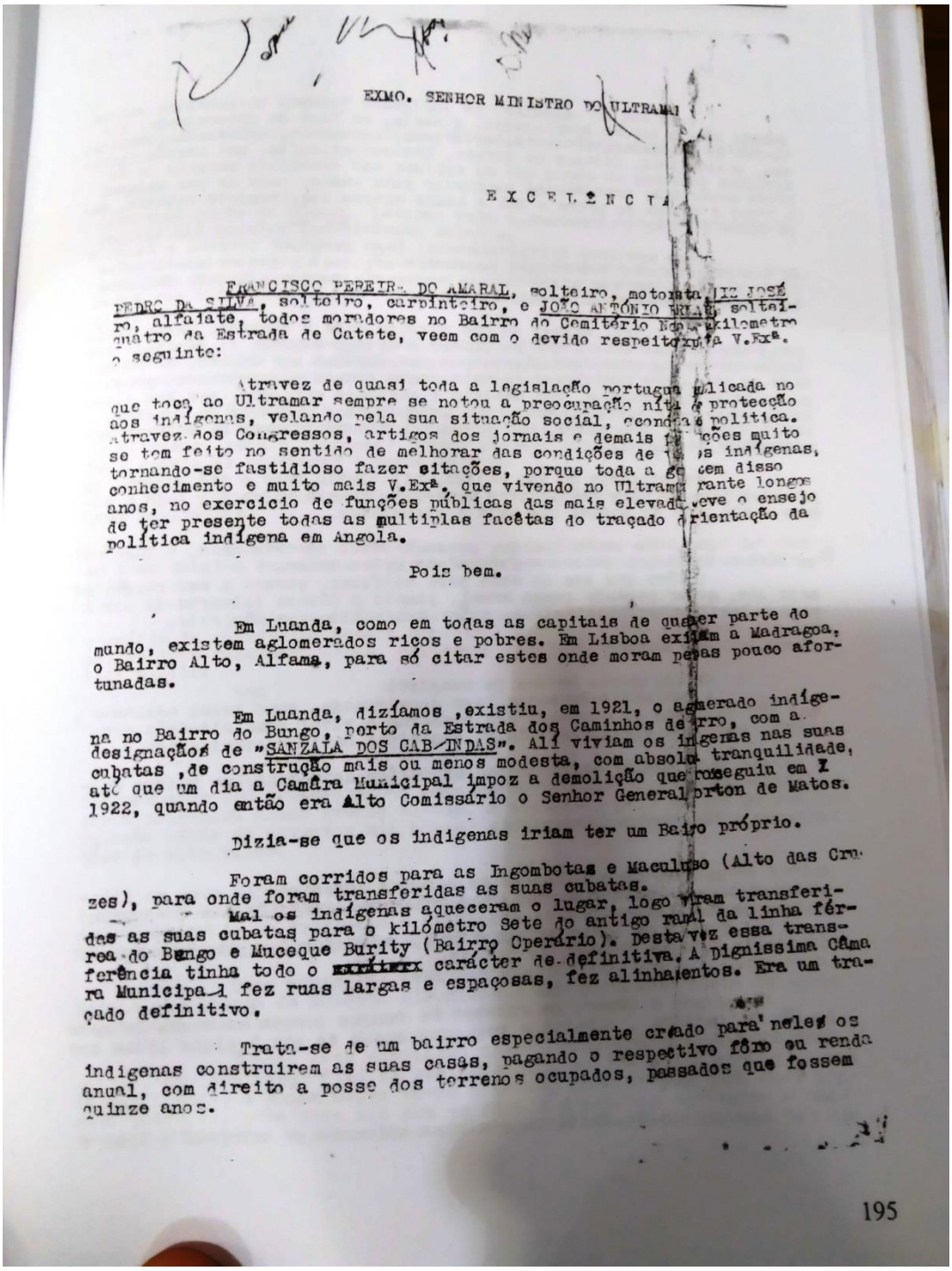
a Luanda, 1 de Julho de 1950

(a) Circunscrição ou Concelho

9545 – Loanda – Tip. Minerva – 1950


Auricular
Anular
médio
indicador
polegar
mão direita
Cristovão Antonio Gaspar

ANEXO B - CARTA DIRIGIDA PARA EXMO. SENHOR MINISTRO ULTRAMAR.



EXMO. SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR

EXCELÊNCIA

FRANCISCO PEREIRA DO AMARAL, solteiro, motorista, LUIZ JOSÉ PEDRO DA SILVA, solteiro, carpinteiro, e JOÃO ANTONIO FRAGA, solteiro, alfaiate, todos moradores no Bairro do Cemitério Novo, kilometro quatro da Estrada de Catete, veem com o devido respeito expor a V.Exª. o seguinte:

Atravez de quasi toda a legislação portuguesa publicada no que toca ao Ultramar sempre se notou a preocupação nítida e protecção aos indígenas, velando pela sua situação social, económica e politica. Atravez dos Congressos, artigos dos jornais e demais publicações muito se tem feito no sentido de melhorar as condições de vida dos indígenas, tornando-se fastidioso fazer citações, porque toda a gente sabe disso conhecimento e muito mais V.Exª, que vivendo no Ultramar durante longos anos, no exercicio de funções públicas das mais elevadas, teve o ensejo de ter presente todas as multiplas facêtas do traçado e orientação da politica indígena em Angola.

Pois bem.

Em Luanda, como em todas as capitais de qualquer parte do mundo, existem aglomerados ricos e pobres. Em Lisboa existem a Madragoa, o Bairro Alto, Alfama, para só citar estes onde moram pessoas pouco afortunadas.

Em Luanda, dizíamos ,existiu, em 1921, o aglomerado indígena no Bairro do Bungo, perto da Estrada dos Caminhos de Ferro, com a designação de "SANZALA DOS CAB/INDAS". Alí viviam os indígenas nas suas cubatas ,de construção mais ou menos modesta, com absoluta tranquilidade, até que um dia a Camâra Municipal impoz a demolição que conseguiu em 1922, quando então era Alto Comissário o Senhor General Norton de Matos.

Dizia-se que os indígenas iriam ter um Bairo próprio.

Foram corridos para as Ingombotas e Maculuso (Alto das Cruzes), para onde foram transferidas as suas cubatas.

Mal os indígenas aqueceram o lugar, logo viram transferidas as suas cubatas para o kilómetro Sete do antigo ramal da linha férrea do Bungo e Muceque Burity (Bairro Operário). Desta vez essa transferência tinha todo o carácter de definitiva. A Dignissima Câmara Municipal fez ruas largas e espaçosas, fez alinhamentos. Era um traçado definitivo.

Trata-se de um bairro especialmente criado para' neles os indígenas construirem as suas casas, pagando o respectivo fôro ou renda anual, com direito a posse dos terrenos ocupados, passados que fossem quinze anos.

195

Como era de calcular, os indígenas ficaram satisfeitos porque jámais seriam desalojados. E assim, em face do determinado, milhares de indígenas, artistas, artífices, operarios, motoristas, alfaiates, cozinheiros, criados de servir, lavadeiras, enfim, uma legião de indivíduos de ambos os sexos que se aplicam aos trabalhos manuais ou às artes mecânicas, trataram de construir suas casas, umas de pau a pique e outras de pedra e cal e ainda outras simplesmente cubatas, para assim viverem descansados.

Como acontece infalívelmente, logo surgiram dezenas e dezenas de estabelecimentos comerciais de europeus, instalados em construções definitivas, o que deu ainda mais a convicção de que o Bairro Indígena teria carácter permanentemente definitivo.

Como V.Exª. melhor do que ninguém sabe e conhece, êsses indígenas não são dos tais a que se refere o artigo segundo do Estatudo dos Indígenas Portugueses, promulgado por Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954. São indivíduos de raça negra e seus descendentes, possuindo relativa ilustração, com hábitos e costumes europeus, mas que vivendo na proverbial pobreza, tais como os operários ingleses em Londres, Paris, Lisboa e Nova York, não podem ambicionar viverem em bairros residenciais.

Domiciliados no seu bairro, ali tinham tudo e até cinema. Dali saiam para os seus respectivos empregos, dessiminados por toda a cidade e até para os pontos dos mais distanciados.

Mas, eis senão quando, passado cêrca de três anos, a Digníssima Câmara Municipal passou a determinar outra coisa.

O fôro que era de chão para edificar, passou a ser renda, de modo que, mesmo pagando renda anual, jamais a Câmara deixaria de ser a dona e legítima proprietária do chão. Era o dito por não dito.

Que fazer?

Os indígenas haviam de reagir?! por
A sua actitude seria logo desvirtuada, como vezes acontece, mas não deixaram de perceber que passaram a viver numa situação precária, porque a Digníssima Câmara Municipal havia reconsiderado.

Até quando continuariam os indígenas vivendo no Bairro Operário?

Não tardou a resposta.

Em 1950 as demolições de cubatas começaram de novo no kilometro Sete, no Muceque Caputo, com todas as consequências que podem sofrer os desafortunados.

Seriam os donos dessas cubatas transferidos para próximo do Cemiterio Novo, à Estrada de Catete.

Deixou a Câmara de receber as rendas porque as casas de construção definitiva, cubatas e pequenas casas de pau a pique iriam ser demolidas.

Foi um pavor.

A população indígena e alguns milhares de europeus pobres e

operários viram cair sobre si um verdadeiro anátema, qual maldição dos homens.

Démarches e mais démarches junto da Câmara, levaram esta a permitir que continuassem a residir ali aqueles que tivéssem cubatas.

A seguir, designou o Muceque Sérgio junto ao Cemitério Novo, para Novo Bairro Indígena, e nela fez talhões para construção de cubatas dos indígenas, com a obrigação de pagamento de rendas do chão de edificar,

Diga-se de passagem que foram construidas algumas pequenas habitações no Muceque Rangel para os indígenas que pudéssem pagar rendas comportáveis com os seus ordenados ou salários.

Parece que foi V.Exª. que tais medidas tomou, quando era Governador Geral da Provincia, como absoluto agrado do então Ministro do Ultramar, Senhor Professor Doutor Marcelo Caetano, que em 1945, teve o ensejo de percorrer o mesmo bairro.

Mas, já hoje se pensa em transformá-lo, desalojando os seus habitantes.

Mas, como íamos dizendo, os indígenas viram mais uma vez as suas cubatas demolidas e desalojadas para o Muceque Sérgio, desde 1950.

Sucede que não há muito tempo, os indígenas viram um funcionário da Digníssima Camara Municipal a tomar notas de casas das primeiras três ~~fileiras~~ filas, parecendo que para novas e futuras demolições!!!!!!

SENHOR MINISTRO:

É inegavel que a cidade de Luanda tem sofrido nestes últimos anos uma transformação considerável, desenvolvimento rápido que a conduzirá a uma grande cidade, a aquilatar pelo número da sua população (mais de duzentos mil almas) e o apreciável número de construções de alto valor.

E porque em Luanda tudo se tem transformado, tem havido o fenómeno de urbanismo, com a fluência de colonos que vêem ajudar ao desenvolvimento da Provincia e afluência dos naturais que procuram o melhoramento da sua condição de vida.

Como assim, as estatísticas indicam uma população europeia e civilizada de setenta mil almas e uma população negra de cento e quarenta mil almas.

É pois esta população negra, que, armados em bandos de párias, não tem lugar fixo de residência. À medida que a cidade se vem desenvolvendo, o homem negro vê-se afastado para longe, para onde ninguém quere ir, para onde ele tem de dormir e acordar cedíssimo e calcurriar kilometros e kilometros até chegar ao seu emprego, sem ter me-

ios de transporte, sem ter meios para pagar transporte se ele existisse.

É certo que a Câmara tem diligenciado distribuir transporte para toda a cidade, mas os "auto-cars" são tão insuficientes que, sem medo de exagerar, se poderá afirmar que os indígenas não têm transportes para sua deslocação e os que há não frequentam os locais mais afastados da cidade, mormente os subúrbios.

Mas, há mais.

No Muceque Sérgio, perto das cubatas dos indígenas, existe uma série de pequenas casas construídas pela Madame Louise Auguste Therése Bermam, mais conhecida por Madame Bermam. Pois algumas casas dos indígenas que se encontram próximas àquelas casas, estão condenadas, apesar de terem sido construídas antes das da Madame Bermam, apesar de algumas das condenadas terem carácter definitivo. Assim como estas, estão também condenadas e ameaçadas as cubatas.

Entretanto, no referido bairro existem construções de casas de pau-a-pique, de cimento e tijolos, cobertas a telha, e portanto de carácter definitivo e de valor locativo de avultado valor.

São casas que custaram muitas dezenas de contos, revelando um grande esforço e sacrifício dos seus proprietários. Não deverá haver um pouco de contemplação, consideração e condescendência por esses indivíduos?

Nas colonis visinhas do Congo Belga e Africa Equatorial Francesa, de há muito ficou fixado o bairro dos indígenas que passaram a ter a certeza da sua inamovibilidade, por mais que Leopoldville ou Brazaville se venham a desenvolver.

Em Lisboa e no Porto foram desaparecendo os bairros da lata para se verem erguidos pequenos predios de renda barata, mas assegurando-se aos seus moradores a permanência nos seus locais. Antes de os moradores verem a suas casas demolidas, tem-se pensado antecipadamente nas construções. Mas em Luanda, logo que se pense nas demolições, estas são executadas e os moradores das casas veem-se a braços com o problema de habitação, sem onde guardarem as suas pobres tralhas ou recheios domésticos, que não são esteiras e mais meia duzia de bugigangas, visto que não se trata de indígenas do mato, incultos e boçais vestidos quasi a primitiva.

São pessoas, como já se disse, civilizadas, dominando correntemente a língua portuguesa, de usos e costumes europeus, sabendo ler e escrever. Não serão todas, mas maioria é evidente.

Já não sabem que sorte lhes espéra. Não sabem para onde irão. Para muito além da cidade, mesmo para além dos subúrbios? Para mais além do local que constitui o foral da cidade?

O certo é que os prejuizos incalculáveis que veem sofrendo nunca foram e nem serão recompensados. A sua simples condição mais que humilde de indígenas tem-lhes proporcionado uma vida de nómadas, de párias, não porque o tenham querido ser, mas porque são indígenas, nasceram para obedecerem, apesar de o Governo da nobre nação portuguesa ter pensado sempre em proteger, exactamente por dessa protecção necessitarem.

É, pois, de olhos postos em V.Ex.ª, como um dos mais ilustres membros do Governo, como um dos grandes amigos desta população indígena

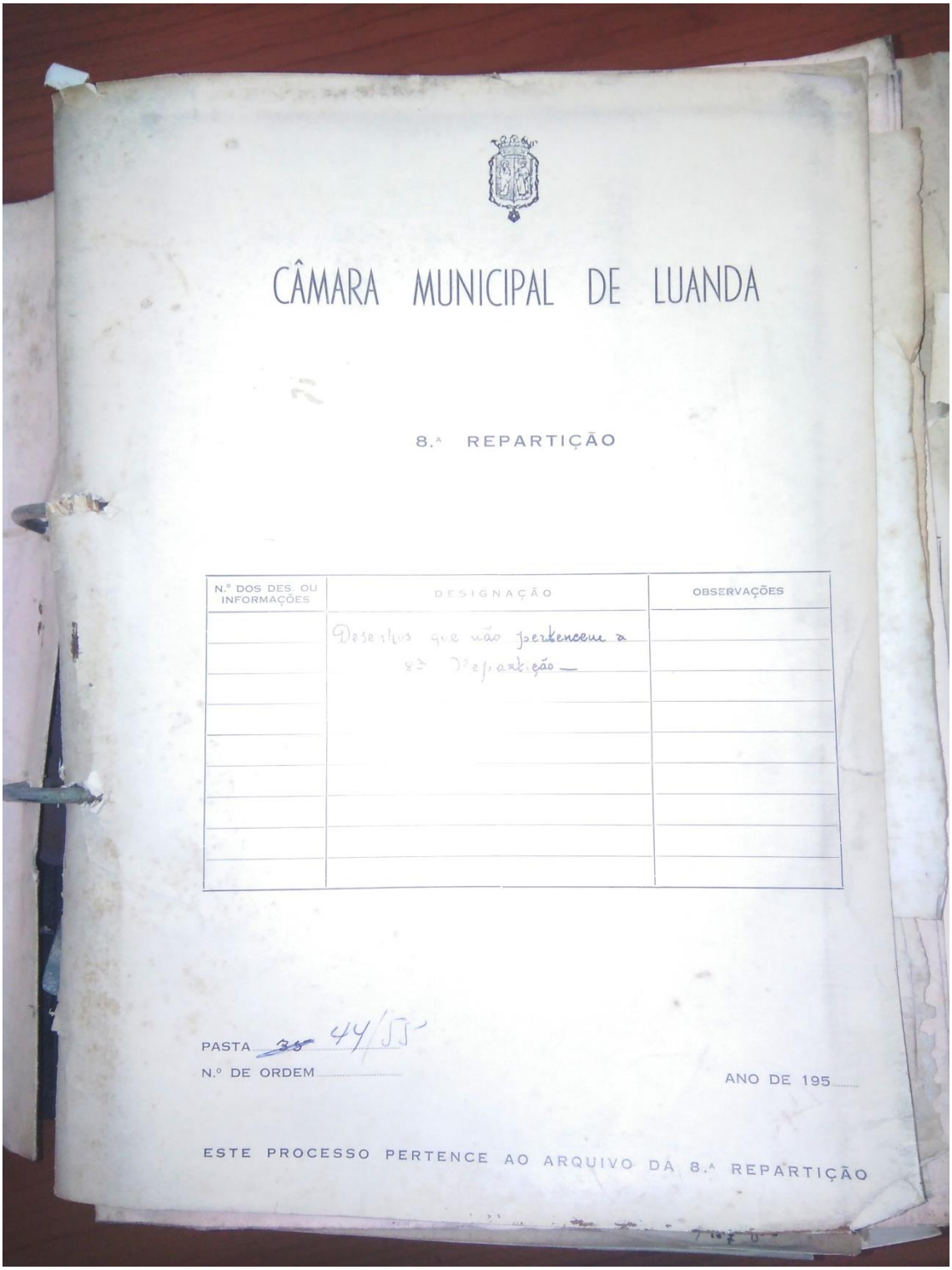
que suplica e pede de mãos postas em contemplação, como quem espéra a vontade divina, que os exponentes em seu nome pessoal e nos demais indígenas,

Pedem e suplicam a V.Ex.ª que se digne determinar que os indígenas, em Luanda, sejam mantidos no lugar onde se encontram por muito tempo ou para sempre, sem incómodos de maior, sem verem ameaçadas as suas casas e os seus interesses, evitando-se-lhes mais prejuizos graves e sempre irreparáveis.

P.Deferimento

Os exponentes.

ANEXO C - AMPLIAÇÃO DO BAIRRO INDÍGENA PROVISÓRIO. PASTA DE PROCESSO: U. 10 - 8ª REPARTIÇÃO DA CML. – ARQUIVO DO IPEGUL.



CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

8.ª REPARTIÇÃO

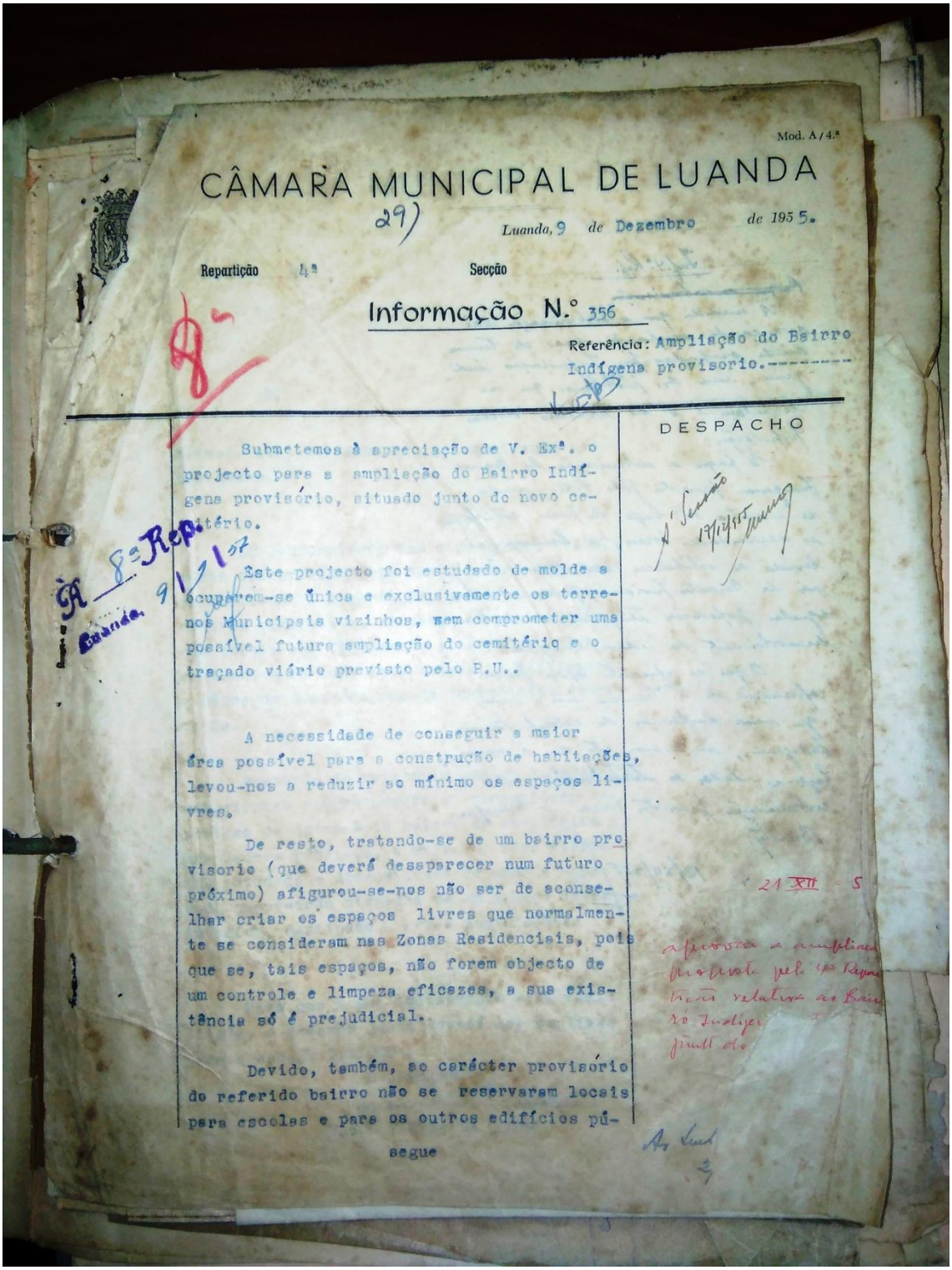
N.º DOS DES. OU INFORMAÇÕES	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	Desenhos que não pertenceu a 8ª Repartição —	

PASTA ~~35~~ 44/55

N.º DE ORDEM

ANO DE 195

ESTE PROCESSO PERTENCE AO ARQUIVO DA 8.ª REPARTIÇÃO



Mod. A/4.ª

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

29)

Luanda, 9 de Dezembro de 1955.

Repartição 4.ª Secção

Informação N.º 356

Referência: Ampliação do Bairro Indígena provisorio.---------

DESPACHO

Submetemos à apreciação de V. Exª. o projecto para a ampliação do Bairro Indígena provisório, situado junto do novo cemitério.

Este projecto foi estudado de molde a ocuparem-se única e exclusivamente os terrenos Municipais vizinhos, sem comprometer uma possível futura ampliação do cemitério e o traçado viário previsto pelo P.U..

A necessidade de conseguir a maior área possível para a construção de habitações, levou-nos a reduzir ao mínimo os espaços livres.

De resto, tratando-se de um bairro provisorio (que deverá desaparecer num futuro próximo) afigurou-se-nos não ser de aconselhar criar os espaços livres que normalmente se consideram nas Zonas Residenciais, pois que se, tais espaços, não forem objecto de um controle e limpeza eficazes, a sua existência só é prejudicial.

Devido, também, ao carácter provisório do referido bairro não se reservaram locais para escolas e para os outros edifícios pú-

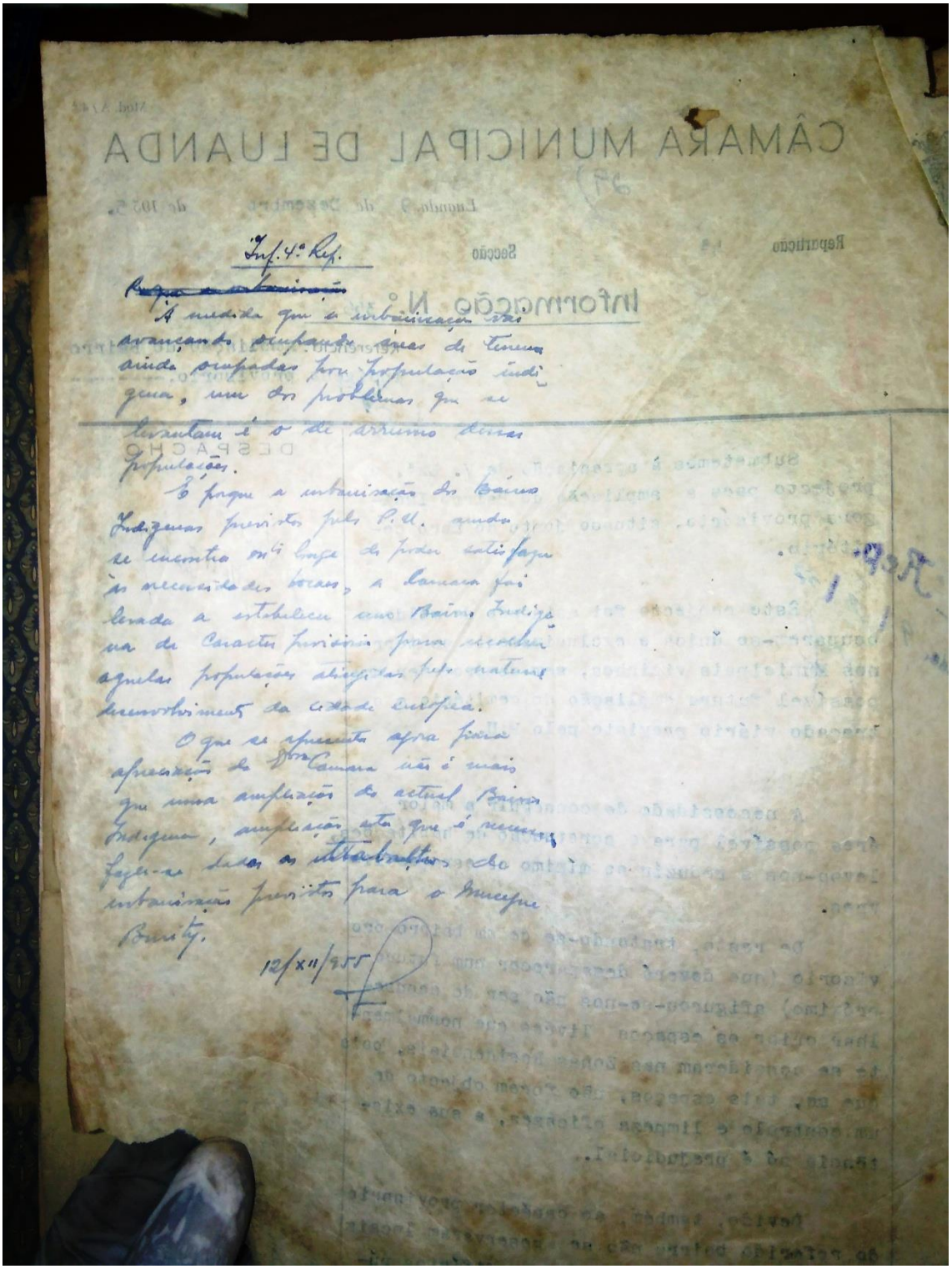
segue

8ª Rep. Luanda 9/1/56

21/XII/5

aprovo a ampliação proposta pela 4ª Repartição relativa ao Bairro Indígena provisório

Ao Snr



CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Inf. 4ª Rep.

Secção

Repartição

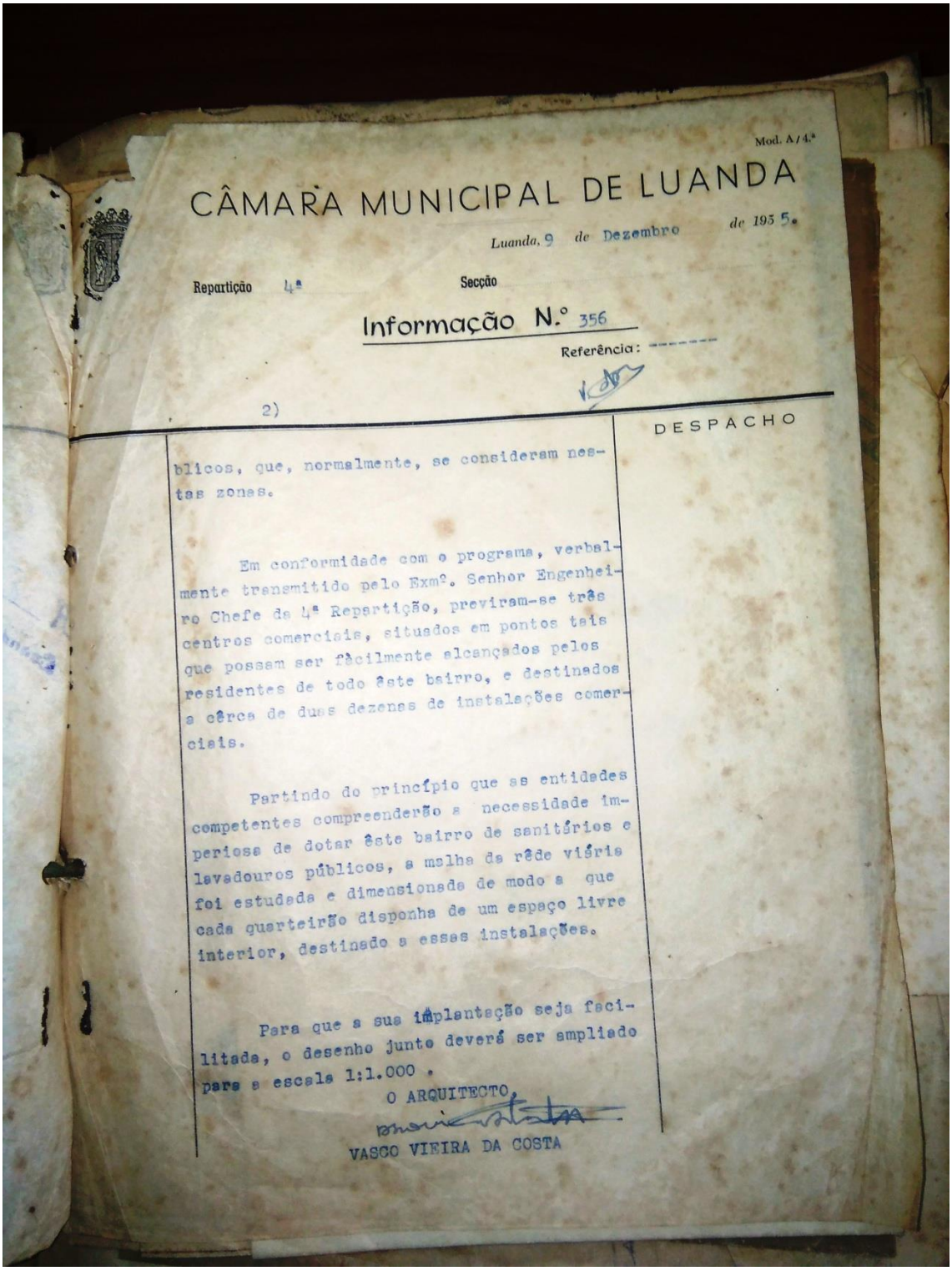
Informação N.º

~~Repa~~ A medida que a urbanização vai avançando ~~ampliando~~ para as terras ainda ocupadas pela população indígena, um dos problemas que se levantam é o de arrumo destas populações.

É porque a urbanização dos Bairros Indígenas previstos pelo P.U. ainda se encontra em fase de poder satisfazer às necessidades locais, a Câmara foi levada a estabelecer uns Bairros Indígenas de carácter provisório para alojar aquelas populações abrangidas pelo arruamento da cidade europeia.

O que se apresenta agora para apreciação da Ex.ma Câmara não é mais que uma ampliação do actual Bairro Indígena, ampliação esta que é necessário fazer-se dadas as ~~dificuldades~~ urbanizações previstas para o Bairro Popular.

12/XII/955



Mod. A/4.ª

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 9 de Dezembro de 1955.

Repartição 4ª Secção

Informação N.º 356

Referência: -------

2)

DESPACHO

blicos, que, normalmente, se consideram nestas zonas.

Em conformidade com o programa, verbalmente transmitido pelo Exmº. Senhor Engenheiro Chefe da 4ª Repartição, previram-se três centros comerciais, situados em pontos tais que possam ser fàcilmente alcançados pelos residentes de todo êste bairro, e destinados a cêrca de duas dezenas de instalações comerciais.

Partindo do princípio que as entidades competentes compreenderão a necessidade imperiosa de dotar êste bairro de sanitários e lavadouros públicos, a malha da rêde viária foi estudada e dimensionada de modo a que cada quarteirão disponha de um espaço livre interior, destinado a essas instalações.

Para que a sua implantação seja facilitada, o desenho junto deverá ser ampliado para a escala 1:1.000 .

O ARQUITECTO,

VASCO VIEIRA DA COSTA

LEGENDA
SERVIÇOS COMUNS
ESPAÇOS LIVRES
CENTROS COMERCIAIS
ZONAS RESIDENCIAIS
EXISTENTE
AMPLIAÇÃO DO
BAIRRO INDIGENA
PROVISÓRIO
INF. Nº 356/55
TERRENO ARRENDADO
N
ESCALA 1:5000

ANEXO D - DESENHO DE NEVES DE SOUSA – REPRESENTAÇÃO DE INDÍGENAS TRABALHADORES (CAMUENHO E N'GANA NAZA). JORNAL A *PROVÍNCIA DE ANGOLA*- DIÁRIO DA MANHÃ. QUARTA-FEIRA, 1 DE JULHO DE 1942.

INDÍGENAS DE ANGOLA

PORTUGAL E SUAS COLONIAS terão o seu lugar próprio NO MUNDO NOVO

Lisboa, 30—O importante jornal londrino «The Times», comentando, elogiosamente, o último discurso do dr. Oliveira Salazar, escreve que Portugal e as suas colónias, podem estar seguros de que ao mundo novo, após a guerra, terão o seu lugar próprio.—Marconi

A viagem do Sr. Ministro das Colónias ao Congo Português

O BANCO DE ANGOLA tenciona construir alguns edifícios EM LUANDA, NOVA-LISBOA, SA DA BANDEIRA E CABINDA

JANTAR DE GALA no Palácio do Govêrno

Governador da Huila

LUANDA —1942

(Tipos típicos, fixados por Neves e Sousa)

O sr. Ministro das Colónias visitará o Congo Belga?

Estatísticas de Angola

Visado pela Censur

ANEXO E - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL PARA OS INDÍGENAS E A EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS. ANA – COTA nº: 19.3.9

MODELO 20

S. R.

PROVÍNCIA DE ANGOLA

Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes

Senhor Governador Geral:
Excelência:

INFORMAÇÃO

Nº 16/G.R.P./51

ASSUNTO: HOSPITAL DE S.PAULO
- Expropriações -

Tenho a honra de dar conhecimento a V.Exª. da posição das expropriações relativas a área destinada ao Hospital de S.Paulo. Para o que falta ainda adquirir e que consta do parágrafo XI desta informação julgo conveniente que:

- as expropriações dos terrenos indicados no nº 1 daquele parágrafo sejam feitas por arbitragem conforme manda o Decreto nº 30.065 de 17 de Novembro de 1939.
- as expropriações das casas indicadas no nº 2 do referido parágrafo sejam feitas por acôrdo amigável entre os proprietários ou seus representantes e a Comissão a nomear por esta Direcção nos termos legais.

(continua no verso)

I - O assunto de expropriação de cêrca de 18,6 hectares de terreno no Muceque Rangel arrasta-se desde 11 de Abril de 1951, data em que foi superiormente aprovada a escolha deste local para a construção e reserva do Hospital Indígena, que mais tarde passou a ser designado HOSPITAL DE S.PAULO. Por despacho da mesma data foi determinado que pelos Serviços de Obras Públicas fôsse promovida a aquisição dos terrenos abrangidos na referida área.

II - No Boletim Oficial de 30 de Maio de 1951 veio publicada a Portaria nº 7.477, declarando urgente e de utilidade publica a expropriação dos terrenos abrangidos pela reserva e construções nela existentes, e determinando que a mesma fôsse feita nos termos do Decreto nº 30.065, de 17 de Novembro de 1939 e mais legislação aplicável.

III - Em 5 de Junho de 1951 solicitou-se a intervenção dos Serviços Geográficos e Cadastrais no sentido de ser organizado o cadastro da área referida - trabalho este que foi apresentado em 18 de Janeiro de 1952, conforme consta do seu Relatório Cadastral e da planta parcelar junta.

IV - Destes documentos fornecidos pelos Serviços Geográficos e Cadastrais não constam as dezenas de indígenas que aí tinham as suas cubatas e que, entretanto, tiveram que ser demolidas para não embaraçar as obras de construção do Hospital, pagando, é claro, as respectivas indemnizações. Assim, conforme consta das Relações nºs 1 a 8, organizadas no período que vai de 5 de Julho a 14 de Novembro de 1951, foram pagas por intermédio do Chefe do Posto dos Muceques indemnizações no valôr de 20.845$00 a 148 indígenas, devidamente autorizadas.

V - Constam das Relações 1 a 8 atraz referidas apenas 6 indivíduos mencionados no Relatório Cadastral e na planta junta, e que são os seguintes:

1

Para os encargos está já cativa a importância de 917.090$00.

Se V.Exª. se dignar concordar proceder-se-há no sentido de aproveitar ainda este ano aquela verba.

9/12/57.- assdº)J.R.Moutinho.

- Para fazer parte da Comissão que procederá à avaliação dos terrenos indicados no nº 1 do parágrafo XI, nomeio por parte desta Direcção o Snr. Engº António V.Pais.

- Para a avaliação das casas indicadas no nº 2 do referido parágrafo nomeio a seguinte Comissão:

Engº António V.Pais
Condutor Alvaro A.Macário
Desenhador Vieira Lopes

13/12/57.- assdº) J.R.Moutinho.

Despacho de S.Exª o Governador Geral:

Concordo. 10/12/1957.- assdº) H.Sá Viana Rebelo.-

Envie-se uma cópia desta Informação à Repartição de Edifícios para conhecimento dos peritos.

13/12/57.- assdº) António V.Pais.-

2

S. R.
PROVÍNCIA DE ANGOLA

DIRECÇÃO
DOS
Serviços de Obras Públicas e Transportes

Modelo n.º 16
(Continuação)

Nº da cubata	Proprietário	Indemnização	
		Valôr	Documento
13	Helena Mateus	150$00	Relação nº 7
37	Avelino Sebastião	800$00	" "
38	Domingos João (a)	750$00	" "
40	Antónica Borges	180$00	" "
41	Rosa Pedro	150$00	" nº 6
44	Paulo Francisco Matoso	500$00	" nº 8
	Soma	2.530$00	

VI - Foram também pagas mais as indemnizações abaixo descriminadas a indivíduos que não constam do Relatório Cadastral e da planta junta, e que são os seguintes:

	Proprietário	Indemnização	
		Valôr	Documento
	Maria Eugénia António Imperial	6.000$00	Orç.de 11 de Out.de 51
	Delfina de Castro	25.000$00	Inf.nº 156/ /EM/52
	Antónica José	500$00	" " "
	Emilia Joaquim	1.000$00	" " "
	José Vitoriano	3.000$00	" " "
	Soma	35.500$00	

VII - Quanto aos terrenos enumerados no Relatório Cadastral e na planta junta, uns já foram expropriados e pagos, constando do processo as respectivas escrituras de compra e venda; outros foram avaliados e pagos, tendo sido remetidos à Fazenda os respectivos documentos comprovativos, mas não constando do processo as escrituras de compra e venda; e os restantes aguardam que se proceda à sua avaliação e liquidação.

1

PROVÍNCIA DE ANGOLA

DIRECÇÃO
DOS
Serviços de Obras Públicas e Transportes

VIII - Assim, temos em primeiro lugar as seguintes parcelas de terreno com as construções nelas existentes, que já se encontram expropriadas e pagas, constando do processo as respectivas escrituras de compra e venda:

Nº.	Proprietário	Áreas		Expropriações	
		do terreno	das casas	Valôr	Documento
		M.Q.	M.Q.		
D	Maria das Chagas Moreira Rangel	110.381,47	-	2.152.438$76	Carta de 6/5/52
3	Cristóvão Joaquim	600,00	sem valôr	15.000$00	Inf.nº124/EM/52
4	Joaquim Daniel Martins	934,50	64	85.500$00	Inf.nº156/EM/52
5	Manuel Joaquim	600,00	95	46.500$00	Auto de 27/3/53
15	Margarida Monteiro	1.200,00	100	36.000$00	Inf.nº156/EM/52
18	António Manuel da Silva	600,00	56	29.200$00	Auto de 30/4/53
19	Armando Joaquim de Souza	(b) 600,00	132	130.000$00	Inf.nº124/EM/52
26	Jorge Gonçalves Nunes	600,00	92	55.750$00	Auto de 27/3/53
36	João Jaime Campos	500,00	40	21.300$00	Auto de 30/4/53
	Soma	116.015,97	579	2.571.688$76	

IX - Em seguida temos as seguintes parcelas de terreno com as construções nelas existentes, que já se encontram avaliadas e pagas tendo sido enviados à Fazenda os respectivos documentos comprovativos para efeitos de contracto, mas não constando do processo as escrituras de compra e venda:

Nº.	Proprietário	Áreas		Expropriações	
		do terreno	das casas	Valôr	Documento
		M.Q.	M.Q.		
6	Maria dos Santos Rosa	600,00	pau-a-pique	20.000$00	Inf.nº124/EM/52
7 e 8	Izabel da Costa Machado	1.200,00	75	52.500$00	" " "
16	Luzia Bernardo (c)	450,00	55	35.000$00	Auto de 27/3/53
30	Manuel Alves Sardinha Sobrinho	600,00	sem valôr	15.000$00	Inf.nº124/EM/53
	Soma	2.850,00	130	122.500$00	

2

S. R.
PROVÍNCIA DE ANGOLA

DIRECÇÃO
DOS
Serviços de Obras Públicas e Transportes

Modelo n.º 16
(Continuação)
- 4 -

X - E finalmente temos as seguintes casas, que foram avaliadas e pagas, constando do processo os respectivos títulos:

Nº.	Proprietário	Área da casa	Indemnização	
			Valôr	Documento
		M;Q.		
9	Maria Rosa Trigo	100	5.000$00	Inf.nº156/EM/52
10	Maria da Conceição Salazar d'Eça	88	42.500$00	Inf.nº124/EM/52
27e28	António Manuel José Leopoldo	88	15.000$00	" " "
	Soma	276	62.500$00	

XI - Verifica-se assim, e isto em face do processo nº 119/49 da Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que, para duma vez se arrumar o assunto, conforme Vossa Excelência despachou em 7-11-57 na nota nº 5416/3-RE/952/2ª/1ª/2ª dos Serviços Geográficos e Cadastrais, falta avaliar as parcelas de terreno com as construções nelas existentes bem como as casas a seguir mencionadas, e proceder a sua liquidação.

1) - Terrenos com as construções nelas existentes:

Nº.	Proprietário	Área do terreno	Observações
		M.Q.	
A	José Pedreira Pedrosa	2.091,77	Já faleceu.Procurador Manuel Esteves
B	Maria Helena de Sousa M. João de Souza Machado Anibal José Gonçalves	43.489,67	Terreno litigioso, pois há um outro pretendente; Joaquim Lopes (Cavacas) e encontra-se pendente uma acção no Tribunal
C	Câmara Municipal de Luanda	11.631,28	
1	Maria Gonçalves	600,00	Comprou à D. Na sua carta de 6/8/52 pedia 50.000$00
2	Armando Joaquim de Souza	1.200,00	Comprou à D,conforme consta da escritura que apresentou
11	Alice Daniel de Jesus	300,00	
29	Geraldo Lourenço Morgado	555,00	Comprou a D por 5.000$00 em 14/4/49.Na sua carta de 2/2/55 pedia 48$00 por m.q. e materiais de cubata.
31	Maria João Fernandes	300,00	Comprou a D por 4.500$00 em 2/10/51
	Soma	60.167,72	

3

S. R.
PROVÍNCIA DE ANGOLA

DIRECÇÃO
DOS
Serviços de Obras Públicas e Transportes

Modelo n.º 16
(Continuação)

2 - Casas

Nº.	Proprietário	Observações
12	Ana José (d)	Ausente. A casa foi demolida
14	Maria Cândida (d)	" " " "
17	Ana Joaquim	Indígena com cubata. Pagava 120$00 de foro por ano ao Cavacas.
20	Ana Braz	Indígena falecida que pagava foro ao Cavacas.
21	Madalena Ruca	Indígena que paga 120$00 por ano ao Cavacas.
22	Antónia da Conceição Almeida	Casa comercial. Pagava 150$00 de foro por mês ao Cavacas.
23	Conceição Manuel Cândido	Ausente.
24	Maria José	Ausente. Pagava foro ao Vieira Dias (D) Este inquilino Fernando Marques de Oliveira.
25	Fernando Torres	Ausente.
32	Esmael da Silva Cravo	Pagava 150$00 de foro por mês ao Cavacas.
33	Marques & Fernandes, Ltdª	Casa Comercial. Pagava 150$00 de foro por mês ao Cavacas. Requereu em 24/6/53 o pagamento de 60.000$00 pela propriedade.
34	Pedro Paulo	Indígena que pagava 120$00 por ano ao Cavacas.
35	Suzana Pedro Fernandes (d)	Ausente e a casa já foi demolida.
39	Joaquim Barbosa (d)	" " " "
42	Felismina Manuel (d)	Casa comercial, alugada por 350$00 por mês a Albano Neves Roldão.
43	Manuel Fontes Pereira	Cubata, pagava foro ao Pascoal Fernandes.

XII - Verifica-se do processo que, com a excepção da parcela D que foi adquirida ao preço relativamente baixo de 19$50 por metro quadrado possívelmente por se tratar de uma área muito grande, as outras parcelas foram adquiridas ao preço de 30$00 ou 25$00 por metro quadrado, tendo sido geralmente aplicado o primeiro preço para talhões junto das estradas existentes e o segundo preço para talhões mais afastados. Os preços atribuídos às construções vão desde 50$00 por metro quadrado para cubatas até 900$00 por metro quadrado para casas definitivas.

5

S. R.
PROVÍNCIA DE ANGOLA

DIRECÇÃO
DOS
Serviços de Obras Públicas e Transportes

Modelo n.º 16
(Continuação)

2 - Casas

Nº.	Proprietário	Observações
12	Ana José (d)	Ausente. A casa foi demolida
14	Maria Cândida (d)	" " " "
17	Ana Joaquim	Indígena com cubata. Pagava 120$00 de foro por ano ao Cavacas.
20	Ana Braz	Indígena falecida que pagava foro ao Cavacas.
21	Madalena Ruca	Indígena que paga 120$00 por ano ao Cavacas.
22	Antónia da Conceição Almeida	Casa comercial. Pagava 150$00 de foro por mês ao Cavacas.
23	Conceição Manuel Cândido	Ausente.
24	Maria José	Ausente. Pagava foro ao Vieira Dias (D) Este inquilino Fernando Marques de Oliveira.
25	Fernando Torres	Ausente.
32	Esmael da Silva Cravo	Pagava 150$00 de foro por mês ao Cavacas.
33	Marques & Fernandes, Ltdª	Casa Comercial. Pagava 150$00 de foro por mês ao Cavacas. Requereu em 24/6/53 o pagamento de 60.000$00 pela propriedade.
34	Pedro Paulo	Indígena que pagava 120$00 por ano ao Cavacas.
35	Suzana Pedro Fernandes (d)	Ausente e a casa já foi demolida.
39	Joaquim Barbosa (d)	" " " "
42	Felismina Manuel (d)	Casa comercial, alugada por 350$00 por mês a Albano Neves Roldão.
43	Manuel Fontes Pereira	Cubata, pagava foro ao Pascoal Fernandes.

XII - Verifica-se do processo que, com a excepção da parcela D que foi adquirida ao preço relativamente baixo de 19$50 por metro quadrado possívelmente por se tratar de uma área muito grande, as outras parcelas foram adquiridas ao preço de 30$00 ou 25$00 por metro quadrado, tendo sido geralmente aplicado o primeiro preço para talhões junto das estradas existentes e o segundo preço para talhões mais afastados. Os preços atribuídos às construções vão desde 50$00 por metro quadrado para cubatas até 900$00 por metro quadrado para casas definitivas.

5

ANEXO F - O CINE COLONIAL. JORNAL *A PROVÍNCIA DE ANGOLA* - DIÁRIO DA MANHÃ: 23 DE FEVEREIRO DE 1940. BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA.

23-2-1940

O «CINE-COLONIAL»

A fachada do «Cine-Colonial», que hoje se inaugura

O populoso bairro dos Muceques, onde se concentra a massa indígena e algumas centenas de famílias europeias e nativas civilizadas, foi dotado pela empreza do *Nacional* com uma explendida casa de espectáculos, essencialmente destinada a indígenas, mas onde, pelas suas caracteristicas e pelo conforto de que a rodearam os seus construtores, há lugar para europeus e civilizados. Pode mesmo sem favor—e esta opinião a ouvimos de pessoas viajadas e categorizadas—considerar-se o «Cine-Colonial» como o melhor, no seu género, construido na África, ao sul do Equador. Tivemos há dias ocasião de assistir a uma experiência de projecção, da qual viemos agradabilissimamente impressionados; quer no som, quer na imagem, quer na frescura da sala e seu relativo conforto, se notam os cuidados postos na construção dêste cinema, que é de consolidar um bom melhoramento citadino.

Se é caso para se felicitarem os habitantes do bairro, não deixam também de ser justissimas as felicitações á empreza do Nacional pela sua iniciativa, que desejamos seja, como é digna, materialmente compensada.

—

Na sessão de estreia, além dos habituais complementos, exibe-se, como ontem noticiamos, o magnifico filme de aventuras «Legião de Heróis».

A sessão começa ás 21 horas.

O CASO DO CHEQUE DE 18 CONTOS

Uma história estranha

em que se viu envolvido um serviçal preto — —

Um serviçal—um preto qualquer—encontrou, na estrada de Caxito-Luanda, um administrador de circunscrição e pediu-lhe que o trouxesse na sua carrinha, contando-lhe que o condutor da camioneta de determinada firma desta cidade, na qual ele viajava desde uma roça situada nos Dembos, a certa altura da viagem o mandara apanhar bananas—... ali o deixando.

O administrador, por bondade e também, naturalmente, por curiosidade, disse-lhe que sim, que subisse. Pelo caminho deu lhe para conversar com o seu inesperado passageiro preto.

O preto, esperto e sabido, habituado ao convívio dos brancos, sentiu-se muito honrado em poder conversar com o sr. administrador e contou a historia que abaixo reproduzimos numa *segunda edição*, pois a outra pessoa, que não o administrador, a ouvimos. Mas é uma historia verdadeira embora comece como as histórias fantasiadas:

Era uma vez...

«Era uma vez um pobre preto que, não tendo que fazer, nem que comer, por consequencia, andava a passear pelas ruas de Luanda, quando,—Deus é bom!—lhe apareceu um branco, que o conhecia e lhe disse, depois de se inteirar da sua situação, que passasse no dia seguinte por sua casa, pois tinha serviço para lhe dar.

Satisfeito e grato, o preto, no dia seguinte, ainda o sol estava por nascer, já se encontrava á porta do que ele supunha que ia ser o seu novo patrão. Não escondia o preto a sua satisfação, até porque—pensava—ia ter apenas um branco a dar-lhe ordens, ao contrario do que lhe acontecia na última casa onde estivera, na qual todos os frequentadores entendiam que podiam mandá-lo fazer recados.

Por volta das 8 horas dessa manhã, o preto foi encarregado, pelo branco que encontrara na vespera, de ir a certo estabelecimento comprar uma caixa de qualquer coisa, sendo acompanhado por um criado do referido europeu.

Feito o serviço, foi lhe dado o *matabicho* e ouviu ele que o branco o mandava voltar no dia seguinte, de manhã.

E, como fizera no dia anterior, o nosso homem apareceu cedo. O europeu entregou-lhe um cheque de 18.000,00 ags. e mandou-o ao Banco de Angola, a descontá-lo, acrescentando que, se lhe preguntassem quem o tinha mandado ali, que respondesse ter sido o sr. Silva.

De facto, no Banco, um empregado interrogou o preto, que lhe respondeu de acordo com as instruções recebidas, após o que lhe disseram que o cheque tinha que ser endossado.

E o documento lá apareceu, no dia seguinte, no Banco, aparentemente em bôa ordem. Já estava endossado, pelo que foi pago ao portador, que imediatamente foi entregar os 18 contos á pessoa que o mandara ao Banco. Neste estabelecimento não puzeram nenhuma dificuldade na liquidação, até porque o portador do cheque o era também de uma carta em que, alegando-se doença, se pedia o favor de entregar o dinheiro ao preto.

Recebeu o serviçal, pelo seu trabalho, 50,00, uma manta e uma camisola. E foi-lhe prometida colecção, desde logo.

Onde o preto começa a pensar que o tempo não

GUARNIÇÕES PARA VESTIDOS

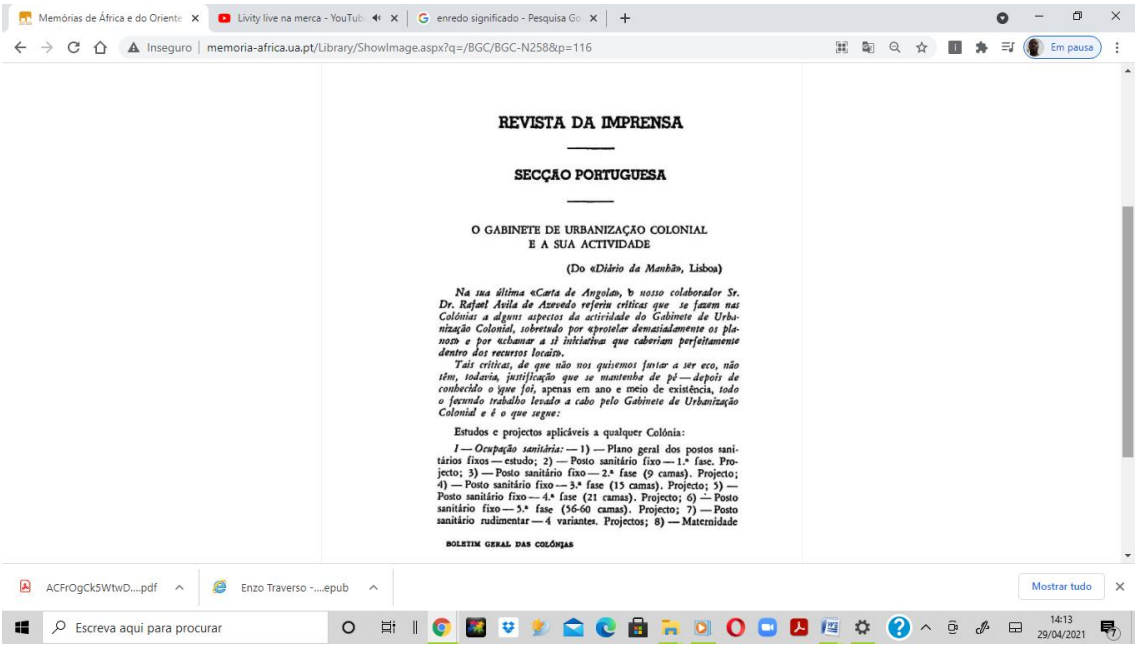
ANEXO G - SITUAÇÃO HABITACIONAL DO INDÍGENA.JORNAL *NATION ANGOLAISE*: 2 DE FEVEREIRO DE 1961, ARQUIVO SALAZAR.

MERCREDI 2 FEVRIE 1961 NATION ANGOLAISE 13

Luanda pour les Noirs

Luanda para os negros é assim...

ANEXO H - O GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL E A SUA ACTIVIDADE. *BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS*. XXII – 258 PORTUGAL. AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS, VOL. XXII - 258, 1946, p. 114.



REVISTA DA IMPRENSA

SECÇÃO PORTUGUESA

O GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL
E A SUA ACTIVIDADE

(Do «Diário da Manhã», Lisboa)

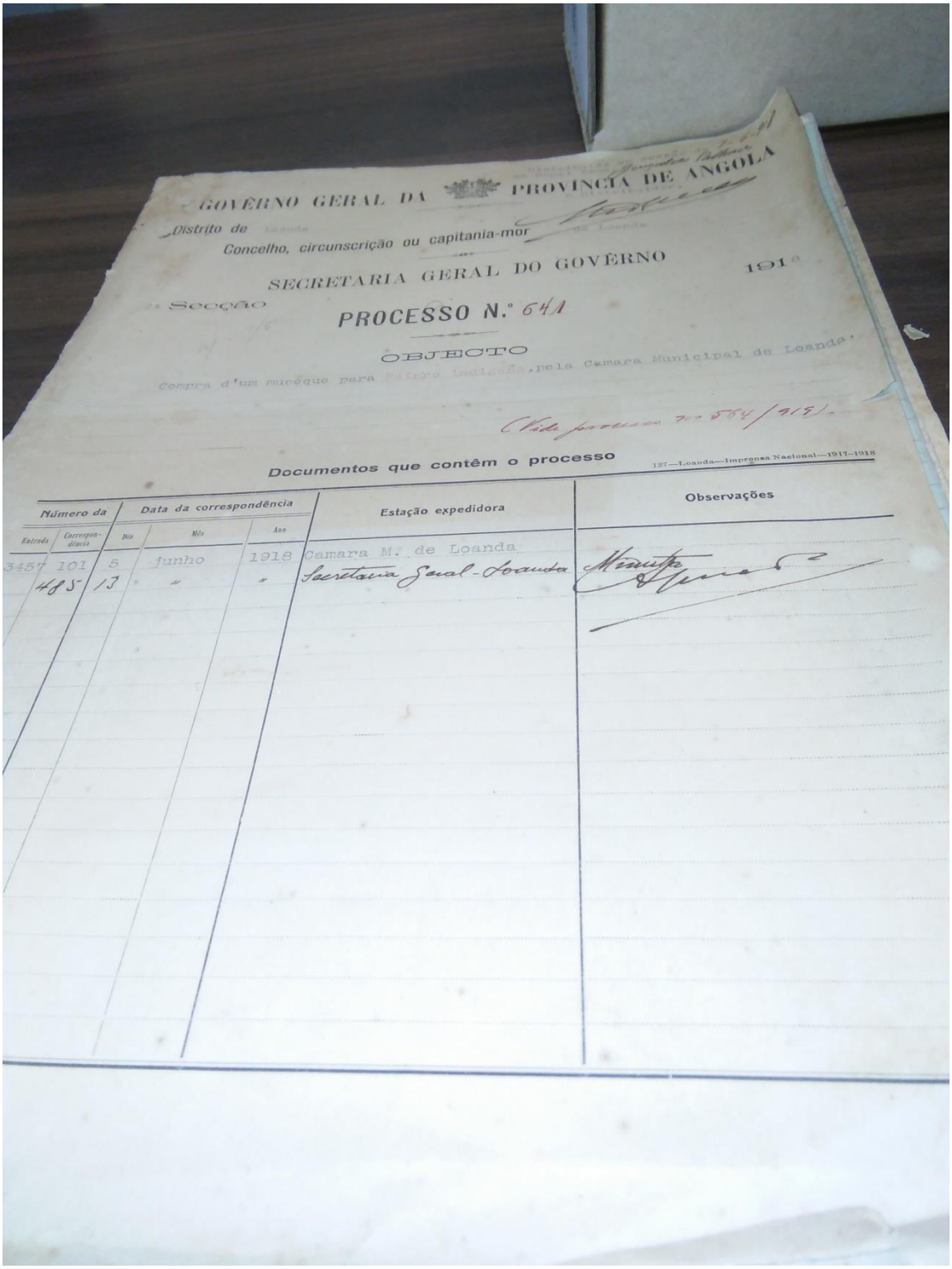
Na sua última «Carta de Angola», o nosso colaborador Sr. Dr. Rafael Avila de Azevedo referiu críticas que se fazem nas Colónias a alguns aspectos da actividade do Gabinete de Urbanização Colonial, sobretudo por «protelar demasiadamente os planos» e por «chamar a si iniciativas que caberiam perfeitamente dentro dos recursos locais».

Tais críticas, de que não nos quisemos furtar a ser eco, não têm, todavia, justificação que se mantenha de pé — depois de conhecido o que foi, apenas em ano e meio de existência, *todo o fecundo trabalho levado a cabo pelo Gabinete de Urbanização Colonial e é o que segue:*

Estudos e projectos aplicáveis a qualquer Colónia:

I — Ocupação sanitária: — 1) — Plano geral dos postos sanitários fixos — estudo; 2) — Posto sanitário fixo — 1.ª fase. Projecto; 3) — Posto sanitário fixo — 2.ª fase (9 camas). Projecto; 4) — Posto sanitário fixo — 3.ª fase (15 camas). Projecto; 5) — Posto sanitário fixo — 4.ª fase (21 camas). Projecto; 6) — Posto sanitário fixo — 5.ª fase (56-60 camas). Projecto; 7) — Posto sanitário rudimentar — 4 variantes. Projectos; 8) — Maternidade

ANEXO I - COMPRA DE TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DE BAIRROS INDÍGENAS PROXIMO DO CEMITÉRIO DOS INGLESES. ANA – CX. nº: 1963.



GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA DE ANGOLA

Distrito de Loanda

Concelho, circunscrição ou capitania-mor Loanda

SECRETARIA GERAL DO GOVÊRNO 1918

2ª Secção

PROCESSO N.º 641

OBJECTO

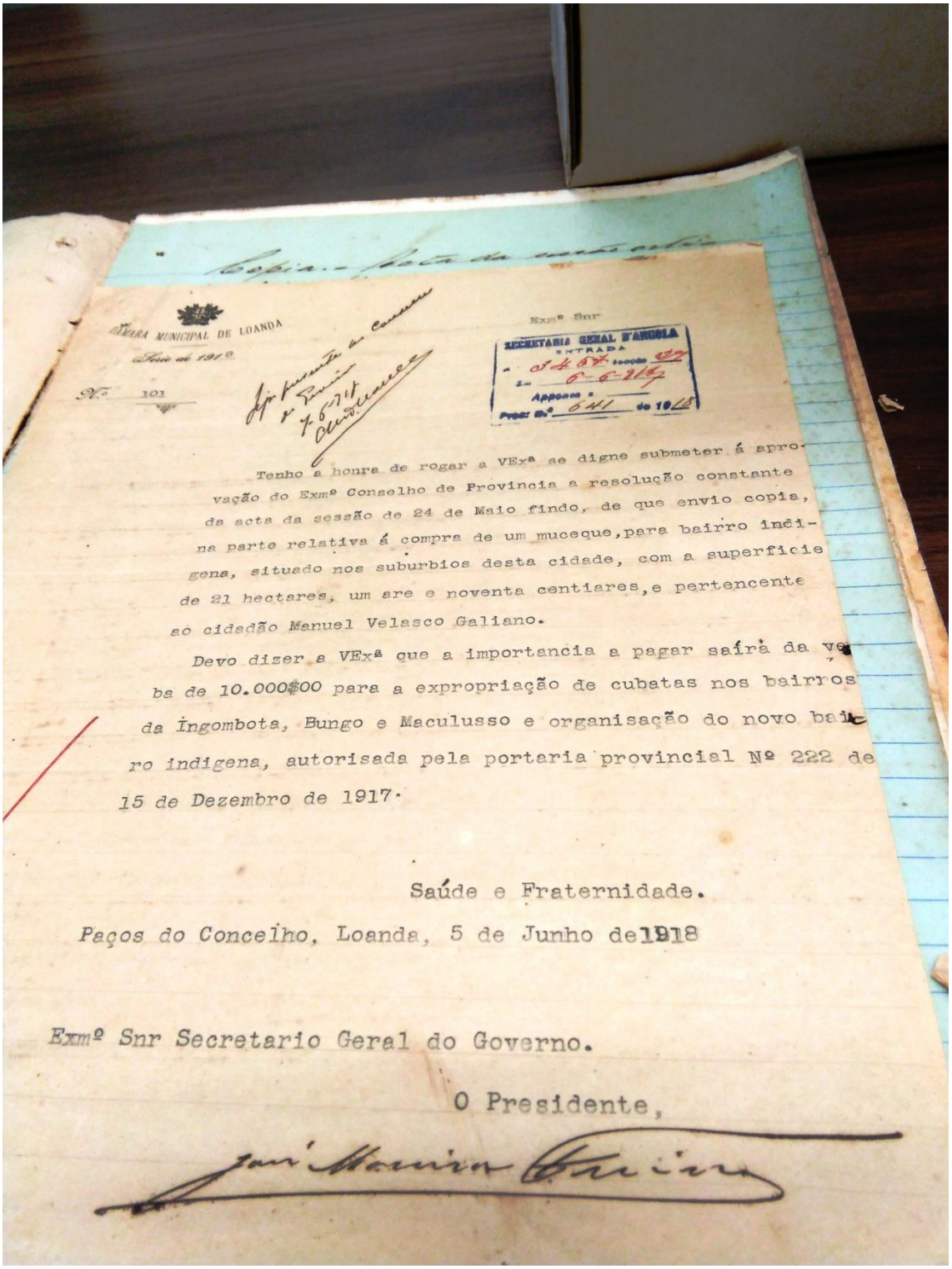
Compra d'um mucêque para Bairro Indigena, pela Camara Municipal de Loanda.

Vide parecer nº 564/1918.

Documentos que contêm o processo

127—Loanda—Imprensa Nacional—1917-1918

Número da Entrada	Número da Correspondência	Data da correspondência Dia	Mês	Ano	Estação expedidora	Observações
3457	101	5	junho	1918	Camara M. de Loanda	Mendes Ferreira
	485	13	"	"	Secretaria Geral-Loanda	



Copia. - Acta da sessão

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

Anno de 1918

Nº 101

Exmº Snr

SECRETARIA GERAL D'ANGOLA
ENTRADA
Nº 5467 Secção 42
Em 6-6-918
Apenso a
Proc. Nº 641 de 1918

Tenho a honra de rogar a VExª se digne submeter á aprovação do Exmº Conselho de Provincia a resolução constante da acta da sessão de 24 de Maio findo, de que envio copia, na parte relativa á compra de um muceque, para bairro indigena, situado nos suburbios desta cidade, com a superficie de 21 hectares, um are e noventa centiares, e pertencente ao cidadão Manuel Velasco Galiano.

Devo dizer a VExª que a importancia a pagar sairá da verba de 10.000$00 para a expropriação de cubatas nos bairros da Ingombota, Bungo e Maculusso e organisação do novo bairro indigena, autorisada pela portaria provincial Nº 222 de 15 de Dezembro de 1917.

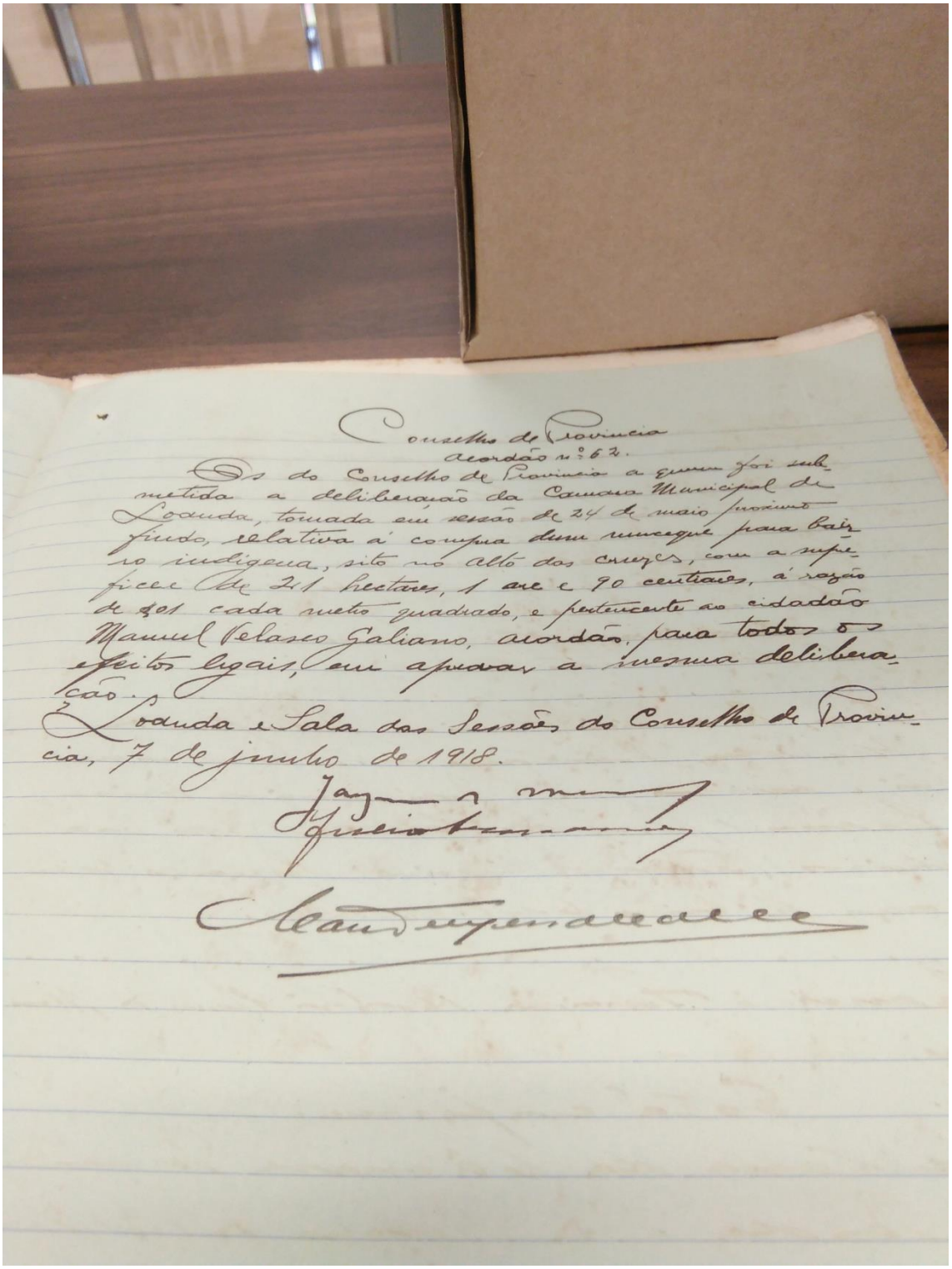
Saúde e Fraternidade.

Paços do Concelho, Loanda, 5 de Junho de 1918

Exmº Snr Secretario Geral do Governo.

O Presidente,

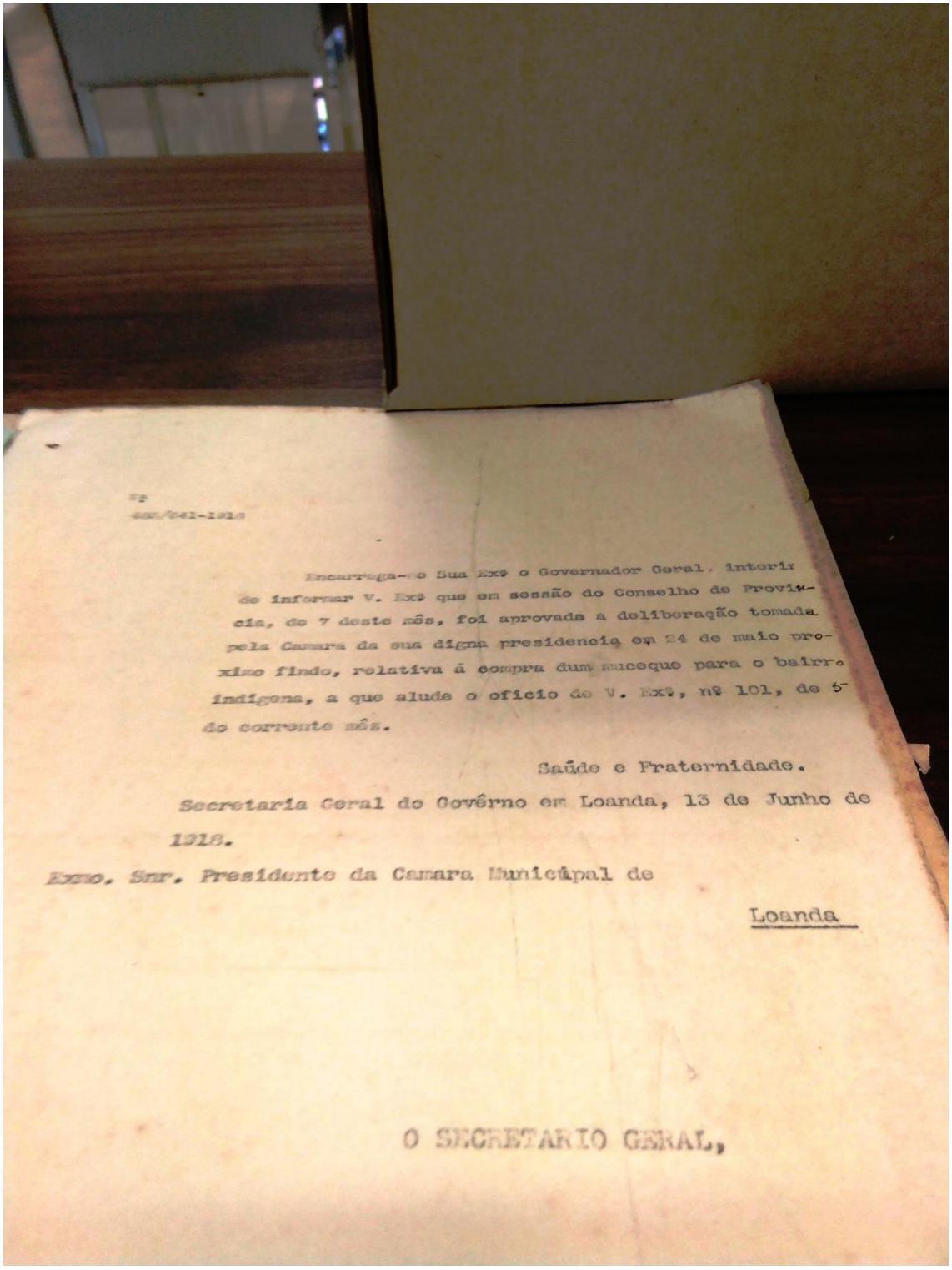
José Mauricio Graciano



Conselho de Provincia
Acordão n.º 62.

Os do Conselho de Provincia a quem foi submetida a deliberação da Camara Municipal de Loanda, tomada em sessão de 24 de maio proximo findo, relativa á compra duma mucanga para baixo indigena, sito no Alto das Cruzes, com a superficie de 21 hectares, 1 are e 90 centiares, á razão de $01 cada metro quadrado, e pertencente ao cidadão Manuel Velasco Galiano, acordão, para todos os effeitos legais, em approvar a mesma deliberação.

Loanda e Sala das Sessões do Conselho de Provincia, 7 de junho de 1918.



Encarrega-me Sua Exª o Governador Geral, interi
de informar V. Exª que em sessão do Conselho de Provín-
cia, de 7 deste mês, foi aprovada a deliberação tomada
pela Camara da sua digna presidencia em 24 de maio pro-
xino findo, relativa á compra dum muceque para o bairro
indigena, a que alude o oficio de V. Exª, nº 101, de 5
do corrente mês.

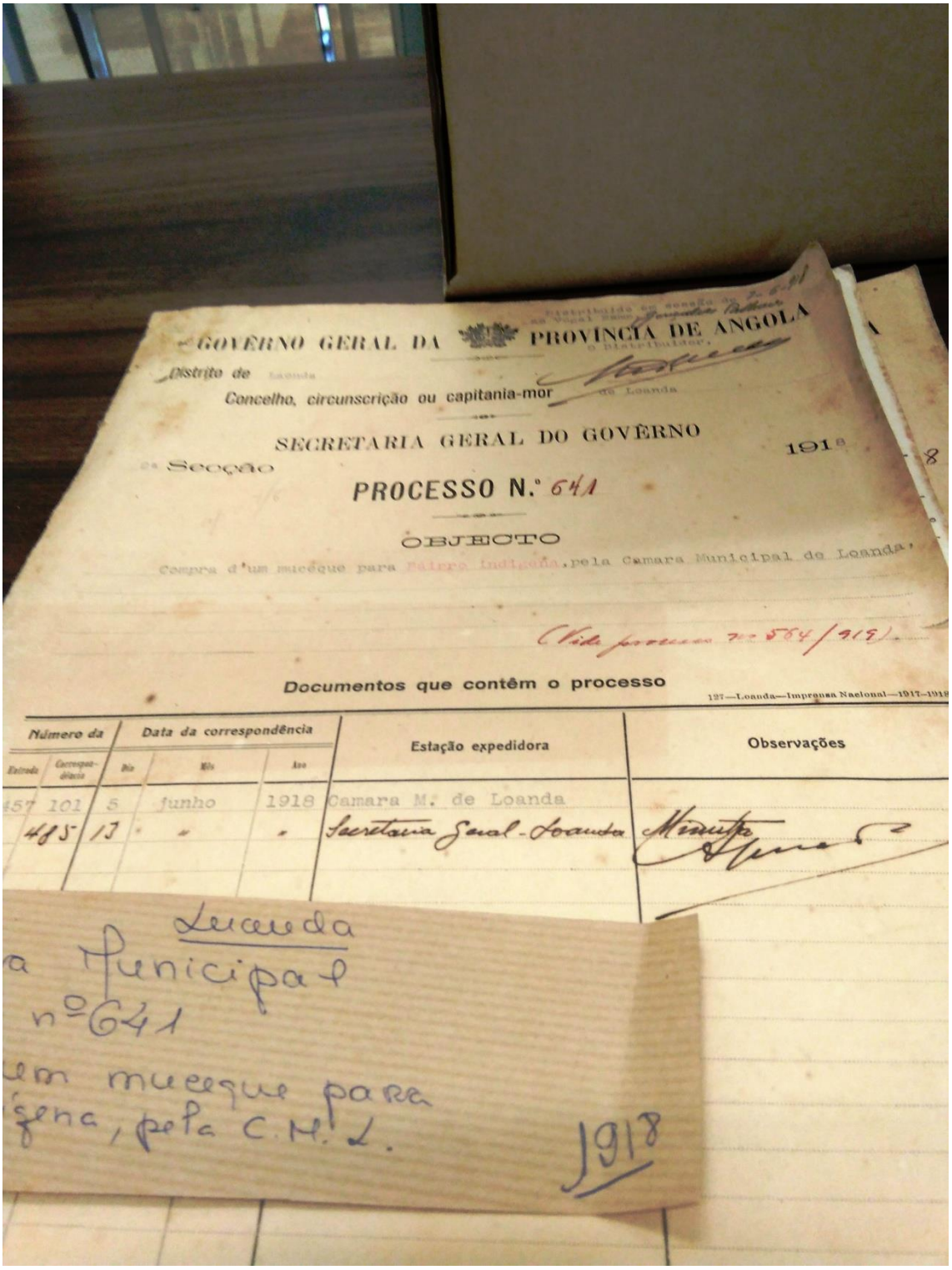
Saúde e Fraternidade.

Secretaria Geral do Govêrno em Loanda, 13 de Junho de
1918.

Exmo. Snr. Presidente da Camara Municipal de

Loanda

O SECRETARIO GERAL,



GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA DE ANGOLA

Distrito de Loanda

Concelho, circunscrição ou capitania-mor de Loanda

SECRETARIA GERAL DO GOVÊRNO 1918

2ª Secção

PROCESSO N.º 641

OBJECTO

Compra d'um mueque para Bairro Indigena, pela Camara Municipal de Loanda,

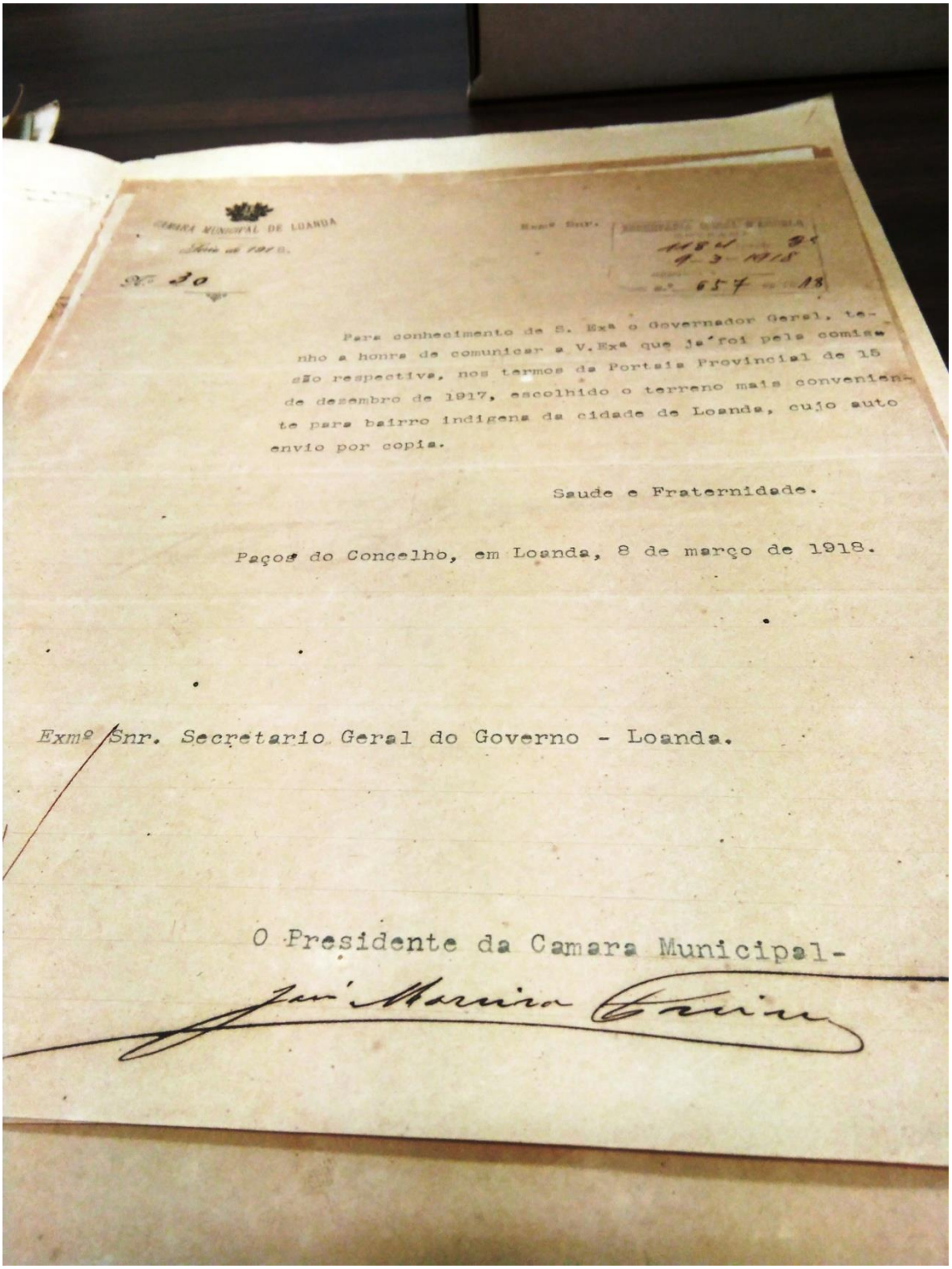
(Vide processo nº 584/918).

Documentos que contêm o processo

127—Loanda—Imprensa Nacional—1917-1918

Número da Entrada	Número da Correspondência	Data da correspondência Dia	Mês	Ano	Estação expedidora	Observações
457	101	5	Junho	1918	Camara M. de Loanda	
	485	13	"	"	Secretaria Geral-Loanda	Minuta

Loanda
a Municipal
nº641
em mueque para
ígena, pela C.M.L.
1918



CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

Anno de 1918.

Nº 20

Exmº Snr.

4-3-1918

Nº 657 - 18

Para conhecimento de S. Exª o Governador Geral, tenho a honra de comunicar a V.Exª que já foi pela comissão respectiva, nos termos da Portaria Provincial de 15 de dezembro de 1917, escolhido o terreno mais conveniente para bairro indigena da cidade de Loanda, cujo auto envio por copia.

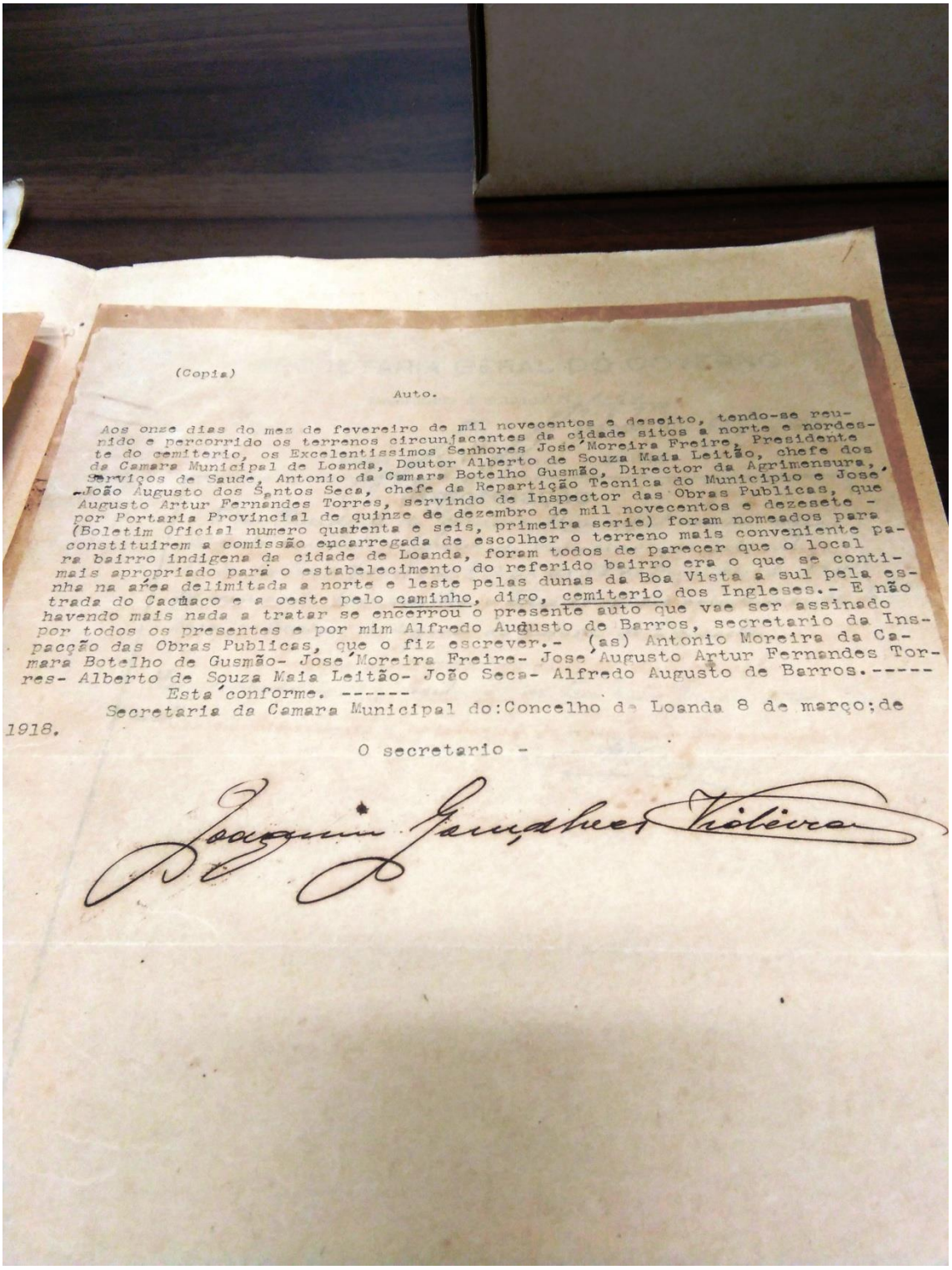
Saude e Fraternidade.

Paços do Concelho, em Loanda, 8 de março de 1918.

Exmº Snr. Secretario Geral do Governo - Loanda.

O Presidente da Camara Municipal-

José Marcia Garcia



(Copia)

Auto.

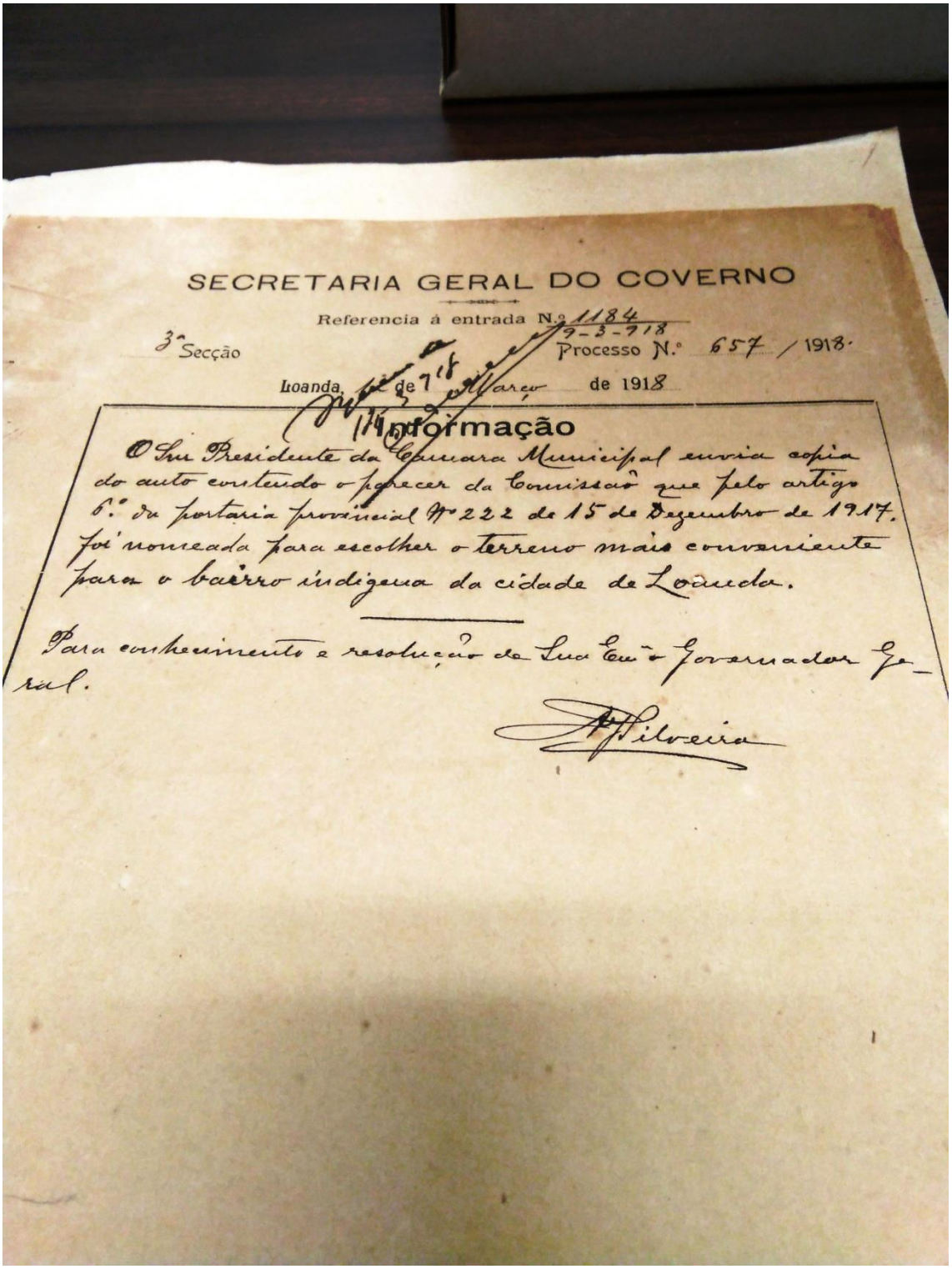
Aos onze dias do mez de fevereiro de mil novecentos e desoito, tendo-se reunido e percorrido os terrenos circunjacentes da cidade sitos a norte e nordeste do cemiterio, os Excelentissimos Senhores Jose Moreira Freire, Presidente da Camara Municipal de Loanda, Doutor Alberto de Souza Maia Leitão, chefe dos Serviços de Saude, Antonio da Camara Botelho Gusmão, Director da Agrimensura, João Augusto dos Santos Seca, chefe da Repartição Tecnica do Municipio e Jose Augusto Artur Fernandes Torres, servindo de Inspector das Obras Publicas, que por Portaria Provincial de quinze de dezembro de mil novecentos e dezesete - (Boletim Oficial numero quarenta e seis, primeira serie) foram nomeados para constituirem a comissão encarregada de escolher o terreno mais conveniente para bairro indigena da cidade de Loanda, foram todos de parecer que o local mais apropriado para o estabelecimento do referido bairro era o que se continha na área delimitada a norte e leste pelas dunas da Boa Vista a sul pela estrada do Cacuaco e a oeste pelo caminho, digo, cemiterio dos Ingleses.- E não havendo mais nada a tratar se encerrou o presente auto que vae ser assinado por todos os presentes e por mim Alfredo Augusto de Barros, secretario da Inspacção das Obras Publicas, que o fiz escrever.- (as) Antonio Moreira da Camara Botelho de Gusmão- Jose Moreira Freire- Jose Augusto Artur Fernandes Torres- Alberto de Souza Maia Leitão- João Seca- Alfredo Augusto de Barros.-----

Esta conforme. ------

Secretaria da Camara Municipal do:Concelho de Loanda 8 de março:de 1918.

O secretario -

Joaquim Gonçalves Vieira



SECRETARIA GERAL DO COVERNO

Referencia á entrada N.º 1184
9-3-918

3ª Secção

Processo N.º 657 / 1918.

Loanda, 12 de 7 de Março de 1918

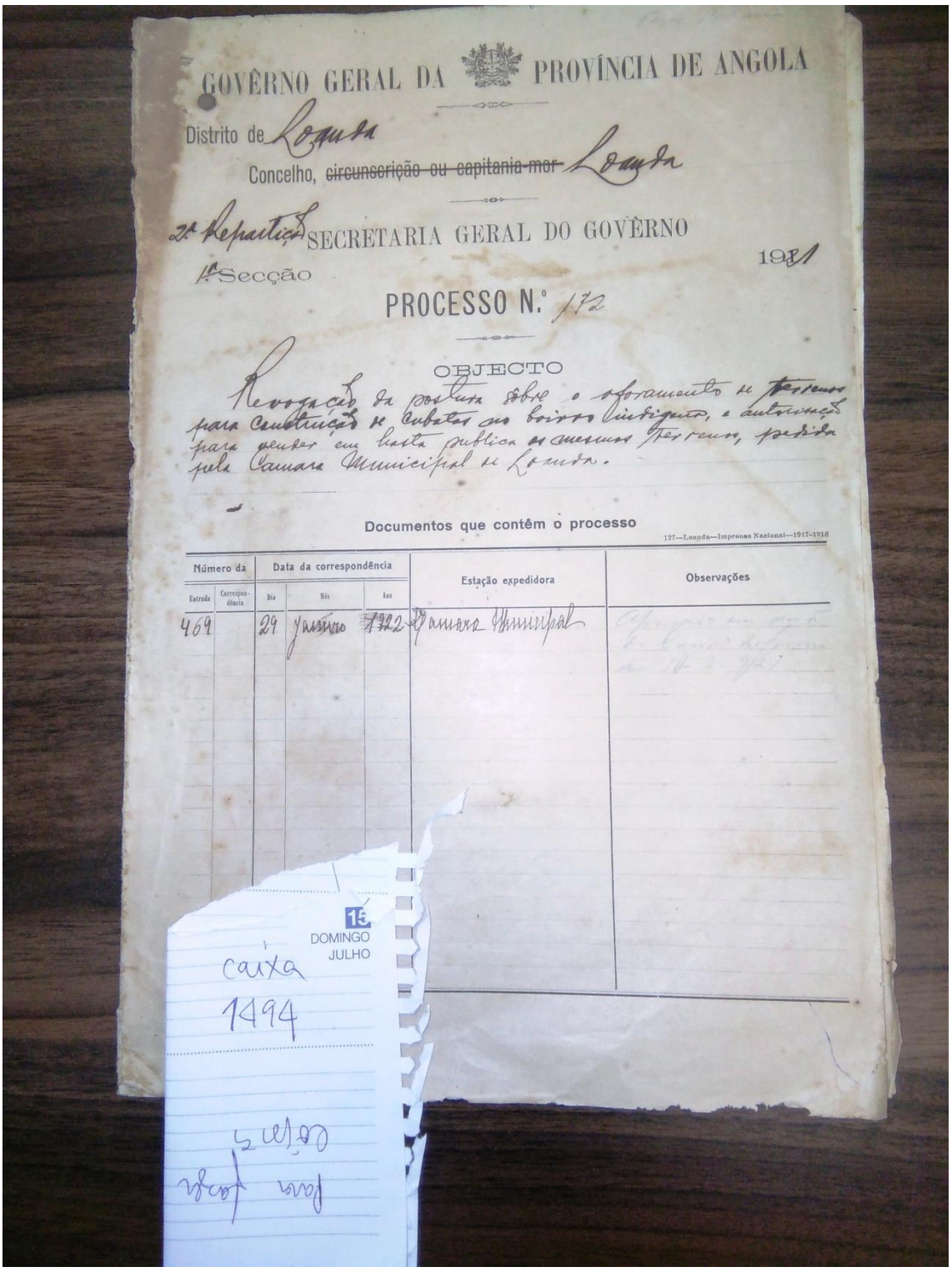
Informação

O Snr Presidente da Camara Municipal envia copia do auto contendo o parecer da Comissão que pelo artigo 6.º da portaria provincial N.º 222 de 15 de Dezembro de 1917. foi nomeada para escolher o terreno mais conveniente para o bairro indigena da cidade de Loanda.

Para conhecimento e resolução de Sua Ex.ª o Governador Geral.

A. Pilo[illegible]

ANEXO J - REVOGAÇÃO DA POSTURA SOBRE O AFORAMENTO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE CUBATAS NO BAIRRO INDÍGENA, E AUTORIZAÇÃO PARA VENDA EM HASTA PÚBLICA OS MESMOS TERRENOS, PEDIDO FEITO PELA CML. – ANO DE 1921.– ANA – CX. nº: 1494.



GOVÊRNO GERAL DA PROVÍNCIA DE ANGOLA

Distrito de Loanda

Concelho, ~~circunscrição ou capitania-mor~~ Loanda

2ª Repartição SECRETARIA GERAL DO GOVÊRNO

1ª Secção 1921

PROCESSO N.º 172

OBJECTO

Revogação da postura sobre o aforamento de terrenos para construção de cubatas no bairro indígena, e autorização para vender em hasta publica os mesmos terrenos, pedida pela Camara Municipal de Loanda.

Documentos que contêm o processo

127—Loanda—Imprensa Nacional—1917-1918

Número da Entrada	Número da Correspondência	Data da correspondência Dia	Mês	Ano	Estação expedidora	Observações
469		29	janeiro	1922	Camara Municipal	

15 DOMINGO JULHO

caixa 1494

2 e 1/2 00

2ª Repartição
1.Secção
N.58/1721/921
58

Exmo Snr.

Sua Exa o Encarregado do Govêrno incumbe-me de comunicar a V.Exa,para os fins convenientes,que em sessão de Conselho do Governo,désta dáta,foi aprovada a deliberação tomada pela Camara Municipal da digna presidencia de V.Exa,constante da copia da acta que accompanhou o oficio N.º28,de 29 de Janeiro findo,acerca do pedido da revogação da postura sobre o aforamento de terrenos para construção no bairro indigena,e autorisação para vender em hasta publica e em talhões os referidos terrenos,sob a base de 1$20 por metro quadrado.

Saude e Fraternidade

Secretaria Geral do Governo em Loanda,11 de Fevereiro de 1921.

Exmo. Snr. Presidente da Camara Municipal de

LOANDA

O Procurador da Republica,Secretario Geral interino,

Portaria

Havendo a Camara Municipal de Loanda solicitado a revogação da postura sôbre o aforamento de terrenos para construções no bairro indígena, aprovada superiormente em 1 de Julho de 1918, e autorisação para vender em hasta pública, em talhões, os referidos terrenos, sob a base de 1$20 por metro quadrado:

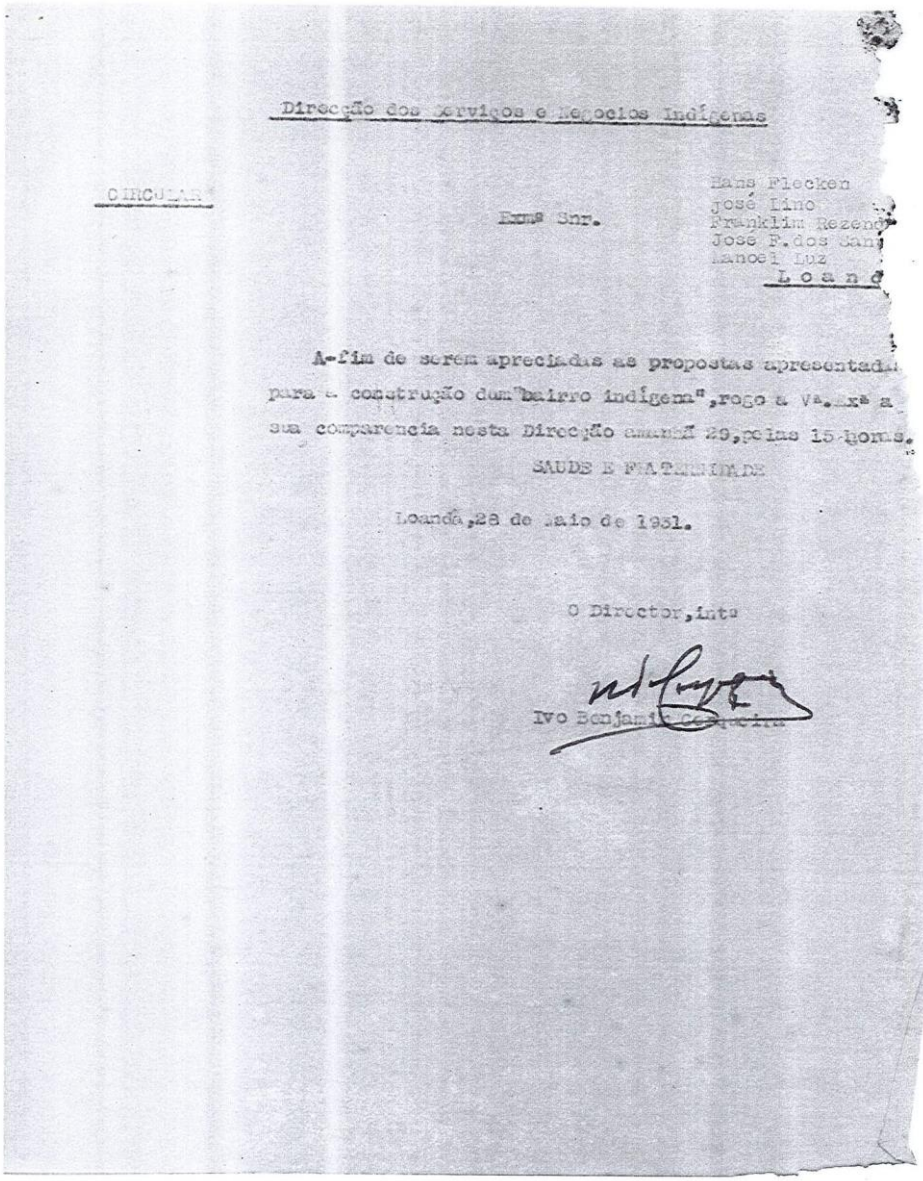
O Encarregado do Govêrno Geral de Angola, ouvido o Conselho do Govêrno, funcionando transitóriamente, enquanto não é constituido o Conselho Legislativo, nos termos da lei número 1.022, de 20 de Agosto de 1920, aprova a revogação da referida postura e autorisa o pedido feito pela mencionada Camara Municipal de Loanda, para vender em hasta pública os terrenos do bairro indígena.

Cumpra-se

Residencia do Govêrno Geral, em Loanda, 12 de Fevereiro de 1921

O Encarregado do Govêrno Geral,

ANEXO K - CIRCULAR COM A FINALIDADE DE CHAMAR AS INDIVIDUALIDADES QUE REMETERAM PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BAIRRO DESTINADO PARA OS TAIS DITOS INDÍGENAS INVÁLIDOS ESTABELECIDOS NO "AZILO DA REPÚBLICA". ANA – CX. nº: 1141.



Direcção dos Serviços e Negocios Indígenas

CIRCULAR

Exmº Snr.

Hans Flecken
José Lino
Franklin Rezende
Jose F.dos Santos
Manoel Luz
Loanda

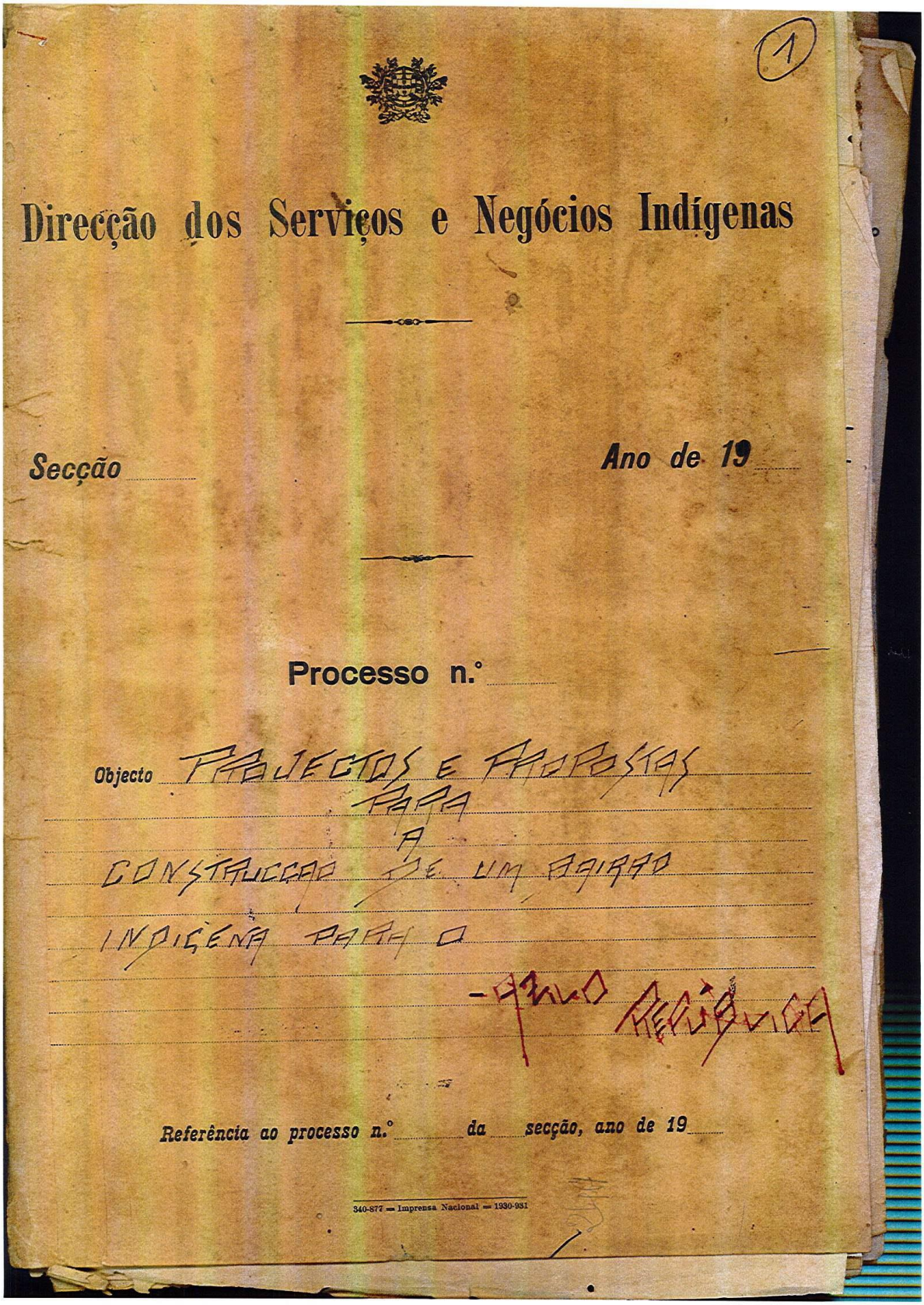
A-fim de serem apreciadas as propostas apresentadas para a construção dum bairro indígenaª, rogo a Vª. Exª a sua comparencia nesta Direcção amanhã 29, pelas 15 horas.

SAUDS E FRATERNIDADE

Loandá, 28 de Maio de 1951.

O Director, Intº

Ivo Benjamim Cerqueira



1

Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas

Secção ..... Ano de 19 .....

Processo n.º .....

Objecto PROJECTOS E PROPOSTAS PARA A CONSTRUCÇÃO DE UM BAIRRO INDIGENA PARA O [illegible]

Referência ao processo n.º ..... da ..... secção, ano de 19 .....

340-877 — Imprensa Nacional — 1930-931

P R O P O S T A

Existe, nesta cidade, um estabelecimento oficial de beneficência, denominado "Asilo República" e destinado, exclusivamente, ao internato de indígenas, velhos e inválidos.

O Código do Trabalho dos Indígenas, em seu artº 424º, determina que o remanescente das receitas obtidas nos têrmos dos artºs. 422º e 423º e, ainda, o produto integral de espólios, saldos de salários e compensações, que não sejam recebidos pelos trabalhadores indígenas ou suas famílias, serão inteiramente aplicados em obras de assistência de exclusivo interêsse dos indígenas e de preferência à instalação e manutenção de asilos para trabalhadores inválidos, por idade provecta ou desastre ocorrido no trabalho.

Considerando que aquêle estabelecimento, não possuindo rendimentos próprios, mas apenas exíguas receitas provenientes de deminutas dotações orçamentais do Estado e da Câmara Municipal de Loanda, atravessa uma grave crise que o inibe de satisfazer aos fins para que foi fundado e carece, portanto, de auxílio imediato, adentro das disponibilidades actuais, existentes nesta Curadoria Geral e produzidas, nos têrmos do artº 213º do Código do Trabalho, que se destinam, justa e exclusivamente, a êste fim;

Considerando que, da aplicação duma verba da quantia de Ags. 200.000,00 em construções urbanas de rendimento, se obteria receitas apreciáveis, melhorando, assim, consideràvelmente, as funções de tão prestimosa e humanitária instituição:

Tenho a honra de propôr a Vossa Excelência que, dos saldos existentes nesta Curadoria Geral e obtidos pela execução do artº 213º do

Código do Trabalho, seja concedida ao "Asilo República" a importância de Ags. 200.000,00, nos têrmos do artº 424º, já citado, destinada, integralmente, à construção de moradias de rendimento, nesta cidade.

Concordando Vossa Excelência com a presente proposta, torna-se necessário abrir um crédito especial, com a autorização prévia de Sua Excelência o Ministro das Colónias.

Loanda, 30 de Maio de 1931.

O Curador Geral,

Ivo Benjamim Cerqueira

Manoel da Luz
EMPREITEIRO E AGRICULTOR
Caixa Postal N.º 109—Telefone N.º.....

Loanda, 28 de Maio de 193-1

PROPOSTA

Para a construção de casa destinadas ao Bairro Indogina, Tipo de casa o do progeto com as alterações indicadas e constantes desta proposta:
Uma casa isolada, coberta a telha da provincia tipo marseilha, pavimento a cimento, madeiramento, portas e janelas de madeira da provincia, blocos de cimento de 0,40 x 0,20 x 0,15 janelas sem vidros, teto sem forro, pronta a habitar 13.100,00
---------- treze mil e cem angolares, incluindo a varanda, tambem coberta a telha e pavimento a cimento; a caiação exterior pode ser o branco ou cor, para qualquer dos tipos preferidos.

----------o----------

O mesmo tipo para grupos de duas casas a mesma varanda, as mesmas caritiristicas, os mesmos materiais, duas casa ligadas, pronto a habitar 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos angolares).

11.450
9.085
12.865

------o------

O mesmo tipo de casa isolada coberta a zinco, a mesma varanda etc. como a anterior uma só casa
10.510,00
dez mil quinhentos e dez angolares.

------o-----

O mesmo tipo tambem coberto a zinco, as mesmas caratiristicas vanranda etc. mas, duas casa ligadas uma a outra, prontas a habitar 19.400,00 dezenove mil e quatro centos angolares as duas casas.

9.700
10,605

Manoel da Luz
EMPREITEIRO E AGRICULTOR
Caixa Postal N.º 109—Telefone N.º____

Loanda, 28 de Maio de 193 1

Vedação

Por cada grupo de quatro casas duplas muro a blocos de cimento de 0,40 x0,20 x x 0,10 altura um metro rebocado a cimento e caiado, por cada grupo:2.630,00 dois mil seiscentos e trinata angolares.

-------o--------

Joginha para 4 casas coberto a zinco blocos de cimento 0,40 x 0,20 x0,10, chaminé rebocado a cimento e caiado: 3.620,00 tres mil seiscentos e trinta angolares.

1 - 905,00

Manoel da Luz
Empreiteiro

Oficina de Construção Civil
DE
JOSÉ LINO
RUA D. MIGUEL DE MELO, 2 a 8
CAIXA POSTAL, 39
TELEFONE .....
LOANDA

Nº 3º

Loanda, 25 de Maio de 193 I

Ex.mo Snr. REPARTIÇÃO SUPERIOR DOS NEGOCIOS INDI-
GENAS- L O A N D A

Orçamento. Para um grupo de quatro casas compostas de:-

Quatro quartos. quatro cosinhas, 2 varandas e dois corredores, ser do construidas com os cabouços de cimento e pedra na altura de m 0,40.

As paredes exteriores serão construidas em blocos de 0,14x 20 x 40

As parêdes interiores que fazem as devisões dos quartos e corredor em blocos de 10 centimetros por 0,20 por 0,40

O muro da varanda da casa de jantar será feito na altura de 0,90 com blocos de 0,14.

Em cima do muro serão colocadas seis colunas de madeira para receber o fechal do telhado das mesma.

As janelas deverão ser feitas metade fechadas e metade com precianas para arejar os quartos

Cada vão de janela levará um aro para receberxx rede mosquiteiro.

COBERTURA:-

Em telha o custo é de Ags, 48.000,00 1-2 4,0-0-0
Em zinco o custo é de Ags, 44.000,00

Este preço é para xxxxx um dos grupos de casas em conformidade co com a planta.

O mestre de Obras

José Lino

1 Casa — 44.000,00

Modêlo n.º

OBRAS PÚBLICAS DE ANGOLA

1ª Circunscrição — Secção de Luanda

Ano económico de 1930-1931

ORÇAMENTO N.º

De Construção de casas para Indigenas.

Importância—Ags. 54:190,0

Luanda, 25 de Abril de 1931.

Aprovado em

Começou o trabalho em

Conclusão em

Franklin Ferreira Rezende
MESTRE DE OBRAS

Encarrega-se de todos os trabalhos
de Construção Civil
Projectos e Orçamentos

CAIXA POSTAL N.º 338
LOANDA

Nº 2

Loanda, 25 de Maio de 1931

Ill.mo Snr. Director dos Negocios Indigena
Luanda

Proposta para a construção de 5 grupos de 4 casas, levando as mesmas uma varanda para servir de Sala de jantar, conforme a indicação do Projeto apresentado pela Repartição dos Negocios Indigena:

1º As fundações serão de alvenaria e sua argamassa de cimento, e areia 5 X 1

2º As paredes de elevação, serão de blocos de cimento de 2,40 X 0,20 X 0,14 ficando a espessura das paredes 2,15 depois de emboçadas com cimento e areia.

3º As paredes levarão 3 demãos de cal, ação e branco, ou de côr á escolha do Snr. Director.

4º O telhado levará madeira da Provincia e sua cobertura de telha tipo Marselha ou Zinco.

5º O chão será acimentado e bem afogado a colher.

6º As portas e janelas serão pintadas com 3 demãos de tinta de oleo de linhaça.

7º As janelas levarão rede de mosquiteiro.

Preço para a construção de 1 grupo de 4 casas, materiaes e mãos de Obra ags

48.850,00 para telha, sua cobertura
45.000,00 para Zinco ,,

Franklin Ferreira Rezende

HANS FLECKEN

ARQUITETO

Angola – W. Africa

Nº 1

Exm. Sr. Diretor

Luanda, 23.de Maio 1931.

c.p. 176.

Ten. Ivo Benjamin Serqueira.

Amigo e Senhor !

Cumprindo o desejo de Va. Exa. venho entrgar o orçamento pedido das casas para indigenas, conforme a s/ planta da Construcção de Tipo Nº 1.

O custo total duma casa só é de : 16:000.00 Agrs.
O custo total duma casa dupla é de 31:200.00 "
O custo total duma casa de Cosinha com 4 divisorias e um chaminé é de 4:200.00 Agrs.

As paredes das casas são construidas em blocos de cimento de 18 cm de expessura revistidas nos dois lados com argamassa de cimento.
A cobertura é de zinco tendo madeiramento solido e assegurado nas paredes.
Todos os pavimentos são calcetados e revistidos com argamassa de cimento.
As portas e janelas são taipaes lisos, pintadas á tinta d'oleo com duas demãos.
Uma bôa ventilação das casas será garantida pelas aberturas abaixo do frechal.
Todas as paredes interiores e exteriores levam uma caiação á tinta de cal.

Collocando rede de mosciteiro nos vãos de portas e janelas o preço de cada casa dupla aumenta-se por 1:320.00 Agrs.

Com estime e consideração

subscrevo-me de Va. Exa.

Obgd.Att. Ven.

H. Flecken.

CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Repartição Tecnica

ORÇAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CASA INDIGENA TIPO Nº I

Designação		Preço por unidade	Total
[illegible]	de pedra para fundações	1/ 25,00	800,00
[illegible]	Kms. Kms de adobes	1/ 72,50	1.450,00
[illegible]	[illegible] de areia	1/ 20,00	320,00
[illegible]	[illegible] 0,90x0,20x0,15	1/ 1,30	1.950,00
[illegible]	[illegible] de cal	1/ 0,80	80,00
[illegible]	[illegible] de madeira pa portas e janelas	1/ 500,00	500,00
[illegible]	[illegible] de barrotes para telhado e aros	1/ 500,00	500,00
[illegible]	[illegible]	1/ 1,00	104,00
[illegible]	[illegible]	1/ 1,80	90,00
[illegible]	Kg. pregos	1/ 10,00	60,00
[illegible]	Metros 2 parafusos	1/ 15,00	30,00
[illegible]	[illegible] para oleo	1/ 6,00	12,00
[illegible]	[illegible] de tinta em pó	1/ 2,50	12,50
[illegible]	[illegible] de tinta preparada a oleo	1/ 3,00	300,00
[illegible]	[illegible] de pincel	1/ 20,00	20,00
[illegible]	[illegible] para pincel	1/ 8,00	8,00
[illegible]	Milheiro de pregos diversos	1/ 2,50	37,50
[illegible]	Metros 2 de tubo para Zinco	1/ 1,80	180,00
[illegible]	[illegible] de zinco	1/ 20,00	1.600,00
[illegible]	[illegible] para transportes diversos	1/ 15,00	525,00
[illegible]	Dias de ajd de obra de 4 pedreiros	1/ 15,00	1.800,00
[illegible]	Dias de ajd de obra de 2 carpinteiros	1/ 16,00	640,00
[illegible]	Dias de ajd de obra de 1 pintor	1/ 12,00	180,00
[illegible]	Dias de mão de obra de 1 serventes	1/ 4,00	480,00
	SOMA...	.....	11.159,00

Tendo a casa feita a adobes de barro custará Ang.: 9,460,00

A conservação feita com este material tem uma conservação dispendiosa.

Luanda, 12 de Maio de 1931.

O Chefe da Repartição Tecnica

(José Vieira de Souza Coêlho Torres

ANEXO L - POSTURA Nº 23, DA CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA SOBRE O BAIRRO INDÍGENA. ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA – ANA – CX. nº: 926.

(Modêlo 27)

S. R.

COLÓNIA DE ANGOLA

GOVÊRNO GERAL

Direcção dos Serviços de Administração Civil

— Conselho de Distrito de Luanda —

Ano de 1932

2.ª Repartição

1.ª Secção

PROCESSO N.º 47

ASSUNTO

Postura nº 23, da Camara Municipal de Luanda sobre o Bairro Indigena.

722 — IMPRENSA NACIONAL — 1931-932

B.G. 2/533

ACORDÃO Nr 23

Os do Conselho de Distrito de Luanda, a quem foi presente para apreciação e aprovação a Postura Nr.23, da Camara Municipal de Luanda, sobre a criação do Bairro Indigena;

Considerando que a mesma se acha em condições de merecer a aprovação e que a sua organisação é legal;

Atendendo porem a que no local onde vai ser instalado o Bairro Indigena existem já algumas construções que não obedecem ás prescrições da referida Postura;

Nos termos do disposto no Nr. 5º. do artigo 3º. do Decreto Nr.88, de 24 de Dezembro de 1921:

Acordam os do Conselho de Distrito de Luanda, em aprovar a referida Postura, respeitando-se porem os direitos já adquiridos, dos ocupantes existentes na área do referido Bairro Indigena, cuja localisação tenha obedecido ás disposições legais.

Sala das Sessões do Conselho de Distrito de Luanda, 26 de Dezembro de 1932.

O Presidente,

O Vogal-relator,

Os vogais,

SERVIÇO DA REPÚBLICA

COLÓNIA DE ANGOLA

REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS DE CADASTRO E COLONIZAÇÃO

(3)

P A R E C E R

Visto o processo sob o nº 49 deste Consêlho constituido pela Postura Nº 23 da CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA, relativo a um projecto de postura para o BAIRRO INDIGENA desta Cidade, cujas bases já se encontravam elaboradas pela vereação cessante, considero-o, em condições de merecer a aprovação deste Consêlho, por nêle não encontrar qualquer inconveniencia legal, desde que sejam respeitados os direitos adquiridos por quaisquer ocupantes de terrenos daquele bairro que houvéssem cumprido com todas as obrigações e deveres legais.-

Luanda, 26 de Dezembro de 1932.

O VOGAL-RELATÔR

EDUARDO JOSÉ DE PEREIRA DA SILVA.

Candido/E.

CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Série de 193

Nº 890/24

12-X-932

Incluso nº 47/932

Exmo Snr

80
12-X-932

Afim de que V.Exª se digne submeter a apreciação e aprovação do Exmo Conselho de Distrito, tenho a honra de incluso enviar copia da parte da acta de 17 de Setembro p.p. referente a uma rostura sobre o Bairro Indigena.

Saude e Fraternidade.

Secretaria da Camara Municipal de Luanda, 11 de outubro de 1932.

Exmo Snr Secretario do Conselho de Distrito

Luanda

O Presidente da Comissão Administrativa,

Manuel Nunes Farinha

(Manuel Nunes Farinha)

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

COPIA

da parte da acta da sessão de 17 *de* Setembro *de* 1932

ACTA NUMERO QUARENTA OITO .- Aos dezassete dias do mez de Setembro de mil novecentos trinta e dois, nesta cidade de Luanda, Paços do Concelho e Sala das Sessões da Camara Municipal, reuniu a Comissão Administrativa sob a presidencia do Exmo Snr. Manuel Nunes Farinha, presidente, estando presentes os Exmos. Vogais, Americo Homem de Gouveia, Carlos Soto Mayor Negrão, João Telo de Menezes Cabral, Guilherme Pereira Soares e José Antonio Rodrigues Ferreira, comigo, João de Almeida, Secretario da Camara.- Faltou, por motivo justificado, o Exmo Vogal, Francisco Maria de Freitas. Não esteve presente à sessão o Exmo. Administrador do Concelho. Aberta a sessão, pelas quinze horas, procedi eu, Secretario, á leitura das actas numeros quarenta e seis e quarenta e sete das sessões ordinarias, respectivamente, de três e dez do corrente, que foram aprovadas, nos termos legais. .-BAIRRO INDIGENA.- Por mim Secretario, foi lido um projecto de postura para o Bairro Indigena cujas bases vinham já elaboradas desde a anterior Comissão Administrativa. E do teôr seguinte : -- POSTURA NUMERO 23.- Artigo 1º.- A ocupação de terrenos no Bairro Indigena, sera autorisada mediante requerimento deferido pela Camara, sendo fixado em 0,20 ags por m2., a taxa anual a pagar a esta. § unico - Para o efeito do pagamento da taxa, os anos contam-se pelos anos civis. Artigo 2º.- Os terrenos a que se refere o artigo antecedente, serão divididos em pequenos talhões, não podendo cada talhão ter mais de 268,^{m2}25 para cada concessão. Artigo 3º.- As construções no Bairro Indigena - destinadas só para habitação de indigenas - obedecerão a um tipo ligeiro e economico que a Camara estabelecer, e por ela fornecido gratuitamente por intermedio da sua Repartição Tecnica, ao qual as mesmas construções ficam obrigadas. Devem ser feitas em adobe, ou pau a pique, barreadas, cobertas a zinco.- Artigo 4º.- O indigena que pretender construir no Bairro Indigena, assim o requerera á Camara Municipal, indicando o talhão que deseja ocupar, devendo realisar a construção dentro do praso de seis mezes.- § unico- Pela licença para esta construção, será devida a taxa unica de vinte angolares, além do selo e emolumentos.- Artigo 5º.- Nos terrenos do mesmo Bairro, numa faixa de 50 metros de largo, ao longo da Estrada da Circunvalação, e com frente para a mesma, não são permitidas construções em adobe ou pau a pique, cobertas a zinco, mas sim de predios em alvenaria ou a blocos de cimento, cobertas a telha, para habitação de europeus ou assimilados, e para estabelecimentos, ficando estas construções sujeitas a um tipo único de casas que a Camara Municipal adoptar e as condições subsequentes que as substituirem. Artigo 6º.- A ocupação de terreno no Bairro Indigena, para construção de casas de habitação para indigena, sera titulada e garantida, mediante um Titulo de Ocupação, no verso do qual serão transcritos os direitos e obrigações dos ocupantes.- § único- Este TITULO - assinado pelo Presidente da Camara e pelo Secretario, e selado, com o selo branco -

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

COPIA

da parte da acta da sessão de ___ de ___ de 193___

será registado em livro especial e pelo mesmo será devido o emolumento único de dez angolares. Artigo 7º.- A cada ocupante de talhão de terreno no Bairro Indigena, com excepção dos que trata o artigo 5º., será conferido pela Camara, o competente Titulo de Ocupação, que o habilite á utilisação do mesmo. § unico.- A transmissão dos seus direitos á casa construida no mesmo terreno, só poderá recair em indigena, com previa autorisação escrita da Camara, que fará substituir o TITULO. Artigo 8º.- O Titular de cada talhão de terreno no Bairro Indigena, fica com as seguintes obrigações e direitos: - a) A ocupar por um prazo de 15 anos o talhão que lhe fôr concedido, salvo o que consta do § unico do artigo anterior; b) A pagar a respectiva taxa anual, adeantadamente, na Secretaria da Camara, até ao dia 10 do mez de janeiro do ano a que a mesma respeitar; c) Não poderá ocupar área superior áquela que constar do seu TITULO, garantindo-lhe, porém, a Camara a área do mesmo. d) A seguir todas as prescrições relativas a limpeza ou quaisquer outras, que a Camara lhe determinar. § unico - A taxa anual que não fôr paga até ao dia do seu vencimento, será cobrada coercivamente, por meio de execução administrativa.- Artigo 9º - No Bairro Indigena, não são permitidas construções destinadas a estabelecimentos comerciais. - Artigo 10º- As construções reguladas pela Postura nº 14, de 30 de Março de 1926, só poderão ser permitidas fóra do limite da linha do Foral aprovado por Diploma Legislativo Nº 346, de 15 de janeiro de 1930. Artigo 11º- As disposições desta postura são extensivas as construções já existentes no mesmo Bairro Indigena, salvos os casos em que as necessidades dos arruamentos a efectuar as prejudiquem. Artigo 12º- Ficam revogadas as disposições contrarias as desta Postura.- Todos os Exmos. Vogais que ja haviam estudado este projecto estiveram de acordo, sendo resolvido aprova-lo, para ser enviado ao Exmo. Conselho de Distrito com toda a urgencia.- A proposito o Exmo. Presidente declarou que, por varias vezes, a Sociedade Comercial do Ambriz tem manisfestado interesse em construir um Bairro Indigena, em cimento, em terrenos que a Camara lhe cedesse, pelo prazo de quinze anos, revertendo depois o dito Bairro a posse da Camara. - É assunto para estudar, pois pode ser vantajoso.- Foi resolvido dar um voto de confiança ao Exmo. Presidente para encaminhar quaisquer negociações em tal sentido, que depois serão apreciadas pela Exmª. Comissão.

.....

.....

E, não havendo nada mais a tratar, o Exmo. Presidente declarou encerrada a sessão, pelas dezaseis e meia horas, da qual se lavrou a presente acta. E eu, joão de Almeida, Secretario, a subscrevi, e assino.- (assinados) Manuel Nunes Farinha, Carlos Soto

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

COPIA

da parte da acta da sessão de ___ de _____ de 193__

- 3-

Major Negrão, João Pelo de Menezes Cabral, Guilherme Pereira Soares, José Antonio Rodrigues Ferreira, João de Almeida .- -------

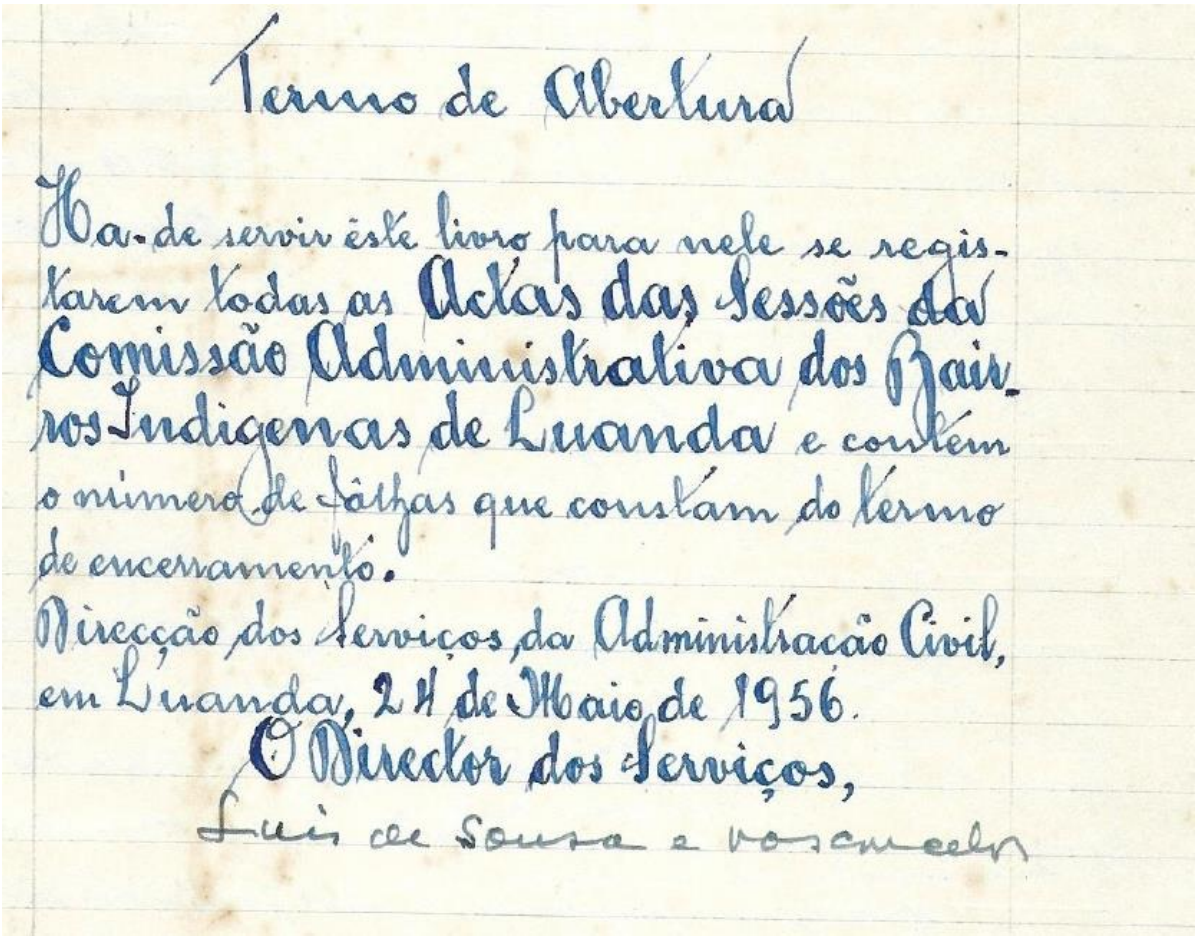
---------- Está Conforme ----------

Secretaria da Camara Municipal de Luanda, 11 de Outubro de 1932.

O Secretario,

(João de Almeida)

ANEXO M - ACTAS DAS SESSÕES DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DOS BAIRROS INDÍGENAS DE LUANDA.CÓDICE nº: 5311 - ANA.



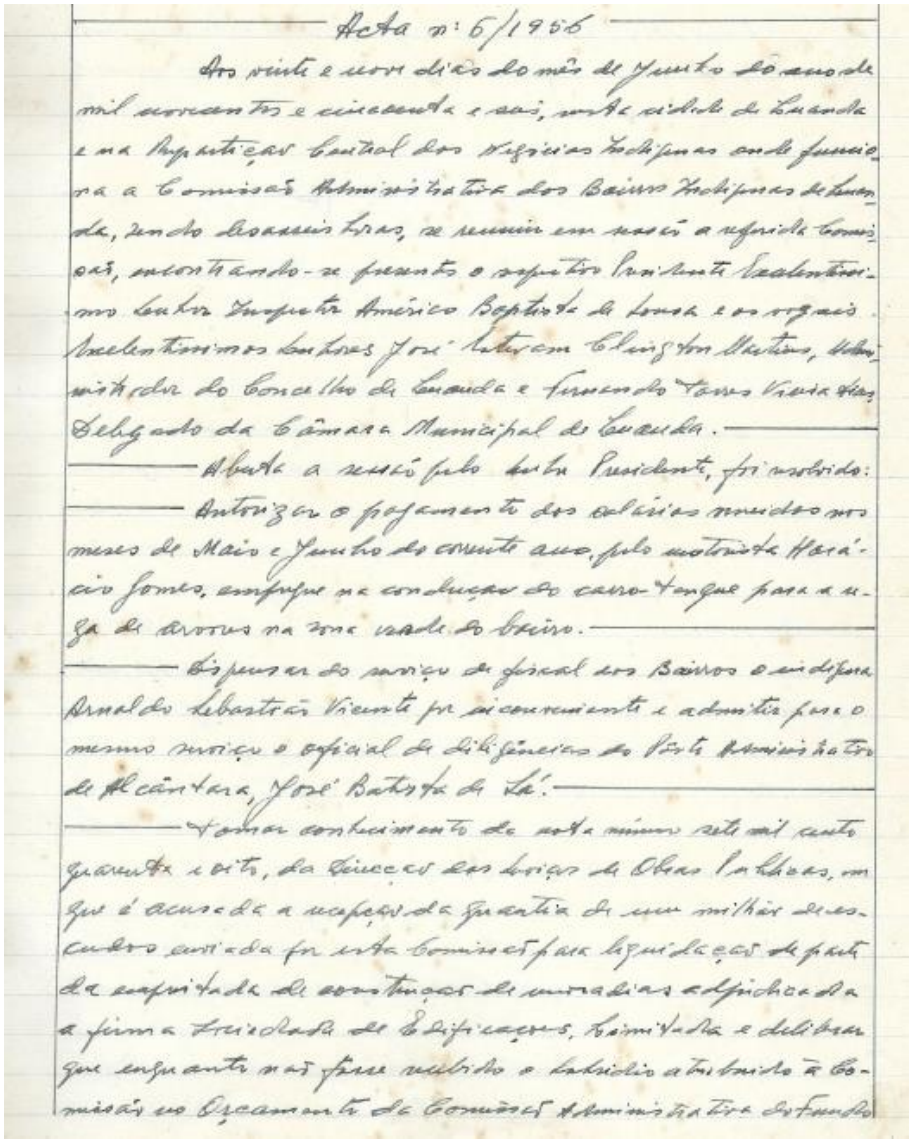
Termo de Abertura

Ha-de servir êste livro para nele se registarem todas as Actas das Sessões da Comissão Administrativa dos Bairros Indigenas de Luanda e conterá o numero de folhas que constam do termo de encerramento.

Direcção dos Serviços da Administração Civil, em Luanda, 24 de Maio de 1956.

O Director dos Serviços,

Luis de Sousa e Vasconcelos



Acta nº 6/1956

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e cincoenta e seis, nesta cidade de Luanda e na Repartição Central dos Serviços Indígenas onde funciona a Comissão Administrativa dos Bairros Indígenas de Luanda, sendo dezasseis horas, se reuniu em sessão a referida Comissão, encontrando-se presentes o respeitável Presidente Vereador Senhor Doutor Augusto Américo Baptista de Sousa e os respeitáveis Vogais Senhores José Antero Chrisóstomo Martins, Administrador do Concelho de Luanda e Fernando Tavares Vieira Dias, Delegado da Câmara Municipal de Luanda.

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, foi resolvido:

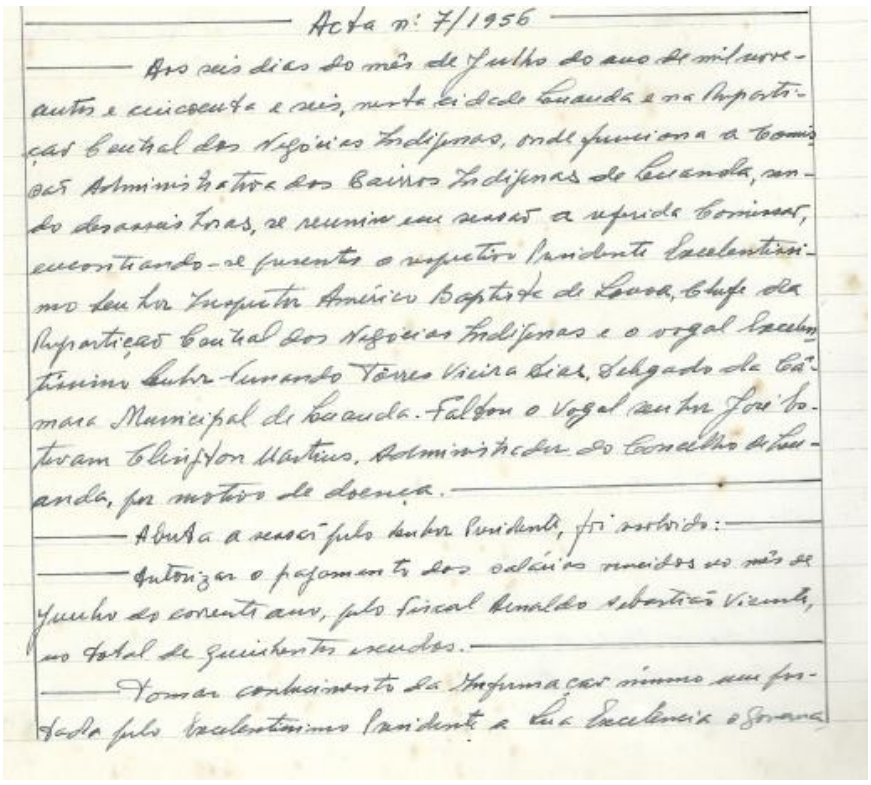
Autorizar o pagamento dos salários vencidos nos meses de Maio e Junho do corrente ano, pelo motorista Horácio Gomes, empregue na condução do carro-tanque para a rega de árvores na zona urbana do Bairro.

Dispensar do serviço de fiscal dos Bairros o indígena Arnaldo Sebastião Vicente por ser conveniente e admitir para o mesmo serviço o oficial de diligências do Posto Administrativo de Alcântara, José Baptista da Lá.

Tomar conhecimento de acta número cento mil cento quarenta e oito, da Secção das Obras Públicas, em que é acusada a aceitação da garantia de um milhar de escudos enviada por esta Comissão para liquidação de parte da empreitada de construção de moradias adjudicada a firma Construtora de Edificações, Limitada e deliberar que enquanto não fosse recebido o subsídio atribuído à Comissão no Orçamento da Comissão Administrativa do Fundo de Assistência aos Indígenas, não era possível, por falta de fundos, autorizar-se mais numerário para liquidação de empreitada em garantia.

Por último foi resolvido que a cobrança das rendas pela ocupação de moradias do Bairro passasse a ser feita pelo senhor Chefe do Posto Administrativo de Alcântara, até com a concordância do Senhor Administrador do Concelho de Luanda.

E nada havendo mais de interesse foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta que depois de lida vai ser assinada por todos que nela intervieram e por mim, [illegible], que a escrevi.



Acta nº 7/1956

Aos seis dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e cincoenta e seis, nesta cidade Luanda e na Repartição Central dos Negócios Indígenas, onde funciona a Comissão Administrativa dos Bairros Indígenas de Luanda, sendo desasseis horas, se reuniu em sessão a referida Comissão, encontrando-se presente o respectivo Presidente Excelentíssimo Senhor Tenente Américo Baptista de Sousa, Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas e o vogal Excelentíssimo Senhor Fernando Torres Vieira Dias, Delegado da Câmara Municipal de Luanda. Faltou o Vogal Senhor José Soares Clinton Martins, Administrador do Concelho de Luanda, por motivo de doença.

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, foi resolvido:

Autorizar o pagamento dos salários vencidos no mês de Junho do corrente ano, pelo fiscal Arnaldo Sebastião Vicente, no total de quinhentos escudos.

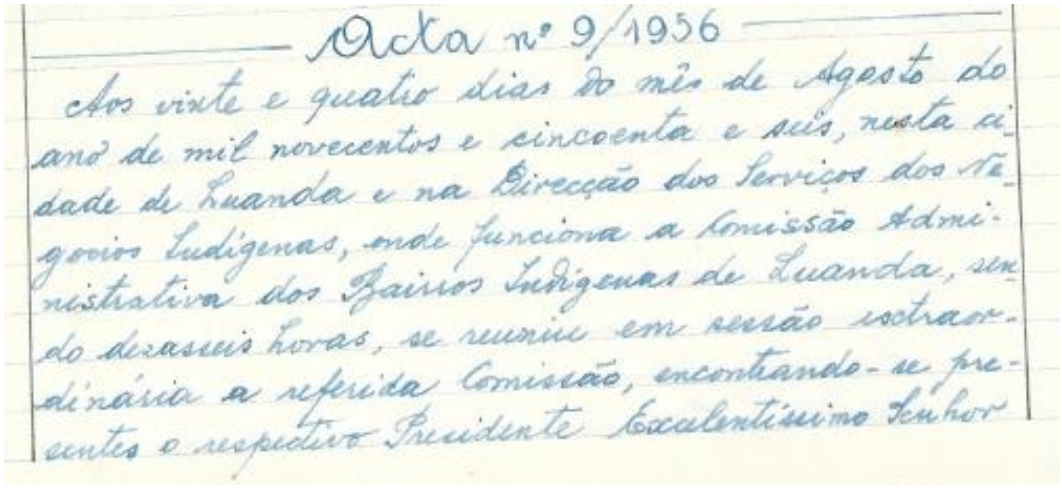
Tomar conhecimento da informação oficiosa exarada pelo Excelentíssimo Presidente a Sua Excelência o Governador Geral sobre "Alienação de terrenos da Sobi..." bem como do despacho que sobre ela recaiu no qual Sua Excelência mandou levar o assunto ao conhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Luanda, a fim de ser considerado dentro do estudo do plano de urbanização a quarta "prorrogando.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta que depois de lida vai ser assinada por todos que nela intervieram e por mim Maria da Conceição Gonçalves, secretária que a escrevi.

Abgdino

Fernando Dias Vieira

Maria da Conceição Gonçalves



Acta nº 9/1956

Aos vinte e quatro dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e cincoenta e seis, nesta cidade de Luanda e na Direcção dos Serviços dos Negocios Indigenas, onde funciona a Comissão Administrativa dos Bairros Indigenas de Luanda, sendo dezasseis horas, se reuniu em sessão extraordinária a referida Comissão, encontando-se presentes o respectivo Presidente Excelentissimo Senhor Américo Baptista de Sousa, Director dos Serviços dos Negócios Indigenas, e os vogais Senhores José Estevam Clington Martins, administrador do Concelho de Luanda e Fernando Torres Vieira Dias, delegado da Camara Municipal de Luanda.

——Aberta a sessão, pelo Senhor Presidente, foi resolvido:

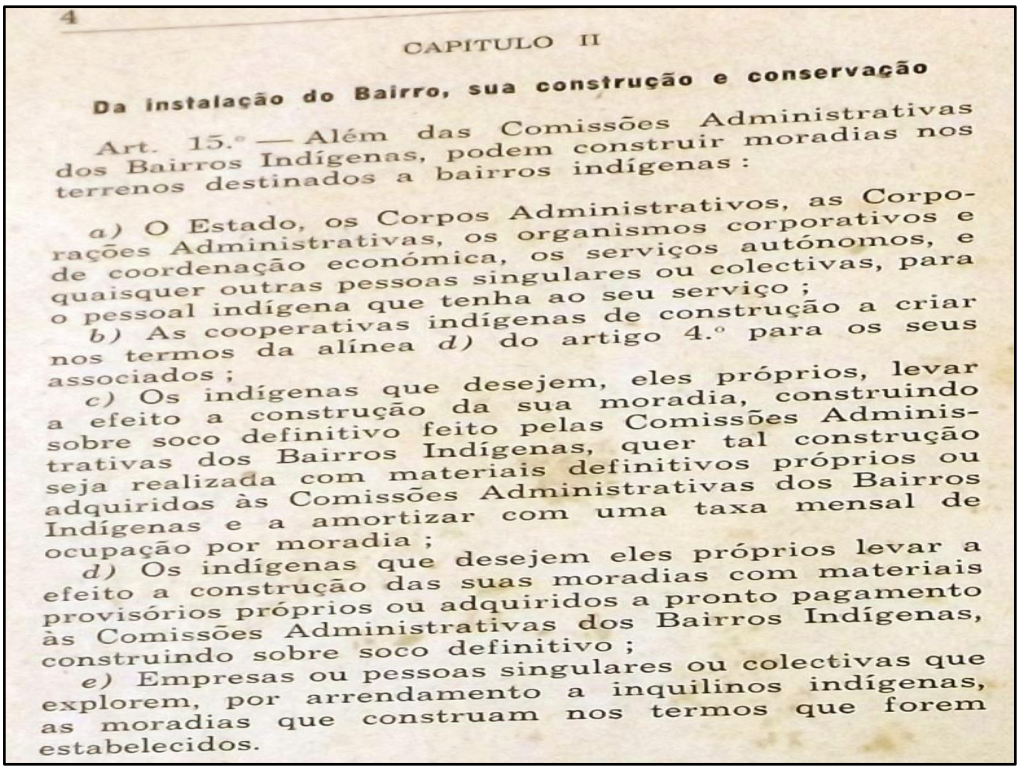
——Aprovar a acta da sessão anterior.

——Autorizar os seguintes pagamentos: à Sociedade de Edificações, Limitada, a importancia de seiscentos mil escudos por trabalhos já executados na construção dos novos, digo, das novas residencias aos Serviços Autonomos de Luz e Agua a Luanda, a importancia de sete mil setecentos e dezasseis escudos, pelo fornecimento de água no mês de Julho; e ao motorista Horacio Gomes, a importancia de dois mil e quinhentos escudos, referente aos salários do mês de Julho.

——E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada por todos os que nela intervieram e por mim Manuel Secretário que a escrevi.

O Administrador

ANEXO N - CAPÍTULO II – DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DOS BAIRROS INDÍGENAS. BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA I SÉRIE NÚMERO 1 /1957 - DIPLOMA LEGISLATIVO Nº 2: 199: APROVA O REGULAMENTO DOS BAIRROS INDÍGENAS.



4

CAPITULO II

Da instalação do Bairro, sua construção e conservação

Art. 15.º — Além das Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas, podem construir moradias nos terrenos destinados a bairros indígenas:

a) O Estado, os Corpos Administrativos, as Corporações Administrativas, os organismos corporativos e de coordenação económica, os serviços autónomos, e quaisquer outras pessoas singulares ou colectivas, para o pessoal indígena que tenha ao seu serviço;

b) As cooperativas indígenas de construção a criar nos termos da alínea *d)* do artigo 4.º para os seus associados;

c) Os indígenas que desejem, eles próprios, levar a efeito a construção da sua moradia, construindo sobre soco definitivo feito pelas Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas, quer tal construção seja realizada com materiais definitivos próprios ou adquiridos às Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas e a amortizar com uma taxa mensal de ocupação por moradia;

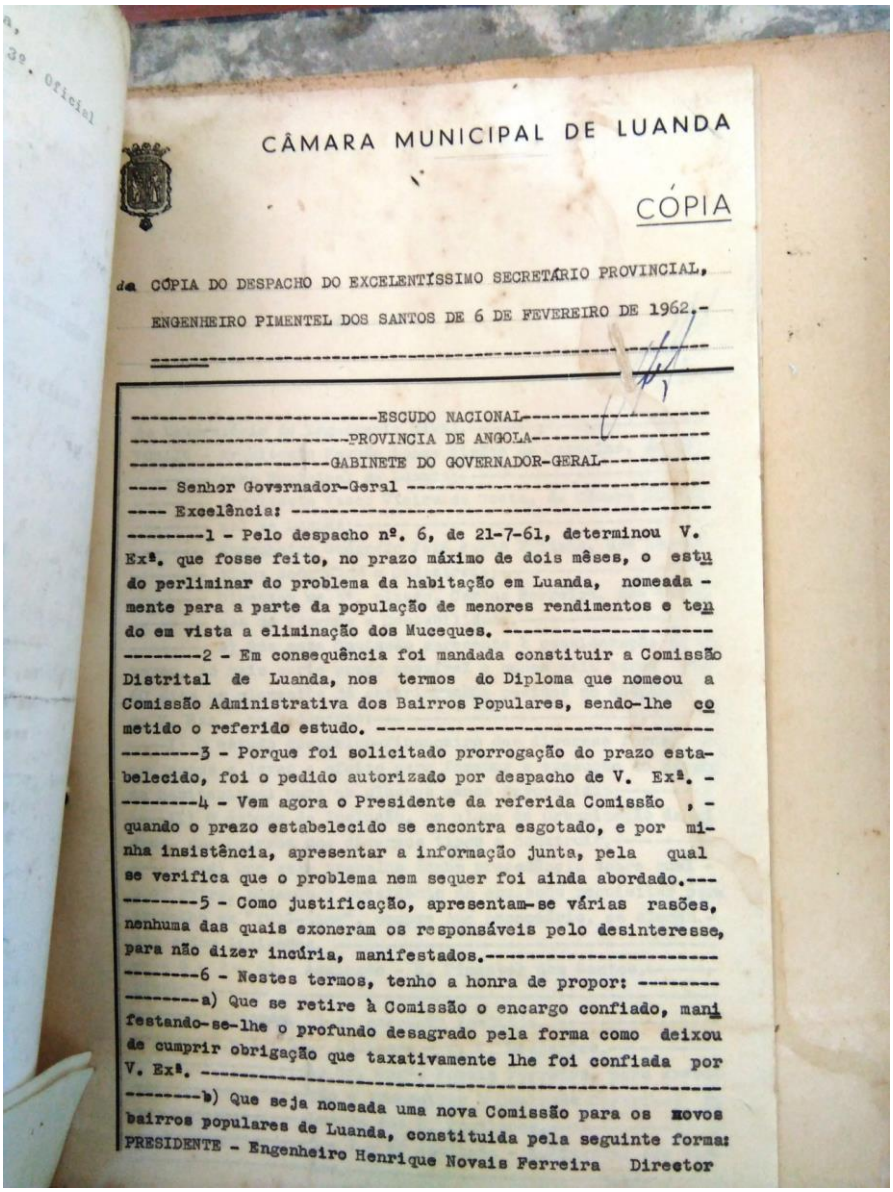
d) Os indígenas que desejem eles próprios levar a efeito a construção das suas moradias com materiais provisórios próprios ou adquiridos a pronto pagamento às Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas, construindo sobre soco definitivo;

e) Empresas ou pessoas singulares ou colectivas que explorem, por arrendamento a inquilinos indígenas, as moradias que construam nos termos que forem estabelecidos.

ANEXO O - BAIRROS INDÍGENAS PUBLICITADOS COMO BAIRROS PULARES NO JORNAL NOTÍCIAS. JORNAL *NOTÍCIA – SEMANÁRIO ILUSTRADO*, LUANDA, 13 – MAIO DE 1961, BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA.

***JORNAL NOTÍCIA - SEMANÁRIO ILUSTRADO*, LUANDA, 1 – JANEIRO DE 1962. BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA.**

ANEXO P - COMISSÃO ADMINISTRATIVA DOS BAIRROS POPULARES. PROCESSO: nº: 169 - CML. – ARQUIVO DO IPEGUL.



CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

CÓPIA

da CÓPIA DO DESPACHO DO EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO PROVINCIAL, ENGENHEIRO PIMENTEL DOS SANTOS DE 6 DE FEVEREIRO DE 1962.-

----------ESCUDO NACIONAL----------
----------PROVINCIA DE ANGOLA----------
----------GABINETE DO GOVERNADOR-GERAL----------
---- Senhor Governador-Geral ----------
---- Excelência: ----------
--------1 - Pelo despacho nº. 6, de 21-7-61, determinou V. Exª. que fosse feito, no prazo máximo de dois mêses, o estudo perliminar do problema da habitação em Luanda, nomeadamente para a parte da população de menores rendimentos e tendo em vista a eliminação dos Muceques. ----------
--------2 - Em consequência foi mandada constituir a Comissão Distrital de Luanda, nos termos do Diploma que nomeou a Comissão Administrativa dos Bairros Populares, sendo-lhe cometido o referido estudo. ----------
--------3 - Porque foi solicitado prorrogação do prazo estabelecido, foi o pedido autorizado por despacho de V. Exª. -
--------4 - Vem agora o Presidente da referida Comissão , - quando o prazo estabelecido se encontra esgotado, e por minha insistência, apresentar a informação junta, pela qual se verifica que o problema nem sequer foi ainda abordado.---
--------5 - Como justificação, apresentam-se várias rasões, nenhuma das quais exoneram os responsáveis pelo desinteresse, para não dizer incúria, manifestados.----------
--------6 - Nestes termos, tenho a honra de propor: --------
--------a) Que se retire à Comissão o encargo confiado, manifestando-se-lhe o profundo desagrado pela forma como deixou de cumprir obrigação que taxativamente lhe foi confiada por V. Exª. ----------
--------b) Que seja nomeada uma nova Comissão para os novos bairros populares de Luanda, constituida pela seguinte forma: PRESIDENTE - Engenheiro Henrique Novais Ferreira Director

CÓPIA

fl. - 2 -

do Laboratório de Engenharia Civil.----------
VOGAIS - Arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho, da Câ-
-------- mara Municipal de Luanda;----------
-------- Arquitecto Vasco Vieira da Costa, da Câmara Municipal de Luanda;----------
-------- Engenheiro Geógrafo José Maria Furtado, dos Serviços Geográficos e Cadastrais;----------
-------- Director de 3ª. classe, Carlos Ferreira, dos Serviços de Fazenda e Contabilidade.----------
-------- e) Que esta Comissão apresente à consideração do Governo, no mais curto prazo possível e nunca mais tarde que 60 dias os elementos já anteriormente pedidos no despacho - de V. Exa., nomeadamente:----------
----I) O estudo económico-financeiro das diversas formas e projectos a levar a efeito para fomentar a execução do programa habitacional para as classes menos favorecidas;---------
----II) O estudo da inclusão, no plano de urbanização da cidade, dos bairros dos diversos tipos a construir.----------
--------d) Que este trabalho tenha precedência sobre qual - quer outro, podendo o presidente da comissão requisitar para trabalho em "full-time", sempre que necessário, os elemen - tos acima indicados. ----------
---- 6 - 2 - 62.- Assinado - M. Pimentel dos Santos.-------
DESPACHO:----------
--------Concordo. Dê-se execução imediata. ----------
--------6 - 2 - 62.- Assinado - V. A. Deslandes.----------
----------Ao Sr. Engº. Novais Ferreira, para execu-
----------ção e transmitir à Comissão Distrital de
----------Luanda dos B. Populares.----------
----------5 - 7 - 62 Assinado - M.Pimentel dos San-
----------tos.----------

ANEXO Q - BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA: II SÉRIE – NÚMERO 21 – 23 DE MAIO DE 1962 – BIBLIOTECA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA.

Fernando Luís do Couto da Purificação e Silva — prestou o legal compromisso de honra e tomou posse, em 2 de Abril de 1962, do cargo de técnico de Formação Universitária, interino, da Junta Provincial de Povoamento de Angola, para que foi nomeado por portaria de 13 de Março de 1962, publicada no *Boletim Oficial*, 2.ª série, n.º 13, de 28 de Março de 1962. — *(Pagou 26$00 de emolumentos).*

Mais se declara que o mesmo funcionário pagou a importância de 21$00 de emolumentos respeitante à sua portaria de nomeação.

Rectificação

Por ter havido lapso na declaração de posse referente a Álvaro Vieira da Silva, desenhador, contratado da Brigada de Estudos e Construção das Obras de Engenharia do Colonato da Cela, publicada no *Boletim Oficial*, 2.ª série, n.º 16, de 18 de Abril findo, rectifica-se que ao mesmo foi confirmada pose em 12 de Março de 1962, por esta já lhe haver sido conferida no Ministério do Ultramar, em 15 de Janeiro do corrente ano.

Junta Provincial de Povoamento de Angola, em Luanda, aos 23 de Maio de 1962. — O Secretário-Geral, *Artur Correia de Araújo.*

Laboratório de Engenharia de Angola

Portaria

De 7 de Maio de 1962 :

António Luís Nunes Morna, auxiliar técnico de 2.ª classe, do quadro de contratados do Laboratório de Engenharia de Angola — concedidos, nos termos do § 1.º do artigo 214.º e § 1.º do artigo 221.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino conjugados com a alínea *a*) do 1.º grupo do artigo 230.º do mesmo Estatuto, cento e cinquenta dias de licença graciosa para gozar na metrópole, terra da sua naturalidade, em relação a quatro anos e cinco dias de tempo de serviço público prestado ao Estado e de permanência contínua nesta Província. — *(Pagou 21$00 de emolumentos).*

Laboratório de Engenharia de Angola, em Luanda aos 23 de Maio de 1962. — Pelo Engenheiro-Director, o substituto designado, *Marciano Bento Quaresma Guerreiro.*

Comissão Administrativa dos Grémios dos Industriais de Pesca

Portaria

Tendo sido nomeado director do Instituto das Indústrias de Pesca de Angola o licenciado em Ciências Económicas e Financeiras João Benard da Costa Pereira, vogal da Comissão Administrativa dos Grémios dos Industriais de Pesca junto do Grémio de Benguela, e não sendo possível continuar a dar a sua colaboração no referido Grémio ;

Estando vago o lugar de vogal do Instituto junto da mesma Comissão por ter sido exonerado o director-adjunto do Instituto, licenciado em Ciências Económicas e Financeiras Henrique José de Magalhães Carmona ;

Tornando-se necessário dar nova estrutura à Comissão Administrativa dos Grémios dos Industriais de Pesca ;

De harmonia com a delegação dada por Portaria n.º 11 798, de 23 de Agosto de 1961.

No uso da competência atribuída pelo artigo 155.º da Constituição, o Secretário Provincial de Angola manda :

Artigo 1.º É exonerado de vogal da Comissão Administrativa junto do Grémio dos Industriais de Pesca de Benguela, o licenciado em Ciências Económicas e Financeiras João Benard da Costa Pereira, director do Instituto das Indústrias de Pesca de Angola, que é nomeado vogal do Instituto junto da mesma Comissão Administrativa.

Art. 2.º É transferido para o Grémio dos Industriais de Pesca de Benguela o vogal da Comissão Administrativa dos Grémios de Pesca, junto o Grémio de Moçâmedes, Mário Guedes da Silva, chefe de secção do referido Grémio.

Art. 3.º É nomeado vogal da Comissão Administrativa junto do Grémio de Pesca de Moçâmedes, Carlos Manuel Guedes Lisboa, industrial e administrador da Associação dos Industriais de Peixe Seco de Moçâmedes (Projeque).

Art. 4.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Cumpra-se.

Residência do Governo-Geral de Angola, em Luanda, aos 15 de Maio de 1962. — O Secretário Provincial, *Jorge Bravo Vieira da Silva.*

Comissão Administrativa dos Grémios dos Industriais de Pesca. — O Presidente, *José Lamartine de Sousa Franklin.*

Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola

Declaração

Maria Natália Ferreira de Almeida Monteiro, monitora de bairro, do quadro da Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola — prestou o legal compromisso de honra e tomou posse do lugar, em 2 de Maio do corrente ano. — *(Pagou 24$00 de emolumentos).*

Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola, em Luanda, aos 14 de Maio de 1962. — O Presidente da Comissão Administrativa, *Manuel de Sousa Teixeira de Sampaio.*

DIVERSOS

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LUANDA

Extractos dos processos distribuídos e julgados neste Tribunal na seguinte sessão

Sessão de 29 de Agosto de 1961

Distribuição :

N.º 13 905 : — Autos de agravo cível vindos do Juízo de Direito da 1.ª Vara Judicial da Comarca de Luanda : agravantes, Albino Nunes Guerreiro e outro ; agravados, Manuel Coelho Braga e outros. — Ao Ex.mo juiz desembargador Sr. Dr. Rui Alvares.

N.º 13 906 : — Autos de agravo cível vindos do Juízo de Direito da 1.ª Vara Judicial da Comarca de Luanda : agravantes, Francisco dos Santos Silva e José Guilherme da Fonseca e Castro ; agravado, José Simões de Carvalho. — Ao Ex.mo juiz desembargador Sr. Dr. Bruto da Costa.

N.º 13 907 : — Autos de agravo cível vindos do Juízo de Direito da 1.ª Vara Judicial da Comarca de Luanda : agravante, Companhia de Seguros «Universal» ; agravada, Gráfica Portugal, Ld.ª — Ao Ex.mo juiz desembargador Sr. Dr. Sousa Franklin.

N.º 13 908 : — Autos de agravo cível vindos do Juízo de Direito da 2.ª Vara Judicial da Comarca de Luanda : agravantes, José Romão Pedrosa e esposa ; agravada, a Companhia Geral de Angola. — Ao Ex.mo juiz desembargador Sr. Dr. José António Fernandes.

Tribunal da Relação, em Luanda, aos 7 de Fevereiro de 1962. — O Secretário, designado, *Raimundo Tavares de Almeida.*